

Mesoli

António Ferro

António Ferro

Ed. Br. / ai

A. Amilhos

Confalmer

Alexandre Soares de Azevedo

F. Figueiredo

ol' Ajeito

João Maria Tavares

Eduarda Mendes

António

J. de Castro e Almeida

Helena

VERA MARGARIDA COIMBRA DE MATOS

PORTUGAL E ITÁLIA. DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS EM QUARENTA E TRÊS ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS (1943-1986)

Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História, especialidade de Época Contemporânea, orientada pela Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Setembro 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

CAPA: ASSINATURAS DE ALGUNS DOS DIPLOMATAS ITALIANOS E PORTUGUESES NOMEADOS PARA LISBOA E PARA ROMA ENTRE 1943 E 1986, OBTIDAS PELA AUTORA NOS DOCUMENTOS CONSULTADOS DURANTE A INVESTIGAÇÃO QUE DEU ORIGEM À TESE DE DOUTORAMENTO.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

VERA MARGARIDA COIMBRA DE MATOS

PORTUGAL E ITÁLIA. DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS EM
QUARENTA E TRÊS ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS
(1943-1986)

FICHA TÉCNICA:

TÍTULO	PORTUGAL E ITÁLIA. DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS EM QUARENTA E TRÊS ANOS DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS (1943-1986)
AUTOR	VERA MARGARIDA COIMBRA DE MATOS
ORIENTADOR	PROFESSORA DOUTORA MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO
ÁREA CIENTÍFICA	ALTOS ESTUDOS EM HISTÓRIA
ESPECIALIDADE	ÉPOCA CONTEMPORÂNEA
ANO	2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Esta tese foi realizada com uma bolsa de doutoramento, referência SFRH/BD/45315/2008, concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e financiada pelo Programa Operacional Potencial Humano, pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional Portugal 2007-2013 e pelo Orçamento de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

RESUMO

Entre 1943 e 1986, as relações diplomáticas luso-italianas caracterizaram-se por uma progressiva aproximação. Finda a II Guerra Mundial, a Itália, membro do Eixo até 1943, assinava, em 1947, o Tratado de Paz como país vencido. Em Portugal, os governantes portugueses temiam que a vitória dos Aliados levasse ao fim do Estado Novo, um regime antidemocrático e autoritário com características fascizantes. As incertezas e as expectativas internas e externas eram, pois, vividas em Lisboa e em Roma com nervosismo até ao final dos anos 40, quando os instrumentos principais das relações internacionais no Ocidente – como a ONU, a OECE, a NATO e a CECA – ficam delineados, permitindo aos dois países integrarem-se numa esfera de interacção comum e no âmbito da qual as relações luso-italianas ficavam reforçadas. Contudo, se a Itália garantia o seu lugar nos projectos de cooperação europeia, Portugal direccionava-se para o Ultramar. Também aqui as relações luso-italianas poderiam encontrar um ponto de reforço se ao anticolonialismo professado pelo Governo de Roma não se opusesse o acérrimo colonialismo do Governo de Lisboa, com a desconfiança do Governo português a acentuar-se com o início das guerras coloniais, a partir de 1961. Condenado na ONU, pressionado na NATO, Portugal buscava o apoio da Itália, cedido apenas dentro dos limites da solidariedade devida a um aliado no quadro da Aliança Atlântica.

Caído o Estado Novo em Abril de 1974, Roma e Lisboa encetavam um período de maior identificação em termos de princípios políticos e de objectivos, com a primeira a ceder os seus préstimos para garantir o sucesso da transição democrática e para acelerar o processo da negociação da independência das colónias. Ao fazê-lo, pretendia não só solidificar as relações diplomáticas com Lisboa, mas também com os novos países surgidos do Ultramar, considerados altamente rentáveis para investir e alargar a presença da Itália na África. A Democracia de Abril veio também permitir o estreitamento das relações luso-italianas no campo multilateral, com a Itália a ter um papel de destaque no processo de adesão de Portugal à CEE não só ao impor um número de reformas a executar a nível comunitário para otimizar o funcionamento institucional e salvaguardar a economia italiana, produtora de produtos similares à portuguesa e com necessidades símeles em termos de financiamentos europeus, mas também ao acelerar a conclusão das negociações, em 1985.

ABSTRACT

Between 1943 and 1986, a growing closeness characterizes the Portuguese – Italian diplomatic relations. After the World War II, while the Portuguese leaders feared the ruin of the Estado Novo, an antidemocratic and authoritarian regime with fascist characteristics, the Italian Government signed, in 1947, the Peace Treaty as a defeated ally of the Nazi Germany. The uncertainties and the expectations were, therefore, nervously felt in Lisbon and Rome till the end of the 40's, when the two countries join the OEEC and the OTAN and assure their acceptance by the western partners. At the same time, the diplomatic relations between them were strengthened.

However, while the Italians focused on the development of the European communities, the Portuguese focused on their Colonial Empire. By this time, the anti-colonialism of the Italian government, as opposed to the colonialism of the Portuguese government, created some difficulties in the relations between the two. The situation got worse with the beginning of the Portuguese colonial wars, in 1961. Condemned by the UN and pressured by the NATO, Portugal searched for Italy's support, which was given only sparingly. Simultaneously, the African nationalists and the political opposition to the Estado Novo enlarged their support base in Italy, mainly in the political sectors of the left, which had negative consequences in the relations between Lisbon and Rome.

With the revolution of April 25th 1974, the Estado Novo disappeared without resistance. With the new democratic and anti-colonialist regime, the relations between Rome and Lisbon entered a new phase of greater cooperation. The Italian Government helped the new government with the democratic transition, the decolonization and the negotiation of the Portuguese entrance into the European Economic Community. By doing so, Italy attempted not only to strengthen the diplomatic relations with Portugal and with the new African countries, very appealing to the Italian capital, but also to fortify the role and influence of her own and that of the southern Europe in the European communities.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS	5
INTRODUÇÃO	7
PRIMEIRA PARTE – DOS <i>QUARANTACINQUE GIORNI</i> AO FIM DO ESTADO NOVO	
CAP. 1 – SALAZAR, MUSSOLINI E A DIPLOMACIA LUSO-ITALIANA	23
1.1 – Fraseologias do fascismo e política externa	23
1.2 – A função europeia e mediterrânica da Itália	33
1.3 – A queda do <i>Duce</i>	40
CAP. 2 – DA NEGOCIAÇÃO DA PAZ SEPARADA EM LISBOA À LIBERTAÇÃO DA ITÁLIA	49
2.1 – A negociação da paz separada em Lisboa	49
2.2 – A cisão: o Reino de Itália e a república de Mussolini	56
2.3 – A dissidência republicana fascista em Portugal	65
2.4 – O esforço de guerra italiano e a neutralidade portuguesa	78
CAP. 3 – OS ANOS 40 E 50: PORTUGAL E A ITÁLIA NO EIXO EURO-ATLÂNTICO	101
3.1 – A reinserção da Itália na comunidade internacional	102
3.2 – A legitimação externa do Estado Novo	117
3.3 – Uma nova geopolítica: os espaços supranacionais	131
3.4 – Portugal refreia o interesse da Itália pelo Ultramar	145
3.5 – Lisboa, Nova Deli e Roma: tensão em torno de Goa	163
CAP. 4 – O CENTRO-ESQUERDA E A DIFÍCIL GESTÃO DAS RELAÇÕES LUSO-ITALIANAS	181
4.1 – O centro-esquerda em Itália	182

4.2 – Rebetam as guerras coloniais	194
4.2.1 – Portugal é uma nação una e indivisível	195
4.2.2 – A posição da Itália: anticolonialismo e solidariedade atlântica	205
4.3 – A África portuguesa e a intriga eleitoral italiana	225
4.4 – A actuação dos movimentos de libertação em Itália	246
4.5 – O regime e os interesses italianos na África	261
4.6 – A acção da oposição estado-novista em Itália	272

SEGUNDA PARTE – NOVOS RUMOS COM A DEMOCRACIA DE ABRIL

CAP. 1 – A DEMOCRACIA DE ABRIL E AS RELAÇÕES LUSO-ITALIANAS	293
1.1 – Portugal em convulsão, a Itália em crise	294
1.1.1 – Um processo revolucionário em Portugal	295
1.1.2 – Rumo a um «compromisso histórico» em Itália?	311
1.1.3 – Implicações internacionais	326
1.2 – Dinâmicas relacionais entre portugueses e italianos	342
1.2.1 – A diplomacia oficial	342
1.2.2 – A solidariedade partidária	356
1.3 – Os conflitos partidários e as relações luso-italianas	364
1.3.1 – A visita de Moro a Lisboa	365
1.3.2 – O caso Messeri	368
1.3.3 – O 11 de Março e o XIV Congresso do PCI	376
1.3.4 – O PS e o «compromisso histórico»	383
CAP. 2 – A ITÁLIA E A INDEPENDÊNCIA DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS	387
2.1 – Não perder a guerra para negociar uma solução política	388
2.2 – A dissensão quanto ao rumo da descolonização	399

2.3 – A Itália e o reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau	410
2.4 – Roma e a negociação da independência de Moçambique	418
2.5 – Angola: a convergência final com o MPLA	429
CAP. 3 – A ITÁLIA E A NEGOCIAÇÃO DA ADESÃO DE PORTUGAL À CEE	449
3.1 – A democracia e o acesso pleno à opção europeia	450
3.2 – O alargamento a sul: uma problemática estratégia pragmática	462
3.3 – A Itália e a perspectiva do reforço da Europa do sul	475
3.4 – Cooperação, mas também competição	492
CONCLUSÃO	509
FONTES E BIBLIOGRAFIA	527

LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS

ACC – *Allied Control Commission*

AC – *Allied Commission*

AHD – Arquivo Histórico-diplomático - Lisboa

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa

AMGOT - *Allied Military Government for Occupied Territories*

AP – *Affari politici*

ASD – *Archivio Storico Diplomatico* – Roma

ASP – Associação Socialista Portuguesa

b. – *busta*

BEI – Banco Europeu de Investimento

DC – *Democrazia Cristiana* / Democracia-cristã

CDS – Centro Democrático e Social

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEMGFA – Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas

COMECON - *Council for Mutual Economic Assistance*

COPCON – Comando Operacional do Continente

DGS – Direcção Geral de Segurança

EUA. – Estados Unidos da América

FIAT – *Fabbrica Italiana Automobili Torino*

FNL – Frente Nacional de Libertação

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IRSIFAR. – *Istituto Romano per la Storia d'Italia dal Fascismo alla Resistenza*- Roma

JSN – Junta de Salvação Nacional

MAE – *Ministero degli Affari Esteri* / *Ministro degli Affari Esteri* – Roma

MEC. – Mercado Europeu Comum

MFA – Movimento das Forças Armadas

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

PAC – Política Agrícola Comum

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCI – *Partito Comunista Italiano*

PCP – Partido Comunista Português

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDC – *Partito della Democrazia Cristiana*

PIB – Produto Interno Bruto

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

PPD – Partido Popular Democrático

PREC – Processo Revolucionário em Curso

PRI – *Partito Repubblicano Italiano*

PS(P) – Partido Socialista (Português)

PSI – *Partito Socialista Italiano*

PSDI – *Partito Socialista Democratico Italiano*

PSLI – *Partito Socialista dei Lavoratori Italiani*

PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

RFA – República Federal da Alemanha

SDN – Sociedade das Nações

SIM – *Servizio Informazioni Militari*

SME – Sistema Monetário Europeu

SPD – *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* / Partido Social-democrata da Alemanha

TAP – Transportadora Aérea Portuguesa

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

Em 2008, apresentámos à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a tese de mestrado que intitulámos *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas (1943-1974)*. Nessa altura, não imaginávamos ainda que continuaríamos a explorar a mesma temática por mais uns bons anos e que, com esse mesmo propósito, passaríamos em Roma uma das mais interessantes e enriquecedoras fases a nível profissional e pessoal. Nem imaginávamos que, dois anos depois, a dissertação seria publicada em livro pela Imprensa da Universidade de Coimbra. De facto, a temática das relações diplomáticas luso-italianas prestava-se – e presta-se ainda – a latas prospecções, até porque, quando se colocou a hipótese de dar continuidade ao trabalho realizado, não tínhamos trabalhado com as fontes diplomáticas italianas. O projecto era apelativo, especialmente se distendêssemos o período temporal a analisar até 1986 para tentarmos captar a dinâmica estabelecida entre os dois países no seguimento da instalação da democracia em Portugal e da descolonização, desde muito cedo desejadas pelo Governo italiano porque melhorariam a posição internacional do país e permitiriam que se apresentasse a Roma como um aliado estratégico na sua política de fortalecimento do sul da Europa no contexto das Comunidades Europeias. Foi assim que decidimos apresentar o projecto à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e obtivemos, no concurso aberto em 2008, uma bolsa de doutoramento.

Esta investigação centra-se, portanto, nas relações diplomáticas entre Portugal e a Itália e, por conseguinte, na política externa dos dois países e na respectiva posição internacional entre 1943 e 1986. Justifiquemos estes limites cronológicos. O ano de 1943 ficou marcado pela queda, em Julho, de Benito Mussolini, líder do Governo italiano, e pelo armistício assinado entre a Itália e os Aliados em Setembro, pondo assim fim à participação do país na II Guerra Mundial como aliado do Eixo. Estes acontecimentos marcaram o início de uma nova fase na política externa da Itália, destinada a recuperar o prestígio que perdera com a aliança com a Alemanha nazi, e o seu ressurgimento como nação democrática. Fazia, por isso, sentido estudar as relações diplomáticas luso-italianas a partir desta altura. Para término final escolhemos o ano de 1986 por sancionar, com a entrada de Portugal nas Comunidades Europeias, a instalação definitiva da democracia em Portugal depois de um conturbado processo de transição política, ideológica e institucional.

O nosso objectivo geral consistiu em analisar as relações diplomáticas luso-italianas enquanto parte das estratégias desenvolvidas pelos Governos de Portugal e de Itália para distender as suas influências regionais e demarcar uma lógica de aproximação mútua

decorrente de objectivos económicos, financeiros, políticos e geoestratégicos particulares e/ou recíprocos. Especificando, pretendemos analisar seis pontos essenciais em torno dos quais se articularam as relações luso-italianas: a) a inclusão de Portugal e da Itália no eixo euro-atlântico, no decorrer dos anos 40 e 50; b) as dificuldades criadas à diplomacia luso-italiana pelas políticas colonialistas e antidemocráticas do Estado Novo, pelo anticolonialismo do Governo de Roma e pelos apoios formais e informais dados pelos meios políticos italianos aos nacionalistas das colónias portuguesas e à oposição estado-novista; c) a instrumentalização das relações luso-italianas como arma de ataque no contexto da intriga eleitoral em Itália; d) a aproximação entre os dois países no contexto da transição democrática em Portugal; e) a actuação do Governo italiano como instigador da negociação da independência das colónias entre Lisboa e os líderes do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO e, por fim, f) a adesão de Portugal às Comunidades Europeias e a actuação da Itália neste âmbito como oponente e coadjuvante.

Existem alguns estudos sobre as relações diplomáticas luso-italianas, contudo, com excepção da investigação que já realizámos para os anos 1943-1974, não localizámos ainda alguma que abrangesse tal extensão temporal ou que fosse além da II Guerra Mundial. Efectivamente, os investigadores têm privilegiado as relações estabelecidas na época dos Descobrimentos e do Renascimento, momento de distendida influência italiana em Portugal, na altura da formação do Reino da Itália, em 1861, e, sobretudo, durante o regime fascista italiano, indo até 1943, quando se valoriza a queda de Mussolini, ou 1945, quando termina a II Guerra Mundial com a derrota do fascismo e do nazismo e a morte dos seus líderes máximos. Neste caso, temos a referir os livros de Vittorio Antonio Salvadorini, *Italia e Portogallo dalla guerra d'Etiopia al 1943* (2000), as teses de doutoramento de Stefano Salmi, *Le relazioni fra l'Italia e il Portogallo durante il periodo fascista e l'Estado Novo*, apresentada em 2012 à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e de Mario Ivani, *Esportare il fascismo: collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra Italia fascista e Portogallo di Salazar 1928-1945*, apresentada, à Università degli Studi di Torino em 2006, e as dissertações de mestrado de Bruno João da Rocha Maia, *A entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial vista pela diplomacia portuguesa (1939-1940)*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2010, de Marco Francesco Ibba, *Rapporti italo-portoghesi (1939-1941)* e de Vincenzo Pepe, *Rapporti italo-portoghesi (1942-1945)*, ambas apresentadas à Università degli Studi di Parma em 2011 e 2013, respectivamente.

Em grande parte inédita será a História diplomática luso-italiana para o período que vai desde a Revolução de Abril (1974) à adesão de Portugal à CEE (1986), pois até à data da

redacção deste texto, a pesquisa bibliográfica não indicou a existência, em Portugal ou na Itália, de monografias ou artigos relativos à problematização deste período numa perspectiva político-diplomática e sob o ponto de vista das relações entre Portugal e a Itália. Neste panorama, destacamos a tese de doutoramento *Para onde vai Portugal? / Dove va il Portogallo? A Revolução de Abril na imprensa italiana (1974-1976)*, realizada na área das ciências da comunicação e com recurso a fontes jornalísticas, que Marco Gomes apresentou, em 2014, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e no âmbito da qual analisou o impacto que a Revolução de 25 de Abril teve em Itália durante o período pré-constitucional português. O autor também publicou, em 2010, um artigo sobre o assunto no n.º 10 da revista *Estudos do Século XX*, intitulado «Quando a Revolução de Abril atropelou a Itália. A suspensão do Partido da Democracia Cristã e as repercussões no XIV Congresso do Partido Comunista Italiano».

Perante a exiguidade de bibliografia especializada sobre o tema, como conduzimos esta investigação? Metodologicamente, optámos pela problematização sincrónica e diacrónica dos factos, inserindo-os num quadro histórico amplo que favorecesse a correlação de factores diplomáticos, políticos, militares, económicos e sociais. Nestes termos, não é só um trabalho de História diplomática, mas também de História política, económica e social. Escolhemos este método por considerarmos ser a melhor forma de apresentar uma temática muito pouco estudada pela historiografia e de manobrar com os longos 43 anos abrangidos pela investigação, onde a aceleração do tempo histórico é evidente perante a sucessão vertiginosa de acontecimentos que introduziram modificações profundas na ordem eurocêntrica em vigor até à Segunda Guerra Mundial.

Esta abordagem exigiu a constituição de um núcleo documental de compleição diversa que permitisse compreender e analisar as dinâmicas das forças existentes em cada país entre o regime governativo, a política interna e externa e as relações estabelecidas por cada qual com os respectivos aliados e no quadro das organizações transnacionais. Tudo isto contextualizado no âmbito da conjuntura internacional, como o rescaldo da II Guerra Mundial, a Guerra Fria, a descolonização da Ásia e da África, a construção da Europa das comunidades e a definição da área de segurança do Atlântico. Desta forma, se a descrição dos acontecimentos em si não será certamente original, é-o o seu enquadramento no âmbito das relações diplomáticas luso-italianas e o enquadramento destas na evolução da conjuntura externa e interna. Sublinhamos ainda que não fazia parte dos nossos objectivos, por estar fora da temática central da investigação, fazer uma abordagem teórica dos assuntos, ou seja, determo-nos em torno de conceitos, de teorias ou de hipóteses interpretativas para um determinado acontecimento ou

sua classificação historiográfica. É o caso da definição do conceito de fascismo e de totalitarismo e a sua aplicação ao Estado Novo, assim como dos limites temporais deste, se relativo apenas ao consulado de António de Oliveira Salazar ou também incluindo o marcelismo, por oposição à definição do consulado de Marcello Caetano como Estado Social. O mesmo vale para a definição dos quadrantes políticos em direita, esquerda, centro, centro-esquerda ou extrema-direita e extrema-esquerda. Daí que, por exemplo, mantivemos a aplicação do adjectivo fascista ao Estado Novo quando feita pelos sectores oposicionistas, fossem eles portugueses, italianos ou africanos. Efectivamente, o que pretendemos é fazer uma análise interpretativa do fluir natural dos acontecimentos tal como se sucederam pela acção combinada dos dirigentes governamentais e políticos, dos diplomatas e dos altos funcionários e das influências conjunturais, internas e externas. Neste sentido, a bibliografia utilizada restringe-se àquela que considerámos absolutamente necessária para desenvolver os assuntos dentro da linha metodológica seguida, sem que tivesse havido qualquer pretensão em fazer um levantamento bibliográfico exaustivo.

Sendo este um trabalho sobre política externa e relações diplomáticas, a investigação documental centrou-se nos arquivos históricos dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Itália, designados respectivamente por Arquivo Histórico-Diplomático (doravante AHD/MNE), sito no Palácio das Necessidades, em Lisboa, e por *Archivio Storico Diplomatico* (doravante ASD/MAE), instalado na Farnesina, em Roma. Em ambos os casos, a documentação é maioritariamente constituída por ofícios, telegramas e aerogramas, uns mais secretos e confidenciais do que outros, que foram trocados entre os diplomatas em Roma e em Lisboa e os respectivos ministérios. Através deles, temos acesso a perspectivas únicas colhidas pelo olho analítico dos diplomatas não só sobre o andamento das relações entre Portugal e a Itália, mas também sobre a evolução da política externa e interna dos dois países.

No AHD/MNE, compulsámos os documentos relativos às relações bilaterais e à política interna e externa italiana, disponíveis para consulta até ao ano de 1979. Analisámos ainda os núcleos documentais relativos às Províncias Ultramarinas e à imprensa italiana. Um outro núcleo refere-se à documentação relativa à ONU e à NATO, de consulta limitada e, por conseguinte, pouco significativa no contexto geral das fontes utilizadas. Pretendíamos estudar como se processaram as relações luso-italianas no âmbito destas duas organizações no tempo das guerras coloniais, tentativa que ficou muito aquém do esperado.

Consultámos também a documentação de cariz diplomático existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nomeadamente os fundos António de Oliveira Salazar e Ernesto Melo Antunes. No primeiro caso, demos especial atenção à documentação relativa ao período

em que Salazar foi Ministro dos Estrangeiros (entre 1939 e 1944), em especial a partir de 1942, quando começaram as tentativas italianas para a celebração de uma paz separada com os Aliados, através de Lisboa. Analisámos também os documentos referentes às relações comerciais luso-italianas, aos interesses africanos da Itália e à política interna e externa italiana referentes aos anos 40 e 50.

Quanto ao fundo Ernesto Melo Antunes, este permitiu obter informações diversas sobre a política externa portuguesa no imediato pós-25 de Abril e sobre as relações diplomáticas luso-italianas neste período. Recordamos que Melo Antunes foi Ministro dos Negócios Estrangeiros no IV e VI governos provisórios, respectivamente, entre 26 de Março de 1975 e 8 de Agosto de 1975 e entre 19 de Setembro de 1975 e 23 de Julho de 1976

No ASD/MAE, a documentação disponível para consulta chegou apenas até 1969 e, mesmo assim, com as limitações aplicadas pela legislação italiana aos documentos da política interna e externa e que oscilam entre os 40 e os 70, dependendo do grau de secretismo ou de sensibilidade dos assuntos e da afectação da privacidade das personalidades envolvidas (art. n.º 122-127 do Decreto-lei n.º 42/2004 da República Italiana, intitulado *Codice dei Beni Culturali e del Paesaggio*). A partir de 1956, podemos somente trabalhar com os telegramas ordinários recebidos e expedidos entre o Ministero degli Affari Esteri e a missão diplomática em Lisboa, não já com os ofícios, documentos que, pela sua tipologia, e ao contrário dos telegramas, são riquíssimos em reflexões e em considerações. Como lamentámos ficar sem tais caleidoscópios para os anos das décadas de 60 e 70, vivíssimos nas relações diplomáticas luso-italianas!

No mesmo arquivo, consultámos ainda os telegramas enviados para o Ministério pelas representações diplomáticas junto da NATO e da ONU entre 1961 e 1966. Pretendíamos obter informações sobre a posição da Itália nestas instituições a propósito das guerras coloniais portuguesas, contudo, não foram abundantes em informação inédita, sendo meramente descritivos das sessões de debate e das posições gerais registadas, com todos os assuntos mais delicados, como era o caso da questão ultramarina, a serem considerados secretos, estatuto que os mantém resguardados dos olhares dos investigadores.

Para colmatar o facto de a documentação diplomática estar largamente disponível só até 1956, fizemos pesquisas no *Archivio Storico del Senato*, encontrando nos fundos Gaetano Martino e Amintore Fanfani uma variada documentação relativa à política externa e interna dos anos 50 e 60. Referimos que Gaetano Martino e Amintore Fanfani foram duas figuras proeminentes na política italiana, tendo também sido Ministros dos Estrangeiros e exercido cargos diversos nas instituições legislativas e governativas do país.

Uma vez reunido o acervo documental sobre a política externa, começámos a recolher fontes sobre alguns acontecimentos específicos da política interna italiana que influenciaram a forma como decorreram as relações diplomáticas entre Lisboa e Roma, como, por exemplo, a formação dos sucessivos governos de centro-esquerda entre 1963 e 1976, os movimentos político-sociais dos anos 60 e 70 e o impacto da Revolução de Abril nos meios políticos e partidários da Itália quando se discutia a formação dos governos de «solidariedade nacional» alargados ao Partido Comunista Italiano. Para este efeito, trabalhámos com o espólio de diversos arquivos da capital italiana.

Um deles foi o *Archivio Storico* do *Istituto Luigi Sturzo*, onde está guardada uma parte importante da documentação produzida pelos responsáveis do Partido da Democracia-Cristã, quer relativa à vida política e funções governamentais daqueles, quer à actividade do próprio partido. Recordemos que os democratas-cristãos estiveram ininterruptamente no Governo desde o final da II Guerra Mundial. Do fundo *Democrazia Cristiana*, interessou-nos a documentação proveniente da Secretaria Política, especificamente aquela que respeitava à formação de governos de colaboração de centro-esquerda e à política externa italiana, incidindo maioritariamente sobre os anos 60. Trabalhámos ainda com a documentação do fundo Giovanni Gronchi (Presidente da República Italiana entre 1955 e 1962), relativa às questões de política externa da Itália.

Há ainda a referir o arquivo da *Fondazione Nenni*, em concreto o fundo Pietro Nenni. Nenni, além de político influente no panorama político italiano e líder histórico do Partido Socialista Italiano, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre finais de 1968 e meados de 1969. A documentação consultada incidiu, portanto, sobre a política externa no geral e, mais concretamente, sobre as relações da Itália com a URSS, com os EUA (durante a recém-eleita Administração Nixon), com a Jugoslávia, com os países membros da CEE, com Portugal, com diversos países da África (nos quais o *Ente Nazionale Idrocarburi*, vulgo ENI, tinha interesses económicos importantes) e com a América Latina.

Importantes também foram os fundos Partito Comunista Italiano: sezione estero e Mario Luzzato, guardados no *Archivio Storico* da *Fondazione Istituto Gramsci*. Nestes dois fundos encontrámos referências aos apoios cedidos pelos comunistas italianos não só aos movimentos independentistas da África portuguesa, mas também aos movimentos de oposição política ao Estado Novo. Já no contexto da transição democrática em Portugal, após a Revolução de Abril de 1974, o PCI passou a seguir de perto a evolução dos acontecimentos e a prestar toda a colaboração possível ao PCP.

Por fim, o fundo Memoria di Carta, do *Istituto Romano per la Storia d'Italia dal Fascismo alla Resistenza* (IRSIFAR), onde encontrámos diversas publicações provenientes dos ambientes da esquerda radical a propósito da situação político-social em Portugal durante o Estado Novo e do processo de democratização subsequente ao 25 de Abril de 1974. São documentos especialmente importantes para enquadrar as diversas iniciativas (manifestações, comissões, conferências, etc.) que eram organizadas em Itália durante os anos 60 e até 1974 para condenar o Estado Novo, esclarecer os italianos sobre a realidade portuguesa e apoiar os movimentos de oposição ao regime, incluindo os nacionalistas africanos.

Com o objectivo de reunir um núcleo informativo através do qual pudéssemos analisar o acompanhamento do processo da adesão de Portugal à CEE em Itália, acumulámos algumas horas de pesquisa na hemeroteca da *Biblioteca del Senato della Repubblica Italiana "Giovanni Spadolini"*. Foi esta a solução que encontrámos para contornar as dificuldades no acesso à documentação de proveniência italiana ou comunitária sobre o assunto devido ao seu carácter reservado e classificado. O núcleo jornalístico analisado abrangeu os anos 1976-1986 e foi constituído por periódicos dos diversos quadrantes políticos e regiões a fim de dar a maior objectividade possível à nossa análise. Analisámos, assim, o *Avanti*, órgão do Partido Socialista Italiano; o *Unità*, órgão do Partido Comunista Italiano; o *Il Popolo*, órgão do Partido da Democracia-cristã; o *Secolo d'Italia*, órgão do Movimento Social Italiano, da extrema-direita italiana; o *Il Messaggero*, que segue uma linha política de centro-esquerda; o *Repubblica*, fundado em 1976 e apoiante da esquerda socialista reformista; o *Il Sole 24 Ore*, fundado pela *Cofindustria* e vocacionado para um público ligado à Finança e à Economia; o *Corriere della Sera*, o *La Stampa* e o *Il Tempo*, três jornais que se podem considerar independentes, e, por fim, a *Gazzeta del Mezzogiorno*, publicada em Bari, e a *Gazzeta del Sud*, afecta ao *Partito Liberale*, ambas publicadas na região meridional da Itália, para a qual a adesão de Portugal representava uma competição directa. Ainda que nem todos surjam citados no corpo do texto, todos eles foram essenciais para a estruturação geral da reflexão que fizemos sobre o assunto.

A investigação nos arquivos italianos foi ainda executada de forma não presencial, ou seja, através dos fundos documentais disponibilizados *on-line* e acessíveis através de duas plataformas de dados, designadas por *Archivi del Novecento* (www.archividelnovecento.it) e *Archivio del Senato Online* (www.archivionline.senato.it).

Foi o caso do fundo Bettino Craxi, da *Fondazione Craxi*, importante para recolher informações relativas à política europeia da Itália e às relações entre esta e Portugal no período do 25 de Abril de 1974 e até à adesão de Portugal à CEE. Recordamos que Craxi,

secretário-geral do Partido Socialista Italiano (1976-1993), foi Presidente do Conselho da República Italiana entre 1983-1987, tendo sido durante o seu mandato que ficou concluído o processo português de adesão.

De entre os fundos disponibilizados on-line pelo *Centro di Studi Storici Filippo Turati*, interessou-nos o fundo Partito Socialista Italiano: direzione nazionale, especialmente a documentação referente à actividade internacional do partido. Neste caso, é de sublinhar as informações obtidas a propósito dos apoios dados aos movimentos nacionalistas da África portuguesa, a partir dos anos 60, e do acompanhamento do processo revolucionário em Portugal.

Trabalhámos também com o fundo Ugo Pecchioli, do arquivo histórico da *Fondazione Istituto Gramsci*. Ugo Pecchioli foi um dos principais dirigentes comunistas nos anos 70, tendo acompanhado de perto os acontecimentos portugueses no seguimento da Revolução de Abril de 1974. Fez parte de várias missões do PCI convidadas a visitar Portugal pelo PCP, além de ter sido um dos interlocutores assíduos nos contactos entre aqueles dois partidos em Roma para a discussão de assuntos de mútuo interesse, respeitantes à política interna e externa de Portugal e da Itália.

Para reflectir sobre a problemática da adesão de Portugal à CEE e sobre a posição da Itália a este respeito, além dos espólios acima enunciados, consultámos parte da documentação do Arquivo Histórico da União Europeia (Florença). A investigação processou-se através dos acervos documentais disponibilizados *on-line*, no *site* do Arquivo, interessando-nos sobretudo o fundo Banca Europeia de Investimento (BEI) por incluir diversos documentos sobre as ajudas financeiras cedidas a Portugal, no período de pré-adesão, e à Itália, a partir de 1976. Entrando em contacto com os arquivistas, conseguimos ter acesso a alguns documentos que não estavam *on-line* e que considerámos importantes para perceber como a Itália olhava a adesão de Portugal à CEE. Estes faziam parte dos fundos Emile Noël (Secretário-geral da Comissão da CEE entre 1958 e 1987) e Lorenzo Natali (Comissário Europeu para as Políticas Mediterrânicas, Alargamento e Informação entre 1981-1985 e Comissário Europeu para a Cooperação, Desenvolvimento e Alargamento entre 1985 e 1989). Neste conjunto documental, encontrámos elementos importantes para reflectir sobre os problemas do alargamento da CEE, como estes eram percebidos pelo Governo italiano e quais eram as suas preocupações quanto à inserção de Portugal no Mercado Europeu Comum do ponto de vista da concorrência aos produtos italianos e do impacto que o alargamento ao sudoeste da Europa teria nas políticas mediterrânica e comunitária da Itália.

Sistematizámos a investigação em duas partes. A primeira intitula-se «*Dos quarantacinque giorni* ao fim do Estado Novo» e abrange o período de vigência do Estado Novo. Historicamente, a sugestiva expressão *quarantacinque giorni* designa a primeira fase do Governo de Pietro Badoglio, sucessor de Benito Mussolini: quarenta e cinco dias contados a partir da queda do *Duce*, a 25 de Julho de 1943, até ao anúncio do armistício entre a Itália e os Aliados, a 8 de Setembro. Foi uma espécie de *intermezzo*, com a Itália a ajustar os mecanismos internos para negociar secretamente a paz separada e adiar a reacção punitiva da Alemanha até ao momento em que pudesse contar com a protecção da Inglaterra e dos EUA numa muito provável guerra ítalo-germânica. A segunda parte intitula-se «Novos rumos com a democracia de Abril», sendo ela dedicada à conjuntura procedente da Revolução de 1974. A escolha destes marcos pareceu-nos natural, já que a instauração da democracia em Portugal representou uma reformulação da política externa portuguesa, doravante aberta a todas as nações ao invés da selectividade que marcou a política externa estado-novista. No referente às relações luso-italianas, permitiu que Portugal perfizesse os requisitos enunciados pela Itália como essenciais para o estreitamento das relações bilaterais – ou seja, democratismo e revisão da política colonialista no sentido de uma maior autonomia das províncias ultramarinas –, essencialmente no contexto da recriminação das políticas de Lisboa pela comunidade internacional a partir do início das guerras coloniais.

Ambas as partes foram divididas em capítulos, num total de sete. Fazemos um pequeno intróito a cada um deles.

Não poderíamos falar das relações diplomáticas entre Portugal e a Itália a partir de 1943 sem referir alguns aspectos essenciais da diplomacia luso-italiana durante o período em que António de Oliveira Salazar e Benito Mussolini governaram coevamente e da política externa delineada por ambos. Isto porque as suas decisões e objectivos condicionaram não só a posição internacional dos dois países nos anos subsequentes à II Guerra Mundial, mas também as relações bilaterais entre ambos. Eis porque, no primeiro capítulo, explicámos as fraseologias do fascismo no contexto da política externa e falámos da feitura das guerras como uma necessidade estratégica para Mussolini, visão que teve repercussões ao nível da diplomacia luso-italiana e do entendimento de Salazar a propósito da função europeia e mediterrânica da Itália.

Com o segundo capítulo entramos verdadeiramente no arco temporal abarcado pela investigação. Em 1943, ano inaugural de uma época de reformulações políticas e sociais profundas em Itália, ruía o regime fascista. A queda de Mussolini inquietou Oliveira Salazar e os corifeus do Estado Novo, regime ao qual se reconheciam afinidades com o fascismo

italiano, porquanto anunciava um futuro inóspito à sobrevivência do sistema político português. Daí termos considerado importante analisar como se reorganizaram os trâmites relacionais com uma Itália que se anunciava democrática e antifascista, sobretudo quando Mussolini pedia ao Governo de Salazar que reconhecesse a legitimidade jurídica da *Repubblica Sociale Italiana*, epílogo do fascismo trazido à vida por Mussolini e Hitler no norte de Itália, no final do Verão de 1943. O que propomos é uma leitura perspectivada das relações luso-italianas do período pós-fascista, correlacionando a posição de Portugal face ao Governo italiano e à República de Mussolini com o impacto que a guerra civil em Itália teve ao nível da diplomacia luso-italiana e do esforço de guerra ao lado dos Aliados.

O terceiro capítulo versa sobre o período da transição pós-bélica e os anos 50. Foi um período importante para Portugal e para a Itália na medida em que ambos os países conseguiram garantir o seu espaço na conjuntura internacional que se perfilou no seguimento da II Guerra Mundial, marcada pela Guerra Fria. Identificámos, por isso, os meios e os métodos utilizados por Roma e por Lisboa para fortalecer os respectivos regimes políticos e reforçar a sua posição junto das potências ocidentais. Integrando as relações diplomáticas luso-italianas neste panorama, verifica-se uma convergência ao nível dos interesses relacionados com o desenvolvimento económico da Europa como uma barreira contra conflitos bélicos futuros e o avanço comunista para oeste. Para ambos os países, tratava-se, em suma, de fortalecer o Ocidente, objectivo forte o suficiente para superarem os preconceitos políticos acerca do regime de cada qual.

Embora a política externa portuguesa fosse marcada pelo atlantismo, tal como a italiana, não o era, ao contrário do que acontecia em Itália, pelo europeísmo que modelou a geografia institucional da Europa a partir de 1950 e que daria origem às comunidades europeias. Portugal dava prevalência ao seu Império Colonial, defendendo neste contexto uma estreita colaboração económica e civilizacional entre a Europa e a África, baseada num sistema colonialista de exploração. A Itália foi, também ela, um país colonialista até abdicar, por imposição do Tratado de Paz (1947), das suas colónias africanas. A partir dessa altura, adoptava uma posição de lídima defensora da independência dos povos sujeitos à dominação colonial europeia. Tratou-se de uma manobra estratégica destinada a alargar a sua área de influência e de intervenção em termos financeiros, comerciais e técnicos ao criar estratégias de cooperação com os novos países que iam surgindo a partir do início dos anos 50. Neste contexto, os italianos viam nas colónias portuguesas um destino promissor para os seus produtos e mão-de-obra. No entanto, este interesse era cuidadosamente refreado pelo Governo de Lisboa tal era a suspeição quer perante o anticolonialismo professado por Roma, quer

perante as veleidades anexionistas e expansionistas alimentadas no passado pela Itália em relação à África, territórios portugueses incluídos. Veremos ainda no terceiro capítulo como a questão de Goa permitiu, por um lado, que a Itália reafirmasse a sua posição anticolonialista e distendesse a sua influência externa e, por outro lado, que Portugal sublinhasse perante a comunidade internacional a importância do seu Império para garantir a segurança do Ocidente e conter o avanço da URSS.

No capítulo número quatro, a tónica cai na ligação existente entre a «abertura à esquerda» em Itália, isto é, a entrada do Partido Socialista Italiano nas coligações governamentais lideradas pelo Partido da Democracia-cristã, a partir do início dos anos 60, e a transformação da diplomacia luso-italiana num exercício de difícil execução. Nesta altura, a guerra colonial (1961-1974) e o colonialismo perpetuado por Portugal, com quem Roma continuava a manter relações diplomáticas, foi utilizada como um instrumento político de ataque no âmbito da intriga eleitoral italiana, com os movimentos de libertação da África portuguesa a encontrarem em Itália, junto das autoridades e dos partidos políticos, largos apoios. Neste particular, tem interesse a forma como o Governo italiano geriu a solidariedade devida a Portugal enquanto aliado na NATO com o seu anticolonialismo e terceiro-mundismo. Lisboa, por seu lado, acompanhava a actuação dos nacionalistas e dos italianos com especial atenção, tentando impedir que o Governo de Roma fizesse qualquer declaração oficial de solidariedade em relação àqueles, não hesitando, para o efeito, em acenar com possibilidades de investimento na Metrópole e no Ultramar. Também a oposição ao Estado Novo tinha em Itália largos sectores de apoio, especialmente junto dos socialistas e dos comunistas e dos sectores reaccionários no geral, os quais, sob o mote da luta contra o fascismo, criavam laços transnacionais de solidariedade destinados a acelerar a queda do regime português.

Na segunda parte da investigação, no capítulo I, analisamos como a Revolução do 25 de Abril de 1974 foi recebida nos meios governamentais, partidários e diplomáticos da Itália. Nesta altura, as relações luso-italianas entraram numa fase de maior estreitamento, dado que o anti-democratismo e o colonialismo, tidos por Roma como os grandes obstáculos à maior colaboração diplomática entre Portugal e a Itália, eram superados com o golpe de Estado militar. Tentámos, pois, perceber como elas se processaram num contexto marcado por cerradas lutas político-sociais entre as esquerdas e entre estas e as direitas e, a nível internacional, pelas chamadas crises mediterrânicas, pela *détente* bipolar e pelo euro-comunismo. De referir que a transição democrática em Portugal coincidiu com o acentuar das crises políticas e económicas italianas, de tal forma que a instabilidade que caracterizou o

período de transição democrática portuguesa acabou por ter um paralelismo em Itália. Além do mais, a evolução da conjuntura lusitana durante o período pré-constitucional (1974-1976) transformou-se num instrumento de ataque recorrentemente utilizado pela oposição no âmbito da campanha política contra a governação do Partido da Democracia-cristã.

O penúltimo capítulo versa sobre a independência das Províncias Ultramarinas. A divergência entre as autoridades da Revolução quanto ao que entender por descolonização contrastava com a determinação dos movimentos de libertação em obter a independência, ameaçando com a continuação da guerra colonial se tal não acontecesse. A Itália teve um papel importante neste contexto, colocando-se à disposição dos governantes portugueses para auxiliá-los a resolver este complexo problema, quer servindo de elo de ligação nas negociações entre Lisboa e os movimentos emancipalistas africanos da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique, quer esclarecendo sobre as reais intenções do novo Governo não só junto dos países da África, mas também da América Latina e do Médio Oriente. De salientar que a Itália fazia uso da imagem que detinha junto dos países africanos e dos movimentos independentistas como defensora da democracia e da liberdade. Apesar de oferecida desinteressadamente, como afirmava o Governo de Roma, a verdade é que havia objectivos concretos a atingir através desta mediação, que iam desde a intensificação da presença e prestígio da Itália na África a nível político e económico, ao estreitamento das relações com o Governo de Lisboa e ao estabelecimento de sólidas bases para desenvolver a cooperação com os novos países saídos das colónias portuguesas.

Concluimos com o capítulo III, onde analisámos as relações luso-italianas no contexto da adesão portuguesa às Comunidades Europeias. O objectivo principal consistiu em perceber como o Governo de Roma abordou o problema do alargamento comunitário e, especificamente, a adesão de Portugal enquanto país do sul da Europa. Foi ela sentida como uma oportunidade para reforçar a influência da Europa meridional no âmbito comunitário ou, pelo contrário, como uma competição ao nível da produção dos mesmos produtos agrícolas e do acesso aos fundos comunitários? O processo de negociação não foi fácil e prolongou-se por vários anos. Tinha a contextualizá-lo não só a preparação da entrada da Grécia e da Espanha na CEE, mas também a discussão das questões funcionais e estratégicas que o alargamento a sul colocava, como a revisão da política comunitária para o Mediterrâneo, a optimização do funcionamento dos mecanismos institucionais e financeiros e a regulamentação da Política Agrícola Comum. O consenso entre todas as partes seria obtido na primavera de 1985, com Portugal a fazer parte das Comunidades Europeias a partir de 1 de Janeiro de 1986.

Aqui chegados, julgamos necessário fazer dois esclarecimentos. O primeiro é que, na redacção desta tese de doutoramento, não adoptámos o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde 2009, mas o Acordo Ortográfico de 1945, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 32/73 de 6 de Fevereiro. O segundo esclarecimento é que nas transcrições dos textos mantivemos o idioma, actualizámos a ortografia e introduzimos as partículas de ligação e os sinais de pontuação em falta nos telegramas.

Termino com a demonstração da minha gratidão a todos os que contribuíram com os seus conhecimentos, ajudas, conselhos e uma paciência infinita para que estivesse aqui a escrever estas palavras. Foram tantas as pessoas, portuguesas e italianas! Começo por referir os apoios cedidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Sem eles, este projecto nunca teria sido concretizado. Agradeço às responsáveis pelo AHD/MNE, em especial à Isabel Coelho, Senhora de grande coração e compreensão. Agradeço também ao Dr. Paulo Tremoceiro, Chefe da Divisão de Comunicação do ANTT, por ter tratado do pedido de autorização para a consulta do fundo de Ernesto Melo Antunes junto da família e a todos os funcionários do Arquivo, que tão prontamente acorreram para resolver as minhas dificuldades. Um obrigado especial também ao Marco Gomes, pelas palavras trocadas, pela ajuda e pela boa vontade sempre demonstrada. Os meus agradecimentos seguem agora para a Itália. À Dr.ª Stefani Ruggeri, do ASD/MAE, uma orientação fundamental na consulta dos fundos diplomáticos italianos. Aos doutores Gherardo Bonini, Andrea Becherucci e Catherine Allaire Previti do Arquivo Histórico da União Europeia. A todos os funcionários dos arquivos e das bibliotecas que frequentei em Roma e atrás referidos. Os nomes atingem as dezenas e não poderei mencioná-los a todos. Faço, sim, um louvor ao seu profissionalismo e simpatia.

Um agradecimento muito especial à minha Orientadora, Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro. Uma mão, um braço amigo!

Um agradecimento ultra especialíssimo à minha família. Eles sabem porquê!

PRIMEIRA PARTE

DOS *QUARANTACINQUE GIORNI* AO FIM DO ESTADO NOVO

As relações diplomáticas que ocorreram entre a República portuguesa e a Monarquia italiana durante o período dos fascismos novecentistas processaram-se tendo em vista a concretização de uma lógica relacional que acomodasse o nacionalismo professado pelos regimes de Benito Mussolini e de António de Oliveira Salazar. Na primeira parte deste capítulo, veremos como as características específicas e partilhadas entre os dois regimes transpareceram na política externa de Portugal e da Itália e como o nacionalismo agressivo de Mussolini teve um impacto negativo nas relações luso-italianas. Segue-se um discorrimento em torno da função mediterrânica e europeia da Itália fascista tal como entendida pelos governantes e diplomatas portugueses, importante para percebermos qual era a posição do Governo de Lisboa a propósito da entrada dos italianos na II Guerra Mundial, em Junho de 1940, ao lado da Alemanha nazi. Finalmente, analisaremos a evolução do processo que levou à primeira queda política de Mussolini, em Julho de 1943.

1.1 – Fraseologias do fascismo e política externa

A similitude ideológica entre o fascismo italiano e o Estado Novo é um facto. Tal como a admiração de Oliveira Salazar pela «obra moralizadora» de Benito Mussolini, criadora «duma nova mentalidade, dum novo espírito, duma compreensão diferente da nova política do Estado italiano, do futuro da grande Itália» (Ferro 1935, p. xxxvii). O inverso é igualmente verdadeiro: a Mussolini aprazia a obra salazarista de ordenação interna, inserta no espírito ideológico das direitas ultra-conservadoras e no princípio político-económico corporativista, colocando a nação no eixo da terceira via, afastada das democracias e do comunismo, patrocinadores da decadência da Europa.

Todavia, Oliveira Salazar não confiava em absoluto em Mussolini. Vemos isso quando lhe chama «oportunista da acção»¹ (*apud ibidem*, p. 74). A conexão ideológica Estado

¹ Com estilos e personalidades diferentes, António Salazar, académico católico de temperamento resguardado, caracterizava o ateu Mussolini como sendo um «admirável oportunista da acção». E isto porque «ora marcha para a direita, ora marcha para a esquerda; combate hoje a Igreja, mas, pouco depois, é ele próprio quem faz o Tratado de Latrão para mandar encerrar, meses passados, as associações católicas» (*apud Ferro 1935*, p. 74). Fazia ainda questão de lembrar que o *Duce* era «um italiano descendente dos *condottieri* da Idade Média», assim como não deixava esquecer «as suas origens, a sua formação socialista, quase comunista» (*apud ibidem*).

Novo/fascismo é significativa neste contexto². A apreciação pela obra fascista, e que levou a uma emulação efectiva, foi cuidadosamente circunstanciada pelo próprio Presidente do Conselho na ideia da «bem marcada originalidade» do Estado Novo. Pretendia distanciá-lo não só do fascismo, mas também do conceito de totalitarismo que lhe estava associado.

Numa argumentação fluida entre a impossibilidade da replicação *ipsis verbis* do fascismo em Portugal e o reconhecimento da incorporação de partes do grande todo ideológico, Salazar (1939, p. 333) demonstrava que coexistiam dois regimes individualizados, cujas particularidades suplantavam as similitudes de base, constituindo dois casos nacionais únicos e não transplantáveis para fora da sua «natural origem» (*apud* Ferro 1935, p. 74). O reconhecimento de que o Estado Novo se aproximava «da ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social», era contrabalançado pelo Chefe do Governo com a importante ressalva de que elas se afastavam nos «processos de renovação» que preconizavam (*apud ibidem*, pp. 73-74). A tónica caía nas diferenças existentes ao nível dos métodos e da execução prática das instituições portuguesas que tinham sido moldadas a partir das congéneres fascistas: a União Nacional, a Legião Portuguesa, a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado, a Mocidade Portuguesa, a Organização das Mães para a Educação Nacional, a Mocidade Portuguesa Feminina, o Secretariado de Propaganda Nacional, a Frente Nacional para a Alegria no Trabalho ou as reformas de base na educação e na economia, inspiradas, respectivamente, na *Carta della Scuola* e na *Carta del Lavoro*. O Estado Novo adaptava os cânones fascistas à realidade portuguesa, aligeirando-os. Mas aligeirava-os sobretudo nas propriedades coreográficas, na violência e no personalismo jurídico. O cerne da questão é, portanto, o seguinte: a essência, a lógica funcional e o objectivo tanto estavam no acto fundador do regime de Mussolini como no de Salazar. As diferenças são, pois, ao nível da execução prática da ideologia e não tanto da ideologia em si. Ambos os regimes são autoritários, antidemocráticos, antiliberais, anticomunistas, anti-parlamentares, nacionalistas, repressivos, policiários, censórios, propagandistas,

² Julgamos que na problematização sobre se o salazarismo é ou não um fascismo, a nuclearidade ideológica conjuntural e europeia da qual o Estado Novo foi herdeiro e na qual se inseriu, disponibilizando aos seus mentores uma lógica funcional que poderia ajudar a orquestrar a ordem política interna, tem maior importância do que a sua perspectivação a partir do grau de materialização das políticas fascizantes. É importante também ter em conta o facto de que toda a materialização política é desmontada e dissimulada pelos regimes através da retórica e da propaganda em resposta aos interesses internos e externos dos estadistas. Sobre a controvérsia em torno do salazarismo ser ou não ser um fascismo e do fascismo ser ou não ser um fenómeno apenas italiano *vide* Milza 1973; Lucena 1976; De Felice 1978; Medina 1978; AAVV 1982; Cruz 1988; Pinto 1990; Nolte 1991; Colloti 1992; Lucena 1994; Payne 1995; Dei Schirò 1997; Léonard, 1998; Rosas 2001; De Bernardi 2001; Bernardo 2003; Ivani 2009; Torgal 2009, pp. 249-367; Serapiglia 2011.

corporativistas e conservadores, tendo sido fundados com o objectivo específico de criar uma nova ordem, independente do capitalismo democrático e do comunismo. Daí a insistência na aplicação dos adjectivos relacionados com a ideia do «novo», do «regenerado», do «renascimento». Desta forma, é ao nível da competência político-diplomática e governativa do Governo de Roma e de Lisboa, dos resultados alcançados por cada qual e do prestígio internacional obtido pelos respectivos líderes que as diferenças sobressaem. Oliveira Salazar, ao contrário de Mussolini, Hitler ou Franco, soube adquirir para si e para o Estado Novo uma durável e muito particular posição no contexto das relações internacionais, em mercê não só das peculiaridades da sua personalidade e do percurso vivencial, mas também dos particularismos escolhidos para fazer funcionar a osmose entre a realidade histórica portuguesa e o fascismo. Desta conjugação surge, então, o Estado Novo salazarista que ia sincreticamente orquestrando uma experiência fascizante (Rosas 1994, pp. 243-299; Rosas 2001, pp. 1047-1051; Torgal 2009, pp. 171-248).

A semasiologia dos slogans do Estado Novo – «Tudo pela Nação, nada contra a Nação» – e do *Nuovo Stato* italiano – «Tutto nello Stato, niente al di fuori dello Stato, nulla contro lo Stato» – evidencia no seu paralelismo as especificidades centrais dos dois regimes que transparecem ao nível das relações bilaterais luso-italianas³. Se em Itália tudo se fazia pelo Estado, nada seria permitido contra ele ou existiria extra Estado, no Portugal estado-novista tudo seria feito pela e a bem da Nação. A diferenciação partia do entendimento que cada Governo tinha do seu regime e da realidade sociocultural nacional sobre a qual fazia incidir a respectiva potestade para suplantar a conjuntura de crise imputada às democracias liberais.

O Estado Novo entendia Portugal como a agregação de todos os portugueses, da metrópole e das colónias, na secular Nação portuguesa. Considerando a Nação como a construtora legítima do Estado, uma ideia que tinha sido desenvolvida pelo Integralismo Lusitano (Cruz 1982, pp. 105-139), Salazar pretendia regenerá-la na sua glória e valorizá-la para que pudesse desempenhar sensatamente a sua função (cf. Ferro 1935, p. xvi e xviii). Deste modo, se à nação cabia fazer o Estado, ao Estado estava reservada a responsabilidade da feitura de uma sociedade orgânica, ou seja, a transmutar as massas/a nação num sistema político e societário de relacionamento corporativista. Função que deveria ser executada, como Oliveira Salazar gostava de sublinhar, afastando o «impulso tendente à formação do que poderia chamar-se o Estado totalitário», porquanto «o Estado que subordinasse tudo sem excepção à ideia de nação ou de raça por ele representada na moral, no direito, na política e na

³ Note-se que o Estado Novo decalcou a sua divisa do fascismo italiano, adaptando-a à «originalidade» do regime português.

economia, apresentar-se-ia como ser onnipotente, princípio e fim de si mesmo, a que tinham de estar sujeitas todas as manifestações individuais e colectivas, e poderia envolver um absolutismo pior do que aquele que antecederam os regimes liberais» (Salazar 1939, p. 336-337). E assim, a Constituição de 1933 repelia, na teoria salazarista, «tudo o que directa ou directamente proviesse desse sistema totalitário», colocando limites jurídicos e morais ao exercício da soberania⁴.

Em Itália, a realidade era diferente. O objectivo real do Estado fascista excedia a ideia da restauração da glória e honra da nação italiana. Tratava-se, em concreto, de criar a própria nação por mão do Estado onnipotente. Eis porque o *slogan* mussoliniano o coloca no centro da mundividência fascista, sacralizando-o⁵. O *Stato Nuovo* faria a estabilização interna, quer político-social, quer do ponto de vista da coalescência territorial de uma Itália multicultural, debilmente unificada pelo *Risorgimento* (1815-1871)⁶. O programa político fascista foi, por conseguinte, construído atendendo à constatação, por um lado, da inexistência dos italianos enquanto nação una, e, por outro, da impossibilidade de produzi-la segundo os postulados cívicos e políticos (tidos por falaciosos) da democracia liberal. Deste modo, o impulso vital não procederá da liberdade subjectiva do demo-liberalismo, mas do Estado fascista, ao qual estava inclusive reservado o direito de fazer a guerra se o mesmo beneficiasse a unidade nacional (cf. Rosati 2000, p. 89).

A adaptação do *slogan* fascista à realidade portuguesa demonstra a importância que tinha para os salazaristas menos reaccionários a demarcação da originalidade do Estado Novo,

⁴ Na realidade, o Estado Novo teve veleidades totalitárias na medida em que pretendia inserir a nação num Estado forte e produzir, citando Oliveira Salazar (1939, p. 84), a «coordenação social». O salazarismo seria, portanto, um «totalitarismo à portuguesa», como bem definiu Luis Reis Torgal (2009, p. 288).

⁵ No âmbito da problemática que vamos conduzindo, o fascismo pode também ser equacionado como uma religião política, ou seja, como um conjunto de crenças e de cultos laicos estatizados referentes a uma entidade transcendente (o Estado), legitimadora da construção/integração de uma comunidade nacional. Segundo Emilio Gentile (2001, p. 14), «cela advient chaque fois qu'une entité politique – la Nation, l'État, la race, la classe, le parti, le mouvement... - se transforme en une entité sacrée, c'est-à-dire qu'elle devient transcendent, indiscutable, intangible et, en tant que telle, s'affirme comme le centre d'un système plus ou moins élaboré de croyances, mythes, valeurs, commandements, rites et symboles qui en font un objet de foi, de déférence, de culte, de fidélité, de dévouement et, si nécessaire, de sacrifice humain».

⁶ O *Risorgimento* foi um movimento político-social, ideológico e filosófico de inspiração iluminista, romântica e revolucionária que levou, em 1861, à unificação dos diversos Estados existentes na península itálica num único ente político e institucional: o Reino de Itália. Os problemas na construção de uma identidade nacional derivavam precisamente deste holismo múltiplo enquanto somatório de características regionais (geopoliticamente demarcadas pelos antigos Estados), muito diferenciadas a nível económico, político, social. A um norte industrializado e rico contrapunha-se um sul predominantemente agrícola e pobre. Existia ainda, no advento do fascismo, o problema dos territórios irredentos (o Trentino, o Alto Adige, Trieste, Gorizia, Ístria, Carínia e Carniola), anexados pela Itália no âmbito do Tratado de Versalhes (1919) como alvíssaras pela vitória na I Guerra Mundial, ao lado da Tríplice Entente. Estes territórios, além de acolherem uma população italiana minoritária, possuíam sólidas tradições de autonomia administrativa (cedidas pelas autoridades imperiais austro-húngaras) e culturas diferenciadas, acentuando ainda mais a heterogeneidade e os particularismos existentes no interior do Reino de Itália (Ciuffoletti 1994, pp. 81-99 e 113-114).

facto que incidiria, de uma forma ou de outra, nas relações diplomáticas luso-italianas deste período. Para o compreender, há que ter em conta duas circunstâncias. A primeira é que nenhum regime, com excepção do mussoliniano, se assumia como fascista, uma vez que a afirmação da originalidade «fazia parte da essência do nacionalismo», como sublinha Luís Reis Torgal (2009, pp. 231-232). Utilizando esta valoração identitária, os responsáveis políticos visavam libertar o Estado Novo do enfeudamento externo operado pela Itália através de uma frente internacional fascista. A segunda é que os nacionalismos estado-novista e italiano diferiam entre si. Enquanto o Estado Novo patenteava um nacionalismo defensivo e activo por vias diplomáticas, Mussolini alimentava um nacionalismo assumidamente agressivo e muito propício a acções bélicas externas para realizar a unidade nacional e colocar a Itália numa posição cimeira entre as nações. Esta circunstância caracterizaria de forma marcante a diplomacia italiana a partir do início dos anos 30, com o *Duce* a abandonar a definição do fascismo enquanto fenómeno nacional, não exportável, e a incitar à fascização da Europa, como fez em Milão, em Outubro de 1932:

«Dans dix ans, on peut le dire sans se poser en prophète, la carte de l'Europe aura été modifiée... Dans dix ans l'Europe sera fasciste ou fascisée!» (*apud* Milza & Berstein 1980, p. 322).

Ideias que eram bem conhecidas em Portugal e que tornaram Salazar num estratega político cauteloso quanto a um relacionamento com a Itália que desencadeasse de alguma forma a fascização descontrolada do país. Três exemplos concretos poderão ser referidos: primeiro, a interdição levantada por Salazar à formação do *Comitato d'Azione per l'Universalità di Roma* (CAUR) em Lisboa, substituindo-o pela alternativa Liga de Acção Universal Corporativa (LAUC)⁷; segundo, as lacónicas referências na imprensa portuguesa ao Congresso de Montreux (16 - 17 de Dezembro de 1934), sem qualquer alusão à presença do delegado português, António Eça de Queirós, que era *tão-só* o único representante de um regime no poder⁸; terceiro, o esforço para circunscrever a propaganda ideológica fascista, com

⁷ Os *Comitati d'Azione per l'Universalità di Roma* (CAUR) foram criados em Julho de 1933 com o objectivo de reunir os movimentos fascizantes europeus numa frente ideológica comum, marcadamente anticomunista, antiliberal, corporativista e de regeneração nacionalista, segundo o modelo da Itália fascista (Pimentel 1995, p. 17).

⁸ Foi neste Congresso que os líderes fascistas europeus discutiram a formação de uma Internacional Fascista, também designada por Comissão permanente do fascismo universal, a qual viria a funcionar até ao Verão de 1935, altura em que se abria a fase mais aguerrida da política externa italiana, acicatando as suspeições do Governo de Salazar (Medina 1982, pp. 187-193).

o Governo a não reconhecer os *Fasci all'Estero* existentes em Portugal, embora permitisse o seu funcionamento entre a colectividade italiana⁹.

Pierre Milza e Serge Berstein (1980, pp. 308-331) balizam entre 1922-1935 uma diplomacia que apelidam «das incertezas», caracterizada pelas tentativas de Mussolini em arriscar modalidades de acção e relacionamentos em frentes diversas. O fascismo não teve, nos seus primórdios, o que se possa designar por política externa. A Marcha sobre Roma visava a reformulação institucional e social interna, sem que a mesma indicasse uma correlação directa e concretizável com as realizações diplomáticas. No entanto, os primeiros discursos de Mussolini *Duce* deixavam antever a natureza contraditória e mais oportunista do que pragmática da política externa fascista. Se, por um lado, sugeria que a Itália seguiria uma política moderada, honrando os tratados de paz e o direito internacional, por outro, afirmava que nenhum deles seria eterno ou imutável «se nel corso della loro esecuzione si rivelassero errati e inadeguati» (*apud* Mammarella & Cacace 2010, p. 86). Neste caso, seriam reexaminados. A prudência levava-o, contudo, a reivindicar uma política de paz justa, orientação que seria sensivelmente mantida ao longo da primeira década do regime, com a Itália a manter relações normais com a Inglaterra, com a França, com os Balcãs e no âmbito da Sociedade das Nações (SDN).

No início dos anos 30, Mussolini introduz um carácter mais agressivo e imperialista na política externa italiana, destinado a satisfazer as ambições de poderio internacional. A situação europeia estava em pleno processo de mutação com o surgimento de diversos regimes que seguiam os mesmos princípios ideológicos que o fascismo italiano, tornando-se, por conseguinte, concorrentes directos¹⁰ (*ibidem*, pp. 90-101).

A primeira concretização do belicismo expansionista italiano foi a guerra pela conquista da Abissínia, também conhecida por Etiópia, entre 1935 e 1936. Com ela, a Itália, fundadora da SDN e membro do seu Conselho, semeava a desconfiança e a inquietação na Europa, não só porque a última agressão militar contra um Estado independente tinha levado à I Guerra Mundial, mas também porque evidenciava a incompatibilidade formal entre o fascismo, as democracias e o direito internacional. A questão etíope vinha ainda sublimar o descrédito que

⁹ O *Fascio all'Estero* desempenhava entre os italianos emigrados funções de assistência, de divulgação cultural e de manutenção do sentimento pátrio, reforçando a fé nacional e fascista (Pimentel 1995, p. 19 e 21).

¹⁰ Em 1932, Oliveira Salazar iniciava o processo de construção do Estado Novo e Gyula Gömbös formava Governo na Hungria. Em Janeiro de 1933, o Presidente Paul Von Hindenburg nomeava Adolf Hitler como Chanceler da Alemanha.

a SDN tinha junto do Governo de Mussolini, com este a tentar subalternizá-la com o Pacto dos Quatro (1932)¹¹.

A conquista da Etiópia representava a assunção em pleno do pendor agressivo e intransigente do nacionalismo fascista, tornando inequívoco o carácter da política externa italiana tal como o poeta Filippo Tommaso Marinetti, autor do *Manifesto Futurista* (1909), apresentara numa conferência em Lisboa, em 1932: «Ser italiano quer dizer: dominador de todas as raças» (*apud* Pimentel, p. 22). O mesmo é dizer: ser italiano é ser criador de impérios. E a guerra da Etiópia foi isso mesmo: o ponto de partida para a construção do império da Itália fascista, fazendo renascer quinze séculos depois do seu termo o Império Romano (Mussolini 1936).

A ideia de império é um elo muito importante da articulação ideológica do fascismo. Mussolini, em conjunto com Giovanni Gentile, um dos principais teóricos do fascismo, falava do império como sendo a mais magnífica de todas as expressões humanas de potestade, acessível ao colectivo nacional porque ao Estado fascista, «volonté de puissance et de commandement», estava reservada a missão de elevar cada italiano ao desígnio imperial (Mussolini & Gentile 2001, p. 134). O império era, nesta perspectiva, uma expressão intelectual e moral que validava a sua conotação territorial, militar ou mercantil; era também a liderança de uma nação sobre nações, uma expansão que é uma manifestação de vitalidade de um povo renascente (*ibidem*, p. 136). A vocação imperial de Roma necessitava da África para ser concretizada, daí que o fascismo tivesse em relação àquele continente uma atitude imperialista, enfrentando ou confrontando interesses pré-existentes, fossem eles franceses, britânicos ou portugueses¹² (Mammarella & Cacace 2010, pp. 106-112).

As repercussões da questão etíope ao nível das relações diplomáticas entre Portugal e a Itália resultaram do clima de desconfiança que se criou entre os dois países.

Nos finais de Abril de 1935, Lobo d'Ávila Lima, Ministro de Portugal em Roma, enviava para Lisboa informações sobre o imperialismo italiano. Quer por iniciativa pessoal,

¹¹ Em 1932, Mussolini propunha uma aliança entre a Itália, a Inglaterra, a França e a Alemanha para formar o Pacto dos Quatro. O objectivo seria substituir a Sociedade das Nações por um directório das principais potências europeias, responsáveis, graças à aliança estabelecida, pela pacificação da Europa. A reacção negativa dos países que se sentiam ameaçados pelo ressurgimento alemão, como a Polónia e a Bélgica, levou Paris a propor outro projecto de conciliação, mais vago quanto ao de Mussolini: os quatro Estados praticariam uma colaboração efectiva para manter a paz com a colaboração da SDN. Significava isto que nenhum território poderia ser adquirido sem o seu aval (Milza & Berstein 1980, p. 326-327; Mammarella & Cacace 2010, pp. 104-106).

¹² Um breve nota para recordar que o colonialismo italiano teve início antes do fascismo e pouco depois da formação do Reino de Itália (1861). As primeiras possessões – os portos de Assab e de Massaua – seriam adquiridas na costa africana do Mar Vermelho. A soberania italiana alargar-se-ia, até ao final do século XIX, à totalidade da Eritreia e da Somália. Em 1911, a Itália conquistava ao Império Otomano a Tripolitânia e a Cirenaica, regiões que actualmente fazem parte da Líbia. Seguiu-se então, em 1936, a conquista da Abissínia (Del Boca 1985a; Del Boca 1985b; Del Boca 1992, pp. 3-127; Iacona 2009).

quer cumprindo instruções do MNE, Ávila Lima tinha por sua «aturada preocupação a observação e vigilância de quanto neste país possa cogitar-se acerca dos magnos e sagrados interesses coloniais portugueses» (*apud* Salvadorini 2000, p. 53, n. 81). Como sublinhava, tinha de estar atento para premunir o ressurgimento de «certa e tendenciosa campanha», como as pressões feitas por Roma junto da SDN, a partir de 1926, para que se procedesse à redistribuição do continente africano, e reiterar continuamente em Roma o direito inquestionável de Portugal sobre as suas colónias (*apud ibidem*). Embora Mussolini garantisse que a Itália estava «preponderantemente absorvida» na barragem ao *Anschluss* e no «cometimento africano nas fronteiras abissínias» (*apud ibidem*), a desconfiança de Ávila Lima era óbvia, não vendo nas declarações do *Duce* uma efectiva «abdicção de quaisquer intentos reservados do imperialismo italiano» (*apud ibidem*, p. 53, n. 81).

A comunidade internacional reagia à intervenção italiana na Abissínia com a aplicação de sanções através da SDN. Roma pressionava o Governo de Lisboa para obter o apoio de Portugal, crente que, enquanto país activo na obra de civilização dos povos colonizados, compreenderia a missão universal que estava reservada aos italianos, principalmente quando em Itália eram amplos os sentimentos de simpatia consagrados ao fascismo português. O desejado apoio não seria obtido. Como explicava o Ministro italiano em Lisboa, Alberto Tuozzi, num relatório de 12 de Junho de 1936, Salazar e os seus colaboradores faziam seus os gritos de alarme lançados pelas potências menores em Genebra, sede da SDN, que viam nos actos imperialistas das potências mais fortes uma ameaça à sua existência (*ibidem*, p. 22). No caso particular da Itália, Salazar temia que a conquista da Etiópia, ponto alto do expansionismo fascista, destruísse a paz e a tranquilidade até ali existentes na África portuguesa (*ibidem*, p. 24).

A partir de Roma, o diplomata português, na altura Augusto de Castro, relatava que a ideia corrente nos meios políticos italianos era que a guerra para a conquista da Abissínia, porque era a primeira guerra fascista, representava uma questão de honra nacional, não existindo outro desfecho senão a vitória. O que estava em causa era, portanto, o prestígio europeu de um regime militarista que se baseava na força (cf. *ibidem*, p. 27).

Foi esta ideia que, perante a atitude sancionária dos organismos da SDN, levou Roma a aproximar-se de Berlim, para desagrado do Governo de Salazar, pois via nesta colaboração entre dois regimes expansionistas e imperialistas uma grave ameaça à paz na Europa, especialmente quando a Espanha se abeirava da guerra civil. Em Fevereiro de 1936, a Frente Popular saía vencedora das eleições legislativas. A sua acrescida predisposição para a criação de uma federação ibérica, terminantemente execrada pelo Estado Novo enquanto obliteradora

do regime e da independência nacional, a par da tendência para o comunismo revolucionário, levavam Salazar a estigmatizar o novo Governo frentista e a proporcionar à oposição nacionalista de direita, liderada pelo General Francisco Franco, apoios decisivos a nível material e diplomático. Com eles seria possível realizar, a 18 de Julho de 1936, o golpe militar que daria início à guerra civil e da qual os nacionalistas saíam vitoriosos, em Janeiro de 1939 (Delgado 1980; Oliveira 1988; Jimenez Redondo 1996, pp. 27-28; Rosas 1998; Martins 2001, pp. 145-154).

A Itália também acompanhava com atenção o evoluir conjuntural da questão espanhola, assumindo decididamente uma política de intervenção ao subvencionar financeira e militarmente a facção nacionalista. Para o fascismo italiano, este procedimento significava não só o cumprimento do seu papel de defensor do Ocidente face ao comunismo, mas também um passo rumo à recuperação do reminiscente Império Romano, inaugurando, sob aquele pretexto defensivo, a expansão no Mediterrâneo. É que Mussolini pretendia de Francisco Franco agradecimentos pelo auxílio cedido. Desde logo, um acordo de colaboração política no Mediterrâneo ocidental e, numa clássica manobra estratégica para exercer pressão sobre as grandes potências europeias, a concessão das Baleares, posição de primeira ordem para controlar as rotas marítimas francesas com as possessões do Norte de África (Attanasio 1974; Coverdale 1977; Milza & Berstein 1980, pp. 352-353; Ranzato 1995; Salvadorini 2000, pp. 31-56).

Oliveira Salazar, que esperava do fascismo todas as ajudas possíveis para a causa do nacionalismo espanhol, evitava sugerir explicitamente a Mussolini uma colaboração conjunta porque, comunicava o Ministro Tuozzi a Roma, «teme di insospettare la «grande alleata» [a Inglaterra] da cui nello stesso tempo non vuole spararsi» (*apud* Salvadorini 2000, p. 41). O diplomata considerava mesmo que o Presidente do Conselho olhava expectante para a Itália, temendo que esta, ressentida pela posição portuguesa na questão da Etiópia, adoptasse, no âmbito da guerra espanhola, posições lesivas dos interesses portugueses. E rematava: em Lisboa, a Itália já não era vista como uma ameaça às pequenas nações (cf. *ibidem*, p. 40).

A situação de instabilidade na Península Ibérica durante a guerra espanhola acabou por atribuir às relações entre Portugal e a Itália um pragmático espírito de colaboração e complementaridade. Foi também este o período no qual a ditadura portuguesa mais se assemelhou ao regime italiano. Entre Maio e Outubro de 1936, o Estado Novo fundava a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa e a Organização das Mães para a Educação Nacional, da qual derivaria, na sequência de uma missão de estudo à Itália, a Mocidade Portuguesa Feminina. A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado e a Organização de

Vigilância e Repressão do Antifascismo começavam também a colaborar entre si para reforçar a segurança interna e externa do regime português. Em Dezembro de 1936, Lisboa e Roma assinavam um acordo comercial, um acordo para regular os pagamentos relativos ao intercâmbio comercial e um outro acordo para a liquidação dos débitos portugueses e italianos atrasados. Importante também a inauguração do *Istituto Italiano di Cultura di Lisbona*, ainda em 1936, colocando no panorama político-social e cultural de Lisboa uma instituição fascista oficial que, sob a direcção de Aldo Bizarri, intentava a aproximação ideológica dos dois regimes através de encontros e conferências relativos à jurisprudência, ao corporativismo, à arte, à cultura e aos laços históricos luso-italianos (Pimentel 1995, p. 22).

Em 1938, o tradicional equilíbrio de forças na Europa, tal como definido pelo Tratado de Versalhes (1919), desaparecia. A Alemanha anexava a Áustria e a região checoslovaca dos Sudetas. A certeza numa guerra europeia, então muito elevada, assoberbava os receios quer de Salazar, quer de Mussolini e dos respectivos governos.

Para compreender a posição italiana em relação à II Guerra Mundial, ela deve ser analisada no âmbito geral da política externa do fascismo, com especial incidência para a assinatura, entre a Alemanha e a Itália, do Pacto de Aço, a 22 de Maio de 1939. No decorrer das negociações, Roma exigia a Berlim o compromisso de que não avançaria para uma guerra europeia antes de 1943 e que a questão de Danzig seria resolvida pela via política. A Itália procurava ganhar tempo para intensificar o programa de rearmamento, pois as suas Forças Armadas, saídas da Guerra Civil de Espanha, não se encontravam plenamente operacionais. Berlim anui, mas substituiu o ano de 1943 por 1942, salvaguardando, em contrapartida, que a Alemanha tinha o direito de resolver o problema de Danzig. Os italianos aceitaram, revelando-se, porém, surpreendentemente incautos quando não incluíram no acordo qualquer cláusula sobre o comprometimento alemão com a calendarização da nova guerra. Uma falha que colocaria dificuldades a Mussolini para libertar-se da participação automática da Itália na guerra que a Alemanha começava contra a Polónia, logo em Setembro de 1939. Tal seria conseguido apenas com o argumento da impreparação do Exército italiano (Milza & Berstein 1980, pp. 362-368; Mammarella & Cacace 2010, pp. 126-130).

1940 seria o grande ano da Alemanha na II Guerra Mundial, com as tropas alemãs a avançarem rumo a Paris depois de conquistarem os Países Baixos e a Bélgica e de levarem os britânicos à retirada do continente, a partir de Dunquerque, entre Abril e Junho (Reynolds 2006, pp. 23-48). Sucessos que convenceram Mussolini de que a beligerância ao lado da Alemanha era uma promitente mais-valia para a Itália. A 10 de Junho declarava guerra à França. As perspectivas num triunfo total, pré-anunciadas com as fulgurantes vitórias alemãs,

diluíam também as resistências cépticas das principais figuras do regime italiano, do próprio Rei Vittorio Emanuele III e de parte considerável da população, com as manifestações anti-guerra a darem lugar a manifestações de entusiasmo belígero, em especial no norte da península (*ibidem*, p. 38). A beligerância era então vista como um acto de preservação do brio nacionalista, resgatando a Itália a uma existência orbital em torno de Berlim. Desta forma, através dela, os italianos exprimiam uma veleidade concorrencial face aos alemães, visando subtrair ao controlo germânico o norte da África e os Balcãs, duas zonas centrais na mitologia fascista orquestrada em torno da imagem do renascimento do Império Romano, e assim assegurar o domínio da Itália sobre o Mediterrâneo (Milza & Berstein 1980, pp. 398-403).

1.2 – A função europeia e mediterrânica da Itália

Oliveira Salazar e os seus colaboradores no MNE estavam particularmente interessados na posição da Itália em relação à II Guerra Mundial, pretendendo que Benito Mussolini se mantivesse fiel à não beligerância em prol da segurança do Mediterrâneo e de todo o flanco sul da Europa. Com efeito, o funcionamento das carreiras marítimas europeias que utilizavam o Mediterrâneo para chegar à África e ao Índico ficaria irremediavelmente comprometido com o alastramento da guerra à região e com a instalação de enclaves militares. Preocupante era ainda a inclusão do sul da Europa na guerra quando Portugal tinha a Espanha como país vizinho. As conexões entre os regimes de Francisco Franco, de Hitler e de Mussolini faziam Lisboa temer o avanço do Eixo sobre a Península Ibérica, catapultando a Espanha para um ataque anexionista a Portugal sob o pretexto de este ser um inimigo porque mantinha uma aliança com a Inglaterra.

A 13 de Maio de 1940, altura em que a imprensa e diversos políticos italianos já tinham como provável a beligerância da Itália, o recém-chegado Ministro de Itália em Lisboa, Renato Bova Scoppa, inteirava o Presidente do Conselho sobre a evolução dos acontecimentos. Dizia que, não obstante os grandes esforços diplomáticos feitos pelo *Duce* para manter a paz no Mediterrâneo e nos Balcãs, era cada mais difícil à Itália manter a sua não beligerância. Primeiro, a pujança continental adquirida pela Alemanha fazia com que fosse absolutamente necessário que a Itália, «grande potenza europea», tomasse em definitivo uma posição defronte da nova relação europeia de forças. Segundo, a Inglaterra tornava a situação no Mediterrâneo incomportável: «Le vessazioni, le angherie, le limitazioni di ogni sorta alla libertà del nostro commercio marittimo avevano assunto una misura tale che il *Duce* non le

avrebbe più sopportate»¹³. Tratava-se, segundo Mussolini, de uma afronta intolerável. Ao cercar a livre navegabilidade do Mediterrâneo e ao cortar as comunicações directas com as colónias italiana da África, Londres sujeitava a Itália a uma certa «schiavitù politica» e comprometia a independência dos italianos, já que um povo que não tivesse acesso aos oceanos não poderia considerar-se plenamente independente¹⁴.

Salazar entendia a exasperação de Mussolini, dado que a aliada britânica impunha um controlo económico semelhante a Portugal, com dano do livre comércio entre a metrópole e as colónias. Optava, no entanto, por apaziguar os ânimos e, num esforço de dissuasão quanto à feitura da guerra contra os ingleses, aconselhava Bova Scoppa a que o Governo de Roma discutisse e negociasse a questão com Londres. Só assim, aquele poderia dedicar-se à importantíssima missão da construção da paz na nova Europa, evitando o envolvimento de todo um continente na conflagração, o que somente beneficiaria a propagação do «veneno do bolchevismo» numa «humanidade ensanguentada e debilitada»¹⁵. Salazar incluía neste raciocínio a questão do poderio do III *Reich*, interpelando Bova Scoppa se consideraria realmente que a Itália tiraria alguma vantagem da hegemonização continental alemã se a favorecesse com a sua beligerância ao lado do Eixo. Em seguida, opinava:

«A mio avviso la funzione dell'Italia dovrebbe essere quella di equilibrare le forze, tenendo presente che i tedeschi hanno la guerra e la conquista nel sangue. La guerra è una fatalità storica che pesa nel destino della razza germanica»¹⁶.

Salazar não confiava nos alemães. O Pacto Germano-soviético (1939) e uma política externa ultranacionalista de germanização, articulada em torno de elementos biológicos e racistas e eficaz na concretização do seu pendor imperialista, acicatavam as suas desconfianças. Subscrevia, por isso, a estratégia de Mussolini para criar uma força de contenção do nazismo, considerando que se o *Duce* criara, tal como Hitler, «uma grande força popular», dele diferia porque se mostrava «mais prudente» (Ferro 1935, p. 210). Neste sentido, o Presidente do Conselho só poderia recriminar veementemente a entrada da Itália na II Guerra Mundial, descrevendo-a como o acto imprudente que entregaria aos alemães o predomínio na definição da nova ordem europeia. A 13 de Junho de 1940, escrevia a Armindo Monteiro, Embaixador em Londres:

¹³ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1960, doc. 404, telegrama n.º 124/03 de 13 de Maio de 1940, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE, p. 335.

¹⁴ *Ibidem*, p. 336.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 335-336.

«Quanto à ingerência do *Duce* na futura organização da Europa, tudo dependerá das ideias de Hitler, pois, se se trata de germanizar a Europa, substituindo a civilização mediterrânica, não parece que a acção de Mussolini possa ser grande [...]. Pareceu-me, porém, que a Itália não põe este problema e supõe que tudo se resumirá em posses territoriais e distribuição de colónias e mercados com os impérios britânico e francês. Sente-se, no entanto, que temem que os acontecimentos vão longe de mais, mas não resistem à tentação de aumentar os domínios nesta oportunidade» (*apud* Salvadorini 2000, p. 74).

Neste contexto, a diplomacia portuguesa empenhou-se para não deixar que o Governo de Franco cedesse às invectivas do Eixo e entrasse na guerra. A 29 de Julho de 1940, Lisboa e Madrid subscreviam o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade e de Não Agressão. Recordemos que o Tratado de Amizade e de Não Agressão tinha sido celebrado entre os Governo português e espanhol a 17 de Março de 1939, estando ele destinado a promover a concertação de uma política ibérica comum defronte a uma guerra na Europa. Além dos objectivos imediatos enunciados na nomenclatura do documento – promover a amizade, a colaboração e a boa vizinhança –, os signatários pretendiam assegurar que não facilitariam ou apoiariam qualquer agressão militar contra a outra parte vinda de terceiros, numa referência à Inglaterra, no caso de Espanha, e à Alemanha e à Itália, no caso de Portugal (Jiménez Redondo 1996, pp. 38-43).

O Protocolo Adicional seria, então, uma reacção peninsular ao alargamento da guerra ao sul da Europa e ao Mediterrâneo e à presença da *Wehrmacht* junto dos Pirenéus, com os dois signatários a procurar neutralizar temores mútuos, um em relação ao outro, e obter, Lisboa, o compromisso de que a Espanha não entraria na guerra e não concederia facilidades à entrada dos alemães ou italianos na península, e Madrid, o comprometimento de Portugal em como os britânicos não organizariam uma acção ofensiva através da costa portuguesa (Jimenez Redondo 1996, pp. 42-46; Telo 2000, pp. 41-49; Salvadorini 2000, pp. 60-62).

Do encontro entre Franco e Mussolini em Bordighera, ocorrido a 12 de Fevereiro de 1941, emergem algumas das linhas centrais que interligam as políticas externas da Itália, da Espanha e de Portugal nos seus interesses comuns. Foi uma entrevista cordial e que não criou, para a Espanha, compromissos a favor da Itália ou da Alemanha, até porque Mussolini, segundo dizia Nicolau Franco, Embaixador espanhol em Lisboa, não pediu a entrada da Espanha na guerra por reconhecer a sua difícil situação política, económica e militar derivada da ainda muito recente guerra civil¹⁷. O *Duce* aceitava também a política peninsular que

¹⁷ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista 1989, doc. 58, carta secreta de 25 de Fevereiro de 1941, o Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho, p. 189.

Francisco Franco e Oliveira Salazar queriam implementar, dado que um dos seus objectivos seria precisamente fortalecer o que chamava por bloco latino em torno da Itália, da França, da Espanha e de Portugal¹⁸. Esta questão coloca-nos defronte das teorias fascistas e nazis para a construção de uma *Nova Ordem* europeia.

A força militar demonstrada pela *Wehrmacht* desde meados de 1940 levava a que a Alemanha fosse cada vez mais considerada como o motor revolucionário da *Nova Ordem*. Uma *Nova Ordem* que, naquela altura, era pouco teorizada nos aspectos práticos. Hitler, por razões estratégicas, a fim de circunscrever o surgimento de novos inimigos e diminuir a resistência *in loco*, não difundia objectivamente como a concretizaria, muito embora a propaganda nazi gizasse uma *Nova Ordem* consubstanciada numa comunidade europeia espiritual, solidária e cooperante, no âmbito da qual, devido à planificação laboral, à modernização técnica da produção e a um sistema continental unificado de comércio e de comunicações, não existiria falta de empregos ou crises económicas (Loff 2008, p. 611).

Na correspondência enviada ao Embaixador em Madrid, que era Pedro Teotónio Pereira, Salazar lamentava a incógnita sobre como o III *Reich*, se plenamente vitorioso na guerra, organizaria a Europa em face dos seus interesses, mostrando-se visivelmente preocupado com o facto de as ideias europeístas nazis pudessem ser largamente difundidas pela imprensa espanhola (cf. *ibidem*, pp. 46-47). O Presidente do Conselho, como o próprio reconhecia, encontrava-se num dilema: por um lado, as afinidades ideológicas que o regime português mantinha com a Alemanha permitiam uma capacidade de manobra «claramente reduzida» em relação às potências directoras da futura nova Europa; por outro lado, mantinha interesses económicos comuns e laços jurídicos com a Inglaterra, cuja situação era precária. Neste quadro, Salazar considerava fundamental que se conseguisse que Franco, um aliado e amigo da Alemanha, fizesse com que Hitler aceitasse que existiriam limites que não poderia ultrapassar no seu projecto de renovação das instituições da Europa (*ibidem*, p. 47).

A invasão alemã da URSS, com início a 22 de Junho de 1941, reforçava a convicção de que a Alemanha assumira um poder directório irrefutável, desta vez ajustado ao anti-comunismo, uma das ideias baluarte dos fascismos. Escreve Manuel Loff (2008, p. 493) que, na segunda metade de 1941, «chegara-se definitivamente à conjuntura histórica em que os Estados autoritários europeus mais se aproximaram de uma institucionalização concreta dos projectos de *Nova Ordem*».

¹⁸ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista 1989, doc. 57a), informação confidencial de 20 de Fevereiro de 1941, redigida pelos Serviços de Imprensa da Embaixada de Portugal em Madrid, p. 184.

A irreversibilidade com que em Portugal, na Espanha, na Itália, na Roménia e na França se aceitava a construção de uma *Nova Ordem* hitleriana colocava àqueles países a questão de como a respectiva ascendência latina deveria e poderia ser evidenciada naquele holismo (*ibidem*, pp. 611 e ss.). De uma forma vaga, Benito Mussolini falava da *Nova Ordem* como uma bipolarização ítalo-germânica de esferas de influência, alimentando a mitologia fascista do Império Romano, cujo ressurgimento só seria possível se a Itália dominasse com exclusividade no sul mediterrânico da Europa (*ibidem*, pp. 613-614). Salazar não acreditava que Hitler abdicasse do pleno domínio sobre a Europa e cedesse a Mussolini, em equidade, parte da governabilidade do continente. Por isso, em fins de Novembro de 1941, sugeria ao Ministro de Portugal em Roma que defendesse junto dos italianos que a Itália devia tentar uma aproximação a Vichy e apoiar-se nos povos latinos para «moderar as possibilidades de expansão e força hegemónica da sua aliada, hoje em busca de certo equilíbrio» (*apud ibidem*, p. 613). Assunto que recupera, no início de Dezembro de 1941, num telegrama ao Ministro de Portugal em Bucareste:

«Sendo óbvios os motivos da entrada desta [a Itália] na guerra e os objectivos que queria realizar quanto ao seu império se vitoriosa, não se sabem as ideias acerca da organização da Europa. Na verdade, ou crê que Hitler dividirá com a Itália o pleno domínio da Europa, o que me parece difícil que a sua experiência política aceite como possível e realizável, ou, aproveitada a aliança com a Alemanha para fins de guerra, Mussolini entende ter chegado o momento de apoiar a França e aproximar-se das outras nações latinas para contrabalançar e temperar a hegemonia e espírito germânicos» (*apud* Salvadorini 2000, p. 83).

Quando, a 15 de Fevereiro de 1942, o *Diário da Manhã*, órgão da União Nacional e como tal, órgão oficioso do Governo português, publicou o artigo de fundo intitulado «Os portugueses e a *Nova Ordem*», Francesco Frasoni, Ministro de Itália em Lisboa, assinalava o facto ao *Ministero degli Affari Esteri*. Ainda que a peça jornalística fosse substancialmente constituída por uma série de citações de um artigo publicado em Junho de 1922 por António Sardinha, fundador do Integralismo Lusitano e um dos precursores políticos e intelectuais do Estado Novo, era a primeira vez que a questão da *Ordine Nuovo* era abordada abertamente e com «affermazioni sostanzialmente favorevoli», embora generalistas, na imprensa do Estado Novo e, mais significativo ainda, por um órgão de directa inspiração governativa. Até então, a problemática estava cativa da crítica negativa feita pelos jornais demoliberais¹⁹.

¹⁹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b.15 (1942-1943), ofício n.º 652/324 de 17 de Fevereiro de 1942, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

O autor era o jornalista Augusto da Costa, «portavoce delle sfere ufficiali portoghesi ed anche talvolta interprete del pensiero del Capo del Governo stesso»²⁰. Costa reiterava os princípios fundamentais da doutrina – o anti-plutocratismo e o anticomunismo –, embora não fizesse referência aos teóricos ou aos detalhes programáticos da aplicação da *Ordine Nuovo*. Frasoni não deixou escapar que Augusto Costa atribuía a Portugal a prioridade na enunciação de tais pressupostos, pois procediam naturalmente de uma civilização que era lusitana, cristã, nacionalista, anticomunista e anti-capitalista. Recuperando as palavras de Sardinha, que profetizavam que a Portugal estava reservado o destino de inaugurar a *Nova Ordem* na Europa, o jornalista frisava que, naquele presente, o Estado Novo concretizava a nova cruzada vaticinada em 1922²¹.

Frasoni interpretava o artigo no que tinha de implícito. Para ele, a reivindicação de uma pressuposta anterioridade portuguesa na enunciação da Nova Ordem exprimia indirectamente a adesão *formal* aos seus princípios²². No entanto, como sublinha Manuel Loff (2008, pp. 230-231), o Governo português não duvidava de que «uma associação directa com a *Nova Ordem* hitleriana antes de uma derrota total da Grã-Bretanha ou de um acordo entre alemães e britânicos significaria automaticamente o fim do Império Colonial português». Neste particular, eram perigosas as pressões que a África do Sul e o Congo Belga faziam, respectivamente, sobre Moçambique e Angola, esboçando planos para uma ocupação militar no caso de um ataque alemão a Portugal ou se Salazar se aproximasse do Eixo (Telo 1991, pp. 26-35).

De referir ainda que a publicação do artigo no jornal oficioso do regime de Lisboa poderá ser equacionada como uma tática para fazer circular a máxima de que, em relação à *Nova Ordem*, cuja concretização parecia holisticamente germânica e plutocrática – um dos princípios que o artigo dizia que Portugal combatia –, o Estado Novo não era imitador, mas originador, fazendo sobressair que os portugueses favoreciam, desde o tempo dos Descobrimentos, a criação dos grandes espaços²³. Não por acaso, Augusto da Costa afirmava que os portugueses foram, logo em Quinhentos, precursores da expansão comercial e missionários civilizadores que renegavam aos benefícios do capitalismo, mesmo quando este

²⁰ *Ibidem*.

²¹ *Ibidem*. No artigo publicado em 1922, Sardinha atacava o Estado burguês e o «cesarismo vermelho de Lenine», incitando ao combate destas duas formas de desorganização sistemática e prevendo para breve a ruína do estado parlamentarista e plutocrático. Era nesta perspectiva que a Nova Ordem seria uma nova cruzada.

²² *Ibidem*.

²³ Carl Schmitt foi, de entre os ideólogos alemães da teoria do *Grossraumordnung* (Ordenação dos Grandes Espaços), aquele que mais impulsionou a ideia nazi do *Lebensraum* (Espaço Vital) e os planos de conquista territorial que levariam à sua concretização. O *Lebensraum* destinava-se a garantir as necessidades defensivas (políticas e militares) e vitais de uma Europa germanizada (Loff 2008, pp. 255-256).

seduzia para que se tornassem nos serviçais viajantes da grande indústria europeia²⁴. Note-se que o artigo evidenciava a componente extra-europeia dos grandes espaços criados por Portugal, remetendo para a projecção oceânica do país.

Como se vê, a *Nova Ordem*, ao pressupor a mutação radical dos equilíbrios geopolíticos pré-existentes, causava sérias preocupações e desconfianças em Portugal, facto que não passou despercebido ao Primeiro-secretário da Legação de Itália em Lisboa, Maquês Sili:

«Se l'Ordine Nuovo era ed è causa di preoccupata diffidenza per queste classi medie portoghesi, rappresenta una fonte di perplessità anche per il Presidente del Consiglio, la cui concezione di governo, sia pure a caratteristiche autoritarie, troppo si discosta in sostanza per principi politici, religiosi ed economici che informano l'azione del III Reich»²⁵.

O próprio Nicolau Franco, Embaixador da Espanha em Lisboa, presente em Sevilha, confidenciava a Francesco Frasoni, a 21 de Fevereiro de 1942, que Salazar se demonstrara preocupado com a hegemonia económica alemã e que, em relação à futura organização da Europa, dizia não admitir discriminações entre as várias nações, referindo em concreto a possibilidade de que a Portugal estivesse reservado um papel exclusivamente agrícola, como os alemães pareciam sugerir²⁶. Segundo Frasoni, Nicolau ficara com a impressão de que Salazar pensava com um espírito mais europeu que atlântico ou anglófilo (Salvadorini 2000, p. 83, n. 134).

O europeísmo de Oliveira Salazar era frequentemente por ele reiterado na seguinte fórmula: paz de compromisso. A vitória de ninguém seria a única alternativa conducente ao equilíbrio político europeu e, ainda que por volta de Novembro de 1942 começasse a acreditar na possibilidade da vitória Aliada sobre o Eixo, não abandonava a percepção estratégica que tinha de uma Alemanha estável na sustentação da investida ocidental russa. Instava, por isso, à concertação entre os Aliados e o Eixo. Neste contexto, Salazar valorizava a Itália como um factor de equilíbrio no Mediterrâneo, zona sobre a qual incidiam os interesses da União

²⁴ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 15 (1942-1943), ofício n.º 652/324 de 17 de Fevereiro de 1942, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

²⁵ *Ibidem*, «Relatório anual sobre a situação política portuguesa em 1942», redigido pelo Primeiro-secretário da Legação de Itália em Lisboa, anexado ao ofício n.º 965/422 de 4 de Março de 1943, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

²⁶ Propondo os alemães, na *Nova Ordem*, uma divisão internacional do trabalho, a desconfiança de Salazar, como o próprio escrevia ao Ministro em Berlim, em finais de Novembro de 1941, era que a tendência fosse «para continuar a industrialização alemã, ligando à agricultura os povos predominantemente agrícolas», ao mesmo tempo que se sobrevalorizava a «uma concepção puramente materialista e utilitária em que só o agregado social importa e o homem, e a família, e o seu enraizamento ao solo, e a sua ligação à pátria, e a sua vida moral, podem ser desprezados ou inteiramente subalternizados» (*apud* Loff 2008, p. 159).

Soviética, dando o seu apoio às iniciativas que, a partir de 1943, iam surgindo entre os italianos para a negociação da paz separada com os anglo-americanos²⁷.

No início de 1943, Mussolini tentava destacar a política externa da Itália da Alemanha e conduzi-la de forma mais exclusiva para os países latinos numa concertação de esforços para o Mediterrâneo e para a Europa. Camilo Pellizzi, no relatório da viagem à Península Ibérica, realizada em Março de 1943, actualizava o *Duce* sobre as reacções locais à nova diplomacia do Governo fascista²⁸. A expectativa era, segundo Pellizzi, positiva:

«In tutto il mio viaggio, da tutti i contatti avuti, ho ritratto questa convinzione: è diffusa l'opinione, o il sentimento, che Mussolini e l'Italia, quali che siano state finora le loro fortune e sfortune belliche, non hanno ancora parlato. L'Italia entrò in guerra nel '40 accordandosi, per così dire, a un processo di eventi già in corso non da essa iniziati o determinati. La situazione è profondamente cambiata; nessuno sa più dove siano esattamente gli amici e i nemici [...]; ma su tutto sembra dominare questo grande fatto: il declino fatale e collettivo di tutta l'Europa, e il pericolo di un crollo quasi totale della sua civiltà. Forse la voce di Mussolini, si pensa da molti, potrebbe ancora levarsi sopra il tumulto, non per proporre un armistizio generale [...], ma per denunciare della realtà e additare un orientamento costruttivo ed europeo; dare insomma alcune chiare idee, e impegnare l'Italia a fare la guerra o la pace nel nome di quelle»²⁹.

Nesta altura, o regime de Mussolini aproximava-se do fim, abalroado pela situação infanda a que conduzira o país com a participação na II Guerra Mundial.

1.3 – A queda do *Duce*

O fim do regime fascista italiano surge na confluência de um conjunto diversificado de fenómenos e de variados processos de longa duração, não só relativos à conduta militar, mas também aos comportamentos da sociedade civil e à própria essência do sistema de poder fascista (De Bernardi 2001, p. 298).

É revelador que o próprio Benito Mussolini admitisse, em 1943, que a Itália estava pior preparada para a guerra em 1940 do que em 1915. A falta de maturidade estratégica dos chefes militares italianos, a ineficaz coordenação entre o Exército, a Força Aérea e a Marinha,

²⁷ Sobre o europeísmo de Salazar *vide* Torgal 2009, pp. 499-522 e 533-552.

²⁸ Camillo Pellizzi, Director do *Istituto di Cultura Fascista*, vinha a Portugal a propósito da Exposição do Livro Italiano, realizada no Teatro Nacional e inaugurada a 16 de Março de 1943.

²⁹ Fondazione Ugo Spirito/Archivio Storico, fundo Camillo Pellizzi, b. 5, fasc. 17, doc. 9, «Relatório de uma visita a Portugal e a Espanha», 4 de Abril de 1943, reservado.

as graves deficiências no serviço secreto de informações, a hermeticidade dos quadros superiores e a limitada fluência comunicativa condicionaram exponencialmente a má prestação da Itália, fazendo ruir todas as expectativas iniciais na obtenção de uma posição vantajosa no final da guerra. A campanha contra a Grécia, entre Outubro e Novembro de 1940, que pretendia ser a afirmação do espírito de iniciativa perante Berlim, foi duramente perdida. Ao longo da Primavera de 1941, o controlo da África Oriental, onde estava estacionado grande parte do Exército italiano, passou para a Inglaterra. No norte de África, as sucessivas vitórias obtidas pelos anglo-americanos a partir de 1942 obrigavam o Eixo a recuar até ficarem confinados, no início de 1943, na Tunísia. A 2 de Fevereiro de 1943, os russos faziam cair Estalinegrado, até ali nas mãos dos alemães, dando início ao avanço da URSS sobre o *Reich*. Pouco depois, em Maio, as tropas ítalo-alemãs estacionadas no norte de África entregavam a rendição. A situação tornava-se incomportável em Julho de 1943, quando os Aliados invadiram a Sicília (no dia 10) e bombardearam Roma e as principais cidades italianas (Milza & Berstein 1980, pp. 396-403; Smith 1998, pp. 3-44; Ray 2002, pp. 107-135, 169-199 e 211-214 Reynolds 2006, pp. 37-39, 55-58; Morgan 2007, pp. 34-84).

Económica, financeira e socialmente, a situação da Itália era calamitosa: o excessivo acumular de gastos sem retorno com as guerras da Etiópia, da Espanha e com a II Guerra Mundial exaurira o país financeiramente, agravando-se a escassez de capital e a redução das reservas de ouro do Banco de Itália; a indústria, muito dependente das exíguas e dispendiosas matérias-primas estrangeiras, estiolava e o bloqueio marítimo britânico aumentava exponencialmente a carestia de víveres, com a população a demonstrar o seu desagrado com greves sucessivas a partir do Verão de 1942 (Milza & Berstein 1980, pp. 394-396 e 403-404; De Bernardi 2001, pp. 285-306).

Escreve Ennio Di Nolfo (1996, p. 42) que foi com a declaração de guerra do Governo de Roma aos EUA, a 11 de Dezembro de 1941, que os italianos perceberam que a guerra não seria apenas europeia ou célere, mas intercontinental e longa. E se, até àquela data, tinha sido possível acreditar na vitória do Eixo sobre a URSS (estava em aberto a operação *Barbarossa*, iniciada em Junho de 1941), a vitória sobre a coalizão EUA/União Soviética/Inglaterra constituía, para muitos, um «sogno megalomaniaco» que lançaria a Itália numa conjuntura mais infausta do que aquela até ali vivida (*ibidem*). Neste sentido, os insucessos militares de 1942-1943 e a crescente redução da qualidade de vida traduziam o agudizar da grave crise endémica na qual o regime lançara o país, com o agravamento contínuo da situação a reforçar de forma contundente a convicção geral de que o fascismo falhara política, militar e socialmente.

Nas altas esferas políticas italianas, começava-se a agir para pôr fim à beligerância italiana, seguindo-se a máxima «perde-se a guerra mas ganha-se a paz». Existiam duas alternativas: negociar a paz separada com os anglo-americanos, acção levada a efeito sobretudo à revelia do Chefe do Governo, ou pressionar Mussolini para que acordasse com Hitler a retirada da Itália da guerra. A negociação da paz separada era a opção eleita pelos sectores próximos da Casa de Sabóia e do Vaticano (*ibidem*, pp. 43-44).

No seguimento da declaração de guerra por parte de Roma, Washington solicitava ao Embaixador italiano que informasse o Rei Vittorio Emanuele III e os meios influentes em Itália que o Governo dos EUA acolheria favoravelmente uma iniciativa italiana para a negociação da paz. Washington, dizia-se, não confundia a Alemanha com a Itália e não nutria ressentimentos profundos em relação aos italianos porque não tinham sido eles a começar a guerra que combatiam. Os contactos com os anglo-americanos iniciavam-se no Verão de 1942 com as diligências do Duque D'Aosta, do Príncipe Umberto do Piemonte e do Rei Vittorio Emanuele. Nesta altura, a Inglaterra e os EUA discutiam a viabilidade estratégica da ofensiva militar no norte de África, baptizada com o nome de código *Torch*, ganhando força duas ideias: a rendição italiana contribuiria de forma significativa para a derrota global de Hitler ao abrir o Mediterrâneo às tropas anglo-americanas e a Itália constituía o calcanhar de Aquiles do Eixo, o que significava, em termos de tática militar, que deveria ser posta fora de combate. As diligências italianas tinham, portanto, um enquadramento muito favorável³⁰.

Entretanto, a propaganda inglesa vinha dando indícios de que antes da Primavera de 1943 seria iniciada uma grande acção aliada no Mediterrâneo, com Londres a exercer pressão sobre Roma para que avançasse de forma clara para um destacamento da Alemanha. Segundo relatava o Ministro italiano em Lisboa, em Outubro de 1942, a vinda de Myron Charles Taylor, influente industrial e diplomata norte-americano, a Portugal, tinha por objectivo sondar, através da Santa Sé, as intenções do Governo italiano, sondagem cujo momento era considerado oportuno por Roosevelt e Churchill³¹. Galeazzo Ciano, Ministro dos Negócios Estrangeiros, reagia e, em Novembro, instruía o Ministro em Lisboa para que aferisse da receptividade dos Aliados a uma proposta para a negociação da paz, enviando a Lisboa e a Berna, por conta própria, no início de 1943, colaboradores de confiança para encetarem novos contactos (Telo 1991, p. 114). Em Janeiro de 1943, os marechais Pietro Badoglio (futuro sucessor de Mussolini à frente do Governo italiano) e Enrico Caviglia sugeriam aos britânicos

³⁰ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1989, doc. 77, telegrama n.º 5535/1670r de 28 de Agosto de 1942, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE, p. 91.

³¹ *Ibidem*, doc. 78, telegrama n.º 6338/1916-1917R de 2 de Outubro de 1942, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE, p. 185.

a realização de uma reunião para definir uma acção coordenada, dentro e fora da Itália, destinada a derrubar o regime de Mussolini e a formar um Governo militar pró-Aliado. Também a Princesa Maria José do Piemonte, esposa do Príncipe Umberto, herdeiro da Coroa, fez diligências para a obtenção da paz separada. No início de 1943, intervinha junto do Ministro britânico no Vaticano, ao que se segue, em Junho, a petição a António Oliveira Salazar para que servisse de intermediário entre Roma e Londres (Milza & Berstein 1980, pp. 406-407; Loff 2008, p. 830).

Perante a deserção do fascismo que se verificava desde finais de 1942, Mussolini desencadeava a refascização do regime, substituindo os altos dignitários do Governo por personalidades da sua inteira confiança e assumindo, a 23 de Fevereiro de 1943, a pasta dos Estrangeiros (Milza & Berstein 1980, pp. 405-406). O antigo Ministro em Lisboa, Renato Bova Scoppa, um dos grandes defensores de uma aliança latina sul-europeia, para cuja concretização aconselhava Mussolini desde 1940, lembrava-lhe, num telegrama datado de 5 de Junho de 1943, a importância da influência de Salazar na procura de uma «onorevole via d'uscita». Citemo-lo:

«Nei numerosi rapporti da Lisbona dal 1940 al 1941 ho ripetutamente riferito su alcune idee del Signor Salazar nei confronti del conflitto, che esprimono identità di concetti. Per la conoscenza che io ho dell'uomo e per le confidenze da lui fattemi ripetutamente, e fattemi anche indirettamente pervenire recentemente, sono convinto che il Duce e l'Italia fascista potrebbero avere nell'uomo di Stato portoghese un sicuro amico di provata discrezione, al quale rivolgersi e da interessare eventualmente in modo opportuno per una indicazione circa la possibilità e l'attualità di un'azione diplomatica intesa a scrutare l'orizzonte per trovare una onorevole via d'uscita.

Ai fini della valutazione di questa idea, prego voler tener presente che il Signor Salazar considera la presenza nel Mediterraneo di una grande potenza italiana come un interesse essenziale delle nazioni iberiche»³².

Bova Scoppa era, desde finais de 1942, Ministro de Itália em Bucareste, partilhando com o Ministro dos Estrangeiros da Roménia, Mihai Antonescu, muitos pontos de vista no referente à política externa italiana. Ambos defendiam a constituição de um eixo fascizante dos países do sul da Europa, forte o suficiente para contrabalançar o poderio alemão e defender as suas visões estratégicas junto do Governo de Berlim. Recordemos que a Roménia era um dos aliados do Eixo.

³² Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1990, doc. 395, memorando de 5 de Junho de 1943, o Ministro de Itália em Bucareste ao Subsecretário dos Estrangeiros do MAE, p. 518.

Em Junho de 1943, Antonescu expunha a Bova Scoppa, para comunicação a Mussolini, as suas ideias sobre o desenrolar da guerra e o papel da Itália no seu contexto. Segundo ele, a situação italiana estava destinada a piorar com o passar do tempo. Militarmente, não poderia vencer. Dizia que era chegada a hora de uma indispensável e urgente mudança de tática política: se o *Duce* tomasse a iniciativa de uma «prudentíssima azione diplomatica», não só salvaria os países do Eixo de uma situação dramática, mas também prestaria um assinalável serviço à Alemanha. Insistia, numa conjuntura de precariedade para as potências do Eixo, que Mussolini devia liderar uma acção concertada para elucidar *Herr* Hitler, alucinado com a guerra contra os russos e obstinado em não negociar a paz com os inimigos. A preocupação de Antonescu era que quanto mais tarde se negociasse, maior seria a extenuação militar e política do Eixo e piores as condições da paz exigidas pelos Aliados, restando, no final, apenas a rendição incondicional³³.

Mussolini não denegou a aliança com a Alemanha, muito embora o Subsecretário dos Estrangeiros Bastianini sugerisse ao Governo de Salazar, em Julho de 1943, e com o apoio mais ou menos tácito do *Duce*, que intervisse na procura de uma solução concertada para o problema italiano (Milza & Berstein 1980, p. 407). Mas como referia o Ministro de Portugal em Roma, Ávila Lima, «sob o impulso das contrariedades bélicas e das recentes angústias materiais», o ambiente político volvia-se «mais turvo e albergando hipóteses extremas»³⁴. Conservadores, liberais e militares conjecturavam sobre projectos políticos futuros que previam a substituição do fascismo por um regime autoritário de carácter tradicional o que, na prática, significaria o afastamento de Mussolini. Paralelamente, as facções burguesas, outrora apoiantes do regime, tomam uma parte cada vez mais activa na luta contra o fascismo, com muitos dos liberais a esperar de Vittorio Emanuele III uma iniciativa política que restabelecesse a paz e um regime constitucional (Di Nolfo 1996, pp. 41-42).

O Monarca considerava a substituição de Mussolini desde Novembro/Dezembro de 1942, altura em que a Itália perdia as colónias da África Ocidental Italiana para a Inglaterra. Contudo, devido à delicadeza da conjuntura bélica e para evitar uma reacção violenta por

³³ *Ibidem*, doc. 395, memorando de 5 de Junho de 1943, o Ministro de Itália em Bucareste ao Subsecretário dos Estrangeiros do MAE, p. 516. É importante referir que Mihai Antonescu insistia nesta posição após ter proposto a Adolf Hitler, em Abril de 1943, que fizesse a paz separada com os Aliados. Nesta altura, o *Fuhrer* conhecia os diversos contactos estabelecidos pelos diplomatas romenos através de Berna, Madrid e Lisboa, aqui procurando obter a mediação de Salazar. Sabia também que Cordell Hull, Secretário de Estados dos Estrangeiros norte-americano apoiava a iniciativa romena. De referir ainda que, nos inícios de Julho, Mihai enviava a Lisboa um emissário de confiança com a missão informar Salazar sobre as suas ideias para uma aliança entre as nações latinas, cuja política de restauração social, religiosa e moral seria conduzida pelo Primeiro-ministro português em razão do seu inegável prestígio internacional (Loff 2008, p. 616).

³⁴ AHD/MNE, 2P A49 M88, telegrama n.º 102 de 25 de Julho de 1943, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

parte de Hitler e de Mussolini que resultasse na extinção da Monarquia, qualquer «golpe de Estado», defendia Vittorio Emanuele III, teria de ser cauto e secretamente preparado. O que explica a sua resistência aos numerosos apelos para que tomasse uma posição definitiva. Só a percepção de que o país se encontrava, em Julho de 1943, à beira do abismo, despertando entre a população sentimentos anti-monárquicos, eliminou este impasse e levou Vittorio Emanuele a agir, não só para salvar a Nação, mas também para preservar o sistema monárquico. A 16 de Julho, recebia Pietro Badoglio, a quem propunha liderar um Governo moderado de técnicos, capaz de fomentar a unidade interna e de enfrentar, com pulso firme, quer as negociações com os anglo-americanos, quer o rompimento da aliança ítalo-germânica³⁵. O Marechal aceitava (Di Nolfo 1996, pp. 47-49; Ungari 2004, pp. 1-9).

No mesmo dia, Mussolini, pensando tratar-se de uma iniciativa para discutir fórmulas para elevar o moral dos italianos, cedia às pressões e anuí a agendar a reunião do Grande Conselho Fascista para 24 de Julho de 1943, a primeira desde o início da II Guerra Mundial. Três dos mais influentes opositores a Mussolini – Dino Grandi (ligado à grande propriedade), Galeazzo Ciano (ligado ao grande capital industrial e financeiro) e Giuseppe Bottai (teórico do corporativismo italiano) – apresentavam uma moção que exigia o fim do poder pessoal do *Duce* e convidava Vittorio Emanuele a supervisionar a instauração de uma Monarquia conservadora dotada de formas moderadas de partidarismo e assente na burocracia desenvolvida pelo fascismo, embora desprovida do radicalismo mussoliniano (Bernardo 2003, p. 83). A moção foi aprovada, na noite de 24 para 25 e sem a presença de Mussolini, com dezanove votos a favor, sete contra e uma abstenção (Smith 1998, 47-50; Morgan 2007, pp. 11-33).

Na manhã de 25 de Julho, desvalorizando a votação precedente, Mussolini iniciava normalmente a rotina diária como Chefe de Governo, até porque ao Grande Conselho estava reservada uma função essencialmente consultiva. Só nessa tarde, quando chamado à presença do Rei, era informado de que o Marechal Pietro Badoglio exercia, desde essa manhã, o cargo que, até ao momento, ocupara. Exonerado, Mussolini era seguidamente encarcerado, episódio que concluía a sua primeira queda política (Smith 1998, 50-52). Pertence ao Embaixador de Portugal no Vaticano o seguinte relato do último dia de Mussolini *Duce*:

³⁵ Delineavam-se três opções para a resolução da questão mussoliniana: um Governo de ex-fascistas sem Mussolini, um Governo de coalizão antifascista ou um Governo militar presidido pelos marechais Pietro Badoglio ou Enrico Caviglia (Ungari 2004, pp. 6-8). Vittorio Emanuele desejava a formação de um Governo sólido que não representasse uma ruptura radical com o regime.

«Só na tarde de Domingo Mussolini levou ao Rei a moção votada tendo-lhe sido explicado a demora pela consulta que ainda junto de alguns amigos desejou fazer [no] sentido [da] deliberação [do] Grande Conselho ser considerada inconstitucional não tendo porém encontrado apoio esta esboçada atitude. Quando foi ao Palácio Real já o Rei, de tudo informado, tinha chamado [o] Marechal Badoglio. À saída não encontrou o seu automóvel; um Coronel de carabineiros convidou-o cortesmente tomar «por prudência» outro carro e outra residência levando-o para um forte ou quartel perto de Roma com todas as atenções devidas segundo me consta [...]»³⁶.

Com este episódio, ficava visível o grau de superficialidade que a totalitarização política e social desejada por Mussolini atingira. De referir que à medida que os acontecimentos evoluíam, o *Duce* exteriorizava uma amargura crescente face à natureza dos italianos: «Un peuple qui pendant seize siècles a été l'enclume, ne peut devenir le marteau», dizia (*apud* Gentile 2004, p. 62). E quanto mais derrotas acumuladas na II Guerra Mundial, mais imputava os italianos:

«C'est la matière qui me fait défaut. Même Michel-Ange avait besoin du marbre pour faire ses statues. S'il n'avait eu que de l'argile, il aurait été un céramiste» (*apud ibidem*).

Não admira, por isso, que alguns dias antes da sua exoneração, fizesse um balanço muito crítico e rancoroso do projecto fascista até ali concretizado:

«Personne, j'espère, ne pourra nier ou minimiser la passion qui fut la mienne pour cette Italie que j'ai forgée en imagination mais plus encore dans les faits. Je commence à ressentir un trouble qui explique ma tristesse intérieure: il me faut établir une nette distinction entre l'Italie et les italiens. Les italiens montrent qu'ils sont bien peu dignes de l'Italie, ou en tout cas de mon Italie» (*apud ibidem*, p. 62).

A Itália imaginada por Mussolini seria, pois, grande entre as nações. Para isso começou a construir o império com a conquista da Abissínia e a patentear um nacionalismo agressivo, como vimos. Foi com este espírito que levou os italianos para a Guerra Civil de Espanha e para a II Guerra Mundial, no âmbito das quais, concorrendo com o poderio da Alemanha nazi, procurava obter para a Itália o controlo sobre o sul da Europa e sobre o Mediterrâneo. Para Oliveira Salazar e os seus colaboradores directos, a Itália tinha efectivamente uma importante função europeia e mediterrânica a desempenhar, quer ao nível da contenção do ultra-nacionalismo da Alemanha e do expansionismo soviético, quer ao nível do afastamento da

³⁶ AHD/MNE, 2P A49 M88, telegrama nº 143 de 29 de Julho de 1943, o Embaixador de Portugal no Vaticano ao MNE.

guerra da região sul e da Península Ibérica. A entrada na II Guerra Mundial ao lado da Alemanha seria, portanto, recebida com desapontamento e, sobretudo, com preocupação em Lisboa, considerando-se que, numa Europa dominada pelos nazis, Hitler nunca daria a Mussolini a liberdade de acção que almejava. Seria, contudo, a impreparação técnica e táctica da Itália a ditar a inviabilidade da sua estratégia. As derrotas nos Balcãs e no norte de África, a perda das colónias italianas, a penúria económica, a carestia de víveres e, sobretudo, a invasão e o bombardeamento da Itália pelos Aliados desacreditaram-no completamente e levaram os altos dignitários do país a afastá-lo para dar início a uma nova fase na política interna e externa da Itália. Todos estes acontecimentos, a par da evolução da conjuntura bélica, eram seguidos com expectativa em Portugal, com o regime a sentir ameaçada a sua sobrevivência na nova ordem europeia do após guerra. Vejamos como no capítulo seguinte.

Neste capítulo, pretendemos inserir as relações luso-italianas no conturbado período que medeia entre a queda de Mussolini e a libertação da Itália, em Abril de 1945, o que será feito em quatro pontos. O primeiro centra-se na negociação do armistício entre a Itália e os Aliados, tendo ela decorrido em grande parte em Lisboa e com o apoio do Governo português. Veremos também como a queda do *Duce* foi recebida em Portugal e como a reacção punitiva da Alemanha nazi face à «traição» de Roma resultou na ocupação da península e na fundação, no norte, da *Repubblica Sociale Italiana*, entregue a Mussolini, que regressava assim ao panorama político italiano. O segundo ponto centra-se na problemática do reconhecimento externo do Governo Real por oposição ao Governo da República Social Italiana. Obliterar o fascismo tornava-se, pois, na premissa essencial que permitiria recuperar a soberania sobre todo o território italiano, diminuída, por um lado, pela reinstalação de Mussolini no norte de Itália e, por outro, pela rendição incondicional imposta pelos anglo-americanos. No terceiro ponto analisaremos a dissidência republicana fascista em Portugal e como as autoridades portuguesas reagiram à actividade política e propagandística de um Estado que não era oficialmente reconhecido por Lisboa. Concluimos o capítulo com o quarto ponto, dedicado às questões que dominaram a diplomacia luso-italiana durante o período da libertação da Itália, identificando os pontos sensíveis nos quais aquelas se entrelaçam com as políticas externas dos dois países e com a estratégia militar e política dos Aliados para a Europa.

2.1 – A negociação da paz separada em Lisboa

A primeira fase da vigência do Governo de Pietro Badoglio é designada pela sugestiva expressão *quarentacinque giorni*. Quarenta e cinco dias contados a partir da queda de Mussolini (25 de Julho de 1943) até ao anúncio do armistício com as forças aliadas (8 de Setembro). Foi uma espécie de *intermezzo*, com a Itália a ajustar os mecanismos internos para negociar secretamente com Washington e Londres uma paz separada – tratava-se de uma paz separada porque a Itália fazia parte de uma aliança militar com a Alemanha, a qual permaneceria em guerra contra os Aliados – e adiar a reacção punitiva de Berlim até ao momento em que pudesse contar com a protecção dos anglo-americanos numa muito provável

guerra ítalo-germânica. O momento era também de grande expectativa face às «próximas e remotas consequências internas e externas» do jugo fascista³⁷.

A situação da Itália era motivo de preocupação em Portugal, muito embora a queda do *Duce* não tivesse surpreendido Oliveira Salazar. Basta recordar as informações que possuía sobre a oposição italiana antifascista (Salvadorini 2000, pp. 175-176, 214-277), assim como o espírito crítico com que seguia a forma como Mussolini concretizava os princípios teóricos do fascismo, criticando-lhe os inoperantes exageros, a excessiva confiança, a volubilidade e a falta de bom senso que demonstrava ao nível da política externa. Compreende-se, portanto, que em fins de Julho de 1943, numa das recepções a Renato Prunas, Ministro italiano em Lisboa, comentasse, não sem reprovação, que a crise final do regime fascista vinha sendo maturada desde que Mussolini, contra a vontade nacional e por um erro de cálculo e de avaliação gravíssimo, levava o país para a II Guerra Mundial³⁸. Posto isto, talvez não surpreenda o comentário de Lobo d'Ávila Lima, Ministro de Portugal em Roma, ao afastamento de Mussolini:

«Mantendo por nossa parte o carácter «reservado» para qualquer prognóstico acerca do actual enunciado e futura evolução dos acontecimentos, pede-se vénia para, sem assomo de vaidade [...], recordar perante Vossa Excelência o teor de quanto, há cerca de um ano pessoalmente e no decurso de quanto trasladado, temos tido a honra de depor [...] e cremos não longe da trágica complexa realidade hodierna»³⁹.

Em termos práticos, as consequências que os acontecimentos italianos pudessem ter sobre o regime inquietavam Salazar. Como confidenciava a Renato Prunas, receava as acções de força que os anglo-americanos pudessem direccionar contra o seu Governo com o intuito de apressar os tempos⁴⁰. Não por acaso, Salazar e os colaboradores mais próximos, como era o caso de Pedro Teotónio Pereira, Embaixador em Madrid, admitiam que as negociações luso-britânicas para a cedência de facilidades militares nos Açores, ainda em aberto aquando da queda de Mussolini, poderiam vir a ser prejudicadas por este facto. E isto porque, escrevia

³⁷ AHD/MNE, 2P A49 M88, telegrama n.º 104 de 28 de Julho de 1943, o Ministro de Portugal em Roma ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

³⁸ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1990, doc. 561, telegrama n.º 4932/1352/0140R de 27 de Julho de 1943, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE, p. 722.

³⁹ AHD/MNE, 2P A49 M88, telegrama n.º 104 de 29 de Julho de 1943, o Ministro de Portugal em Roma ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (continuação do telegrama n.º 104 de 28 de Julho).

⁴⁰ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1990, doc. 561, telegrama n.º 4933/1348/0136R de 27 de Julho de 1943, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE, pp. 720-721. Renato Prunas escrevia que o Presidente do Conselho observara que «Londra non ama uomini e regimi che abbiano asserito o asseriscano troppo energicamente la propria personalità e le proprie ragioni di esistenza» (*ibidem*, p. 721).

Teotónio Pereira, a «maré cheia do optimismo e da confiança» tornavam os ingleses mais impacientes quanto à decisão portuguesa, dependente, nesta altura, do acordo quanto à data para a entrega das concessões⁴¹. Por outro lado, como era opinião geral nos sectores oposicionistas ao Estado Novo, a queda de Mussolini, augurando a derrocada dos fascismos europeus, incitava a uma «badogliada à portuguesa» (Raby 1988, p. 30).

Em Roma, o Governo de Badoglio começava a dismantelar a máquina do fascismo com a dissolução do *Partito Nazionale Fascista*, da *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale*, do Grande Conselho, da Câmara Corporativa e do Tribunal Especial de Defesa do Estado, cuja competência era delegada aos tribunais militares. Procedia ainda à aplicação de represálias e à detenção preventiva dos antigos dirigentes fascistas, embora mantivesse a censura e o pessoal político e administrativo. Simultaneamente, interditava a formação de quaisquer facções políticas durante a guerra, prometendo, em contrapartida, a realização de uma consulta eleitoral quatro meses decorridos do cessar-fogo. Como se verifica, Badoglio não pretendia restituir de imediato as liberdades democráticas ou modificar o sistema de poder herdado do fascismo. Apoiando-se nas alianças por este seladas, visava, sim, substituir o antigo regime, criado para as massas e às massas conexo, por outro, autoritário, conservador e com uma acentuada compleição militarista ditatorial.

A actuação política do novo Governo centrou-se, até muito próximo do armistício de Setembro, na tática da ambiguidade, multiplicando as declarações de lealdade à Alemanha ao mesmo tempo que procurava estreitar contactos com Washington e Londres. O objectivo consistia em contrabalançar a ânsia nacional pela obtenção da paz com a ameaça real das represálias alemãs, política que exasperava os anglo-americanos, reagindo com sucessivos bombardeamentos a alvos militares, ferrovias e portos do sul.

Pelo início de Agosto de 1943, a Itália estava na iminência de uma ocupação aliada, sendo esta resultante, nas palavras do Ministro Ávila Lima, do «melindradíssimo embaraço governamental perante a exigência anglo-americana dum pronto divórcio ítalo-germânico,

⁴¹ Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista 1991, doc. 32, carta secreta de 28 de Julho de 1943, o Embaixador de Portugal em Madrid ao Presidente do Conselho, pp. 241-242. A Inglaterra pretendia ter acesso aos Açores logo em Agosto, enquanto Portugal não o desejava antes da segunda metade de Outubro. Consequindo Anthony Eden, à frente do *Foreign Office*, moderar a intransigência de Winston Churchill e do *War Cabinet* e optando Salazar e o MNE por uma transigência cautelosa, o início da concretização do Acordo ficou acertado para o dia 8 de Outubro. O anúncio público ocorreria quatro dias depois. Com o adiamento da entrega das concessões, Portugal pretendia ganhar tempo para preparar a defesa terrestre e anti-aérea contra uma possível retaliação alemã.

exigência contra a qual se afirma ser irreduzível ou muito onerosamente condicionada a aquiescência do *Reich*»⁴².

Salazar antevira-o. Como explicava ao Ministro Renato Prunas, em finais de Julho, ainda que Londres e Washington fossem receptivos às iniciativas do Governo de Pietro Badoglio para a negociação da paz, a dificuldade estava em conseguir que não exigissem como contrapartida a eliminação rápida e radical de um regime com duas décadas e a adopção imediata de uma fórmula jurídica que clarificasse as relações de Roma com Berlim. Se o fizessem, a Itália corria o sério risco de ter uma guerra dentro de portas e então as dificuldades políticas, sociais e militares agigantar-se-iam. E assim, como os anglo-americanos descartassem uma paz de compromisso como uma solução justa e geral, Salazar afiançava, «in termini vivi e caldi», «la sua fede nell'Italia e nella sua capacità di superare, sotto la guida del Re e del suo Governo, anche questa gravissima svolta della sua storia»⁴³.

Entretanto, em Roma, o Ministro dos Estrangeiros Raffaele Guariglia, aconselhado pelo Secretário de Estado da Santa Sé, Cardeal Luigi Maglione, propunha o envio imediato a Lisboa do Conselheiro da Embaixada italiana junto do Vaticano, Marquês Blasco Lanza d'Ajeta, diplomata de renome e bem conhecido dos anglo-americanos⁴⁴ (Di Nolfo 1996, p. 62). Tenhamos em conta que Lisboa constituía nesta altura uma plataforma negocial de primeira importância no contexto da guerra: por um lado, enquanto capital de um país neutro, os EUA e a Inglaterra mantinham aqui as suas representações diplomáticas, por outro, a segurança que oferecia a sua situação geográfica, distante do palco da guerra permitia agilizar a procura de contactos para a negociação da paz com os anglo-americanos (Marchiori 2002, p. 432).

Chegado a Lisboa a 3 de Agosto, Lanza d'Ajeta discutia, no dia seguinte, a situação italiana com o Embaixador inglês, Ronald Campbell. D'Ajeta não solicitava a rendição incondicional, mas anunciava a vontade da Itália em assinar brevemente um armistício. Condicionava-o, todavia, à aceitação de uma acção política e militar sincronizada entre italianos e anglo-americanos, sublinhando a determinação de Badoglio, do Rei e das Forças

⁴² AHD/MNE, 2P A49 M88, telegrama n.º 110 de 1 de Agosto de 1943, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

⁴³ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1990, doc.561, telegrama n.º 4932/1352/0140R de 27 de Julho de 1943, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE, p. 722.

⁴⁴ O Marquês Blasco Lanza D'Ajeta era, pelo lado materno, parente de Summer Wells, Embaixador dos EUA em Lisboa. Partira de Roma com uma carta de apresentação do Embaixador de Inglaterra no Vaticano, Sir Francis d'Arcy Osborne, para o seu homónimo na capital portuguesa, Sir Ronald Campbell. Osborne e Campbell, além de colegas, eram primos. Refira-se ainda que a diplomacia italiana, sem sucesso, procurava interessar o Governo de Genebra para estabelecer contactos com os anglo-americanos para a negociação da paz com a Itália (Marchiori 2002, p. 204)

Armadas em romper com o passado fascista e em contribuir por todas as formas, inclusive com uma declaração de guerra à Alemanha, para a libertação da Europa (Di Nolfo 1996, p. 62). Este encontro serviu essencialmente para expor a posição italiana e sondar a boa vontade de Washington e de Londres, não tendo sido apresentado nenhum pedido formal de negociação, até porque, a 6 de Agosto, o Ministro Guariglia encontrava-se com Joachim von Ribbentrop, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, enquanto os Aliados continuavam a bombardear Milão, Turim, Bolonha, Génova, Florença, Verona, Foggia, Nápoles e Bari.

A Itália atingia um ponto de asoberbamento. Se a Alemanha reforçava os efectivos militares nos arredores de Roma e na costa de Nápoles, impondo-se como «credor beligerante», eram os anglo-americanos quem desiludia os italianos, ameaçando com a «pena de demolição a ferro e fogo» para obterem a «*tabula [rasa]* fascista» e «a aeronáutica dos campos de batalha da península»⁴⁵. Tudo compunha, nas palavras de Lobo d'Ávila Lima, «um ambiente de patética incerteza [...], sobre esta terra e gente parecendo adejar o anátema [...] do chefe deportado: "um povo incapaz de usar as próprias armas acaba por sofrer o jugo das alheias"»⁴⁶.

A Monarquia e o Governo enfrentavam, de facto, um momento de grande provação. Se conseguissem negociar o armistício de forma honrosa e desvincular a Itália da Alemanha com o mínimo de consequências internas dariam mostras de grande habilidade técnica e tática, beneficiando de todo o prestígio e respeitabilidade inerentes. O contrário daria à Itália o estatuto de nação conquistada, o que significava sem autonomia política (Di Nolfo 1996, p. 65).

Entre os ingleses e os norte-americanos, a política a executar na Itália gerou longas e inoperativas controvérsias. Ainda que fosse unânime a opinião de que ela constituía o elo fraco do Eixo, logo, estrategicamente subtraível ao conflito, as divergências eram acentuadas em torno de duas possibilidades táticas: a) fazer uma paz dura e punitiva, destacando-a da Alemanha e aliando-a às Nações Unidas ou b) transformá-la numa frente de batalha no contexto do desembarque dos Aliados na França. Se Winston Churchill era a favor da paz separada com Itália⁴⁷, Anthony Eden, Ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, hostilizava

⁴⁵ AHD/MNE, 2P A49 M88, telegrama n.º 114 de 6 de Agosto de 1943, o Ministro de Portugal em Roma ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

⁴⁶ *Ibidem*.

⁴⁷ O Primeiro-ministro britânico imputava apenas Mussolini pelas desgraças da Itália, como que convidando os italianos, de forma subliminar, a que se «libertassem».

esta opção⁴⁸. Posições semelhantes à de Eden predominavam no *War Cabinet* e na opinião pública britânica, para quem a guerra de 1939 era essencialmente uma guerra contra o fascismo. Nesta perspectiva, qualquer solução de compromisso com elementos fascistas deveria ser dura para que não parecesse uma absolvição. Seria esta a linha a prevalecer na Conferência de Casablanca (12-26 de Janeiro de 1943), passando o princípio da rendição incondicional a ser a única fórmula jurídica a aplicar impreterivelmente aos membros do Eixo⁴⁹. Desta forma, a Itália, ao pedir a paz, tornou-se na primeira experimentação da fórmula de Casablanca, com o Governo de Roma a tentar escapar à humilhação da rendição incondicional, não só porque esta desacreditava as instituições nacionais italianas, mas também porque não sendo o país governado pelo fascismo não deveria ser punido nos termos sobreditos (Di Nolfo 1996, pp. 66-67; Pavone 2003, p. 292).

Com a conquista da Sicília pelos Aliados, finalizada a 15 de Agosto, o desembarque na península ficava iminente. Se os EUA insistiam na preparação da operação *Overlord*, defendendo a deslocação da estratégia de ataque do Mediterrâneo para o norte da Europa depois de controlada a linha Nápoles/Salerno (o que garantia a utilização dos aeródromos de Foggia, a grande preocupação dos norte-americanos), a Inglaterra insistia no reforço do controlo da região mediterrânica através do prolongamento da intervenção em curso até aos Balcãs. A determinação dos norte-americanos em iniciar o desembarque na Normandia e o reconhecimento geral de que a rendição italiana facilitaria a operação militar aceleraram as negociações do armistício a partir de meados de Agosto, ficando concluídas em duas semanas (Di Nolfo 1996, pp. 64-65). Decorreram no mais absoluto secretismo e praticamente em torno, não da aceitação italiana da rendição incondicional, mas da obtenção da anuência anglo-americana quanto à não utilização da fórmula «rendição sem condições», apesar de o ser efectivamente. Nesta perspectiva, condicionava-se a aceitação do armistício à participação italiana no esforço de guerra contra a Alemanha, à manutenção do seu Exército e ao reconhecimento implícito da legitimidade da Monarquia sabauda e do novo Governo Real (*ibidem*, p. 68).

A rendição da Itália ficaria selada com a assinatura do armistício a 3 de Setembro de 1943. Para obter este desfecho, Washington e Londres prometiam a Roma que defenderiam a Itália com a colocação de tropas no território e que divulgariam o armistício dias depois da

⁴⁸ Segundo Claudio Pavone (2003, p. 292), Eden preferia que a Itália fosse ocupada pelos alemães, tornando-se assim num problema da Alemanha e não dos Aliados, não tendo estes que socorrê-la.

⁴⁹ A rendição incondicional significava, na prática, a renúncia a toda a potestade por parte do Governo que se rendia e a transferência dos poderes para os vencedores até ao momento em que seria decidido o futuro político e institucional do vencido.

sua assinatura de forma a permitir que os italianos se preparassem para uma possível agressão dos alemães. No entanto, todas estas promessas foram enunciadas de forma vaga. Não ficou determinado onde as tropas desembarcariam, com o Governo italiano a pretender que fosse a norte de Roma e os Aliados em Salerno. Também não ficou claro quando o armistício seria anunciado, apesar de Roma desejar um período mínimo de duas semanas. Badoglio, perante a não concretização das solicitações italianas, ainda tentava dissolver o armistício, mas sem sucesso. A irredutibilidade de Washington era incisiva: o Governo Real deveria honrar os compromissos assumidos. Por detrás desta atitude estava o interesse norte-americano em aproveitar o valor estratégico da Itália o mais rapidamente possível, defendendo que se uma determinada acção beneficiasse as operações militares, esta deveria ser tomada. O mesmo era dizer que as dificuldades advindas para o Governo e povo italianos eram secundárias (*ibidem*, pp. 75-79).

O armistício foi divulgado por Badoglio através da rádio a 8 de Setembro. O Marechal ordenava às tropas italianas que cessassem todas as hostilidades contra os Aliados. Anunciava também que a Itália reagiria a qualquer ataque de outra proveniência, o que significava, na prática, que a iniciativa militar era deixada aos alemães (Morgan 2007, pp. 93-126). Berlim reagia de imediato à traição italiana (*sic*) pondo em marcha a «operação Avalanche», destinada a obter o controlo de toda a península. Na tarde de 9 de Setembro, a *Wehrmacht* ocupava Roma. A 29, Badoglio e Eisenhower assinavam o armistício longo, documento final de regularização das relações entre o Governo Real e os Aliados e no qual vinham minuciosamente elencadas as obrigações dos italianos. Entre elas, entregar Mussolini, sequazes e criminosos de guerra às Nações Unidas (art. 29º), desactivar as instituições e entidades fascistas e proceder à supressão ideológica do fascismo e respectivo ensinamento (art. 30º). Previa ainda a transferência de uma série de responsabilidades políticas, administrativas, jurídicas e económicas para os exércitos de libertação até à promulgação dos ideais da democracia e do Estado pós-fascista. Por outras palavras, o armistício longo deixava bem claro que os Aliados não tratavam a Itália com benevolência ou em paridade, dissolvendo as expectativas do Governo Real quanto à receptividade dos anglo-americanos em tratar a Itália como um quase aliado. O tratamento a aplicar-lhe continuaria, portanto, a depender do colaboracionismo dos italianos no contexto da II Guerra Mundial e da libertação da Europa do fascismo e do nazismo.

2.2 – A cisão: o Reino de Itália e a república de Mussolini

Na madrugada de 9 de Setembro de 1943, com a aproximação da *Wehrmacht* de Roma, a Família Real, Pietro Badoglio, vários comandantes militares assim como alguns ministros abandonavam a capital. Dois dias depois, instalavam-se em Brindisi, na Apúlia, reconhecida pelos beligerantes como zona livre. Em termos jurídicos e institucionais, esta transmutação assinalava a fundação do Reino do Sul, vigente até ao regresso do Governo Real à capital, em Junho de 1944.

Poucas horas depois da entrada dos alemães em Roma, Adolf Hitler anunciava aos microfones da Rádio Munique que seria constituído um novo Governo fascista na Itália. A 12 de Setembro, um comando especial nazi, liderado por Otto Skorzeny, libertava Benito Mussolini, preso em Gran Sasso. Dias depois, sob ordens estritas do *Fuhrer*, Mussolini regressava ao panorama político italiano com o encargo de reorganizar institucionalmente o fascismo na Itália ocupada pela Alemanha⁵⁰. Três dias mais tarde, anunciava a fundação da República Social Italiana (ou República de Salò) aos microfones da rádio Munique (Viganò 1991, pp. 1-22). Doravante, segundo a designação oficial, ele era o *Capo*.

No final de Setembro, a engrenagem para a construção do novo Estado estava em pleno movimento, com Mussolini a refundar a *Milizia Volontaria per la Sicurezza Nazionale*, a substituir as autoridades militares e político-administrativas nomeadas pelo Governo Badoglio para o norte de Itália e a reconverter o Partido Nacional Fascista no *Partito Fascista Repubblicano*. Refira-se, no entanto, que se estas medidas visavam criar uma base de apoio fiel e dilatada, a capacidade de agregação da República Social Italiana foi mínima quando comparada com a do vinténio fascista, com muitos dos aderentes a sê-lo apenas porque não aceitavam a rendição aos Aliados. De facto, os republicanos fascistas utilizaram recorrentemente o armistício para fins propagandísticos e de legitimação patriótica do novo regime, sendo este apresentado como a superação do fascismo decadente do vinténio e como a alternativa válida no contexto da derrota generalizada e de desonra de alianças que Badoglio e a Casa de Sabóia preconizavam (Lucena 1976, pp. 23-24). Este revisionismo do fascismo culminava na enfatização do carácter republicano defronte do anterior monarquismo, na valorização da violência como factor de purificação político-social e na celebração do Eixo

⁵⁰ A formação de um Governo pró-nazi nas províncias italianas ocupadas pelos alemães fazia parte da estratégia defensiva das fronteiras do *Reich*. Para além disso, facilitava o acesso aos recursos económicos e à mão-de-obra do norte da Itália (Morgan 2007, p. 87).

como «multiplicador da potência» e «regenerador da substância»⁵¹ (*ibidem*, pp. 24-25). Desta forma, a incapacidade para dotar a República dita Social com uma constituição e realizar a idealizada socialização das forças produtivas ia revelando a inconsistência do projecto político neofascista e a impossibilidade de traduzi-lo numa efectiva realidade estatal⁵² (Milza & Berstein 1980, pp. 409-410; Gagliani 2003a, pp. 318-321 e 494-499; Gagliani 2003b, pp. 494-499; Moseley 2004, pp. 6-40).

O Governo Real, perante a existência do Governo fascista republicano, reclamava para si a legitimidade plena enquanto único Governo de Itália. Chegado a Brindisi no dia 10 de Setembro, o Marechal e os seus pouquíssimos colaboradores começavam a reconstruir um pequeno aparelho governativo, limitado às funções e prerrogativas permitidas pelo armistício. A partir de 11 de Setembro, o Reino do Sul passava a dispor de um *Ufficio Affari Civili* organizado em secções autónomas de acordo com a especificidade das tradicionais funções ministeriais, à excepção das militares. No final de Outubro, o Reino do Sul tinha funcionários suficientes para formar um Ministério dos Negócios Estrangeiros. Como o Ministro Raffaele Guariglia, que detinha a pasta aquando da invasão alemã, ficara retido em Roma, tendo de refugiar-se na Embaixada da Espanha, a reestruturação do Ministério e a condução efectiva da política externa do Governo Real foram atribuídas ao Ministro italiano em Lisboa, Renato Prunas, chamado a Brindisi por Badoglio para assumir o cargo de Secretário-geral (Conciatore 1990, pp. 214-215; Marchiori 2002, pp. 429-431).

Na República Social Italiana, a pasta dos Negócios Estrangeiros era assumida por Benito Mussolini. Como não existia uma capital oficial, uma clara exigência da Alemanha, os ministérios foram distribuídos por diversas cidades, com o dos Estrangeiros a ser fixado em Salò (Conciatore 1990, pp. 217-222; Viganò 1991, pp. 23-82). Sendo a República um Estado com uma soberania limitada pela ascendência nazi, à diplomacia de Salò estavam vedadas as acções propriamente políticas, centrando-se sobretudo na gestão de interesses privados e na prestação de assistência às colectividades italianas no estrangeiro, incluindo aos prisioneiros de guerra. Ademais, externamente reconhecida só pelos países do Eixo e do Pacto Tripartido

⁵¹ A presença de componentes revisionistas e a incorporação de novos elementos em simultâneo permite que se fale da República Social Italiana quer como uma ruptura com o passado, quer como uma continuidade com o mesmo, validando o termo de neofascismo que muitas vezes que lhe surge associado (Gagliani 2003b, p. 494).

⁵² Bruno Filacchioni, dono da empresa de transportes *Bruno Filacchioni*, que tratava da expedição internacional da produção da *Ansaldo-Fiat*, uma fábrica de material de guerra sediada no norte da Itália, contava ao Adido Comercial italiano em Lisboa que «la tanto decantata socializzazione delle imprese non ha dato i risultati politici interni che il governo fascista repubblicano proponevasi». Isto porque «l'operaio si interessa molto di più all'alimento giornaliero» do que em questões políticas. Filacchioni estava em Portugal nos finais de Maio de 1944 para entregar a encomenda de material bélico feita pelo Governo português à *Ansaldo-Fiat* (ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo b. 17 (1943-1945), apontamento n.º 0474-L/XV, reservado, de 2 de Junho de 1944, o Adido Comercial de Itália em Lisboa ao Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa).

(com excepção da Finlândia), a esfera de acção era radicalmente reduzida. Ao todo, as representações diplomáticas da República Social Italiana, incluindo as instaladas nos territórios ocupados pela Alemanha, ascenderam a pouco mais de uma dezena⁵³. Curiosa era a seguinte situação: os Governos da Bulgária, Croácia, Hungria e Roménia declaravam publicamente aos responsáveis republicanos que o seu reconhecimento era apenas devido às pressões nazis, pelo que, em consequência, funcionavam junto dos governos búlgaro, croata, húngaro e romeno diplomatas quer da República de Salò, quer do Reino de Itália (Loff 2008, p. 834).

O Governo de Lisboa, contornando as pressões da Alemanha e da Itália do Norte, não reconheceu o Governo de Mussolini. No entanto, manteria com ele um relacionamento de conveniência, cujos préstimos requisitava se fossem necessários para defender os interesses portugueses, como era o caso, por exemplo, do desbloqueamento do transporte do armamento encomendado por Portugal à empresa Ansaldo – Fiat ou da compra do navio *Gerarchia*, internado no porto de São Vicente, Cabo Verde, pertencente a um armador sediado no Norte de Itália. Os agentes da *Repubblica* actuaentes em Portugal gozavam ainda da protecção das autoridades superiores da PVDE, nomeadamente do Director-geral, Agostinho Lourenço (Viganò 1991, p. 350). Além disso, actuava também em Portugal uma representação republicana fascista não-oficial, liderada pelo General Terragni.

No final de Setembro de 1943, António de Oliveira Salazar, num telegrama enviado ao Duque de Palmela, Embaixador em Londres, expunha as razões pelas quais Lisboa reconhecia o Governo formado por Vittorio Emanuele III como o único e legítimo Governo de Itália. Fazia-o, segundo o Presidente do Conselho, para não «anarquizar mais a situação», para preservar a continuidade institucional da Monarquia dos Sabóias, ligada ao Vaticano e aos sectores conservadores, e porque o Governo de Badoglio era o único que podia «apresentar condições para o reconhecimento internacional» (*apud* Loff 2008, p. 831). A questão não era analisada numa perspectiva de valorização ideológica ou de identificação doutrinária entre regimes, mas sim na verificação e aceitação de que se processara uma ruptura irreversível na fórmula funcional do regime mussoliniano, anteriormente articulada na tríade Monarquia/Santa Sé/Fascismo (*ibidem*). Refira-se ainda que o reconhecimento do Governo de Badoglio surgia como um procedimento normal a ser adoptado por parte de um país que avançava para uma neutralidade colaborante a favor dos Aliados, na altura concretizada com a

⁵³ Os principais postos diplomáticos da RSI eram os seguintes: as embaixadas de Berlim, Paris e Tóquio; as legações de Budapeste, Bucareste, Sofia, Bratislava, Belgrado e Banguécoque e os consulados-gerais em Viena e Munique (Conciatore 1990, p. 221, n. 100).

concessão de facilidades militares nos Açores à Inglaterra, processo longamente negociado e que teve o seu término em Agosto de 1943. E assim, quando Mussolini, em finais de Outubro, convidou o Governo português a transferir a sua Legação para o norte de Itália⁵⁴, Oliveira Salazar respondia de forma propositadamente equívoca, ordenando o regresso imediato do Ministro Ávila Lima a Lisboa⁵⁵ (Telo 1991, p. 121).

Se o Processo de Verona (8-10 de Janeiro de 1944) pretendia exaltar a figura do *Capo*, cuja contestação era equiparada a traição, na realidade, acabou apenas por acentuar a sua descredibilização⁵⁶. Em Portugal, este acontecimento foi recebido com largas reprovações, sendo especialmente criticado o fuzilamento de Galeazzo Ciano, não só o antigo Ministro dos Estrangeiros do *Duce*, mas seu genro e filho daquele que fora o seu maior amigo. Como relatava o Marquês D'Ajeta, Encarregado de Negócios da Itália em Lisboa, «le tragiche esecuzioni [...] hanno riaccesso la più generale riprovazione di tutti indistintamente i settori di questa opinione pubblica che ha apertamente manifestato la sua più sincera disapprovazione per questo così sommario giudizio con il quale – come hanno qui commentato – per vendicativo spirito di parte, è stato violato ogni tradizionale principio di giustizia»⁵⁷. Por isso, «si può indubbiamente affermare che tale cruenta manifestazione dell'estremismo reppublicano fascista ha ottenuto, in Portogallo, l'effetto di notevolmente affievolire quelle residue simpatie che il passato regime italiano aveva suscitato in taluni ambienti politici e sociali»⁵⁸.

Entretanto, no Reino do Sul, Badoglio e a Coroa empenhavam-se em fortalecer o novo Governo com o reforço dos laços externos e a criação de uma atmosfera de confiança e de compreensão⁵⁹. Neste sentido, a diplomacia conduzida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros centrava-se numa política externa cujo objectivo consistia em actuar sobre o ponto genésico da subjugação italiana, isto é, o isolamento em que o regime fascista colocara a Itália. Daqui decorriam dois vectores em correlação: contornar a situação de minoridade internacional a que os anglo-americanos sujeitavam o Governo Real como punição das

⁵⁴ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º1499/30 de 22 de Julho de 1944, o Secretário-geral do MAE ao Vice-presidente da Comissão Aliada de Controlo.

⁵⁵ Por esta altura, grande parte do corpo diplomático planeava sair de Roma, não só porque perdera o contacto com o Governo Real, mas também porque a ocupação alemã reduzira de forma exponencial as formas de comunicação e a operabilidade dos serviços estatais (Telo 1991, p. 121).

⁵⁶ O Processo de Verona, realizado de forma completamente arbitrária, resultou na condenação à morte dos subscritores da proposta apresentada por Dino Grandi ao Grande Conselho do Fascismo, em Julho de 1943 (Juso 1998; Domenico 2003, pp. 785-786).

⁵⁷ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 18 (1944-1945), ofício n.º 249/62 de 17 de Fevereiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ ASD/MAE, Segreteria Generale (1945-1949), pacco 28/2 (1945), «Relazione su attività Governo italiano a Brindisi e Salerno in materia di politica estera», datada de 1945.

políticas do fascismo e restabelecer relações diplomáticas normais com as Nações Unidas. Objectivos cuja concretização era problemática devido à condição jurídica internacional adquirida pela Itália com a rendição. Pretendendo um isolamento externo quase total com o armistício de Setembro, os anglo-americanos anulavam a autonomia de acção do Governo Real, proibindo-o de estabelecer relações diplomáticas independentes e autónomas com países terceiros e exigindo que todos os passos fossem comunicados às entidades aliadas de supervisão, ou seja, ao *Allied Military Government of Occupied Territory* (AMGOT) e à *Allied Control Commission* (ACC) (Conciatore 1990, pp. 222-223; Marchiori 2002, p. 433).

O processo para o reconhecimento externo do Reino de Itália começaria, portanto, à revelia das condições do armistício. No início de 1944, o MAE instruiu Lanza D'Ajeta para que sondasse discretamente o Governo de Lisboa sobre a possibilidade de enviar, a brevíssimo prazo, um representante diplomático para junto do Governo Real, cuja sede já não se fixava em Roma. A reacção do Governo português pouco agradaria a Renato Prunas: o Encarregado de Negócios informava que Lisboa manteria a posição actual – reconhecimento *de jure* do Governo Real – para não irritar demasiado Berlim, embora, assegurava-se, o assunto fosse discutido com os anglo-americanos mediante a evolução da situação militar na Itália⁶⁰.

Pela mesma altura, Prunas propunha a Moscovo que a Itália e a URSS restabelecessem relações normais entre si. A iniciativa era bem acolhida, pois Estaline pretendia incluir o Ocidente na sua área de influência, a começar pela Itália, para onde enviaria o Secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI), Palmiro Togliatti, exilado em Moscovo, a fim de distender a influência comunista e antifascista no país. A 6 de Março de 1944, Prunas apresentava formalmente a Moscovo o pedido para que reconhecesse o Governo Real mediante a troca de representantes diplomáticos permanentes. O anúncio formal do restabelecimento de relações diplomáticas directas acontecia a 14 de Março.

Tanto Londres como Washington pretendiam manter a URSS afastada das linhas da frente ocidental e impedir que espraiasse a sua influência pelo Mediterrâneo. Pretendiam, por isso, afastar os russos da Itália, tendo conseguido deixá-los à margem da *Allied Control Commission*. Ora, a intransigência manifestada pelos anglo-americanos no referente aos interesses italianos, conjugada com o facto de não reconhecerem a beligerância em paridade da Itália e de apenas permitirem a Badoglio administrar sem governar, levou o Governo Real

⁶⁰ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), apontamento «Invio di un diplomatico portoghese presso il Regio Governo», de 14 de Janeiro de 1944. A mesma abordagem foi feita aos restantes países neutros, com a resposta a coincidir na generalidade.

a abrir as portas à colaboração com a União Soviética e à influência política comunista na Itália. Aquele agia, portanto, contra uma ingerência que se impunha como exclusiva, logo dura e paralisante, e para evitar que a Itália ficasse posicionada no centro da disputa entre dois blocos antagónicos quando mantinha relações privilegiadas apenas com uma das partes. Contudo, contrariamente às expectativas do Governo Real, o reconhecimento por parte da Rússia não levou os EUA ou a Inglaterra ao mesmo procedimento. Franklin D. Roosevelt e Winston Churchill reagiram com alta reprovação, lançando acusações de jogo duplo e, embora acabassem por enviar dois embaixadores, faziam-no com a ressalva de que este acto não sancionava o restabelecimento oficial de relações diplomáticas (Mammarella & Cacace 2010, pp. 136-137).

Em Abril, pouco depois do restabelecimento das relações ítalo-soviéticas, ocorria a chamada «viragem de Salerno», muito importante por ter proporcionado o desbloqueamento da política interna italiana. Esta viragem foi promovida por Palmiro Togliatti, recém-chegado de Moscovo, tendo ele conseguido persuadir as forças políticas reunidas no *Comitato di Liberazione Nazionale* (CLN)⁶¹, muito críticas do Governo por ser incapaz de punir verdadeiramente os fascistas, de adoptar medidas democráticas e de promover uma maior representatividade partidária no seu interior, a colaborar com o Presidente do Conselho (Di Nolfo 1996, pp. 140-149; Chianese 2003, pp. 487-488; Mammarella & Cacace 2010, p. 135-136). Estava aberto o caminho para a constituição, a 21 de Abril de 1944, do II Governo de Badoglio, agora com sede em Salerno, cidade libertada pelos anglo-americanos e para onde o poder político se transferiu na expectativa de uma próxima transferência para a capital. Este foi o primeiro Governo político desde a queda de Mussolini, nele entrando vários representantes dos partidos antifascistas, como Carlo Sforza, futuro Ministro dos Estrangeiros, e o próprio Palmiro Togliatti. Como sublinha Andrea Ungari (2004, pp. 53-61), o II Governo de Badoglio reintroduziu na vida política italiana a fórmula do «gabinetto di coalizione», mais ou menos mantida sem alterações até 1947.

Aos diplomatas italianos em Madrid e em Lisboa, Renato Prunas apresentava o novo Executivo como sendo o primeiro passo dado em prol de uma política de unidade nacional concreta e concretizável. Segundo ele, a futura Lugar-tenência e o novo Governo democrático abriam uma nova fase na vida nacional, com o povo italiano, sem distinção de classe ou

⁶¹ O CLN reunia a maioria das forças políticas antifascistas italianas e foi fundado em Roma, a 9 de Setembro de 1943, por Ivanoe Bonomi, Presidente do *Partito Democratico del Lavoro*; Mauro Scoccimarro e Giorgio Amendola, ambos do Partido Comunista Italiano; Alcide De Gasperi, futuro Presidente do Conselho e Secretário-geral do Partido da Democracia-cristã; Ugo La Malfa, do *Partito d'Azione*; Pietro Nenni e Pier Luigi Romita, do Partido Socialista Italiano, *inter alia*.

partido, a contribuir para o ressurgimento da Itália. O patriótico apelo dirigia-se também aos representantes da Itália no estrangeiro, «costretti fino ad ieri a fare gli agenti pubblicitari di un regime in cui nessun aveva fede»⁶². A resposta dos dois diplomatas era de inequívoco entusiasmo e esperança, com Paulucci de Calboli, Embaixador em Madrid, e Lanza d'Ajeta, Encarregado de Negócios em Lisboa, a assegurarem que os funcionários diplomáticos estavam conscientes da importância das suas responsabilidades e tinham fé absoluta na capacidade de renascimento da Itália enquanto nação democrática e livre⁶³.

Para compreender como o Governo português interpretava esta nova fase da situação política italiana será necessário «ler» a aliança militar entre a União Soviética e os Aliados segundo os princípios anticomunistas do Estado Novo. Esta aliança e, sobretudo, a potestade, a glória e o prestígio que a Rússia adquirira desde a derrota do Exército nazi em Estalinegrado criaram muitas apreensões em Lisboa e se a maioria dos portugueses apoiava uma vitória aliada, as simpatias eram acometidas por reservas e preocupações perante a dúvida, antes inexistente, se os EUA e a Inglaterra seriam capazes de sustentar o poderio soviético no após guerra⁶⁴. As palavras que se seguem são de Lanza D'Ajeta:

«La pregiudiziale anti-bolscevica che permea questi ceti dirigenti per formazione politica e dottrina, ed i ceti medi borghesi per il timore di un fenomeno sovvertitore all'interno, raffigurato nella forma più fantasiosa e pessimista (nella cui concezione non sono esenti i ricordi e le influenze della recente e geograficamente vicina guerra civile spagnola), costituisce la ragione prima di un tale affievolimento di consensi e speranze per una vittoria alleata»⁶⁵.

Este estado de ânimo absorvia a propaganda nazi com uma avidez preocupante para os italianos, articulada pelos seus promotores em torno dos receios portugueses e da publicitação da civilização germânica como «campione della civiltà occidentale contro il bolscevismo incalzante dall'est»⁶⁶. Segundo o diplomata, a confusão reinava entre o vulgo dos cidadãos portugueses sem que compreendessem em toda a sua extensão a verdadeira natureza dos acontecimentos que se desenrolavam em Itália desde Setembro de 1943. Era comum pensar-se que os italianos pura e simplesmente se tinham voltado contra a antiga aliada, sem que

⁶² ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 16 (1943-1945), ofício não numerado ou datado (data posterior a 13 de Maio de 1944), o Secretário-geral do MAE ao Gabinete da Presidência do Conselho.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 15 (1942-1943), ofício n.º 63/18 de 28 de Dezembro de 1943, o Encarregado de Negócios de Itália em Portugal ao MAE.

⁶⁵ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 17 (1943-1944), ofício n.º 740/264, reservado, de 6 de Maio de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶⁶ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 15 (1942-1943), ofício n.º 63/18 de 28 de Dezembro de 1943, o Encarregado de Negócios de Itália em Portugal ao MAE.

houvesse uma espessura reflexiva de cariz político-ideológico⁶⁷. Ao contrário, nos meios monárquicos, a questão italiana era seguida com atenção e espírito de solidariedade devido à analogia de ideais e à convicção de que a Monarquia dos Sabóias constituía uma barreira contra o «sopravanzare dal pericolo bolscevico in Europa»⁶⁸.

D'Ajeta considerava que as relações entre o Governo Real e o Governo de Lisboa iam arrefecendo à medida que crescia a indefinição das políticas partidárias que proliferavam na Itália. O regime de Salazar, hostil a «tutto quanto possa anche lontanamente identificarsi con tendenze di estrema sinistra», via «con una certa apprensione la rappresentanza di un Governo che conta quattro comunisti al potere»⁶⁹. Esfriamento para o qual também contribuía a estreita colaboração entre a Legação de Itália em Lisboa e as representações diplomáticas locais dos EUA e da Inglaterra quando Londres e Washington pressionavam insistentemente Portugal para que suspendesse a exportação de volfrâmio para a Alemanha⁷⁰. Desta forma, «la comunità di vedute ed il senso di collaborazione esistenti tra il Regio Governo e il Governo di Salazar prima del 25 luglio, oggi non esistono più»⁷¹.

A 4 de Junho de 1944, dois dias antes do desembarque aliado na Normandia, Roma era conquistada aos nazis. Para os políticos da Itália libertada, o acontecimento era fundamental para a normalização da vida político-institucional e diplomática. Com ela findava o Reino do Sul e o Reino de Itália recuperava a sua capital tradicional⁷². No entanto, ao invés das esperadas «innovazioni maggiori», a libertação da capital italiana assinalaria apenas o início de uma maior ambiguidade (Di Nolfo 1992, p. 150). Prolongando-se a ocupação aliada e as limitações que a mesma representava, o desejo de mudança começava a coexistir com o medo da mudança (*ibidem*, p. 151). Badoglio deixava de conseguir contrabalançar o peso do CLN, que se tornava no órgão máximo no panorama político, com os partidos que o integravam a deter grande influência e autoridade. A 18 de Junho de 1944, era substituído pelo Presidente do CLN, Ivanoe Bonomi, facto que, ao ser apresentado como uma decisiva fractura político-ideológica com o passado, tinha como principal objectivo estabelecer a concertação e o equilíbrio entre os diversos partidos e promover um maior sentimento de integração nacional (Di Nolfo 1992, pp. 151-152; Ungari 2004, pp. 64-81).

⁶⁷ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 17 (1943-1945), apontamento «Ripercussione in Portogallo degli avvenimenti italiani», não datado.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 16 (1943-1945), apontamento, reservado, do MAE de 25 de Maio de 1944, intitulado «Nostra situazione in Portogallo».

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 17 (1943-1945), apontamento «Ripercussione in Portogallo degli avvenimenti italiani», não datado.

⁷² *Ibidem*, ofício n.º 954/37 de 1 de Junho de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

Entretanto, o Ministero degli Esteri começava a ser reinstalado no Palazzo Chigi, no centro de Roma. Um conjunto de novos critérios para a escolha do pessoal diplomático eram definidos pelo novo Governo com o objectivo de renovar a velha diplomacia, comprometida com os erros do regime deposto, e entregar a sua condução a indivíduos que subscreviam os princípios democráticos e usassem da sua provada experiência para promover uma gradual reaproximação às Nações Unidas⁷³. Com a reabertura das missões diplomáticas na cidade, a questão do envio de um diplomata português para junto do Governo Real ganhava novas bases para uma resolução favorável ao Reino de Itália. Em meados de Julho, o Embaixador Teixeira Sampaio, Secretário-geral do MNE, comunicava a D'Ajeta, em nome do Presidente do Conselho, que o Governo português faria regressar logo que possível o Ministro Lobo D'Ávila Lima à missão no Quirinal. Teixeira Sampaio aproveitava o momento para valorizar a actuação do Estado português, recordando como este, honrando uma posição de absoluta correcção em relação ao legítimo Governo italiano, tinha chamado no justo momento o seu representante quando Roma fora ocupada, apesar das pressões germânicas e neofascistas em contrário. Sublinhava ainda que o reenvio de Ávila Lima, além de ser um procedimento normal depois da libertação da capital, era também ditado por «particolari motivi di amicizia e comprensione cui sempre erano stati improntati rapporti fra i due paesi»⁷⁴.

No final de Setembro de 1944, Lanza d'Ajeta era substituído por Alberto Rossi Longhi. A 3 e 4 de Novembro, tinham lugar os primeiros contactos protocolares entre o novo Ministro de Itália, o Secretário-geral do MNE, Teixeira Sampaio, e o Ministro dos Estrangeiros/Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. A recepção fora agendada com uma celeridade insólita, facto que Teixeira Sampaio garantia ser um acto de particular cortesia. Sampaio, com quem «il colloquio è stato cordialissimo», mostrava-se particularmente interessado na situação italiana e na posição da Inglaterra em relação aos problemas da Itália⁷⁵. Para Rossi Longhi, «questo primo contatto non poteva essere più soddisfacente» e convidava a uma maior colaboração entre os dois países do sul da Europa⁷⁶. Oliveira Salazar foi igualmente «molto cordiale» e demonstrava grande interesse quer pelas condições políticas, económicas e sociais da Itália, quer pela posição dos Aliados quanto às

⁷³ ASD/MAE, Segreteria Generale (1945-1949), pacco 10, documento não numerado ou datado (a data será posterior à nomeação do Governo de Ivanoe Bonomi, a 18 de Junho de 1944).

⁷⁴ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1992, doc. 294, telegrama n.º 43/161P.R. de 15 de Julho de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao Subsecretário do MAE, p. 366.

⁷⁵ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 17 (1943-1945), carta n.º 1984, reservadíssima, de 7 de Novembro de 1944, o Ministro de Itália em Lisboa ao Secretário-geral do MAE.

⁷⁶ *Ibidem*.

questões italianas⁷⁷. Fazia ainda votos para que prevalecesse um forte espírito de moderação que permitisse aos indivíduos honestos e capazes chamar a si a obra de reconstrução do país, acrescentando em seguida que nunca tinha perdido a confiança «nelle qualità e nel buon senso del popolo italiano che cosentiranno di fronteggiare e scongiurare il pericolo comunista»⁷⁸. Neste particular, Salazar confienciava que estava convencido de que a manutenção da ordem em Itália era de grande importância para a Grã-Bretanha, interessada em que o Governo de Roma fosse capaz de fazer face ao bolchevismo, «vero vincitore della guerra»⁷⁹. Rossi Longhi retorquia insistindo que a Itália necessitava do apoio moral e material dos países tradicionalmente amigos, como era o caso de Portugal, para poder superar as crises presentes e tornar-se, como desejavam Salazar e Teixeira, num elemento de estabilidade e de ordem na Europa perante o claro avanço do comunismo⁸⁰.

Embora o fim da guerra na Itália tenha ocorrido a 2 de Maio de 1945, com a rendição da Alemanha, a efeméride celebra-se a 25 de Abril, data em que a Resistência abriu uma ofensiva em larga escala contra as tropas nazis e neofascistas para, numa antecipação aos Aliados, lançar a libertação nacional na derradeira fase. Desde a perda de Roma e o desembarque aliado na Normandia, em Junho de 1944, o mal-estar crescia no interior da República Social Italiana. Em Abril de 1945, a deserção entre os seus soldados era massiva, sobretudo nas fileiras da *Guardia Nazionale Repubblicana*. Benito Mussolini tentou a custo salvar-se, tendo pensado em entregar-se aos Aliados como alternativa ao exílio na Suíça. Acabaria, contudo, por ser aprisionado pela Resistência e assassinado, a 28 de Abril de 1945.

2.3 – A dissidência republicana fascista em Portugal

A situação política que se vivia na Itália desde Setembro de 1943 punha a todos os italianos, vivesses ou não dentro das fronteiras nacionais, um dilema sério e difícil, cuja complexidade resultava de um conjunto dramático de circunstâncias que iam desde a guerra no país e da acentuada falta de informações sobre os acontecimentos, à ruína das instituições estatais, às perseguições políticas e à perda dos pontos de referência mais elementares. O dilema surgia da existência, por um lado, do Governo de Badoglio, que tinha sido criado com

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁰ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), telegrama n.º 338 de 6 de Novembro de 1944, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

um golpe de Estado, e, por outro, de uma república fascista que era conduzida pelo homem que tinha governado a Itália nos vinte anos anteriores e, ao contrário do Governo Real, mantinha uma forte aliança com uma potência estrangeira (a Alemanha) e controlava a capital e os serviços ali remanescentes (Conciatore 1990, pp. 223-228).

Renato Prunas, quando era Ministro de Itália em Lisboa, consagrou a Vittorio Emanuele III e ao Marechal Badoglio a sua total lealdade, prontificando-se a ceder aos Aliados toda a informação que estivesse em seu poder sobre a Alemanha⁸¹. A maioria dos italianos residentes em Portugal também se manteve fiel à Casa de Sabóia e ao Governo Real, demonstrando, segundo Prunas, uma «sicura comprensione della nuova situazione italiana e dei motivi morali e politici che la hanno determinata»⁸². Neste panorama, os dissidentes emergiam como um «grupo de sediciosos fascistas que acompanhavam o Governo do Norte de Itália» e em nome do qual procuravam estabelecer contactos e criar fidelidades através de uma propaganda activa⁸³. Era um grupo constituído por indivíduos com carreiras profissionais diversas, incluindo funcionários da Legação e dos consulados-gerais, exonerados pelas posições fascistas.

Vejamos o caso de Umberto Campini, Cônsul-geral de Itália em Lourenço Marques e um dos fidelíssimos de Mussolini, muito apropriadamente definido por Vittorio Salvadorini (2000, p. 166) como um «personaggio tipico del fascismo militante». No seguimento do 25 de Julho de 1943, Campini reconhecia a legitimidade do Governo Real, reiterando-a nos dias sucessivos à assinatura do armistício. Todavia, com o regresso político de Mussolini, o Cônsul redefinia posições, comunicando ao Marechal Badoglio que, em cumprimento das ordens recebidas do *Capo*, representava, de 6 de Outubro em diante, o Governo Republicano Fascista Nacional⁸⁴.

A reacção do Governo Real foi imediata a partir do momento em que Campini ignorava o convite de retracção, com Renato Prunas a obter do MNE a anulação do *exequatur* do Cônsul⁸⁵. Quer isto dizer que o Estado português considerava-o destituído das funções consulares uma vez que o único Governo de Itália reconhecido oficialmente por Portugal era o Governo de Badoglio. Não obstante, Campini permanecia em Lourenço Marques, onde

⁸¹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 78/33 de 8 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

⁸² *Ibidem*.

⁸³ AHD/MNE, 2P A48 M185, nota verbal n.º de 3 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao Director-geral do MNE.

⁸⁴ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 16 (1943-1945), ofício n.º 3820/3 de 16 de Novembro de 1943, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao Chefe do Governo Real.

⁸⁵ *Ibidem*. O *exequatur* é o documento com o qual os Estados autorizam o exercício de funções consulares no país.

validava a titularidade de representante oficial da República de Salò e continuava a coordenar uma vasta rede de espionagem do Eixo ali instalada. As suas acções de propaganda, espionagem e actos persecutórios contra os antifascistas rapidamente o transformaram numa ameaça não só à coesão e disciplina da colónia italiana local, mas também à influência dos Aliados na zona estratégica do Índico, razões que levaram Badoglio e os anglo-americanos a classificá-lo como um grave inconveniente político e a exilá-lo na ilha da Madeira (Telo 1990, pp. 163-165; Salvadorini 2000, pp. 149, 162-168; Harrison 2007, pp. 1318-1349; Matos 2010, pp. 37-40).

Segundo a Legação de Itália em Lisboa, no início de 1944, os italianos imigrados em Portugal ascendiam a cerca de oitocentos indivíduos, quinhentos dos quais constituíam a colectividade de Lisboa, cerca de duzentos a do Porto, estando os restantes espalhados por localidades centradas na actividade comercial ou com fortes indústrias têxteis ou conserveiras, como era o caso de Olhão ou de Vila Real de Santo António⁸⁶. Existia ainda uma pequena colectividade italiana residente em Lourenço Marques, composta por cerca de quarenta pessoas. A eles se juntaria, depois do início da II Guerra Mundial, um numeroso grupo de refugiados italianos: cento e setenta tripulantes do piróscifo *Gerusalemme* (navio mercante refugiado no porto da cidade), cento e dezanove naufragos do vapor inglês *Nova Escócia*⁸⁷ e cerca de quarenta militares, entre oficiais, soldados e antigos prisioneiros fugidos dos campos de concentração do Quénia e da África do Sul⁸⁸. São Vicente, em Cabo Verde, e Mormugão, na Índia Portuguesa, acolhiam também a tripulação de navios mercantes e petroleiros italianos que, com a entrada na Itália na II Guerra Mundial, solicitaram protecção ao Estado português: o *Gerarchia*, o *Taigete* e o *Arcola* em Cabo Verde, e o *Anfora* em Mormugão⁸⁹.

O Marquês Blasco Lanza D'Ajeta, Encarregado de Negócios em Lisboa, correlacionava os posicionamentos frondistas que se verificavam na colectividade italiana com a existência de interesses pessoais e materiais a salvaguardar. Havia, por exemplo, indivíduos que desenvolviam profícuas relações comerciais com empresas alemãs, enquanto outros tinham património e familiares no norte de Itália, cuja segurança ficaria comprometida se apoiassem o Governo Real. Neste quadro, os casos de adesão ao fascismo republicano por autêntica

⁸⁶ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 78/33 de 8 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

⁸⁷ O *Nova Escócia* foi torpedeado, a 28 de Novembro de 1942, por um submarino alemão quando transportava, da Eritreia para Durban, na África do Sul, um grupo de setecentos italianos, prisioneiros e civis (ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 16 (1943-1945), ofício n.º 04181/30 de 20 de Novembro de 1944, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE).

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ *Ibidem*.

convicção política reduziam-se, segundo Lanza D'Ajeta, a «due o tre al massimo, in tutto il Portogallo»⁹⁰.

A preocupação do diplomata era que, pelo carácter exuberante de alguns, pelas antigas ligações à Legação italiana e pela receptividade encontrada em certos ambientes portugueses, o núcleo dissidente pudesse criar a impressão de que tinha uma importância maior do que aquela que realmente tinha⁹¹. Sob o anonimato, distribuía um boletim informativo semanal, redigido com base na imprensa da Alemanha e da Itália de Salò⁹². Por altura dos aniversários fascistas, como a Marcha sobre Roma ou o 25 de Julho, a publicação assumia o carácter de número especial e era largamente difundida⁹³. Era ainda publicado um pequeno panfleto contra o Rei, o Governo Real e a Legação, embora sem qualquer valor político-ideológico⁹⁴. Ameaças ao pessoal diplomático e a pessoas afectas à Casa de Sabóia e do Governo Real completavam a estratégia global destinada a levar a colectividade italiana a passar as fileiras da República de Salò⁹⁵.

A entrada das tropas aliadas em Roma, a 4 de Junho de 1944, desencadeava uma forte acção propagandística por parte dos dissidentes republicanos fascistas, destinada a anular o simbolismo patriótico com que o Governo Real apresentava o acontecimento à colectividade italiana. A circular publicada a 5 de Junho, cujos trechos mais significativos transcrevemos, é uma boa síntese da propaganda fascista republicana sobre a libertação da capital italiana:

«Sui colli fatali di Roma, dove il genio mussoliniano e il lavoro tenace dei contadini-soldati d'Italia avevano – il 9 maggio 1936 – riportato l'Impero, sventolano da ieri le bandiere della coalizione alleata. Sul Colosseo tre volte romano – coi Cesari, coi Papi e col Fascismo che vi ha riportato la Croce dei primi martiri cristiani – su Palazzo Venezia, sugli obelischi delle Piazze celebri, sulle colonne dei Fori millenari, su Castel Sant'Angelo, soldati senegalesi, maricchini, neozelandesi, polacchi, hanno issato gli stendardi del trionfo. Ma non è contro questi soldati che va oggi il nostro odio e, meno ancora, il nostro disprezzo. Che dire però dei traditori che hanno aperto al nemico non già le porte della pace sia pur vergognosa ma incruenta, sibbene il sentiero della battaglia tagliato nelle carni vive della Patria? [...]

Soltanto a degli irresponsabili può venire in mente l'idea di festeggiare la data del 4 giugno. Quele Italiano degno di questo nome può pavesare la sua finestra e proclamare giorno di gioia e di gloria per la

⁹⁰ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 78/33 de 8 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

⁹¹ *Ibidem*, ofício n.º 78/33 de 8 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

⁹² ASD/MAE, AP (1946-1950), Portogallo, b. 1 (1946), ofício n.º 2438/1256, reservado, de 18 de Dezembro de 1944, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ AHD/MNE, 2P A48 M185, ofício n.º 2, confidencial, de 4 de Janeiro de 1944, o Director-geral do MNE ao Director-geral da PVDE.

nostra Patria martoriata questo del 4 giugno 1944 in cui truppe americane, francesi, polacche – ma non italiane – comandate da un generale inglese, sono entrate, combattendo a Roma?»⁹⁶.

Combater a propaganda fascista era, portanto, uma das tarefas centrais da Legação da Itália em Lisboa. Para o efeito, promovia contactos assíduos com os elementos mais respeitáveis da colectividade para incitá-los a defender o Rei e a causa do Governo Real e publicava um boletim informativo semanal em língua italiana e portuguesa⁹⁷, para além de preparar, com os serviços de imprensa das representações diplomáticas da Inglaterra e dos EUA, a publicação de artigos sobre a reconstrução política, económica e material da Itália nos jornais portugueses⁹⁸. A estratégia de propaganda incluía ainda o *Istituto di Cultura Italiana* e da *Casa d'Italia*, cujas actividades se destinavam a promover, através de iniciativas de carácter cultural, a coesão da colectividade em torno do Governo Real⁹⁹.

Lanza D'Ajeta elencava um trio de circunstâncias que se verificavam em Portugal e que poderiam favorecer as acções dos republicanos fascistas em prol da República Social Italiana. Primeiro, a manifesta simpatia que estes elementos encontravam nos meios portugueses, onde os acontecimentos italianos tiveram uma repercussão profunda devido às analogias que existiam entre a política portuguesa e o antigo regime fascista¹⁰⁰. Segundo, o trabalho contínuo da propaganda alemã, explorando o tema geral do perigo comunista e valorizando o nazismo-fascismo como uma barreira contra a sua expansão. Terceiro, as repercussões vindas da Espanha, onde os sectores nacionalistas apoiavam os elementos republicanos fascistas que ali permaneciam, «molto più numerosi ed organizzati che in Portogallo»¹⁰¹. Para além da actividade política, económica, militar e consular da República Social Italiana ser muito

⁹⁶ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 17 (1943-1945), circular n.º 12 de 5 de Junho de 1944, anexada ao ofício n.º 954/37 de 1º de Junho de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

⁹⁷ O boletim era publicado regularmente pelo serviço de imprensa da Legação e distribuído pelos italianos residentes em Portugal e por uma centena de portugueses, escolhidos entre jornalistas, articulistas, políticos e profissionais, com o propósito de disponibilizar informações e argumentos que diferenciavam claramente a posição da Itália da do Eixo, denunciassem os abusos e danos infligidos às populações da Itália ocupada e divulgassem quer a actuação da Resistência, quer a actividade do Governo Real e as mensagens do Rei e do Chefe de Governo às colectividades italianas no estrangeiro (*ibidem*, ofício n.º 3871/692, reservado, de 3 de Dezembro de 1943, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE).

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 78/33 de 8 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁰⁰ Os diplomatas italianos destacavam o acolhimento dado pela Marquesa Olga Cadaval di Robilant aos dissidentes italianos. Alberto Rossi Longhi, Ministro de Itália em Lisboa, definiu-a como a «ninha Egeria della dissidenza fascista», professando pública e repetidamente sentimentos hostis contra a Casa de Sabóia e a política do Governo Real (ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 324/81, reservado, de 29 de Fevereiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE).

¹⁰¹ *Ibidem*, ofício n.º 78/33 de 8 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

significativa em Espanha, Madrid nomeava o Cônsul que mantinha em Milão como seu representante oficioso junto do Governo de Salò¹⁰².

Este último ponto era especialmente preocupante para o Governo Real. No virar do ano de 1943, a Legação sabia que os republicanos fascistas pretendiam agremiar-se num «centro secreto» e que este, ficando coligado aos núcleos existentes na Espanha, acolheria alguns dos seus principais dirigentes para prepará-los e enviá-los a Portugal em missões de dinamização do republicanismo fascista¹⁰³. O clímax desta campanha coube ao General Terragni, ex-Adido Militar em Lisboa, responsável pelo estabelecimento da *Agenzia per la tutela degli interessi italiani in Portogallo* como representante directa do Governo de Salò no país¹⁰⁴. O Governo português, por seu lado, nunca reconheceu a *Agenzia* pelo simples facto de considerar o Governo Real como o único e legítimo Governo italiano¹⁰⁵.

A partir de Janeiro de 1944, a Legação de Itália, ao mesmo tempo que informava regularmente o MNE sobre as actividades políticas dos dissidentes em Portugal, apelava para que fossem tomadas as possíveis providências para refreá-las. Sugeria: a) que os dissidentes fossem apertadamente vigiados pela polícia e impedidos de desenvolverem actividades políticas e de concretizarem as ameaças de violência que faziam contra o corpo diplomático; b) que os elementos exonerados da Legação fossem expulsos de Portugal ou, pelo menos, de Lisboa; c) que fossem tomadas medidas profilácticas contra qualquer actividade republicana fascista no país, pois eram prejudiciais não só para o Governo Real, mas também para a ordem interna portuguesa; d) que os serviços competentes não cedessem vistos aos italianos que estivessem ao serviço da República de Salò e que pretendessem entrar em Portugal a partir da Itália do Norte ou da Espanha¹⁰⁶.

O Governo português acedia aos pedidos do Reino de Itália reservada e prudentemente, sem nunca assumir compromissos precisos, mesmo se considerasse as pretensões italianas

¹⁰² Em Espanha, Eugenio Morreale, ex-Cônsul da Itália em Málaga, assumia, em Novembro de 1943, os títulos de *Agente del Governo di Mussolini per la tutela degli interessi italiani* e de *Direttore del Governo di Mussolini per l'assistenza agli italiani in Spagna*. A actividade e a «oficialidade» da *Agenzia* de Morreale foram crescendo durante o ano de 1944, tendo chegado a subentender dezasseis consulados, quatro adidos, um gabinete de imprensa, um centro de recreio e uma representação do Partido Fascista Republicano. Esta estratégia de colaboração era alargada à nomeação de um representante espanhol semi-oficial para o norte de Itália, caindo a responsabilidade sobre o Cônsul de Milão, a quem seria mais tarde atribuída a coordenação da *Agenzia Oficiosa de España en el Norte de Italia*, elo de contacto com o Governo de Salò (Loff, pp. 834-837 e 842).

¹⁰³ AHD/MNE, 2P A48 M185, ofício n.º 2, confidencial, de 4 de Janeiro de 1944, o Director-geral do MNE ao Director-geral da PVDE.

¹⁰⁴ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 286/74, reservado, de 23 de Fevereiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁰⁵ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portogallo, b. 1 (1946), ofício n.º 2438/1256, reservado, de 18 de Dezembro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa, Alberto Rossi Longhi, ao MAE.

¹⁰⁶ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 286/74, reservado, de 23 de Fevereiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa em Lisboa ao MAE; AHD/MNE, 2P A48 M185, aide-mémoire de 28 de Janeiro de 1944, a Legação de Itália em Lisboa ao MNE.

legítimas e justas¹⁰⁷. Teixeira Sampaio, Secretário-geral do MNE, garantia sempre que seriam feitas averiguações, posto o que as autoridades portuguesas tomariam as medidas adequadas¹⁰⁸. Como os resultados, não eram, de imediato, os esperados, Lanza D'Ajeta insistia para que as autoridades nacionais adoptassem procedimentos mais enérgicos na defesa dos interesses daquele que «Portogallo ha continuato sempre a riconoscere, e senza alcuna esitazione, come l'unico Governo italiano»¹⁰⁹. Alertava também para o facto de que o Governo Real pediria responsabilidades a Portugal se os dissidentes, por terem sido deixados actuar livremente pelas autoridades portuguesas, conseguissem fundar grupos políticos, já de si muito desprestigiantes para um país que mantinha uma aliança com a Inglaterra, membro activo na luta contra o Eixo¹¹⁰. Lanza D'Ajeta pedia ainda ao Embaixador britânico e ao Ministro norte-americano para que pressionassem o Governo de Oliveira Salazar no mesmo sentido¹¹¹.

As acções cautas e paulatinas, por muito que exasperassem os italianos, seguiam os típicos procedimentos estado-novistas em política externa, todos eles *nuances* da posição de país neutro. Como Portugal tinha interesses a salvaguardar junto dos Aliados e do Eixo, era necessário deixar claro que não favorecia nenhum dos blocos em contenda. Nesta lógica, evitava acções que pudessem ser interpretadas pela Alemanha como intervenções directas nos assuntos italianos não só a favor da Monarquia e do Governo Real, mas também dos Aliados. Havia, ademais, a ambiguidade dos estatutos jurídicos internacionais, aptos a diversas interpretações e aplicações. Nesta situação estava a categoria de refugiados políticos, interpretada pelo Governo de Salazar a partir da postura de tradicional tolerância assumida por um Estado neutro. Esta questão era especialmente controversa e delicada quando o Governo Real solicitava o repatriamento das tripulações dos navios italianos refugiados nas colónias portuguesas ou dos elementos exonerados das chancelarias diplomáticas e consulares e a não atribuição de vistos portugueses de entrada ou de saída a dissidentes fascistas. Do outro lado da equação, e que levava o Estado português a aproximar-se ao máximo dos interesses italianos, estava a preocupação com as sequelas que a situação política italiana teria

¹⁰⁷ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 286/74, reservado, de 23 de Fevereiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ *Ibidem*, ofício n.º 83/37 de 8 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹¹⁰ AHD/MNE, 2P A48 M185, aide-mémoire n.º 142/28 de 28 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MNE.

¹¹¹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 83/37 de 8 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

em Portugal¹¹². Não só ao nível da imagem externa, que de forma alguma se queria conotada com o fascismo, mas também ao nível da ordem interna, já que, ao mesmo tempo que os elementos fascistas eram propensos a agitar os sectores da extrema-direita portuguesa (que Salazar sempre procurara reprimir), a defenestração do *Duce* animava os sectores da esquerda e os sindicalistas a acalantar a queda próxima do Presidente do Conselho. Ora, dando mostras de abertura e de colaboração com as forças naquele momento em vantagem contribuiria para convencer a opinião pública portuguesa e a comunidade nacional acerca da verdadeira natureza do regime português.

Mas em que resultou a colaboração entre as autoridades portuguesas e a Legação de Itália em Lisboa? As ameaças físicas feitas pelos dissidentes contra os diplomatas do Reino acabaram por ser suspensas devido à protecção policial cedida aos elementos da colónia italiana¹¹³. A acção política dos dissidentes era confinada ao termo de simples actividade de privados, o que significava que estava sujeita às sanções das leis e às normas policiárias em vigor no referente à realização de reuniões públicas de carácter político. A PVDE executaria também os procedimentos adequados à vigilância dos republicanos fascistas, pelo que, e no referente às expulsões que a Legação pedia para o núcleo central da sedição, aqueles só seriam expulsos se incorressem na violação da legislação portuguesa¹¹⁴. Em matéria de vistos de entrada, a resposta das autoridades portuguesas ia de encontro aos interesses da Legação por imperativos de ordem interna¹¹⁵. O MNE reiterava às missões diplomáticas de Portugal em Madrid, na Cidade do Vaticano e em Roma para que não apusessem vistos nos passaportes italianos, mesmo nos diplomáticos, sem a prévia consulta da Secretaria de Estado e da PVDE. Ficava, em teoria, limitada a circulação de indivíduos tidos por inconvenientes e destabilizadores, pois sem vistos a fronteira só poderia ser transposta clandestinamente¹¹⁶. A colaboração prestada nestes moldes fazia com que, em Abril de 1944, fosse assinalável «un progressivo decrescere di consistenza dei nuclei della dissidenza repubblicana-fascista»¹¹⁷.

Em Dezembro de 1944, o Ministro Rossi Longhi contactava o MNE para solicitar que as autoridades portuguesas impedissem a circulação dos boletins de informação que a *Agenzia per la tutela degli interessi italiani in Portogallo* começava a distribuir. Pouco depois, o

¹¹² *Ibidem*, ofício n.º 286/74, reservado, de 23 de Fevereiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹¹³ AHD/MNE, 2P A48 M185, ofício n.º 7912/SE, confidencial e reservado, de 21 de Março 1944, o Director-geral da PVDE ao Director-geral do MNE.

¹¹⁴ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 286/74, reservado, de 23 de Fevereiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ *Ibidem*, ofício n.º 588/177, reservado, de 13 de Abril de 1944, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

boletim desaparecia¹¹⁸. Todavia, logo a partir de 1 de Janeiro de 1945, uma nova publicação, da autoria dos responsáveis pelo antigo boletim, estava a ser distribuída na capital com o patrocínio da Legação da Alemanha¹¹⁹. Novamente, Rossi Longhi pedia a intervenção do Governo português, com o MNE a comunicar o facto à Censura, sublinhando que esta seria a forma indirecta de continuar a publicação de um boletim editado por elementos fascistas de Lisboa, anteriormente proibido¹²⁰. Em resposta, o Director-geral dos Serviços de Censura informava que os boletins editados pelas embaixadas e legações não estavam sujeitos à censura prévia¹²¹.

Verifica-se que o Governo português entendia, em absoluto, que devia conservar face ao Governo Real a possível linha de rectidão, no entanto, não considerava que devesse fazê-lo a expensas das leis nacionais. Neste contexto, a PVDE e o MNE tiveram as suas alterações no referente aos assuntos italianos. Se o MNE apelava à aplicação de medidas profiláticas contra os republicanos fascistas, assim como a maiores condições de segurança para os membros da Legação, a PVDE respondia com procedimentos circunscritos e com um discurso que desvalorizava a preocupação e o alvoroço dos diplomatas italianos¹²². O Director-geral da PVDE execrava a credulidade do MNE a propósito das informações cedidas pelos diplomatas, pouco provadas, sem os indícios necessários para accionar os procedimentos necessários e quase parecendo fruto da histeria do momento¹²³. «É que, dado o estado de espírito dos diplomatas italianos acreditados em Portugal e afectos ao Governo do Rei, tudo lhes parece suspeito e todos os italianos perigosos», escrevia¹²⁴. Insistia, por isso, que fossem fornecidos todos os elementos e indícios seguros que pudessem levar à detenção dos indivíduos considerados suspeitos; sem eles, a polícia política não assumiria qualquer responsabilidade perante eventuais violências praticadas «por um tresloucado»¹²⁵.

Vejamos agora a dissidência fascista italiana nas colónias portuguesas. No seguimento dos armistícios e da proclamação da RSI, em Setembro de 1943, os oficiais dos navios

¹¹⁸ AHD/MNE, 2P A48 M185, pró-memória n.º 410/27 de 16 de Fevereiro de 1945, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MNE.

¹¹⁹ *Ibidem, idem*. Tratava-se do *Boletim Político* da Legação da Alemanha, n.º1001, de 1 de Janeiro 1945, com o título geral de *Noticiário da República Social Italiana (Ibidem, ofício n.º 23 de 24 de Fevereiro de 1945, o Director-geral do MNE ao Director dos Serviços de Censura)*.

¹²⁰ *Ibidem, ofício n.º 23 de 24 de Fevereiro de 1945, o Director-geral do MNE ao Director dos Serviços de Censura*.

¹²¹ *Ibidem, ofício n.º 378/RD de 5 de Março 1945, o Director dos Serviços de Censura ao Director-geral do MNE*.

¹²² AHD/MNE, 2P A48 M185, ofício n.º 5133/SE, confidencial, de 23 de Fevereiro de 1944, o Director-geral da PVDE ao Director-geral do MNE.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ *Ibidem, ofício n.º 7912/SE, confidencial e reservado, de 21 de Março 1944, o Director-geral da PVDE ao Director-geral do MNE*.

¹²⁵ *Ibidem*.

Gerarchia, Arcola e Taigete, refugiados no porto cabo-verdiano de São Vicente, denegavam a legitimidade do Real Governo a favor do Estado neofascista¹²⁶. Mais tarde, conhecendo que em cumprimento das cláusulas do cessar-fogo a Inglaterra detinha o direito de propriedade sobre aqueles navios, tentaram obstruir a passagem da bandeira quer com procedimentos legais, orquestrados em torno do argumento de que só o armador poderia dispor dos mesmos, quer com sabotagens¹²⁷. Para obter da tripulação a respectiva profissão de fé fascista, os oficiais recorriam à violência psicológica, tendo esta «persuasão» conquistado a maioria dos indivíduos¹²⁸. Desenraizados, imobilizados no meio do Atlântico e sem informações concretas sobre os acontecimentos em Itália, foram facilmente atemorizados pela purga organizada em torno da assinatura de um documento onde se jurava fidelidade a Mussolini¹²⁹. Quem não o subscrevesse, perdia a protecção dos governos de Salò e de Berlim e caíria na miséria, levando atrás de si os familiares que residiam no território controlado pela Alemanha¹³⁰.

Em Lourenço Marques, Moçambique, a inclinação predominante da colectividade italiana ali emigrada pendia para a causa aliada, facto que se explica pela ampla influência da África do Sul na colónia e pela numerosa colectividade britânica ali residente. Quando a Itália entrou na guerra ao lado do Eixo, as relações entre italianos, portugueses e restantes europeus sofreram um abalo forte. Os armistícios de 8 de Setembro de 1943 permitiriam, contudo, o reatamento das mesmas, com muitos dos italianos a recuperar os empregos entretanto perdidos¹³¹. A situação era mais complexa entre os tripulantes refugiados, constituindo estes um conjunto heterogéneo que se dividia entre os fiéis ao Reino de Itália ou à República de Salò e os que assumiam uma posição apolítica. Devido à influência do ex-cônsul Umberto Campini e à activa propaganda nazi-fascista subsidiada pelo Cônsul alemão local, os partidários de Mussolini constituíam o grupo mais numeroso, sendo ele liderado pelo Tenente Franco Tonelli, ex-prisioneiro evadido de um dos campos de concentração britânico do Quénia¹³².

Quando o Governo Real começou a insistir com Lisboa para que as autoridades portuguesas procedessem ao repatriamento dos cidadãos italianos para a Itália do Sul¹³³,

¹²⁶ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 16 (1943-1945), ofício n.º 41/2 de 7 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibidem*. De um total de cerca de 90 indivíduos, apenas 10 não subscreveram a declaração de lealdade a Mussolini, formando um pequeno grupo leal ao Rei (*ibidem*, relatório do Vice-cônsul da Inglaterra em São Vicente com data de 18 de Setembro de 1945).

¹²⁹ *Ibidem*, ofício n.º 41/2 de 7 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ *Ibidem*, ofício n.º 04181/30 de 20 de Novembro de 1944, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ *Ibidem*, ofício n.º 554/147 de 21 de Março de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

Tonelli, em conjunto com Amedeo Marsaglia, Giovanni Corsini, Italo Moranduzzo, Elio Valiant e Luigi Messi lançaram uma intensa campanha fascista anti-monárquica para reforçar os sentimentos filo-republicanos e impedir o regresso ao Reino do Sul do maior número possível de co-nacionais¹³⁴. O método usual de intervenção centrava-se na persuasão de quem desejava partir de que seria entregue aos aliados devido às ligações, presentes ou passadas, com o fascismo¹³⁵. Em alguns casos, especialmente quando se tratava de oficiais da Marinha Mercantil, anunciavam que o repatriado, chegado ao Reino de Itália, seria destinado a todo o tipo de trabalhos, muito provavelmente forçados, sem se atender a posições ou graduações¹³⁶. Era, contudo, quando as famílias dos visados se encontravam na Itália ocupada pelos nazis que a propaganda obtinha maior efeito; apoiados por funcionários consulares alemães, ameaçavam com severas represálias os parentes daqueles que queriam romper com o fascismo¹³⁷.

A forte representatividade das forças republicanas fascistas em Lourenço Marques permitia que, em Março de 1944, decorresse no Clube Alemão da cidade a primeira assembleia do Partido Republicano Fascista. Todos os seus membros pertenciam ao sobredito clube, onde se reuniam semanalmente. Discursavam os proeminentes fascistas locais, como Elio Valiani, Italo Moranduzzo e Fabio Veronese, e discutiam-se os assuntos socioeconómicos e políticos que concerniam especificamente à colectividade fascista, incluindo os repatriamentos, os subsídios atribuídos por Salò e por Berlim e os laços de solidariedade que Mussolini não quebraria apesar do agravamento da conjuntura bélica para o Eixo¹³⁸.

Uma questão que veio testar a capacidade de concertação entre os Governos de Badoglio e de Salazar foi precisamente a preparação do repatriamento dos italianos internados nas colónias portuguesas. O Estado Novo guiava-se pela aplicação a todos eles da figura jurídica de refugiado político, seguindo, neste âmbito, uma actuação escrupulosa. Foi uma

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ Como exemplo, citamos os nomes do Capitão M. Sacchi e do Primeiro-oficial S. Cergna, informados de que as suas esposas tinham sido desprovidas de meios e enviadas pelos alemães para um campo de concentração em Trieste. De referir também o caso de Piero Tarditti. Tarditti demonstrava discretamente as suas simpatias pela causa antifascista. Quando surgiu a oportunidade do repatriamento para a Itália do Sul, decide partir imediatamente, o que fez convergir sobre si a ira da comunidade fascista. Inicialmente com vagas alusões e depois muito claramente, fizeram-lhe perceber que esposa e filhos, residentes em Florença, sofreriam as amargas consequências da sua decisão. Teria sido esta ameaça que induziu Tarditti a anular o pedido de repatriamento (*ibidem*).

¹³⁸ *Ibidem*, relatório anexo à carta de 25 de Maio de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao Director-geral dos Negócios Políticos do MNE.

questão bastante complexa e envolveu a República Social Italiana, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália e Portugal.

A Legação de Itália em Lisboa pretendia assegurar aos refugiados italianos uma assistência condigna, solicitando ao Estado português, em Novembro de 1943, que a providenciasse até que fosse possível repatriá-los. E isto porque nem a Legação nem os consulados italianos dispunham de meios para fazê-lo a curto/médio prazo, embora fosse dada a garantia de que o Governo Real reembolsaria as despesas em causa¹³⁹. Portugal anuiu em reconhecimento do carácter humanitário da cooperação, até porque os italianos estavam em condições económicas precárias¹⁴⁰. O processo complicava-se a partir do momento em que a Legação tinha conhecimento de que Salò e Berlim subsidiavam aquelas colectividades através dos cônsules alemães locais. Para resolver o problema da influência da república fascista e da Alemanha, assim como para controlar os gastos extremamente avultados com a assistência (esforço que era frequentemente sinalizado pelas autoridades portuguesas), o Governo de Badoglio ordenava, com o assentimento de Portugal, dos EUA e da Inglaterra, que todos os italianos fossem repatriados. Como vimos, um grande número dos tripulantes, muitos deles coagidos, recusou partir para a Itália do Sul e reiterou a lealdade a Mussolini. Circunstância que levou Lanza D'Ajeta, em Fevereiro de 1944, a apresentar ao Estado português a intenção do Governo Real em suspender o financiamento aos elementos declarados fascistas, os quais, «dimentichi dei superiori doveri dell'attuale grave momento, hanno assunto un'attitudine contraria e particolarmente dannosa agli interessi morali e materiali del proprio paese»¹⁴¹. A medida visava, em última instância, forçar a aceitação do repatriamento. Para o caso do anterior não se concretizar, D'Ajeta sugeria a Lisboa que expulsasse aqueles que recusassem regressar ao Reino do Sul¹⁴².

A posição de Portugal foi de grande reserva e manteve-se irredutível na decisão de que não forçaria ninguém a partir, fascista ou não, ou sequer aceitaria a «doutrina do abandono»¹⁴³. Estava, pois, em causa o dúbio estatuto de refugiado político¹⁴⁴. A recusa do Governo português surge bem veemente nas palavras do Ministro das Colónias:

¹³⁹ AHD/MNE, 2P A51 M28, notas verbais n.º 3837/381 de 23 de Novembro de 1943 e n.º 3848/383 de 26 de Novembro de 1943, a Legação de Itália em Lisboa ao MNE.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

¹⁴¹ *Ibidem*, nota verbal n.º 615/89 de 18 de Abril de 1944, a Legação de Itália em Lisboa ao MNE.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 16 (1943-1945), nota verbal n.º 29 de 20 de Maio de 1944, o MNE à Legação de Itália em Lisboa.

¹⁴⁴ *Ibidem*, ofício n.º 554/147 de 21 de Março de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

«Com efeito, a Itália, através do seu Ministro em Lisboa, responsabilizou-se pelos subsídios dados aos súbditos italianos [...]. Como é que de um momento para o outro se desinteressou de uma parte deles?

Portugal nada tem com os partidos dos súbditos italianos, que, por não concordarem com determinada corrente interna italiana, nem por isso deixam de ser italianos, e não pode [deixá-los] morrer à míngua, em África [...]. Foram dadas todas as facilidades no que se refere aos barcos refugiados e agora [...] vem a Itália com esta doutrina!

Pelas razões expostas no parecer de Sua Excelência o Ministro deve ser rejeitada *in limine* a proposta da Legação italiana».¹⁴⁵

A tese portuguesa, fortalecida pelas normas jurídicas internacionais relativas aos refugiados, acabou por ser defendida pelos diplomatas anglo-americanos, considerando ser politicamente inconveniente favorecer, com a suspensão dos estipêndios do Governo italiano, uma possível aproximação indirecta entre Lisboa e o Governo neofascista em vista do reembolso das despesas que continuaria a assumir em prol da colectividade¹⁴⁶. Apesar das pressões de Londres e de Washington, o Governo Real continuava a clamar pelo direito de não subsidiar os dissidentes que não reentrassem no Reino de Itália, dando ordens a Lanza D'Ajeta para que defendesse o ponto de vista do MAE junto do Embaixador britânico e do Ministro dos EUA e insistisse no imperativo máximo de evitar que a República Social Italiana se envolvesse na questão dos repatriamentos¹⁴⁷.

No final de Agosto de 1944, o Governo de Lisboa e a Legação italiana alcançavam um entendimento: o Governo Real reembolsaria o Estado português das despesas feitas a favor de todos os italianos refugiados nas colónias até ao repatriamento efectivo dos elementos leais¹⁴⁸. Os governos-gerais das colónias e os consulados anglo-americanos locais solicitariam uma declaração escrita a cada italiano que atestasse inequivocamente a orientação política e a posição quanto ao repatriamento¹⁴⁹. Até ao apuramento final dos resultados, Portugal assistiria todos os refugiados, sendo posteriormente reembolsado pelo Governo italiano sem qualquer distensão entre dissidentes e leais ao Governo Real¹⁵⁰. Daí para a frente, o Governo português aceitava a distinção desejada pela Itália¹⁵¹.

¹⁴⁵ AHD/MNE, 2P A51 M28, ofício n.º 1197, confidencial, de 4 de Maio de 1944, o Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias ao Director-geral dos Negócios Políticos do MNE.

¹⁴⁶ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 16 (1943-1945), telegrama n.º 121 de 26 de Maio de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁴⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 147 de 2 de Agosto de 1944, o MAE ao Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa.

¹⁴⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 220 de 28 de Agosto de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁴⁹ *Ibidem*, ofício n.º 1678/809 de 29 de Setembro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁵⁰ *Ibidem*, ofício n.º 2273/1166 de 1 de Dezembro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁵¹ *Ibidem*.

O repatriamento foi agendado para os primeiros meses de 1945, utilizando-se navios portugueses. Contudo, devido à presença dos submarinos alemães no Atlântico, o Ministério da Marinha anunciava que se o MNE insistisse em embarcar os refugiados deveria assumir de forma clara a responsabilidade por eventuais complicações, tanto mais que os navios deveriam atracar em Casablanca, porto muito exposto ao ataque inimigo, e transportavam um número elevado de italianos aptos ao serviço militar, logo, um alvo a atacar¹⁵². Em Fevereiro de 1945, o MNE comunicava à Legação que existiam problemas de ordem técnica insuperáveis que impediam que os italianos fossem embarcados, nomeadamente a falta dos salvo-condutos alemães, sem os quais o navio estaria em perigo, bem como a lotação dos navios¹⁵³. Estes problemas técnicos fizeram com que a II Guerra Mundial terminasse sem que a questão do repatriamento fosse resolvida, o que acabaria por acontecer só no decorrer de 1946, devido à lotação dos transportes disponíveis.

2.4 – O esforço de guerra italiano e a neutralidade portuguesa

Ao longo da negociação da paz separada, o Governo de Badoglio procurou atenuar ao máximo as severas e onerosas cláusulas do armistício. Não o conseguindo, o Presidente do Conselho reagia tempestuosamente ao acento demasiado punitivo com que Londres e Washington anunciavam a rendição incondicional da Itália, exigindo-lhes que apresentassem os termos correctos em que o armistício tinha sido negociado e anunciassem que reconheciam a Itália como um Estado de pleno direito que colaborava espontaneamente no plano militar para a derrota do Eixo e a sua própria libertação¹⁵⁴. Como Badoglio sublinhava, «noi abbiamo chiesto armistizio perchè deboli ma non siamo dei poltroni», daí que «alla liberazione del nostro paese dai tedeschi intendiamo concorrere col nostro sangue»¹⁵⁵. Estes esclarecimentos não só coloririam a ocupação aliada com cores menos cinzentas, mas também desfechariam um rude golpe na propaganda lançada pela República Social Italiana para deslegitimar o Governo Real através da rendição aos Aliados, descrita como antipatriótica e desonrosa¹⁵⁶. Neste sentido, Badoglio não aceitava que fosse infligido à Itália um tratamento humilhante e

¹⁵² *Ibidem*, ofício n.º 1052/606 de 2 de Maio de 1945, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁵³ *Ibidem*.

¹⁵⁴ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1992, doc. 8, apontamento n.º 1 de 15 de Setembro de 1943, o Chefe do Governo de Itália ao Chefe da Missão Militar Aliada, p. 7.

¹⁵⁵ *Ibidem*, doc. 12, nota n.º 33 de 22 de Setembro de 1943, o Chefe Estado-maior de Itália ao Chefe da Missão Militar Aliada, transmitindo o telegrama do Marechal Pietro Badoglio ao General D. D. Eisenhower, p. 9.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

insistia para que os militares italianos fossem integrados nas tropas aliadas como forças de primeira linha e não apenas como vigilantes de vias ou pontos estratégicos¹⁵⁷. Estas asserções, complementadas com a determinação em colaborar com as Nações Unidas, resultaram na declaração adicional ao armistício longo de 29 de Setembro de 1943, na qual o General Eisenhower sancionava ser possível modificar os termos do documento de acordo com a extensão da cooperação italiana¹⁵⁸.

A 13 de Outubro de 1943, a Itália declarava guerra à Alemanha, «il suo vero nemico», acontecimento que validava juridicamente o seu «supremo interesse» em destruir «a tirannide nazista e militarista tedesca»¹⁵⁹. Para os dirigentes italianos, a guerra contra a Alemanha tornaria a Itália num país co-beligerante, estatuto que consideravam como uma fase intermédia na progressão para um regime de paridade com os povos livres das Nações Unidas¹⁶⁰. Os Aliados, porém, não reconheceriam a co-beligerância italiana. A Itália fora o primeiro elemento do Eixo a render-se, tendo contra ela o grave erro de invadir e atacar a França e a Grécia, países que reclamavam um condigno tratamento punitivo para o agressor. E se os italianos ofereciam uma participação militar substancial, como conclui Phillip Morgan (2007, p. 159), «the Allies were concerned to limit the Italian military role, partly because they did not wish to see the re-emergence of armed forces which were a badge of national sovereignty and which gave real muscle and independence to the Italian government».

Renato Prunas, Secretário-geral dos MAE, sempre muito crítico, confrontava os representantes de Londres e de Washington junto da ACC com a queda progressiva da popularidade dos EUA e da Inglaterra em Itália, considerando-a uma razão mais do que suficiente para levá-los a alterar a forma como abordavam os problemas italianos. Era muito claro no seguinte: se o objectivo era fazer renascer a amizade ítalo-anglo-americana, a co-beligerância da Itália teria de ser oficialmente reconhecida. Mas não só: também os quatro mil funcionários do AMGOT e da ACC deveriam ser desmobilizados, terminando todas as ingerências e controlos asfixiantes (*sic*), incluso o que era exercido pelo *Psychological Warfare Branch* (PWB) ao nível da liberdade de pensamento e de expressão (Marchiori 2002, pp. 434-436; Fatica 2007, p. 5). Prunas procurava ainda sensibilizar as mais altas

¹⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁸ ASD/MAE, Segreteria Generale (1945-1949), pacco 28/2 (1945), «Relazione su attività del Governo italiano a Brindisi e Salerno in materia di politica estera», datada de 1945.

¹⁵⁹ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1992, doc. 231, anexo II, «Dichiarazione del Governo italiano sulla politica estera», com data de 23 de Maio de 1944, p. 284.

¹⁶⁰ *Ibidem*, doc. 204, relatório com data de 24 de Abril de 1944, o Chefe do Governo de Itália ao Conselho de Ministros, p. 251.

personalidades da comunidade internacional para a difícil situação do povo italiano, aturdido por uma guerra que, de dia para dia, ficava inusitadamente cada vez mais longa¹⁶¹.

Em Lisboa, o Encarregado de Negócios Blasco Lanza D'Ajeta conduzia uma discreta campanha junto dos diplomatas da Inglaterra e dos EUA para levá-los a reconhecer que a superintendência dos respectivos governos e o isolamento imposto pela ocupação arruinavam a Itália política, económica e administrativamente, sem esquecer que, ao contrário do esperado com a declaração italiana de guerra à Alemanha, nada indicava que a Inglaterra e os EUA equipassem as Forças Armadas nacionais e as colocassem ao serviço da libertação do próprio país¹⁶².

O posicionamento de Portugal em relação à II Guerra Mundial caracterizou-se por uma neutralidade evolutiva ao longo do conflito, o que permitia, à luz do Direito internacional, manter relações comerciais, financeiras e políticas com os dois lados beligerantes. Tenhamos em conta que o Presidente do Conselho considerava que a neutralidade estava condicionada às obrigações decorrentes da Aliança Luso-britânica, as quais, no entanto, pela sua indefinição, criaram atritos entre Lisboa e Londres quanto ao entendimento das mesmas no contexto das relações de Portugal com a Alemanha e a Itália (Rosas 1994, pp. 301-322; Telo, 2000 pp. 19-84). O regime pretendia, dentro de parâmetros jurídicos reconhecidos pelo Eixo e pelos Aliados, defender os interesses nacionais e a sua independência face às duas partes. Como muito bem caracteriza António José Telo (2000, p. 21), «a neutralidade era um jogo de concessões mútuas em constante evolução que dependia da situação concreta e da avaliação que dela era feita». Francesco Frasoni, Ministro da Itália em Lisboa na recta final da Era fascista, evidenciava a delicada posição de Portugal com uma expressão imbuída de sentido poético. O diplomata falava do «sottile filo della neutralità»¹⁶³. Linha subtil porque de difícil

¹⁶¹ Em completo contraste com as previsões dos EUA, da Inglaterra e do Governo Real, a conquista da Itália foi muito lenta. Se os comandantes militares, animados pela confiança resultante das vitórias no Norte de África e na Sicília, estimavam alcançar Roma pelo Natal de 1943 e o resto da península no Verão de 1944, no Natal de 1943 ainda estavam atrás da linha *Gustav*, a sul de Roma, e, pelo Verão de 1944, se tinham libertado a Itália central, no Outono estavam imobilizados na linha *Gótica*, a sul de Bolonha. O resto da Itália central e setentrional seria libertado só na Primavera de 1945. As razões que explicam este lento progresso resumem-se no seguinte: enquanto Winston Churchill defendia que a Inglaterra e os EUA deveriam investir na campanha da Itália para se sobreporem às vitórias dos russos e avançarem na Europa, Roosevelt considerava que a única forma de competir com a URSS seria abrindo uma segunda frente na França. O acordo resultou na preparação do desembarque aliado nas praias da Normandia (operação *Overlord*), em Junho de 1944, tendo as batalhas italianas sido relegadas para segundo plano. Entre 1944 e 1945, o objectivo da guerra em Itália consistia em impedir o reforço das frentes alemãs na França e na Europa de leste (Morgan 2007, p. 127 e ss.).

¹⁶² ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 16 (1943-1945), apontamento, secreto, de 14 de Janeiro de 1944, intitulado «Valutazione dell'attuale situazione italiana da parte americana a Lisbona. Rapporti tra la Regia Legazione e le rappresentanze alleate».

¹⁶³ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 15 (1942-1943), «Rapporto annuale sulla situazione politica del Portogallo (29 ottobre 1941 – 28 ottobre 1942)», anexado ao ofício n.º 965/422 de 4 de Março de 1943, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

gestão devido aos interesses de países incomparavelmente mais poderosos do que Portugal e que viam neste país do extremo ocidental da Europa, com um disperso, vasto e praticamente indefeso Império Colonial, um meio para atingir os seus maiores fins.

Para controlar as graves perdas infligidas pelo Eixo às respectivas marinhas mercantes, Londres e Washington pensavam em intensificar a luta contra os submarinos inimigos a partir de bases estrategicamente instaladas nas ilhas do Atlântico. Francesco Frasoni percebia que Portugal vivia num dilema: se não anuísse no estabelecimento de bases militares nos Açores os anglo-americanos avançariam para a ocupação das ilhas atlânticas portuguesas em nome do respectivo esforço de guerra; se o fizesse, a Alemanha exigiria compensações para não retaliar e o Governo de Franco aproximar-se-ia de Berlim, com grande perigo para a manutenção da Península Ibérica como zona de paz. Oliveira Salazar não estava disposto, nas palavras de Frasoni, a aceder «supinamente» a estes desejos ou a sofrer sem resistência um acto de força. Temia apenas que a Inglaterra invocasse a Aliança Luso-britânica para obter a cedência dos Açores ou que as manobras anglo-americanas para substituir o Governo salazarista por outro mais dócil e submisso fossem bem-sucedidas¹⁶⁴.

Na segunda metade de 1942, concretizada a operação *Torch*, no norte de África, Salazar e os seus colaboradores começam a perceber a dimensão do poderio militar dos Aliados e a admitir em privado a possibilidade da derrota da Alemanha, muito embora o Presidente do Conselho não pensasse em abandonar a neutralidade até aí seguida. Lanza D'Ajeta falava então de uma forte compressão nas relações de Lisboa com a Inglaterra e os EUA durante o biénio 1943/1944, com o Governo salazarista a controlar de forma pragmática a posição de Portugal enquanto neutro colaborante. Assim, continuava o diplomata, da «neutralidade séria e digna» defendida por Salazar no discurso de 25 de Junho de 1942, em pleno período de crise nas relações luso-britânicas por causa da guerra económica movida pelo *Ministry of Economic Warfare* (MEW), e da escrupulosa neutralidade anunciada por Óscar Carmona no início da III Legislatura, passava-se, no discurso do Presidente do Conselho de 27 de Abril de 1943, contextualizado pela vitória aliada na campanha do Norte de África, à defesa de uma «neutralidade não incondicional», isto é, não absoluta¹⁶⁵. Neste sentido, as facilidades militares concedidas por Portugal à Inglaterra nos Açores, no final do Verão de 1943, constituíam um «importante marco na evolução da neutralidade portuguesa», definindo os

¹⁶⁴ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1990, doc. 14, telegrama n.º 915/222-223R de 12 de Fevereiro de 1943, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE, pp. 12-13.

¹⁶⁵ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 17 (1943-1945), ofício n.º 740/264, reservado, de 6 de Maio de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE e à Embaixada de Itália em Madrid.

seus contornos como «claramente alinhada com os Aliados na parte final da guerra»¹⁶⁶ (Telo 2000, p. 62).

Depois da ampla valorização da concessão das bases dos Açores em declarações oficiais e na imprensa, até meados de 1944 não houve novas manifestações através das quais se pudesse deduzir o deslizamento de Portugal para uma maior e mais íntima colaboração com os Aliados. Em Novembro de 1943, o Governo português não cedia as facilidades militares solicitadas pelos EUA nos Açores. Não havendo nenhuma aliança com Washington, ao contrário do que acontecia com Londres, Salazar não pretendia exacerbar as desconfianças da Alemanha com outro acto favorável aos Aliados. Com efeito, não obstante se esperar o pior em Lisboa, como um raid aéreo alemão sobre a capital ou um ataque a partir da fronteira com a Espanha, Berlim foi até certo ponto transigente. Oliveira Salazar teve todo o cuidado de apresentar a concessão do aeródromo da Terceira como uma circunstância decorrente da Aliança Luso-britânica e completamente independente das relações económicas e políticas germano-portuguesas, as quais não seriam afectadas. Quanto à Alemanha, como informava na nota de protesto entregue no Palácio das Necessidades pelo seu Ministro em Lisboa, não toleraria outra cedência similar em potencial estratégico aos Aliados sem que o Eixo recebesse uma compensação equivalente. Neste particular, era especialmente sublinhada a preocupação de Berlim com as exportações de volfrâmio e aconselhado que Portugal recuperasse a sua política de estrita neutralidade e continuasse a manter com a Alemanha as boas relações cultivadas até àquele momento (*ibidem*, p. 63-65).

A verdade é que, a partir do Acordo dos Açores, Lisboa estava determinada em manter-se o mais possível na linha política da neutralidade. No entanto, à medida que se prolongava a indefinição territorial e temporal da guerra, com a situação da Itália a constituir um exemplo paradigmático, crescia em Portugal um sentimento de acentuado cansaço e fortalecia-se um

¹⁶⁶ O controlo aliado sobre o Norte de África, obtido em Maio de 1943, teve um impacto importante nas relações externas de Portugal. Primeiro, assegurava a neutralidade da Península Ibérica porque demonstrava a Francisco Franco a inutilidade de uma beligerância em prol da Alemanha, cujo Exército sofria uma pesada derrota, a somar àquela de Estalinegrado. Segundo, criava as condições necessárias para que os Açores fossem integrados de forma intensiva no esforço bélico dos Aliados enquanto ponto estratégico de apoio às operações militares na Itália e no Mediterrâneo. Na perspectiva dos EUA, que tinham nos Açores um ponto de escala muito importante para a ponte aérea com o sul da Europa, as ilhas deviam ser ocupadas de surpresa, contornando os processos negociais que Portugal imporia se lhe fosse pedida autorização. A Inglaterra opunha-se e fazia valer a sua estratégia diplomática. Invocando as obrigações da Aliança Luso-britânica e oferecendo compensações militares, a 18 de Junho de 1943, o Governo de Londres apresentava ao congénere português o pedido para que lhe fossem cedidas facilidades militares nos Açores. A 23 daquele mês, o Governo português informava o Embaixador britânico, Ronald Campbell, da sua «concordância em princípio», dando início às negociações, concluídas em meados de Agosto, depois de Mussolini ter sido deposto e numa altura em que decorria paralelamente a conquista da Sicília e a negociação da paz separada entre o Governo de Badoglio e os anglo-americanos, via Lisboa. A aplicabilidade do Acordo dos Açores teria efeito a partir de Outubro, um mês depois do armistício italiano (Telo 1991, pp. 105-186).

estado de nervosismo geral, cada vez mais endémico à medida que, ao longo da primeira metade de 1944, cresciam as pressões dos anglo-americanos para que a exportação de volfrâmio para a Alemanha fosse suspensa¹⁶⁷.

António de Oliveira Salazar resistiu durante alguns meses. Lanza D'Ajeta dizia que o Presidente do Conselho considerava o embargo como uma medida demasiado drástica pelas sérias consequências económicas e sociais que acarretava, propondo, em alternativa, o alargamento das facilidades concedidas nos Açores¹⁶⁸. Com efeito, a II Guerra Mundial criara um conjunto de situações que resultaram na constituição de importantes interesses em torno do tungsténio. O bloqueio marítimo, a deficiência de tonelagem nacional e as limitações gerais da guerra económica tinham abrandado e anulado uma parte considerável da actividade comercial nacional, com os bancos e os institutos de crédito a deterem uma super disponibilidade de depósitos sem vias de investimento¹⁶⁹. A combinação do crescimento exponencial da procura do volfrâmio pelos beligerantes com o aumento do preço do minério e a sobredita super disponibilidade de crédito resultaram na multiplicação em larga escala das empresas mineiras, incluindo por reconversão das indústrias de outros sectores¹⁷⁰. Por último, a «febre do ouro negro» levou ao abandono dos campos agrícolas, multiplicando-se as explorações individuais¹⁷¹. Conhecendo esta realidade, Londres e Washington tentavam minimizar os danos através de um plano de empréstimos financeiros com condições muito favoráveis, destinado a promover um vasto programa de obras públicas, cuja utilidade, advogavam, era inquestionável para o país, não só do ponto de vista do desenvolvimento das infra-estruturas, mas também para a absorção da mão-de-obra libertada com a cessação das exportações do volfrâmio. Salazar, contudo, resistia: se a situação operária ficaria controlada, remanescia a grave questão da ruína de empresas e bancos¹⁷².

António José Telo (2000, pp. 66-67) defende uma tese diferente: a recusa inicial de Salazar não estava relacionada com motivos económicos ou financeiros, mas com razões de fundo político. Como explicava em carta a Winston Churchill, o Presidente do Conselho acreditava piamente que a proibição das vendas de volfrâmio à Alemanha seria encarada por Berlim, depois do Acordo dos Açores, como o derradeiro acto hostil, avançando para uma resposta armada. E Salazar não confiava na capacidade de resposta dos EUA e da Inglaterra

¹⁶⁷ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 17 (1943-1945), ofício n.º 211/50 de 27 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE. Sobre a questão do volfrâmio *vide* Nunes 2010; Telo 1991, p. 187-247 e Telo 2000, pp. 66-71, 126-133, 137-156.

¹⁶⁸ *Ibidem*, ofício n.º 208/47 de 8 de Fevereiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² *Ibidem*.

no caso de um ataque a Portugal. Ademais, não considerava que o embargo fosse um elemento importante para a derrota de Hitler, já que a Alemanha obtinha em Portugal apenas um quarto das suas necessidades de volfrâmio.

Em Maio de 1944, realizado o acordo entre a Grã-Bretanha, os EUA e a Espanha para a suspensão das exportações espanholas do mesmo minério, as negociações com Portugal permaneciam num impasse devido às vivas resistências portuguesas¹⁷³. Lanza D'Ajeta via neste procedimento uma concepção demasiado rígida da neutralidade e uma forma de orgulho nacional exageradamente intensa, facto que agastava Londres e Washington, especialmente depois do êxito das negociações com Madrid, e os levava a retaliar com ataques vivazes na imprensa e nas transmissões da BBC¹⁷⁴. No final de Maio, Londres dava o passo decisivo: invocava a Aliança Luso-britânica para obter o embargo. Lisboa acedia, como acedia sempre que se evocava a Aliança, no entanto, para ressaltar o seu poder de decisão e legitimidade enquanto neutro, decretava a suspensão total da exploração e exportação do minério e não apenas a venda do minério à Alemanha¹⁷⁵. Na nota entregue ao Governo britânico no dia 3 de Junho, Oliveira Salazar fazia questão de deixar muito claro que a anuência de Portugal representava um esforço muito considerável: o desemprego de 80.000 volframistas, prejuízos anuais entre 9 e 10 milhões de libras e a perda de 2 milhões de libras anuais em impostos e taxas (Telo 2000, p. 70). Já no comunicado cedido à imprensa a 7 de Junho de 1944, a preocupação fundamental foi sublinhar que a suspensão das exportações eram acordadas no âmbito da Aliança Luso-britânica e que Portugal tomara uma decisão de tal gravidade porque reconhecia ser um contributo importante para abreviar a duração da guerra¹⁷⁶. As palavras, cuidadosamente escolhidas, não aludiam à vitória bélica dos Aliados nem à derrota do Eixo. Salazar pretendia apenas deixar bem claro a Berlim que a suspensão da venda do volfrâmio estava perfeitamente integrada no âmbito jurídico da neutralidade portuguesa, cuja particularidade residia precisamente no facto de estar condicionada à Aliança com a Inglaterra¹⁷⁷. A reacção da Alemanha resumiu-se a um protesto débil. Perante a conquista de Roma pelos Aliados, a 4 de Junho, e o desembarque na Normandia, dois dias depois, interessava ao Governo de Berlim conservar as boas relações comerciais e financeiras com os países neutros.

¹⁷³ *Ibidem*, ofício n.º 721/246 de 6 de Maio de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁷⁴ *Ibidem*. A BBC criticava a falta de liberdade do regime, aludindo especificamente à existência de uma conspiração militar nos círculos do Presidente da República, onde a Inglaterra tinha larga influência, para derrubar Salazar. Houve, de facto, pressões directas sobre Óscar Carmona para que afastasse o Chefe do Governo, caso único em toda a guerra (Telo 2000, p. 69).

¹⁷⁵ *Ibidem*, ofício n.º 983/390 de 17 de Junho de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

Nos meios diplomáticos de Lisboa, como testemunhou Lanza D’Ajeta, a suspensão das exportações de volfrâmio era comentada como sendo uma «logica manifestazione di un senso di realismo»¹⁷⁸. Não faltavam, porém, comentários irónicos para sublinhar como, «forse per puro caso fortuito», após largos meses de negociações, «l’adesione da parte portoghese alle richieste anglo-americane coincida nel tempo con l’inizio degli sbarchi sul continente delle truppe alleate»¹⁷⁹. Ou então, como se afirmava nos meios jornalísticos britânicos, «meglio tardi che mai»¹⁸⁰. Fosse como fosse, é preciso sublinhar que enquanto durou a guerra, nem os EUA, nem a Inglaterra voltaram a adoptar publicamente uma posição crítica face ao Estado Novo (Telo 2000, p. 71).

A leitura que os diplomatas italianos faziam da neutralidade portuguesa possuía uma larga componente ética e moral. No início de Maio de 1944, Lanza D’Ajeta escrevia que a neutralidade «si polarizzò nel preciso egoistico scopo di mantenere il paese fuori della guerra e, per quanto possibili, esente dalle sue ripercussioni di carattere economico e politico»¹⁸¹. Compreendamos a sua posição: se a neutralidade portuguesa favorecia os Aliados, favorecia também a Alemanha e, por extensão, o prolongamento da ocupação nazi-fascista e aliada da Itália e a vigência da República Social Italiana, com todos os problemas daqui decorrentes para a posição externa e interna do Governo Real. Vejamos como.

No âmbito da neutralidade, Portugal desenvolveu relações comerciais e financeiras com a Itália fascista. Assinado o armistício, ficavam pendentes diversas questões a resolver entre Lisboa e o Governo Real, com a situação político-militar, diplomática e económico-financeira italiana a dificultar a resolução daquelas. De facto, a Itália, nação que entregara a rendição e a maior parte da soberania aos anglo-americanos, não tinha liberdade de acção, mesmo quando pretendia utilizar navios, matérias-primas e réditos existentes em Portugal para o seu esforço de guerra ao lado das Nações Unidas e para a reconstrução nacional. Por seu lado, a acção do Estado português era de defesa dos interesses nacionais, fazendo valer acordos e direitos anteriormente negociados com o Governo de Mussolini.

Durante o período fascista, as relações comerciais entre Portugal e a Itália cresceram e adquiriram intensidade e um carácter de permanência inédito. Exemplo disso são os diversos acordos comerciais e de pagamentos celebrados entre 1934 e 1939¹⁸². Este enquadramento

¹⁷⁸ *Ibidem*, ofício n.º 949/367 de 10 de Junho de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ *Ibidem*, ofício n.º 983/390 de 17 de Junho de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

¹⁸¹ *Ibidem*, ofício n.º 740/264, reservado, de 6 de Maio de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE e à Embaixada de Itália em Madrid.

¹⁸² Ao Tratado de Comércio e de Navegação entre Portugal e a Itália, assinado a 4 de Agosto de 1934, seguia-se, a 21 de Dezembro de 1936, o Acordo Comercial entre Portugal e a Itália, o Acordo entre Portugal e a Itália para

jurídico e o bom clima geral nas relações luso-italianas permitiram a constituição de um núcleo de empresas italianas em Portugal, cujas actividades cobriam vários sectores estratégicos, desde seguros, à aviação civil, ao comércio do volfrâmio e de automóveis e às indústrias têxteis e de conservas de peixe¹⁸³.

Estas empresas distribuíam-se por três categorias: a) empresas portuguesas com capital italiano, como, por exemplo, a Companhia Portuguesa do Tungsténio, capitalizada pela *Azienda da Minerali Metalici Italiani*, que mantinha ligações com a FIAT, o Fomento Nacional de Indústria, também ligada à FIAT, a seguradora Portugal Previdente, capitalizada pela *Adriatica di Sicuritá*, a Têxtil Artificial do Porto e a Fibra Comercial Lusitana, capitalizadas pela *Snia Viscosa*; b) empresas italianas domiciliadas em Portugal, como era o caso da *Società Portoghese per la Lavorazione e Vendita di Seta Artificiale*, da *Società Mineraria Portoghese per la Produzione di Stagno* e da *Società Portoghese di Assicurazioni*; e, finalmente, c) empresas italianas com filiais em Portugal, nomeadamente, a *Fiat Portuguesa SARL* (também conhecida por *Società Portoghese per la Vendita delle Automobili FIAT*), a *Assicurazioni Generali di Venezia e Trieste*, a *Società Italiana di Assicurazioni*, as agências italianas de serviços aéreos LATI e *Ala Italiana*, a *Italcable*, que fornecia serviços telegráficos, e a *Banca Nazionale del Lavoro*¹⁸⁴.

Com a entrada da Itália na II Guerra Mundial, em Junho de 1940, as firmas italianas que faziam negócios com o Eixo a partir de Portugal eram cadastradas e incluídas na famosa lista negra, um instrumento fundamental na guerra económica conduzida pelos Aliados¹⁸⁵. Basta recordar que os italianos tinham uma presença considerável nos sectores da indústria conserveira e têxtil, produzindo produtos em torno dos quais se organizava aquela estratégia de ataque. O armistício de Setembro de 1943 viria complicar a situação, pois muitas destas empresas estavam sediadas na Itália ocupada pelas tropas nazis, facto que as deixava muito voláteis às pressões dos alemães para que mantivessem negócios com o III *Reich*. Havia ainda aquelas que cooperavam livremente por adesão aos princípios políticos do Eixo ou por puro interesse financeiro.

O Governo Real caracterizava esta situação como altamente prejudicial para os interesses nacionais, pois não contribuía para o esforço de guerra do Reino e prolongava a

Regular os Pagamentos Relativos ao Intercâmbio Comercial entre os Dois Países e o Acordo entre Portugal e a Itália para a Liquidação dos Débitos Portugueses e Italianos Atrasados. A 19 de Dezembro de 1939, os dois países assinavam o Acordo Tornando Extensivos à Albânia os Tratados e Acordos Ítalo-portugueses e o Protocolo Referente ao Intercâmbio Comercial entre Portugal e a União Aduaneira Ítalo-albanesa.

¹⁸³ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 0464-L/IX de 24 de Maio de 1944, o Adido Comercial da Legação de Itália em Lisboa ao Ministro das Finanças.

¹⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

ocupação estrangeira. Para limitar o efeito das pressões alemãs e terminar com o apoio dado por algumas daquelas empresas à Alemanha e à República Social Italiana, o Governo Real decidia colocar todo o núcleo empresarial italiano em Portugal sob a sua tutela, considerando ilegais todas as transacções efectuadas sem o seu conhecimento ou que se destinassem a prejudicar o Reino, sendo elas devidamente punidas¹⁸⁶. O MNE era devidamente informado do anterior, com Lanza D'Ajeta a solicitar a colaboração do Estado português para a criação de mecanismos que impedissem que os negócios italianos fossem utilizados em proveito do Eixo¹⁸⁷. Sem grande envolvimento oficial, o Governo português fazia publicar na imprensa as advertências da Legação da Itália, dando a conhecer aos círculos económicos e às autoridades competentes que os negócios feitos naquelas condições poderiam ser impugnados pelas vias legais¹⁸⁸.

Paralelamente, a Legação convidava os dirigentes das empresas italianas operantes em Portugal a romper relações comerciais com a Alemanha e com os governos dos territórios por ela ocupados e, em nome do Governo Real, prometia ceder toda a assistência técnica e política possível para proteger os seus negócios¹⁸⁹. Desde logo, a reapreciação da inclusão da empresa na lista negra anglo-americana, processo que obtinha a «benevola ed ampia comprensione» de Londres e de Washington¹⁹⁰. Segundo as informações de Lanza D'Ajeta, quarenta e cinco das cinquenta empresas interpeladas estavam dispostas a cortar relações com a Alemanha, tendo um primeiro grupo de vinte firmas obtido a revisão da sua posição e deixado integrar a lista anglo-americana¹⁹¹.

Portugal tinha uma importância estratégica para a Itália do ponto de vista comercial, mais precisamente como mercado para a obtenção das matérias-primas necessárias à economia nacional, e das quais era parca, e de colocação de produtos italianos, permitindo ao país sustentar um comércio externo significativo. Para o efeito, Roma e Lisboa celebraram um Tratado de Comércio e de Navegação, em Agosto de 1934. O seu funcionamento estava organizado em torno do saldo de *clearing*, que pode ser descrito como um mecanismo de controlo e de nivelamento das trocas comerciais entre dois países para evitar disparidades excessivas que comprometessem os interesses de ambas partes. Dois anos depois, o saldo de

¹⁸⁶ *Ibidem*, nota verbal n.º 506/76 de 4 de Abril de 1944, a Legação de Itália ao MNE.

¹⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁸⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹⁹¹ *Ibidem*.

clearing estava estável o suficiente para avançar com a celebração, em Dezembro de 1936, de três acordos, um comercial, outro de pagamentos e um terceiro de liquidação de débitos¹⁹².

Contudo, nos três anos seguintes, a Itália acumulou em relação a Portugal um débito de cerca de 70 milhões de liras. Para reverter a situação, os italianos conjecturavam que poderiam suprimir o saldo de *clearing* mediante o incremento dos fornecimentos estatais e das exportações para o mercado português. Estas consentiriam, ao produzirem um saldo activo a favor da Itália, que se aumentasse a importação de conservas de peixe, de açúcar, de resinosas, de azeite, de volfrâmio e, já ao nível dos produtos coloniais, de café, de cacau, de sementes oleaginosas, de óleos e de peles, tudo produtos base das exportações portuguesas¹⁹³. Se os resultados ficaram aquém das estimativas no referente ao aumento das exportações italianas, houve, no entanto, uma melhoria do saldo de *clearing* a favor da Itália porque o Ministério da Guerra português fez dois contratos especiais para a aquisição de material de guerra: um com a *Ansaldo-Fiat*, em Outubro de 1939, para o fornecimento de 23 baterias motorizadas de montanha 75/18, no valor de 50 milhões de liras (a FIAT forneceria o material de motorização das baterias construídas pela *Ansaldo*); o outro com a *Breda*, encomendando 750 metralhadoras 7/92, no valor de 20 milhões de liras. A estes dois contratos acrescia o celebrado com a *Marelli* para o fornecimento de três estações radiotransmissoras, no valor de 3 milhões de liras e a negociação de um segundo e «importante» contrato com a *Ansaldo-Fiat* para o provimento de 33 baterias de campanha 75/34, no valor de 120 milhões de liras¹⁹⁴.

A entrada da Itália na II Guerra Mundial alterou este panorama. A beligerância italiana agravou problemas já de si estruturais, como era a deficiência alimentar e de matérias-primas, bens que o Governo de Roma adquiria junto dos países neutros a estipêndios elevados para responder ao esforço de guerra nacional. No segundo semestre de 1940, as exigências bélicas, ao mesmo tempo que determinavam um incremento rápido das aquisições em Portugal, levavam à redução automática das exportações italianas em géneros¹⁹⁵. Por conseguinte, o reequilíbrio do saldo de *clearing* ficava cada vez mais difícil. O Governo de Mussolini percebia que através do *clearing* comercial nunca poderia aumentar o volume das aquisições que a guerra tornava necessárias, decidindo começar a fazer as importações segundo os regulamentos de pagamento em divisa livre¹⁹⁶. O alvo era os minérios estratégicos (o estanho e o cobre, comprados pelo *Monopolio Metalli*, e o volfrâmio, adquirido pela *Azienda Minerali*

¹⁹² *Ibidem.*

¹⁹³ *Ibidem.*

¹⁹⁴ *Ibidem.*

¹⁹⁵ *Ibidem.*

¹⁹⁶ *Ibidem.*

Metallici Italiani), borracha, couro, cobertores de lã, chá, amianto, fibras coloniais, substâncias medicinais e importantes quantidades de conservas de peixe¹⁹⁷. Lisboa, que sempre evitou receber divisas devido à sua pouca fiabilidade em tempos de guerra, aliviava a situação com o mecanismo da negociação de contratos para o fornecimento de armamento, os quais, pelas condições especiais a que estavam sujeitos, pressupunham o pagamento adiantado de parte da encomenda¹⁹⁸. Em 1941, encomendava à *Ansaldo-Fiat* 33 baterias de campo 75/34. O Ministério da Guerra colocava no *clearing*, a título de antecipação, o valor de cerca de 26 milhões de liras (cerca de 33 milhões de escudos) e o débito italiano reduzia-se em proporção, se bem que as contínuas e elevadas aquisições italianas de conservas de peixe, colofónia e terebintina rapidamente restabelecessem um *deficit* de 45 milhões de liras¹⁹⁹.

No decorrer de 1942, o volume das mercadorias italianas exportadas para Portugal, exceptuando-se os automóveis da FIAT, as fibras têxteis da *Snia Viscosa* e as 750 metralhadoras *Breda 7/92*, foi parco e decrescente, facto que se explica pela lentidão e escassez dos meios de transporte terrestres e marítimos. Era também nesta altura que a *Ansaldo-Fiat* informava o Governo português que não tinha condições para cumprir o segundo contrato relativo às 33 baterias de campo, podendo aprontar – com grande custo, dizia – a entrega das 23 baterias de montanha 75/18, primeiramente encomendadas²⁰⁰. Isto significava que Portugal continuava a haver 26 milhões de liras, pagas a título de antecipação. Esta situação dificultava exponencialmente as negociações em curso para o fornecimento de 1000 miras ópticas para as metralhadoras *Breda*, de 10 mil minas terrestres *Pignone*, de 1000 aparelhos lança-chamas *Pignone*, de 80 minas anti-tanque *Breda*, de 6 automotoras *Breda*, de 3 aviões comerciais *Savoia-Marchetti* e de diverso armamento *Ansaldo-Fiat* para a Guarda Nacional Republicana²⁰¹.

Se a guerra contra os Aliados agravou a situação financeira da Itália, o armistício com os anglo-americanos colocava o país numa situação delicadíssima. Muito resumidamente, o cessar-fogo obrigava a Itália a colocar à sua disposição, até ao final da guerra, a marinha mercantil e a aviação civil. A Itália teria também de fornecer a mão-de-obra necessária para a

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ A partir de 1936, com o esfriamento das relações entre Portugal e a Inglaterra por causa da Guerra Civil de Espanha e a suspensão dos planos de rearmamento do Exército português com a colaboração britânica, a Alemanha e a Itália passam a ser os principais fornecedores de armas até ao início da II Guerra Mundial, voltando então a Inglaterra a ganhar a preponderância. Não obstante, o Governo português recorria aos contratos de fornecimento de armamento para manter as balanças comerciais com a Itália e a Alemanha equilibradas (Telo 2000, pp. 19-219).

¹⁹⁹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 0464-L/IX de 24 de Maio de 1944, o Adido Comercial da Legação de Itália em Lisboa ao Ministro das Finanças.

²⁰⁰ *Ibidem*.

²⁰¹ *Ibidem*.

reconstrução material dos países agredidos pelo Eixo. As indústrias pesadas e o Banco de Itália passavam a ser controlados pelos anglo-americanos e os portos francos seriam disponibilizados à Grã-Bretanha, França e aos EUA. O armistício proibia ainda a Itália de manter relações comerciais com o estrangeiro, salvo em situações expressamente autorizadas pela ACC.

Em Setembro de 1943, a situação do *clearing* italiano continuava a piorar, acusando um débito de 60 milhões de liras. Esta situação repercutia-se instantaneamente no volume das vendas à Itália, dado que os exportadores portugueses não estavam dispostos a negociar quando existia o risco dos créditos precedentes ficarem congelados a título de compensação. Desta forma, a partir daquela data e até meados de 1944, altura que se começa a avaliar as possibilidades de retoma do comércio luso-italiano, as exportações portuguesas para a Itália foram praticamente nulas. Quanto às exportações para Portugal, em Novembro 1943, havia a assinalar a entrega de fibras têxteis no valor de 4 milhões de liras e de produtos diversos no montante de 400.000 liras²⁰².

No final do Verão de 1943, a segunda remessa do armamento encomendado pelo Ministério da Guerra à *Ansaldo-Fiat*, em 1939, estava em Civitavecchia, pronta para ser levada para Génova e daqui para Portugal (a primeira parte da encomenda, no valor de 27 milhões de liras, fora despachada em Maio de 1943). Com a invasão da Itália pela Alemanha, o material ficava ali retido por largos meses. O Governo português entrava então em contacto com Berlim para que a encomenda chegasse com urgência a Portugal. De acordo com o Adido Comercial italiano, Lisboa obteve a autorização de exportação e de transporte do armamento até ao seu destino final em troca de «una specifica contro partita in wolframio»²⁰³. Em fins de Maio de 1944, o material chegava, trazido por Bruno Filacchioni, expedicionário da *Ansaldo-Fiat*. Como esta empresa estava sediada na Itália ocupada e contribuía para o esforço de guerra do Eixo, o Governo Real defendia junto do Governo português que o pagamento da artilharia deveria decorrer nos termos dos acordos comerciais em vigor entre a República Portuguesa e o Reino de Itália e exclusivamente em *clearing*. Escrevia o Adido Comercial: «Dato il meccanismo del *clearing*, gli scudi corrispondenti sarebbero stati versati al Banco di Portogallo potendo l'Ansaldo, controllata dai tedeschi, ricevere soltanto il controvalore in lire italiane. In altri termini, la valuta libera corrispondente al materiale consegnato sarebbe rimasta in Portogallo e non avrebbe seguito alcuna incerta e dubbiosa

²⁰² *Ibidem.*

²⁰³ *Ibidem.*

destinazione». Mas, como a Legação era informada, o Ministério da Guerra tinha crédito a haver junto da *Ansaldo*, ficando esta transacção coberta pelo mesmo²⁰⁴.

Se o custo da ocupação incidia sobretudo sobre os italianos, o agravamento das finanças da Itália tinha também pesadas repercussões sob os Aliados, o que acabou por constituir um elemento de pressão importante que resultou, ao longo dos primeiros meses de 1945, na atenuação das condições financeiras impostas pelo armistício. O anúncio era feito por Washington e por Londres em Fevereiro, a escassos dois meses da libertação total da península. Reconhecendo a importante posição que a Itália detinha no meio do Mediterrâneo, os anglo-americanos optavam por protegê-la da ruína económica e financeira e integrá-la nos planos estratégicos concebidos para a região. As medidas centravam-se num largo programa de financiamentos a crédito para a aquisição de máquinas e de outras infra-estruturas necessárias à reconstrução nacional e ao fortalecimento da economia²⁰⁵. A Itália era também autorizada a retomar as relações comerciais com os governos dos países neutros, embora o comércio privado continuasse proibido. Esta retoma procedia através de acordos comerciais e financeiros bilaterais e anuais supervisionados e avaliados pelos anglo-americanos, devendo eles especificar pormenorizadamente o que a Itália desejava obter do país neutral em questão, o que estava disposta a fornecer-lhe e qual a disponibilidade de fundos que tinha a haver junto daquele²⁰⁶. Para o Governo Real, a retoma das relações comerciais e económicas com os países neutros inseria-se no quadro mais vasto das relações com as Nações Unidas e era considerada como um facto de extrema importância por assinalar o restabelecimento dos laços de amizade e permitir construir as bases sobre as quais assentar a reestruturação da economia nacional²⁰⁷. No caso específico de Portugal, Oliveira Salazar fazia votos para que a economia italiana e as trocas entre os dois países fossem recuperadas com normalidade a curto prazo²⁰⁸. Porém, na recta final da II Guerra Mundial, o problema do reequilíbrio do saldo de *clearing* entre Portugal e a Itália continuava por resolver e longas negociações decorreriam entre Roma e Lisboa para a regularização do comércio luso-italiano²⁰⁹.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ *Ibidem*, memorando n.º 13.03/ES, de 8 de Fevereiro de 1945, «Scambi commerciali tra l'Italia e i paesi neutrali», o MAE à Secção Económica do Quartel-general da Comissão Aliada de Controlo.

²⁰⁷ *Ibidem*, ofício n.º 2981 de 8 de Março de 1944, o MAE à Legação de Itália em Lisboa.

²⁰⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 17 de 28 de Maio de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

²⁰⁹ O problema do reequilíbrio do saldo de *clearing* prolongar-se-ia até ao início dos anos 50, o que levava o MAE a defini-la como uma das maiores questões das relações luso-italianas desde o final da II Guerra Mundial, impedindo a retoma em larga escala das relações comerciais entre os dois países (ASD/MAE, Archivio di Gabinetto (1944-1958), b. 73 (1953-1956), apontamento n.º 42/17209/ 2019 da Direcção-geral dos Negócios Economicos do MAE, com data de 26 de Dezembro de 1953).

A questão da compra dos navios italianos internados nos portos coloniais e a sobreposição dos interesses dos Governos português, britânico e italiano em torno dos mesmos sobressaía no contexto da recuperação do comércio entre Portugal e a Itália.

Entre Julho de 1940 e Setembro de 1942, dez navios da Marinha Mercante portuguesa eram afundados pelos beligerantes no âmbito da guerra marítima e económica, o que representava uma perda de cerca de 7% da frota (Telo 2000, pp. 138-139). Repor os navios perdidos não era fácil, não só porque as embarcações rareavam e a indústria naval nacional não tinha condições para responder às necessidades do país, mas também porque as transacções de compra e venda eram cuidadosamente vigiadas pelos Aliados e pelo Eixo como parte da estratégia de ataque e de desgaste contra o inimigo. Neste contexto, a entrada da Itália na guerra oferecia a Portugal uma oportunidade única para alargar a marinha mercante nacional através da compra de quatro navios italianos internados nos portos de Lourenço Marques, em Moçambique, de Mormugão, no Estado da Índia, e de São Vicente, em Cabo Verde²¹⁰. Eram eles o *Gerarchia*, pertencente à *Società Anonima Cooperativa di Navigazione Garibaldi*, de Génova; o *Gerusalemme*, pertencente à *Società Anonima Adriatica di Navigazione*, de Trieste, e os petroleiros *Taigete* e o *Arcola*.

A proposta de compra era apresentada ao Governo de Mussolini na segunda metade de 1942, tendo as negociações começado em Novembro²¹¹. Quando o regime fascista caiu, em Julho de 1943, a venda do *Gerarchia* estava prestes a ser fechada pela quantia de 35.000.000 escudos. Com o armistício, em Setembro de 1943, todas as negociações ficavam interrompidas e o Governo Real procedia à requisição dos navios em causa para entrega-los às autoridades britânicas, com o *Gerusalemme*, o *Arcola* e o *Taigete* a passar, sem prejuízo do título de propriedade italiana, para o controlo dos Aliados²¹². A par da necessidade urgente de renovar e alargar a marinha mercantil, Portugal pretendia comprar os navios italianos para amortizar as dívidas contraídas pela Itália e para equilibrar o saldo de *clearing*. Estes motivos eram extremamente importantes para o Governo de Salazar, razão pela qual manteve ao longo de todo o processo uma posição dura para não abdicar dos compromissos de venda dados pelo Governo de Mussolini. Mesmo quando era a aliada Inglaterra que estava interessada na

²¹⁰ Para proteger os seus navios dos ataques dos Aliados, vários armadores italianos solicitavam asilo às autoridades portuguesas, recebendo os seus navios o estatuto de «internado».

²¹¹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 19 (1944-1945), ofício n.º 0464-L/IX de 24 de Maio de 1944, o Adido Comercial da Legação de Itália em Lisboa ao Ministro das Finanças.

²¹² *Ibidem*. A ordem de requisição foi seguida apenas pelo comandante do *Gerusalemme*. Os comandantes do *Taigete*, do *Arcola* e do *Gerarchia* recusaram-se a acatar a ordem, alegando que só respondiam aos respectivos armadores. Como estes estavam sediados na Itália ocupada pela Alemanha, o Governo Real notificava Lisboa de que a ordem requisição dos navios era, em todo o caso, válida (ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 16 (1943-1945), ofício n.º 41/2 de 7 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE)

aquisição do *Gerusalemme* e o *Gerarchia*²¹³. Lanza D'Ajeta não considerava que a posição portuguesa tivesse validade jurídica pois os compromissos de venda estabelecidos no início dos anos 40 tinham caducado e as sucessivas negociações, meramente verbais e sem que representassem qualquer vínculo para a Itália, ficavam automaticamente suspensas com o armistício²¹⁴.

Para proteger os próprios interesses, Lisboa não aceitava que os navios fossem desvinculados sem contrapartidas. E até estava em posição de fazê-lo porque, por motivos de segurança e protecção, o Governo Real tinha colocado as embarcações sob a égide das autoridades portuguesas locais no seguimento da criação da República Social Italiana. Lanza D'Ajeta tinha ainda informações fidedignas de que o Governo português pretendia actuar através de uma empresa interessada em comprar o navio *Gerarchia*, tendo estabelecido contactos com o armador do navio, sediado no norte de Itália, para que o vendesse sem a intermediação da Legação, estratégia que deveria pressionar o Governo italiano²¹⁵. A manobra acabaria por ser bloqueada pela Embaixada da Inglaterra em Lisboa ao deixar bem claro de que não autorizaria que a compra se fosse feita sem o consentimento do legítimo Governo de Itália²¹⁶.

Portugal passava então a fazer uso da tradicional lentidão burocrática para dificultar o entendimento entre Londres e Roma quanto à cedência da utilização dos navios italianos à Inglaterra. E assim, em termos práticos, a resistência portuguesa retardava a colocação dos navios ao serviço dos Aliados e impedia que a Itália desse a amplitude desejada ao esforço de guerra ao lado dos Aliados a fim de ser aceite como co-beligerante e de ver diminuídas as sanções previstas no armistício. Perante esta perspectiva, Lanza D'Ajeta acreditava que o melhor seria ceder parcialmente às pretensões de Lisboa: a venda do *Gerarchia* far-se-ia se o Governo português renunciasse a qualquer pretensão em relação aos navios restantes (*Taigete*, *Arcola* e *Gerusalemme*). Como a Embaixada britânica em Lisboa aceitava a proposta e concordara apoiar o Governo português quando lhe solicitou que apoiasse a sua causa, criava-se instantaneamente uma espécie de círculo tácito²¹⁷.

²¹³ *Ibidem*, ofício, secreto, de 5 de Janeiro de 1944, o Quartel-general das Forças Aliadas, Secção dos Assuntos Cívicos, aos Comando Aliado de Nápoles.

²¹⁴ *Ibidem*, ofício n.º 41/2 de 7 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE. A Inglaterra pretendia transformar o *Gerusalemme* num navio hospital, colocando-o com esta função ao serviço das Nações Unidas, posto o que seria entregue à Itália. Já o *Gerarchia* seria comprado para a marinha britânica e fretado a outros países necessitados de tonelagem, como era o caso de Portugal (*ibidem*, *idem*).

²¹⁵ *Ibidem*.

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ *Ibidem*, ofício n.º 41/2 de 7 de Janeiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

Nesta altura, as dificuldades começavam a surgir também do lado dos governantes italianos. Não obstante as pressões britânicas, o Ministério da Marinha não concordava com a venda do *Gerarchia* a Portugal. Argumentava que o pequeno património dos navios mercantis remanescente seria indispensável à Itália no pós-guerra para poder reactivar o seu comércio externo. Ao invés de vender, os responsáveis pelo Ministério sugeriam o aluguer do navio a Portugal até ao final da guerra²¹⁸. Caso esta proposta fosse recusada, o Governo Real poderia opor-se à venda do *Gerarchia* alegando que armistício proibia que as embarcações italianas fossem adquiridas pelos países neutros²¹⁹. O aluguer constituiria, portanto, um excelente desfecho, satisfazendo ambas as partes: Portugal conseguia aumentar a sua frota mercantil e, terminada a guerra, enquanto país neutro não teria dificuldades em adquirir a tonelagem de que necessitava e restituir à Itália, saída do conflito com poucos navios e exíguas disponibilidades financeiras, o então utilíssimo *Gerarchia*²²⁰.

Em Março de 1944, o Director-geral dos Negócios Económicos do MNE informava a Legação de que o Governo português tomara as disposições necessárias para restituir os navios *Arcola*, *Taigete* e *Gerusalemme* às autoridades italianas. Informava também que Portugal não desistiria da compra do *Gerarchia*. Para Lanza D'Ajeta, cuja acção se centrara em invalidar a pretensão portuguesa do ponto de vista jurídico e levar o Governo português a reconsiderar a sua posição, sublinhando que a recusa italiana procedia do valor estratégico dos navios mercantis existentes para fazer frente às necessidades nacionais e contribuir para o esforço bélico em estreita cooperação com as Nações Unidas, a resposta favorável de Lisboa, tendo em conta a recente posição retardatária, merecia «particolare considerazione»²²¹. Daí que o diplomata sugerisse a Roma que as negociações fossem retomadas ou que se desse a impressão de que o Governo Real talvez consentisse na venda²²². Em fins de Outubro de 1944, Portugal aceitava alugar o *Gerarchia*, mas esta seria uma posição momentânea, já que no final da guerra, voltava a insistir na compra do navio como forma de equilibrar o saldo de *clearing* ítalo-português e superar o principal entrave à recuperação do comércio luso-italiano. O Governo de Roma manteria a sua posição, baseado no parecer do Ministério da Marinha, acima referido.

A compra do aeródromo italiano da ilha do Sal, em Cabo Verde, era outro assunto delicado e que Lisboa, ao contrário de Roma, pretendia resolver no âmbito do equilíbrio do

²¹⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 35, secreto, de 27 de Janeiro de 1944, o Ministério da Marinha de Itália ao MAE.

²¹⁹ *Ibidem*, apontamento, secreto, do MAE, de 31 de Janeiro de 1944.

²²⁰ *Ibidem*, ofício n.º 545/164 de 12 de Abril de 1944, a Legação de Itália em Lisboa ao MAE.

²²¹ *Ibidem*, telegrama n.º 43 de 13 de Março de 1944, a Legação de Itália em Lisboa ao MAE.

²²² *Ibidem*.

saldo do *clearing* e da recuperação do comércio entre os dois países. Em Março de 1934, o Governo de Mussolini solicitava autorização ao Governo português para instalar um aeródromo comercial em Cabo Verde, destinado a servir como estrutura de apoio à linha transoceânica entre a Itália, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, destinos principais da emigração, que estava a ser estudada pelas autoridades italianas. A autorização foi dada e a pequena pista começava a funcionar no Outono de 1939. Com a entrada dos EUA na II Guerra Mundial, em Dezembro de 1941, a linha aérea era suspensa e, no final de 1942, cedendo às pressões da Inglaterra, o Governo português ocupava o aeródromo²²³. Pouco depois, por iniciativa de Lisboa, começavam as negociações para a venda das instalações ao Estado português, ficando elas suspensas com a queda do regime fascista e com o armistício ítalo-anglo-americano²²⁴. Em Janeiro de 1944, a questão era reaberta pelo Governo italiano, interessado em arrendar o aeródromo ao Estado português até ao final da guerra. Vender não era uma opção, pois a Itália pretendia utilizá-lo como ponto de escala nas suas linhas aéreas com a América Latina uma vez obtida autorização dos Aliados²²⁵. Todavia, Roma aceitaria vender as instalações se Lisboa declarasse por escrito que a Itália poderia utilizá-las futuramente no âmbito das suas ligações transatlânticas italianas²²⁶. As negociações decorriam neste pé quando a perspectiva da recuperação das relações diplomáticas com os países latino-americanos levava o Governo Real a recuar com a justificação de que a retoma daquelas rotas aéreas ganhara uma importância vital, com o aeródromo do Sal a surgir como uma das raras infra-estruturas à qual a Itália poderia recorrer numa altura em que não dispunha de meios ou facilidades de transporte²²⁷. Explorando as dificuldades financeiras da Itália e o interesse em retomar as relações comerciais com Portugal e o seu Império, o Governo português sugeria que as instalações fossem adquiridas por conta do equilíbrio do saldo de *clearing* ítalo-português. O interesse era tal que Lisboa tentou forçar negociações com a ameaça de ceder os direitos de utilização do aeródromo a outros Estados igualmente interessados em controlar as

²²³ Desde 1939, o *Foreign Office* e o próprio Governo português desconfiavam da actuação da Itália em Cabo Verde, não sendo raro avistarem-se submarinos alemães ao largo das ilhas do Sal e do Fogo. Em 1941, a Inglaterra alertava Portugal para as actividades de espionagem contra a navegação aliada organizadas pelo Eixo a partir do Sal: os aviões italianos descolavam da base que ali possuíam, sobrevoavam o Atlântico, recolhiam informações sobre as rotas dos navios aliados e transmitiam-nas aos submarinos alemães. Denunciando este facto como um exemplo de indevida discriminação face aos Aliados (as bases nos Açores ainda não tinham sido cedidas aos EUA e à Inglaterra), Londres obtinha de Oliveira Salazar a ordem de ocupação (Salvadorini 2000, p. 149-152).

²²⁴ *Ibidem.*

²²⁵ *Ibidem.*

²²⁶ *Ibidem.*

²²⁷ *Ibidem.*

rotas transatlânticas²²⁸. Os contornos delicados que a situação assumia levavam o MAE a decidir deixar a questão em aberto até ser possível retomar as negociações num contexto mais favorável para a Itália²²⁹.

A América Latina era, de facto, uma região com um elevado interesse político e estratégico para a Itália, considerando-se ligada aos países que a integravam por vínculos de cultura, de religião e de sangue e através dos milhões de emigrantes italianos que ali estavam radicados e desenvolviam os seus negócios. A II Guerra Mundial levava ao rompimento de relações, com os países sul-americanos a alinharem com os Aliados depois da entrada dos EUA no conflito, em Dezembro de 1941. Assinado o armistício de Setembro de 1943, a reposição da normalidade não seria imediata devido às limitações impostas às autoridades italianas ao nível da condução dos seus assuntos internos e externos. Só em Outubro de 1944 a Itália obtinha autorização para restabelecer as relações diplomáticas com a América, desfecho para o qual se empenharam os governos de Badoglio e de Bonomi.

Para acelerar este processo, Lanza D'Ajeta alertava o MAE para a oportunidade estratégica excepcional que Portugal oferecia. Por um lado, devido às suas ligações históricas, culturais, com destaque para o Brasil, país com o qual compartilhava raízes culturais, linguísticas e históricas e fortes laços de amizade²³⁰. Por outro, porque Lisboa facilitava um largo espectro de contactos devido ao facto de ser um ponto de escala obrigatório para quase todas as linhas aéreas e marítimas que ligavam regularmente a Europa às Américas e de ali estar representada a maior parte das repúblicas americanas²³¹. Sendo o Brasil o maior dos Estados latino-americanos e detendo ele uma participação activa na coalizão aliada, os primeiros contactos eram feitos com a Embaixada brasileira, cuja liderança estava entregue ao Embaixador João Neves de Fontoura, descrito nos círculos do Governo Real como o «esponente più rappresentativo e più influente del continente sud-americano in Europa»²³². Apesar das palavras de solidariedade trocadas entre os governos de Roma e do Rio de Janeiro, o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países não era algo que o Brasil pudesse decidir unilateralmente ou sem o acordo dos EUA²³³. Situação que o Governo Real

²²⁸ *Ibidem*.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 19 (1944-1945), telegrama n.º 5 de 8 de Janeiro de 1944, a Legação de Itália em Lisboa ao MAE.

²³¹ *Ibidem*.

²³² ASD/MAE, Segreteria Generale (1945-1949), pacco 28/2, «Relazione su attività Governo italiano a Brindisi e Salerno in materia di politica estera», sem data.

²³³ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 1992, doc. 302, memorando de 22 de Julho de 1944, intitulado «Colloquio del Segretario Generale agli Esteri, Prunas, con l'Ambasciatore del Portugallo presso la Santa Sede, Pacheco», p. 372.

entendia, daí que apenas solicitasse ao homólogo brasileiro que manifestasse continua e energicamente a Washington e a Londres que era seu vivo desejo restabelecer as relações com a Itália e que o desagravamento das condições do armistício fosse acelerado²³⁴. Em simultâneo, Renato Prunas, através do Embaixador de Portugal no Vaticano, solicitava a Oliveira Salazar que usasse da sua influência e respeitabilidade junto do Governo brasileiro para sublinhar quão oportuno seria apoiar as pretensões da Itália²³⁵. Pouco depois, o Subsecretário do MAE, Giovanni Visconti Venosta, orientava Lanza d'Ajeta para intervir junto dos representantes diplomáticos latino-americanos locais e do Governo de Salazar para que apoiassem e defendessem a posição italiana²³⁶. Lisboa acolhia com boa vontade o pedido do Governo Real²³⁷.

Apesar dos esforços dos sectores civis, militares e governamentais italianos em contribuir para o esforço de guerra das Nações Unidas, a reinserção em paridade na comunidade internacional não acontecia com a brevidade pretendida pelo Governo Real²³⁸. Depois do reatamento das relações diplomáticas com a América Latina e do aligeiramento das condições do armistício, no Inverno de 1945, o sentimento de desilusão acabaria por surgir com a exclusão da Itália da Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional, realizada em São Francisco a 25 de Abril de 1945. Tratou-se de um dos eventos marcantes da recta final da guerra, pois destinava-se a estabelecer as bases para a organização de um sistema de segurança colectiva para o após guerra. A reacção do Governo de Roma foi de profunda condenação, levando o Conselho de Ministros a aprovar uma declaração solene de protesto logo a 26 de Abril. As palavras de Roosevelt, pronunciadas em Junho de 1944, eram ali recordadas para reforçar o assombro dos italianos:

«Noi vogliamo l'aiuto dell'Italia e contiamo sull'aiuto dell'Italia nell'opera di costruzione di una "pace durevole"»²³⁹.

O resto do documento evidenciava como a Itália lutava há dezoito meses com os meios que tinha à disposição para a vitória da democracia e era «in nome di questo aiuto dato ed

²³⁴ *Ibidem*.

²³⁵ *Ibidem*.

²³⁶ ASD/MAE, Segreteria Generale (1945-1949), pacco 10, telegrama n.º225/609P.R. de 16 de Agosto de 1944, o MAE ao Embaixador de Itália em Madrid.

²³⁷ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 19 (1944-1945), telegrama n.º 246 de 7 de Setembro de 1944, o Encarregado de Negócios em Lisboa ao Subsecretário dos Estrangeiros.

²³⁸ AHD/MNE, 2P A47 M39, telegrama n.º 238 de 15 de Agosto de 1944, o Embaixador de Portugal no Vaticano ao MNE.

²³⁹ *Ibidem*, nota verbal n.º 1034/82 de 8 de Maio de 1945, a Legação de Itália em Lisboa ao MNE.

offerta, in nome della sua civiltà millenaria, in nome dei principi morali che le Nazioni Unite hanno iscritto sulle loro bandeire» que reivindicava o direito de participar na «opera di ricostruzione del mondo», cujos princípios eram apresentados em São Francisco²⁴⁰.

Ao contrário das previsões de Oliveira Salazar, Portugal também não foi convidado para participar na Conferência de São Francisco²⁴¹. As razões foram muito diferentes daquelas que afastaram a Itália: se esta tinha sido um beligerante do Eixo, Portugal nunca tinha chegado a ser um beligerante aliado, condição *sine qua non* para poder participar. Apesar dos serviços que se reconheciam a António Salazar, o isolamento a que a neutralidade conduziu Portugal retirou-lhe a possibilidade de deter um qualquer papel, mesmo modesto, na política europeia, ao contrário do que acontecera entre 1936 e 1944, período de grande instabilidade na Europa. Neste contexto, o Presidente do Conselho criticava todos os que clamavam pelo fim da neutralidade quando era certa a vitória aliada²⁴². Lembrava que declarar guerra a uma nação vencida para ganhar glórias vãs era a política da Itália, não de Portugal, como fizera com a França, em 1940²⁴³. Portugal apenas poderia aspirar a cultivar o respeito das nações mais fortes, pelo que, nesta lógica, a participação na Conferência de S. Francisco não valia o sacrifício da dignidade nacional²⁴⁴. Até porque a neutralidade portuguesa fora útil e desejada pelas Nações Unidas dado o interesse vital que representava para a segurança e o valor tático do Atlântico e do Mediterrâneo, razão pela qual Portugal a seguiria até ao final da guerra, mesmo quando a vitória dos Aliados passou a ser certa²⁴⁵.

O verdadeiro significado da vitória aliada para Portugal e para a Itália estava ainda oculto. A Itália, é certo, derrubara duas vezes o fascismo e empenhara-se a contribuir para a vitória dos Aliados a partir do momento em que negociara a paz separada. A sua fidelidade aos princípios democráticos e a sua solidariedade era assiduamente declarada e provada com demonstrações de boa vontade e uma intervenção activa para controlar os focos de dissidência fascista existentes dentro e fora do país, animados pela fundação da República Social Italiana, liderada por Benito Mussolini. Neste particular, procurava o apoio de Portugal, quer para impedir a actuação dos seus membros no território nacional, colónias incluídas, quer para fortalecer o Governo Real com o não reconhecimento jurídico da República de Salò. Lisboa acedia, mas temia os efeitos que a queda de Mussolini pudesse representar para o regime,

²⁴⁰ *Ibidem.*

²⁴¹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 20 (1945), ofício n.º 755/468 de 15 de Março de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

²⁴² *Ibidem.*

²⁴³ *Ibidem.*

²⁴⁴ *Ibidem.*

²⁴⁵ *Ibidem.*

temor acentuado com a perspectiva da vitória dos Aliados. E se Portugal abria a sua neutralidade à colaboração controlada com os EUA e a Inglaterra, a salvaguarda dos seus interesses vinha em primeiro lugar, o que, como vimos, não era bem recebido pelo Governo Real porque acabava por interferir, de forma indirecta, no prolongamento da ocupação da Itália pelas forças do Eixo e pelos Aliados. No fim da guerra as incertezas e as expectativas internas e externas eram vividas com um nervoso crescente, especialmente até ao final dos anos 40, quando os instrumentos principais das relações internacionais no Ocidente – com a ONU, o Plano Marshall, a OECE, a NATO e a CECA – ficam delineados, permitindo aos Governos de Lisboa e de Roma visionar qual seria a sua esfera de interacção por excelência e qual a validade das relações luso-italianas na nova conjuntura. Vejamos como.

Com o final da II Guerra Mundial, tanto a Itália como Portugal pretendiam reforçar a sua posição junto das potências ocidentais a fim de fortalecer os respectivos regimes políticos e a sua posição externa na nova conjuntura que se perfilava no horizonte, marcada pela definição de eixos de relacionamento transnacional ao nível da Europa e do sistema defensivo criado em torno do Atlântico através da NATO. O objectivo essencial deste capítulo consiste em definir, com base nas observações dos diplomatas portugueses e italianos, como se processou a adaptação ao pós guerra em Portugal e em Itália, como ambos os países geriram a sua integração nos novos eixos de relacionamento em que o Ocidente se reorganizou no decorrer dos anos 40 e 50 e como este processo transparece nas relações bilaterais luso-italianas. Este exercício de reflexão será feito em cinco pontos.

No primeiro, veremos como a Itália realizou o que considerava ser um corte radical com o passado fascista para alinhar de forma clara com os regimes democráticos e readquirir a paridade jurídica *inter pares*, mesmo que tal implicasse abdicar das colónias africanas. No segundo ponto, centramo-nos na adaptação de Portugal à conjuntura do pós guerra, sublinhando como a preocupação principal do Governo de Oliveira Salazar consistia em evitar que o final da II Guerra Mundial surgisse conotado com a vitória da democracia sobre o fascismo e o nazismo e que o Estado Novo fosse entendido como uma reminiscência dos totalitarismos vencidos. Seguidamente (ponto 3.3), veremos como Portugal e a Itália reagiram à construção dos espaços supranacionais em torno do objectivo de promover o desenvolvimento económico da Europa e de fortalecer o Ocidente no contexto da guerra fria. O quarto ponto centra-se nos interesses da Itália em relação ao Império Colonial português, visto como um destino para os seus produtos e emigrantes. Se pretendia concretizar a teoria inerente ao conceito de Euro-África, muito em voga nos anos 50 e que pressupunha o estabelecimento de uma estreita colaboração em termos económicos e civilizacionais entre a Europa e a África, Lisboa, ainda que o conceito marcasse o ideário programático do Estado Novo, procurou refrear os interesses da Itália, considerando que os italianos não pretendiam entrar nas províncias de além-mar para desenvolvê-las mas tão-só para utilizá-las como mercado para vender os seus produtos. Temia, ademais, as ideias anticolonialistas proclamadas por Roma. Por fim, no quinto e último ponto, explicamos como a questão de Goa, apresentada pelo Governo de Lisboa como uma ameaça ao Ocidente, foi utilizada pela

Itália para ganhar influência no panorama político internacional. O que nem sempre, na leitura do Governo português, favorecia os interesses de Portugal e do próprio Ocidente.

3.1 – A reinserção da Itália na comunidade internacional

No final da II Guerra Mundial, os italianos viviam uma crise agudíssima a nível político, institucional e económico-social. Como país aliado da Alemanha nazi, a Itália teria de sofrer as represálias acordadas pelas potências vencedoras no Tratado de Paz, cuja discussão começava poucos meses depois do final do cessar-fogo. As aspirações do Governo de Roma reduziam-se ao seguinte: obter uma paz que não humilhasse a Itália, já de si desacreditada e colocada numa situação de inferioridade jurídica pelos Aliados ao nível das relações diplomáticas entre as nações²⁴⁶. Por outras palavras, os italianos desejavam uma paz justa que permitisse a reconstrução económica do país e a obtenção de um lugar em pé de igualdade com os seus pares na comunidade internacional. Era, portanto, fundamental para as autoridades de Roma deixar claro que começara uma nova Era na História nacional.

Neste particular, sobressaía a questão da validade e da legitimidade institucional da Monarquia Italiana, assente no binómio Casa de Sabóia/fascismo, a grande bandeira dos sectores liberais, republicanos, comunistas e socialistas. A questão seria resolvida com a convocação de um referendo institucional para o dia 2 de Junho de 1946, o qual daria aos italianos a oportunidade de manifestarem a sua opinião quanto ao regime político que deveria governar a Itália, e a realização, no mesmo dia, de eleições para a Assembleia Constituinte, a quem caberia a elaboração da nova Constituição (Mammarella 1991, pp. 63-74; Ungari 2004, pp. 183-318; Colarizi 2007, pp. 29-32).

Nos meses que antecederam estes acontecimentos, instalava-se o confronto entre os dois maiores blocos políticos que dominariam o panorama político italiano nas décadas seguintes: de um lado, os socialistas e os comunistas, defensores de uma nova Constituição de cariz republicano e de reformas laborais e sociais avançadas, do outro, a Democracia-cristã, um partido católico de massas do centro, aberto às classes médias e ao operariado e moderado nas suas reformas e programas²⁴⁷. No referente à questão monárquica, não existia entre os

²⁴⁶ AHD/MNE, 2P A47 M39, telegrama n.º 959 de 9 de Novembro de 1945, o Embaixador de Portugal em Washington ao MNE.

²⁴⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 43 de 3 de Maio de 1945, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

democratas-cristãos uma perfeita unidade, ainda que a corrente republicana acabasse por impor-se²⁴⁸.

Até ao referendo, o nervosismo político em Itália foi crescente, tal como a propaganda e as manifestações pró e anti-monarquia²⁴⁹. Na imprensa, os adversários esgotavam os argumentos favoráveis às suas ideias e serviam-se de todos os meios para desacreditarem as contrárias. Os republicanos baseavam principalmente a sua propaganda nas ligações da Casa de Sabóia ao fascismo enquanto os monárquicos salientavam o perigo de a Itália cair, com o advento da República, numa ditadura social-comunista, expressivamente descrita como um «salto na escuridão»²⁵⁰. A polémica jornalística atingiu um tal grau que o Ministro do Interior, o comunista Palmiro Togliatti, viu-se obrigado a chamar os representantes da imprensa para manifestar a sua preocupação com a agressividade que a luta política estava a assumir e sensibilizá-los para a necessidade de diminuir a tensão da polémica para que o país não ficasse insanavelmente dividido depois das eleições e avançasse para uma guerra civil²⁵¹.

Para piorar a situação, avolumavam-se os boatos sobre um eventual golpe de estado monárquico ou republicano contra a facção vitoriosa e falava-se insistentemente em desembarques clandestinos de armas em Itália²⁵². Tentando apaziguar os receios, cada uma das duas correntes comprometia-se a respeitar o resultado do referendo, até porque, em caso de graves desordens no momento ou após o referendo, as tropas anglo-americanas interviriam no país, ainda sujeito ao regime do armistício²⁵³. Era, por isso, fundamental garantir a ordem pública e todos os partidos apelavam às forças armadas para que garantissem que a consulta fosse feita em plena liberdade²⁵⁴.

Contava Luís Jorge da Costa, o Encarregado de Negócios português, que «choviam» incitamentos à calma e à tolerância, mas o nervosismo era evidente perante a eventualidade de os votos se equilibrarem e este facto levar realmente à divisão da Itália num norte republicano e num centro e sul monárquicos, onde os italianos eram, por tradição, fiéis ao Rei²⁵⁵. Não obstante, não acreditava que as potências estrangeiras tentassem influenciar a votação: a

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ AHD/MNE, 2P A47 M135, telegrama n.º 42 de 12 de Maio de 1946, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

²⁵⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 51 de 21 de Maio de 1946, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² *Ibidem*, telegrama n.º 59 de 29 de Maio de 1946, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

²⁵³ *Ibidem*.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*.

Inglaterra adoptara uma posição de expectativa e a influência soviética na Itália, onde a Igreja Católica dominava, não seria forte o suficiente para o tentar²⁵⁶.

Dias antes do referendo, chegava a Roma o novo Ministro de Portugal, Francisco Calheiros e Menezes. Encontrava a capital em ebulição, onde, segundo o próprio, «a apreçoada liberdade de uma democracia» não era «mais do que desordem e licença»²⁵⁷. A 1 de Junho, na véspera da consulta popular, era recebido por Alcide De Gasperi, Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Menezes descreve-o como «um homem simples de maneiras, franco, de aspecto modesto, mas agradável e inteligente»²⁵⁸. Encontrava-o «cansado com a propaganda eleitoral da ocasião e com os importantes problemas de ordem internacional que pesavam sobre ele»²⁵⁹. Nas ideias trocadas entre ambos, De Gasperi expunha como via a situação interna e externa da Itália e confessava-se esperançoso no bom senso e no civismo dos italianos²⁶⁰. Fazia ainda um «rasgado elogio» ao Soberano, Umberto II, sempre «leal, prudente e calmo, com qualidades indiscutíveis de aprumo, pondo acima de tudo o desejo do bem da nação»²⁶¹. Falava também de Mussolini, «exprimindo a convicção de que fora a conquista da Abissínia que o deslumbrara e o lançara no imperialismo de que tantos males resultariam para a Itália»; neste quadro, continuava, o Rei Vittorio Emanuele, «apesar do que se possa dizer em contrário, teve confiança na sua acção e êxitos e entregou-se-lhe completamente», acto que colocara a Monarquia na situação delicada em que se encontrava²⁶².

Todas estas considerações levavam o diplomata português a deduzir que se De Gasperi desejava pessoalmente a continuação do regime monárquico, não era este o ponto mais importante que o inquietava, «mas saber-se se, como consequência da votação, a Itália não viria a cair no comunismo», tema que monopolizou toda a conversa. No desabafo de Calheiros e Menezes, o Presidente «estava apaixonado demais para falar noutros assuntos»²⁶³. Indulgentemente, deixou-o «expor as considerações de ordem geral que a matéria permitia», como a incapacidade do Governo em controlar possíveis distúrbios que surgissem por não dispor de forças suficientes ou a hipótese da divisão da Itália em duas partes, que o

²⁵⁶ *Ibidem.*

²⁵⁷ AHD/MNE, 2P A48 M185, ofício n.º 424/63 de 3 de Junho 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁵⁸ *Ibidem.*

²⁵⁹ *Ibidem.*

²⁶⁰ *Ibidem.*

²⁶¹ *Ibidem.* Vittorio Emanuele III abdicara a 9 de Maio de 1946, a menos de um mês da realização do referendo, na esperança de que o filho, o Príncipe Umberto, conseguisse unir os italianos em torno da Casa de Sabóia e evitasse a queda da Monarquia.

²⁶² *Ibidem.*

²⁶³ *Ibidem.*

democrata-cristão considerava absurda devido à solidez dos laços e dos interesses que uniam o norte e o sul²⁶⁴. Em suma, para Alcide De Gasperi, os italianos enquanto povo, seriam confrontados com uma pergunta demasiado simples: «república ou monarquia?»²⁶⁵. Ela não abarcava a complexidade do problema, pois o que realmente deveria ser-lhes perguntado era se se sentiam capazes de dar à vida pública a dedicação que um regime republicano exigia e se tinham consciência de poder defender a liberdade numa república, evitando que fosse tomada pelos partidos não democráticos, como o PSI e o PCI²⁶⁶.

Realizada a consulta popular, a 2 de Junho, os italianos escolhiam levar a Itália para um novo rumo institucional e optavam pela República. Os monárquicos, perante o resultado e considerando que as eleições tinham decorrido incorrectamente, afiançavam, que após a partida de Umberto II, seria proclamada a independência do sul da Itália, zona de fortes ímpetos independentistas alimentados pela reminiscência do Reino das Duas Sicílias, cuja integração no Reino de Itália, em 1861, promovendo a unificação dos diversos reinos existentes na península numa única entidade política, fora aceite exclusivamente sob a soberania da Casa de Sabóia²⁶⁷. Retirada esta, o antigo Reino recuperava a sua liberdade de acção jurídica e política²⁶⁸.

O desnorte dos italianos é bem traduzido pelas palavras escolhidas pelo Ministro Calheiros e Menezes para descrever os dias que se seguiram ao referendo: «A situação política italiana entrou no domínio da confusão e comédia»²⁶⁹. A proclamação da República era sistematicamente adiada, pois os magistrados recusavam-se, não obstante os esforços do Governo, em pronunciar-se definitivamente sobre o plebiscito sem o exame completo dos inúmeros protestos relativos às infracções cometidas nas eleições²⁷⁰. Razão pela qual o Governo não ousava, em tais condições, assumir a responsabilidade e proclamar a república²⁷¹. A 13 de Junho, o Monarca partia para o exílio em Portugal e a proclamação da República italiana acontecia a 18 de Junho, depois de o Supremo Tribunal validar os resultados do referendo. A 28 de Junho, a Assembleia Constituinte elegia Enrico De Nicola como Chefe de Estado, cargo que assumia formalmente a 1 de Julho²⁷². A 14 de Julho, o

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ AHD/MNE, 2P A47 M135, telegrama n.º 51 de 21 de Maio de 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 10 de Junho de 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁶⁸ *Ibidem*.

²⁶⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 77 de 11 de Junho de 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ *Ibidem*.

²⁷² AHD/MNE, 2P A48 M185, nota n.º 1335 de 5 de Julho 1946, o Ministro de Itália em Lisboa ao MNE.

primeiro Governo republicano assumia funções. Era presidido por Alcide De Gasperi, da Democracia-cristã, e por oito democratas-cristãos, quatro socialistas, quatro comunistas, dois republicanos e um independente²⁷³.

Nesta altura, era já conhecido o acordo alcançado entre os Aliados na Conferência de Paris quanto às represálias a aplicar à Itália, tendo elas causado uma «penosa impressão», o que vinha dificultar ainda mais a actuação e a afirmação do prestígio do regime republicano nascente²⁷⁴. As potências vencedoras determinavam que a Itália perdia todas as suas colónias; os territórios do noroeste da península seriam atribuídos à França, o que a colocava imediatamente numa posição de supremacia ao dar-lhe a possibilidade de cortar a energia eléctrica à indústria do norte de Itália, e, por fim, deixava de ser considerado como indiscutível o direito da Itália em conservar Trieste, na fronteira com a Jugoslávia²⁷⁵. A ideia geral era que, e citamos uma frase dita pelo Presidente da República Enrico De Nicola, a «Itália era vítima da desinteligência dos grandes»²⁷⁶.

O desinteresse que a Inglaterra demonstrara na Conferência de Paris face à Itália causava um especial desconcerto nos meios governamentais italianos, começando estes a questionar se não conviria inclinarem-se para a Rússia, pois tinha dado provas de que sabia defender os interesses dos países que tinha sob a sua influência e reconhecer o seu valor estratégico²⁷⁷. Com efeito, os responsáveis italianos questionavam com assombro se a única preocupação da Inglaterra seria castigar a Itália por ter alinhado com a Alemanha nazi, colocando este objectivo acima da própria paz²⁷⁸. Só assim poderia ser justificada a sua inércia e desinteresse quando Vyacheslav Molotov, Ministro dos Estrangeiros russo, atacava De Gasperi para enfraquecê-lo politicamente e preparar o advento do esquerdismo em Itália²⁷⁹. Estaria ela disposta a imolar um parceiro estratégico, esquecendo o quão perigoso tal acto seria quando a URSS ocupava os territórios do leste europeu que libertara do jogo nazi e quando se falava diariamente na inevitabilidade de uma nova guerra?²⁸⁰. Como escrevia o

²⁷³ AHD/MNE, 2P A47 M135, telegrama n.º 113 de 13 de Julho de 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁷⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 99 de 28 de Junho de 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ AHD/MNE, 2P A48 M185, telegrama n.º 135 de 12 de Agosto 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁷⁷ AHD/MNE, 2P A47 M135, telegrama n.º 139 de 16 de Agosto de 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁷⁸ *Ibidem*.

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ *Ibidem*.

Ministro Francisco Calheiros e Menezes, «se não fosse dada qualquer satisfação à Itália, criar-se-ia um ambiente deplorável a acrescentar ao que já predomina na Europa»²⁸¹.

O contexto de gravíssima crise económica e social que a Itália vivia, marcada pela elevação brutal dos preços, por um poder de compra baixíssimo, pela especulação desenfreada, pelo desemprego e o pelo peso das duras represálias previstas no Tratado de Paz e que ameaçavam conduzir o país à ruína, debilitava o já frágil equilíbrio político, essencial à recuperação nacional²⁸². Escrevia Calheiros e Menezes que o grande problema, naquela altura, era que os partidos, na impossibilidade de porem em prática os respectivos programas, adoptavam programas-compromisso que não satisfaziam ninguém e este facto mantinha-os simultaneamente no Governo e na oposição²⁸³. Neste contexto, acentuavam-se as divisões no interior do PSI em torno de duas correntes: aquela liderada por Nenni, que defendia um pacto de unidade de acção com os comunistas, considerado o primeiro passo para a fusão dos dois partidos, e a corrente liderada por Giuseppe Saragat, que preconizava a completa autonomia do partido face ao PCI²⁸⁴. Os autonomistas acusavam os fusionistas de terem introduzido métodos totalitários no partido, considerados como «uma ofensa àquela dignidade humana que tem de ser respeitada em todos», e defendiam que o partido deveria continuar a ser, como era sua tradição, um partido verdadeiramente democrático, capaz de aspirar à justiça social e de incluir a classe média²⁸⁵. A cisão era inevitável, dela resultando um novo partido de cariz social-democrático e anticomunista, o *Partito Socialista dei Lavoratori Italiani* (PSLI) – a partir de Janeiro de 1952 designado por *Partito Socialista Democratico Italiano* (PSDI) –, chefiado por Saragat, e que agregava, para além dos dissidentes socialistas, republicanos históricos e elementos das forças democráticas (Colarizi 2007, pp. 36-37).

Em Janeiro de 1947, Alcide De Gasperi tentava alargar o elenco governativo e renunciar à aliança com os comunistas e os socialistas. O presidente do Conselho tinha regressado há pouco dos EUA, onde os governantes norte-americanos deixavam bem claro que a participação do PSI e do PCI no governo italiano tinha de terminar. O enraizamento do poderio da União Soviética na Europa de leste levava Washington a reagir com medidas enérgicas. A 12 de Março, o Presidente Harry S. Truman anunciava um vasto programa de auxílio financeiro e político aos Governos da Grécia e da Turquia, muito enfraquecidos por revoltas comunistas internas. Este auxílio, designado por «doutrina do *containment*», era em

²⁸¹ *Ibidem*, telegrama n.º 99 de 28 de Junho de 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁸² *Ibidem*, telegrama n.º 129 de 2 de Agosto de 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁸³ *Ibidem*, telegrama n.º 154 de 16 de Setembro de 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁸⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 228 de 31 de Dezembro de 1946, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

²⁸⁵ *Ibidem*.

seguida oferecido a qualquer governo que se encontrasse nas mesmas condições, isto é, que se sentisse ameaçado pela tomada do poder pelos comunistas, fosse através da via militar ou da agitação social e política (Rémond 1996, pp. 388-399; Pereira 2006, pp. 32-33).

A tentativa de De Gasperi falhava, pois o *Partito Repubblicano Italiano* e o PSLI, partidos com os quais contava para não imprimir uma fisionomia puramente de centro-direita ao Executivo e poder afastar o PSI e o PCI, recusavam colaborar²⁸⁶. Daí que, se a Itália tinha um novo Governo, este continuava a ser uma reedição dos anteriores, novamente formado pelo PDC, pelo PSI e pelo PCI, com a diferença de ser constituído também por independentes, como era o caso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carlo Sforza²⁸⁷. Duas notas importantes a sublinhar. A primeira, sugerida por Calheiros e Menezes, é que esta composição governativa resultava do facto de a Democracia-cristã pretender estender a responsabilidade da assinatura do Tratado de Paz, em Fevereiro de 1947, ao PCI e ao PSI, num gesto de partilha das responsabilidades a ele inerentes²⁸⁸. A segunda, é a retirada da pasta do Tesouro ao PCI, essencial para que a Itália conseguisse obter a ajuda financeira dos EUA²⁸⁹.

A 13 de Maio, o Presidente do Conselho apresentava a demissão para novamente tentar formar um governo moderado, passo que indicava que a colaboração tripartida se tornara impossível, não só pela animosidade instalada no Governo entre democratas-cristãos, socialistas e comunistas, mas também porque, num momento particularmente difícil para as finanças italianas, era essencial alcançar a confiança dos EUA para que estes cedessem à Itália o prometido empréstimo. A 31 de Maio, De Gasperi conseguia formar um Governo do centro, portanto, já sem o PCI e o PSI²⁹⁰.

A par da resolução dos problemas políticos e económicos prementes da Itália, o novo Governo empenhava-se na obtenção da revisão do Tratado de Paz²⁹¹. Nos meios políticos, fazia-se ainda fé nos grandes trunfos que a Itália dispunha na altura, nomeadamente a situação geográfica e uma competente e numerosa força de trabalho, tudo mais-valias importantíssimas do ponto de vista estratégico no contexto do sistema bipolar da guerra fria e que não poderiam deixar Londres e Washington indiferentes à necessidade de fortalecer o país política e economicamente e torná-lo num aliado forte no sul da Europa e no Mediterrâneo²⁹². De referir que, em Junho de 1947, três meses depois de Truman ter anunciado a sua política de

²⁸⁶ *Ibidem*, ofício n.º 639/168 de 10 de Junho de 1947, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁸⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 7 de 2 de Fevereiro de 1947, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁸⁸ *Ibidem*.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ *Ibidem*, ofício n.º 639/168 de 10 de Junho de 1947, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁹¹ *Ibidem*, ofício n.º 193/57 de 27 de Fevereiro de 1947, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁹² *Ibidem*, telegrama n.º 212 de 9 de Dezembro de 1946, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

contenção, o General George Marshall, Secretário de Estado norte-americano, num discurso feito na Universidade de Harvard, sugeria a criação de um programa de ajuda financeira e técnica aos países europeus, incluindo os de leste, destinado a financiar a recuperação da economia da Europa e estabilizar a sua situação política e social. O mesmo é dizer conter o avanço dos partidos comunistas e do controlo soviético. O facto de Moscovo impedir que os países do leste europeu aderissem ao que ficaria conhecido por *European Recovery Plan* (ou Plano Marshall) consumou o sistema bipolar da guerra fria (Macedo 1996, pp. 137-145; Rémond 1996, pp. 384-404). O ano de 1947 foi, portanto, o ano da «fractura da Europa» (Rémond 1994, p. 388).

Na segunda metade dos anos 40, a política externa da Itália foi dominada de forma particularmente intensa pela questão das colónias, considerada como um problema central no âmbito da recuperação, ou mesmo da sobrevivência económica do país e da definição do seu estatuto enquanto potência regional do Mediterrâneo (Santoro 1990; Perfetti 2011, pp. 185-188). Pelo Tratado de Paz, assinado a 10 de Fevereiro de 1947, em Paris, a Itália era obrigada a renunciar de forma incondicional a todas as colónias, incluindo aquelas obtidas antes da Era fascista²⁹³. Alcide De Gasperi, enquanto Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros *ad interim*, e Carlo Sforza defendiam que a Itália podia e devia renunciar às colónias conquistadas durante o fascismo, mas não àquelas obtidas anteriormente. Elas não só tinham sido adquiridas dentro dos princípios do direito internacional então vigente, como eram os únicos instrumentos aos quais poderia recorrer para resolver o grande problema do excesso de mão-de-obra (Mammarella & Cacace 2010, pp. 152-153).

Um dos primeiros actos oficiais de Carlo Sforza consistiu na entrega de um memorando aos líderes dos EUA, da URSS, da Inglaterra e da França, oito dias antes da assinatura do Tratado de Paz. Sforza tentava tornear o «legittimo rancore e il comprensibile senso di rivalsa» que os Aliados ainda sentiam devido aos «durissimi colpi militari» sofridos no norte de África e na África Oriental e impedir que estes sentimentos lançassem na penumbra os méritos que a Itália democrática adquirira com a guerra de libertação (Sforza 1952, p. 126). O memorando salientava o empenhamento e o espírito de sacrifício com que os italianos se tinham dedicado ao desenvolvimento civilizacional dos seus territórios coloniais, agrestes e áridos. Nada, contudo, que demovesse Estado e privados de procurar instalar ali colónias de emigrantes italianos, tal era a minguada de postos de trabalho na metrópole e a necessidade de

²⁹³ A independência da Etiópia, conquistada pelo regime de Mussolini, ficava juridicamente sancionada no diploma, enquanto a decisão do destino político e jurídico das colónias pré-fascistas (Eritreia, Somália e Líbia), devido à falta de consenso entre as potências vencedoras, era remetida para as Nações Unidas.

obter e produzir matérias-primas fundamentais à indústria nacional. Progressivamente, a Líbia, a Eritreia e a Somália foram dotadas com equipamentos e infra-estruturas dignos «di una nazione civile», a par de um tecido agrícola, comercial e industrial produtivo (*ibidem*, p. 120). Por conseguinte, concluía Sforza, as potências vencedoras deveriam reconhecer que as colónias italianas constituíam «una creazione dei laboratori italiani» e «si prestano all’immigrazione degli italiani», pelo que «sotto una forma o sotto un’altra, esse debbono essereri affidate all’Italia» (*ibidem*, pp. 122-123).

A política inicial das potências vencedoras em relação à Itália foi de distanciamento, não abdicando de aplicar as medidas punitivas que consideravam justas. Todavia, quando a URSS começou a dar indícios de que pretendia entrar na bacia mediterrânica – Moscovo tentou obter a administração fiduciária da Líbia –, os anglo-americanos foram constrangidos, pela evolução dos factos, a reconhecer que a Itália, isolada a Espanha diplomaticamente e com a Grécia mergulhada numa guerra civil, ocupava uma posição geopoliticamente dominante no Mediterrâneo. E esta posição teria de ser mantida a todo o custo para que o Ocidente continuasse a controlar as rotas mediterrânicas para a Índia e para os mercados petrolíferos do Médio Oriente (Di Nolfo 1996, p. 301). Em termos práticos, a progressão ocidental da URSS exigia a Londres e a Washington um certo degelo nas relações com Roma, mas para o qual não desejavam avançar sem antes a Itália ter dado provas de merecer a confiança. Neste sentido, a questão colonial italiana acabou por inserir-se no problema mais amplo das relações entre o leste e o oeste no início da Guerra Fria, da reorganização política, económica e militar da Europa e do alinhamento da Itália com o Ocidente, em detrimento de um muito desejado neutralismo e pacifismo que permitiria aos italianos manter relações de amizade com todos os povos, incluindo com a União Soviética.

A estratégia da Itália consistia em convencer os EUA a reconhecer oficialmente, no âmbito da sua política para a Europa, a importância geoestratégica que detinha no Mediterrâneo. Tal reconhecimento deveria começar por uma tomada de posição a favor da entrega da administração fiduciária das colónias italianas pré-fascistas ao Governo de Roma. De Gasperi sublinhava que estariam assim lançadas as bases para uma estreita colaboração ítalo-americana no Mediterrâneo, região onde a Inglaterra vinha gradualmente perdendo o papel de potência hegemónica²⁹⁴ (*ibidem*, pp. 303-306). De Gasperi sabia que os EUA eram

²⁹⁴ Este facto era de primordial importância para a Itália porque estava por detrás da oposição obstinada de Londres à restituição da administração das colónias ao Governo italiano. Com a saída do Egipto e da Palestina, a Inglaterra via-se na necessidade de recuar as suas bases aéreas e marítimas no Mediterrâneo para a área da Líbia, mais concretamente para a região da Cirenaica. Daí que o Almirantado britânico e a *Royal Air Force* se opusessem à sua restituição e não deixassem esquecer aos governantes em Londres o quanto aquelas bases eram

mais favoráveis às reivindicações da Itália do que a Inglaterra, muito embora, em nome da solidariedade cimentada durante a II Guerra Mundial, tendessem a apoiar a linha de actuação britânica enquanto a Itália não conseguisse ganhar a sua confiança (Sforza 1952, pp. 126-127). Não esqueçamos que o PCI, para além de fazer parte do Governo, detinha uma posição de influência na sociedade e laços sólidos com Moscovo. Não admira, portanto, que De Gasperi ouvisse dos responsáveis políticos que o Governo de Washington, por muito que estivesse disposto a apoiá-lo na defesa dos interesses da Itália, não poderia fazê-lo enquanto não tivesse a certeza absoluta de que o seu partido (o PDC) estava enraizado no país e os seus elementos determinados em seguir uma linha política adaptada às exigências dos Estados Unidos (Di Nolfo 1996, pp. 301-302). Por outras palavras, era necessário afastar os comunistas da esfera do Poder e deixar de lado as inclinações neutralistas em prol de um claro alinhamento com o Ocidente.

No final de Novembro de 1947, a situação política interna na Itália atravessou uma fase de tensão constante, sucedendo-se várias greves no norte e uma forte agitação social no sul²⁹⁵. Uma vez que a Democracia-cristã não dispunha da maioria na Câmara dos Deputados, De Gasperi empenhava-se ao máximo para não deixar cair o Governo a poucos meses das eleições legislativas de Abril de 1948. Como o Ministro Francisco Calheiros e Menezes escrevia, o que estava em jogo em Itália, no plano interno, era precisamente a aproximação de tão importante consulta popular e o receio das esquerdas de que a permanência do PDC no poder durante a preparação do acto eleitoral contribuísse para a vitória dos democratas-cristãos²⁹⁶. Precisamente para reforçar o impacto da campanha eleitoral da Democracia-cristã, em meados de Dezembro de 1947, De Gasperi procedia à remodelação do Governo com a inclusão do PSLI e do PRI²⁹⁷.

Estava-se já muito próximo do primeiro aniversário do Tratado de Paz, mas não havia ainda um consenso quanto à solução do problema colonial italiano, com a Inglaterra a manter uma relutância estagnadora. Em Londres, o Embaixador da Itália, Gallarati Scotti, informava Ernest Bevin, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, que o comportamento da Inglaterra estava a minar a sua respeitabilidade entre a sociedade italiana e, neste sentido, ao mesmo tempo que acentuava o mal-estar e a ansiedade que a dominavam, favorecia a acção

fundamentais para garantir à Inglaterra o domínio absoluto no Mediterrâneo, objectivo pelo qual, sublinhavam, tinham combatido na II Guerra Mundial. Em relação à Somália, a Inglaterra pretendia instaurar ali um protectorado que permitisse integrar a região no projecto de defesa do Império Britânico na África Oriental, já iniciado no Quênia, e reforçasse a sua presença no Mar Vermelho (AHD/MNE, 2P A 47 M135, ofício n.º 1219/334 de 5 de Novembro de 1947, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE).

²⁹⁵ *Ibidem*, ofício n.º 1357/372 de 3 de Dezembro de 1947, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

²⁹⁶ *Ibidem*.

²⁹⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 113 de 15 de Dezembro de 1947, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

dos comunistas e a própria União Soviética²⁹⁸. Para o Embaixador, era claro que os britânicos aguardavam os resultados das eleições legislativas de 18 de Abril de 1948, pois seriam eles a demonstrar se a Itália poderia ser considerada como uma aliada fiável ou um país que privilegiava o neutralismo²⁹⁹.

A primeira metade de 1948 seria, efectivamente, decisiva para a Itália ganhar a confiança das potências ocidentais. Um processo que não foi linear ou fácil. A Itália começou por recusar aderir ao Tratado de Bruxelas, delineado pela Inglaterra, pela França, pela Bélgica, pela Holanda e pelo Luxemburgo em reacção ao golpe de Estado comunista na Checoslováquia, em Fevereiro de 1948³⁰⁰. Tratava-se de um acordo intergovernamental de defesa mútua e de colaboração política que estabelecia entre os signatários a obrigatoriedade de assistência militar em caso de agressão a um dos Estados-membros. Com ele, ficava explícita a vontade da Europa ocidental, agrupada sob a designação de União Ocidental, em opor-se ao expansionismo soviético através de uma política de defesa que visava, tal como era objectivo de Washington, atrair os países da Europa ocidental para um bloco de defesa atlântico (Telo 1996, pp. 48-49).

Depois de várias hesitações e cedendo às pressões dos EUA, interessados em ligar os italianos ao planos de defesa ocidental quando era grande o risco de o PCI e do PSI saírem vitoriosos nas legislativas de Abril, Londres convidava a Itália para integrar o pacto. Porém, o Governo de De Gasperi não pretendia aderir a um projecto de cariz militar na véspera das eleições. Isto porque uma aproximação à Europa ocidental na base de pressupostos militares seria utilizada pelos socialistas e pelos comunistas na sua campanha contra a Democracia-cristã, explorando os sentimentos pacifistas e antimilitaristas que dominavam na sociedade italiana. Ao recusar aderir ao Pacto de Bruxelas quando a Europa se mobilizava com determinação contra o perigo soviético, o Governo de Roma pretendia também fortalecer a posição da Itália ao levar as principais potências ocidentais a reconhecer a importância da sua contribuição para o equilíbrio e a segurança da Europa e do Mediterrâneo e, em consequência, obter dos EUA, da Inglaterra e da França não só uma maior benevolência na renegociação das cláusulas do Tratado de Paz relativas às colónias pré-fascistas e ao rearmamento das Forças

²⁹⁸ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 2000, doc. 168, telegrama n.º 1081/65-66 de 24 de Janeiro de 1948, o Embaixador de Itália em Londres ao MAE, p. 202.

²⁹⁹ *Ibidem*, doc. 186, ofício n.º 422/156 de 27 de Janeiro de 1948, o Embaixador de Itália em Londres ao MAE, p. 228.

³⁰⁰ Este acontecimento foi recebido com grande apreensão pelos governos ocidentais, pois a Checoslováquia, ao contrário de outros países do leste europeu, tinha uma forte tradição de democracia parlamentar, tendo inclusive sido livremente eleita uma Assembleia Constituinte em 1946 (Mammarella & Cacace 2010, pp. 165-166).

Armadas, mas também o reconhecimento da sua paridade moral e jurídica (Mammarella & Cacace 2010, pp.167-169).

A recusa de Roma aguçou a desconfiança geral quanto à verdadeira intenção da Itália em alinhar com o Ocidente. O Embaixador Tarchiani informava que os norte-americanos temiam que o PDC estivesse disposto a aceitar compromissos com os comunistas enquanto a Inglaterra retirava o convite anteriormente feito ao Governo italiano com a advertência de que a presença da Itália entre os membros fundadores do Pacto teria constituído uma vantagem para o país. Frisava ainda que as potências europeias estavam dispostas a aceitá-la quando a sua presença nada mais era do que um fardo devido à sua debilidade política e económica. Atendendo a estas condições, era inimaginável para o Governo de Londres que os italianos conjecturassem que poderiam impor condições (*ibidem*, pp. 169-170). O Pacto de Bruxelas seria assinado sem a Itália a 17 de Março de 1948.

Em Portugal, os acontecimentos italianos eram acompanhados com aberta apreensão, temendo-se que a Itália pendesse demasiado para a esquerda com as eleições³⁰¹. Citando Pietro De Paolis, Ministro italiano em Lisboa:

«Può affermasri che la grande maggioranza dei portoghesi sarebbe sinceramente addolorata se l'Italia si desse un Governo di estrema sinistra; e ciò non soltanto perchè significherebbe un progresso del comunismo, ma soprattutto perchè renderebbe impossibili o per lo meno assai difficili e precarie le relazioni con l'Italia che, lo ripeto, è qui sempre e malgrado tutto, ammirata ed amata»³⁰².

Realizadas as eleições, a Democracia-cristã impunha-se como o partido mais forte, saindo também reforçados o PRI e o PSLI (Mammarella 1991, pp. 121-130; Colarizi 2007, pp. 39-46). Todos eles eram claramente favoráveis ao estreitamento das relações com o Ocidente. Ademais, como sublinhava o Presidente dos EUA ao Embaixador italiano em Washington, estes resultados, ao afastarem os socialistas e os comunistas da área governativa surgiam aos países do Ocidente como uma premissa para a consolidação das instituições democráticas em Itália, o que vinha facilitar não só a sua inserção nos grandes projectos internacionais de colaboração multilateral, mas também o seu fortalecimento político, económico e social³⁰³.

³⁰¹ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portugallo, b. 4 (1948), ofício n.º 298/123 de 9 de Março de 1948, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁰² *Ibidem*.

³⁰³ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 2000, doc. 648, relatório n.º 4398/1669, secreto, de 5 de Maio de 1948, o Embaixador de Itália em Washington ao MAE, p. 803.

A Democracia-cristã decidia formar governo com o PSLI, o PRI e o Partido Liberal Italiano, obtendo assim a maioria absoluta na Câmara dos Deputados³⁰⁴. Tinha então início o centrismo enquanto fórmula de governação assente na aliança entre os partidos do centro, a qual vigoraria até 1963. Ao sancionar o afastamento do PSI e do PCI da área governativa, o centrismo assumia, portanto, um claro significado democrático, filo-ocidental e anticomunista (Formigoni 1996, pp. 117-429; Mammarella & Cacace 2010, pp. 172-205).

O facto de o novo Governo ser apoiado pelas potências ocidentais colocava-o numa posição favorável, não só para insistir na revisão do Tratado de Paz, mas também para reedificar a posição da Itália na comunidade internacional³⁰⁵. Citemos Francisco Calheiros e Menezes:

«Teve sorte a Itália, após uma guerra perdida e de todos os desastres sofridos, encontrar-se numa posição tal que se torne necessária a sua colaboração para a salvaguarda da civilização.

Não seria de estranhar que em pouco tempo se levante dos seus males, das suas dificuldades económicas e volte a figurar entre as grandes potências. A sua entrada no Bloco Ocidental vai ser sem dúvida a moeda de troca das suas aspirações»³⁰⁶.

Neste contexto, a Itália acreditava ser ainda possível utilizar a sua futura participação na União Ocidental como moeda de troca para reaver as suas colónias sob a forma de *trusteeship*³⁰⁷. Para o Governo de Londres, informava o Embaixador Gallarati Scotti, a estratégia de Roma não teria seguimento porque não havia urgência alguma em pressionar a Itália para que fizesse parte da União Ocidental, nem a Inglaterra desejaria entrar numa negociação onde teria de fazer promessas concretas que não estaria em condições de manter. Relativamente aos EUA e à França, ambos desejavam que a Itália aderisse à União Ocidental, mas não poderiam aceitar que a mesma acontecesse na base de condições. Significava isto, por outras palavras, que o problema da entrada da Itália na União Ocidental/restituição integral das colónias não seria resolvido da forma que a Itália pretendia. Insistir nisto, assegurava Gallarati Scotti, iria apenas paralisar toda a política externa da Itália³⁰⁸.

Calheiros e Menezes considerava muito pouco provável que a Itália conseguisse obter as suas colónias, simplesmente porque a Inglaterra não desistiria das suas pretensões sobre a

³⁰⁴ AHD/MNE, 2P A47 M135, officio n.º 207, confidencial, de 2 de Maio de 1948, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

³⁰⁵ *Ibidem*.

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 2005, doc. 60, memorando, secreto, n.º 2744 de 26 de Maio de 1948, o Embaixador de Itália em Londres ao MAE, p. 75.

³⁰⁸ *Ibidem*.

Cirenaica e a Tripolitânia, para além de desejar estabelecer um regime privilegiado de colaboração com a Etiópia no Mar Vermelho e para isso pretendia atribuir-lhe a Eritreia³⁰⁹. Ademais, e as informações que se seguem foram cedidas a Calheiros a título reservado pelo Conselheiro da Embaixada dos EUA em Roma, «o Governo inglês teria acenado com a possibilidade de renunciar às dificuldades que vem opondo à construção de um Estado de Israel, que tanto interessa à América, se fossem satisfeitos os seus desejos quanto às colónias italianas»³¹⁰. A manobra de Londres atirava definitivamente a Itália para uma situação precária porque colocava Washington perante um dilema no qual os seus interesses no Médio Oriente falariam mais alto do que os interesses italianos³¹¹.

Na reunião da Assembleia-geral da ONU, em Lake Success, Nova Iorque, realizada a 1 de Abril de 1949, a Itália assumia de forma pragmática e objectiva aquela que seria, na opinião de Carlo Sforza e do Embaixador de Itália em Londres, a finalidade suprema da política externa italiana: «Il ritorno dell'Italia dentro la grande compagine delle nazioni occidentali, la sua partecipazione alla grande politica europea da pari»³¹². Tratava-se, em suma, de liquidar a soma de rancores, suspeições e ressentimentos que impediam a plena cooperação entre a Inglaterra e a Itália num espírito de serena e recíproca compreensão, mais do que nunca indispensável à paz e à defesa da Europa ocidental³¹³.

Para demonstrar o seu empenho na abertura de uma nova fase nas suas relações externas, Roma enviava, no início de Maio de 1949, um emissário a Londres para examinar a questão colonial com os responsáveis britânicos³¹⁴. As conversações resultaram num documento que ficou conhecido como «compromisso Sforza-Bevin», descrito pelo primeiro como uma «dolorosa transazione»³¹⁵. Nos seus termos, Roma adquiria a administração fiduciária sobre a Tripolitânia e sobre a Somália e renunciava à Cirenaica, cedida à Inglaterra, e à Eritreia, a ceder à Etiópia e ao Sudão. O documento foi apresentado à Assembleia-geral da ONU, sendo considerado muito favorável às teses italianas que arguíam pela restituição das colónias. Por esta razão, não era aprovado na sua generalidade, mas apenas a parte que previa a atribuição da administração fiduciária da Cirenaica à Inglaterra. Em Itália, o sentimento

³⁰⁹ ANTT/ AOS/CO/NE-4E, ofício n.º 549 de 5 de Dezembro de 1948, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

³¹⁰ *Ibidem*.

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 2005, doc. 745, carta de 15 de Dezembro de 1948, o Embaixador de Itália em Londres ao MAE, p. 1100.

³¹³ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 2006, doc. 16, memorando de 6 de Janeiro de 1949, o MAE ao Embaixador de Itália em Washington, p. 29.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 30.

³¹⁵ *Ibidem*, doc. 952, carta pessoal de 19 de Maio de 1949, o MAE ao Presidente do Conselho, p. 982.

geral era de desilusão e de derrota, com o Governo a perceber que apenas lhe restava a alternativa do reequacionamento geral da questão colonial e da política mediterrânica italiana segundo fórmulas mais «modernas», assentes no princípio da independência, sempre com o objectivo de garantir a presença da Itália no Mediterrâneo³¹⁶. Invocando o seu esmero na protecção da liberdade dos povos, tendo no seu passado recente a luta da resistência contra o fascismo e o nazismo, os italianos começavam a criar uma nova imagem externa, assente na defesa da liberdade de todos os povos. Citemos a propósito o discurso de Carlo Sforza à Assembleia-geral da ONU, em Abril de 1949:

«Da un lato, il problema di oggi sembra consistere nello smettere di guardare indietro e di non cercar più di punire una nazione come l'Italia che malgrado enormi difficoltà politiche ed economiche ha riacquisito il suo posto nel mondo e già è stata accolta come alleata da alcune delle più grandi nazioni. In realtà, il problema cui ci troviamo di fronte oggi è ben più complesso: è il problema del risveglio dei popoli dell'Asia e dell'Africa. [...] Noi italiani siamo stati oppressi per secoli e ci siamo risollepati in base ai principi della democrazia e della nazionalità. I nostri eroi nazionali furono Mazzini e Garibaldi che rimasero poi presenti ovunque si combatté per la vittoria dei nuovi ideali.

Parve, in un oscuro momento, che la marea del fascismo e del nazismo oscurasse il nostro passato e che i successi delle dittature impedissero per sempre la realizzazione di questi ideali.

È questo il motivo per cui gli attuali dirigenti della Repubblica italiana sentirono sin dall'inizio del regime fascista che la loro tenace lotta contro tale regime serviva la libertà di tutte le nazioni. [...] Ecco perché la Repubblica italiana, che pur non ha la responsabilità in eventi che o suoi capi hanno sempre combattuto, vuole affrettare e realizzare l'indipendenza dei popoli dell'Africa. Ma se questa azione deve essere reale e non semplicemente verbale, l'aiuto che è nostro dovere dare loro deve essere soprattutto economico e tecnico» (Sforza 1952, pp. 146-147).

Afiançava Sforza que a Itália estava pronta não só para contribuir com todos os seus esforços para o melhoramento técnico e desenvolvimento económico da África, mas também para conduzir à independência os territórios que lhe fossem atribuídos (*ibidem*, p. 148). Daí que, para além de injusto, negar à Itália tal participação constituiria um «enorme e irreparabile danno alla causa comune ed agli interessi della stessa Africa e dei suoi abitanti» (*ibidem*). Em suma, o anticolonialismo surgia naturalmente à Itália como o caminho a seguir não só para resolver a sua questão colonial e o problema do seu reposicionamento mediterrânico, mas também para garantir a sua aproximação aos países árabes e africanos ao apresentar-se como o parceiro que melhor compreendia as aspirações de autonomia e de independência dos povos

³¹⁶ *Ibidem*, doc. 948, telegrama n.º 5283-5280/187-188, secreto, de 18 de Maio de 1949, o Embaixador de Portugal em Washington ao MAE, pp. 979-980.

privados de uma soberania nacional³¹⁷. Povos que tanto poderiam situar-se geograficamente na África como na Ásia e aos quais a Itália pretendia levar a sua amizade (Sforza 1982, p. 182). Esta posição teve, como veremos, os seus reflexos nas relações luso-italianas.

Para terminar, referir apenas que, a 21 de Novembro de 1949, a Assembleia-geral da ONU decidia a integração da Cirenaica e da Tripolitânia na Líbia, cuja transformação num Estado independente e soberano deveria ocorrer até 1 de Janeiro de 1952; já a Somália tornar-se-ia num Estado independente e soberano no espaço de 10 anos, ficando a Itália responsável pela administração fiduciária do território e por conduzi-lo àquela condição. A questão da Eritreia seria mais complexa porque a Inglaterra não pretendia a sua transformação num Estado independente, ao contrário da Itália, mas a sua repartição entre a Etiópia e o Sudão. Para evitar que parte da sua antiga colónia fosse atribuída ao Sudão, sob directa influência de Londres, o Governo italiano defendia como alternativa estratégica a tese de uma federação etíope-eritreia, liderada pela Etiópia, solução adoptada pela ONU em 1952 (Del Boca 1992, pp. 225-276, 168-169).

3.2 – A legitimação externa do Estado Novo

À medida que a II Guerra Mundial se aproximava do fim e se consolidava a esperança de Portugal sair imune da mesma, aumentavam as preocupações dos governantes portugueses com as inevitáveis mutações sociais, políticas e institucionais que aconteceriam com o final do conflito. Recordemos que o Estado Novo era um regime corporativo que sempre combatera o parlamentarismo e o liberalismo e que, para o efeito, instituíra um sistema de partido único, a censura, a repressão e uma polícia política. Características que não estavam em linha com as directivas democráticas que saíam reforçadas com a derrota dos regimes de extrema-direita.

A «preparação nacional para o após», tal como Oliveira Salazar intitulou o discurso proferido na abertura do II Congresso da União Nacional, a 25 de Maio de 1944, começava ainda antes do final da guerra. O ponto de partida era precisamente, como assinalava o Marquês Blasco Lanza D'Ajeta, Encarregado de Negócios da Itália em Portugal, a realização do Congresso, um sinal claro «di quelle difficoltà che, per effetto di forze interne e degli

³¹⁷ *Ibidem*, doc. 1022, relatório n.º 4589/2015, secreto, de 2 de Junho de 1949, o Embaixador de Itália em Washington ao MAE, p. 1058.

avvenimenti internazionali in corso, incombono sulla vita politica portoghese»³¹⁸. No essencial, o II Congresso tinha como propósito rever a doutrina seguida pelo Estado Novo a nível político e económico-social para dotar o regime com uma aparência menos rígida e torná-lo mais aceitável numa época de sobrevalorização das ideias democráticas³¹⁹.

A revisão antecipada da Constituição, anunciada no *Diário do Governo* a 8 de Abril de 1944, tinha o mesmo objectivo³²⁰. A revisão, dizia-se, orientar-se-ia no sentido de uma maior democratização do regime, permitindo uma mais livre expressão das correntes políticas. Já antes, com o Decreto-lei n.º 33 545 de 23 de Fevereiro de 1944, se substituíu o Secretariado de Propaganda Nacional, então extinto, pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, ao que se sucedia, com o Decreto-lei n.º 35 046 de 22 de Outubro de 1945, a substituição da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), comprometida pelas ligações com as congéneres dos regimes da Alemanha, da Itália e da Espanha, pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE).

Tudo medidas que adequariam o Estado Novo às exigências da opinião pública interna e internacional, especialmente a da Inglaterra e dos EUA, cujos governos aconselhavam discretamente Oliveira Salazar a avançar para formas mais representativas e mais liberais de governo. Não se tratava, sublinhemos isto, de pressões para acelerar reformas ou para determinar o seu desaparecimento do panorama político português, até porque Londres e Washington, fazendo um juízo positivo da figura moral do ditador, davam ainda crédito à sua acção governativa. Uma decisão que não ia ao encontro dos projectos da oposição para o derrube do regime, então muito animada pela vitória militar e ideológica sobre os regimes totalitários de direita. Para os seus elementos, este acontecimento tão decisivo teria necessariamente de impor mudanças na vida política portuguesa e de abrir o país a uma nova Era de liberdade³²¹.

³¹⁸ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 17 (1943-1945), ofício n.º 245/58 de 16 de Fevereiro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ *Ibidem*, ofício n.º 544/139 de 10 de Abril de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

³²¹ Para uma contextualização dos movimentos de oposição ao Estado Novo *vide* Raby 1984; Raby 1988, pp. 9-30; Rosas 1994, pp. 381-399; Costa 1996a; Costa 1996b; Rosas 1996a, pp. 695-697; Rosas 1996b, pp. 991-992; Torgal 2001; Paulo 2006; Paulo 2008; Torgal 2009, pp. 373-466, 565-614; Paulo 2010. Recordemos que com a fundação do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF), em Dezembro de 1943, e do Movimento de Unidade Democrática (MUD), em Outubro de 1945, as diversas correntes (republicanos democráticos, que incluíam militares de alta patente como o General Norton de Matos, católicos, monárquicos, socialistas e comunistas) começavam a organizar-se em frentes comuns com o único objectivo de derrubar o regime.

Este espírito era emoldurado por uma fase de acentuada agitação social em reacção à degradação da situação económico-social do país³²². Como escrevia Alberto Rossi Longhi, o diplomata que sucedia a Lanza D'Ajeta, Portugal, ainda que dotado com uma finança sã, possuía uma «economia precária che ha inciso sul già modestissimo tenore di vita della grande maggioranza della popolazione»³²³. O preço dos bens alimentares tinha aumentado 80% desde o início da guerra, enquanto os salários permitiam adquirir o mínimo necessário³²⁴. A exiguidade salarial atingia também as Forças Armadas, elemento central da organização do Estado, o que provocava um perigoso sentimento de descontentamento nas suas fileiras³²⁵. Tudo somado, na véspera do final da II Guerra Mundial, o Presidente do Conselho sentia a sua posição ameaçada:

«Nonostante che egli sia stato un amministratore serio ed onesto, nonostante che egli abbia probabilmente arrestato un processo di decadenza del Portogallo, che per ragione storiche, economiche e demografiche è forse ineluttabile, e, nonostante che egli abbia soprattutto assicurato al Portogallo quindici anni di ordine e di pace, egli non ha oggi un reale seguito nel paese.

Salazar non ha, infatti, l'affetto delle masse, che la politica di lesina dell'uomo di finanza ortodoxo e la freddezza del professore universitario non potevano certo conciliargli, e non ha un partito su cui poter basare una autentica corrente di opinione pubblica che gli consenta la transizione da un regime autoritario ad un regime parlamentare [...]»³²⁶.

No seu discurso de 18 de Maio de 1945 à Assembleia Nacional, Salazar defendia o Estado Novo como a confluência de dois eixos: o da liberdade possível e o da autoridade necessária³²⁷. Segundo ele, os únicos critérios para avaliar o regime seriam apenas se ele tinha dado paz e ordem à nação, se a fizera progredir e se fora um elemento colaborador, não perturbador, na vida internacional. Sobre o problema da liberdade, referia que as liberdades tinham validade apenas na medida em que pudessem ser exercitadas e não na medida em que eram proclamadas. Para Rossi Longhi, «questa parte autoapologetica è quella che è apparsa la più debole della lunga esposizione di Salazar anche perchè infiorata da vietati sofismi quali «la

³²² ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 17 (1943-1945), ofício n.º 1567/735, secreto, de 15 de Setembro de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

³²³ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 20 (1945), telegrama n.º 4 de 18 de Janeiro de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³²⁴ *Ibidem.*

³²⁵ *Ibidem.*

³²⁶ *Ibidem*, ofício n.º 602/368 de 2 de Março de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³²⁷ O discurso intitulava-se «Portugal, a guerra e a paz» (Salazar 1951, pp. 101-124).

nostra non è una dittatura», «la vera democrazia è la nostra» e simili»³²⁸. Tais afirmações demonstravam que Salazar, não obstante a anunciada reforma constitucional, não via necessidade em introduzir profundas alterações no sistema e pretendia apenas propor o aumento dos poderes de controlo da Assembleia Nacional sobre o Executivo (permanecendo, contudo, a prerrogativa que permitia ao Executivo aprovar decretos-lei, tratados internacionais e convenções, em concorrência com o legislativo) e o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Câmara Corporativa no quadro de uma política dirigida a potenciar o corporativismo³²⁹.

Contava o Ministro de Itália que em Lisboa era ideia assente, e não só entre os inimigos do regime, que o Presidente do Conselho queria sublinhar a sua coerência dialéctica e ideológica para despistar qualquer impressão de que estaria a ceder às pressões da opinião pública interna e externa, sem, no entanto, afastar-se das suas intenções, prévia e privadamente manifestadas, de dar ao país um Parlamento mais representativo do que o existente e de permitir que no seu interior se formassem núcleos em torno dos quais os partidos se pudessem agrupar e organizar³³⁰. Este objectivo, ou a aparência deste objectivo, tornava-se premente perante a vitória do Partido Trabalhista nas eleições legislativas na Inglaterra, recebida com surpresa e apreensão nos meios que desejavam a permanência de Winston Churchill na liderança do Governo pois confiavam na tolerância do Partido Conservador a favor do regime³³¹. A preocupação imediata do Executivo português foi neutralizar as leituras que o exemplo britânico poderia suscitar na opinião pública portuguesa no sentido do reforço da actuação das correntes da oposição que se agitavam surdamente e, para isso, «vendia» na imprensa, controlada pela Censura, uma argumentação destinada a demonstrar que o socialismo inglês possuía mais afinidade com o corporativismo do que com o liberalismo e que, quer o governo trabalhista, quer o salazarista se baseavam no primado da esfera social sobre o indivíduo³³².

Respondendo às invectivas para que desse a Portugal um Governo democrático, no início de Outubro de 1945, Oliveira Salazar dissolvia a Assembleia Nacional e convocava eleições legislativas para 18 de Novembro de 1945. Seriam elas, nas suas declarações, tão livres como na Inglaterra. O que o Governo permitia era, contudo, um democratismo mínimo aliado a uma fórmula ligeira de oposição às listas da União Nacional (os candidatos tinham

³²⁸ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 20 (1945), ofício n.º 1139/645 de 20 de Maio de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³²⁹ *Ibidem*.

³³⁰ *Ibidem*.

³³¹ *Ibidem*, telegrama n.º 219 de 29 de Julho de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³³² *Ibidem*.

que respeitar os princípios fundamentais da ordem social estabelecida, o que excluía os comunistas assumidos) e a uma maior liberdade de expressão durante a campanha eleitoral (Raby 1988, pp. 30-37; Lemos 2009, pp. 20-23). Era, no entanto, o suficiente para agitar as «acque stagnati della vita politica portoghese», para citar Rossi Longhi, pois, até ali, as eleições tinham decorrido apenas em torno das listas da União Nacional³³³.

Apanhada de surpresa com o anúncio, a oposição organizava-se em torno do Movimento de Unidade Democrática (MUD), fundado à pressa a 8 de Outubro, com as autoridades a permitirem que os seus elementos se reunissem às claras, algo inédito em 19 anos de ditadura³³⁴. As reuniões aconteciam por todo o país, patrocinadas não só pelos representantes do «vecchio mondo democratico presalazariano», mas também por figuras destacadas da *intelligentsia*, muitas delas ligadas à revista cultural *Seara Nova*, e do mundo económico. O diplomata descrevia estas reuniões como uma manifestação inegável de força e de seriedade de uma oposição que se limitava a definir-se como «oposição republicana democrática à actual situação política» ou, como aparecia na imprensa, por «forças contrárias à situação». Como sintetizava, «l'opposizione si è infatti rivelata, qualitativamente e quantitativamente, più temibile di quanto il Governo non pensasse e ciò non soltanto a Lisbona, sempre ostile ad un regime che venne imposto dalla provincia, ma anche in centri minori quali, ad esempio Braga, da dove partì la «rivoluzione nazionale» e Coimbra, della cui Università Salazar sembrava costituire il maggior orgoglio»³³⁵.

Apenas um objectivo se impunha a esta oposição: abater o Estado corporativo no campo da disciplina das relações colectivas de trabalho e no sistema de vínculos impostos ao comércio e à indústria pelo intervencionismo dos grémios (os sindicatos patronais obrigatórios) e dos órgãos de coordenação económica³³⁶. Nesta perspectiva, não desejava demolir, mas sim superar a experiência salazarista, adequando-a aos novos tempos e à nova situação internacional³³⁷. Destruir o sistema existente seria regressar à desordem da I República e às múltiplas tentativas dos militares para adquirir o poder em nome da salvação da Pátria, situação à qual ninguém queria voltar³³⁸.

A uma semana da consulta popular, considerando que o regime estava longe de cumprir a promessa de realizar eleições livres, o MUD decidia não ir às urnas. A 18 de Novembro,

³³³ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 20 (1945), ofício n.º 2181/1107 de 14 de Outubro de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ *Ibidem*, ofício n.º 2181/1107 de 14 de Outubro de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³³⁶ *Ibidem*, ofício n.º 2188/1114 de 14 de Outubro de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ *Ibidem*.

sem surpresa, a União Nacional assegurava a eleição de todos os seus 120 candidatos. Para Rossi Longhi, Salazar perdia a oportunidade de conferir um ar de legitimidade à Assembleia Nacional com a introdução de um núcleo da oposição³³⁹. No entanto, sempre poderia dizer a Washington e a Londres que realizara eleições livres e abertas e que, não obstante as medidas liberalizadoras, a oposição era incapaz de organizar-se e dar uma contribuição válida ao país (Castaño 2006, pp. 42-46).

Paralelamente, os contactos estabelecidos entre os elementos do MUD e a esquerda ofereciam ao Governo o pretexto para agitar a ameaça comunista em Portugal, «minaccia di cui la propaganda ufficiale non aveva mai fatto fino ad ora menzione per quanto riguardava la situazione interna del paese ed, anzi, aveva deliberadamente ignorato al fine di non fare una gratuita pubblicità al comunismo portoghese»³⁴⁰. Ao passo que a propaganda anticomunista afectava negativamente a popularidade do MUD, o regime via distender-se a sua base de apoio ao ser considerado como a única defesa contra o comunismo, fosse interna, contra os núcleos existentes, fosse externa, na previsão de um conflito internacional entre o Ocidente e a URSS³⁴¹. Os efeitos da propaganda foram, porém, menores para o Partido Comunista Português (PCP), «che sotto i riflettori di una tale avversa pubblicità è, anzi, venuto in luce dopo una congiura di silenzio che durava da anni e che faceva a molti dubitare della sua effettiva esistenza in questo paese ed attribuire la diffusione di manifesti e di fogli clandestini non ad un movimento comunista portoghese ma alla iniziativa di potenze straniere»³⁴². Num gesto de desafio, o partido chegava a tornar públicos os nomes dos dirigentes do seu comité central, liderado por Álvaro Cunhal, um jovem licenciado em Direito e filho de uma boa família da burguesia³⁴³. Citando Alberto Rossi Longhi:

«Tutto questo ha creato qui al movimento comunista una aura di romanticismo politico che gli era fino ad ora mancata in un paese quele il Portogallo, in cui la lotta liberale, nonostante il primato dei pronunciamenti iberici del 1820, si prolunga da oltre un secolo e la sola brevissima parentesi marxista (fra il 1919 ed il 1926) è stata inquinata dalla violenza dinamitarda di una anarcoide Legione Vermiglia.

³³⁹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 20 (1945), ofício n.º 2442/1230 de 22 de Novembro de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁴⁰ *Ibidem*, ofício n.º 2381/1206 de 12 de Novembro de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁴¹ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portogallo, b. 1 (1946), ofício n.º 2430/1220 de 19 de Novembro de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁴² *Ibidem*.

³⁴³ *Ibidem*. Sobre a organização e a actuação do PCP durante os anos 40 *vide* Raby 1988, pp. 51-127 e Nunes 1996, pp. 173-178.

L'attuale impostazione del marxismo portoghese appare, invece, ora, tutt'altro che trotskysta e tale, quindi, da incontrare l'adesione degli strati più consci di questo proletariato»³⁴⁴.

A nível externo, Salazar manobrava habilmente para garantir um «pleno direito di vida» para o Estado Novo na nova ordem mundial³⁴⁵. Fazia-o sobretudo recordando o contributo dado por Portugal para a paz ibérica e valorizando as relações com o Brasil, com a Inglaterra e com a Espanha³⁴⁶. A gestão das relações com a Espanha no contexto de descrédito total dos regimes das ideologias de extrema-direita exigia cuidados especiais aos responsáveis pela política externa portuguesa para evitar que a proximidade com Madrid fizesse recair a ênfase sobre os problemas da política interna, muito comprometedores em função das similitudes entre os dois sistemas políticos³⁴⁷. Como a Espanha estava mais exposta do que Portugal às consequências daquele descrédito, Lisboa limitava as manifestações públicas de apoio a Francisco Franco ao campo internacional, lembrando como o Bloco Ibérico tinha permitido a criação e a manutenção de uma zona de paz na Península Ibérica³⁴⁸. Já o estreitamento das relações com o Brasil constituía uma clara mais-valia na medida em que oferecia a Portugal, devido às suas relações com Washington, perspectivas auspiciosas para a valorização da sua posição estratégica no Atlântico³⁴⁹.

Efectivamente, no rescaldo do cessar-fogo, a vocação atlântica de Portugal tornava-se numa questão central da política externa portuguesa, sendo equacionadas neste contexto as relações com a Inglaterra e os EUA e a inserção do país, pela sua natural atlanticidade, nos sistemas defensivos que seriam criados por Londres e Washington, assegurando-se com ela a defesa e a manutenção do Império Colonial.

No final da II Guerra Mundial, o futuro do seu vasto império na nova conjuntura suscitava angustiosas dúvidas em Portugal, especialmente perante os ventos emancipalistas que corriam no continente africano³⁵⁰ e os planos pan-africanistas da África do Sul, uma

³⁴⁴ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portugallo, b. 1 (1946), ofício n.º 2430/1220 de 19 de Novembro de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁴⁵ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 17 (1943-1945), ofício n.º 1343/599, reservado, de 10 de Agosto de 1944, o Encarregado de Negócios de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁴⁶ *Ibidem*.

³⁴⁷ *Ibidem*.

³⁴⁸ *Ibidem*. Sobre este assunto e sobre a reacção de Madrid ao afastamento de Portugal *vide* Jiménez Redondo 1996, pp. 101-116.

³⁴⁹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 20 (1945), telegrama n.º 3 de 13 de Janeiro de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁵⁰ A guerra travada contra o Eixo na África do norte e oriental teve consequências irreversíveis, pois os africanos consideravam que, combatendo ao lado das nações que apregoavam os valores da liberdade e da democracia, a África seria em seguida libertada do jugo colonial europeu. Neste contexto, a elite intelectual africana, instruída nos centros mais importantes da Europa e que lia as obras dos nacionalistas europeus oitocentistas e dos pais fundadores do pan-africanismo, como Henry-Sylvester Williams, William Burghardt du

ameaça directa para Angola e Moçambique³⁵¹. Deste modo, escrevia Alberto Rossi Longhi, a insistência numa retórica laudatória do «genio colonizzatore e civilizzatore di Portogallo» traía, na verdade, «una coscienza non tranquilla»³⁵². Especialmente porque os dirigentes portugueses tinham como certo que sem os territórios ultramarinos, Portugal, perdendo a sua substancial importância política e económica advinda da riqueza e população pluricontinentais, deixaria de ser uma potência com interesse mundial e não teria meios para subsistir entre as nações livres³⁵³. E se, continuava o Ministro, os portugueses pareciam alheios ao facto de estarem entre os piores administradores coloniais do mundo, tinham perfeita consciência de que possuíam um império demasiado vasto para a capacidade financeira do Estado e para o potencial demográfico da metrópole³⁵⁴. Sabiam também que tinham conseguido preservá-lo devido à protecção da Inglaterra, daí questionarem se esta continuaria a ter interesse e força suficientes para defender as colónias portuguesas perante os projectos quer de Pretória, que pretendia criar um sistema político e económico unitário na África centro-meridional, quer dos EUA, interessados em estender os mandatos coloniais aos territórios que considerassem estratégicos para a segurança do continente americano, entre os quais se contava a África ocidental³⁵⁵. Era, portanto, com preocupação que o Governo português via a Inglaterra reconhecer, em 1947, a independência da União Indiana e do Paquistão, seguindo-se o Ceilão e a Birmânia, em 1948, e a Indonésia, em 1949.

No início de Agosto de 1946, considerando que Portugal não poderia ficar ausente a longo prazo da organização mundial para a paz e a segurança colectiva, Lisboa apresentava o pedido de adesão à ONU. Segundo o artigo 4º da Carta das Nações Unidas, todos os Estados pacíficos podiam livremente ser membros desde que aceitassem as obrigações contidas na Carta e se empenhassem em cumpri-las. Para o Governo português, não havia dúvida de que Portugal pertencia a essa categoria de países e as reservas existentes em relação ao direito de veto da União Soviética no Conselho de Segurança, país com o qual o regime não mantinha relações diplomáticas, porque anularia automaticamente os votos favoráveis dos restantes membros, eram superadas com as declarações de apoio dos EUA e da Inglaterra (Castaño

Bois, Marcus Aurelius Garvey ou Jean Price-Marc, teve um papel fundamental no fortalecimento das reivindicações pela liberdade (Correia 1991, pp. 29-31; Del Boca 1992, pp. 131-136; Rémond 1994, pp. 404-411).

³⁵¹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 20 (1945), ofício n.º 899/545 de 7 de Abril de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁵² *Ibidem*.

³⁵³ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 472 (1956), ofício n.º 877/269 de 29 de Fevereiro de 1956, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁵⁴ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 20 (1945), ofício n.º 899/545 de 7 de Abril de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁵⁵ *Ibidem*.

2006, pp. 149-157). Como se esperava, o veto da Rússia ditava o fim das pretensões portuguesas. Em Lisboa, este desfecho tinha apenas uma explicação: o Kremlin actuava deliberadamente por vingança para punir Portugal pelo anticomunismo professado pelo regime³⁵⁶. E assim, continuava o diplomata, o «armeggiare e mercanteggiare a New York» em torno da admissão de Portugal se, por um lado, vinha aumentar a desconfiança do Governo português face à «nova sociedade de nações», por outro, reforçava a preferência por um projecto atlântico de colaboração que, ao aprofundar as relações com os EUA, permitisse fortalecer o sistema defensivo nacional e o libertasse, numa altura em que a Inglaterra deixava de ser a potência dominante, do protectorado britânico em que caíra com a Aliança luso-britânica³⁵⁷.

É certo que Salazar e alguns dos principais dirigentes do Estado Novo nutriam uma profunda desconfiança em relação aos Estados Unidos, nação que, na sua perspectiva, dissimulava os interesses imperialistas com um discurso defensor da democracia e do liberalismo económico. No entanto, o facto de se ter tornado, com a II Guerra Mundial, na maior potência do Ocidente, e de se projectar naturalmente, tal como Portugal, sobre o Atlântico, criavam motivos fortes do ponto de vista estratégico para que o regime de Lisboa tentasse uma aproximação a Washington. A aproximação aos norte-americanos era ainda impulsionada pela hostilidade crescente de Washington face à União Soviética, a qual, de resto, condizia perfeitamente com o anticomunismo do regime. Ajudavam também as palavras de apreço com que comentavam a actuação política do Presidente do Conselho (Telo 1996, pp. 25-28; Martins 2000, pp. 155-156; Sá 2009, pp. 95-102).

Os EUA, por seu lado, procuravam distender ao máximo a colaboração oferecida por Salazar, considerando que com ele o «trunfo» da posição estratégica de Portugal estaria sob a sua influência e não sob a dos restantes aliados³⁵⁸. Neste contexto, tinha especial importância a ratificação dos acordos relativos às bases dos Açores, assinados durante a II Guerra Mundial, em Fevereiro de 1948, pois Salazar sabia que, com a fractura entre Washington e Moscovo e o paralelo alinhamento de Portugal com o Ocidente, adquiria internamente a plena liberdade de acção e poderia intensificar a repressão a fim de consolidar uma política intransigentemente anticomunista³⁵⁹. A prová-lo, como sublinhava o Encarregado de Negócios Antonio Grossardi, estaria a colaboração entre Lisboa e Washington no contexto da

³⁵⁶ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portugallo, b. 1 (1946), ofício n.º 1569/655 de 22 de Agosto de 1946, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁵⁷ *Ibidem*.

³⁵⁸ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portugallo, b. 4 (1948), ofício n.º 435/191 de 26 de Abril de 1948, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁵⁹ *Ibidem*.

agitação operária em Abril de 1947, descrita pelo diplomata como o primeiro conflito sério que o Estado corporativo português enfrentava com o mundo do trabalho. O Subsecretário das Corporações vinha a público declarar que tal agitação não era económica mas política e que era promovida pelo Partido Comunista sob ordens de Moscovo³⁶⁰. O objectivo, combinado com os EUA, consistiria em divulgar a notícia de que o PCP tinha convocado uma greve geral de protesto para poder demonstrar depois que a tentativa da extrema-esquerda para perturbar a ordem pública falhara³⁶¹. Sinais claros desta colaboração seriam a origem norte-americana do material propagandístico anti-soviético presente em abundância na imprensa portuguesa e a intimidade que se estabelecia entre as autoridades norte-americanas e o chefe da PIDE, até há pouco tempo olhado de viés devido à sua germanofilia³⁶².

A acentuada propaganda anticomunista teria sido, inclusive, uma das causas que ditou o insucesso da candidatura pela oposição do General José Maria Mendes Norton de Matos à Presidência da República, nas eleições de 13 de Fevereiro de 1949. A conclusão é do Ministro da Itália em Lisboa, Pietro De Paolis:

«In questo paese, tutto imbevuto di anticomunismo, dove l'URSS e la dottrina marxistica appaiono sotto una luce più fosca che altrove e ormai deformate da decenni di propaganda assidua ed accorta, la voce di Mosca che si alzava per sostenere l'opposizione, ha tolto a questa l'appoggio di tutti coloro che, pur ostili ai sistemi autoritari, sono appassionatamente contrari al comunismo. Molte forze fiancheggiatrici hanno desistito dalla lotta per paura di fare un passo verso i comunisti e, quanto meno, d'accordo con i comunisti. Il candidato non è di tendenze comuniste, nè filo comunista è l'opposizione nel suo insieme o nella sua maggioranza, ma evidentemente un'organizzazione politica liberale che conceda ai comunisti *droit de cité*, come avviene oggi in Italia o in Francia, è ancora quasi inconcepibile per la grandissima maggioranza dei portoghesi»³⁶³.

No seu manifesto eleitoral, apresentado em Julho de 1948, o General afirmava que Portugal deveria viver em paz com todos os povos, incluindo os russos. Este seria o ponto mais inovador do discurso, pois não havia ideias novas ou um plano concreto de governação, limitando-se a afirmar que era sua intenção mudar o regime e os seus sistemas na base dos princípios liberais³⁶⁴. À parte as ligações com os comunistas, De Paolis considerava como

³⁶⁰ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portugallo, b. 3 (1947), telegrama n.º 10 de 11 de Abril de 1947, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁶¹ *Ibidem*.

³⁶² *Ibidem*.

³⁶³ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portugallo, b. 5 (1949), ofício n.º 109/53 de 10 de Fevereiro de 1949, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁶⁴ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portugallo, b. 4 (1948), ofício n.º 755/337 de 26 de Abril de 1948, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

erro crasso da oposição a incapacidade de formar uma verdadeira união que concertasse energias num esforço comum contra a barreira defensiva erguida pelo regime³⁶⁵. A 13 de Fevereiro de 1945, o General anunciava a desistência da sua candidatura à Presidência da República e as eleições realizavam-se no meio da indiferença geral, com a vitória a pertencer ao candidato do regime, o Marechal Óscar Carmona, o qual era, por si só, o grande destinatário da estima dos portugueses (Raby 1988, pp. 37-42).

Em simultâneo, o regime fortalecia-se externamente com a adesão ao Plano Marshall, à OECE e ao Pacto Atlântico³⁶⁶, o que lhe permitia operar um controlo muito mais severo sobre a oposição. E assim, as eleições legislativas de Novembro de 1949 decorriam sujeitas a uma liberdade de expressão limitada, com os resultados, completamente previsíveis, a serem anunciados pela imprensa com a linguagem típica dos regimes ditatoriais, como se estivesse em causa a vitória sobre um inimigo visceral do país: «Ha vinto il Portogallo!»³⁶⁷. Ao reforçar a confiança em si mesmo, concluía De Paolis, o regime assumia sem pejo a sua essência totalitária e a filiação espiritual em relação ao fascismo:

«Da prima Salazar sembrava talvolta preoccuparsi della sua reputazione internazionale e rifiutava sdegnosamente ogni accenno ad una sua dittatura; oggi si sente le spalle protette dall'alleanza con le Democrazie occidentali e ha in certo modo getato una maschera che seppur trasparente portava ancora in certi casi illudere gli osservatore meno esperti. Egli non accetta di buon animo le alleanze e le intese internazionali ed ha per gli accordi plurimi la repugnanza istintiva di tutti i totalitari. A malincuore si è deciso a sollecitare gli aiuti del Piano Marshall, in un primo tempo altezzosamente rifiutati; e malincuore è entrato a far parte del sistema politico del Patto Atlantico, e come compenso alle concessioni che ritiene di aver fatto alle democrazie, e quasi per controbilanciare lo strappo fatto ai suoi principi, avvicinandosi a paesi retti da sistemi politici che gli ispirano il più profondo orrore, accentua le tendenze totalitarie e va apertamente e completamente accentrando il potere nelle sue mani»³⁶⁸.

António Venturini, o Ministro de Itália que sucedia a Pietro De Paolis, corroborava a ideia do antecessor no referente à confiança crescente do regime, praticamente edificada sobre os sucessos alcançados por Oliveira Salazar no âmbito da política externa e interna³⁶⁹. Contudo, Venturini, ao contrário do antecessor, considerava que o Presidente do Conselho, seguro do seu prestígio, operava uma abertura crescente, visível na maior liberdade efectiva

³⁶⁵ *Ibidem*, ofício n.º 109/53 de 10 de Fevereiro de 1949, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁶⁶ Sobre o assunto *vide* as pp. 133-142 deste trabalho.

³⁶⁷ *Ibidem*, ofício n.º 1003/473 de 18 de Novembro de 1949, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁶⁸ *Ibidem*.

³⁶⁹ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 249 (1953), ofício n.º 2231/1042 de 20 de Outubro de 1953, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

de imprensa, de reunião e de propaganda radiofónica concedida no âmbito das eleições legislativas de 8 de Novembro de 1953 (Lemos 2009, pp. 25-28), indo ao ponto de permitir a discussão do programa e dos métodos do Governo³⁷⁰. Esta situação convencia suficientemente o diplomata para levá-lo a considerar que a consulta popular representaria o início de uma lenta evolução num sentido mais liberal do regime:

«Sicuro del suo prestigio e della posizione raggiunta dal suo paese, Salazar si starebbe da qualche tempo ponendo il problema come accademico di quello che potrebbe accadere all'interno se dovesse scomparire. Ora gli anni passano, egli invecchia e comincerebbe a pensare che aprire un vero spiraglio alla critica non guasta. Oltre ad essere una valvola di sicurezza, potrebbe servire ad abituare progressivamente i portoghesi alle civili contese politiche. Ovviamente il comunismo resta e deve restare all'indice. Questo è per Salazar un dogma [...]. Ma anticomunismo a parte, Salazar abborrisce d'istinto da qualsiasi forma di rivoluzione perchè essa scateni, magari credendo in buona fede di servire una causa giusta, gli istinti più bassi e volgari dell'uomo. Crede però alle evoluzioni, e condizione che siano lente, lentissime come tutto ciò che ha attinenza alla natura umana così difficile a mutare, nonostante l'era atomica.

Pertanto egli potrebbe essere giunto alla conclusione che il concedere un po' di libertà e esperimento che vale la pena di tentare»³⁷¹.

Ainda que a União Nacional tivesse obtido a totalidade dos assentos parlamentares, a oposição tinha resultados consideráveis (16,7% dos votos) quando considerados a apatia tradicional do eleitorado e a falta de coesão e de um verdadeiro programa da oposição³⁷². Venturini questionava se, neste contexto, não seria possível à oposição não comunista organizar-se em bases permanentes e beneficiar de uma maior liberdade de imprensa³⁷³. O diplomata insistia sobretudo no facto de a oposição não ser comunista, pois se o fosse, dada a existência de profundos problemas sociais e políticos em Portugal, a população cairia facilmente nos braços dos teóricos de Moscovo:

«Ora un paese come il Portogallo con quasi il 50% di analfabeti ed un'altra non lieve percentuale di semi analfabeti, con un bassissimo tenore di vita ed a forti sperequazioni sociali, con una classe dirigente numericamente scarsa, di mediocre formazione, moralmente corrotta o più esattamente amorale

³⁷⁰ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 315 (1954), ofício n.º 0963/316 de 23 de Março de 1954, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁷¹ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 249 (1953), ofício n.º 2231/1042 de 20 de Outubro de 1953, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁷² *Ibidem*, ofício n.º 2523/1059 de 20 de Novembro de 1953, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁷³ *Ibidem*.

almeno in termini di morale cristiana – e ciò malgrado l’influenza politica della Chiesa Cattolica – potrebbe essere facile preda del comunismo qualora mancasse di un governo forte»³⁷⁴.

Era neste sentido que Venturini considerava as eleições de 8 de Novembro como a primeira verdadeira tentativa de Salazar para conciliar a autoridade com a liberdade³⁷⁵. A tónica incidiria logicamente sobre o conceito de autoridade e a liberdade seria limitada e condicionada à obrigação de respeitar as instituições políticas existentes³⁷⁶.

Meses mais tarde, o diplomata corrigia a ideia de que uma nova fase estaria a abrir-se em Portugal: enquanto Salazar governasse, a política interna e externa não traria surpresas. Escrevia em Março de 1954:

«Come un convoglio che procede su solidi binari, essa [a política portuguesa], secondo le circostanze, rallenterà il ritmo della propria marcia, o riprenderà con maggiore vigore la corsa, ma difficilmente muterà rotta, a meno che avvenimenti di carattere eccezionale e imprevedibili non ne farsino un nuovo orientamento. Essa poggia su principi ormai noti, la cui continuità ha ancora una volta trovato conferma, oltre che nei fatti, nei [...] discorsi pronunciati da Salazar [...]»³⁷⁷.

Autoridade do Estado, representação dos interesses da Nação sem parlamentarismo, liberdade limitada e poder pessoal do Presidente do Conselho, eis os princípios recorrentemente anunciados. A economia dava uma unidade total à sua política, «l’economia più semplice, quella del buon padre di famiglia»³⁷⁸. Os seus orçamentos eram apresentados pontualmente no prazo estabelecido, «con una relazione che si potrà dire pedestre ma che è chiara e ne spiega l’impostazioni ed i dettagli in modo che li possano leggere anche i non iniziati e perfino capirli»³⁷⁹. Desde que entrara no Poder, eram sempre perfeitamente equilibrados, revelando a prudência nas previsões e a parcimónia nas despesas³⁸⁰. Ao nível da política tributária, não existiam tendências demagógicas e reacionárias: «Convinto che in un paese il quale può solo ora iniziare il suo vero sviluppo, sarebbe errore, per avere subito alcune uova d’ovo, estenuare la gallina che le va deponendo»³⁸¹.

³⁷⁴ *Ibidem.*

³⁷⁵ *Ibidem.*

³⁷⁶ *Ibidem.*

³⁷⁷ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 315 (1954), ofício n.º 0963/316 de 23 de Março de 1954, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁷⁸ *Ibidem.*

³⁷⁹ *Ibidem.*

³⁸⁰ *Ibidem.*

³⁸¹ *Ibidem.*

Com as finanças públicas equilibradas, com o endividamento do país controlado, com uma moeda que alinhava com as mais fortes do mundo, para muitos seria chegado o momento de lançar uma política de investimentos audaz. Não Salazar, prudente por temperamento e piamente crente «che nessuna politica interna ed estera a largo respiro è attuabile se non poggia su di una severa e lungimirante amministrazione del bene pubblico»³⁸². E assim, envelhecendo o Presidente do Conselho e diminuindo as oportunidades para revitalizar o seu regime, era como que entrasse num «processo di arteriosclerosi intellettuale», com todas as novidades a indispor-lo e a irritá-lo³⁸³. «È come un agricoltore anziano che avendo dato tutto sè stesso per migliorare la sua terra ed avendone ottenuto un maggior rendimento a forza di sudore e di duro lavoro manuale, rifiuta cocciutamente di ammettere che il trattore sia un progresso nei confronti di due pai adi buoi», escrevia Antonio Venturini.

No final da década de 50, o regime era abalado pela candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República, concorrendo contra o candidato do regime, o General Tomás Ribeiro (Delgado, Pacheco & Faria 1998). Pela primeira vez, a campanha eleitoral produzia incidentes com alguma gravidade³⁸⁴. Giuseppe Confalonieri, Embaixador de Itália em Portugal³⁸⁵, via os portugueses desassossegados com este embate político depois de trinta anos de absoluto controlo, conjecturando se não existiriam fracturas graves no interior do regime e se este não estaria à beira do fim³⁸⁶. Para o diplomata, porém, a possibilidade de o regime receber golpes verdadeiramente perigosos para a sua estabilidade era exagerada³⁸⁷. E estava certo! Tomás Ribeiro obtinha a maioria dos votos. No entanto, e não obstante a inusitada força eleitoral de Delgado demonstrar o descontentamento difuso no país em relação ao regime, este permanecia robusto, mesmo durante as guerras coloniais e aquando da sucessão de Salazar, até à derrocada final, que aconteceria a 25 de Abril de 1974.

³⁸² *Ibidem*.

³⁸³ *Ibidem*, ofício n.º 1312/428 de 16 de Abril de 1955, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁸⁴ No Porto e em Lisboa contabilizaram-se, respectivamente, 60 e 20 feridos, alguns deles, atingidos por armas de fogo e pela polícia

³⁸⁵ A 15 de Outubro de 1956, as legações de Portugal em Roma e da Itália em Lisboa eram elevadas à categoria de embaixada na perspectiva do estreitamento das relações bilaterais entre os dois países (Matos 2010, pp. 65-70).

³⁸⁶ ASD/MAE, telegrammi, vol. 44, Portogallo (1958), telegrama n.º 50 de 17 de Maio de 1958, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁸⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 52 de 2 de Junho de 1958, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

3.3 – Uma nova geopolítica: os espaços supranacionais

O após II Guerra Mundial configuraria um contexto favorável ao surgimento dos grandes espaços supranacionais, compreendendo, no Ocidente, o Atlântico norte, no caso da NATO, e a Europa, no caso da OECE e das sucessivas comunidades europeias que foram sendo formadas até 1957. Como sublinha António José Telo (1996a, pp. 17-18), em 1945 mudava o sistema internacional, com a relação de forças existentes antes da II Guerra Mundial, marcada pelo equilíbrio de centros múltiplos, a ser substituído pela «rivalidade bipolar». Neste novo sistema, o Estado-nação perdia protagonismo como «o agente quase único das relações internacionais» (*ibidem*, p. 18), surgindo a seu lado múltiplas entidades activas de carácter supranacional e multilateral, construídas em torno de interesses e de objectivos partilhados, como a recuperação material das nações europeias e da solidificação da paz entre as mesmas, e da constatação da existência de ameaças comuns, como era o expansionismo soviético no leste da Europa e a aliciação das promessas dos partidos comunistas ocidentais, especialmente na Grécia, na Itália e na França. A ideia de uma união do Ocidente tornava-se, pois, numa necessidade pragmaticamente constatada.

Neste contexto, a Itália pretendia assumir um papel muito específico: o de promotora de uma comunidade europeia unida e solidária como instrumento da paz e da liberdade democrática. Como escreveu o Ministro dos Estrangeiros Carlo Sforza nas suas memórias, publicadas em 1952, a propósito da política externa italiana durante o seu mandato (1947-1951):

«In senso lato, io mi proposi di collaborare con tutte le nostre forze a facilitare il tentativo delle grandi potenze inteso a comporre un nuovo assetto mondiale e un nuovo equilibrio di forze sopra le rovine immani della guerra. Ma in senso più particolare il mio studio fu di rienserrare l'Italia nella comunità europea occidentale di cui per tradizione e storia è indissolubile parte, trasformando nello stesso tempo i nuovi legami [...] in una organizzazione permanente europea che potesse un giorno rappresentare il nucleo dell'Europa federata» (Sforza 1952, p. 13).

Desejava, por isso, que o projecto para a criação de uma União Ocidental na base do Tratado de Bruxelas (ou Pacto Ocidental), deixasse de ser um mero «pezzo di carta» e uma «unione delle debolezze» para tornar-se numa «cosa seria», visível, desde logo, pela inclusão da Itália em paridade com os restantes membros³⁸⁸.

³⁸⁸ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 2000, doc. 559, carta pessoal de 13 de Abril de 1948, o Director-geral do MAE ao Embaixador de Itália em Paris, pp. 691-692.

A 24 Agosto de 1948, o Governo italiano enviava ao *Quai d'Orsay* um memorando onde convidava a França, a nação mais forte da Europa ocidental continental, a trocar pontos de vista sobre a criação de uma união ou federação europeia³⁸⁹ que completasse no campo político a ideia que presidira, no económico, à elaboração do Plano Marshall e incluísse os dezasseis Estados a ele aderentes³⁹⁰ com o objectivo primordial de permitir a reconstrução total da Europa e evitar a eclosão de futuras guerras (Sforza 1952, pp. 69-73). Tenhamos presente que o Plano Marshall foi muito bem acolhido pelo Governo de Roma, vendo nele um instrumento capaz de promover a paz, a solidariedade europeia e a superação dos egoísmos nacionais e não, como alguns sectores políticos e partidários faziam crer, uma manobra para promover o imperialismo e a hegemonia dos EUA (*ibidem*, pp. 42-65). Citemos o memorando:

«Il Governo italiano è per parte sua convinto che alla realtà di una unione o federazione europea deve giungersi procedendo per gradi successivi, partendo da premesse di ordine economico (in parte già in atto e che non chiedono se non di essere perfezionate), per arrivare gradualmente a forme di collaboraione politica, economica e sociale che avvicininno sempre più i paesi europei gli uni agli altri, dimostrando quella interdipendenza che ormai esiste in fatto e che solo per ignavia mentale di taluni non è ancora riconosciuta in ogni campo. [...]

Pare al Governo italiano che presto si dovrà riconoscere che la via più sicura e più storicamente evidente è quella che porrà la definitiva iniziativa dell'unione europea nelle mani dei sedici Stati che già collaborano all'OECE sul piano economico per la ricostruzione europea»³⁹¹.

O Governo de Paris não respondeu ao memorando. De acordo com informações recolhidas por Calheiros e Menezes, Paris cedera às pressões do *Foreign Office*, completamente contrário à proposta italiana porque via nela potencial suficiente para enfraquecer o Pacto de Bruxelas³⁹². Sem resposta de Paris, em Outubro, Sforza transmitia

³⁸⁹ Entre 1947 e 1948, os movimentos que defendiam a união dos Estados europeus cresceram exponencialmente. As diferenças centravam-se no grau de integração, o que originou a demarcação de duas posições: a federalista, que defendia a criação dos Estados Unidos da Europa, com os países-membros a perder parte da sua soberania, e a unionista, que preconizava a fundação de uma *União Europeia* na base da cooperação interestadual, sem transferência de soberania por parte dos Estados (Baltazar 2004; Silva 2005, pp. 181-222). Estes factos justificam a indefinição jurídica com que o projecto italiano era apresentado.

³⁹⁰ Aderiram ao Plano Marshall, para além de Portugal e da Itália, a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a França, a Grécia, a Holanda, a Irlanda, a Islândia, o Luxemburgo, a Noruega, a Inglaterra, a Suécia, a Suíça e a Turquia, tendo sido criada, para a gestão da aplicação dos fundos, a 16 de Abril de 1948, a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE).

³⁹¹ AHD/MNE, 2P A47 M135, memorando de 24 de Agosto de 1948, o MAE ao Quai d'Orsay, anexado ao ofício n.º 492 de 27 de Outubro de 1948, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

³⁹² *Ibidem*, ofício n.º 492 de 27 de Outubro de 1948, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

oficialmente aos governos aderentes ao Plano Marshall, logo, também a Portugal, a proposta contida no memorando de Agosto (*ibidem*, pp. 73-80).

Se, com a adesão ao Plano Marshall, o Governo de Lisboa pretendia inserir Portugal no movimento europeu de cooperação económica para evitar isolamento do regime, tal não pressupunha qualquer forma de comprometimento ou de integração política que prejudicasse a liberdade de acção do Governo externa ou internamente (Rollo 1994; Rollo 1996; Pereira 2006, pp. 31-479). Nem a transformação da Europa ocidental numa união ou federação que limitasse a soberania dos governos nacionais era realizável à luz do ideário do Estado Novo, marcado pelo nacionalismo, pelo autoritarismo e pelo anti-democratismo (Silva 2003, pp. 80-90; Ribeiro 2000, pp. 367-376; Torgal 2009, pp. 499-564; Ribeiro 2012, pp. 37-52). Alberto Rossi Longhi sublinha este facto, vendo na posição do Governo português, e muito particularmente na do seu Presidente, não só uma cerrada hostilidade aos princípios democráticos, mas também o terror perante a possibilidade de estas iniciativas levarem à destruição dos regimes nacionalistas³⁹³. Citando-o:

«Salazar non ha mai amato le democrazie; e nell'unione dell'Europa occidentale egli teme un trionfo dell'idea democratica, un passo avanti nella via di quella associazione federativa di Stati, che finirebbe per essere contraria ai nazionalismi particolari, che anzi di tali nazionalismi e dei regimi, che sotto l'etichetta nazionalista e corporativa restano pur sempre di colore e di ispirazione fascista, segnerebbe inesorabilmente la fine»³⁹⁴.

Efectivamente, Salazar começou por ser optimista quanto à possibilidade de as potências ocidentais aceitarem o regime de Franco em nome do princípio maior do anticomunismo³⁹⁵. Deveria ser ele a unir os países ocidentais e não os princípios democráticos. Por esta razão, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Caeiro da Matta, propunha na II Conferência de Paris que a Espanha fosse incluída no Plano Marshall, o que foi prontamente recusado pelos EUA³⁹⁶. Salazar compreendia então que as suspeições do Ocidente face aos regimes pessoais não tinham cessado, deixando-o de sobreaviso quanto aos

³⁹³ ASD/MAE, AP (1946-1950), b. 4 (1948), ofício n.º 479/211 de 30 de Abril de 1948, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁹⁴ *Ibidem*.

³⁹⁵ *Ibidem*.

³⁹⁶ *Ibidem*. A II Conferência de Paris realizou-se entre Julho e Setembro de 1947 e reuniu os países europeus para discutir as sugestões feitas pelo General Marshall, analisar as necessidades económicas comuns e elaborar um programa para a recuperação económica da Europa. Caeiro da Matta, sem aludir explicitamente à Espanha, fazia votos para que todos os países europeus, «sem limites de ordem ideológica ou se sistemas políticos», pudessem cooperar na reconstrução da Europa, caso contrário esta perderia grande parte do seu «significado moral» e «eficácia» (*apud* Pereira 2006, p. 78). Sobre o problema da adesão da Espanha ao Plano Marshall e à OECE *vide* Jimenez Redondo 1996, pp. 134-138 e Pereira 2006, pp. 141-187.

projectos federalistas europeus, muito embora se sentisse protegido por Franco, porquanto os seus excessos permitiam-lhe aparecer perante a comunidade internacional «come un liberale»³⁹⁷.

Enquanto o Ocidente se empenhava em formular acordos regionais, como o Benelux ou o Pacto Ocidental, os Governos de Salazar e de Franco renovavam, a 21 de Setembro de 1948, o Tratado de Não Agressão e de Amizade, também conhecido por Pacto Ibérico (Jiménez Redondo 1996, pp. 156-163). Para Lisboa e Madrid tinha chegado a altura de recordar ao mundo que o bloco peninsular estava ainda vivo e era vital, mesmo se fora da órbita da ONU e das discussões em torno dos projectos para uma união ocidental³⁹⁸. Como se insistia na altura, o Pacto era parte integrante da Europa, de cuja civilização era depositário por justo direito, para além de deter uma clara função de ligação entre a Europa e os países da América Latina, região que não mantinha as mais amigáveis relações com as potências anglo-saxónicas³⁹⁹.

Rossi Longhi estava certo quando sublinhava que esta renovação deveria ser entendida no contexto da política de consolidação das relações luso-espanholas, superando a fase do após guerra, no decorrer da qual Salazar pretendia manter em surdina os motivos ideológicos que determinaram a aproximação entre os dois países sem que cessasse de dar todo o apoio possível à Espanha no campo internacional⁴⁰⁰. À medida que avançava o dissídio entre a URSS e o Ocidente, tornando mais branda a oposição anglo-americana ao regime franquista, o apoio tornava-se cada vez mais aberto⁴⁰¹. Ter ainda em atenção que Salazar e Franco pretendiam afirmar-se como os paladinos da luta anticomunista e, sob este prisma, obter dos restantes países as garantias mais seguras para os respectivos regimes políticos o que, no caso da Espanha, terminaria com o ostracismo a que fora votada⁴⁰².

Para os dirigentes da política externa italiana, só uma união europeia, tal como definida no memorando de 24 de Agosto de 1948, poderia constituir uma solução viável, senão a única, para conservar a paz⁴⁰³. Mas seria este projecto exequível? Calheiros e Menezes considerava que não. Quando olhava para o Ocidente, essa União surgia-lhe apenas como uma quimera: a França e o Benelux dificultavam a reconstituição da Alemanha e a

³⁹⁷ ASD/MAE, AP (1946-1950), b. 4 (1948), ofício n.º 479/211 de 30 de Abril de 1948, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁹⁸ *Ibidem*, ofício n.º 930/417 de 27 de Setembro de 1948, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

³⁹⁹ *Ibidem*.

⁴⁰⁰ *Ibidem*.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

⁴⁰² *Ibidem*.

⁴⁰³ ANTT/AOS/CO/NE-4E, ofício n.º 534 de 27 de Novembro de 1948, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

«europeísta» Itália condicionava a sua aproximação ao Ocidente à aceitação das suas reivindicações em torno da revisão do Tratado de Paz, sem que ninguém estivesse disposto a ceder⁴⁰⁴. E era assim, comentava o Ministro, que a Europa se esgotava nas suas próprias contradições, abrindo as portas aos «germens de destruição» existentes no interior das suas nações⁴⁰⁵.

Neste contexto, a fundação da NATO, em 1949, e a adesão de grande parte dos países ocidentais europeus representou uma evolução significativa na organização das relações externas dentro da Europa e entre esta e os EUA com o objectivo de promover um sistema defensivo comum no contexto da guerra fria. Portugal foi um dos Estados fundadores⁴⁰⁶. Ao contrário dos projectos de cooperação europeia, o Pacto do Atlântico estava, como escrevia António de Faria em Dezembro de 1948, na altura Director-geral dos Negócios Políticos, «despedido de fantasias ideológicas» (*apud* Pereira 2006, p, 282). Não estabelecia qualquer condição em relação ao futuro do regime ou pressupunha a perda de soberania, nem previa a constituição de uma estrutura supranacional na Europa, não havendo ainda a obrigação de fazer a guerra se um Estado-membro fosse atacado, o que afastava o risco de Portugal, um pequeno país desprovido de meios, ser arrastado involuntariamente para uma guerra generalizada. Ademais, o poder de decisão continuava a basear-se na estrutura nacional, o que ia ao encontro da visão do Governo de Lisboa em termos de política internacional. Subscrevê-lo não lesaria, portanto, os princípios políticos do Estado Novo ou representaria uma ameaça para os interesses nacionais. Antes pelo contrário, só viria reforçar o prestígio do país, interna e externamente, em especial após o veto soviético que barrou a entrada de Portugal na ONU. De referir, contudo, que a adesão, como tudo na política externa e interna portuguesa, foi gerida com prudência, sopesando-se todos os prós e os contras, incluindo a não inclusão das colónias na zona de aplicação do Pacto, tal como Lisboa pretendia, e a possibilidade do mesmo quebrar a unidade estratégica da península ibérica, tal como definida no Pacto Ibérico, renovado em 1948, devido à exclusão da Espanha, país que o Governo português considerava essencial para a defesa do Ocidente (Teixeira 1995, pp. 803-809; Teixeira 1996; Telo 1996a, pp. 59-84; Vicente 1996; Martins 2001, pp. 157-162; Silva 2005, pp. 262-304; Pereira 2006, pp. 358-366).

⁴⁰⁴ *Ibidem*.

⁴⁰⁵ *Ibidem*.

⁴⁰⁶ Portugal foi convidado pela Inglaterra, por iniciativa dos EUA, a integrar o novo pacto, um convite que decorreu de considerações políticas e geoestratégicas devido à importância da localização do território continental e insular, em especial dos Açores.

Para Pietro De Paolis, se Portugal, ao integrar o sistema defensivo ocidental, reforçaria as ligações com os EUA, cuja liderança na Europa era desejada para conduzir uma política defensiva eficaz em relação à URSS, e com os Estados europeus aderentes, não havia dúvida de que o Governo português continuaria a manter-se à parte dos projectos europeístas de carácter unionista ou federalista⁴⁰⁷. Deste modo, as reuniões de Estrasburgo, realizadas no âmbito da formação do Conselho da Europa, eram seguidas com «sentimenti di profonda incredulità e scetticismo» nos meios do Governo, onde os projectos europeístas e o interesse neles colocados por alguns países tinham apenas uma explicação: eram concebidos e desejados como o grande remédio para os males que os afligiam⁴⁰⁸. Era o caso, por exemplo, da Itália. Não obstante, a imprensa seguia os acontecimentos, narrando-os e sem fazer comentários negativos⁴⁰⁹. Para De Paolis, tal posição, ao invés de indicar um abrandamento do espírito antidemocrático, demonstrava a prudência de Lisboa em criticar abertamente uma iniciativa que era seguida «con interesse e con passione da tanti autorevole rappresentanti della politica europea»⁴¹⁰. É que Salazar sentiria o seu isolamento pesar e se uma federação europeia fosse criada, Portugal, um pequeno país insignificante, não poderia sobreviver isolado e teria de dar, a contragosto, a sua adesão. Citemos De Paolis:

«Tutta l'Europa occidentale ha accolto con gioia, seppur con qualche dubbio, i progetti di unione; il Portogallo è solo, e non può trovare appoggio e comprensione che nella Spagna di Franco, che a sua volta così poco credito riscuote oggi nel mondo. E ciò il silenzio portoghese e l'assenza di commenti di fronte a qualche proposta che, come quella di un «passaporto europeo», deve far assolutamente inorridire i teorici e i legislatori dell'Estado Novo di Salazar, si preferisce tacere e contare di incontrare, intimamente convinti che i tempi non sono maturi per la nascita della nazione Europa. E tanto è pur vero che gli estremi si toccano che l'opposizione portoghese alla formazione dell'Europa è in fondo della stessa natura dell'opposizione russa. La sola differenza è nel rapporto delle forze: l'insignificanza fisica e politica dello Stato portoghese non potrà mai consentirgli un isolamento completo, per cui qualora ad una federazione in qualche forma si addivenisse, anche il Portogallo – addeverso animo – sarebbe costretto ad aderirvi»⁴¹¹.

⁴⁰⁷ Ministero degli Affari Esteri – Commissione per la Pubblicazione dei Documenti Diplomatici 2006, doc. 730, ofício n.º 329/156 de 8 de Abril de 1949, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE, p. 783.

⁴⁰⁸ ASD/MAE, AP (1946-1950), b. 5 (1949), relatório n.º 845 de 22 de Setembro de 1949, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE. Sobre a posição do Governo português face ao Conselho da Europa *vide* Silva 2005, pp. 304-354; Pereira 2006, pp. 369-404.

⁴⁰⁹ ASD/MAE, AP (1946-1950), b. 5 (1949), relatório n.º 845 de 22 de Setembro de 1949, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁴¹⁰ *Ibidem*.

⁴¹¹ *Ibidem*.

Contudo, este passo, dado por sobrevivência, acabaria por ditar o fim do Estado Novo, pois «in una federazione europea non potrebbe esservi a lungo posto per Stati organizzati come lo Stato di Salazar, la cui essenza e ragione d'essere riposano soltanto sul nazionalismo ad oltranza» e uma federação de Estados tinha implícito um sentido e um conteúdo que pressupunha a destruição e o fim dos nacionalismos e a alteração de toda a base teórica sobre a qual o Estado Novo fora edificado⁴¹². Neste sentido, a oposição aos projectos europeístas e federalistas não mais era do que «un'opposizione basata sull'istinto di conservazione»⁴¹³.

Em Itália, o Governo obtinha sucessos assinaláveis ao nível da política externa com a adesão ao Pacto do Atlântico, à qual a Inglaterra era contrária⁴¹⁴. Para os britânicos, os italianos seriam um parceiro fraco e pouco fiável, como demonstravam as manobras sub-reptícias de Roma para reaver as suas colónias africanas. Seriam a França e os EUA, por razões estratégicas em torno da segurança do Mediterrâneo e do sul da Europa, a determinar a inclusão da Itália como Estado fundador da NATO, com direitos e deveres iguais aos restantes signatários (Telo 1996a, pp. 59-61; Di Nolfo 1996, pp. 362-364; Mammarella & Cacace 2010, pp. 175-183). Mais tarde, no final de Maio de 1950, Paris convidava Roma para participar nas conversações sobre o Plano Schuman, cujo objectivo primordial consistia em definir novas formas de cooperação europeia em torno de um mercado comum do aço e do carvão a fim de impedir o ressurgimento de rivalidades passadas⁴¹⁵. Este projecto daria origem à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), fundada em Abril de 1951 pela Itália, pela Alemanha, pela França, pela Holanda e pelo Luxemburgo (Varsori 2005, pp. 75-82; Mammarella & Cacace 2010, pp. 190-195). Nesta altura, como parte do seu esforço de auto-valorização no plano internacional, a Itália subordinava grande parte da sua política externa a uma atitude fundamental: entrar, com maior destaque, em todos os projectos europeístas de forma a adquirir o estatuto de média potência⁴¹⁶. O objectivo imediatamente coligado a esta actuação seria contrapor ao eixo norte-europeu um eixo sul-europeu, procurando, neste particular, interessar Portugal e a Espanha para o movimento de construção das comunidades europeias. Para o efeito, procurava tirar o maior partido do interesse manifestado em torno da criação de uma instituição europeia no domínio da agricultura, discutida no âmbito da OECE e do

⁴¹² *Ibidem.*

⁴¹³ *Ibidem.*

⁴¹⁴ AHD/MNE, 2P A47 M135, ofício n.º 10 de 7 de Janeiro de 1950, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

⁴¹⁵ AHD/MNE, 2P A51 M3, telegrama n.º 43 de 30 de Maio de 1950, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

⁴¹⁶ AHD/MNE, PEA M284, ofício n.º 569 de 17 de Novembro de 1952, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

Conselho da Europa⁴¹⁷. O Ministro de Itália em Lisboa, Antonio Venturini, era muito claro sobre as vantagens de tal projecto:

«Malgrado quanto sono venuto dicendo, mi domando tuttavia se a noi non converrà un giorno mirare allo sblocco di questa situazione per bilanciare la tendenza economico-geografico-politica di fare dell'asse renana (vedi Strasburgo, capitale della comunità acciaio carbone e di quella esercito europeo) il centro dell'Europa continentale. Includendovi la penisola iberica l'equilibrio si sposterebbe più al Sud, con nostro probabile vantaggio. [...] In questo caso, potrebbe rispondere al nostro interesse cercare di accelerare il processo centripeto che la creazione di una entità europea di notevole peso politico-economico dovrebbe finire per esercitare sui paesi marginali, affinché siano quelli iberici i primi ad essere attratti»⁴¹⁸.

O problema, como sublinhava o Ministro, é que os governantes portugueses desejavam apenas uma coisa: «Che non ci si ricordi troppo di loro»⁴¹⁹. Portugal tinha saído incólume da II Guerra Mundial, tinha enriquecido com ela, tinha o terceiro maior império do mundo e a sua economia tinha registado progressos, ainda que lentos⁴²⁰. «Perchè imbarcarsi in avventure?», interrogava o diplomata retoricamente. Esta atitude transparecia claramente nas hesitações na altura da adesão ao Pacto Atlântico e na desconfiança face às iniciativas de colaboração europeia⁴²¹. A atracção exercida pelas ajudas norte-americanas, as fortes influências anglo-saxónicas no país e a necessidade fatal de prestígio tinham levado Salazar a aderir às principais manifestações da política ocidental, mas tudo era «molto più apparenza che sostanza»:

«La politica portoghese è in realtà una politica di difesa passiva, di «sacro egoismo» inteso nel senso più grétto e meno lungimirante, non di collaborazione nel tentativo di fare dell'Europa occidentale qualcosa di vivo e vitale, capace di difendere sul serio i suoi ideali e le sue concezioni di vita»⁴²².

Para o Presidente do Conselho, o Ocidente, a Europa, vivia uma fase transitória de crise, considerando ser necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre o internacionalismo e a

⁴¹⁷ A ideia da criação de uma instituição europeia para a agricultura foi levantada em Abril de 1949 pelo Movimento Europeu, sugestão reforçada pelo Conselho da Europa no ano seguinte. Também em 1950, a OECE começava a analisar a questão, com os Governos da França e de Holandês a apresentarem propostas concretas neste sentido no decorrer de 1951 e 1952 (Pereira 2006, pp. 633-642).

⁴¹⁸ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 160 (1952), carta n.º 1362 de 9 de Julho de 1952, o Ministro de Itália em Lisboa ao Secretário-geral do MAE.

⁴¹⁹ *Ibidem*.

⁴²⁰ *Ibidem*.

⁴²¹ *Ibidem*.

⁴²² *Ibidem*.

vida ordenada em modelos nacionais, estando convencido que a nação era a fórmula de organização das sociedades que melhor correspondia ao seu estado actual de progresso e que a estreita cooperação entre as nações traria, por muitos séculos vindouros, resultados mais eficazes do que a sua fusão numa federação ou união⁴²³. Por isso, como resumia Venturini:

«Niente Comunità Carbone e Acciaio, niente altre iniziative dello stesso tipo, niente Strasburgo [...]. Per Salazar, [...] si possono approvare e lodare gli obbiettivi dell'OECE se essi hanno il solo scopo di rendere più libero il comercio e più estesa la zona monetaria entro la quale si possa operare senza restrizioni. A parte la libertà economica, e in realtà anche questa entro certi limiti, la nazione è ferocemente sovrana»⁴²⁴.

Tenhamos ainda em atenção que o fracasso do processo negocial que deveria dar origem a uma Comunidade Europeia de Defesa (CED), e à comunidade política europeia que lhe estava associada, surgia a Oliveira Salazar como a prova cabal da correcção do seu pensamento anti-federalista e anti-unionista. Numa circular às missões diplomáticas no estrangeiro, datada de 6 de Março de 1953, o Presidente do Conselho sintetizava aqueles que seriam os princípios estratégicos que orientariam a política externa no referente à integração europeia. Depois de expressar o seu cepticismo quanto ao sucesso dos projectos destinados a promover uma maior interdependência entre os países europeus ou mesmo de experiências de puro federalismo político, afirmava que, caso uma federação europeia viesse a ser fundada, ela não teria interesse para Portugal, mesmo se a formação de grandes espaços continuasse a marcar as relações internacionais. É que o interesse de Portugal não estava na Europa, mas na Espanha, no Brasil e, muito especialmente, em África, as grandes áreas estratégicas da política externa nacional (Pereira 2006, pp. 653-663).

Em meados dos anos 50, a diplomacia portuguesa concentrava-se na criação de uma comunidade luso-brasileira através do estreitamento dos vínculos culturais, políticos e económicos que uniam Portugal e o Brasil. Recordemos que o fortalecimento das relações luso-brasileiras era um dos pilares fundamentais da política externa portuguesa precisamente por permitir instituir um sentimento comunitário supranacional dentro dos moldes salazaristas. A 15 de Novembro de 1953, Lisboa e o Rio de Janeiro assinavam o Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro⁴²⁵. A importância do documento residia sobretudo na sua

⁴²³ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portugallo, b. 249 (1953), officio n.º 1222/537 de 1 de Junho de 1953, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁴²⁴ *Ibidem*.

⁴²⁵ *Ibidem*, officio n.º 16/15217/C de 30 de Novembro de 1953, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa. Ficavam, no entanto, salvaguardadas as disposições constitucionais que no Brasil impediam o exercício de cargos públicos

vertente política, dado prever, no artigo 1º, a consulta recíproca no referente a assuntos de comum interesse, um empenho que o Brasil assumia pela primeira vez com um país europeu e com o qual sancionava o fim do seu isolamento no continente americano⁴²⁶. Como o Ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiro sublinhava na cerimónia da assinatura, o Brasil ultrapassava a fase do seu continentalismo porque pretendia tomar um lugar na política mundial⁴²⁷. Acrescentava ainda que o Brasil e Portugal, um em cada margem do oceano, constituíam um factor de primordial importância ao nível dos problemas de segurança do Atlântico e do Ocidente⁴²⁸.

Em Lisboa, o Ministro dos Estrangeiros, Paulo Cunha, assinalava a solenidade do acontecimento com uma conferência de imprensa. Cunha descrevia o Tratado como um instrumento de excepcional importância para a política externa de Portugal e do Brasil que evidenciava a existência, em todos os sectores, desde os espirituais aos morais, aos étnicos e aos linguísticos, de afinidades profundas entre os dois países⁴²⁹. Afinidades que tinham raízes na longa história comum e que correspondiam a um património com um raro valor na vida e nas relações dos Estados⁴³⁰. Era delas que emergia uma situação particularíssima que era necessário reconhecer e dar uma clara formulação jurídica: duas grandes nações – Brasil de um lado, com o seu enorme território cheio de riquezas e de inexauríveis promessas futuras, Portugal do outro, com as suas vastas províncias ultramarinas –, não obstante serem independentes, soberanas e seguirem livremente as suas políticas, formavam uma grande comunidade particular no Mundo – a Comunidade Luso-Brasileira –, cujo progresso, harmonia e prestígio era necessário não só defender e engrandecer, mas também assumir como um dever sagrado de ética comum e como um imperativo dos seus interesses recíprocos⁴³¹.

Para Antonio Venturini, a comunidade luso-brasileira era apenas uma ideia puramente retórica, utilizada por Portugal para engrandecer a importância do Tratado de Amizade e torná-lo num instrumento chave da sua política externa e interna em torno da defesa do

a estrangeiros e mesmo a livre entrada, saída, estabelecimento ou transito no Brasil e em Portugal era concedida com reserva aos cidadãos da outra parte a fim de proteger a segurança nacional e a saúde pública (*ibidem*). Para uma contextualização do Tratado *vide* Telo 2001, pp. 57-71; Martins & Faria 2006.

⁴²⁶ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portugallo, b. 249 (1953), ofício n.º 16/15217/C de 30 de Novembro de 1953, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa, *inter alia*.

⁴²⁷ *Ibidem*.

⁴²⁸ *Ibidem*.

⁴²⁹ *Ibidem*, ofício n.º 16/15373/22, reservado, de 3 de Dezembro de 1953, o MAE ao Embaixador de Itália no Rio de Janeiro.

⁴³⁰ *Ibidem*.

⁴³¹ *Ibidem*.

regime⁴³². É que Salazar, ao mesmo tempo que não pretendia continuar a ser um simples peão no jogo de xadrez britânico e não acreditava na política europeísta, temia o poderio dos EUA e a sua influência ao nível das ideias políticas de cariz democrático⁴³³. Daí que, na medida das modestas possibilidades de manobra consentidas pela conjuntura, tentasse desenvolver uma política de relativa independência através de uma rede sólida de conexões entre, por um lado, a metrópole e os territórios ultramarinos e, por outro, entre Portugal e o Brasil, «la sua grande figlia d’Oltre Atlantico»⁴³⁴. Nesta perspectiva, para os dirigentes portugueses, o Tratado de Amizade revestia um verdadeiro significado mundial, pois enquanto o Brasil, pela sua posição no continente americano, consagrava a indirecta associação de Portugal aos interesses do continente americano, Portugal, pela sua posição europeia, a sua aliança com a Inglaterra e a sua presença na NATO, levava o Brasil a participar indirectamente nas responsabilidades da política construtiva e pacífica da Europa⁴³⁵.

Venturini sublinhava ainda que seria intenção dos portugueses dar ao Tratado um profundo conteúdo de Lusitanidade, o qual, em conjunto com o conceito de *Hispanidad*, utilizado no quadro da solidariedade ibérica, daria no futuro a Portugal, ligado à Espanha através do Pacto Ibérico, um peso internacional bem maior do que tinha em 1953⁴³⁶. Citemos Venturini:

«Rettorica a parte, sia la Spagna che il Portogallo stanno insomma cercando di appoggiarsi sull’America Latina [...] nel tentativo di conservare una relativa indipendenza dinanzi al leadership nordamericano. Lusitanidad 70 milioni, Hispanidad 150 milioni: due linee distinte ma convergenti. E come la Spagna e il Portogallo vennero a potenziarsi l’un l’altro con il Patto del 1939 così le due Comunità luso-brasiliana ed hispano-americana dovrebbero servire a consolidare il prestigio di entrambe nel mondo»⁴³⁷.

⁴³² ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 315 (1954), ofício n.º 963/316 de 23 de Março de 1954, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁴³³ *Ibidem*.

⁴³⁴ *Ibidem*.

⁴³⁵ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 249 (1953), ofício n.º 16/15373/22, reservado, de 3 de Dezembro de 1953, o MAE ao Embaixador de Itália no Rio de Janeiro.

⁴³⁶ *Ibidem*. A Espanha preparava a construção de uma Comunidade Espanhola de Nações, havendo, por conseguinte, uma correspondência entre a posição de Lisboa e de Madrid em relação à América Latina. Contudo, não obstante os avanços fomentados pelo Pacto Ibérico ao nível da cooperação entre Lisboa e Madrid, o Governo português pretendia demarcar a individualidade e especificidade de Portugal não apenas como nação independente no conjunto peninsular, mas também como núcleo genésico de uma cultura própria: a lusitanidade (Jiménez Redondo 1996, pp. 197-210).

⁴³⁷ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 249 (1953), ofício n.º 16/15373/22, reservado, de 3 de Dezembro de 1953, o MAE ao Embaixador de Itália no Rio de Janeiro.

Para o diplomata, fazer um juízo sobre as possibilidades reais de tais projectos era «assai difficile», contudo, porque a Itália estava interessava em estreitar relações com a América Latina, a questão deveria ser acompanhada de perto⁴³⁸. Traria sempre vantagens à Itália uma participação mais intensa do Brasil e dos restantes países sul-americanos na elaboração da política mundial através dos dois países ibéricos, estes muito mais próximos dos italianos, por afinidades culturais e de pontos de vista, do que os países de língua inglesa⁴³⁹. Tenhamos em conta que, nesta altura, Roma pretendia realizar acordos sobre a emigração com as repúblicas sul-americanas e fortalecer as relações comerciais com a região⁴⁴⁰.

Empenhada em conduzir uma política externa que lhe garantisse o estatuto de potência regional euro-mediterrânica, a Itália promovia, em 1955, a reunião de Messina entre os seis ministros dos Estrangeiros dos Estados-membros da CECA. Em cima da mesa, a discussão da crise criada no interior da CECA com a demissão de Jean Monnet e do memorando apresentado pelo Benelux, onde sugeria o relançamento da política europeísta como resposta ao grande cepticismo da opinião pública perante o projecto comunitário⁴⁴¹. Dentro destes imperativos gerais, o objectivo principal visava criar uma estrutura que permitisse ligar a Alemanha ao Ocidente, país que, no seu desenvolvimento político, económico e militar arriscaria a assumir, se as suas ligações ocidentais enfraquecessem, uma posição excessivamente autónoma e independente, que era necessário evitar⁴⁴². A natureza da nova etapa da construção europeia seria, como os Governos dos Seis exprimiam oficialmente, de carácter especificamente económico, identificando-se um número específico de sectores onde esta colaboração poderia decorrer, nomeadamente no campo da energia nuclear⁴⁴³.

Para o Governo italiano, não obstante os desentendimentos, as crises, o sectarismo funcional estabelecido pelos diversos organismos supranacionais coexistentes e a convivência dos Estados no seu interior, a cooperação europeia, se bem que em passos lentos e porventura confusamente para o cidadão normal, progredia. Citamos um apontamento redigido por um dos dirigentes (Magistratti) do Ministero degli Affari Esteri:

⁴³⁸ *Ibidem.*

⁴³⁹ *Ibidem.*

⁴⁴⁰ AHD/MNE, PEA M285, ofício n.º 520 de 7 de Outubro de 1953, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

⁴⁴¹ ASD/MAE, fundo Ducci, busta unica, fasc. 2, apontamento, reservado, para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, com data de 11 de Junho de 1956.

⁴⁴² *Ibidem.*

⁴⁴³ *Ibidem.*

«Tutto sommato, qualche passo in avanti è stato compiuto e, se non altro, si è dimostrato come l'Europa Occidentale continui nell'azione di collegamento e di coordinazione. Naturalmente non si può negare che questo accavallarsi di enti internazionali, dalla NATO all'OECE, dall'UEO alla CECA, produca nell'uomo della strada una certa confusione di idee e provochi non piccoli interrogativi. Se una parola, in merito, può dirsi è che, quanto è dato vedere, i paesi europei si avviano a considerare la NATO la vera e propria pedana per i collegamenti politici e militari, mentre l'OECE e la CECA dovrebbero vedere ad esse riservato il settore economico. Quanto all'UEO, di cui ancora non si vedono, nè il contorni nè il contenuto, dovrebbe dirsi che essa sia particolarmente destinata ad agire quale strumento di controllo in tema di armamenti, a mezzo delle sue agenzie»⁴⁴⁴.

Em poucas palavras, a Itália era favorável, sem reservas, ao aprofundamento da cooperação europeia, no entanto, a formação de um mercado comum entre os seis países da CECA, embora fosse entendido como um caminho absolutamente necessário para atingir a integração política, exigia que fossem salvaguardados alguns interesses nacionais. Por exemplo, se a criação de uma comunidade da energia atómica (EURATON) oferecia à Itália a possibilidade de obter facilmente energia barata para a indústria, fundamental para o seu desenvolvimento uma vez que faltavam no país fontes de energia, já o mercado comum suscitava dúvidas quanto ao bom desempenho dos sectores industriais italianos perante a forte concorrência da Alemanha, da França e do Benelux (Varsori 2005, pp. 87-88). Porém, o mercado comum não deixava de ser visto como uma oportunidade numa altura em que tinha início em Itália um grande plano de desenvolvimento económico (Plano Vanoni). Para o efeito, teria de garantir que seriam salvaguardadas a livre circulação da mão-de-obra (o que facilitaria a emigração italiana), a facilitação da deslocação do capital (para promover os investimentos estrangeiros no país) e o investimento nas zonas subdesenvolvidas da comunidade, como era o caso do sul da Itália, também conhecido por *Mezzogiorno* (*ibidem*, p. 88). Foram estes os princípios basilares que orientaram a posição da Itália durante as negociações iniciadas em 1955 e que conduziram aos Tratados de Roma, assinados a 24 de Março de 1957 na capital italiana pelos seis países da CECA.

O Governo italiano deu ao acontecimento um relevo proporcional à «grandiosidade dos fins» ali enunciados⁴⁴⁵. O Presidente do Conselho, Antonio Segni, oferecia uma recepção no Palazzo Venezia para centenas de convidados, entre os quais o corpo diplomático⁴⁴⁶. O dia da assinatura era ainda declarado feriado nas escolas e nas universidades italianas, assim como

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁵ AHD/MNE, 2P A6 M438, ofício n.º 114 de 27 de Março de 1957, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁴⁴⁶ *Ibidem*.

em muitos ministérios e serviços públicos, para além de terem sido organizados manifestações e festejos em toda a Itália⁴⁴⁷. No âmbito das celebrações, Segni discursava no Teatro Adriano sobre o significado dos Tratados de Roma, não deixando de evidenciar a força simbólica do lugar onde foram assinados:

«Non è senza un significato profondo che i due trattati, i quali avranno una influenza decisiva sulla storia d'Europa nei prossimi decenni e direi nei prossimi secoli, siano stati firmati a Roma: a Roma dove ventisette secoli ou sono sorgeva una splendida civiltà, culla della civiltà europea che gli stessi trattati mirano a promuovere sel suo sviluppo economico per fare riprendere as essa la sua importanza politica nel mondo» (*apud Il Messaggero* 1957).

Afirmava também que o declínio económico, e por conseguinte político, da Europa era um dos factores da divisão entre os Estados europeus, situação que a formação de um mercado alargado de consumidores viria permitir superar (*ibidem*). Era um clássico caso onde a aplicação do mote «a união faz a força» tinha todo o sentido, como testemunhava o facto de a produção dos Seis ser maior, no sector do ferro e do aço, do que a da Rússia (*ibidem*). A assinatura dos tratados era, portanto, um grande dia. Seriam eles a promover a fusão das economias e, superando o campo meramente económico, levar à fundação de uma nova entidade supranacional, no interior da qual cada cidadão dos Estados-membros seria um cidadão europeu, com liberdade de circulação dentro da Comunidade, aí podendo trabalhar e construir uma vida em circunstâncias iguais às dos nacionais (*ibidem*). Para o efeito, abolir-se-iam os direitos alfandegários, promover-se-ia a livre circulação de pessoas, serviços e capitais, instituir-se-ia uma política comum na agricultura e nos transportes, coordenar-se-iam as políticas económicas dos Estados-membros entre si e desenvolver-se-iam políticas para a criação de emprego (*ibidem*). Em suma, através da comunidade económica e do mercado comum, produzir-se-ia um sentimento de unidade social e, mais tarde, uma unidade política:

«Se questi scopi si realizzano – e ho fede che si realizzeranno – noi avremo creato veramente una nuova unità politica. Quando le barriere saranno tolte, quando ogni cittadino dei sei paesi potrà trovare impiego o occupazione liberamente in un altro stato, noi potremo dire che ciascuno di noi si sentirà cittadino di questa nuova Europa, una nuova e grande famiglia che si creerà e come i membri di una famiglia tutti si sentiranno uniti in un consorzio di tutta la vita [...], uniti in un destino comune» (*apud ibidem*).

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

Um destino comum que se queria aberto a todas as nações da Europa que compartilhassem os ideais da paz universal, da liberdade e da democracia (*ibidem*). Princípios que, só por si, criavam dificuldades à participação de Portugal no projecto comunitário durante a vigência do Estado Novo.

3.4 – Portugal refreia o interesse da Itália pelo Ultramar

No final da II Guerra Mundial, a Itália encontrava-se extremamente debilitada do ponto de vista económico (paralisação da actividade produtiva, ruína financeira) e social (pobreza, desemprego e milhares de retornados). Neste contexto, estabeleceu-se uma conexão muito forte entre, de um lado, a expulsão da Itália da África, a crise económica italiana e o elevadíssimo número de desempregados e, do outro, as oportunidades oferecidas pelas colónias portuguesas, especialmente por Angola, para a solução daqueles problemas⁴⁴⁸. Neste particular, a Itália pretendia concretizar a teoria inerente ao conceito de Euro-África, muito em voga nos anos 50, e que pressupunha o estabelecimento de uma estreita colaboração em termos económicos, desenvolvimentistas e civilizacionais entre a Europa e a África. Ainda que o conceito marcasse o ideário do Estado Novo, Lisboa tentou refrear ao máximo este interesse, considerando que os italianos não pretendiam entrar no império para desenvolvê-lo mas tão-só utilizá-lo como mercado para vender os seus produtos. Temia, ademais, as ideias anticolonialistas proclamadas por Roma.

O primeiro interesse concreto da Itália por Angola surgia em 1912, altura em que conduzia uma possante política expansionista na África do norte, com a conquista da Tripolitânia e da Cirenaica, zonas da actual Líbia, ao Império Otomano. A Europa vivia então uma verdadeira corrida ao continente africano, cujo início remontava às duas últimas décadas do século XIX, com o Congresso de Berlim (1884), o Ultimato de Londres a Portugal (1890) e o tratado anglo-germânico de 1898, no qual a Inglaterra e a Alemanha acordavam secretamente dividir entre si Angola, Moçambique e Timor. A iniciativa partiu do Marquês Luigi Solari, responsável pela ligação radiotelegráfica entre a colónia e a metrópole, tendo ele reunido e financiado um grupo de técnicos cujo objectivo consistia em estudar as

⁴⁴⁸ No após II Guerra Mundial, Angola era, de entre os territórios africanos, aquele que o Governo de Roma considerava mais apto a receber largos contingentes de população branca, podendo, por isso, absorver grande parte da emigração italiana e diminuir o grave problema do desemprego e da miséria que fustigava a Itália (ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b.19 (1944-1945), apontamento do MAE, de 19 de Julho de 1945, sobre a emigração italiana em Angola).

possibilidades agrícolas e industriais do planalto de Benguela. Ia, assim, de encontro aos interesses dos dirigentes da jovem República Portuguesa: desenvolver as colónias sem desviar os portugueses da emigração para a colonização, devido aos elevados réditos das remessas enviadas para Portugal. Contudo, os resultados da missão (que decorreu entre Abril e Dezembro de 1912) não foram os esperados, reduzindo-se o projecto para a construção de cinco fábricas no planalto de Benguela a uma acção meramente especulativa⁴⁴⁹.

Em 1923, já Benito Mussolini era *il Duce*, a Itália enviava a Angola uma nova missão de reconhecimento, conduzida por Nallo Mazzocchi Alemanni, membro do *Consiglio Superiore Coloniale*, um «valente cultore di studi coloniali e conoscitore profondo in materia di agricoltura e di economia africane»⁴⁵⁰. A missão recebia o apoio total do Alto Comissário-geral de Angola, General Norton de Matos, auspiciando que ela inaugurasse uma fecunda e muito desejada colaboração italiana ao nível do desenvolvimento da colónia⁴⁵¹. Norton de Matos empenhava-se então em reforçar o papel do Estado na fixação da presença portuguesa. De regresso à Itália, os responsáveis pela missão elaboravam um extenso relatório, perdido nos anos 40, onde prospectavam minuciosamente as condições e os meios necessários para a canalização de emigrantes italianos para Angola. Não obstante ter sido elogiado, nenhuma iniciativa foi tomada pelas autoridades de Roma ou sequer se voltou a falar em projectos de colonização⁴⁵².

Na segunda metade dos anos 20, começaram a surgir diversos artigos na imprensa sobre as possibilidades de enriquecimento existentes em Angola, pagos por empresas italianas que pretendiam investir em força na colónia e atrair colonos co-nacionais para os seus projectos⁴⁵³. Para o efeito, acenavam com promessas de enriquecimento fácil e rápido e com facilidades na aquisição de terrenos⁴⁵⁴. Tudo não passava de publicidade enganosa, com muitos italianos a serem burlados e a terem de ser repatriados por graves perdas de dinheiro⁴⁵⁵. Tratava-se de um grande esquema fraudulento, no qual estava envolvida a

⁴⁴⁹ *Ibidem.*

⁴⁵⁰ *Ibidem.*

⁴⁵¹ *Ibidem.*

⁴⁵² *Ibidem.*

⁴⁵³ *Ibidem.*

⁴⁵⁴ *Ibidem.*

⁴⁵⁵ *Ibidem.* Os colonos, sem grandes recursos económicos e pouco conhecedores para avaliar convenientemente a qualidade dos solos, compravam às ditas empresas terrenos paupérrimos a preços altíssimos. Para termos uma ideia da dimensão da fraude, dos 200 italianos idos para Angola na primeira metade dos anos 30, 120 foram repatriados. Os restantes tinham, porém, conseguido instalar-se com sucesso nos núcleos de Chinguari, Cutato e Camacupa, situados ao longo da linha férrea de Benguela. Parte deles detinha pequenas indústrias que produziam óleos de sementes, bebidas gasosas, manteiga, enchidos e caramelo; outros dedicavam-se à extracção de ouro, ao comércio de madeiras para a construção de caminhos-de-ferro e ao comércio com os indígenas (ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 20 (1945), relatório «Collettività italiana in Angola e prospettive di una

Direcção-geral dos Assuntos Económicos, então chefiada por grandes generais fascistas. Como escrevia o Ministro de Itália em Lisboa, «dati anche i nomi di personalità politiche coinvolte in quelle imprese, che per rendere facile la vendita dei terreni erano sbandierati con tanta frequenza, si riteneva fermamente che certe iniziative fossero sussidiate e sorrette dal Governo fascista»⁴⁵⁶. Só quando o caso chegou à imprensa portuguesa é que as autoridades italianas começaram a actuar para terminar com estas acções enganosas, não obstante terem sido atempadamente alertadas pelo Cônsul de Itália em Lobito⁴⁵⁷.

Depois deste episódio, e no contexto da guerra da Abissínia (1935-1936), a emigração italiana para Angola reduzia-se progressivamente até cessar de todo no contexto da II Guerra Mundial⁴⁵⁸. Só em 1945, Angola voltava a ser considerada como um destino da emigração italiana. Nas primeiras semanas do ano, Alberto Rossi Longhi, Ministro de Itália em Lisboa, pedia ao Cônsul italiano em Lobito que averiguasse até que ponto Angola poderia ser um destino para a emigração italiana⁴⁵⁹. O relatório era enviado no início de Fevereiro de 1945, tendo sido avaliado por Longhi como um bom instrumento para o estudo de uma política italiana de emigração, à qual o próprio Cônsul dava um parecer favorável⁴⁶⁰.

Segundo o Cônsul, exceptuando-se os casos de ludíbrico acima descritos, os resultados alcançados pelo conjunto dos colonos italianos permitiam conjecturar ser possível singrar em Angola, especialmente no sector agrícola porque a Junta dos Cereais comprava anualmente toda a produção da colónia. Havia, no entanto, alguns entraves, quer em relação ao número de emigrantes, quer no referente ao desenvolvimento da economia angolana. Por um lado, as povoações e as actividades económicas concentravam-se ao longo da linha de Benguela, atravessando terrenos pouco férteis, por outro lado, e este seria o problema principal, Portugal, através dos comerciantes portugueses e da Junta dos Cereais, seguia uma política colonial baseada na exploração sistemática dos indígenas. Assim sendo, para desenvolver a agricultura em Angola seria necessário cultivar as terras mais férteis, construir boas estradas

immigrazione italiana nell’Africa Occidentale Portoghese», de 8 de Fevereiro de 1945, elaborado pelo Cônsul de Itália em Lobito).

⁴⁵⁶ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b.19 (1944-1945), apontamento elaborado pelo MAE, a 19 de Julho de 1945, sobre a emigração italiana em Angola.

⁴⁵⁷ *Ibidem*.

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

⁴⁵⁹ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 20 (1945), relatório «Collettività italiana in Angola e prospettive di una immigrazione italiana nell’Africa Occidentale Portoghese», com data de 8 de Fevereiro de 1945, elaborado pelo Cônsul de Itália em Lobito.

⁴⁶⁰ *Ibidem*, ofício n.º 899/545 de 7 de Abril de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

de acesso às mesmas e abrir a colónia à imigração estrangeira para que esta desenvolvesse as actividades produtivas, já que os portugueses preferiam dedicar-se ao comércio⁴⁶¹.

Nestes termos, concluía o Cônsul, era de todo conveniente que o Governo italiano enviasse uma missão de técnicos a Angola com o objectivo de estudar a natureza do terreno das várias zonas, determinando o género de cultura mais adequada e escolhendo as localidades mais favoráveis à emigração italiana⁴⁶². Esta, por sua vez, deveria ser composta principalmente por largas famílias de agricultores ao invés de elementos isolados ou de pequenos núcleos familiares; mais tarde, uma vez iniciado o programa de industrialização anunciado pelo Governo de Lisboa⁴⁶³, as autoridades italianas poderiam equacionar outras correntes emigratórias, constituídas por operários e mineiros⁴⁶⁴.

Também as declarações do Ministro das Colónias, Marcello Caetano, afirmando o seu empenhamento em aprofundar os vínculos entre as colónias e a metrópole (tinha destinado 30 milhões de escudos para estimular o fluxo de colonos para Angola e Moçambique), aconselhavam a que o Governo de Itália sondasse Lisboa sobre o «problema di una selettiva ed organica partecipazione italiana alla colonizzazione dell'Angola»⁴⁶⁵. As autoridades portuguesas pretendiam tirar proveito da revitalização da exploração económica das colónias registada durante os anos da II Guerra Mundial, propiciada pela alta de preços dos produtos primários como o café, e fomentar a emigração para o império a fim de criar núcleos extensos de comunidades brancas, sobretudo em Angola e Moçambique, que reforçassem os direitos históricos dos portugueses. Rossi Longhi era céptico quanto às capacidades do Governo português em conseguir executar um plano sólido de colonização. Portugal tinha herdado do seu glorioso passado um império colonial frágil, interna e externamente, sentindo necessidade de manter viva uma «vocazione coloniale dalla quale si è allontanato da secoli»⁴⁶⁶. Por via de regra, continuava o diplomata, a política colonial portuguesa assentava na inércia e numa

⁴⁶¹ *Ibidem*, relatório «Collettività italiana in Angola e prospettive di una immigrazione italiana nell'Africa Occidentale Portoghese», de 8 de Fevereiro de 1945, elaborado pelo Cônsul de Itália em Lobito.

⁴⁶² *Ibidem*.

⁴⁶³ As linhas do programa industrial eram fixadas pela Lei n.º 2005 de 14 de Março de 1945, também conhecida por Lei do Fomento e Reorganização Industrial. Foi o primeiro projecto global de industrialização elaborado pelo Governo de Oliveira Salazar, com o Estado a alinhar a sua actuação com os interesses dos sectores empresariais mais modernizantes e que defendiam políticas mais eficazes para o desenvolvimento económico de Portugal. De referir que, em 1945, Portugal (Estado e entidades privadas) dispunha de larguíssimos capitais para investir, resultantes das exportações de produtos estratégicos durante a II Guerra Mundial e da conquista do mercado interno pela indústria nacional nos sectores da alimentação, dos têxteis e da metalurgia, possível devido à quebra da influência dos grandes interesses ligados ao comércio externo (Rosas 1994, pp. 61-99, 111-117, 126-128, 136-146, 260-267, 322-352; Brito & Rollo 1996, pp. 461-465).

⁴⁶⁴ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portogallo, b. 20 (1945), relatório «Collettività italiana in Angola e prospettive di una immigrazione italiana nell'Africa Occidentale Portoghese», de 8 de Fevereiro de 1945, elaborado pelo Cônsul de Itália em Lobito.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, ofício n.º 899/545 de 7 de Abril de 1945, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁴⁶⁶ *Ibidem*.

exploração muito próxima dos princípios do mercantilismo das primeiras experiências coloniais, sem que os Governos de Lisboa se empenhassem em colonizar e desenvolver os territórios ultramarinos, incluindo o Estado Novo, cujo principal objectivo vinha sendo organizar uma administração caótica e deficitária⁴⁶⁷. Por outro lado, o facto de Lisboa travar ao máximo a influência estrangeira no interior do império, temendo que pudesse levar ao seu desmembramento, constituía um entrave maior no caso dos projectos colonizadores italianos dada a suspeição com que o Governo de Salazar seguia sempre os interesses da Itália pelas colónias portuguesas depois de ter conquistado a Abissínia e de ter discutido com a Alemanha, também nos anos 30, a repartição das colónias portuguesas (Rosas 1994, pp. 283-284; Salvadorini 2000, pp. 91-93). Nada, contudo, que diminuísse o entusiasmo do diplomata italiano. Para ele, «il Governo portoghese potrebbe essere indotto a considerare senza eccessive apprensioni una collaborazione coloniale italo-portoghese come quella che più delle altre può demograficamente potenziare i propri possedimenti coloniali e meno delle altri comprometterne la stabilità politica»⁴⁶⁸. Em todo o caso, continuava, a eventual recusa de Lisboa poderia também ser útil a Roma para vincar a sua posição quanto à obtenção das antigas colónias italianas em vista do problema do excedente demográfico da Itália⁴⁶⁹. Depois de sopesados os argumentos anteriores, o MAE autorizava Rossi Longhi a efectuar as primeiras sondagens junto do Governo de Salazar, justificando-o com os seguintes factos:

«Mentre, sotto il pungolo della disoccupazione che assume, di giorno in giorno, porporzioni sempre più paurose, l'interessamento del popolo italiano per l'auspicata ripresa dell'emigrazione si fa sempre più vivo e più impaziente, non si può, non si deve trascurare alcun mercato di lavoro suscettibile di accogliere un rivolta, anche se minimo, della nostra gente espatriante. Si è visto che l'Angola è fra le terre africane una delle più adatte ad un vasto popolamento bianco: purchè si potesse e si sapesse fare, a non lontana scadenza, potrebbe stabilirsi cola un primo nucleo di coloni italiani, con la sicurezza che ivi riuscirebbe ad affermarsi vittoriosamente»⁴⁷⁰.

Longhi deveria ter em conta um elemento muito importante nas suas conversas com os dirigentes portugueses: a Itália não tinha capital para exportar. Desta forma, ao sondar as intenções do Governo, deveria sublinhar que a sua participação na colonização de Angola deveria basear-se exclusivamente na introdução de elementos demográficos. Deveria ainda

⁴⁶⁷ *Ibidem.*

⁴⁶⁸ *Ibidem.*

⁴⁶⁹ *Ibidem.*

⁴⁷⁰ ASD/MAE, AP (1931-1945), Portugallo, b. 19 (1944-1945), apontamento do MAE, de 19 de Julho de 1945, sobre a emigração italiana em Angola.

sugerir a possibilidade de a instalação dos colonos italianos ser apoiada financeiramente pelo Governo português no âmbito dos seus projectos de colonização, justificando-o com o facto de a emigração portuguesa optar tradicionalmente pelo Brasil ou pela Venezuela⁴⁷¹. Em caso de uma recusa por parte de Lisboa, o Governo italiano tentaria interessar o capital estrangeiro para investir nos projectos italianos para Angola, o que, reconhecia-se, seria difícil⁴⁷².

Não conhecemos a resposta do Governo português. Fazendo uma reflexão de conjunto sobre a documentação que reunimos, consideramos que os governantes não ficaram muito entusiasmados com a ideia da entrada da Itália na África portuguesa. Primeiro, pela relutância em abrir as colónias aos estrangeiros, especialmente numa conjuntura de mudanças profundas como era o após guerra. Segundo, pelo empenhamento em intensificar os projectos de desenvolvimento das colónias para fortalecer a presença nacional e aumentar os efectivos portugueses nos territórios coloniais. Temos também de considerar o facto de a Itália ter direccionado a máxima atenção para a reordenação dos assuntos políticos internos e externos, colocando os projectos de colonização em segundo plano. Não esqueçamos que o Governo italiano dedicou largos anos à obtenção da revisão do Tratado de Paz, quer para obter o regresso às colónias pré-fascistas, quer para aligeirar o pagamento das indemnizações de guerra, um pesado fardo para um país falido em capitais, dificultando ainda mais o financiamento de possíveis planos de colonização. Havia ainda a resolver a questão do alinhamento da Itália com o Ocidente e, neste contexto, a sua adesão ao Plano Marshall, permitindo obter fundos para investir na economia e na criação de emprego. Só depois de dissipada a esperança de regresso às colónias, nos finais dos anos 40, a Itália voltou a mostrar interesse no Império Português.

Em 1950, era fundado o *Comitato di Studio sulle Colonie Portoghesi*. A iniciativa partira do Príncipe Steno Borghese, um magnata italiano neofascista que viajava frequentemente para a África. A este Comité, presidido pelo próprio Borghese, pertenciam Quirino Maffi, director da revista *Affrica*, publicada pelo *Istituto Italiano per l’Africa*, o Almirante Umberto Monico e Leo Magnino, estes dois enquanto representantes do *Gruppo degli Amici del Portogallo*⁴⁷³. O seu objectivo? Dar a conhecer em Itália, sob todos os pontos

⁴⁷¹ *Ibidem*.

⁴⁷² *Ibidem*.

⁴⁷³ O *Gruppo degli Amici del Portogallo* foi fundado em 1947, por iniciativa de Leo Magnino, um dos grandes lusófilos italianos. O *Gruppo* pretendia promover uma mais estreita colaboração entre Portugal e a Itália a partir do desenvolvimento das relações culturais. Já escrevemos sobre o assunto (Matos 2010, pp. 62-64).

de vista, os territórios africanos portugueses⁴⁷⁴. Em 1951, outra instituição semelhante era fundada em Roma: a *Associazione per lo Studio degli Scambi con Angola*, presidida pelo Engenheiro Gaetano Marcello Contin. Segundo os seus estatutos, visava alargar as trocas comerciais e os fluxos emigratórios entre Angola e a Itália. Seria, contudo, extinta em 1954⁴⁷⁵.

Em Lisboa, cumprindo instruções do MAE, Pietro De Paolis, chamava a atenção das autoridades para o «grave problema» que continuava a afectar a Itália de um modo particular: «la necessità, cioè, ogni giorno più impelente, di trovare un adeguato sbocco alla sovrabbondanza della nostra mano d'opera, costratta ad allontanarsi dalla patria affinché possano essere assicurati i mezzi di vita ad un'ingente massa di lavoratori e alle loro famiglie»⁴⁷⁶. Como o problema «dell'esuberanza e dal continuo aumento della popolazione italiana» tinha sido recentemente reconhecido pela OECE «come uno dei più gravi dell'attuale momento europeo e come uno degli elementi che le ricostruzione europea maggiormente intralciano», a Itália apelava ao espírito de colaboração de Portugal para encontrar uma solução adequada⁴⁷⁷. Sublinhava De Paolis que era «negli immesi territori africani che il lavoro italiano potrà dare i migliori frutti e contribuire, per il comune vantaggio e per il comune benessere, alla messa in valore di tante terre inesplorate, le cui ricchezze restano per la massima parte tuttora ignota»⁴⁷⁸. O emigrante italiano estava, pois, perfeitamente apto para validar em termos práticos a viabilidade dos projectos que previam uma maior integração económica entre a África e a Europa e a manutenção daquela na esfera de influência desta, tal como era defendido pelo Presidente do Conselho⁴⁷⁹.

A complementaridade entre a Europa e a África era, de facto, um dos pontos basilares do pensamento de Oliveira Salazar, tendo marcado o ideário do Estado Novo até ao seu final, em 1974⁴⁸⁰. A África era o complemento natural da Europa, a sua reserva de matérias-primas, essenciais à sua economia, e em relação à qual os países ocidentais tinham o dever de

⁴⁷⁴ AHD/MNE, PAA M409, ofício n.º 88 de 6 de Fevereiro 1956, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE. A partir de 1956, o *Comitato di Studio sulle Colonie Portoghese* passaria a designar-se *Centro Studi per l'Affrica Portoghese*.

⁴⁷⁵ *Ibidem*.

⁴⁷⁶ AHD/MNE, 2P A49 M19, nota verbal de 11 de Outubro de 1950, o Ministro de Itália em Lisboa ao MNE.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

⁴⁷⁹ *Ibidem*.

⁴⁸⁰ *Vide*, por exemplo, os discursos «Preparação nacional para o pós-guerra» de 25 de Maio de 1944 (Salazar 1951, p. 61), «Miséria e medo, características do momento actual» de 25 de Novembro de 1947 (*idem*, pp. 293-295), «Portugal no Pacto do Atlântico» de 25 de Julho de 1949 (*idem*, pp. 418-421); «Breves considerações de política interna e externa» de 28 de Maio de 1950 (*idem*, 476-477), «Apontamento sobre a situação internacional» de 30 de Maio de 1956 (Salazar 1959, pp. 361-364 e 371-376) e, finalmente, «A posição portuguesa em face da Europa, da América e da África» de 23 de Maio de 1959 (Salazar 1967, pp. 64-68).

promover o seu desenvolvimento, civilizando-a e impedindo que caísse na barbárie com a penetração do comunismo soviético. Por outro lado, sem a África, a Europa ficaria à mercê da Rússia, existindo num estado de decadência progressiva sob as limitações impostas por Moscovo. A África era, por conseguinte, a última grande hipótese da Europa para recuperar a posição perdida com a II Guerra Mundial, conclusão que se aplicava perfeitamente às necessidades emigratórias da Itália, tal como apresentadas ao Governo português.

O MNE encaminhou o assunto para o Ministério das Colónias, mas a resposta não foi do agrado do Governo italiano:

«A colocação em Angola e Moçambique do excedente de mão-de-obra italiana não se julga possível. O excedente demográfico nacional constitui preocupação constante do Governo que, tendo pleno conhecimento das dificuldades que o problema comporta, vem procedendo nesse campo com extremo cuidado para evitar o desemprego e consequentes perturbações que dele podem resultar⁴⁸¹.

Considerava ainda que a colonização branca com população nacional constituía a única via de sucesso para o normal desenvolvimento dessas colónias. Não era, na perspectiva dos responsáveis pelo Ultramar, a extensão quilométrica de um território ou a benignidade do clima que por si só justificavam uma colonização europeia intensiva. Qualquer experiência deste tipo, especialmente quando a França enfrentava graves dificuldades na Indochina e Moscovo procurava afastar o Ocidente dos territórios asiáticos e africanos, devia assentar em bases sólidas de organização económica e social e na protecção dos indígenas, fundamental para evitar a perturbação do território colonizado⁴⁸². Portugal pretendia, era certo, povoar e desenvolver o Ultramar – e para isso não recusaria recursos financeiros ou técnicos –, porém, pretendia fazê-lo de maneira segura e dentro das leis nacionais⁴⁸³.

Indo ao encontro do parecer do Ministério do Ultramar, o Senador Emilio Salvi, membro do Partido da Democracia-cristã, numa entrevista ao jornal *Il Globo*, aconselhava os Governos de Roma e de Lisboa a tentarem negociar acordos que favorecessem o interesse comum dos dois países. Isto é, que permitissem à Itália escoar parte do seu excedente demográfico e alargar os seus mercados de exportação e a Portugal obter mão-de-obra e meios técnicos e industriais de que necessitava para desenvolver e valorizar de forma rápida o seu vasto império colonial, onde existiam «illimitate possibilità agricole, minerarie, artigiane

⁴⁸¹ AHD/MNE, 2P A49 M19, ofício n.º 2106 de 14 de Novembro de 1950, o Ministro das Colónias ao MNE.

⁴⁸² *Ibidem*.

⁴⁸³ *Ibidem*.

ed industriali e si incontrano condizioni non inferiori alle migliori offerte da qualsiasi paese dell'America Latina» (*Il Sole* 1950).

O facto de Portugal não aceitar receber colonos italianos não agradou aos governantes da Itália e muito especialmente ao Ministro em Lisboa. O seu descontentamento, e irritação até, são perfeitamente visíveis num comentário que fez a propósito de um artigo sobre as colónias portuguesas publicado pelo jornal *Il Secolo XIX*, de Génova, a 27 de Fevereiro de 1951. Tal artigo, se desagradava ao diplomata, encantava o regime de Salazar, com o *Novidades*, órgão do Patriarcado de Lisboa, a comentá-lo num pequeno artigo publicado no seu n.º 22. Para o jornal de Génova, Portugal, à diferença de outros países colonialistas, conservava o Império graças aos seus métodos cristãos; para o diplomata italiano, a política colonial portuguesa era muito mais complexa do que isso e ter um jornal italiano que se limitava a reproduzir a linha oficial do regime de Lisboa, sem procurar interpretá-la objectivamente e honrando-o com um panegírico quando o mesmo recusava aliviar o grave problema social existente em Itália, não era aceitável. Daí que, rematava, fosse preferível que quem não conhecesse a fundo a política colonial portuguesa se abstivesse de escrever sobre ela e, sobretudo, evitasse «certe lodi che risultano completamente immeritate»⁴⁸⁴.

Na edição de 18 de Março de 1952, o *Il Globo* publicava um artigo intitulado «A nova política africana de Itália». O seu início era um misto de soberba e de ressentimento, de brio e de expectativa:

«Fomos expulsos da África como patrões e imperialistas, e agora, a 10 anos de distância, a África deseja-nos como mestres, técnicos, empreendedores, banqueiros e comerciantes. Os povos do mundo árabe-africano olham instintivamente para os italianos com confiança e simpatia»⁴⁸⁵.

Esta imagem em tudo contrastava com a posição de Lisboa. Enquanto os novos países do norte de África olhavam para a Itália como uma solução para os seus problemas, o Portugal colonialista via-a como uma fonte de problemas. Segundo o artigo, se algo havia a apontar à Itália era o facto de não ter desenvolvido ainda uma política africana sólida que permitisse afirmar a sua posição no continente negro e demonstrar aos que descreiam nas suas capacidades o quanto elas eram estratégicas para garantir, através do desenvolvimento que impulsionariam, as influências regionais. Todo o artigo do *Il Globo* constituía, enfim, um

⁴⁸⁴ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 73 (1951), ofício n.º 471/197 de 23 de Março de 1951, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁴⁸⁵ AHD/MNE, 2P A58 M137, tradução portuguesa do artigo «A nova política africana de Itália», publicada no jornal *Il Globo*, edição de 18 de Março de 1952, reproduzida no Boletim de Imprensa da Legação de Portugal em Roma, n.º 13/52, de 24 de Março de 1952.

manifesto contra as oportunidades que a Itália desperdiçava por falta de uma política africana séria. Citemo-lo novamente:

«Parece que não ousamos ainda, sequer, pronunciar a palavra «África». A classe dirigente democrática e a opinião pública olham-se de soslaio a fim de descobrir quem primeiro terá a inaudita coragem de pronunciar de novo aquela palavra mágica»⁴⁸⁶.

A ideia geral era que a relação da Itália com os povos africanos deveria limitar-se a liquidar as «dolorosas vicissitudes» do passado colonial e este comportamento disseminava um «espírito de cansada resignação» com o qual se «tolerava» que o Estado italiano assumisse a administração fiduciária da Somália e se dissolvesse o Ministério da África, «dispersando aos quatro ventos, não só os progressos das respectivas repartições, mas também um conjunto de experiências e de competências técnicas dos problemas africanos a que se chegara através de um meio século de história vivida»⁴⁸⁷. Competências e apetências que, pela sua extrema importância, deveriam ser reorganizadas para os objectivos futuros da Itália⁴⁸⁸. Estas escolhas em tudo contrastavam com as da RFA e este facto era de assombro para o *Il Globo*. O Governo de Bona, num país ainda mal renascido das cinzas, criava uma repartição especial para a África, à qual competia reorganizar todas as experiências e competências alemãs a fim de favorecer a penetração económica e financeira da Alemanha no continente negro⁴⁸⁹. Citemos o artigo:

«Isto é, os alemães não se dedicaram nem a lamentar nostalgicamente um passado, definitivamente morto, nem a resignar-se; do passado decidiram utilizar a experiência para permitir às forças de que dispõem novas rápidas afirmações futuras. Este esforço dos alemães é tanto mais admirável quanto mais se pense que na África ficaram em condições muito piores do que nós, que no continente ainda temos a Somália, além de todas as comunidades nacionais em outros diversos territórios»⁴⁹⁰.

Em suma, urgia trabalhar numa política africana e promover o debate sobre as relações da Itália com a África, principalmente devido à concorrência que começava a instalar-se entre os países sem domínios coloniais.

⁴⁸⁶ *Ibidem.*

⁴⁸⁷ *Ibidem.*

⁴⁸⁸ *Ibidem.*

⁴⁸⁹ *Ibidem.*

⁴⁹⁰ *Ibidem.*

Nos finais de Abril de 1952, por ocasião da XXX Feira Internacional de Milão, realizava-se o I Congresso Económico Africano, em Milão. Os seus objectivos, tal como enunciados no seu programa, eram os seguintes:

«O Congresso propõe-se examinar e discutir os aspectos e problemas relativos às relações económicas entre a Itália e os países do continente africano, com o fim de reforçar e fomentar essas relações no interesse recíproco da economia italiana e da dos países africanos, hoje em via de decidido desenvolvimento e destinados a um papel cada vez mais importante na vida económica mundial. O Congresso, com a discussão dos vários temas, tende a favorecer os contactos entre as categorias mais qualificadas a fim de procurar realizar um enquadramento realístico e prático dos problemas que interessem essas categorias»⁴⁹¹.

Segundo a leitura oficiosa do MAE, divulgada num artigo publicado a 31 de Maio na revista *Esteri*, por ele controlada, com o título «La funzione economica dell’Africa», o Congresso propunha um debate técnico sobre o aumento da capacidade produtiva da África em função de um sistema euro-africano que elevaria as condições de vida dos povos daqueles territórios e asseguraria à Europa uma das bases mais naturais para o seu equilíbrio económico e social⁴⁹². Para o *Ministero degli Esteri*, interessava reforçar a viabilidade prática desta concepção euro-africana, pois previa a complementaridade entre a Europa, devidamente unificada política e economicamente, e a África, reforçada pela colonização europeia⁴⁹³.

No referente ao contributo da Itália para a valorização da África, o I Congresso Económico Africano de Milão, recomendava que se fizesse uso das competências e das experiências adquiridas durante o passado colonial e se reforçasse este conhecimento com a colocação, no continente africano, de uma larga rede de observadores e de agentes expeditos na identificação de novas oportunidades de negócio. Recomendava ainda que se ramificasse os institutos financeiros italianos já activos na Etiópia, no Egipto, em Marrocos, na Líbia, na Eritreia e na Somália, ampliando as estruturas e as dotações de capital para que os esforços individuais e colectivos de valorização agrícola e industrial tivessem sempre financiamento⁴⁹⁴. Só assim a Itália conseguiria ultrapassar os limites da sua tradicional área de intervenção em África e criar uma base sólida de negócios que fosse além do Mediterrâneo centro-oriental.

⁴⁹¹ *Ibidem*.

⁴⁹² *Ibidem*, tradução portuguesa do artigo «La funzione economica dell’Africa», publicado, a 31 de Maio de 1952, na revista *Esteri*, incluída no boletim da imprensa da Legação de Portugal em Roma, n.º 24/52, de 9 de Junho de 1952.

⁴⁹³ *Ibidem*.

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

Em Junho de 1952, realizava-se «mais uma manifestação africana da Itália», desta vez em Nápoles⁴⁹⁵. Tratava-se da *Prima Mostra Triennale del Lavoro Italiano nel Mondo*, organizada pela entidade autónoma *Mostra d'Oltremare e del Lavoro Italiano nel Mondo*, doze anos depois da primeira edição, quando a Itália possuía ainda colónias. Segundo a comissão organizadora, o evento pretendia ser uma «grandiosa rassegna del generoso contributo dell'operosità e del genio della nostra gente in ogni paese ed in ogni campo dell'attività umana»⁴⁹⁶. Para Francisco Calheiros e Menezes, Ministro de Portugal em Roma, se a exposição visava enobrecer «uma excepcional riqueza de braços e de inteligências» a empregar em benefício dos outros povos, os objectivos práticos da mesma faziam equivaler a elevação do nível de vida das populações locais à criação de novos mercados para os produtos e os trabalhadores italianos⁴⁹⁷. Neste contexto, o diplomata recomendava ao Governo português que contivesse ao máximo a propaganda em torno do desenvolvimento das possessões ultramarinas portuguesas em Itália a fim de não «aguçar o interesse italiano sobre esses territórios, interesse que, como essa Secretaria de Estado tem conhecimento, não é pequeno»⁴⁹⁸.

Não era, de facto. Em Março 1953, a *Camera di Commercio Italiana per l'Africa* convidava o Governo português a participar na *Mostra Commerciale, Industriale ed Artigiana* dedicada aos produtos da Itália, da África e da Ásia. A organização cabia uma vez mais à entidade *Mostra d'Oltremare e del Lavoro Italiano nel Mondo* e teria lugar ao longo de todo o mês de Setembro, em Nápoles⁴⁹⁹. O objectivo principal seria incentivar as relações comerciais entre as empresas produtoras e exportadoras dos continentes vizinhos. Tratava-se, para os organizadores, «di un coraggioso esperimento, senza precedente nella storia delle fiere e mostre, su basi intercontinentali, per far incontrare e per far conoscere fra di loro gli operatori economici europei, africani ed asiatici i quali troveranno in Napoli la naturale sede mediterranea per un sempre maggior incremento dei loro traffici»⁵⁰⁰.

Atendendo ao anterior, os organizadores convidavam o Governo português a enviar uma representação oficial de Angola e de Moçambique, convite que era alargado aos produtores e exportadores privados destas colónias para darem a conhecer as suas produções típicas

⁴⁹⁵ *Ibidem*, ofício n.º 258 de 7 de Junho de 1952, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

⁴⁹⁶ AHD/MNE, 2P A59 M355, ofício n.º 20149 de 12 de Abril de 1952, o Presidente da *Mostra d'Oltremare e del Lavoro Italiano nel Mondo* ao Adido Cultural da Legação de Portugal em Roma.

⁴⁹⁷ AHD/MNE, 2P A58 M137, ofício n.º 258 de 7 de Junho de 1952, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

⁴⁹⁸ *Ibidem*.

⁴⁹⁹ AHD/MNE, 2P A59 M355, ofício n.º 3070/1 de 11 de Março de 1953, a *Camera di Commercio Italiana per l'Africa* à Secção Consular da Legação de Portugal em Roma.

⁵⁰⁰ *Ibidem*.

artesanais, industriais e agrícolas⁵⁰¹. Para o MNE, à primeira vista parecia não haver inconvenientes, sob o aspecto político, em que Portugal participasse, porém, nenhuma decisão seria tomada sem que se conhecessem as verdadeiras intenções da *Camera di Commercio*, pois não poderia excluir-se a hipótese de ser uma nova tentativa da Itália para imiscuir-se nos assuntos africanos⁵⁰². O Secretário-geral do MNE pedia em seguida o parecer da Legação de Portugal em Roma. Esta foi a resposta de Calheiros e Menezes:

«Tem essa Secretaria de Estado conhecimento, pela correspondência enviada por esta Missão, em todas as ocasiões em que se tem tratado das questões africanas, da ambição da Itália, desde que se encontra despojada das antigas colónias, de se instalar em África por outros meios, como sejam os de colocar ali mão-de-obra, obter concessões e estabelecer contactos. Desconhece esta Missão porém se as vantagens económicas que possam advir da nossa presença na Exposição sobrelevam as considerações de carácter político que deixo apontadas»⁵⁰³.

Portugal acabaria por não participar⁵⁰⁴. Não foram as considerações políticas em si que determinaram a decisão final, mas o pouco tempo disponível para preparar uma representação oficial condigna depois de os serviços competentes se terem enredado numa volumosa e demorada troca de correspondência para obter pareceres⁵⁰⁵.

Quando foi lançado o I Plano de Fomento (1953-1958), as autoridades italianas viam abrirem-se novas oportunidades para os seus técnicos, empresas e capital. O documento consistia num programa de investimentos públicos destinados a fomentar o desenvolvimento da metrópole e do Ultramar, fazendo, como escrevia António Venturini, o jus possível às necessidades da população, ao amor-próprio de um povo, à grandeza histórica de Portugal e à imensa riqueza potencial do Império⁵⁰⁶. Estava dividido em duas partes: uma relativa à metrópole, outra às províncias ultramarinas, em ambos os casos visando fomentar a agricultura, as indústrias básicas, as vias e os meios de comunicação, o ensino técnico e a produção de energia eléctrica (Rosas 1994, pp. 450-463 e 485-489; Brito & Rollo 1996, pp. 461-465). O Governo de Lisboa apresentava-o como um acto de audácia financeira pelo volume de investimentos e de obras que previa. Ao contrário, Venturini descrevia-o como um

⁵⁰¹ *Ibidem*.

⁵⁰² *Ibidem*, informação de serviço do MNE, com data de 8 de Abril 1953, redigida por Frederico de Vasconcelos.

⁵⁰³ *Ibidem*, ofício n.º 240 de 16 de Maio 1953, o Ministro em Roma, Francisco Calheiros e Menezes ao MNE.

⁵⁰⁴ AHD/MNE, 2P A2 M103, ofício n.º 4470 de 28 de Julho de 1953, o Agente Geral do Ultramar ao Director-geral dos Negócios Económicos e Consulares.

⁵⁰⁵ AHD/MNE, 2P A59 M355, ofício n.º 68 de 20 de Agosto 1953, o Director-geral dos Negócios Políticos do MNE ao Encarregado de Negócios de Portugal em Roma.

⁵⁰⁶ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portugallo, b. 160 (1952), ofício n.º 1857/796 de 23 de Setembro de 1952, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

«piano fundamentalmente cauto, senza grandi sorprese, senza grandi slanci» que condensava «quello che si sarebbe forse potuto realizzare silenziosamente pezzo per pezzo, anno per anno pur entro la ben nota prudenza di bilancio di questo paese»⁵⁰⁷. Não obstante, reconhecia, dava indubitavelmente um ar mais dinâmico e moderno a um Governo que vinha apenas falando de austeridade⁵⁰⁸.

O Plano era muitíssimo interessante para vários sectores da indústria italiana, especialmente os projectos hidroeléctricos, o fornecimento de material para os caminhos-de-ferro, a construção e o equipamento de portos, o fornecimento de navios e de maquinaria às novas indústrias e a construção de silos⁵⁰⁹. Venturini aconselhava que, para ganhar uma posição vantajosa face à concorrência, as empresas italianas deveriam identificar os sectores onde pretendiam concentrar os seus esforços, obter o máximo de informações e apresentar propostas o mais atractivas possível. Defendia ainda que estas iniciativas deveriam ser apoiadas pelo Governo italiano e pela Legação em Lisboa, nomeadamente ao nível da obtenção do financiamento necessário a juros baixos e do aligeiramento das onerações alfandegárias e fiscais⁵¹⁰. Todos os esforços deveriam ser feitos, pois, como escrevia, «l'occasione per penetrare in questo mercato con grandi lavori ci è offerta con questo piano: sta alle nostre ditte ed a noi di non lasciarcela completamente sfuggire»⁵¹¹. Neste contexto, Venturini via com apreensão o facto de os empresários italianos continuarem a olhar para Portugal como um país menor e desinteressante, uma imagem falsa que poderia muito bem custar à Itália o seu reconhecimento como um parceiro de negócios viável:

«Mi rendo conto di quanto sia difficile rompere la crosta dei luoghi comuni che si sono formati in non pochi dirigenti di nostre aziende a riguardo di questo paese che spesso e di più si considera come un angolo quasi morto dell'Europa»⁵¹².

O Ministro duvidava até que os homens de negócios italianos estivessem verdadeiramente cientes das possibilidades que Portugal oferecia e para desfrutá-las com sucesso, continuava, não bastava enviar representantes para Lisboa e trocar correspondências. Era fundamental proceder a um trabalho de penetração *in loco*:

⁵⁰⁷ *Ibidem.*

⁵⁰⁸ *Ibidem.*

⁵⁰⁹ *Ibidem.*

⁵¹⁰ *Ibidem.*

⁵¹¹ *Ibidem.*

⁵¹² ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 315 (1954), ofício nº 1110/346 de 5 de Abril de 1954, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

«Come ho detto e ripetuto a sazieta, questo è uno dei paesi minori di cui occorre seguire più da vicino lo sviluppo industriale che appena ora si può dire cominci; ma bisogna esser presenti, bisogna allacciare relazioni personali negli ambienti portoghesi, bisogna soprattutto servire bene i clienti, anche a costo di qualche iniziale sacrificio, e adattandosi alla loro mentalità che non sempre è facile. Niente di nuovo in tutto questo e molto elementare. Ma purtroppo è proprio quello che spesso è trascurato. Parlo qui soprattutto del commercio normale nel territorio metropolitano, ma mi domando anche se si fa tutto quanto è in noi per affermarci nelle grandi Colonie Portoghesi»⁵¹³.

Exactamente na mesma altura, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma, Rui Medina, enviava ao MNE um ofício onde alertava para o facto de a actividade informativa da Legação ser muito prejudicada pela inexistência de uma agência especializada que reunisse e sistematizasse todas as notícias publicadas na imprensa italiana sobre Portugal. Esta lacuna dificultava em muito as actividades de propaganda a cargo dos funcionários da missão diplomática, prejudicando os interesses nacionais:

«Num país onde os periódicos se contam por centenas e alguns dos jornais e revistas mais importantes se publicam fora de Roma, em cidades como Milão, Turim, Veneza, Génova e Florença, cidades onde, de resto, não existem consulados de carreira, é sumamente difícil conhecer os comentários aqui feitos a propósito da situação política e da actividade diplomática portuguesa. Este ponto reveste-se de particular sensibilidade quando são aqui tratados problemas de especial delicadeza e interesse, como, por exemplo, aqueles respeitantes às províncias ultramarinas portuguesas»⁵¹⁴.

Para o Encarregado de Negócios, os encargos resultantes da criação de tal agência e da sua manutenção constituíam um investimento estratégico, razão pela qual solicitava ao MNE que viabilizasse a concretização do projecto⁵¹⁵. O problema era que, para um MNE desprovido de verbas, o ónus da iniciativa tornava impossível financiá-la⁵¹⁶. Para a Legação em Roma, e atendendo aos investimentos feitos pelas restantes representações diplomáticas em Itália em serviços e programas para reforçar a visibilidade e a imagem externa das nações que representavam, a validade estratégica de um organismo que coordenasse as actividades de Portugal neste campo superava qualquer consideração impeditiva de ordem financeira.

No final de 1954, António Ferro, colocado em Roma como Ministro de Portugal, voltava a insistir no assunto, apresentando ao MNE um projecto para a criação de um Centro

⁵¹³ *Ibidem*.

⁵¹⁴ AHD/MNE, PEA M283, ofício n.º 202 de 14 de Abril de 1954, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

⁵¹⁵ *Ibidem*.

⁵¹⁶ *Ibidem*, ofício n.º 47 de 3 de Junho de 1954, o Director-geral dos Negócios Políticos do MNE ao Ministro de Portugal em Roma.

Português de Informações. Este teria simultaneamente funções propagandísticas, informativas e documentais e estaria apto a prestar esclarecimentos e a divulgar informações a nível comercial, económico, turístico, político e cultural. Deveria ainda prover à participação de Portugal em exposições, feiras e outras iniciativas promovidas pelo Governo de Roma, assim colocando o país num patamar de visibilidade inédito até então por falta de financiamento e de tempo para preparar a sua participação. Desta vez, a proposta era aceite. Depois de consultado o SNI, chefiado por Eduardo Brazão, a Presidência do Conselho aprovava, por despacho de 28 de Junho de 1955, a criação do Centro Português de Informações, em Roma (Matos 2010, p. 83 e n. 46).

A política de abertura desejada pela Legação em Roma contrastava com o hermetismo com que o Governo português olhava os investimentos externos. Em Abril de 1955, Venturini criticava a inflexibilidade com que Oliveira Salazar continuava a opor-se «a tutto ciò che abbia sapore di politica d'investimenti su ampia scala e di apertura del mercato portoghese al capitale straniero»⁵¹⁷. Para o Chefe do Governo, «non vi è che una politica sana, quella classica, di presentare dei bilanci in perfetto equilibrio e di condizionare gli investimenti statali, che praticamente sono quasi soli esistenti in Portogallo, alle eccedenze attive dei bilanci stessi»⁵¹⁸. Salazar pretendia evitar que se abrisse em Portugal uma fase de rápido desenvolvimento económico-social «nel timore che un influsso esterno porti innovazioni finanziarie che si potrebbero proiettare, in misura per lui pericolosa, in tutti li aspetti della vita nazionale»⁵¹⁹. Desta forma, o capital indispensável à industrialização, que apenas começava, de um território com um total de 2 milhões de km² (o que equivalia a sete vezes a superfície da Itália) e com uma população de mais de 12 milhões de habitantes, era absolutamente insuficiente⁵²⁰.

As consequências desta autarcia económica eram visíveis a todos: não obstante o Plano de Fomento em curso, os progressos alcançados por Portugal desde o final da II Guerra Mundial eram inferiores, em termos relativos e absolutos, aos dos restantes países ocidentais⁵²¹. Os resultados das políticas económicas e financeiras eram ainda mais reveladores do comedimento com que Salazar abordava a questão do desenvolvimento nacional quando se considerava que o país não tivera de enfrentar a reconstrução material do

⁵¹⁷ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 397 (1955), officio n.º 1312/428 de 16 de Abril de 1955, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁵¹⁸ *Ibidem.*

⁵¹⁹ *Ibidem.*

⁵²⁰ *Ibidem.*

⁵²¹ *Ibidem.*

pós-guerra e dispunha de um vasto potencial económico ao nível exploração de recursos naturais estratégicos, como o urânio e o petróleo⁵²².

Enquanto permaneciam as dificuldades de penetração na África portuguesa, o interesse da sociedade italiana em relação ao continente negro aumentava a cada dia. A Itália tinha melhores perspectivas de colaboração no norte de África devido à sua posição no Mediterrâneo, ao seu prestígio e influência regional e a um passado de presença colonial na Líbia, na Somália e na Eritreia⁵²³. Entre as iniciativas que se realizavam na altura para incrementar as parcerias afro-italianas contava-se, por exemplo, o IV Congresso Económico Ítalo-Africano (Milão, 27 de Abril de 1955), patrocinado pela Câmara do Comércio de Milão e pelo Instituto Italiano para a África⁵²⁴. Para apoiar os italianos com cursos superiores ou técnicos que quisessem exercer a sua actividade em África era também criada a Associação de Técnicos para o Ultramar, subvencionada pela *Confindustria* e pelas autoridades italianas. O Governo italiano apoiava ainda, com uma quota anual de 10 mil libras esterlinas, a Agência Líbia para o Desenvolvimento Público, fundada em Trípoli, a 20 de Dezembro de 1951⁵²⁵. A imprensa anunciava frequentemente sugestões para projectos futuros, como a criação de uma escola agrícola e industrial italiana em Adis Adeba, Etiópia; outras vezes, pressionava o Palácio Chigi para que divulgasse todas as notícias relativas às possibilidades emigratórias para África ou para que acordasse com os países africanos medidas de reciprocidade para a outorga de equivalência de títulos universitários em medicina a cidadãos italianos e promovesse acordos com os países africanos que fomentassem uma emigração também no campo intelectual⁵²⁶.

Nestes termos, para António Ferro, «não só os interesses deste país em África estão longe de se encaminhar no sentido de uma diminuição, como o seu anticolonialismo vai assumindo formas que dificilmente se enquadram em tantas declarações de elementos responsáveis feitas de alguns anos a esta parte»⁵²⁷. A imprensa, do centro e da direita, e os porta-vozes de organismos oficiais, como o Instituto Italiano para a África, tomavam uma posição cada vez mais compreensiva perante as autoridades das potências detentoras de colónias⁵²⁸. Explicava esta evolução a constatação objectiva de que as vias escolhidas para

⁵²² *Ibidem*.

⁵²³ AHD/MNE, 2P A56 M165, ofício n.º 4 de 22 de Abril de 1955, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁵²⁴ *Ibidem*.

⁵²⁵ *Ibidem*.

⁵²⁶ *Ibidem*.

⁵²⁷ *Ibidem*.

⁵²⁸ AHD/MNE, 2P A58 M139, ofício n.º 7 de 30 de Maio de 1955, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

conseguir aumentar a presença italiana deveriam ter em conta as duas realidades jurídicas existentes na África: os países independentes e os países ligados às potências europeias no âmbito de federações e de comunidades mais ou menos colonialistas. Os italianos começavam a perceber que a exibição de um anticolonialismo provado, por vezes excessivamente brusco e, por isso, pouco convincente, não abriria automaticamente ao seu comércio exportador os mercados dos novos Estados criados na África do Norte e nos países do Médio Oriente, onde, aliás, a Itália tinha de competir em clara posição de inferioridade com a Alemanha, a Inglaterra, a França e os Estados Unidos⁵²⁹. Verificavam também que as repetidas afirmações de anticolonialismo faziam com que as potências coloniais rejeitassem a colaboração italiana, em capitais ou mão-de-obra, pois nenhum Governo pretendia inserir no seu território indivíduos que apologizavam a libertação das regiões que administrava⁵³⁰. Constatavam, por fim, que tal posição também não favorecia os seus interesses perante a ONU em virtude de «não serem gratos àquela instituição certos excessos de zelo em favor da independência dos territórios [...], preferindo ela a mais discreta acção desenvolvida por países colonizadores» como a Inglaterra, a França e a Bélgica «à larga publicidade independentista de que o Governo de Roma rodeou a sua actividade na Somália»⁵³¹. Por fim, a partilha de pontos de vista entre os democratas-cristãos, socialistas e comunistas levantava a questão se a Itália não estaria, em última análise, a beneficiar os interesses de Moscovo em vez de os inviabilizar, porquanto a retirada intempestiva das potências colonialistas abriria um vazio político, mascarado de independências nacionais, que poderia ajudar a acção dos agitadores comunistas⁵³².

Eis porque Ferro constatava que, em meados de 1955, «o movimento abertamente anticolonialista que representava a reacção normal de toda a imprensa e esferas oficiais italianas» registava «um aberto retrocesso»⁵³³. Era então que surgia a questão de Goa, com a Itália a utilizá-la para fortalecer o seu papel internacional, nomeadamente através de uma acção mediadora entre Portugal e a União Indiana, e distender a sua influência, enquanto defensora dos interesses do Ocidente e da paz mundial, quer na Ásia, quer na África. Mesmo que isto significasse aumentar o grau de tensão nas relações luso-italianas. Este é o assunto sobre o qual reflectiremos no ponto seguinte.

⁵²⁹ *Ibidem.*

⁵³⁰ *Ibidem.*

⁵³¹ *Ibidem.*

⁵³² *Ibidem.*

⁵³³ *Ibidem.*

3.5 – Lisboa, Nova Deli e Roma: tensão em torno de Goa

A preocupação de Lisboa com o destino dos territórios coloniais começou no Estado Português da Índia⁵³⁴. Estávamos em meados de 1946. Mahatma Gandhi, líder do Movimento para a Independência da Índia, afirmava então que a sobrevivência da colónia portuguesa se devia apenas à tolerância britânica e que os seus territórios teriam necessariamente de ser incluídos numa Índia independente⁵³⁵. A agitação política em Goa continuaria a crescer, não obstante a acção repressiva das autoridades portuguesas locais⁵³⁶. A 15 de Agosto de 1947, a Inglaterra retirava-se do Indostão e nascia a União Indiana, cujo Governo era liderado por Jawaharlal Nehru. Remanesciam na península, a par das parcelas do Império Colonial português, cinco enclaves pertencentes à França (Pondichéry, Chandernagor, Karibal, Mahé e Yanson) e uma dúzia de estabelecimentos franceses menores dispersos pelas províncias de Madras, Orises e Bombaim. Estes seriam cedidos à União Indiana, a 6 de Outubro de 1948. Quanto aos cinco enclaves, Paris e Nova Deli acordam, em Junho de 1948, que seria a população dos mesmos a decidir o seu destino⁵³⁷. Em Chandernagor, a maioria votava a favor da união com a Índia, com a transição a ocorrer a 30 de Junho de 1950. Os restantes enclaves, continuariam a fazer parte da França, com Paris a outorgar-lhes um estatuto autónomo⁵³⁸.

A 27 de Fevereiro de 1950, oficializando as reivindicações informalmente feitas no sentido da inclusão do Estado da Índia na União Indiana, o Governo de Jawaharlal Nehru convidava o Governo português a discutir os termos em que decorreria a integração. A proposta foi expressamente recusada por Lisboa, pois, tal como definido no Acto Colonial (1930), nenhum Governo estava autorizado a negociar a alienação de qualquer parte do seu território nacional⁵³⁹. Esta posição era, para citar Pietro De Paolis, Ministro de Portugal em Roma, «come una superficie liscia e adrucciolevole sulla quale è strettamente difficile aver presa»⁵⁴⁰. Consequentemente, os convites feitos pelas autoridades de Nova Deli para que a

⁵³⁴ Sobre a questão de Goa, como ficou conhecido o longo processo político e diplomático que levou à extinção do Estado Português da Índia *vide*, entre outros, Coissoró 1982, Fernandes 1996, Magalhães 1996, pp. 9-12; Rosas 1999, Rodrigues 2002, Costa 2011.

⁵³⁵ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portogallo, b. 1 (1946), ofício n.º 1484/614 de 5 de Agosto de 1946, o Ministro de Itália em Portugal ao MAE.

⁵³⁶ ASD/MAE, AP (1946-1950), Portogallo – possedimenti, b. 1 (1946-1949), carta com data de 5 de Janeiro de 1947, o Cônsul italiano em Bombaim ao MAE, *inter alia*.

⁵³⁷ AHD/MNE, 2P A58 M137, tradução portuguesa do artigo «Os restos dos impérios coloniais na península indiana», publicado na revista *Relazioni Internazionali*, n.º de 12 de Julho de 1952, reproduzida no Boletim da Imprensa da Legação de Portugal em Roma, n.º 30/52, de 21 de Julho de 1952.

⁵³⁸ *Ibidem*.

⁵³⁹ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 73 (1951), ofício n.º 16/15210/C de 22 de Outubro de 1951, o MAE ao Embaixador de Itália em Nova Deli.

⁵⁴⁰ *Ibidem*.

questão fosse resolvida pela via diplomática desvaneciam-se progressivamente, aumentando a sua impaciência⁵⁴¹. Esta situação criava um problema sério, confessado pelo próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, ao novo Ministro da Itália, António Venturini: «Il Portogallo si rende perfettamente conto di non potersi opporre ad un colpo di forza da parte dell'India»⁵⁴². O mesmo seria dizer que só assim Portugal perderia o Estado da Índia, pois nunca renunciaria à soberania sobre os territórios de Goa, Damão e Diu pela via negocial⁵⁴³. Em Janeiro de 1953, Nova Deli voltava a insistir com Lisboa para a abertura de negociações. A posição mantinha-se inalterada, o que exasperava Nehru. A 29 de Abril de 1953, num discurso proferido em Bombaim, declarava que estava pronto para tomar todas as medidas necessárias que assegurassem a liberdade «aos irmãos» de Goa:

«La questione di Goa non può rimanere una catena al piede di questo nostro grande paese. Se ci è stato possibile ottenere l'allontanamento degli inglesi da un territorio tanto esteso, sarà certamente nelle nostre facoltà di rimuovere quella sacca e rendere libere quelle popolazioni»⁵⁴⁴.

O Primeiro-ministro aligeirava em seguida o tom de aberta ameaça com um «non voglio compiere passi sbagliati» e que «il Governo indiano rimane fedele alla sua politica favorevole alla risoluzione pacifica delle controversie internazionali», mas a mensagem estava dada⁵⁴⁵. Até porque, como relatava o Embaixador de Itália em Nova Deli, a actualidade do problema de Goa era cada vez mais premente e a sua solução cada vez mais urgente, com os elementos do Governo a trazê-lo à opinião pública sempre que possível com entoações quase dramáticas⁵⁴⁶.

A 11 de Junho de 1953, o Governo da União Indiana encerrava a sua Legação em Lisboa, justificando tal acto com a inutilidade da mesma para a discussão da transferência dos territórios portugueses da Índia⁵⁴⁷. Tratava-se de um gesto importante, e o primeiro de outros, para demonstrar como a União Indiana estava determinada a obter a expulsão dos portugueses⁵⁴⁸. As referências aos passos ulteriores, sem que fossem definidos, suscitaram

⁵⁴¹ *Ibidem*, ofício n.º 16/15210/C de 22 de Outubro de 1951 e n.º 6/17432/C de 12 de Novembro de 1951, o MAE ao Embaixador de Itália em Nova Deli.

⁵⁴² ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 160 (1952), ofício n.º 1386/560 de 12 de Julho de 1952, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁵⁴³ *Ibidem*.

⁵⁴⁴ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 249 (1953), ofício n.º 15/7992/C de 15 de Junho de 1953, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁴⁵ *Ibidem*.

⁵⁴⁶ *Ibidem*.

⁵⁴⁷ *Ibidem*, ofício n.º 8583/C de 16 de Junho de 1953, o MAE ao Embaixador de Itália em Nova Deli.

⁵⁴⁸ *Ibidem*, ofício n.º 15/12804/C de 8 de Outubro de 1953, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

grande curiosidade e algumas preocupações na medida em que não se sabia bem o que a Índia pretendia fazer, conjecturando-se que imporia restrições comerciais e limitações ao nível da circulação entre a Índia e os territórios portugueses. Como se explicava no comunicado divulgado à imprensa e às missões estrangeiras em Nova Deli, as autoridades indianas viam que todos os seus esforços para persuadir o Governo de Oliveira Salazar tinham sido vãos e que a cessação do domínio britânico na Índia era a confirmação ulterior de que os vestígios de um passado colonial deviam desaparecer⁵⁴⁹. Lisboa reagia com a publicação na imprensa de uma nota do Secretário Nacional da Informação, onde reputava as acusações da União Indiana como infundadas e acentuava que a realidade vivida nos territórios da Índia portuguesa constituía um modelo para todas as nações que tinham como intento mor conservar a paz e a concórdia internacional⁵⁵⁰.

Meses depois, a 17 Outubro de 1953, no Parlamento, Nehru voltava a pronunciar-se em termos drásticos contra a permanência dos portugueses e dos franceses ainda existentes na Índia, prognosticando que esta situação, já incómoda do ponto de vista político, tornar-se-ia muito perigosa no caso de uma nova guerra mundial:

«In tale caso non potremmo ammettere che una parte qualsiasi dell'India, compresi quelli che sono attualmente chiamati gli stabilimenti stranieri, possa comunque rimanere implicata nella guerra. Desidero mettere chiaramente, per scopi bellici, noi dovremmo agire in conseguenza»⁵⁵¹.

Tenhamos presente que se estava em plena Guerra Fria e, em termos de política externa, a Índia, mesmo não pretendendo integrar o bloco soviético e cooperando no bloqueio aos regimes comunistas, pretendia manter a sua política externa independente de qualquer bloco particular. Ou seja, agiria de acordo com os seus princípios e conveniências. Não esqueçamos que a União Indiana confinava geograficamente com a China comunista, para além de dispor de escassos recursos militares e ter ainda muito próximo o seu passado colonial⁵⁵².

Nos meios diplomáticos portugueses, tinha-se como certo que a União Indiana, a coberto da sua simulada neutralidade, procurava imiscuir-se nos assuntos africanos, com os seus governantes a tecerem considerações empoladas em torno da urgência em eliminar o

⁵⁴⁹ *Ibidem*, ofício n.º 15/7992/C de 15 de Junho de 1953, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁵⁰ *Ibidem*.

⁵⁵¹ *Ibidem*, telex n.º 15/12804/C de 8 de Outubro de 1953, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁵² AHD/MNE, 2P A 58 M137, Boletim da Imprensa da Legação de Portugal em Roma, n.º 46/52, de 10 de Novembro de 1952.

colonialismo⁵⁵³. Segundo o Consulado de Portugal em Nairobi, elementos indianos do Quénia estavam ligados aos rebeldes independentistas Mau-Mau, cujo fanatismo parecia ser instigado pelo Governo de Nova Deli⁵⁵⁴. A partir do Cairo, o Embaixador da Índia procuraria também contrariar a organização da defesa do Próximo Oriente tendo em vista a neutralidade do bloco africano e asiático e a valorização do seu país com bases egípcias⁵⁵⁵. Em Setembro de 1953, no *India News*, boletim de informação do Governo indiano, Nehru aludia à convocação de uma Conferência das Nações Asiáticas e Africanas; no mês seguinte, a revista *Intelligence Digest* anunciava que a *Capricorn Africa Society* organizaria no Cairo, com o patrocínio da Associação Índia-África, sediada em Nova Deli, uma conferência pan-africana, onde estariam representados todos as entidades que apoiavam o nacionalismo africano⁵⁵⁶.

Após o encerramento da Legação da União Indiana em Lisboa, as reivindicações de Nova Deli sobre a Índia Portuguesa cresciam de tom e eram acompanhadas por uma série de medidas administrativas destinadas a prejudicar a actividade económica de Goa, como a proibição das exportações, e a fortalecer um movimento de opinião que pressionasse para a integração dos territórios portugueses. A 23 de Abril de 1954, o Governo português tentava internacionalizar a questão de Goa ao levá-la à reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho do Atlântico. Paulo Cunha anunciava aos parceiros que quando a pressão da União Indiana sobre a Índia portuguesa atingisse o grau de uma ameaça efectiva, o Governo de Lisboa ver-se-ia na necessidade de recorrer à consulta prevista no art.º 4 do Pacto do Atlântico⁵⁵⁷. O Representante Permanente de Portugal junto da NATO confirmava depois ao homónimo italiano que Lisboa levantaria a questão numa das próximas reuniões do Conselho e, a propósito, sondava-o se a Itália compreenderia as dificuldades do problema e a posição portuguesa⁵⁵⁸. A resposta do Governo de Roma era seguinte:

«Da parte nostra, pur apprezzando al loro giusto valore le considerazioni che si fanno valere da parte portoghese, non vediamo alcuna ragione di assumere nella questione un atteggiamento di marcato

⁵⁵³ AHD/MNE, 2P A57 M80, informação de serviço do MNE intitulada «A Índia interessa-se pela África», datada de 10 de Novembro de 1953, redigida por Armando de Freitas.

⁵⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁵⁷ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 315 (1954), ofício n.º 15/626/C, urgente e muito reservado, sem data, o MAE à Legação de Itália em Lisboa. O artigo em causa diz especificamente que os Estados-membros consultar-se-iam mutuamente sempre que um deles considerasse que a integridade territorial, a independência política ou a segurança de um dos restantes estivesse em risco.

⁵⁵⁸ *Ibidem*.

appoggio alla política di Lisbona e ciò anche in considerazione delle relazioni che abbiamo con l'India, particolarmente nel campo economico»⁵⁵⁹.

Esta posição ia a par com a inquietação da Itália em relação à conjuntura asiática. Na primeira metade dos anos 50, a situação na Ásia era complexa em virtude, e citamos René Rémond (1994, p. 421), «da osmose entre o nacionalismo e o comunismo» que lançava a região em guerras sucessivas pela independência, alinhando em campos opostos as forças afectas ao bloco soviético e ao bloco ocidental em luta pela manutenção/expansão das respectivas zonas de influência. A preocupação da comunidade internacional era evidente pelas sérias ameaças que esta situação colocava à paz mundial. Em conversa com Francisco de Calheiros e Menezes, Ministro de Portugal em Roma, o Marquês Lanza D'Ajeta, que era naquela época Embaixador em Tóquio, considerava que a situação na Ásia era «muito séria» e, se não fosse impedido, o avanço comunista transformaria o continente num satélite da Rússia⁵⁶⁰.

A apreensão com que o Governo português acompanhava a situação na Ásia levava-o a estabelecer uma ligação directa entre ela e a questão de Goa. No início de Maio de 1954, Paulo Cunha concedeu uma entrevista a Henry Gladstone, um dos maiores especialistas nas questões políticas e económicas da *Mutual Broadcasting System*. Foi difundida na rede de estações norte-americanas e teve uma ampla publicação na imprensa portuguesa. Antonio Venturini classificou-a de «notevole interesse»⁵⁶¹. Paulo Cunha sublinhava que se os problemas na Ásia eram cada vez mais intrincados e uma fonte de ansiedade para todas as nações do Ocidente, a guerra que decorria na Indochina, e que apenas recentemente tinha terminado na Coreia, não poderia espalhar-se para outras partes do mundo, nomeadamente aos territórios portugueses na Índia, onde seria igualmente perigosa pelo estado de tensão internacional que criaria⁵⁶². Goa, baluarte da civilização ocidental na Ásia, devia, por isso, ser encarada como um os principais problemas de política internacional⁵⁶³.

Em Julho de 1954, os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli eram ocupados pelos chamados «voluntários da libertação». Lisboa temia que estivesse em preparação um ataque contra Goa. A 24 de Julho, António Ferro, Ministro de Portugal em Roma, reunia-se com o Director-

⁵⁵⁹ *Ibidem*.

⁵⁶⁰ AHD/MNE, PEA M282, informação de serviço do MNE intitulada «Conversa com o Embaixador da Itália em Tóquio», com data de 28 de Abril de 1954, redigida por Amândio Pinto.

⁵⁶¹ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 315 (1954), ofício n.º 1575/524 de 8 de Maio de 1954, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁵⁶² *Ibidem*.

⁵⁶³ *Ibidem*.

adjunto dos Negócios Políticos do MAE para expor os acontecimentos ocorridos na Índia e solicitar o apoio da Itália na contenda em aberto entre Lisboa e Nova Deli. O Director-adjunto informava Ferro que as autoridades italianas sabiam que o Governo português pretendia discutir a questão na próxima reunião do Conselho Atlântico e recordava que havia Estados-membros que consideravam que o problema excedia as competências do Conselho⁵⁶⁴. A Itália, favorável ao alargamento da prática de consultas políticas no âmbito da NATO, não objectava que Portugal actualizasse o Conselho quanto à evolução da situação em Goa, devendo, no entanto, aceitar a posição que, por maioria, se tomasse a propósito⁵⁶⁵. Por outro lado, o Governo de Roma não poderia assumir uma posição decididamente contra a Índia, «sia per la linea di comprensione che abiamo sempre seguito cerca i popoli di colore, sia perchè le noste relazioni con l'India hanno per noi notevole interesse»⁵⁶⁶.

O Conselho do Atlântico reunia-se a 26 de Julho, em Paris. Na sua exposição, o representante português acusava o Governo indiano de aberta conivência com os agressores, pois impedia o envio de forças da ordem para Dadrá, e de estar a preparar uma agressão semelhante contra Diu⁵⁶⁷. Perante estes factos, continuava, Portugal estava determinado a resistir com os meios de que dispunha para evitar a anexação dos seus territórios pela União Indiana, pelo que o conflito seria inevitável se Nehru, por pressão da opinião pública internacional e dos conselhos de governos amigos, não abandonasse a sua política de agressão⁵⁶⁸. Os delegados dos restantes Estados-membros respondiam com afirmações mais ou menos generalistas de simpatia, mas sempre sem aceitar as pretensões portuguesas quanto à obtenção do apoio militar da Aliança num eventual ataque à Índia portuguesa, com a Itália a recordar ainda as amigáveis e cordiais relações que mantinha quer com Portugal quer com a União Indiana⁵⁶⁹.

Em Lisboa, o Governo de Salazar continuava a movimentar-se para que a comunidade internacional reconhecesse que Portugal estava a sofrer um ataque à sua soberania nacional. Citemos Antonio Venturini, algo desagradado com este comportamento:

«Continua il patetico agitarsi della diplomazia portoghese affinché l'opinione pubblica internazionale porti un maggiore interesse ai casi di Goa, Damão, Diu, Dadrà, Nagar-Aveli ed i governi

⁵⁶⁴ *Ibidem*, officio nº 15/9331/C, reservado, de 30 de Julho de 1954, o Director-geral dos Negócios Políticos do MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁶⁵ *Ibidem*.

⁵⁶⁶ *Ibidem*.

⁵⁶⁷ *Ibidem*.

⁵⁶⁸ *Ibidem*.

⁵⁶⁹ *Ibidem*.

delle potenze alleate ed amiche mostrino di preoccuparsi per i ripetuti attentati alla «sovranià» del Portogallo.

Comunicati a getto continuo, orchestrate manifestazioni di piazza, esposizioni fatta in sede NATO dal Rappresentante Permanente portoghese, passi compiuti presso i singoli governi, nulla viene lasciato intentato per cercare di svegliare l'attenzione degli altri paesi e di galvanizzare l'opinione pubblica nazionale»⁵⁷⁰.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e o seu Secretário-geral reuniam-se no Palácio das Necessidades com os diplomatas dos países do Pacto Atlântico e dos países aos quais Portugal estava ligado por vínculos particulares, como a Espanha, o Brasil e a África do Sul⁵⁷¹. Ao Ministro da Itália, o Ministro Paulo Cunha repetia o que António Ferro dissera em Roma: que a União Indiana, ao fomentar a agressão aos territórios portugueses, contradizia os princípios de não-violência que apregoava; que Portugal estava decidido a defender-se pelas armas, sendo de seu direito invocar, em caso extremo, a aliança com a Inglaterra⁵⁷² e o art.º 4 do Pacto do Atlântico, muito embora estivesse ciente de que os tratados apenas poderiam produzir uma genérica solidariedade platónica; por fim, que o Governo de Roma transmitisse ao Governo de Nova Deli o seu desapontamento e apreensão com o rumo que os acontecimentos tomavam⁵⁷³. Este último ponto era especialmente importante para o Ministro Paulo Cunha, pois poderia induzir Jawaharlal Nehru a adiar os seus «projectos agressivos» e mitigar, caso o pior acontecesse, a reacção da opinião pública portuguesa perante a constatação da falta de solidariedade dos aliados⁵⁷⁴.

No dia 3 de Agosto de 1954, o Ministero degli Affari Esteri enviava um telegrama ao Embaixador italiano em Nova Deli instruindo-o para que comunicasse ao Governo indiano que a Itália desejava que o atrito entre a União Indiana e Portugal fosse resolvido pela via pacífica:

«È stata data assicurazione a questo ministro del Portogallo, a seguito di sue ripetute insistenze, che V.E. presi opportuni contatti con suo collega britannico, avrebbe espresso a codesto Governo, in via molto amichevole, i voti sinceri del Governo italiano che l'attuale attrito tra India e Portogallo possa essere pacificamente composto»⁵⁷⁵.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, ofício n.º 15/10035/C de 19 de Agosto de 1954, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁷¹ *Ibidem*.

⁵⁷² A aliança existente entre Portugal e a Inglaterra obrigava cada uma das partes a fornecer assistência na forma que lhe fosse solicitada pelo aliado. No contexto da questão de Goa, tecnicamente, os portugueses poderiam solicitar à Inglaterra que enviasse as suas tropas para a Índia para apoiar as tropas portuguesas.

⁵⁷³ *Ibidem*, ofício n.º 15/10035/C de 19 de Agosto de 1954, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁷⁴ *Ibidem*.

⁵⁷⁵ *Ibidem*, ofício n.º 15/9664/C de 7 de Agosto de 1954, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

Sublinhe-se, contudo, que o Governo italiano avançara com esta intervenção porque sabia de antemão que a Inglaterra, tal como os EUA, a Santa Sé, a Bélgica e o Chile, executariam passos análogos⁵⁷⁶. Atendendo ao conjunto destas pressões e, sobretudo, à susceptibilidade indiana, o Embaixador da Itália procurou dar à sua intervenção a menor formalidade possível⁵⁷⁷.

Entretanto, à medida que as negociações entre Paris e Nova Deli evoluíam, era cada vez mais difícil para Portugal obter a solidariedade europeia nos termos em que pretendia⁵⁷⁸. Em paralelo, no Estado da Índia, os acontecimentos cresciam em gravidade e em violência, demonstrando que os indianos não estavam dispostos a ceder. O Embaixador da Itália em Nova Deli informava Roma que era voz corrente que Chou En Lai, um dos líderes proeminentes do Partido Comunista Chinês, no decurso do seu recente encontro com Nehru, encorajara-o a ser duro e determinado na questão dos territórios portugueses, considerando-os, tal como defendia a *Pravda*, uma potencial base anticomunista na Ásia. No entanto, como constatava o Embaixador italiano, a par da firmeza no plano diplomático, o Governo de Nehru demonstrava uma certa prudência no plano prático, visível, por exemplo, no facto de as aldeias ocupadas, ao invés de anexadas pela União, terem sido entregues a uma administração popular local⁵⁷⁹.

Era neste contexto que o Governo português, animado por um «spirito conciliativo», para citar Antonio Venturini, pretendia esclarecer a situação em Goa perante o Mundo e para isso propunha ao Governo indiano que se nomeasse uma comissão internacional de inquérito composta por seis Estados, três designados pela União Indiana e os outros três por Portugal⁵⁸⁰. Em Roma, o Ministro de Portugal informava o MAE que Lisboa esperava que a Itália fosse um dos três países por ela nomeados, a par da Inglaterra e da Bélgica⁵⁸¹. A reacção dos três foi idêntica: apenas responderiam ao convite português quando conhecessem a posição da União Indiana sobre o assunto, pois nenhum deles queria ferir a susceptibilidade dos governantes de Nova Deli e levá-los a endurecer a sua posição no quadro das negociações

⁵⁷⁶ *Ibidem.*

⁵⁷⁷ *Ibidem.*

⁵⁷⁸ *Ibidem*, ofício n.º 2480/265 de 12 de Agosto de 1954, o Cônsul de Itália em Bombaim ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁷⁹ *Ibidem*, ofício n.º 15/10035/C de 19 de Agosto de 1954, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁸⁰ *Ibidem*, ofício n.º 1129/C, secreto, de 13 de Agosto de 1954, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁸¹ *Ibidem.*

para criação da *South East Asia Treaty Organization* (SEATO) e da adesão da União Indiana à mesma⁵⁸².

A 11 de Agosto, depois de um inusitado silêncio, interpretado pelo Embaixador italiano em Nova Deli como uma rejeição, o Governo de Nehru respondia à proposta portuguesa com uma nota onde afirmava que, apesar de aceitar o princípio de uma observação imparcial, não considerava adequado o procedimento sugerido por Lisboa⁵⁸³. Em alternativa, propunha uma reunião entre os representantes dos dois governos para discutir a questão. Nos círculos diplomáticos de Roma, esta proposta era interpretada como uma nova tentativa de Nova Deli para levar Portugal para negociações bilaterais, por ele sempre repudiadas⁵⁸⁴.

Quatro dias depois, pelo aniversário da independência da União Indiana (15 de Agosto), decorria a primeira marcha sobre Goa. Nos meios políticos e diplomáticos do Ocidente e de Nova Deli, a impressão geral era que os territórios seriam incorporados na Índia⁵⁸⁵. Contudo, a efeméride decorreu sem a dimensão apocalíptica imaginada e, em meados de Setembro, o impasse voltava a instalar-se, com ambas as partes a manterem inalterada a sua posição inicial. O Secretário-geral do MNE, Embaixador Vasco da Cunha, numa conversa com Antonio Venturini, mostrava-se realista ao afirmar que não tinha ilusões a longo prazo e, no futuro imediato, o que contava em política era saber «durar»⁵⁸⁶. Para além do mais, continuava Vasco da Cunha, «il fatto di essere riuscito a «tenere duro» è per il Portogallo, e non a torto, motivo di legittima soddisfazione»⁵⁸⁷. Todavia, as incógnitas eram muitas: sérias incógnitas políticas perante um adversário esquivo como Nehru e incógnitas financeiras, pois numa economia meticulosamente planeada e estudada como era a do Estado Novo qualquer imprevisto poderia comprometer a situação financeira do país⁵⁸⁸.

A delicadeza do problema indiano em si e dos problemas que suscitava interna e externamente levava Salazar a proferir, a 30 de Novembro de 1954, um longuíssimo discurso sobre a questão de Goa (Salazar 1959, pp. 227-278). Nele enumerava as três soluções possíveis: a) negociações com a União Indiana; b) resistência militar e c) a independência total de Goa ou eventual federação/confederação portuguesa. Para o Ministro Venturini, a prédica tinha apenas um carácter didáctico, não havendo um único indício da diminuição da

⁵⁸² *Ibidem*. A SEATO foi fundada a 8 de Setembro com o Pacto de Manila, tendo por objectivo conter a expansão da URSS na Ásia. Seria extinta em Junho de 1977.

⁵⁸³ *Ibidem*, ofício n.º 15/9930/C de 14 de Agosto de 1954, o MAE à Legação de Itália em Lisboa.

⁵⁸⁴ *Ibidem*.

⁵⁸⁵ *Ibidem*, ofício n.º 15/10498/C de 30 de Agosto de 1954, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁸⁶ *Ibidem*, ofício n.º 15/11190/C de 16 de Setembro de 1954, o MAE ao Embaixador de Itália em Londres.

⁵⁸⁷ *Ibidem*.

⁵⁸⁸ *Ibidem*.

intransigência portuguesa⁵⁸⁹. Como escrevia o diplomata, «bisogna [...] riconoscere che il Governo di Lisbona ha saputo trattare la questione con innegabile fermezza non disgiunta da abilità e tali da sventare, almeno provvisoriamente, i piani indiani»⁵⁹⁰.

Com a aproximação do Verão de 1955, e com ele o aniversário da independência, a questão de Goa, depois de alguns meses adormecida, tinha um despertar fastidioso para as autoridades portuguesas⁵⁹¹. Venturini falava de uma «guerra di nervi» que Nehru conduzia a fazer jus à sua «perfetta educazione anglosassone», levando o Governo português a reagir «stringendo i denti e ascoltando ansioso l'eco della stampa mondiale»⁵⁹². Salazar estava consciente de que o seu adversário possuía a desenvolta agilidade mental do Oriente e que a sua influência política crescia cada vez mais. Não obstante, esperando um passo em falso, o Presidente do Conselho permanecia firme «sulle sue trincee, opponendo alla mobilità dell'avversario l'immobilismo più rigido, convito – com'è – del suo buon diritto»⁵⁹³. Porém, também Nehru era resiliente. Para ele, quanto mais não fosse, Goa faria parte da União Indiana quando Salazar desaparecesse da cena política: Portugal cairia no caos político e a Índia poderia então assenhorear-se facilmente dos territórios portugueses⁵⁹⁴. Tudo não era, por isso, mais do que uma questão de tempo.

No final de Julho de 1955, o Ministro dos Estrangeiros da União Indiana decretava que a Legação de Portugal em Nova Deli deveria ser encerrada até ao dia 8 de Agosto. Este passo, segundo as autoridades indianas, não visava romper as relações diplomáticas com Portugal, mas evidenciar a inutilidade da existência de tal delegação, tal como acontecera em 1953, com o encerramento da Legação da União em Lisboa⁵⁹⁵. Portugal entregava a defesa dos seus interesses na Índia ao Brasil, contudo, também este facto contribuiria inesperadamente para acentuar a «piccola guerra fredda» luso-indiana⁵⁹⁶. À nota onde o Governo brasileiro informava que assumia oficialmente a defesa dos interesses portugueses, o Governo indiano respondia com uma «comunicazione davvero singolare», onde, depois de reconhecer ao Brasil o direito de proteger os interesses portugueses na Índia, declarava que não consentiria que o mesmo fosse exercido contra a União Indiana⁵⁹⁷. Neste sentido, não autorizaria a abertura de

⁵⁸⁹ *Ibidem.*

⁵⁹⁰ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 397 (1955), ofício n.º 1312/428 de 16 de Maio de 1955, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁵⁹¹ *Ibidem*, ofício n.º 15/8576/C de 27 de Julho de 1954, o MAE ao Embaixador de Itália em Londres.

⁵⁹² *Ibidem.*

⁵⁹³ *Ibidem.*

⁵⁹⁴ *Ibidem.*

⁵⁹⁵ *Ibidem*, nota verbal n.º 105 de 28 de Julho de 1955, o Ministro de Portugal em Roma ao MAE.

⁵⁹⁶ *Ibidem*, ofício n.º 15/12519/C de 8 de Novembro de 1955, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁵⁹⁷ *Ibidem.*

um consulado brasileiro em Bombaim e nem o Embaixador do Brasil seria recebido pelas autoridades de Nova Deli para discutir a questão⁵⁹⁸.

Segundo informações recolhidas pelo Embaixador de Itália junto dos diplomatas brasileiros na capital indiana, o Governo do Rio de Janeiro estava cansado da falta de elasticidade de Salazar, atribuída sobretudo à preocupação de ver o regime ruir no seguimento de um gesto que considerava ser de debilidade⁵⁹⁹. Meses antes, tinha aconselhado o Presidente do Conselho a resolver a questão de Goa com um plebiscito, cujo resultado seria então certamente favorável aos portugueses⁶⁰⁰. Além do mais, a ideia de um referendo criaria embaraços ao Governo indiano porque encorajaria o mesmo procedimento para Caxemira, sendo este muito mais perigoso para a Índia porque a posição internacional do Paquistão ficara reforçada com a adesão do Irão ao Pacto Turco-Iraquiano e a sua força militar crescia devido às ajudas americanas⁶⁰¹. Como referia o Embaixador de Itália, estes factos alimentavam vários dos rumores sensacionalistas que corriam em Nova Deli, entre os quais que os portugueses estudavam uma forma de abandonar os seus territórios a favor do Paquistão⁶⁰². Uma situação que suscitava a ira dos indianos que as tinham como certas⁶⁰³.

A 15 de Agosto de 1955, decorria a segunda marcha sobre Goa. À diferença da primeira, esta seria violenta e levantaria uma onda de condenação internacional, incluindo na Itália, com as necessárias consequências para as relações luso-italianas e indo-italianas. O que nos leva a contextualizar a importância da questão de Goa no âmbito das relações da Itália com os países do Terceiro Mundo para o alargamento dos seus mercados e influência internacional.

O Governo italiano adoptou desde o início uma posição neutral, pois era do seu interesse conservar boas relações com ambas as partes. Tecnicamente, considerava que Portugal não poderia conservar o Estado da Índia, pois ser-lhe-ia impossível contrariar o curso da História, porém, não pressionava Lisboa para ceder os territórios indianos. Quando solicitado para intervir junto do Governo de Nova Deli, a fim de demovê-lo das suas intenções anexionistas, Roma acedia, contudo, o conteúdo da intervenção não seria bem a

⁵⁹⁸ *Ibidem*. A questão da representação diplomática ficaria resolvida no início de 1956, com o Brasil a assumir efectivamente a defesa dos interesses portugueses na Índia. Em Portugal, os interesses indianos eram assegurados pelo Egipto (ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 472 (1956), ofício n.º 15/835/C de 24 de Janeiro de 1956, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa).

⁵⁹⁹ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 397 (1955), ofício n.º 15/12519/C de 8 de Novembro de 1955, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁶⁰⁰ *Ibidem*.

⁶⁰¹ *Ibidem*.

⁶⁰² *Ibidem*.

⁶⁰³ *Ibidem*.

pretendida por Portugal, pois ao invés de apelar à desistência de Goa, aconselhava a resolver a questão por via pacífica. Tenhamos em conta que a União Indiana era um dos maiores importadores de produtos italianos.

No início de Setembro de 1955, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma, Rui de Medina, informava o MNE que Gaetano Martino, Ministro dos Estrangeiros, visitaria o Japão e outros países do Extremo-Oriente em Novembro, compreendendo esta viagem uma passagem por Nova Deli⁶⁰⁴. Eram essencialmente dois os objectivos deste périplo: dar ao Governo de Roma um papel idêntico ao das grandes potências no âmbito da diplomacia internacional e criar condições para a abertura de novos mercados à mão-de-obra e aos produtos nacionais, deste modo afastando as preocupações em torno do desenvolvimento económico da Itália⁶⁰⁵.

Neste contexto, surgia a notícia de que o Governo de Roma teria conversado com os governantes britânicos sobre uma hipótese de mediação italiana na questão indo-portuguesa. A ser verdade, tratar-se-ia de mais uma iniciativa da Itália para figurar no plano internacional e responder aos ataques da imprensa provocados pelo pouco relevo do país no contexto político e diplomático internacional⁶⁰⁶. Rui Medina apurava depois que tal proposta não passava, afinal, de um rumor, assim como a notícia de que Gaetano Martino viajaria até Lisboa para analisar a situação com as autoridades portuguesas (Matos 2010, pp. 98-100). Todas estas (des)informações destinavam-se a criar um ambiente favorável à realização da visita de Martino, uma vez que o Governo de Nehru não estava satisfeito com o apoio dado a Portugal pela imprensa italiana, incluindo aquela afecta aos meios governamentais – como a *Esteri* e o *Il Messaggero*, órgãos officiosos respectivamente do MAE e do Governo –, no seguimento da recente marcha sobre Goa⁶⁰⁷. O Embaixador indiano em Roma teria mesmo deplorado a situação quando discutia no Palácio Chigi o projecto da viagem, antevendo naquela lusofilia uma atitude menos amistosa do Governo italiano⁶⁰⁸. Martino teria argumentado que a imprensa era totalmente independente mas, em face da insistência do Embaixador e do seu próprio interesse em ir à União Indiana, confiava a Vittorio Badini Confalonieri, Subsecretário dos Negócios Estrangeiros e seu correligionário no Partido

⁶⁰⁴ AHD/MNE, 2P A17 M103, ofício n.º 488, confidencial, de 3 de Setembro 1955, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁰⁵ *Ibidem*.

⁶⁰⁶ *Ibidem*, telegrama n.º 63 de 10 de Setembro 1955, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁰⁷ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 397 (1955), ofício n.º 3257/1010, reservado, de 28 de Setembro de 1955, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶⁰⁸ AHD/MNE, 2P A17 M103, telegrama n.º 67, confidencial, de 12 de Setembro 1955, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

Liberal, o encargo de escrever um pequeno artigo favorável aos pontos de vista da União Indiana, assim contribuindo para desfazer a referida impressão de hostilidade⁶⁰⁹.

O artigo seria publicado na edição de 8 de Setembro de 1955 do jornal *Messaggero Veneto*, de Udine, com o título «Goa». Confalonieri sustentava que a integração da Índia portuguesa na União Indiana seria uma questão de tempo, pelo que, se o Governo de Lisboa queria preservar as suas ligações culturais com os territórios indianos e continuar a fazer parte da História da Índia, deveria facilitar a transferência da soberania para Nova Deli, seguindo o exemplo da Inglaterra. Estas palavras, por terem sido escritas por um alto funcionário do MAE, motivaram o protesto das autoridades portuguesas, exigindo que o Governo italiano esclarecesse se passara a apoiar a União Indiana na questão de Goa. Abria-se então uma longa troca de correspondência, com o *Ministero degli Affari Esteri* a afirmar que Confalonieri agira por iniciativa própria e que a posição de Roma permanecia inalterada em relação a Portugal (Matos 2010, pp. 101-105).

Entretanto, nos EUA, John Foster Dulles tomava uma clara e enérgica posição a favor de Portugal no caso de Goa. Nos meios diplomáticos italianos, considerava-se que a posição do Secretário de Estado tinha sido concordada ao mais alto nível por iniciativa do Pentágono, o qual, através de Goa e do Paquistão tentava contrabalançar a pressão da China e da Rússia sobre a Índia⁶¹⁰. Por sua vez, Nehru fazia sentir ao Ocidente que tinha responsabilidades nos acontecimentos violentos de Goa devido ao apoio dado a Oliveira Salazar. Como afirmava na época, tinha sido a questão de Goa a demonstrar quem eram os verdadeiros amigos da Índia: Tito da Jugoslávia, U Nu da Birmânia e Sukarno da Indonésia, com eles integrando o Movimento dos Países Não-alinhados⁶¹¹. A Inglaterra, líder da *Commonwealth* à qual a Índia pertencia, desiludia-o com o tom hostil e irónico da sua imprensa, enquanto os norte-americanos surpreendiam-no com a sua posição compreensiva⁶¹². Eis como, no Natal de 1955, um dos dirigentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União Indiana comentava a posição de Foster Dulles com o Conselheiro da Embaixada de Itália em Nova Deli:

«Sappiamo che molti in Europa sono rimasti sorpresi e perplessi dalla presa di posizione americana. Ma nessuna voce si è elevata in Europa a contraddire Dulles. Voi sapete che fin dall'aprirsi della crisi di Goa, Nehru e la nostra stampa hanno più volte ammonito, nei termini più seri, che la questione di Goa sarebbe stata il banco di prova delle nostre amicizie internazionali. Bisogna che voi

⁶⁰⁹ *Ibidem*.

⁶¹⁰ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 397 (1955), ofício n.º 15/14703/C de 16 de Dezembro de 1955, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁶¹¹ *Ibidem*, ofício n.º 15/10032/C de 3 de Setembro de 1955, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁶¹² *Ibidem*.

européi vi rendiate conto che per noi il vostro silenzio è altrettanto colpevole quanto lo sono le esplicite dichiarazioni di Dulles. Noi indiani siamo vicini all'Europa. Per il 70% siamo ariani come voi. Spiritualmente, intellettualmente siamo più vicini a voi che non ai nostri nuovi amici russi e cinesi. Dovete rendersi conto che in India sta avvenendo quello che è avvenuto in Europa durante il secolo scorso, cioè la formazione di una coscienza nazionale accompagnata dall'aspirazione all'unità e all'indipendenza del Paese. D'altra parte, in un futuro già prossimo, l'India sarà un grande paese, uno dei più grandi e forti della terra. Questo è certo. È ancora incerto invece il modo, il reggimento politico, con cui l'India raggiungerà la sua grandezza. E a secondo dell'uno o dell'altro sistema che sceglieremo, vi saremo amici o nemici. Rendetevi conto delle nostre inevitabili reazioni»⁶¹³.

E continuava: se o Ocidente pretendia perpetuar as colónias na Índia, a União Soviética defendia a sua libertação total do colonialismo. O Governo de Nova Deli não queria deslizar para o lado dos russos, mas «se da una parte non vi sarà che l'insulto o il silenzio e dall'altra il clamore dei nostri nuovi «amici», sarà inevitabile che [...] ci convinceremo che i nostri veri amici stanno ad oriente e non ad occidente»⁶¹⁴.

Como sublinhava o Conselheiro italiano, se o discurso do dirigente indiano sobre Goa ecoava nos meios políticos indianos e na própria imprensa nacional, tal não acontecia no referente à ameaça de deslizamento pró-soviético, considerada pelo diplomata como «insolitamente explícita», mesmo tendo em conta o facto de ser uma conversa privada, pois os funcionários da União raramente abandonavam a sua reserva habitual. Concluía, por isso, que tais declarações visavam preparar o ambiente para a visita do Ministro dos Estrangeiros de Itália, Gaetano Martino, logo no início de Janeiro de 1956⁶¹⁵.

Portugal seguiu com atenção a visita de Martino a Nova Deli. A imprensa portuguesa, «sempre molto sensibile a tutto ciò che sul conto del Portogallo si dice o si pensa all'estero», publicava com destaque as declarações do Ministro à sua chegada a Bombaim, evidenciando com destaque a crítica feita à imprudência com que os líderes soviéticos acicatavam os conflitos em zonas sensíveis, dominadas pelo nacionalismo, e o seu desejo em que a questão de Goa fosse pacificamente resolvida, dado que ambos os países eram «buoni amici dell'Italia»⁶¹⁶. Nehru devia, pois, ter em conta estes e outros sensatos conselhos que seriam dados pelo Ministro Martino⁶¹⁷.

⁶¹³ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 472 (1956), ofício n.º 15/376/C, reservado, de 12 de Janeiro de 1956, o MAE ao Ministro de Itália em Lisboa.

⁶¹⁴ *Ibidem*.

⁶¹⁵ *Ibidem*.

⁶¹⁶ *Ibidem*, ofício n.º 32/6 de 5 de Janeiro de 1956, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶¹⁷ *Ibidem*.

Em Roma, António Ferro pedia para ser recebido pelo Secretário-geral do MAE, Alberto Rossi Longhi, antigo Ministro em Lisboa, junto de quem pretendia obter a garantia de que Gaetano Martino seria cuidadoso no referente à questão de Goa⁶¹⁸. Rossi Longhi assegurava que a questão não seria abordada. Martino estaria até nessa disposição se o Conselho do Atlântico tivesse desejado que ele assinalasse a Nehru a firmeza da posição do Ocidente face à Rússia⁶¹⁹. No entanto, os líderes da NATO, apesar de terem discutido o assunto, não tinham dado qualquer incumbência a Martino⁶²⁰. Nada diria, portanto, a respeito de Goa, não só porque não desejava que qualquer intervenção fosse mal interpretada pelos contendentes, mas também porque a Itália desejava manter uma atitude de neutralidade, ainda que, segundo Rossi Longhi, «simpatizante com Portugal»⁶²¹.

Martino foi recebido pelo Presidente da União, Rajendra Prasad, pelo Vice-presidente, Sarvepalli Radhakrishnan, e pelo Primeiro-ministro Jawaharlal Nehru, com quem trocou impressões sobre a situação política do país e a conjuntura internacional, defendendo, nomeadamente, uma colaboração mais íntima entre a Europa e a Ásia⁶²². No referente às relações indo-italianas, Martino pretendia vê-las melhoradas:

«Io desidero che gli indiani sappiano che l'Italia libera e democratica guarda con grande simpatia e con grande ammirazione all'azione del popolo indiano nel presente momento storico. Anche il popolo italiano è vissuto per secoli soltanto nell'unità della cultura ed è giunto tardi all'autonomia politica intendendola ed adoperandola non come strumento di vendetta e di divisione, ma come mezzo di riconciliazione e di collaborazione. Noi perciò ammiramo i vostri sforzi e crediamo di comprendere le vostre difficoltà»⁶²³.

As palavras do Ministro foram acolhidas com satisfação, com o Governo indiano a considerar a visita «come il felice inizio per ulteriori, proficui contatti tra i Governi di Roma e di Nuova Delhi»⁶²⁴. Os primeiros passos neste sentido eram dados logo naquela ocasião, discutindo-se as possibilidades existentes ao nível do melhoramento das relações económicas e culturais. Ambas as partes concordavam em alargar a intervenção da FIAT, da *Montecatini*,

⁶¹⁸ AHD/MNE, PEA M282, ofício n.º 711 de 27 de Dezembro de 1955, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

⁶¹⁹ *Ibidem*.

⁶²⁰ *Ibidem*.

⁶²¹ *Ibidem*.

⁶²² Archivio Storico del Senato, fundo Gaetano Martino, série II, b. 5, fasc. 13, apontamento do MAE, reservado, com data de 10 de Janeiro de 1956, intitulado «Appunto circa la visita compiuta da S.E. il Ministro degli Esteri, On. Martino, ai governi del Pakistan, di Ceylon e dell'India (28 dicembre 1955 - 9 gennaio 1956)».

⁶²³ *Ibidem*.

⁶²⁴ *Ibidem*.

da *Finmeccanica* e da *Società Anonima Electricità* (SAE) na União Indiana; no sector siderúrgico, os indianos pretendiam recorrer ao *know-how* dos italianos, cuja qualidade técnica era reconhecida internacionalmente; no campo da cultura, onde tudo havia a fazer, projectava-se a fundação, com o apoio do *Istituto per il Medio ed Estremo Oriente* (IsMEO), de um instituto ítalo-indiano em Nova Deli e de leitorados italianos nas universidades de Bombaim e de Calcutá⁶²⁵.

Em Dezembro de 1955, Portugal levava a questão de Goa ao Tribunal Internacional de Justiça, sediado em Haia, pretendendo com esta acção que a União Indiana não exercesse a sua soberania de forma a impedir a passagem entre os diversos territórios. O Tribunal anunciava a sua sentença em Abril de 1960, reconhecendo o direito de passagem a pessoas, mercadorias e funcionários civis, sem qualquer alusão à questão do exercício da soberania. Cerca de um ano e meio depois, no início de Dezembro de 1961, a questão de Goa intricava-se com a guerra colonial em Angola. Incluindo a instabilidade criada neste território africano na sua manobra táctica, o Governo de Nova Deli concentrava as suas tropas e unidades navais em torno de Goa, com o Ministro dos Estrangeiros português a denunciar, numa conferência de imprensa dada no dia 6, o acto de violência que a União Indiana estava a preparar⁶²⁶. Os embaixadores dos EUA e da Inglaterra eram convocados para informarem os respectivos governos que Lisboa apelava a que intervissem junto de Nehru para dissuadi-lo da execução de actos extremos contra Portugal⁶²⁷. A 8 de Dezembro, a pedido do Representante Permanente português, o Conselho do Atlântico reunia-se para ouvir a comunicação do Governo de Lisboa sobre os acontecimentos na Índia portuguesa⁶²⁸. Tratava-se de uma comunicação informativa, sem nenhum pedido específico, reportando que importantes concentrações de forças terrestres, aéreas e navais indianas tinham alcançado as fronteiras portuguesas de Goa, Damão e Diu⁶²⁹. O Delegado português terminava reafirmando que o Governo de Salazar não cederia e que, dada a gravidade da situação, levaria o assunto ao Conselho de Segurança da ONU, onde pediria a condenação da agressão e a retirada das tropas indianas⁶³⁰.

Em Lisboa, qualquer que fosse o júízo acerca da política colonial de Portugal, os diplomatas das maiores potências eram unânimes em considerar como intoleráveis e

⁶²⁵ *Ibidem.*

⁶²⁶ ASD/MAE, telegrammi, vol. 54, Portogallo (1961), telegrama n.º 76 de 7 de Dezembro de 1961, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶²⁷ *Ibidem.*

⁶²⁸ ASD/MAE, telegrammi NATO, vol. 25 (1961), telegrama n.º 425 de 8 de Dezembro de 1961, o Delegado de Itália junto do Conselho da NATO ao MAE.

⁶²⁹ *Ibidem.*

⁶³⁰ *Ibidem.*

completamente infundadas as acusações de Nehru quanto a uma pretensa acção agressiva portuguesa. Julgavam ainda que os sectores mais influentes da opinião pública internacional reagiriam no mesmo sentido⁶³¹. Neste contexto, o Governo de Lisboa propunha o envio de observadores independentes à fronteira de Goa, muito embora soubesse que Nehru não recuaria e que nada poderia fazer contra uma agressão militar⁶³². Quanto à NATO, a desconfiança e a desilusão eram grandes, não vendo como ela fosse útil. Escrevia o Embaixador de Itália em Lisboa que neste drama da vida nacional, os portugueses queriam, pelo menos, ser apoiados com declarações influentes contra o uso da força. E era neste sentido que o Ministro dos Estrangeiros, Franco Nogueira, o interpelava: estaria a Itália disposta a manifestar-se contra o uso da força contra Portugal?⁶³³.

Seria o Brasil a apresentar a primeira declaração oficial de solidariedade ao Governo português, declarando-se disposto a colaborar para que o conflito fosse resolvido pacificamente⁶³⁴. A 12 de Dezembro, o MNE ordenava ao Embaixador de Portugal em Roma que difundisse ao máximo a nota oficial brasileira em Itália e a levasse também ao conhecimento do Governo, averiguando, na altura, quais seriam as possibilidades de fazer também uma declaração formal pública de apoio a Portugal. Citando o telegrama do MNE:

«Teria para nós interesse uma declaração por parte desse Governo afirmando que, tendo conhecimento das ameaças militares contra os territórios portugueses, condenava o uso da força por parte da União Indiana [...] e que apoiava a proposta portuguesa sobre os observadores internacionais independentes como o método para investigar a natureza da responsabilidade dos incidentes alegados do lado indiano. V. Ex.^a acentuará que uma tal declaração poderia ser feita imediatamente e ter inestimável valor para sustentar o avanço da agressão indiana, evitando assim a anexação de um povo que não deseja ser absorvido pela União, ao mesmo tempo que contribuiria para defender um território que é património comum da cultura e da civilização ocidental. V. Ex.^a porá neste assunto o máximo empenho e zelo e agirá com a maior urgência, mobilizando para o efeito todos os nossos amigos nesse país»⁶³⁵.

Portugal perdia a Índia naquela altura, quando tinha ainda à sua frente treze longos anos de guerras coloniais na África. O apoio da comunidade internacional que tanto se empenhara em obter desde o final da II Guerra Mundial tinha então a sua utilidade, especialmente a inclusão na NATO. Por seu lado, a Itália, que via a sua posição reforçada com a adesão à

⁶³¹ ASD/MAE, telegrammi, vol. 54, Portogallo (1961), telegrama n.º 77 de 9 de Dezembro de 1961, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶³² *Ibidem*, telegrama n.º 81 de 13 de Dezembro de 1961, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶³³ *Ibidem*, telegrama n.º 80 de 12 de Dezembro de 1961, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶³⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 79 de 12 de Dezembro de 1961, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶³⁵ AHD/MNE, PEA M282, telegrama n.º 105, urgentíssimo e confidencial, de 12 de Dezembro de 1961, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

Aliança Atlântica e a inclusão nas comunidades europeias, alargava a sua tradicional área de influência no Mediterrâneo, colocando-a em contacto com os países recém-independentes da Ásia e da África, facto que complicou, e complicaria ainda mais, as relações entre Portugal e a Itália.

No início dos anos 60 e até à queda do Estado Novo, em 1974, o eixo da política interna italiana deslocava-se do centro para o centro-esquerda. Esta situação, conjugada com o colonialismo e o anti-democratismo do Estado Novo, teve repercussões ao nível das relações diplomáticas entre Portugal e a Itália, transformando-as num exercício de difícil execução que exigia perícia e paciência a ambas as partes. Com efeito, enquanto a questão colonial era utilizada como instrumento político de ataque no âmbito da intriga eleitoral italiana, os movimentos de libertação da África portuguesa actuavam de forma intensa em Itália para obter apoios junto do Governo e dos partidos. Por outro lado, a explosividade do panorama político e social em Itália permitia o desenvolvimento de sectores altamente reaccionários face à ordem burguesa instalada e que ofereciam laços de solidariedade transnacionais aos povos oprimidos, como era o português. Neste particular, criavam-se canais que favoreciam a colaboração com a oposição estado-novista, não só em Itália, mas também em Portugal, destinados a acelerar a queda do regime. A presença dos diplomatas portugueses na Farnesina⁶³⁶ era, por isso, frequente para solicitar a intervenção do Governo italiano para pôr cobro aos ataques feitos a Portugal, quer pelos nacionalistas africanos, quer pela oposição, quer pelos seus apoiantes em Itália. A resposta escutada amiúde era que o assunto excedia o alcance de intervenção das autoridades democráticas italianas.

Seis pontos compõem este capítulo. Começamos por explicar em que consistiu o centro-esquerda em Itália e como se processou a sua concretização e evolução. No segundo ponto, as atenções centram-se na argumentação utilizada pelo Governo português para legitimar a política ultramarina no contexto das guerras coloniais e na forma como a Itália geriu a solidariedade atlântica devida ao aliado de acordo com o seu anticolonialismo e terceiro-mundismo. No terceiro, explicaremos como a questão colonial portuguesa foi utilizada no âmbito das lutas partidárias do centro-esquerda. No quarto ponto, analisaremos a actuação dos movimentos de libertação da África portuguesa (PAIGC, MPLA e FRELIMO) em Itália, seguindo-se, no ponto cinco, uma reflexão sobre a forma como o regime utilizou os interesses italianos no Ultramar e na Metrópole para garantir o apoio de Roma à política ultramarina. O último ponto versa sobre a colaboração desenvolvida entre a oposição estado-novista e os sectores antifascistas italianos no decorrer dos anos 60 e até ao final do Estado Novo.

⁶³⁶ A partir de 1959, o MAE era também designado por Farnesina, depois de ter sido transferido do Palazzo Chigi, no centro de Roma, para o edifício da Farnesina, na zona norte da cidade, junto ao Estádio Olímpico.

4.1 – O centro-esquerda em Itália

A actividade política da III Legislatura (1958-1963) da República Italiana girou em torno do problema da «abertura à esquerda», isto é, do alargamento das coligações governamentais ao PSI, liderado por Pietro Nenni (Colarizi 2007, pp. 61-69). Estava-se na antecâmara de profundas mudanças na fórmula de Governo seguida até então, marcada pelo centrismo, e que teve início em 1948, como vimos no capítulo III. Com o afastamento do PCI e do PSI da área governativa, os seus dirigentes assumiram uma posição abertamente crítica ao Partido da Democracia-cristã e aos restantes partidos das coligações centristas, nomeadamente ao PSLI/PSDI, ao PRI e ao PLI, assinalando a sua incompetência para resolver os problemas que bloqueavam o desenvolvimento do país e impediam que a população tivesse acesso a condições de vida justas e dignas. Neste sentido, defendiam políticas para a criação de emprego, uma mudança radical no sistema de gestão das empresas do Estado e uma reforma agrária que cedesse terras a quem tinha capacidade de as cultivar. Defendiam também um pacote de reformas que limitasse os privilégios das classes abastadas, muito influentes no mundo político e nos meios governamentais, e que permitisse a inserção das massas no Estado, ou seja, a plena participação dos trabalhadores no processo de decisões políticas (Mammarella 1991, pp. 215-217; Colarizi 2007, pp. 49-61).

Nesta conjuntura, o PSDI, o PRI e o PLI pressionavam o Presidente do Conselho para tomar medidas que aproximassem o Executivo da população e lhes permitisse manter e alargar, enquanto forças partidárias, a sua influência junto do eleitorado. Havia ainda a ter em consideração as divergências que se manifestavam no interior da Democracia-cristã e que demarcavam a existência de três correntes internas – esquerda, direita e centro –, cada uma com perspectivas discordantes sobre os problemas sociais, políticos e económicos do país. Esta situação afectava a imagem do partido junto do eleitorado e reflectia-se nos resultados eleitorais, facto acentuado pela intensa campanha conduzida pelos socialistas e pelos comunistas. Nas legislativas de 7 de Junho de 1953, a Democracia-cristã e os partidos da coligação governamental perdiam votos, enquanto o PCI e o PSI aumentavam-nos. Nesta altura, o PSI registava também a sua própria evolução interna. Em Janeiro de 1953, o XXX Congresso lançava o slogan «alternativa socialista», com o qual exortava a Democracia-cristã a concretizar uma política de reformas com maior sentido democrático. Como Pietro Nenni definia na Câmara dos Deputados, em Julho de 1953, a «alternativa socialista postula l'apertura a sinistra nello stato democratico e repubblicano per una politica intesa a trasfondere nelle leggi e nei costumi del nostro paese i principi democratici, le garanzie di

libertà, le riforme economiche che sono iscritte nella Costituzione repubblicana» (*apud* Mammarella 1991, p. 220).

Nos meios diplomáticos e políticos de Lisboa, estes acontecimentos eram seguidos com atenção e preocupação, temendo que terminassem na formação de um governo aberto à esquerda⁶³⁷. Salazar estaria realmente um «poco pessimista»⁶³⁸. Eis as considerações de Antonio Venturini, Ministro de Itália em Lisboa, importantes para compreendermos como a situação era vista em Portugal e quais os juízos feitos em torno do carácter dos italianos. As reflexões interessaram de tal forma os serviços do MAE que o ofício foi lido pelo Secretário-geral e uma cópia foi enviada ao Presidente da República. Citemos o diplomata:

«Le opinioni pubbliche [...] non guardano troppo per il sottile e reagiscono grossolamente. Ad esempio, le idee correnti in Portogallo fino alle elezioni del 7 giugno scorso, eran che l'Italia era riuscita a tirarsi fuori con abilità da una guerra combattuta «dal lato sbagliato»; che aveva dato prova di molta vitalità e capacità, ricostruendo prontamente il paese e sviluppandone la sua economia; che stava conducendo una politica esterea dignitosa e realistica, cercando di dimenticare gli indubbi errori, anche psicologici, che i nemici di ieri, alleati di oggi, avevano commesso nei suoi confronti; che era riuscita a darsi un governo stabile, il quale poteva quindi perseguire una sua politica interna ed esterna a largo respiro. Insomma, nel complesso, le azioni italiane – a parte qualche riserve di carattere morale, la cui origine risale alle vecchie simpatie del regime salazariano per quello fascista – erano quotate ormai da parecchi anni con tendenza al rialzo.

L'esito delle elezioni del giugno ha, in misura notevole, modificato la situazione. Evidentemente, in ogni paese le reazioni a quanto è successo e sta succedendo in Italia variano, a seconda delle opinioni predominanti e della mentalità della sua classe dirigente. Qui, [...]le simpatie vanno verso la cosiddetta destra democristiana e non si riesce a ben comprendere perchè la DC, dinanzi all'aumentato pericolo comunista, non si decida a serrare i ranghi cattolici ed a farsi promotrice di un ampio fronte nazionale che conglobi i partiti dichiaratamente anti-comunisti»⁶³⁹.

No congresso de Nápoles, em Junho de 1954, os democratas-cristãos da ala esquerda, que na altura assumia a designação de *Iniziativa Democratica* e tinha como expoentes Amintore Fanfani, Aldo Moro, Mariano Rumor e Antonio Segni, conseguiam afirmar-se no interior do partido com a eleição de Fanfani para Secretário-geral. Começava então uma nova fase na história da Democracia-cristã. No espaço de poucos anos, o partido reorganizava-se e redimensionava o grau de dependência face aos grandes grupos industriais, como a

⁶³⁷ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 249 (1953), ofício n.º 1860/831, reservado, de 24 de Agosto de 1953, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶³⁸ *Ibidem*.

⁶³⁹ ASD/MAE, AP (1950-1957), Portogallo, b. 315 (1954), ofício n.º 620/186 de 24 de Fevereiro de 1954, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

Confindustria. Em termos programáticos, assumia o compromisso de desenvolver o país e, para resolver o problema da abertura às classes trabalhadoras, projectava uma colaboração política com o PSI, mas ainda só no plano puramente parlamentar (Mammarella 1991, pp. 217-219).

No Verão de 1955, no seguimento do convite endossado pelo PSDI ao PSI para que se desvinculasse do PCI e formasse uma aliança com os democratas-cristãos para constituir uma nova maioria parlamentar, Fanfani apelava a um maior entendimento para dissipar a «nuvem de equívocos» que impedia o alargamento das bases partidárias sobre as quais a democracia italiana se apoiava⁶⁴⁰. Estes apelos sobressaltavam quer os conservadores do centro e da direita, quer os comunistas. Os primeiros receavam as medidas que o PSI imporá para poder satisfazer o seu eleitorado; os segundos alarmavam-se perante o golpe que seria para o PCI o isolamento a que ficaria relegado com o afastamento do PSI da sua área de influência, o que representaria necessariamente a condenação dos métodos seguidos por Togliatti e a aceitação dos processos típicos do proselitismo de índole marxista⁶⁴¹. Não esqueçamos que o grande obstáculo à aproximação entre a *Iniziativa Democratica* e o PSI era precisamente as ligações com o PCI. Por seu lado, os dirigentes socialistas sabiam que um governo comunista seria irrealizável em Itália, o que, conjugado com as ambições de deixar o lugar que mantinham numa oposição estéril para alcançar o Poder e alargar o seu eleitorado, incentivavam-nos a prosseguirem na via da demarcação⁶⁴².

Os comunistas começavam então a articular o seu plano de ataque. A eventual colocação do PSI no sistema de Poder começava a ser explorada estrategicamente. Ao invés de temê-la, o Comité Central do PCI pedia insistentemente a constituição de um governo que permitisse a realização da abertura à esquerda mediante a inclusão do Partido Socialista⁶⁴³. Desta forma, escrevia António Ferro em Janeiro de 1956, um dos aspectos mais particularmente interessantes da actividade do PCI consistia no «esforço feito para desintegrar o agrupamento democrata-cristão, servindo-se da particular susceptibilidade da ala esquerda daquele sector político»⁶⁴⁴. Paralelamente, procurava reavivar as suas ligações com os grupos de intelectuais de esquerda, enfraquecidas com a via do «amadorismo revolucionário» seguida pelo partido e que o afastou dos princípios marxistas⁶⁴⁵. Defendia ainda o absoluto respeito

⁶⁴⁰ AHD/MNE, 2P A58 M139, ofício n.º 140 de 18 de Março de 1955, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁴¹ *Ibidem*.

⁶⁴² *Ibidem*.

⁶⁴³ *Ibidem*, ofício n.º 491 de 9 de Setembro de 1955, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁴⁴ AHD/MNE, 2P A57 M80, ofício n.º 33 de 17 de Janeiro de 1956, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁴⁵ *Ibidem*, ofício n.º 51 de 24 de Janeiro de 1956, o Ministro de Portugal em Roma ao MNE.

pelas garantias constitucionais e, para agradar ao proletariado, afirmava o seu empenhamento quer na luta contra os monopólios e as grandes concentrações económicas, quer na construção de canais que permitissem a intervenção activa da classe operária na condução dos negócios públicos⁶⁴⁶.

No Congresso de Trento (14-18 de Outubro de 1956), a *Iniziativa Democratica* tornava-se na corrente maioritária da Democracia-cristã e, em 1957, Amintore Fanfani propunha no Conselho Nacional do partido uma linha menos hostil em relação ao PSI, admitindo inclusive uma aliança política. Muito contestada, mesmo dentro da *Iniziativa*, a proposta era rejeitada. Contudo, a conjuntura política italiana era de claro reforço da Democracia-cristã e do PSI, como demonstravam os resultados das eleições legislativas de Maio de 1958, com ambos os partidos a aumentarem a percentagem de votos em relação às eleições de 1953, o primeiro subindo de 40,1% para 42,4% e o segundo de 12,7 % para 14,2%. O PCI mantinha a sua posição (22,7%), enquanto as forças da direita regrediam. Estes resultados, ou seja, a vitória da Democracia-cristã quando a ala esquerda se reforçava, o aumento dos votos do PSI quando defendia uma política de abertura e a interrupção do crescimento do PCI eram todos sinais positivos para a realização da operação de abertura à esquerda, tida como a única alternativa ao imobilismo dos governos (Mammarella 1991, p. 242; Colarizi 2007, pp. 69-72).

A partir de Julho de 1958, Fanfani concentrava nas suas mãos um poder exponencial: era Presidente do Conselho, Ministro dos Estrangeiros *ad interim* e Secretário-geral da Democracia-cristã. A perspectiva da aproximação do partido ao PSI saía francamente fortalecida neste enquadramento, todavia, as inquietações que surgiam dentro do partido perante tal desfecho ditavam o seu afastamento da vida política, em Janeiro de 1959. A *Iniziativa Democratica* dividia-se então em duas correntes: o grupo dos doroteus, que punha de lado a linha de abertura à esquerda e tinha como líderes Antonio Segni, Mariano Rumor e Aldo Moro, ainda que este mantivesse uma posição mais autónoma, e o grupo *Nuove Cronache*, reunindo os fanfanianos. Seria Moro a suceder a Fanfani na Secretaria-geral do PDC, em Março de 1959. No início dos anos 60, Fanfani voltava a presidir ao Governo italiano. Fazia-o entre 26 de Julho de 1960 e 21 de Junho de 1963. Nesta altura, acentuava-se a tendência para uma abertura às esquerdas, ou como se dizia em Itália, «no sentido de um alargamento da área democrática»⁶⁴⁷. Sendo o PCI o mais numeroso, embora não o mais forte, partido comunista da Europa e estando ligado ao PSI, Eduardo Brazão, Embaixador de

⁶⁴⁶ *Ibidem*.

⁶⁴⁷ AHD/MNE, PEA M364, ofício n.º 323, confidencial, de 16 de Setembro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

Portugal em Roma, definia a ligação dos socialistas, e por extensão dos comunistas, ao PDC como uma «grave ameaça para a vida política italiana» dadas «as infiltrações imediatas que se produziriam dos partidários mais ou menos convictos, mas sempre obedientes, dos ditadores de Moscovo»⁶⁴⁸. Se estes objectivos se concretizassem, continuava o diplomata, «teríamos amanhã uma Itália francamente a caminhar para o neutralismo» na política externa⁶⁴⁹.

No final de Setembro de 1961, acontecia em Roma o que Brazão designava por «acto político de incontornável importância para o aspecto internacional da posição da Itália e, ao mesmo tempo, de comprovação [...] da habilidade política dos italianos»⁶⁵⁰. O Governo de Fanfani era intensamente «dardejado» com a acusação de que, com o apoio do PSI, fazia uso de todas as manobras para provocar um alargamento da área democrática, o que teria graves consequências no plano internacional. Uma vez no Poder, os socialistas, grandes críticos do atlantismo seguido pelos governos centristas, imporiam o seu neutralismo ao nível da política externa, pondo fim à estreita colaboração da Itália com os EUA e com o Ocidente para combater a influência soviética. Estimava-se que não seria difícil influenciar o Governo neste sentido, especialmente quando a ala esquerda da Democracia-cristã pretendia conduzir a política externa italiana na via do neatlantismo, fórmula que postulava o estabelecimento de relações com os dois blocos da Guerra Fria e com o Terceiro Mundo⁶⁵¹. Estas acusações colocavam o Governo de Fanfani numa situação delicada perante os aliados atlânticos, reaparecendo logo as tradicionais preocupações e dúvidas no plano internacional perante as hesitações da Itália, país que, escrevia Brazão, detentor de «admiráveis qualidades de imaginação e de vivacidade», jogava sempre tudo pela sua «insaciável ambição de prestígio e de comando»⁶⁵².

Progressivamente, a Democracia-cristã ficava cada vez mais dividida com a «ameaça sempre pesada do alargamento da área democrática»⁶⁵³. No Congresso de Nápoles, reunido nos finais de Janeiro de 1962, a facção de Fanfani seria a grande vencedora, tendo ela também o apoio de Aldo Moro, Secretário-geral do PDC. As perspectivas de um Governo liderado pela Democracia-cristã levar a cabo uma obra social e económica eficaz e conseguir o isolamento do PCI ao envolver o PSI sobrepunham-se às invectivas daqueles que viam na

⁶⁴⁸ *Ibidem.*

⁶⁴⁹ *Ibidem.*

⁶⁵⁰ *Ibidem*, ofício n.º 332, confidencial, de 2 de Outubro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁵¹ Falaremos com pormenor do neatlantismo na p. 209 deste trabalho.

⁶⁵² *Ibidem.*

⁶⁵³ *Ibidem*, ofício n.º 364, confidencial, de 3 de Novembro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

colaboração com os socialistas «um risco enorme e sem qualquer vantagem política»⁶⁵⁴. Para dar cumprimento ao projecto, Fanfani apresentava a demissão e formava um novo ministério, externamente apoiado, como previsto, pelos socialistas. Para Eduardo Brazão, o ponto de grande interesse era a «entrada inesperada» de Antonio Segni, um «defensor acérrimo da política atlântica», e de Giulio Andreotti, que tinha sido em Nápoles um «acusador implacável da aventura fanfaniana»⁶⁵⁵. Ambos teriam aceitado integrar o Governo devido às fortes pressões do Presidente do Conselho, pois pretendia assegurar ao eleitorado que o partido continuava unido e, em simultâneo, sossegar os aliados da NATO quanto à continuidade da política ocidental seguida pela Itália⁶⁵⁶.

Ainda que desde o início o Governo de Fanfani fosse atacado por largos sectores da política italiana – pela direita, porque não fazia parte do Governo, pelo centro, porque não considerava possível o objectivo de isolar os socialistas dos comunistas, e pelo PCI, que queria evitar o afastamento dos socialistas – as críticas não se destinavam a abater o Executivo. Como escrevia o Embaixador português, «nem a direita, nem o centro pareciam pretender assumir a responsabilidade de governarem, nem os comunistas, certos de que os laços que os ligam aos socialistas eram suficientemente fortes, pretendiam um outro tipo de governo»⁶⁵⁷. Contudo, o término da III legislatura ditava o fim do governo na primavera de 1963, com as legislativas a terem lugar a 28 de Abril⁶⁵⁸. Os resultados da consulta popular ofereciam uma leitura bem clara do panorama político da Itália: verificava-se uma acentuação da tendência para a esquerda, com o PCI a aumentar os votos obtidos e a Democracia-cristã a baixá-los⁶⁵⁹. Para o Embaixador português, Abílio Pinto de Lemos, o eleitorado mostrava a sua desconfiança face a uma experiência de centro-esquerda com inclusão do PSI no Governo, muito embora este partido, «fortemente colorido de tintas comunistas», mantivesse a sua posição. Em termos numéricos, juntos, comunistas e socialistas representavam mais de 39% do eleitorado contra os 37% de 1958⁶⁶⁰. Nesta perspectiva, como escrevia Pinto de Lemos, «a função de travão que o Senhor Fanfani atribuía à combinação governamental

⁶⁵⁴ *Ibidem*, ofício n.º 32, confidencial, de 1 de Fevereiro de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁵⁵ AHD/MNE, PEA M364, ofício n.º 49, confidencial, de 23 de Fevereiro de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁵⁶ *Ibidem*.

⁶⁵⁷ *Ibidem*, ofício n.º 18, confidencial, de 14 de Janeiro de 1963, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁵⁸ *Ibidem*, ofício n.º 218 de 22 de Abril de 1963, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁵⁹ AHD/MNE, PEA M364, ofício n.º 254 de 7 de Maio de 1963, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁶⁰ *Ibidem*.

presente ficou duplamente gorada: não impediu o progresso comunista e viu um decréscimo de força nos arrais democratas-cristãos»⁶⁶¹.

As razões subjacentes ao avanço do PCI e à diminuição do centro eram complexas. A Itália vivia um período de expansão económica (o chamado «milagre económico»), com o conseqüente aumento do rendimento nacional e do nível de vida da população. Esta situação deveria manter os votos de protesto, tradicionalmente atribuídos aos comunistas, num nível muito baixo, pois sempre eram os partidos governamentais que estavam a fomentar o crescimento económico⁶⁶². O que aconteceu excedia, portanto, qualquer explicação meramente económica ou materialista, exigindo uma interpretação mais alargada, de carácter político e moral, sobre os vários factores que influenciaram a leitura que o eleitorado fazia do centro-esquerda⁶⁶³. Citemos a reflexão do Abílio Pinto de Lemos:

«O centro-esquerda, mais do que uma combinação governamental de circunstância, pretende alargar-se a uma espécie de mística, de estado de espírito, de meta-política. E assim, na sua lógica de combater o inimigo no próprio terreno, apropriou-se, se não da essência da sua dinâmica filosófica, das aparências exteriores, históricas (como agora se diz) do comunismo. A terminologia usada, a insistência sobre reformas de base (colectivização das grandes fontes de produção, etc), a transigência com todos os temas favoritos da hora, que fazem parte da estratégia soviética: anti-imperialismo, anticolonialismo, liberdade dos povos oprimidos e defesa da paz, sem uma definição exacta do conteúdo dos vocábulos – tudo isto não pode deixar de fornecer um clima de tensão, que aproveita às esquerdas. [...].

Quer dizer, o caminho para os extremos está aberto e preparado porque os adversários, em dado momento, mercê de uma intoxicação gradual e mútua, vão-se aproximando: só na essência das respectivas ideologias eles diferem, porque os processos, o vocabulário, as paixões suscitadas, a natureza das reivindicações materiais são idênticas. Irmãos inimigos.

O que os separa é a raiz da filosofia em que respectivamente se apoiam: a aparência mistura-os. Ora os eleitores médios, normalmente, dificilmente compreendem essas distinções subtis e não estão suficientemente armados, portanto, para saberem quais os limites em que se deve parar»⁶⁶⁴.

Nesta «atmosfera de esquerdismo», o PCI soube formular habilmente a sua tática. Para não atemorizar «os mais tímidos» abandonou «virulências desnecessárias e contra-productivas» e esta atitude garantia-lhe uma posição no jogo pelo poder, mostrando-se apto, pela sua quietude e moderação, a governar⁶⁶⁵. Esta tática, somada aos pontos programáticos semelhantes aos do centro-esquerda, fazia com que o comunismo aparecesse «aos olhos do

⁶⁶¹ *Ibidem.*

⁶⁶² *Ibidem.*

⁶⁶³ *Ibidem.*

⁶⁶⁴ *Ibidem.*

⁶⁶⁵ *Ibidem.*

eleitor mais desprevenido» como «familiar, quase doméstico, e o partido que o exprime como um partido de governo»⁶⁶⁶.

Nos meios governamentais e da Democracia-cristã, os resultados das eleições causavam estupefacção e receio. O clima de tensão era agravado por uma sucessão de curtos governos. A 4 de Dezembro de 1963, Aldo Moro formava um Executivo de coligação com o PSI, o PSDI e o PRI, sancionando a abertura à esquerda como orientação política do país (Colarizi 2007, pp. 80-83). Persistiam, logicamente, divergências fundamentais no interior da coligação, mas estas eram deixadas em suspenso até os partidos encontrarem uma solução para a aguda crise política que se arrastava desde as eleições de Abril⁶⁶⁷. Todavia, as questões económicas, os problemas sociais decorrentes e a incapacidade do Governo para resolvê-los levavam ao agravamento da situação geral, perfilando-se no horizonte uma forte crise capaz de ameaçar os fundamentos do sistema institucional do país e a base em que assentava a ordem internacional⁶⁶⁸. A oposição responsabilizava o Governo pela evolução negativa da economia nacional e pela conseqüente instabilidade social. O Governo, por seu lado, tudo fazia para isentar o centro-esquerda de qualquer responsabilidade na deterioração da situação económica e financeira, atribuindo-a a uma crise natural de crescimento, resultante do milagre económico italiano e da expansão da década anterior⁶⁶⁹. Como explicava Pinto de Lemos, na euforia do milagre económico, a Itália começou a viver acima das suas possibilidades, registando-se um desequilíbrio acentuado entre a oferta e a procura global, isto é, a um aumento crescente do consumo não correspondeu um correlativo aumento de produção, sendo as necessidades suprimidas com o crescimento das importações, com conseqüências negativas para a balança comercial e de pagamentos e para a estabilidade da moeda italiana⁶⁷⁰.

Paralelamente a esta raiz económica, a crise tinha também uma origem política: a política de nacionalizações e de reformas das estruturas financeiras prevista pelo centro-esquerda intimidava o mundo dos negócios e provocou a fuga de capitais, decrescendo os investimentos. Era nestes termos que a crise de crescimento que se registava em Itália foi acompanhada por uma crise de confiança, como relatava o Embaixador:

⁶⁶⁶ *Ibidem.*

⁶⁶⁷ AHD/MNE, PEA M365, aerograma n.º A-13 de 27 de Novembro de 1963, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁶⁸ *Ibidem.*, aerograma n.º A-3, confidencial, de 23 de Março de 1964, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁶⁹ *Ibidem.*

⁶⁷⁰ *Ibidem.*

«O centro-esquerda, para ser fiel à sua «filosofia», quis enxertar, ou pelo menos ameaçou enxertar, numa economia aberta, uma espécie de dirigismo colectivista: esta simbiose de elementos antagónicos e híbridos não se tem mostrado viável, e o seu resultado foi desencadear uma onda de receio e desconfiança de que o país já está a sentir os efeitos, e que o Governo procura enfrentar com promulgação de medidas, que aos observadores desapaixonados, se afiguram insuficientes»⁶⁷¹.

O Governo reagia, preparando o que vagamente designava por medidas de austeridade, as quais previam o fortalecimento da capacidade orçamental do Estado e o aumento do capital dos investidores mediante o abandono das onerosas (*sic*) reformas sociais e laborais de carácter socializante. A palavra que se impunha era «sacrifício», sacrifícios que todos, patrões, assalariados e o próprio Governo, deveriam fazer mas que, como sublinhava Pinto de Lemos, dificilmente poderiam ser impostos por um Governo onde estavam representados, «numa espécie de compartimentos estanques», interesses divergentes que só uma formação homogénea teria possibilidade de fazer convergir num sentido único⁶⁷². E assim, sindicatos de um lado, massas conservadoras e burguesas de outro, todos receavam que o preço da estabilização caísse sobre eles⁶⁷³. E o Governo, pela natureza da sua constituição partidária, estava demasiado sujeito a pressões contraditórias para ter a liberdade de movimento que lhe permitisse repartir equitativamente os custos da crise, com o PSI a pressionar para que as reformas sociais fossem concretizadas e o ónus da crise fosse suportado pelas classes abastadas⁶⁷⁴.

Perante a persistência das dificuldades, em meados de Fevereiro de 1965, Aldo Moro procurava remodelar o elenco governamental mantendo a coligação unida em torno de compromissos claramente definidos⁶⁷⁵. Enquanto a Democracia-cristã, o PSDI e o PRI apoiavam Moro, partilhando perspectivas ao nível da realização de pequenas alterações no elenco ministerial e da continuidade do centro-esquerda, o PSI pedia um revigoramento do Executivo, isto é, pedia a entrada dos elementos democratas-cristãos e socialistas mais progressistas, pois seriam eles a dar a garantia de que o centro-esquerda seria efectivamente concretizado nos seus princípios e aspirações económicas, políticas e sociais⁶⁷⁶. Duas visões que estavam, portanto, em confronto:

⁶⁷¹ *Ibidem.*

⁶⁷² *Ibidem.*

⁶⁷³ *Ibidem.*

⁶⁷⁴ *Ibidem.*

⁶⁷⁵ AHD/MNE, PEA M365-A, ofício n.º 113, confidencial, de 22 de Fevereiro de 1965, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁷⁶ *Ibidem.*

«Em termos simplificados: o senhor Moro pretende o «seu» centro-esquerda tépido e intrinsecamente inofensivo, enquanto os socialistas [...] reclamam um centro-esquerda mais dinâmico e animado: um centro-esquerda carregado de virulência e dinamite, pelo menos verbal...»⁶⁷⁷.

A fórmula do centro-esquerda prestava-se a estas indefinições: não sendo ela fixa, tomava a forma que os seus executores pretendiam. Neste sentido, variava em função das «exigências programáticas do xadrez político, da hora e do temperamento particular do seu oráculo oficial», tal como demonstrava a evolução da situação política italiana. Citando o Embaixador:

«O primeiro centro-esquerda – o do Senhor Fanfani [...] – apresentava, pelo menos na aparência exterior, características revolucionárias e vulcânicas. Depois, o Senhor Moro, instruído pelo desastre sofrido pela Democracia-cristã nas eleições legislativas, apresentou a sua própria versão de centro-esquerda: moderado e familiar, quase doméstico. É sob tal signo que tem ido vivendo o Senhor Moro e o seu centro-esquerda, modestamente e com parcimónia.

Mas tudo isto, no fundo, é *coabitazione*, como se diz em Itália. Ora os socialistas querem o «seu» centro-esquerda, que seria – como há pouco o definiu o líder da asa avançada do partido, [Riccardo] Lombardi – «a contraposição de um centro-esquerda agressivo e reformador a um centro-esquerda moderado»⁶⁷⁸.

No final, reconhecendo-se que a conjuntura italiana não poderia suportar longas incertezas políticas e o enfraquecimento da autoridade do Governo num contexto de crescente agitação social, esta crise camuflada, como lhe chamava o Embaixador, era superada com uma remodelação técnica⁶⁷⁹.

Em Abril de 1966, a agitação chegava às universidades, situação que não era fácil resolver a uma composição governamental de equilíbrio precário, cuja existência pressupunha «moderação nas actuações e largos desvios nas doutrinas»⁶⁸⁰. A juventude detinha um papel importante no contexto político italiano dado ser ela quem maioritariamente votava nos partidos da esquerda. Nas eleições legislativas de 19 de Maio de 1968, o PCI e o *Partito Socialista Italiano di Unità Proletaria* (PSIUP), mais à esquerda do que os comunistas, aumentavam ligeiramente as suas posições à custa da perda dos votos do PSI e do PSDI, temporariamente coligados numa formação partidária chamada *Partito Socialista Unitario*⁶⁸¹.

⁶⁷⁷ *Ibidem*.

⁶⁷⁸ *Ibidem*.

⁶⁷⁹ *Ibidem*, ofício n.º 167 de 9 de Março de 1965, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁸⁰ AHD/MNE, PEA M366, ofício n.º 323 de 5 de Maio de 1966, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁸¹ *Ibidem*, telegrama n.º 53, confidencial, de 22 de Maio de 1968, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

Ainda que não se tivessem verificado alterações no equilíbrio político do país – os socialistas mantinham uma posição de influência, pois deles dependia a estabilidade política interna –, era um facto que a juventude, que subscrevia na sua maioria as doutrinas e ideologias da esquerda, reagia contra o que considerava ser apenas um deslocamento puramente nominal à esquerda, sem reformas socializantes, o que era importante se tivermos em consideração que a França fervilhava com a agitação do Maio de 68. O Secretário-geral da Farnesina e o Director-geral dos Negócios Políticos, embora «muito preocupados» com a situação francesa e com os seus possíveis reflexos na Europa, acreditavam que a agitação não chegaria à Itália porque o PCI percebia que a destabilização da ordem existente viria interromper o diálogo que mantinha com os restantes partidos e com o Governo⁶⁸².

Não seria assim. A Itália entraria numa forte vaga grevista e de agitação social e estudantil, tornando cada vez mais difícil a manutenção do centro-esquerda (Colarizi 2007, pp. 87-106). Em Maio de 1968, a agitação estudantil atingia o auge em Milão, em plena coincidência com a campanha eleitoral para as legislativas. O Cônsul-geral de Portugal naquela cidade, José de Noronha Gamito, descreveu e explicou os acontecimentos com uma vivacidade dinâmica e uma acuidade de assinalar. Nas ruas, as manifestações sucediam-se, fossem elas filo-comunistas ou para assinalar a revolta contra o Estado e as suas estruturas, que qualificavam de fascistas, por se apresentarem como o grande inimigo da «autónoma iniciativa política das massas»⁶⁸³. Nesta lógica, era também criticada a «cautela defensiva e renunciadora da esquerda tradicional» por levar a cabo uma estéril mediação parlamentar ao invés de alinhar combativamente ao lado das massas⁶⁸⁴. Tudo postulados que Noronha Gamito reputava de extremamente perigosos pela sua índole ultra revolucionária⁶⁸⁵. Neste contexto, preocupante para o Cônsul-geral era a impotência demonstrada pelas autoridades para dominar todo o caos que se instalara:

«O que mais fere o observador é a impotência dos poderes constituídos para dominar esta situação caótica [...]. Têm razão os arruaceiros quando proclamam a decadência desta democracia. Ousarei classificá-la como uma democracia com medo. Está-se desintegrado pelo pavor de assumir as suas responsabilidades e dosear, pela força se necessário, as libertinagens dos extremistas em benefício das grandes liberdades das autênticas massas populacionais. Uma minoria sem escrúpulos e altamente adestrada arruinará um sistema político-social, não tanto porque os métodos daquela sejam geniais ou

⁶⁸² AHD/MNE, PEA M367, telegrama n.º 58, confidencial, de 29 de Maio 1968, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁸³ AHD/MNE, PEA M366, ofício n.º 68/DCE/1213, confidencial, de 4 de Dezembro de 1968, o Cônsul-geral de Portugal em Milão ao MNE.

⁶⁸⁴ *Ibidem*.

⁶⁸⁵ *Ibidem*.

invencíveis, mas porque a passividade deste está consentindo uma invasão e intoxicação progressiva das artérias do corpo social. Ninguém deseja uma réplica de um Mussolini das direitas, mas acabarão por cair numa tirania das esquerdas, se não se opera uma reacção a tempo»⁶⁸⁶.

A *correntocrazia* que controlava o exercício do poder em Itália tinha, pois, levado o país a um «beco sem saída»:

«O chamado Governo de espera [...] e a longa crise administrativa, política a que se assiste nas sedes dos próprios poderes do Estado, são um reflexo desta tremenda perturbação social e política e, ao mesmo tempo, uma causa deste mesmo mal. É com razão que o [...] *Correire della Sera* vem denunciando [...] a «*correntocrazia*», como fase já muito degenerada da temível «*partitocracia*»; a própria «desagregação dos partidos políticos», que está «desagregando o inteiro sistema parlamentar»; «o jogo alucinante e absurdo do que está prisioneira a classe política; «a travagem da máquina administrativa», etc., etc.»⁶⁸⁷.

No início da década de 70, a agitação sindical desenrolava-se em termos «sem precedentes»: os sindicatos, sob pressão do PCI, conduziam uma verdadeira «guerra», convocando estrategicamente as greves para perturbar o maior número possível de pessoas e baixar os níveis de produção, chegando em alguns casos à sabotagem de fábricas⁶⁸⁸. A vitória seria dos sindicatos, conseguindo negociar contratos de trabalhos colectivos que estabeleciam aumentos salariais na ordem dos 40% no espaço de dois anos, a redução do horário de trabalho semanal para 40 horas até 1972, a equiparação dos operários aos empregados das empresas no referente a regalias sociais e benefícios no domínio da saúde, para além de terem ganho o direito de assembleia nas próprias instalações fabris, sendo o tempo gasto nessas reuniões pago pela entidade patronal⁶⁸⁹.

No plano político, faziam-se constantes declarações quanto à necessidade de um maior entendimento com ou sem coligação de centro-esquerda. Para complicar ainda mais a dissensão existente, a partir da primavera de 1970, no contexto de mais uma crise governamental, a ala esquerda da Democracia-cristã começava a defender a colaboração com os comunistas. Reagindo a estas invectivas, em 1972, no Congresso de Milão, o PCI escolhia para novo Secretário-geral Enrico Berlinguer, mais independente face à ortodoxia imposta por Moscovo e defensor de uma aliança governamental e política entre comunistas e democratas-

⁶⁸⁶ *Ibidem.*

⁶⁸⁷ *Ibidem.*

⁶⁸⁸ AHD/MNE, PEA M629, aerograma n.º A-1 de 12 de Janeiro de 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁶⁸⁹ *Ibidem.*

cristãos, designada por «compromisso histórico», para inverter a propensão direitista e autoritária adoptada pelo Governo para controlar a agitação social e reaccionária que se instalara em Itália a partir de 1969. Em simultâneo, também no PSI, surgiam vozes a defender a constituição de uma frente popular com o PCI com o propósito de levar a esquerda em massa para a área governativa (Colarizi 2007, pp. 106-124).

O centro-esquerda manter-se-ia, com crises sucessivas, até 1976, tendo então início o «compromisso histórico». Como veremos no capítulo I da Parte II, os acontecimentos portugueses, marcados pela Revolução de Abril de 1974, tiveram o seu impacto na evolução da conjuntura política italiana desta altura. Antes, porém, o centro-esquerda coincidiria durante grande parte da sua vigência com as guerras coloniais portuguesas. Antes de analisarmos o impacto que as mesmas tiveram ao nível das lutas partidárias em Itália analisemos, primeiro, os argumentos com que o Governo de Lisboa defendia a legitimidade da presença portuguesa no Ultramar junto da comunidade internacional, segundo, a posição do Governo de Roma perante os pedidos de apoio feitos por Portugal.

4.2 – Rebentam as guerras coloniais

Quando as guerras coloniais rebentaram no Ultramar, o que aconteceu entre 1961 e 1964, em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique, Portugal e a Itália ficaram numa situação muito delicada, um perante o outro e internacionalmente. Portugal tinha uma guerra que decorria dentro de portas e era pressionado pela comunidade internacional para conceder a independência às suas colónias. Devido à relutância em fazê-lo, era sistematicamente condenado na ONU, com o Governo a tentar garantir o apoio dos aliados, entre eles contando-se a Itália. Esta, por seu lado, vivia o dilema criado entre a preservação da sua influência entre os africanos através da sua imagem de anticolonialista e de paladino da liberdade e os deveres de aliado para com Portugal e os Estados-membros da NATO. Da tensão estabelecida entre ambas as partes resultava a seguinte posição, tantas vezes reiterada no âmbito da ONU: independência, pois o colonialismo findara irremediavelmente, mas sem rupturas dramáticas que causassem o caos. Duas partes compõem este ponto. Na primeira, faremos uma síntese da argumentação utilizada pelo Governo português para legitimar a possessão das suas províncias ultramarinas, seguindo-se, no ponto 2, a explicação da actuação da Itália dentro dos parâmetros estabelecidos pelo seu anticolonialismo e a solidariedade atlântica.

4.2.1. *Portugal é uma nação una e indivisível*

Nos primeiros anos da década de 50, o Estado Novo adoptava uma série de medidas jurídicas, políticas e administrativas sobre as quais construiu a argumentação hermética que utilizou para defender na ONU, na NATO e a nível bilateral o axioma «Portugal era uma nação una e indivisível» e a legitimidade dos seus direitos históricos sobre os territórios de além-mar face aos nacionalismos africanos. Ao acentuar a componente civilizacional do seu colonialismo, o regime pretendia também convencer a comunidade internacional de que a presença de Portugal na África promovia a defesa da civilização europeia e ocidental, cada vez mais ameaçada pela União Soviética. Como informava o Embaixador português em Washington, as manobras realizadas por Moscovo na África negra visavam desagregar o sistema euro-africano através das insurreições nacionalistas e da implantação da discórdia entre as potências ocidentais⁶⁹⁰.

A 11 de Junho de 1951, o Governo publicava o Decreto-lei n.º 2048, com o qual revogava o Acto Colonial (1930) e inseria as suas disposições, sob o título «Ultramar Português», no capítulo VII da Constituição Portuguesa⁶⁹¹. O objectivo seria libertar o vocabulário jurídico nacional dos termos sensíveis da época «Império Colonial» e «colónias», substituindo-os por Ultramar e Províncias Ultramarinas e reforçar, com a nova nomenclatura, o carácter integracionista da política colonial, doravante ultramarina, do Estado Novo. Em 1953, com a Lei Orgânica do Ultramar, promulgada a 27 de Junho, o regime admitia a possibilidade da alteração do estatuto político dos indígenas ao anunciar a transitoriedade das medidas restritivas a eles aplicadas ao nível da obtenção da cidadania portuguesa. A natureza provisória do indigenato seria depois acentuada no novo Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto-lei n.º 39 666 de 20 de Maio de 1954), enumerando com maior precisão os requisitos necessários para a aquisição da cidadania portuguesa, nomeadamente, ter mais de 18 anos, falar correctamente a língua portuguesa, ser capaz de prover eficientemente ao seu sustento, ter bom comportamento, ser instruído e ter cumprido o serviço militar. Preceitos aos quais, em boa verdade, era difícil corresponder na íntegra (Alexandre 1996, pp. 756-757; Silva 1996b, pp. 320-322; Torgal 2002; Torgal 2009, pp. 467-498).

⁶⁹⁰ AHD/MNE, 2P A57 M80, ofício n.º 542 de 9 de Maio de 1952, o Embaixador de Portugal em Washington ao MNE.

⁶⁹¹ O Acto Colonial consagrava pela primeira vez a missão de colonizar como uma função histórica inerente à nação portuguesa. O objectivo seria reforçar a soberania nacional, afirmando que o Estado não alienaria, sob qualquer fórmula jurídica, nenhuma parcela do Império Colonial (Silva 1996a, pp. 20-22).

Em simultâneo, a propaganda colonial do Estado Novo centrava-se no mito da multirraciedade da nação portuguesa, construído na base das teorias luso-tropicalistas desenvolvidas por Gilberto Freyre nos anos 30 do século XX e segundo as quais os portugueses tinham uma especial vocação e apetência para compreender e relacionar-se com as populações dos trópicos. Os portugueses seriam, em poucas palavras, civilizadores e evangelizadores exímios que cumpriam com natural talento a sua missão histórica: cuidar dos seus territórios ultramarinos e das suas gentes tal como cuidavam do Portugal europeu (Rosas 1994, p. 286). Não havia racismo e a multiculturalidade pluricontinental constituía a essência orgânica da grande, secular e indivisível nação portuguesa (Macedo 1989, Alexandre 1999 e Castelo 1999). Tratava-se, em suma, de manobras para preservar com argumentos mais elásticos um sistema colonialista cuja filosofia patenteava um anacronismo crescente perante a evolução do processo de descolonização.

A 14 de Dezembro de 1955, Portugal era admitido como Estado-membro da ONU, a par da Itália, da Espanha, da Finlândia, da Irlanda e da Áustria. Este novo estatuto sujeitava-o às disposições contidas no artigo 73º do capítulo XI da Carta das Nações Unidas, intitulado «Declaração relativa aos territórios não autónomos». Segundo ele, os Estados-membros estavam obrigados a transmitir regularmente ao Secretário-geral dados estatísticos e de carácter técnico sobre as condições económicas, sociais e educacionais existentes nos territórios que administravam, cujos povos não tinham ainda alcançado uma forma completa de auto-governo. Em Fevereiro de 1956, o Secretário-geral da ONU, o sueco Dag Hammarskjöld, enviava uma nota ao Governo português onde inquiria, nos termos daquele artigo, se Portugal tinha sob a sua administração territórios aos quais se aplicasse a designação de não autónomos, devendo transmitir, em caso afirmativo, as informações em causa. A resposta do Governo português foi categórica: não administrava nenhum território não autónomo porque as províncias ultramarinas, tal como definido na Constituição Portuguesa, eram parte integrante da Nação e do Estado. Nesta perspectiva, o art. 73º não lhes era aplicável. Esta posição foi prontamente contestada pelo grupo afro-asiático, apoiado pela URSS, que não deixou de alertar para o facto de o Governo português ter classificado tais territórios como colónias até 1951, data da extinção do Acto Colonial. Começava então um forte movimento contra Portugal, com a Assembleia-geral da ONU a aprovar, a 12 de Dezembro de 1959, a resolução n.º 1467 (XIV), no âmbito da qual era declarada a criação de uma comissão especial de seis países (Inglaterra, EUA, Holanda, Marrocos, Índia e México), conhecida por Comissão dos Seis, para examinar a questão da cedência de informações e

definir quais os princípios que os Estados-membros deveriam adoptar para determinar se estavam ou não obrigados a cedê-las (Silva 1995, pp. 5-10; Martins 1998).

A partir de 1956, com a independência do Sudão, de Marrocos e da Tunísia, todas neste ano, e com o mesmo desfecho a perceber-se para o Gana (1957) e para a Guiné Conacri (1958), os líderes do Estado Novo viam no lento decair da supremacia branca em África um sinal claro da debilidade da França e da Inglaterra, com sérias consequências para o Ultramar. Se os dois países não conseguissem manter a paz e a ordem nos seus territórios, Portugal também não conseguiria mantê-las a longo prazo nos seus⁶⁹². Frisavam, por conseguinte, que as nações europeias não deveriam acolher com demasiada facilidade as reivindicações das populações indígenas, pois, ao invés de brotarem de um impulso espontâneo, eram promovidas pela hábil propaganda do comunismo⁶⁹³. Nesta perspectiva, como dizia Oliveira Salazar ao Embaixador italiano, lamentava-se que as consequências da II Guerra Mundial tivessem imposto à Itália o abandono das suas colónias, pois com tal política a Inglaterra e a França tinham minado as suas posições no continente africano⁶⁹⁴. Criticava-se também o Tratado de Paz, porquanto, ao prever formas de associação e de colaboração com os povos africanos, permitira a valorização de soluções que produziam uma vaga de independências prematuras⁶⁹⁵.

Evidentemente, os movimentos de libertação que entretanto começavam a formar-se no Ultramar não partilhavam das leituras do Governo de Lisboa sobre a África. A União das Populações do Norte de Angola (UPNA), liderada por Holden Roberto, nascia em Julho de 1954, seguindo-se, em Novembro do mesmo ano, o Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), liderado por Amílcar Cabral. Em Setembro de 1956, com o aumento da contestação à dominação colonial portuguesa na ONU, o MING transformava-se no Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), enquanto a UPNA, em Dezembro de 1958, evoluía para uma União das Populações de Angola (UPA) a fim de impedir a implantação a nível nacional do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado em Dezembro de 1956 através da fusão do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola e do Movimento pela Libertação de Angola, dois grupos nacionalistas. O MPLA, presidido por Agostinho Neto, pretendia sobrepor-se à tendência tribalista, alimentada por rivalidades profundas, que caracterizavam os movimentos existentes

⁶⁹² ASD/MAE, AP (1950-1957), Portugallo, b. 472 (1956), ofício n.º 877/269 de 29 de Fevereiro de 1956, o Ministro de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶⁹³ *Ibidem*.

⁶⁹⁴ *Ibidem*, carta n.º 4897, secreta, de 14 de Novembro de 1965, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁶⁹⁵ *Ibidem*.

até então (como era o caso da UPNA, baseada na etnia bacongá), limitando-lhes a capacidade de intervenção e de mobilização. Mais tarde, em Junho de 1962, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) surgia da fusão de diversos movimentos anticoloniais moçambicanos, sendo então presidida por Eduardo Mondlane (Correia 1991, pp. 31-33; Cervelló 1993, pp. 68-72; Silva 1997, pp. 28-56).

Em Junho de 1960, a UPA e o MPLA propunham separadamente ao Governo português a abertura de negociações para a obtenção da independência de Angola. A resposta foi negativa. Era-lhe impensável negociar com movimentos que definia como terroristas e que, a mando de Moscovo, exigiam a alienação de parte do território nacional. Nesta altura, a violência e a repressão exercida pelas autoridades policiais portuguesas eram frequentes contra os nacionalistas angolanos que, como Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz e Jorge Mingal, acusavam Lisboa de manter Angola como colónia apesar das disposições da ONU e dos inequívocos sinais de descontentamento de uma população indígena subjugada por um regime tirano e humilhada com trabalhos forçados e com condições de vida miseráveis. Em Julho, o agravamento da situação levava o MPLA a dirigir-se à comunidade internacional com uma mensagem dramática onde denunciava as detenções efectuadas pela PIDE e a deportação de milhares de homens para os campos de concentração e locais de trabalho forçado, entre eles estando Agostinho Neto. Continuava afirmando que a repressão ao MPLA vinha sendo feita com uma crueldade sem precedentes pela polícia portuguesa, pois a tranquilidade na colónia cessava numa altura em que o Congo Belga, que partilhava uma larga fronteira com Angola, tinha declarado a independência (30 de Junho de 1960) (*L'Unità* 1960).

Em Setembro do mesmo ano, ocorria a primeira entrada em massa dos países africanos recém-independentes na ONU⁶⁹⁶, transformando este areópago num importante campo de batalha pela completa libertação da África. As pressões e a hostilidade direccionadas ao Governo português aumentavam exponencialmente, com os debates em torno da descolonização, da discriminação racial e do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo a tornarem-se constantes e intensos (Tosi 2011, p. 94). Portugal procurava apresentar-se nas instâncias das Nações Unidas como um país altamente empenhado no progresso dos

⁶⁹⁶ Em 1960, dezassete colónias pertencentes ao império francês, belga, inglês e italiano tornavam-se independentes: Camarões, Togo, Madagáscar, Congo Belga, Somália, Congo-Brazzaville, República Centro Africana, Gabão, Daomé, Níger, Alto Volta, Costa do Marfim, Senegal, Mali, Nigéria, Mauritânia. Entre 1961 e 1968, a independência política criava mais dezassete novos Estados: Serra Leoa, Tanganica, Ruanda, Burundi, Argélia, Uganda, Quênia, Zanzibar (futura Tanzânia quando forma uma federação com a Tanganica), Malawi (antiga Niassalândia), Zâmbia (antiga Rodésia do Norte), Gâmbia, Rodésia do Sul, Botswana, Lesoto, Ilhas Maurícias, Swazilândia e Guiné Equatorial. A soberania europeia em África mantinha-se. Para além dos territórios portugueses (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau São Tomé e Príncipe), em Djibuti, na Namíbia, nas Ilhas Caimão e nas Seychelles (Del Boca 1992, pp. 137-141).

territórios ultramarinos, nomeadamente através da concretização do II Plano de Fomento (1959-1964), um grande esforço de desenvolvimento económico que estava subordinado «à prossecução do mais alto fim político que norteava o Governo português»: a realização «de um espaço económico unitário como base de uma comunidade plurirracial perfeitamente integrada»⁶⁹⁷.

Também em Setembro de 1960, começava a XV Assembleia-geral das Nações Unidas, considerada como um marco importante na história da descolonização da África portuguesa. Os EUA, para conquistar o bloco afro-asiático e levá-lo a alinhar com o Ocidente, começavam a sessão sugerindo que todos os Estados-membros deveriam reconhecer o direito dos povos da África à autodeterminação. Nos finais dos anos 50, no seguimento da crise do Suez (1956)⁶⁹⁸, a Administração de Dwight D. Eisenhower redefinia estrategicamente o rumo da sua política africana em relação aos movimentos de libertação africanos, passando a defender a inevitabilidade da independência dos territórios ultramarinos a curto prazo (Marcos 2011, pp. 6-7). Se até ali seguira uma política conciliatória entre o apoio dado aos parceiros europeus e a promoção da autonomia política dos povos africanos, daí em diante pressionava sistematicamente os aliados colonialistas com a ameaça de que caso se envolvessem em desgastantes e inúteis guerras para contrariar esta evolução não teriam o apoio dos EUA. É que para Washington proteger naquele momento histórico anacrónicos impérios coloniais seria um erro estratégico crasso que granjearia a hostilidade dos novos países independentes e lançá-los-ia para a magnética URSS, empenhada em distender a sua ainda reduzida influência ao sul do Saara. Como escrevia o Embaixador Vieira Garin, Representante Permanente de Portugal junto das Nações Unidas, esta posição norte-americana resumia-se de um golpe na frase «o colonialismo tem de acabar»⁶⁹⁹.

⁶⁹⁷ AHD/MNE, ONU M3, estudo intitulado «A posição portuguesa perante o problema do desenvolvimento económico dos territórios subdesenvolvidos», anexado ao ofício n.º 999, muito urgente, de 14 de Novembro de 1959, o Representante Permanente de Portugal na ONU ao MNE.

⁶⁹⁸ Em 1956, Gamal Nasser nacionalizava o canal do Suez, cuja exploração pertencia à Inglaterra, tendo como grandes beneficiárias diversas empresas francesas e britânicas. Recordemos que o Egipto integrava o Movimento dos Não-Alinhados, criado no seguimento da Conferência de Bandung (1955), que reunia os países do Terceiro Mundo (África e Ásia) em torno de um objectivo comum: promover a igualdade entre as raças e as nações e instaurar uma nova ordem económica e política internacional como alternativa à bipolaridade da Guerra Fria. Londres e Paris decidiam atacar conjuntamente o Egipto e ocupar o canal, o que levou a União Soviética, então absorvida pela repressão da revolta anti-comunista na Hungria, a ameaçar tomar armas ao lado de Nasser. Depois de fortemente pressionados pelos EUA, que viam na ofensiva anglo-francesa uma ameaça aos seus intentos de incluir os mais importantes centros do Terceiro Mundo na área de influência ocidental, os governos francês e britânico assinam um cessar-fogo e retiram do Egipto (Telo 1996a, pp. 300-309).

⁶⁹⁹ AHD/MNE, ONU M45, informação sobre a primeira semana do debate na IV sessão da Assembleia-geral da ONU, entre 20 e 27 de Setembro de 1960, anexada ao ofício n.º 591 de 29 de Setembro de 1960, o Representante Permanente de Portugal junto das Nações Unidas ao MNE.

Moscovo reagia e, ultrapassando o que considerava serem meras demonstrações de respeito pelo direito de autodeterminação, propunha que a Assembleia-geral das Nações Unidas adoptasse uma declaração que previsse o fim imediato de todos os regimes coloniais⁷⁰⁰. Vieira Garin era bastante assertivo sobre o que esperava da XV sessão da Assembleia-geral:

«Temos que nos preparar [...] para passarmos aqui dias muito desagradáveis, pois ataques de todo o mundo comunista e muitos afro-asiáticos vão-se certamente concentrar em nós»⁷⁰¹.

Em Dezembro de 1960, depois de o Governo de Lisboa ter rejeitado uma nova proposta dos líderes dos movimentos de libertação da África portuguesa para a negociação de uma solução pacífica de transição para a independência, ameaçando já com a alternativa de uma luta armada, a Assembleia-geral das Nações Unidas deixava claro que não aceitava a aplicação do princípio «nação una e indivisível» aos territórios ultramarinos portugueses com a aprovação de três resoluções que iam claramente contra os interesses de Portugal. Foram elas a resolução 1514 (XV), aprovada a 14 de Dezembro, a resolução 1541 (XV) e a resolução 1542 (XV), ambas aprovadas no dia seguinte, a 15 de Dezembro de 1960.

A Resolução 1514, que continha a «Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais», condenava todas as formas de colonialismo e declarava que todos os povos tinham direito a gerir livremente os seus assuntos políticos e prover ao seu desenvolvimento económico, social e cultural, o qual não poderia ser negado pela potência colonizadora, nem mesmo sob o argumento da falta de preparação política, cultural ou educacional, a fim de retardar a independência. Com a adopção desta resolução, a ONU demonstrava inequivocamente qual o caminho a seguir: a condução de todos os territórios à independência. A Resolução 1541 incorporava as conclusões do relatório da Comissão dos Seis e definia como universal a obrigação de transmitir as informações sobre os territórios não autónomos que cada Estado-membro administrasse tal como definido no art.73 da Carta das Nações Unidas. A mesma resolução estabelecia ainda que a integração ou a associação de um território não autónomo num determinado Estado só poderia resultar da escolha livre e voluntária das populações do território em questão. Finalmente, a Resolução 1542 considerava as províncias ultramarinas portuguesas como territórios não autónomos e estabelecia para Portugal a obrigação de transmitir ao Secretário-geral da ONU as

⁷⁰⁰ *Ibidem.*

⁷⁰¹ AHD/MNE, POI M194, telegrama n.º 255 de 12 de Outubro de 1960, o Representante de Portugal junto das Nações Unidas ao MNE.

informações requeridas no art. 73 da Carta sobre os mesmos (Silva 1995, pp. 10-12; Magalhães 1996, 15-16).

Progressivamente, o grupo afro-asiático criava mecanismos com os quais pudesse contornar as limitações subjacentes às disposições da Carta das Nações Unidas e proceder no sentido de uma descolonização rápida e completa. Fortemente pressionado, especialmente depois do início da guerra colonial em Angola, em Março de 1961, o Governo português procurava responder com uma argumentação sólida, não só na ONU, mas também na NATO, onde pretendia congregar o apoio dos aliados. No essencial, até à queda do regime em 1974, a posição de Lisboa foi uma só: como Portugal não renunciaria aos territórios ultramarinos, parte integrante da nação portuguesa, restava apenas saber se a ONU pretendia intervir nos assuntos internos de um Estado soberano e se os aliados ocidentais consideravam que o mesmo deveria abandonar a sua legítima soberania. Na óptica dos dirigentes do Estado Novo, a comunidade internacional não compreendia a verdade que estava na base do problema africano português e que explicava a firme posição de Portugal sobre o assunto: a política ultramarina portuguesa, pelos princípios que a configuravam, era diferente daquela seguida pelos restantes povos colonizadores. Expliquemos porquê seguindo de perto o texto que Eduardo Brazão, Embaixador de Portugal em Roma entre 1958 e 1962, redigiu para orientar as acções de esclarecimento promovidas pela Embaixada junto da sociedade italiana⁷⁰².

No caso português, estava-se perante a construção progressiva de uma sociedade multirracial, excluindo qualquer aspecto mercenário ou puramente economicista⁷⁰³. Por outro lado, como comprovava o racismo branco na África do Sul e o racismo negro no Gana, na Guiné, na Nigéria e na Libéria, a independência não resolvia por si só os problemas humanos, económicos e políticos e, quando este facto era ignorado, surgiam situações de artificialidade, como era o caso dos novos países, cuja subsistência era impossível sem ajudas financeiras externas, especialmente aquelas concedidas pela ONU e pelos países ricos, como os EUA e a URSS⁷⁰⁴. Seriam estas novas formas de colonialismo, de tipo mercenário, puramente económico e administrativo e sem qualquer preocupação em enraizar uma civilização, o que

⁷⁰² Segundo os serviços do MNE, pela forma como foi elaborado, procurando evitar controvérsias e colocando o problema no campo dos princípios práticos, o texto de Brazão deveria servir como paradigma geral para uma argumentação coordenada que explicasse a actuação do Governo português e rectificasse de forma séria e serena as virulentas críticas que se faziam contra Portugal e que careciam de total objectividade (*sic*) (AHD/MNE, PAA M409, nota manuscrita no ofício n.º 327, confidencial, de 19 de Setembro 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

⁷⁰³ *Ibidem*, texto de esclarecimento dos pontos de vista do Governo português em relação ao problema africano no geral e ao caso de Angola, em particular, elaborada pelo Embaixador de Portugal em Roma.

⁷⁰⁴ *Ibidem*.

estava em completa oposição ao sistema português⁷⁰⁵. Assim sendo, quem acusava insistentemente Portugal por não seguir o exemplo da França, da Inglaterra, da Bélgica e da Holanda, que tinham saído dos territórios ultramarinos, esquecia que estes países, ao contrário de Portugal, nunca pretenderam construir uma sociedade plurirracial ou pluricontinental na base da paridade e da igualdade, nem nunca procuraram fundir-se com os seus colonizados, ao contrário dos portugueses, que o faziam há séculos. Em suma, nunca tinham considerado as suas colónias como parte integrante da nação, sujeito à mesma soberania e às mesmas leis, como a abolição do regime do indigenato, em Setembro de 1961, vinha reforçar⁷⁰⁶.

Por outro lado, se Portugal era acusado de negligenciar o desenvolvimento dos territórios ultramarinos e de escravizar o negro para benefício dos brancos, a culpa era apenas do próprio Governo de Lisboa, pois nos trinta anos em que estivera ocupado em promover um lento e custoso trabalho de recuperação do país (metrópole e províncias ultramarinas) negligenciara propagandar convenientemente a sua obra desenvolvimentista, a qual não poderia ser interrompida com uma sucessão de independências imaturas⁷⁰⁷. Angola e Moçambique possuíam alguns dos portos melhor equipados da África austral, assim como algumas das melhores vias-féreas e uma das maiores percentagens de construções civis, incluindo escolas e vastos e competentes serviços de assistência sanitária que levavam a Organização Mundial de Saúde a designar a campanha contra a lepra na África portuguesa como a melhor de toda a África⁷⁰⁸. Ademais, a regulamentação das condições de trabalho tinha sido actualizada, criando-se a Inspeção-geral do Trabalho e ratificando-se as convenções internacionais sobre o descanso semanal, o trabalho infantil e as discriminações em matéria de emprego⁷⁰⁹.

Relativamente à concessão da independência, como frisava António de Oliveira Salazar a George Ball, Subsecretário de Estado dos EUA, durante a sua visita a Lisboa, no final de Agosto de 1963, aquela dependia necessariamente da situação particular de cada território⁷¹⁰. Com excepção de Angola e de Moçambique, as províncias ultramarinas não tinham qualquer

⁷⁰⁵ *Ibidem.*

⁷⁰⁶ *Ibidem.*

⁷⁰⁷ *Ibidem.*

⁷⁰⁸ *Ibidem.*

⁷⁰⁹ *Ibidem.*

⁷¹⁰ George Bell vinha a Lisboa com a missão de «procurar um entendimento entre as posições americana e portuguesa» (Magalhães 1996, p. 23) e equilibrar o mal-estar que reinava nas relações entre os dois países desde 1961, quando a Administração de J. K. Kennedy, para intensificar a pressão sobre o regime de Oliveira Salazar para que procedesse a reformas políticas, sociais e económicas que permitissem conduzir os territórios ultramarinos portugueses à independência, optava por favorecer com os seus votos a causa da libertação da África na ONU e recusava que o armamento cedido a Portugal pelos EUA através da NATO fosse utilizado nas guerras do Ultramar (*ibidem*, pp. 22-27).

possibilidade de se manterem como países independentes, pelo que, nestes casos, a independência não poderia deixar de resultar numa anexação pelos países vizinhos⁷¹¹. Embora as dimensões dos territórios angolanos e moçambicanos e os respectivos recursos pudessem permitir a criação de nações, a sua formação estaria ainda muito longínqua, pois nelas existiam diversas tribos e etnias muito diferentes, cujo elemento comum era a sua integração na grande nação portuguesa. Uma vez desaparecido este elo coordenador, as tribos tenderiam a separar-se em parcelas e, quer pela sua actuação geográfica, fraca densidade populacional ou condições de vida inferiores, acabariam por ser absorvidas pelos países vizinhos⁷¹². Salazar acrescentava que o alargamento do corpo eleitoral das províncias ultramarinas teria de ser gradual devido ao tempo necessário para educar uma população com um baixo nível de cultura. Só assim estaria capacitada para tomar uma decisão consciente sobre se deveria ou não fazer parte da nação portuguesa⁷¹³.

Durante o consulado de Marcello Caetano (1968-1974), «os objectivos da grande estratégia nacional», para citar António José Telo (1996b, p. 775), pouco evoluem: manter o espaço ultramarino com uma autonomia progressiva, mas aquém da plena independência (*ibidem*). A ênfase da retórica ultramarina incidia sobre temas como o «convívio multiétnico» e o «progressismo social» do «mundo lusíada» (Oliveira 2001, p. 247). Recuperava, também o discurso de Salazar quanto à impreparação dos africanos para assumirem as «responsabilidades da independência», esperando assim explorar o «afro pessimismo» latente em vários sectores da comunidade internacional (*ibidem*). Neste sentido, e usando as palavras de Pedro Aires de Oliveira, se «a tarefa primordial da sua diplomacia consistiria em conservar a benevolência das potências ocidentais e [...] persuadi-las das vantagens estratégicas associadas à manutenção do império português», a «preocupação básica» da política externa marcelista seria «aguentar até que a guerra se resolvesse militarmente e as reformas ultramarinas dessem os seus frutos» (*ibidem*, p. 241).

Ganhar tempo era, em suma, o que pretendia Marcello Caetano, especialmente numa altura em que a África mergulhara num período difícil e caótico, com historiadores, sociólogos, economistas, politólogos, jornalistas e antropólogos a descreverem-na como um continente perdido⁷¹⁴. Com efeito, os anos 60 assistiram a uma crise de ajustamento de

⁷¹¹ AHD/MNE, PAA M409, apontamento intitulado «Tópicos da audiência concedida por Sua Excelência o Presidente do Conselho ao Senhor George Ball», elaborado por Caldeira Coelho, com data de 29 de Agosto de 1963.

⁷¹² *Ibidem*.

⁷¹³ *Ibidem*.

⁷¹⁴ Por exemplo, René Dumont, agrónomo, escreveu os livros *L'Afrique noire est mal partie* (1962) e *L'Afrique étranglée* (1980), este em conjunto com Marie-France Mottin. Albert Meister, sociólogo, questionava: *L'Afrique*

proporções lacerantes, revelando que só a independência política não bastava e que era necessário complementá-la e fortalecê-la com a independência económica, que nenhum país africano conseguiu alcançar. A partir de 1965, entravam em acção os militares, apoderando-se do poder numa dezena de Estados (Argélia, Zaire, República Centro Africana, Alto Volta, Nigéria, Gana, Burundi, Togo, Serra Leoa), muitas vezes piorando a situação. O caso limite deste tipo de involução acontecia na Guiné Conacri de Sekou Touré, onde uma longa luta pelo poder resultou no aprisionamento de milhares de adversários políticos e no extermínio de uma parte da elite que levava o país à independência, tudo isto enquanto a economia regredia e a população procurava asilo nos países vizinhos. O primeiro decénio de independência registou ainda a instalação de um regime de minoria branca na Rodésia do Sul, guiado por Ian Smith, e o agravamento da situação na África do Sul em torno da segregação racial (*apartheid*) (Del Boca 1992, pp. 144-153).

Como afirmava Marcello Caetano a Alçada Baptista, em 1973, era «em homenagem ao princípio da autodeterminação dos povos que o Poder Central não pode abdicar dessa intervenção», uma vez que «se, em conformidade com as resoluções da ONU, abandonássemos o exercício da nossa soberania, essas camadas sociais de maior poder económico seriam naturalmente levadas a imitar experiências vizinhas que estão fora da nossa forma tradicional de presença em África, com políticas raciais distintas, sob pena de perdermos irremediavelmente a sociedade multirracial que defendemos e estamos a construir» (*apud* Oliveira 2001, p. 248).

Nos últimos meses de vida do regime, quando se operava já a desagregação das Forças Armadas, Marcello Caetano tentou defender a solução federativa para o Ultramar. Para o efeito, encetou negociações secretas com o PAIGC, que declarava unilateralmente a independência da Guiné-Bissau em Setembro de 1973, fomentou, através de Jorge Jardim, uma independência branca em Moçambique e aceitou a publicação do livro do General António de Spínola, *Portugal e o futuro*, onde propunha a transformação do império numa federação lusitana⁷¹⁵ (Telo 1996b, pp. 775-776; Oliveira 2001, pp. 233-239).

Um dos mitos afoqueadamente trabalhado pelo regime consistia na solidão orgulhosa com que o quixotesco Portugal lutava pela civilização ocidental em África. Oliveira Salazar proferiu a expressão «orgulhosamente sós» num discurso de Fevereiro de 1965 onde defendia

peut-elle partir? (1966). Pierre Jalée, economista, escrevia o relatório *Le pillage du Tiers Monde* (1965), enquanto o politólogo Giampaolo Calchi Novati sublinhava que *L'Africa nera non è indipendente* (1964), enquanto o sociólogo suíço e deputado socialista Jean Ziegler denunciava a *Main basse sur l'Afrique* (1973) (Del Boca 1992, pp. 145-146).

⁷¹⁵ Sobre a política ultramarina no marcelismo e a oposição à visão imperialista do Estado Novo *vide* também as pp. 394-399 deste estudo.

a manutenção do império. Daí em diante, esta ideia integrava o discurso oficial de propaganda para sublinhar a superioridade moral e política de Portugal ao conduzir uma guerra colonial sem o apoio dos seus aliados, mas cujos interesses, não obstante a traição (*sic*), defendia no continente africano (Rodrigues 2001, pp. 189-192). Contudo, como veremos no ponto seguinte, Portugal contou com o apoio dos seus aliados e nunca esteve só. Era, sim, pressionado e não contava com as declarações explícitas de apoio que desejava, mas tinha uma rede de alianças que permitir-lhe-ia manter três frentes de guerra durante 13 anos e gerir as pressões internacionais no âmbito da ONU. Vejamos o que aconteceu partindo, para o efeito, da posição da Itália em relação à política africana portuguesa.

4.2.2. *A posição da Itália: anticolonialismo e solidariedade atlântica*

Quando, a partir de 1961, o grupo afro-asiático levou constantemente a questão colonial portuguesa à discussão no âmbito das Nações Unidas, a Itália orientou a sua actuação tendo em conta dois factores: o seu anticolonialismo e o estatuto de aliado atlântico. Não deixava, porém, de pressionar o Governo de Lisboa para que concedesse a independência às suas colónias e de manobrar junto dos afro-asiáticos para que não avançassem para acções drásticas que provocassem o caos naqueles territórios.

Como afirmava Gaetano Martino, antigo Ministro dos Estrangeiros, perante a XV Assembleia-geral da ONU (1960), um dos objectivos principais da Itália, fazendo jus à experiência ganha com a luta de libertação contra o fascismo e com a própria descolonização, consistia em ajudar os Estados-membros a ceder gradualmente a liberdade aos territórios não autónomos. Liberdade que deveria chegar de mãos dadas com o progresso, obtido na base de uma sincera colaboração técnica e económica, distante do neocolonialismo, a fim de fortalecer os novos países, então em plena ânsia de renovação, e de levá-los a manter os laços com as nações ocidentais⁷¹⁶. Desta forma, partindo do princípio de que só com o fim de todas as formas de dominação seria possível alcançar um progresso comum e sendo a independência a fase mais importante deste mesmo progresso, ela não deveria conduzir a desequilíbrios internos ou levar a guerras civis que facilitassem a penetração da URSS⁷¹⁷. Era,

⁷¹⁶ Archivio storico del Senato, fundo Gaetano Martino, série II, subsérie 2, b. 10, fasc. 30, discurso intitulado «Sull'indipendenza dei territori non autonomi e popoli coloniali», proferido na Assembleia-geral da ONU, em Setembro de 1960.

⁷¹⁷ *Ibidem*.

pois, neste sentido que a Itália teria sempre uma palavra objectiva a proferir ⁷¹⁸. Evidentemente, esta actuação, especialmente enquanto aliado atlântico, desagradava profundamente ao Governo português e aos diplomatas que o representavam na ONU, na NATO e em Roma.

Em Janeiro de 1959, quando a NATO discutia o problema da entrada do comunismo na África, a representação diplomática da Itália distribuía pelos Estados-membros um relatório intitulado «The situation in Africa, with special reference to communist propaganda». A ideia central que o percorre é que a Europa, perante o despertar do nacionalismo africano, não poderia continuar a considerar a África como uma quantificação económica e um repositório inesgotável de matérias-primas, caso contrário perderia toda a capacidade interventiva no continente ⁷¹⁹. Isto porque, se o comunismo pretendia expulsar a Europa da África e se o nacionalismo africano oferecia vias eficazes à penetração soviética, os Estados europeus, num volte de face, deviam reconhecer atempadamente as populações africanas como elementos fundamentais do processo de construção das suas nações ⁷²⁰. Neste sentido, era necessário ter em atenção que os africanos estavam ressentidos com a desigualdade social existente e com a evidente discrepância entre os ideais democráticos apregoados pelo Ocidente e a maneira aristocrática com que eram postos em prática. Por outro lado, não estavam dispostos a acolher qualquer forma de paternalismo político ou administrativo europeu, exigindo a elevação das suas capacidades técnicas através da instrução ⁷²¹. Sobre a presença de Portugal na África, o relatório dizia o seguinte:

«Portuguese Africa seems to have remained outside the modern trends, a relic of the past where stagnation prevails. Its remarkable poverty seems the consequence of lack of initiative, depopulation and contract-work, a semi-compulsory system still legal there. Apparently there is no communism or communist penetration, but it is hard to imagine that the present Africa stir-up will never reach those forgotten lands.

Anyhow, as yet the situation remains dormant there and even riots do not seem to go further than the old acts of desperate rebellion. On the whole, if no danger for the western set-up seems to come from Portuguese Africa, scant benefits come either and one might wonder whether inertia and absence are nowadays not a danger in themselves. The question is how long the Portuguese could stay inside their

⁷¹⁸ *Ibidem.*

⁷¹⁹ AHD/MNE, DELNATO M49, memorando, secreto, intitulado «The situation in Africa with special reference to communist propaganda», distribuído pelo Representante da Itália junto do Conselho Atlântico aos representantes dos restantes Estados-membros da NATO.

⁷²⁰ *Ibidem.*

⁷²¹ *Ibidem.*

ancient walls or whether there will be time enough for such a deliberate slow pace while elsewhere matters are advancing rapidly»⁷²².

Para o delegado português junto do Conselho do Atlântico, na altura António de Faria, o relatório era vago e as referências a Portugal eram redigidas sem tacto, desvendando-se certos intuitos ofensivos na linguagem⁷²³. O âmago da tese ali apresentada, no entender do diplomata, era que a emancipação africana estaria para breve, que o pan-africanismo⁷²⁴ oferecia perigos para a Europa devido ao reforço económico que recebia do continente africano e que a única forma de evitar tais perigos seria através de uma acção europeia conjunta, na qual a Itália, subentendia-se, participaria com capitais, técnicos e ideias⁷²⁵. Faria criticava ainda o documento porque, ao atacar a política colonial portuguesa, «não estava em harmonia com as tradições de cortesia da NATO», nem com a tradicional habilidade diplomática da Itália⁷²⁶. Um ataque que, na perspectiva do Embaixador, apenas merecia a seguinte resposta do Governo português:

«Que os portugueses estavam em África há cinco séculos, que tinham intenção de continuar e que lamentava que outras potências, por seus erros, tivessem desaparecido do mapa da África»⁷²⁷.

Estas treze últimas palavras constituíam um verdadeiro ataque à política africana da Itália, com o diplomata a acrescentar que os italianos estavam ainda a sofrer as consequências do ataque de Mussolini à Abissínia para sublinhar o quão «fraco» era o seu papel no projecto que apregoava, não só devido à carência de recursos, mas também devido ao reduzido peso

⁷²² *Ibidem*.

⁷²³ *Ibidem*, documento avulso contendo as considerações do Representante Permanente de Portugal junto do Conselho Atlântico sobre o memorando italiano.

⁷²⁴ Enquanto movimento político, filosófico e social, o pan-africanismo, cuja origem remonta à primeira metade do século XIX, em resposta às teorias raciais então desenvolvidas, como o darwinismo social, defendia a ideia de uma África unida na base do reconhecimento de uma história, cultura e destino comuns a todos os povos africanos. Tinha como pressuposto fundamental a crença de que só através da união estes poderiam alcançar quer o progresso político, económico e social, quer o reconhecimento dos seus direitos e liberdades. Neste sentido, defendia o fim da colonização da África, sendo os seus princípios muito populares entre as elites africanas no decorrer das lutas pela independência, na segunda metade do século XX. Como corolário do fortalecimento interno e externo do continente africano, o pan-africanismo pressupunha a formação dos Estados Unidos da África, expressão máxima da solidariedade africana (Geiss 1974; Appiah 1997; Hernandez 2005; Don Nanjira 2010, pp. 240-286).

⁷²⁵ AHD/MNE, DELNATO M49, documento avulso contendo as considerações do Representante Permanente de Portugal junto do Conselho Atlântico sobre o memorando italiano.

⁷²⁶ *Ibidem*, telegrama n.º 6, confidencial, de 12 de Janeiro de 1959, o Representante Permanente de Portugal junto do Conselho Atlântico ao MNE. Um aparte para referir que o relatório seria recolhido pouco depois de ter sido distribuído porque, segundo o Representante da Itália, não era mais do que um simples documento de estudo que tinha sido distribuído por engano e sem que ele próprio o tivesse lido (*ibidem*).

⁷²⁷ *Ibidem*.

efectivo do país⁷²⁸. Para Eduardo Brazão, Embaixador de Portugal em Roma, esta situação fazia com que a Itália nutrisse uma «surda inveja» em relação a Portugal por ainda colher em África os frutos da civilização que ali plantara. Citemo-lo:

«A nossa posição de grande país colonizador e a manutenção das mesmas vastas regiões que há tanto possuímos em África são aqui motivo duma surda inveja que por vezes se abre, se expande, por incontrollável. Na altura da última Feira de Milão, mostrando eu ao Presidente da República o nosso *stand*, quando passávamos pelas muitas e variadíssimas amostras do nosso café, disse-me ele a sorrir: «Não é demais tudo isto?»⁷²⁹.

Para o diplomata, o anti-colonialismo italiano teria de ser lido à luz do problema da pouca influenciabilidade externa da Itália na sequência da derrota na II Guerra Mundial, com os seus governantes a explorarem ao máximo todos os recursos possíveis para adquirir uma posição de prestígio internacional, como era o caso, nos anos 60, dos povos africanos. Brazão novamente:

«Procura-se, por todos os processos, levar outra vez este país à mesa das grandes potências mundiais, forçando-se convites, aparecendo sem ser chamado, anunciando sucessos que vivem em pura imaginação, adaptando-se a todas as condições que possam trazer um triunfo [...]. Joga-se, como sempre, no vencedor. E hoje pensa-se aqui que o senhor da África de amanhã é o negro. É portanto ao negro [...] que é necessário agradar para conquistar um comprador, uma larga região de emigração, um terreno a desenvolver e, portanto, necessitado dos técnicos deste país»⁷³⁰.

A política italiana era, por isso, «ao lado do negro, sem restrições»⁷³¹, com «as falsidades e a má-fé» a ditarem insistentemente comportamentos menos correctos para com Portugal, quase como que desejando que a onda do despertar nacionalista atingisse os territórios portugueses e os desvinculasse da suposta nação indivisível⁷³². Esta situação exasperava profundamente o Embaixador:

«Já há muito tempo verifiquei que não vale a pena nem explicar, nem esclarecer a Itália da nossa acção em África. Sabem muito bem os políticos e os jornalistas de todas as tendências a posição

⁷²⁸ *Ibidem*, documento avulso contendo as considerações do Representante Permanente de Portugal junto do Conselho Atlântico sobre o memorando italiano.

⁷²⁹ AHD/MNE, PAA M 423, ofício n.º 281, confidencial, de 23 de Setembro 1959, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁷³⁰ *Ibidem*.

⁷³¹ *Ibidem*.

⁷³² AHD/MNE, 2P A64 M211, ofício n.º 110, confidencial, de 15 de Abril de 1960, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

excepcional do nosso país no continente negro, mas não lhes convém perceber... Se corremos hoje perigos nas nossas duas grandes possessões africanas, pois o fogo tem sido ateado em nossa volta e os desejos não faltam para o lançar no que nos pertence, no entanto o que neste país não se nos perdoa é a manutenção integral dos nossos domínios ultramarinos»⁷³³.

É o momento de fazermos algumas considerações sobre a política externa italiana nos anos 60. A Itália seguia uma linha que ficou conhecida por neotlantismo, desenvolvida por Amintore Fanfani enquanto fez parte do Governo, primeiro como Presidente do Conselho (1958-1963), depois como Ministro dos Negócios Estrangeiros (1958-1959 e 1965)⁷³⁴. Como o prefixo «neo» indica, o conceito pretende reinterpretar a concepção atlantista que orientava a política externa italiana desde o final dos anos 40, quando a Itália aderiu à Aliança Atlântica e passou a actuar numa área política e militar de cooperação entre o pólo ocidental europeu e o pólo norte-americano (EUA e Canadá). A partir de meados dos anos 50, perante a evolução operada nas relações internacionais, este paradigma, definido em torno do que se designava por «comunidade atlântica», tornava-se insuficiente para os líderes italianos, levando-os a reavaliar os princípios basilares da política externa. Recordemos que, no seguimento da Conferência de Bandung (1955), surgia o Movimento dos Não-alinhados e o processo de descolonização da África desenvolvia-se exponencialmente, criando novas tensões no já delicado equilíbrio internacional, marcado pela bipolaridade. Neste contexto, o neotlantismo preconizava para a Itália, a par da colaboração inquestionável com os EUA e da defesa do Ocidente em relação ao bloco soviético, uma política de diálogo e de particular abertura quer aos países africanos e asiáticos, recém-independentes ou prestes a sê-lo, quer aos países árabes do Mediterrâneo, a fim de subtraí-los à influência de Moscovo e definir espaços de maior autonomia para a actuação externa do Governo de Roma (Formigoni 2010, p. 79-81). Repare-se que não estava aqui em causa a possibilidade de a Itália exercer uma política externa independente face aos compromissos assumidos anteriormente com os Estados-membros da NATO. Fanfani pretendia, sim, adquirir para a Itália uma capacidade de mediação internacional de relevo e, ao desenvolver as escolhas fundamentais do período precedente – o Ocidente, a Europa e a ONU – num discurso original de política externa, promover o consenso nacional em torno da sua acção governativa numa altura em que se processava o crescimento político e eleitoral dos sectores da esquerda (*ibidem*, pp. 78-79).

⁷³³ *Ibidem*.

⁷³⁴ Para uma visão crítica da política externa de Fanfani e da exploração do conceito de neotlantismo *vide* Giovagnoli & Tosi 2010.

Vimos no ponto anterior como a crise do Suez (1956) constituiu o ponto de viragem da política africana de Washington em prol da independência das colónias e como a retirada da Inglaterra e da França do Egipto, forçada pelos EUA, constituía a derrota simbólica do projecto neocolonialista Europeu. Para Fanfani, que subscrevia inteiramente a posição norte-americana, esta era a altura perfeita para desenvolver o papel da Itália enquanto mediadora entre o Ocidente, a Europa, as ex-colónias europeias e os países árabes mediterrânicos, muitos dos quais, como o Egipto, membros do Movimento dos Não-alinhados. Se a nova política norte-americana, conduzida por Eisenhower, levava a França, empenhada em manter militarmente a sua presença na Argélia, a aproximar-se da RFA, fortalecendo como contrapeso o eixo Paris/Bona em torno da construção europeia, a Inglaterra, cujo Governo era liderado por Harold Macmillan, optava por aproximar-se de Washington. Macmillan seria o grande promotor da descolonização do império britânico em África, tendo percebido que a limitação do poderio da Inglaterra tornava imperiosos certos ajustamentos estratégicos que lhe permitissem conservar a sua relevância política e diplomática quando os EUA e a URSS olhavam para o Terceiro Mundo como a «arena crítica da Guerra Fria» (Oliveira 2011, pp. 21-22). Depois de ter obtido a vitória nas eleições de 1959 e solidificado a sua posição, Macmillan avançava determinado na reconfiguração do papel da Inglaterra numa África descolonizada, começando, para isso, por controlar o nacionalismo africano com medidas que visavam preparar gradualmente as colónias até à independência total (*ibidem*, pp. 22-25). Em Fevereiro de 1960, concluiu na África do Sul um périplo de seis semanas pelo continente negro, fazendo em Cape Town o famosíssimo discurso onde admitia a inevitabilidade da descolonização com a eufemística expressão «vento da mudança»:

«O vento da mudança está a soprar pelo continente fora e, quer isso nos agrade ou não, o amadurecimento da consciência nacional é um facto político. Devemos aceitá-lo como tal e as nossas políticas devem dar conta disso mesmo» (*apud ibidem*, p. 26).

Em Novembro de 1960, Harold MacMillan visitava oficialmente a Itália. Eduardo Brazão, que fora convidado para o jantar oferecido em honra do governante enquanto representante de um Estado-membro da NATO, ficava «profundamente impressionado» com uma frase dita pelo Presidente do Conselho, Amintore Fanfani, durante o tradicional brinde de

homenagem⁷³⁵. A frase, segundo Brazão, dirigia-se explicitamente contra as províncias africanas de Portugal:

«A Inglaterra e a Itália continuarão a trabalhar em África no sentido da total libertação»⁷³⁶.

Tinha, além disso, especial significado político por ter sido pronunciada perante uma audiência composta pelos representantes dos países da NATO acreditados em Roma, já que existia uma clara demarcação das posições da França e de Portugal, por um lado, e da Inglaterra e dos EUA, por outro, quanto à descolonização da África. Nos jornais do dia seguinte, a frase publicada era ligeiramente diferente daquela ouvida por Eduardo Brazão no jantar, sendo apresentada de uma forma hábil a fim de dificultar uma reclamação oficial. A nova citação dizia o seguinte:

«Gli sforzi compiuti recentemente in Africa dall'Italia e dalla Gran Bretagna debbono continuare per incoraggiare tutti i popoli liberi a divenire diffusori di libertà»⁷³⁷.

Os esforços conjugados referiam-se ao novo Estado da Somália, que reunia a Somalilândia italiana e britânica e ao qual a Itália e a Inglaterra prestavam assistência técnica e financeira. Brazão sublinhava a vagueza e a imprecisão daquela afirmação, ambas a contrastar com a evidência da intenção a ela inerente, não restando dúvidas quanto à posição do Governo de Fanfani em relação à política colonial portuguesa, alterando completamente a avaliação que António Ferro, Ministro de Portugal em Roma, fazia acerca do recuo do anticolonialismo que dizia notar em Itália, em meados dos anos 50⁷³⁸.

A conquista da independência representava, para Fanfani, um direito legítimo, insistindo na ideia da Itália como país liberto de vínculos coloniais, já de si reforçada com a independência da Somália em Julho de 1960, o último resíduo da herança colonial. Este evento, a par da imparcialidade revelada perante os enredos ideológicos dos novos estados independentes e no contexto da guerra fria, favorecia a credibilidade da Itália junto dos países africanos como uma importante referência política, diplomática e económica, menos comprometida com as políticas neocoloniais (Borruso 2010, pp. 416-417). Por outro lado, a descolonização da África, cujo pico era alcançado em 1960, levava Fanfani a olhar para o

⁷³⁵ AHD/MNE, PAA M297, ofício n.º 322, confidencial, de 23 de Novembro de 1960, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁷³⁶ *Ibidem*.

⁷³⁷ *Ibidem*.

⁷³⁸ *Ibidem*. Sobre a avaliação de António Ferro *vide* as pp. 161-162 deste estudo.

continente negro como um campo de expansão do comunismo e como potencial factor de instabilidade nos equilíbrios mundiais. É que, para o Presidente do Conselho, a paz mundial dependia da luta contra os efeitos nefastos do comunismo e esta preconizava a inclusão do bloco afro-asiático na esfera de influência ocidental (*ibidem*, p. 417). Sendo esta uma necessidade imprescindível, era fundamental evitar que os soviéticos fossem aceites pelos africanos como os libertadores da África, transformando-a, ao invés, num instrumento para conter a expansão comunista (*ibidem*, p. 422). Nesta equação, a Itália, teria um importante papel a executar, quer enquanto elemento de mediação nas crises que afectavam a África, quer enquanto promotora do desenvolvimento económico das novas nações, o que pressupunha também apoiar o movimento afro-asiático em função anti-soviética e como forma de obter uma entrada privilegiada nos seus mercados. Afirmava o Presidente do Conselho em Junho de 1961, na sua primeira visita a Washington para encontrar a nova Administração Kennedy:

«I paesi non impegnati non debbono essere considerati pro-russi, né lasciati alla influenza russa. Al contrario devono essere considerati utili per ridurre l'influenza russa. I paesi nuovi se non sono con noi, siano pure non impegnati. La formula può essere più filo-libertà di quanto s'immagina. Bisogna predisporre una dottrina ed una politica dell'Occidente per i paesi non impegnati. Fortunatamente sono nuovi, ex-coloniali, depressi. Quindi non hanno conti politici diretti né con USA né con l'Italia. Amano la libertà, temono la soggezione. Non vogliono sentir parlare di *leadership*. Ma vogliono progredire. Praticano la politica dell'equilibrio, delle amicizie, e della libera scelta delle assistenze. Con essi bisogna: attrarli, non respingerli» (*apud ibidem*, p. 421).

Em suma, com Fanfani na Presidência do Conselho e no Ministério dos Estrangeiros, a Itália procurava inserir-se no processo de descolonização com o papel específico de média potência euro-mediterrânica, caracterizado por uma acção destinada a favorecer a distensão das relações entre o norte e o sul, isto é, entre a Europa/Ocidente e a África, fazendo jus à sua estratégica colocação geopolítica, no cruzamento entre a África, a Europa e o Mediterrâneo (*ibidem*, p. 429). Neste contexto, a NATO e a ONU surgiam como os palcos principais onde a Itália ensaiava a aplicação das suas teorias ao processo de emancipação do mundo colonial.

A 23 de Fevereiro de 1961, no seguimento dos ataques à Casa de Reclusão Militar, ao quartel da PSP e à Emissora Oficial de Angola perpetrados pelos nacionalistas angolanos a 4 de Fevereiro, dando assim início às guerras coloniais na África portuguesa, a Libéria solicitava a convocação urgente do Conselho de Segurança da ONU para que adoptasse medidas imediatas destinadas a impedir que o Governo português continuasse a violar os

direitos do povo de Angola. Nos círculos políticos de Lisboa era corrente a opinião de que estes episódios estavam profusamente ligados com a conjuntura internacional tal como se apresentava no quadro da ONU, ou seja, dominada pelo anticolonialismo e pela vitória dos afro-asiáticos e dos soviéticos⁷³⁹.

A questão de Angola seria discutida pelo Conselho de Segurança entre os dias 10 e 15 de Março, sendo os debates bastante intensos. O Delegado de Portugal, Vasco Vieira Garin, invocava o princípio da não ingerência nos assuntos internos para declarar a incompetência do Conselho para julgar a matéria em questão e aprovar o projecto de resolução entretanto apresentado pela Libéria visando a retirada portuguesa de Angola⁷⁴⁰. Prevalendo os argumentos jurídicos invocados por Portugal, a proposta liberiana não atingiu o *quorum* de nove votos favoráveis imposto pelo art. 27 da Carta das Nações, sendo rejeitada⁷⁴¹. Salientemos que o que estava em causa era o reconhecimento da incompetência do Conselho, mas não das Nações Unidas no geral⁷⁴².

Este facto, em conjugação com o voto favorável dos EUA e da URSS, ambos contrariando a posição final, e a insurreição empreendida pela UPA no norte de Angola, chacinando dezenas de europeus, levavam o grupo afro-asiático a apresentar o mesmo projecto à Assembleia-geral com a justificação de que a evolução dos acontecimentos angolanos constituía uma ameaça para a paz e a segurança e que a presença de Portugal em África representava um clássico caso de dominação colonial, baseado na opressão de milhões de africanos⁷⁴³. Desta vez, o projecto de resolução era aprovado, a 20 de Abril, com 73 votos favoráveis num total de 84 votos disponíveis, entre os quais o da Itália⁷⁴⁴.

A razão, conforme explicava o Representante italiano, Egidio Ortona, prendia-se com o seguinte: o documento, para além de possuir uma natureza preventiva, favorecia uma evolução moderada em direcção à independência⁷⁴⁵. Portugal deveria, portanto, garantir que a

⁷³⁹ ASD/MAE, telegrammi, vol. 54, Portogallo (1961), telegrama n.º 7 de 5 de Fevereiro de 1961, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁷⁴⁰ ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 65 (1961), telegrama n.º 146 de 14 de Março de 1961, o Representante da Itália junto das Nações Unidas ao MAE.

⁷⁴¹ Os votos favoráveis foram cinco e pertenciam à Libéria, ao Ceilão, à URSS, à República Árabe Unida e aos EUA. Os restantes Estados-membros – Chile, China, Equador, França, Inglaterra e Turquia – abstiveram-se (Silva 1995, p. 12)

⁷⁴² ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 65 (1961), telegrama n.º 149 de 15 de Março de 1961, o Representante da Itália junto das Nações Unidas ao MAE.

⁷⁴³ *Ibidem*, telegrama n.º 178 de 22 de Março de 1961, o Representante da Itália junto das Nações Unidas ao MAE.

⁷⁴⁴ A Espanha e a África do Sul, em nome da solidariedade alimentada por identificações ideológicas e estratégicas, foram os únicos países a votar contra o projecto de resolução; a Austrália, a Bélgica, o Brasil, São Domingos, a França, a Holanda, a Tailândia, a Inglaterra e Salvador abstiveram-se (*ibidem*, telegrama n.º 323 de 21 de Abril de 1961, o Representante de Itália junto da ONU ao MAE).

⁷⁴⁵ *Ibidem*.

paz reinaria em Angola, começando, para isso, a promover o seu desenvolvimento económico, social e político, de preferência em colaboração com a ONU⁷⁴⁶. Era necessário que Portugal entendesse que se não convencesse os angolanos de que havia motivos para esperar pela autodeterminação, as desordens continuariam a crescer, colocando em risco a segurança e a paz do Mundo⁷⁴⁷. Ortona sublinhava ainda que a altíssima percentagem de votos favoráveis com que a resolução 1603 (XV) fora aprovada demonstrava inequivocamente que a quase totalidade dos Estados-membros da Assembleia-geral, incluindo o bloco ocidental, pretendia pressionar Portugal para que, dentro dos princípios das resoluções 1514 (XV) e 1542 (XV) de Dezembro de 1960, conduzisse gradualmente Angola à independência e reconhecesse ao povo angolano os direitos estabelecidos pela Carta das Nações Unidas⁷⁴⁸.

Entre os aliados ocidentais, a pressão maior provinha dos EUA, facto verificado com a aprovação da resolução S/4835 pelo Conselho de Segurança, a 9 de Junho de 1961. A iniciativa partia do grupo afro-asiático em resposta à continuação da agitação em Angola e às notícias que circulavam em Nova Iorque sobre a acção repressiva portuguesa e destinava-se a preparar uma acção mais eficaz no âmbito da ONU⁷⁴⁹. Para o efeito, apresentava ao Conselho de Segurança um novo projecto de resolução onde as mortes e as repressões perpetradas pelos portugueses em Angola eram deploradas e exigida uma solução pacífica para o problema⁷⁵⁰.

Se os EUA o votavam favoravelmente, a França e a Inglaterra, também membros permanentes do Conselho, abstiveram-se. Ao contrário de Eisenhower, que optara pela persuasão para evitar conflitos e choques com os aliados europeus, John F. Kennedy, Presidente dos Estados Unidos desde Janeiro de 1961, escolhia a tática da pressão frontal, marcada pelos votos contrários a Portugal na ONU e destinada a fortalecer a influência norte-americana junto dos países do Terceiro Mundo⁷⁵¹ (Telo 2001, pp. 75-76; Rodrigues 2004, pp. 70-82; Rodrigues 2006b, pp. 63-82).

⁷⁴⁶ AHD/MNE, DELNATO M110, documento NATO, secreto, intitulado «Déclaration faite par le Représentant Permanent du Portugal à la séance privée du Conseil du 20 Avril 1961».

⁷⁴⁷ *Ibidem*.

⁷⁴⁸ ASD/MNA, telegrammi ONU, vol. 65 (1961), telegrama n.º 323 de 21 de Abril de 1961, o Representante de Itália junto da ONU ao MAE.

⁷⁴⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 363 de 23 de Maio de 1961, o Representante de Itália junto das Nações Unidas ao MAE.

⁷⁵⁰ *Ibidem*, telegramas n.º 383 de 6 de Junho de 1961 e n.º 390 de 10 de Junho de 1961, o Representante de Itália junto das Nações Unidas ao MAE.

⁷⁵¹ Como forma de pressão, para além dos métodos diplomáticos e das votações na ONU, os EUA apoiam a tentativa de golpe de estado liderada pelo Ministro da Defesa, General Botelho Moniz, em Abril de 1961, destinado a derrubar Oliveira Salazar e a conduzir o regime e a política ultramarina no sentido de uma maior liberalização. Escrevemos um pouco mais sobre esta questão nas pp. 391-392 deste trabalho.

Relativamente à Inglaterra, embora secundasse a posição dos EUA no referente à política africana, tentava manter relações o mais cordiais possível com o secular aliado, contrabalançando as críticas à política conduzida em África com o anuimento discreto às suas solicitações se não a comprometessem perante a *Commonwealth*, a fim de usar a influência de que dispunha para uma acção de persuasão. Daí a sua abstenção nesta e noutras votações nas Nações Unidas (Telo 2001, pp. 91-92).

O choque de interesses com as duas principais referências de Portugal em termos estratégicos e políticos levavam o Governo de Lisboa a operar uma inversão das suas alianças (Telo 1996b, p. 774). Tratou-se, no essencial, de uma aproximação maior não só à França (que pretendia autonomizar o seu poderio em oposição à supremacia dos EUA) e à RFA (que considerava Portugal como um aliado militar e económico importante para engrandecer a capacidade interventiva alemã na Europa e no Atlântico), mas também aos regimes brancos africanos da África do Sul e da Rodésia, junto dos quais obtinha apoios técnicos, militares e políticos (Telo 1996b, p. 774; Rodrigues 2001; Rodrigues 2004, pp. 87-90; Fonseca 2007; Marcos 2007; Barroso 2009).

Neste contexto, a NATO surgia a Portugal como uma plataforma quer de negociação do relacionamento com os EUA e a Inglaterra, quer de aproximação à França e à RFA (Telo 2001, p. 78). No referente à Itália, Portugal procurava levar o Governo de Roma a apoiar as posições portuguesas para neutralizar as pressões dos restantes parceiros atlânticos e, em última instância, sustentar as investidas do grupo afro-asiático. Tenhamos presente que muitas das posições tomadas pelos países ocidentais no âmbito da ONU foram previamente discutidas no Conselho da NATO em nome da solidariedade atlântica. Um exercício que se destinava a encontrar uma acção eficaz e coordenada dentro das dissensões existentes entre os Estados-membros da Aliança a fim de garantir, perante o avanço do comunismo, a operacionalidade da mesma na salvaguarda do Ocidente e respectivos axiomas, representados, para citar Adriano Moreira (2007, p. 17), pelo «valor síntese» chamado democracia. A NATO transformou-se, portanto, num palco essencial da diplomacia portuguesa, onde as incompatibilidades ideológicas e axiológicas entre Portugal e os restantes aliados tinham de ser cuidadosamente geridas por Lisboa (Telo 2001, p. 78; Santos 2009). Como escreve o historiador António José Telo (2001, p. 78), «a grande frente da acção diplomática durante os anos das guerras de África, a prioridade verdadeiramente decisiva foi a de manter os apoios ocidentais», pois «sem eles, ou sem a contenção da posição crítica da Inglaterra e dos EUA, a guerra era impensável e havia uma clara consciência disso».

Logo no início de Março de 1961, aquando da sessão do Conselho do Atlântico, o Governo de Oliveira Salazar pretendia criar um «bloco NATO» que desse garantias de que os projectos de resoluções apresentados na ONU contra a política ultramarina portuguesa não seriam aprovados (Santos 2009, p. 46). Ao representante dos EUA, para quem um «bloco NATO» era inexequível porque não existiam na organização blocos de países, mas «países individuais cada qual com o seu ponto de vista» (*apud ibidem*), António de Faria, o representante português, respondia com a ameaça da saída de Portugal da Aliança caso perdesse o Ultramar à custa da falta da solidariedade dos aliados:

«Se alguma das nossas províncias ultramarinas vier a ser atacada e a tivermos de perder em face da indiferença dos nossos aliados, seriam inevitáveis acontecimentos de maior gravidade em Portugal e nenhum Governo poderia manter-nos na Aliança Atlântica» (*apud ibidem*).

Os restantes aliados aconselhavam moderação para que a segurança e a defesa da Europa não saíssem comprometidas. Contudo, também o voto favorável dos EUA ao projecto de resolução apresentado em Março ao Conselho de Segurança da ONU não deixava de ser visto como contraproducente para os interesses europeus e do próprio Pacto Atlântico. A 20 de Março, o Embaixador Casardi, que ocupava interinamente o cargo de Secretário-geral da NATO, questionava António Faria se Portugal estaria interessado em discutir a questão de Angola no Conselho Atlântico e assim internacionalizar por sua iniciativa o debate sobre o problema. A ocasião era a ideal. Por um lado, como explicava Casardi, os EUA tinham desrespeitado as disposições de um dos documentos fundamentais da Aliança, nomeadamente o 51º parágrafo, alínea c) do Relatório dos Três Sábios, segundo o qual nenhum Estado-membro adoptaria uma política definitiva ou fazia declarações políticas sobre questões importantes para a Aliança ou para qualquer um dos seus Estados-membros sem a consulta prévia dos mesmos. Por outro lado, os acontecimentos angolanos seriam novamente discutidos na XVI sessão da Assembleia-geral da ONU⁷⁵²

Convocado o Conselho do Atlântico para 20 de Abril, António de Faria apelava aos países aliados e amigos para que não assumissem posições hostis para com Portugal, devendo abster-se nas votações na ONU quando não podiam votar a favor e evitar criticar publicamente a política ultramarina e o Governo português. Deste modo, a Aliança apareceria coesa a defender o Ocidente das ameaças que pairavam sobre ele (Santos 2009, p. 47). Para os

⁷⁵² Telo 2001, docs. 5/18 e 5/19, aerograma n.º 1653 de 20 de Março de 1961 e respectivo anexo, o Delegado de Portugal ao Conselho da NATO ao MNE, pp. 285-288.

EUA, a questão era precisamente essa: fortalecer a Aliança e para isso pretendia auxiliar Portugal a reestruturar a sua política ultramarina de forma a evitar as divisões internas. Neste sentido, convidava os parceiros a seguirem a sua política, especialmente a França e a Inglaterra, com acento permanente no Conselho de Segurança da ONU. É que Kennedy não pretendia discutir o colonialismo na NATO, mas nas Nações Unidas, onde poderia fazer frente às investidas da URSS sobre o bloco afro-asiático sem sofrer os estigmas de um apoio declarado a um país colonialista. A Inglaterra e a França, por seu lado, mostravam-se relutantes em aceitar uma intervenção da ONU nos assuntos internos de Portugal por considerarem que contrariava a Carta das Nações e não aceitavam a imposição de prazos rígidos que pudessem levar a independências prematuras. A Itália, conforme assegurava Pinna Caboni, embora tendo presente que a independência da África era desejada por todos, nada faria de desagradável para Portugal e não apoiaria a realização de inquéritos da ONU sobre os territórios portugueses dado que não pretendia ver os comunistas a explorarem a instabilidade alimentada por independências prematuras para penetrarem na África negra⁷⁵³.

Acabando o Governo português por receber o benefício da dúvida, em Junho de 1961, os Estados-membros da NATO informavam Lisboa de que estavam muito interessados em escutar as explicações do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, na altura Franco Nogueira, sobre a política ultramarina portuguesa⁷⁵⁴. As suas declarações, quer as expositivas, quer as respostas dadas às questões dos delegados de cada Estado-membro seriam depois comunicadas aos respectivos governos para que pudessem estudá-las em vista da preparação da XVI sessão da Assembleia-geral da ONU, com início a 19 de Setembro⁷⁵⁵. Como salientava Pinna Caboni, a declaração do Ministro permitiria um estudo mais aprofundado do problema e uma melhor apreciação dos pontos de vista de Portugal⁷⁵⁶.

A 7 de Setembro, Franco Nogueira deslocava-se ao Conselho do Atlântico para repetir as teses oficiais do regime que descrevemos no ponto anterior. Retorquindo às afirmações do Ministro dos Estrangeiros, o representante dos EUA sublinhava que a política colonial portuguesa trazia graves preocupações à Aliança, tão graves que arriscavam transformar a solidariedade europeia num mito. Para evitá-lo, a comunicação entre os Estados-membros era fundamental, pelo que a posição de Portugal deveria ser sistematicamente discutida pelo

⁷⁵³ Telo 2001, doc. 5/23, aerograma n.º 1699 de 21 de Abril de 1961, o Delegado de Portugal ao Conselho da NATO ao MNE, pp. 291-295.

⁷⁵⁴ AHD/MNE, DELNATO M110, telegrama n.º 118, urgente e confidencial, de 28 de Julho de 1961, o Delegado de Portugal ao Conselho da NATO ao MNE.

⁷⁵⁵ *Ibidem*.

⁷⁵⁶ *Ibidem*, aerograma n.º 1944 de 13 de Setembro de 1961, o Delegado português ao Conselho da NATO ao MNE.

Conselho do Atlântico⁷⁵⁷. Para a Inglaterra, não obstante todo o valor histórico e civilizacional dos Descobrimentos Portugueses, o Governo de Lisboa tinha de aceitar que «o desejo de independência era a força mais poderosa que existia [...] em África», sendo errado «julgar que os defensores dessa ideia não passavam de agentes comunistas», pois se o comunismo procurava servir-se deles, precisamente por esta razão, o Ocidente não poderia permitir que se arvorassem em «paladinos do africanismo»⁷⁵⁸. A França argumentava que Portugal não praticava um sistema de opressão e a solução multirracial que defendia pressupunha por si uma integração plena⁷⁵⁹. Contudo, havia um «fait passionel» que não poderia ser menosprezado: os africanos insistiam em viver num país diferente dos brancos⁷⁶⁰. Numa linha semelhante, a RFA reconhecia as dificuldades e as implicações do problema de Angola e apreciava a filosofia que estava na base da política ultramarina portuguesa, porém, como a experiência histórica demonstrava que os ventos de mudança não podiam ser ignorados, sugeria que fosse o Conselho do Atlântico a encontrar uma «maneira de fundir a filosofia da autodeterminação com a filosofia portuguesa»⁷⁶¹.

Relativamente à posição da Itália, Pinna Caboni afirmava que a prioridade dada à defesa ocidental deveria coexistir com a prioridade dada à solidariedade atlântica, todavia, esta solidariedade não poderia assentar na aceitação automática das políticas que cada governo decidisse anunciar. Nestes termos, Roma esperava que Portugal elucidasse os casos concretos aos quais desejaria ver aplicado o princípio da solidariedade atlântica, tendo sempre presente que a tese de um Governo não podia ser perfilhada na íntegra⁷⁶². Sublinhava, por conseguinte, que o Conselho Atlântico precisaria de certezas quanto ao dinamismo da política portuguesa e que os aliados só defenderiam Portugal se estivessem em condições de demonstrar que a sua situação no Ultramar continha uma possibilidade de desenvolvimento, especialmente quando a rígida posição que assumia na ONU desagradava fortemente aos Estados-membros⁷⁶³.

Posteriormente, já em Lisboa, Franco Nogueira ouvia do Embaixador Remigio Grillo que a Itália tinha a maior vontade em ajudar Portugal a encontrar uma via de saída para a questão ultramarina. Para demonstrá-lo, Grillo entregava-lhe a cópia de uma carta particular que recebera de um dos dirigentes da Farnesina onde afirmava que o Governo italiano compreendia que os portugueses quisessem que os aliados valorizassem as reformas que

⁷⁵⁷ *Ibidem.*

⁷⁵⁸ *Ibidem.*

⁷⁵⁹ *Ibidem.*

⁷⁶⁰ *Ibidem.*

⁷⁶¹ *Ibidem.*

⁷⁶² *Ibidem.*

⁷⁶³ *Ibidem.*

conduziam no Ultramar. Todavia, como quase todos eles tinham sido países colonizadores, eram precisamente eles os menos indicados para exprimir um juízo favorável sobre as mesmas, pois seria considerado como parcial e conivente⁷⁶⁴. Por conseguinte, seria entre os Estados africanos que Portugal deveria procurar os seus principais apoios, o que decerto conseguiria se as suas políticas fossem orientadas no sentido da descolonização, mesmo se gradual⁷⁶⁵. Neste contexto, era importante ter em consideração que, em África, «aqueles que falam a mesma língua tendem a estar juntos», razão pela qual se verificava a constituição de grandes grupos linguísticos no continente negro, como o arabofono, o francófono e o anglófono, aos quais deveria juntar-se, num futuro próximo, o lusitano⁷⁶⁶.

Em meados de Janeiro de 1962, a Assembleia-geral da ONU voltava a debater a questão de Angola e a aplicação de «medidas draconianas» a Portugal (Silva 1995, p. 15). A Itália defendia que o Ocidente, com o apoio dos países afro-asiáticos moderados, deveria impedir a condenação de Portugal e a aplicação de sanções⁷⁶⁷. Considerava ainda ser necessário evitar ao máximo posições que aprofundassem a crise nas relações de Portugal com as Nações Unidas⁷⁶⁸. Importante também seria conseguir que o projecto de resolução fosse aceite pelo maior número de aliados atlânticos a fim de evitar divergências que pudessem debilitar as já ressentidas relações entre Portugal e a Itália⁷⁶⁹. Segundo informações do Embaixador Remigio Grillo, a posição de Roma era perfeitamente compreendida em Portugal, ainda que o Governo português não a considerasse satisfatória⁷⁷⁰.

Semanas depois, em Março de 1962, o Presidente da Subcomissão para Angola, entretanto criada no âmbito das Nações Unidas para supervisionar as reformas conduzidas por Portugal, perante a rígida posição de não colaboração assumida por Lisboa, questionava o Governo italiano se a Itália estaria disposta a fazer parte de um restrito grupo de países, juntamente com a Inglaterra, os EUA, a Noruega, a Espanha e o Brasil, cuja missão seria pressionar o Governo de Salazar para induzi-lo a adoptar uma posição mais flexível⁷⁷¹. A Farnesina pedia o parecer do Embaixador italiano em Lisboa, manifestando-se este favorável

⁷⁶⁴ AHD/MNE, PAA M297, nota manuscrita, sem data, entregue pelo Embaixador de Itália em Lisboa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

⁷⁶⁵ *Ibidem*.

⁷⁶⁶ *Ibidem*.

⁷⁶⁷ ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 67 (1961), telegrama n.º 577 de 29 de Dezembro de 1961, o MAE, ao Representante Permanente de Itália junto da ONU.

⁷⁶⁸ ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 71 (1962), telegrama n.º 33 de 21 de Janeiro de 1962, o MAE ao Representante Permanente de Itália junto das Nações Unidas.

⁷⁶⁹ ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 67 (1961), telegrama n.º 577 de 29 de Dezembro de 1961, o MAE, ao Representante Permanente de Itália junto da ONU.

⁷⁷⁰ ASD/MAE, telegrammi, vol. 57, Portogallo (1962), telegrama n.º 11 de Janeiro de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁷⁷¹ *Ibidem*.

a uma discreta, bem pensada e coordenada acção em Portugal no sentido de levar o Governo a enveredar pela via da descolonização⁷⁷². Considerava, porém, que este manteria a sua posição devido à grandíssima desconfiança que mantinha em relação à ONU⁷⁷³. Como se esperava, a reacção de Franco Nogueira durante a intervenção de Remigio Grillo foi completamente negativa, com o Embaixador a aconselhar o *Ministero degli Affari Esteri* a que não desse continuidade ao projecto da Subcomissão de Angola, especialmente porque a Espanha e o Brasil apoiavam Portugal e a Inglaterra não aceitaria pressionar Lisboa, pois ela própria recusava fazer na Rodésia o que pediria a Salazar para fazer em Angola⁷⁷⁴.

A 8 de Agosto de 1962, a Assembleia-geral das Nações Unidas discutia mais um projecto de resolução apresentado pelo grupo afro-asiático, desta vez sobre a aplicação da resolução 1514 (XV), aprovada a 15 de Dezembro de 1960, que reconhecia o direito de todos os povos à independência, a Moçambique. Recordemos que a FRELIMO tinha sido fundada em Junho, em Dar-es-Salaam, na Tanzânia. No texto da proposta constava que Portugal constituía um desafio para as Nações Unidas e uma séria ameaça à paz e à segurança em África, violando sistematicamente, com o apoio do Ocidente, os direitos do povo moçambicano ao recusar-lhe a independência⁷⁷⁵. Neste sentido, a Assembleia-geral deveria: a) reafirmar o direito inalienável do povo de Moçambique à independência, b) deplorar a violação dos seus direitos e liberdades, c) apelar às autoridades portuguesas para desistir das medidas repressivas e d) exortar o Governo de Portugal a libertar todos os prisioneiros, a levantar a proibição dos partidos e a executar de imediato extensas medidas políticas, económicas e sociais que assegurassem a transferência da soberania para o povo moçambicano⁷⁷⁶. A Assembleia-geral deveria ainda requerer aos Estados-membros da ONU que usassem a sua influência para levar Portugal a aceitar os princípios da resolução 1514 e lhe negassem qualquer apoio que pudesse ser utilizado para reprimir os moçambicanos⁷⁷⁷.

Na iminência da votação do documento, o Palácio das Necessidades convocava com urgência o Embaixador de Itália para solicitar-lhe que interviesse o mais rapidamente possível junto do seu Governo para que votasse negativamente o projecto de resolução sobre Moçambique⁷⁷⁸. Grillo replicava que a Itália defendia categoricamente o direito de todos os

⁷⁷² *Ibidem*, telegrama n.º 20 de 9 de Março de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁷⁷³ *Ibidem*.

⁷⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁷⁵ ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 69 (1962), telegrama n.º 441 de 8 de Agosto de 1962, o Representante Permanente da Itália junto das Nações Unidas ao MAE.

⁷⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁷⁸ ASD/MAE, telegrammi, vol. 57, Portogallo (1962), telegrama n.º 50 de 9 de Agosto de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

povos à independência, todavia, neste caso específico, o projecto de resolução continha expressões, como repressão armada do povo e responsabilidade da NATO nas violências cometidas, que nunca poderiam ser apoiadas por Roma⁷⁷⁹.

Seguia-se, em Dezembro de 1962, a discussão de um projecto de resolução sobre o conjunto dos territórios ultramarinos, cujas disposições eram, no seu conjunto, «mais enérgicas do que as precedentes» (Silva 1995, p. 15). Depois de condenar Portugal por seguir uma posição claramente contrária à Carta das Nações Unidas, exigia-se a cessação imediata de todos os actos de repressão, a retirada das forças militares e o início das negociações com os representantes dos povos ultramarinos para a rápida concessão da independência. Aos Estados-membros, propunha que pressionassem o Governo português e que não cedessem apoios que favorecessem a repressão (*ibidem*, pp. 15-16). A Farnesina dava instruções ao delegado italiano nas Nações Unidas para que, caso percebesse que alguns dos aliados optariam por abster-se na votação do projecto de resolução, se abstivesse também⁷⁸⁰. Porém, caso a totalidade ou a maioria dos países aliados o reprovasse, o diplomata deveria seguir a mesma linha⁷⁸¹. Na hipótese, por fim, de os afro-asiáticos o conseguissem aprovar, porque pretendiam aplicar a Portugal sanções semelhantes às atribuídas ao *apartheid*, de todo infundadas, a Itália só poderia opor-se, ainda que devesse tentar que a votação decorresse por parágrafos para evidenciar claramente que apenas se opunha às medidas coercitivas⁷⁸². O documento seria votado a 14 de Dezembro com 82 votos a favor, dando origem à resolução n.º 1807 (XVII). Apesar de os principais aliados atlânticos terem votado contra, como os EUA, a Inglaterra, os EUA e a França, a Itália optou por abster-se, votando negativamente os parágrafos coercitivos⁷⁸³.

Sempre que os projectos das resoluções constituíssem no seu todo posições verdadeiramente extremistas, de forma alguma susceptíveis de facilitar uma solução construtiva, a Itália dava o seu voto contrário⁷⁸⁴. Foi o caso do projecto de resolução sobre a questão dos territórios portugueses apresentado pelo grupo afro-asiático em Dezembro de 1965⁷⁸⁵. Redigido em termos muito intransigentes, convidava os Estados-membros a romper

⁷⁷⁹ *Ibidem*.

⁷⁸⁰ ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 71 (1962), telegrama n.º 417 de 30 de Novembro de 1962, o MAE ao Representante Permanente da Itália na ONU.

⁷⁸¹ *Ibidem*.

⁷⁸² *Ibidem*.

⁷⁸³ *Ibidem*, telegrama n.º 1054 de 15 de Dezembro de 1962, o Representante Permanente de Itália nas Nações Unidas ao MAE.

⁷⁸⁴ ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 72 (1965), telegrama n.º 663 de 16 de Dezembro de 1965, o MAE ao Representante de Itália nas Nações Unidas.

⁷⁸⁵ ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 73 (1965), telegrama n.º 1095 de 14 de Dezembro de 1965, o Representante de Itália nas Nações Unidas ao MAE.

relações diplomáticas e comerciais com Lisboa, em particular no que se referia aos aviões, a munições e ao material de fabricação de armas⁷⁸⁶. Pedia-se também que os cidadãos portugueses fossem impedidos de participar em qualquer actividade económica que constituísse um obstáculo à afirmação dos direitos das populações ultramarinas⁷⁸⁷. Especificamente aos Estados-membros da NATO, pedia que se abstivessem de qualquer acção que pudesse constituir uma ajuda a Portugal na perseguição da sua política repressiva⁷⁸⁸. Todas as organizações internacionais eram ainda convidadas a não fornecer nenhuma colaboração ou assistência ao Governo português⁷⁸⁹. O conteúdo era considerado de tal forma grave que o Embaixador de Portugal em Roma entrou em contacto com a Farnesina por via telefónica para vincar o carácter drástico da resolução, sublinhando como era altamente ofensiva para o Governo português e chamando a atenção para o facto de as exigências nela contidas terem sido anteriormente rejeitadas pelo Conselho de Segurança⁷⁹⁰. Lisboa solicitava, por isso, que a Itália, aliada na NATO, votasse contra tal resolução e não apenas que se abstivesse⁷⁹¹. Desta vez, Roma partilhava da opinião dos governantes portugueses, dando o seu voto contrário⁷⁹². O documento, contudo, seria aprovado, dando origem à resolução n.º 2105 de 12 de Dezembro de 1965, numa altura em que Portugal era veemente pressionado na Assembleia-geral para alterar a sua política colonial⁷⁹³.

Na recta final dos anos 60, a ONU atravessava uma verdadeira crise de consciência (Silva 1995, pp. 33-39). Não existia entusiasmo sobre as deliberações da sessão da Assembleia-geral e o debate geral reduzia-se à reiteração contínua de declarações estereotipadas por parte da maioria das delegações e aos ataques a Portugal⁷⁹⁴. Perante o desinteresse geral na obtenção de uma solução para os problemas de maior interesse para a África, como a Rodésia, as guerras coloniais portuguesas e o *apartheid*, os representantes dos países da África negra aventavam a possibilidade de aplicar sanções à própria ONU, ameaçando o Secretário-geral de que abandonariam as reuniões sempre que se discutissem questões alheias aos interesses africanos. Uma ideia que não vingou devido à oposição dos

⁷⁸⁶ *Ibidem.*

⁷⁸⁷ *Ibidem.*

⁷⁸⁸ *Ibidem.*

⁷⁸⁹ *Ibidem.*

⁷⁹⁰ ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 72 (1965), telegrama n.º 664 de 16 de Dezembro de 1965, o MAE ao Representante de Itália nas Nações Unidas.

⁷⁹¹ *Ibidem.*

⁷⁹² ASD/MAE, telegrammi ONU, vol. 73 (1965), telegrama n.º 1095 de 14 de Dezembro de 1965, o Representante de Itália nas Nações Unidas ao MAE.

⁷⁹³ *Ibidem.*, telegrama n.º 1120 de 19 de Dezembro de 1965, o Representante de Itália nas Nações Unidas ao MAE.

⁷⁹⁴ AHD/MNE, ONU M66, telegrama n.º 548 de 29 de Setembro de 1967, o Representante Permanente de Portugal nas Nações Unidas ao MNE.

países politicamente ligados aos EUA, como o Congo Kinshasa, cuja delegação aconselhava os africanos a tomar consciência de que o «entendimento» entre a URSS e os EUA crescia em torno da necessidade de promover uma aproximação entre os dois blocos, com a consequente diluição do interesse pelas questões da África⁷⁹⁵.

De referir que os EUA tinham aligeirado a intransigência em relação à política ultramarina portuguesa, uma evolução que começou a notar-se a partir de 1962, acentuando-se com a Administração de Lyndon Johnson. Explicam-na a importância da base norte-americana nas Lajes, Açores, definida pelo Departamento de Estado como uma «verdadeira plataforma giratória para todo o sistema de comunicações aéreas dos Estados Unidos com a Europa, o Médio Oriente e a África» (*apud* Rodrigues 2004, p 91). Portugal, segurando firme o trunfo que tinha nas mãos, jogava com o adiamento da renovação do acordo para a manutenção da base, uma situação que suscitava especial preocupação em Washington no contexto das crises da Guerra Fria nos anos 60 e 70, desde a crise de Berlim (1961) à crise dos mísseis de Cuba (1962), passando pela guerra no Vietname e pela crise no Médio Oriente, todas elas exigindo uma disponibilidade de efectivos militares para responder em tempo real às necessidades de defesa e de segurança. Entrando no jogo de Lisboa, os EUA passavam a adoptar posições o mais neutras possível, evitando criticar abertamente a guerra na África e cortando a ajuda aos movimentos de libertação, embora não deixassem de pressionar Portugal em privado para que alterasse a sua política africana. (Telo 1996b, pp. 774-775; Rodrigues 2001, pp. 208-223; Rodrigues 2004, pp. 91-97; Rodrigues 2006a, pp. 107-112; Rodrigues 2006b, pp. 82-96).

Os reflexos desta estratégia eram visíveis ao nível da melhoria do clima no interior da NATO, com os Estados-membros a suavizarem a defesa das suas diferentes posições. Este quadro evolutivo conjugar-se-ia, a partir de 1968, com a expectativa de mudança alimentada pela chegada de Marcello Caetano à Presidência do Conselho (Oliveira 2001, pp. 239-265; Oliveira 2004). A partir de 1969, instalava-se entre a comunidade diplomática acreditada em Lisboa um consenso quanto ao melhoramento da posição internacional de Portugal, com o Embaixador italiano, Girolamo Messeri, a demonstrar-se abertamente favorável à política ultramarina portuguesa e a aconselhar ao Governo de Roma que executasse acções explícitas de apoio e de confiança.

A actuação da Itália, todavia, seguiria a mesma lógica seguida até ali. Na ONU, em Agosto de 1970, na Comissão para a Descolonização, abstinha-se na votação de uma

⁷⁹⁵ *Ibidem*.

resolução que pedia aos Estados-membros da NATO que cessassem o fornecimento de assistência militar ao regime de Lisboa⁷⁹⁶. Em Janeiro de 1971, abstinha-se novamente na votação de duas resoluções anti-portuguesas na Assembleia-geral, seguindo-se, a 26 de Novembro, o voto contra um projecto de resolução que convidava o mesmo organismo a confirmar a legalidade da luta pela independência em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau⁷⁹⁷. A 4 de Dezembro do mesmo ano, na conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, votava contra a proposta que solicitava a concessão de apoios morais e materiais aos povos que lutavam pela libertação do domínio colonial. Dias depois, a 11 de Dezembro, abstinha-se, novamente na Assembleia-geral, na votação de uma moção onde Portugal era condenado por recusar conceder a independência ao Ultramar, seguindo-se, no dia 15, a abstenção na votação de uma moção de censura contra a construção da barragem de Cabora Bassa, realizada na Comissão para a Descolonização⁷⁹⁸. A 4 de Fevereiro de 1972, a Itália abstinha-se, mais uma vez, na votação de um projecto de resolução apresentado ao Conselho de Segurança da ONU, onde Portugal era intimado a proclamar o imediato cessar-fogo nas guerras em África e a reconhecer o direito de independência aos povos das colónias portuguesas⁷⁹⁹. Em Setembro de 1972, votava contra a admissão dos movimentos de libertação da África meridional nas reuniões da Comissão para a Descolonização com o estatuto de observadores (a moção seria aprovada)⁸⁰⁰. A 3 de Novembro de 1972, na Assembleia-geral da ONU, abstinha-se na votação de um projecto de resolução, aprovado por larguíssima maioria, onde era reconhecida a legitimidade da luta dos movimentos de libertação⁸⁰¹.

Como o Secretário-geral dos Estrangeiros assegurava ao Embaixador português em Roma, o Governo italiano apoiaria, mesmo enquanto membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, posição que ocupava entre 1971/1972, os princípios do não reconhecimento dos movimentos nacionalistas e da não intervenção na situação interna dos países membros da

⁷⁹⁶ IRSIFAR, fundo Memoria di Carta, subfundo Guido Crainz, b. 28, fasc. 22, relatório produzido pelo Movimento Liberazione e Sviluppo per il Terzo Mondo – Gruppo di Roma, intitulado «Sulle responsabilità italiane nelle colonie portoghesi», com data de Janeiro de 1973.

⁷⁹⁷ *Ibidem.*

⁷⁹⁸ *Ibidem.*

⁷⁹⁹ *Ibidem.*

⁸⁰⁰ AHD/MNE, PEA M706, circular n.º POI-12 de 13 de Outubro de 1972, o MNE às representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro.

⁸⁰¹ IRSIFAR, fundo Memoria di Carta, subfundo Guido Crainz, b. 28, fasc. 22, relatório produzido pelo Movimento Liberazione e Sviluppo per il Terzo Mondo – Gruppo di Roma, intitulado «Sulle responsabilità italiane nelle colonie portoghesi», com data de Janeiro de 1973. Para uma descrição geral das votações dos projectos de resoluções apresentados nas instituições das Nações Unidas *vide* Silva 1995, pp. 39-44 e Macqueen 2004, pp. 291-293.

ONU⁸⁰². Portugal poderia contar com «compreensão amigável» do Governo italiano⁸⁰³ e com todo o apoio que fosse possível dar «dentro do condicionalismo da posição política da Itália na ONU e das suas relações com os novos países africanos»⁸⁰⁴. Estes condicionalismos, se bem que colocassem a Itália no grupo dos países que participavam menos activamente no apoio a Portugal, não deixava de constituir um apoio útil a nível político, diplomático, económico e militar. Agostinho Neto, Presidente do MPLA, por exemplo, em Junho de 1971, acusava a Itália de jogo duplo, dado apoiar, por um lado, os movimentos de libertação e, por outro lado, não actuar para isolar e condenar o colonialismo português no âmbito da NATO e da ONU⁸⁰⁵. Roma defendia todos estes votos favoráveis a Portugal, o que incluía as abstenções, invocando que não considerava serem realistas as propostas que visavam isolar os países colonialistas. Em simultâneo, nunca deixou de condenar genericamente todos os regimes baseados na repressão, no colonialismo e na discriminação racial⁸⁰⁶.

Para compreender este comportamento «duplo», a actuação da Itália deve também ser lida à luz da crescente influência política dos partidos socialista e comunista no país. Temos, pois, de olhar para a política interna italiana e explicar porque e como a política colonial portuguesa e as relações luso-italianas foram utilizadas como um instrumento promotor da intriga eleitoral em Itália. O que, por sua vez, implica uma reflexão sobre a actuação dos movimentos de libertação da África portuguesa no país e a consequente reacção do Governo português, tentando limitá-la ao acenar aos italianos com as oportunidades económicas do Ultramar.

4.3 – A África portuguesa e a intriga eleitoral italiana

Em Dezembro de 1960, Eduardo Brazão descrevia a Democracia-cristã como um partido inteiramente dominado «pelo pavor de desagradar aos partidos comunista e socialista», com o Presidente do Conselho Amintore Fanfani a considerar favoravelmente

⁸⁰² AHD/MNE, PAA M297, telegrama n.º 257 de 14 de Novembro 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁰³ *Ibidem*.

⁸⁰⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 258 de 17 de Novembro 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁰⁵ IRSIFAR, fundo Memoria di Carta, subfundo Guido Crainz, b. 28, fasc. 22, relatório produzido pelo Movimento Liberazione e Sviluppo per il Terzo Mondo – Gruppo di Roma, intitulado «Sulle responsabilità italiane nelle colonie portoghesi», com data de Janeiro de 1973.

⁸⁰⁶ AHD/MNE, PEA-9A M748A, telegrama n.º 247 de 16 de Março de 1973, a Representante Permanente de Portugal nas Nações Unidas ao MNE.

uma aliança governativa com o PSI, liderado por Pietro Nenni⁸⁰⁷. A altura era de fortes pressões e tensões, com o PSI a utilizar as relações dos governos centristas com Portugal para fazer campanha política e forçar alianças governativas com os socialistas. A RAI ocupava um espaço central nesta forma de fazer política. Controlada por elementos do PSI, os ataques à política ultramarina portuguesa eram constantes, suscitando a perplexidade e a ira dos diplomatas portugueses em Itália e a indignação dos altos funcionários do Palácio das Necessidades.

A 8 de Julho de 1961, um sábado, a RAI transmitia na rubrica semanal sobre política internacional o que o Embaixador Brazão designava por um «ataque violentíssimo a Portugal»⁸⁰⁸. A política colonial portuguesa era criticada e, para reforçar a ideia do atraso extremo do Ultramar e a profunda desigualdade social ali existente, eram exibidas fotografias das habitações miseráveis dos negros em grande contraste com as magníficas casas dos brancos⁸⁰⁹. Brazão solicitava de imediato ao Secretário-geral do MAE que o recebesse com urgência, o que acontecia na manhã de 11 de Julho. O Embaixador dizia-lhe que não vinha discutir a política ultramarina, pois «o futuro próximo nos dirá se estaremos na razão de defender do comunismo o continente negro que, ao que parece, o Ocidente está empenhado em transformar numa Cuba gigantesca»⁸¹⁰. O que o levava até ali era «o facto de um organismo controlado pelo Estado, cujo director é de nomeação do Governo, faltar ao respeito devido a um país estrangeiro que não só defende uma nobre causa mas é aliado da Itália na NATO»⁸¹¹. Em seguida rematava que em Portugal, por muito que se discordasse com as políticas italianas – como de facto era –, não se discutia, criticava ou achincalhava o Governo de Roma nos organismos que eram directa ou indirectamente controlados pelo Estado⁸¹². Sublinhava ainda que a «má-fé» da RAI era evidente pois escondera tudo o que de construtivo tinha sido feito em Angola. Era, em suma, como se a comunicação social mostrasse em Portugal «fotografias dos bairros miseráveis de Roma, de Paris, de Londres e de Washington como características predominantes naquelas capitais»⁸¹³. O Governo italiano tinha, pois, de

⁸⁰⁷ AHD/MNE, PEA M282, ofício n.º 343 de 10 de Dezembro de 1960, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁰⁸ AHD/MNE, DELNATO M110, telegrama n.º 45 de 11 de Julho de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁰⁹ *Ibidem.*

⁸¹⁰ *Ibidem.*

⁸¹¹ *Ibidem.*

⁸¹² *Ibidem.*

⁸¹³ *Ibidem.*

evitar tais «faltas de respeito e de compreensão», caso contrário criar-se-iam situações muito desagradáveis entre os dois países⁸¹⁴.

Em Lisboa, o Ministro dos Estrangeiros, Franco Nogueira, chamava o Embaixador Angelo Corrias ao Palácio das Necessidades para ouvir «um vivo reparo» sobre o assunto da RAI⁸¹⁵ e pedir-lhe que chamasse a atenção da Farnesina para a «penosa impressão» que o programa criara no Governo português⁸¹⁶. Nogueira, enfatizando que não pretendia apresentar um protesto formal, repetia o que tinha sido dito por Brazão em Roma e, em jeito de admoestação, concluía dizendo que se tais factos fossem levados ao conhecimento da opinião pública portuguesa suscitariam reacções anti-italianas em todo o país⁸¹⁷. Corrias assegurava a Nogueira que comunicaria o seu desagrado ao MAE, contudo, como explicava, não haveria muito que o Governo italiano pudesse fazer, pois embora a estrutura económica e administrativa da RAI pertencesse ao Estado, tinha plena liberdade de expressão dentro dos limites fixados pela lei⁸¹⁸. Não obstante, como ouvia Brazão na Farnesina, o Governo deixaria cair uma palavra de reprovação junto dos responsáveis da RAI, sublinhando que, apesar do desacordo existente entre Roma e Lisboa em torno do problema africano, não poderia apoiar qualquer falta de respeito a Portugal, com quem mantinha uma aliança⁸¹⁹.

A insistência e o convencimento de Fanfani quanto à necessidade de efectuar uma política governativa de abertura à esquerda, criavam fortes tensões entre Fanfani e os sectores moderados da Democracia-cristã, muito críticos do afastamento que o partido operava em relação aos seus valores fundacionais. Eduardo Brazão via nesta situação uma oportunidade importante para Portugal explorar a forte simpatia dos sectores oposicionistas que liam a conjuntura internacional à luz dos mesmos princípios do Governo de Oliveira Salazar. Era o caso da ala do centro e da direita da Democracia-cristã, uma «ténue minoria» onde se incluíam Giulio Andreotti, Giuseppe Pella e Guido Gonella⁸²⁰. Seria, de facto, Gonella, Ministro da Justiça, a condenar publicamente os continuados ataques da RAI a Portugal, primeiro no Conselho de Ministros, depois na imprensa. No jornal *Il Tempo*, edição de 24 de Novembro de 1961, acusava o director de informação da televisão, Enzo Biagi, um socialista,

⁸¹⁴ *Ibidem.*

⁸¹⁵ *Ibidem.*

⁸¹⁶ ASD/MAE, telegrammi, vol. 54, Portogallo (1961), telegrama n.º 29 de 14 de Julho de 1961, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁸¹⁷ *Ibidem.*

⁸¹⁸ *Ibidem.*

⁸¹⁹ AHD/MNE, DELNATO M110, telegrama n.º 45 de 11 de Julho de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸²⁰ AHD/MNE, PEA M282, ofício n.º 343 de 10 de Dezembro de 1960, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

de estar a aproveitar-se «daquela tribuna importantíssima para defender as suas ideias políticas» e lamentava que tal acontecesse sem qualquer intervenção do Governo⁸²¹. Irritado com as críticas do seu Ministro, Fanfani reagiu energicamente, ameaçando punir o que designava por um acto de indisciplina⁸²². Para Eduardo Brazão, «o caso da televisão serviu aos políticos da Democracia-cristã para definirem, em face do país, uma fractura profunda dentro do seu partido»⁸²³. Considerava também que os protestos de Portugal davam «os seus primeiros frutos», restando apenas esperar que a RAI enveredasse pelo «caminho da absoluta imparcialidade no seu noticiário interno e [...] externo», afastando-se da propaganda afro-asiática e comunista⁸²⁴.

O Embaixador descrevia os meios políticos italianos como um terreno «difícil e movediço» que exigia «muita paciência, cautela e persistência» para obter o mais pequeno sucesso⁸²⁵. Brazão sugeria que se explorasse o «nervosismo político» instalado em Itália para obter vantagens para Portugal⁸²⁶. Para tal, bastaria criar as condições favoráveis para que os elementos independentes, da direita e da extrema-direita utilizassem a questão colonial portuguesa para reforçarem a sua posição e influência políticas⁸²⁷. A Embaixada executaria uma acção de esclarecimento e de colecta de apoios, contando sobretudo com a natural reacção da imprensa monárquica, da neofascista e, sobretudo, da independente, aquela que mais interessava a Portugal porque integrava os jornais mais lidos e de maior peso da Itália, como o *Il Tempo*, o *Giornale d'Italia*, ambos de Roma, o *Corriere della Sera*, de Milão, e o *Roma*, de Nápoles. Nenhum destes jornais defenderia a causa portuguesa, mas, como atacavam a política interna de Fanfani, Portugal seria indirectamente beneficiado⁸²⁸.

A 4 de Dezembro de 1964, Aldo Moro formava o primeiro governo orgânico de centro-esquerda, isto é, com a participação directa do PSI, a par do PSDI e do PRI. Esta evolução causava nos adversários da fórmula do centro-esquerda as mais vivas apreensões quanto à linha que a Itália seguiria ao nível da política externa devido ao neutralismo e ao pouco

⁸²¹ AHD/MNE, PEA M364, ofício n.º 387, confidencial, de 24 de Novembro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸²² *Ibidem*, ofício n.º 393, confidencial, de 25 de Novembro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸²³ *Ibidem*.

⁸²⁴ *Ibidem*, ofício n.º 387, confidencial, de 24 de Novembro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸²⁵ AHD/MNE PAA M326, ofício n.º 372 de 10 Novembro de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸²⁶ AHD/MNE, PAA M422, ofício n.º 36, confidencial, de 10 de Fevereiro de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸²⁷ *Ibidem*.

⁸²⁸ *Ibidem*. Sobre a imprensa italiana de referência e a presença de Portugal na mesma *vide* Gomes 2014, pp. 149-159, 168-179 e 184-198.

atlantismo dos socialistas. Aldo Moro tentava desfazer estas apreensões colocando na pasta dos Estrangeiros Giuseppe Saragat, do PSDI. Como escrevia o Embaixador português Abílio Pinto de Lemos, ninguém podia pôr em dúvida a «fé rectilínea» de Saragat na validade do Pacto Atlântico ou a sua intransigência quanto ao «neutralismo comunistoide»⁸²⁹. As mesmas palavras aplicavam-se a Giulio Andreotti, cuja continuação na liderança do Ministério da Defesa era entendida como uma caução de que a Itália manteria os compromissos assumidos com o Ocidente⁸³⁰.

Este «jogo subtil» estabelecido entre socialistas e democratas-cristãos não deixava de preocupar Portugal porque se o eleitorado italiano continuasse a inclinar-se para os partidos da esquerda, o neutralismo socialista, incipientemente instalado no Governo, aumentaria em influência e perigosidade e o PSI, aliado com o PCI, teria o terreno facilitado para separar a Itália da política ocidental⁸³¹. Havia, no entanto, razões para o regime de Lisboa olhar com optimismo a evolução da política italiana e para a forma como Portugal seria afectado pela mesma. Em Dezembro de 1963, na audiência aos chefes das missões diplomáticas acreditadas em Roma, Giuseppe Saragat determinava receber com prioridade os representantes dos países do Pacto Atlântico de modo a vincar a sua posição em termos de política externa. Ao Embaixador Abílio Pinto de Lemos, um dos primeiros a ser recebido, Saragat frisava «que a Aliança era a garantia da paz e a base indiscutível de toda a actividade diplomática», reconhecendo assim o valor irrefutável da política atlântica⁸³². Assegurava-lhe também que estaria disponível para recebê-lo – o representante de um «país aliado» – «sempre que tivesse quaisquer problemas a tratar»⁸³³. As impressões do Embaixador foram, pois, as melhores⁸³⁴.

Em Abril de 1968, quando Aldo Moro presidia ao seu III Governo (23 de Fevereiro de 1966 – 24 de Junho de 1968), ainda de coligação com o PSI, a par do PSDI e do PRI, e Amintore Fanfani ocupava a pasta dos Estrangeiros, o Embaixador João Hall Themido escutava deste último que as «dificuldades psicológicas» resultantes da luta de partidos em Itália não deviam inviabilizar os esforços de Lisboa e de Roma no sentido do melhoramento das relações luso-italianas⁸³⁵. Themido retorquia que ouvia aquelas palavras «com o maior agrado», pois era propósito do Governo português trabalhar naquele sentido, até porque não

⁸²⁹ AHD/MNE PEA M365, aerograma n.º 21 de 17 de Dezembro de 1963, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

⁸³⁰ *Ibidem.*

⁸³¹ *Ibidem.*

⁸³² AHD/MNE, PEA M282, aerograma n.º A-23 de 27 de Dezembro de 1963, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸³³ *Ibidem.*

⁸³⁴ *Ibidem.*

⁸³⁵ *Ibidem.*

havia obstáculos sérios no caminho de uma maior aproximação⁸³⁶. O contexto político interno italiano era também mais favorável a isso, pois o centro-esquerda estava em crise. O contraste no interior dos Executivos era cada vez mais forte entre a Democracia-cristã e o PSI devido ao adiamento constante dos programas reformistas de cariz social, que tinham levado os socialistas para a coligação, com a justificação de a Itália estar a viver uma recessão económica.

Após negociações difíceis e demoradas, democratas-cristãos e socialistas acordavam pontos de acção comum e formavam um novo Governo de centro-esquerda (PDC, PSI, PSDI, PRI), presidido por Mariano Rumor (12 de Dezembro de 1968 - 5 de Agosto de 1969). As concessões foram recíprocas, com o Embaixador João Hall Themido a considerar que as mais importantes tinham sido feitas pela Democracia-cristã, ficando o PSI, quer quanto ao programa, quer quanto ao número e importância das pastas ministeriais obtidas (que incluía a dos Negócios Estrangeiros, atribuída a Pietro Nenni), numa situação que não correspondia à sua importância real⁸³⁷. Em termos de política externa, impunham-se as leituras dos socialistas e da ala esquerda da Democracia-cristã: o Governo seria favorável ao reconhecimento da China comunista e a contactos com o grupo dos não-alinhados e com os países do leste europeu⁸³⁸. Quanto à NATO, matéria que dizia directamente respeito a Portugal, pretendia-se uma organização sem força, «delimitada geograficamente e exclusivamente com preocupações defensivas»⁸³⁹ (Mammarella & Cacace 2010, pp. 224-228).

A imprensa independente e conservadora italiana reprovava a nomeação de Pietro Nenni para Ministro dos Negócios Estrangeiros, um «neutralista convicto»⁸⁴⁰, agraciado com o prémio Estaline, e sem capacidade para defender os interesses da Itália, vinculado como estava a um passado político e ideológico que não abandonaria aos seus 78 anos de idade⁸⁴¹. Sublinhava ainda as dificuldades que, por estas mesmas razões, experimentaria nas relações com a Espanha, com Portugal e com a Grécia, nada mais do que todo o sul da Europa⁸⁴².

A relutância de Nenni em colaborar com o regime de Lisboa e em endossar-lhe manifestações de cordialidade era um facto. Depois da investidura, o seu gabinete enviava à Embaixada de Portugal a nota protocolar onde a nomeação ministerial era anunciada e feitos

⁸³⁶ *Ibidem.*

⁸³⁷ AHD/MNE, PEA M584, aerograma n.º A-27, confidencial, de 12 de Dezembro de 1968, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸³⁸ *Ibidem.*

⁸³⁹ *Ibidem.*

⁸⁴⁰ *Ibidem.*

⁸⁴¹ *Ibidem*, ofício n.º 12 de 9 de Janeiro de 1969, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁴² *Ibidem.*

votos para uma profícua colaboração. Apesar de redigida nos mesmos termos das notas dos ministros anteriores, as quais ostentavam a expressão «potrò fare sicuro affidamento sulla Sua personale, preziosa ed efficace collaborazione e su quella del Suo Governo», a nota de Nenni limitava-se a apelar à «personale, preziosa ed efficace collaborazione» do Embaixador, omitindo o trecho «e su quella del Suo Governo»⁸⁴³. João Hall Themido via nesta omissão, que considerava intencional, uma mensagem indirecta, embora clara, do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros⁸⁴⁴.

Esta inimizade em relação ao regime de Lisboa, contra o qual o PSI actuava ao apoiar a oposição política portuguesa e os movimentos de libertação das províncias ultramarinas, ficava bem visível no contexto de um acontecimento que abalou profundamente a sociedade italiana. Falamos do sequestro de cerca de três dezenas de funcionários da ENI (24 italianos, 3 alemães e 2 libaneses), parte dos quais massacrados, que trabalhavam no campo da AGIP Mid-West, situado na Nigéria, a 10 km a leste de Kwalw. O ataque ocorria em Maio de 1969 e partia de um grupo de guerrilheiros da etnia Igbos, em luta contra o Governo de Lagos para criar a República do Biafra na província sul-oriental da Nigéria⁸⁴⁵. Nesta guerra civil, que começara em Julho de 1967 e terminaria em Janeiro de 1970, Roma, apesar de ser favorável ao Biafra, mantinha uma posição formal de rigorosa neutralidade, pois temia que qualquer acção ou declaração favorável aos biafrenses pudesse ser mal recebida internacionalmente e causar dificuldades não só à facção que queria apoiar, mas também aos dez mil italianos que residiam na Nigéria e às empresas italianas que tinham aqui importantes interesses económicos e financeiros, como a AGIP e a ENI⁸⁴⁶. O Governo italiano tinha, contudo, uma estratégia: colaborava com os países africanos para alargar a base de apoio ao Biafra⁸⁴⁷.

Conhecido o sequestro dos italianos, a Farnesina dava prontas instruções ao seu Embaixador em Lisboa, Giuseppe Cerulli-Irelli, para que interessasse as autoridades portuguesas sobre o assunto e delas obtivesse qualquer informação⁸⁴⁸. Considerava-se que Portugal estaria numa posição privilegiada para fazê-lo visto ser um dos países, a par da

⁸⁴³ *Ibidem*, ofício n.º 15 de 9 de Janeiro de 1969, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁴⁴ *Ibidem*.

⁸⁴⁵ ASD/MAE, telegrammi, vol. 80, Portogallo (1969), telegrama n.º 15, de 12 de Maio de 1969, o MAE ao Embaixador de Itália em Roma.

⁸⁴⁶ AHD/MNE, PEA M366, aerograma n.º A-23, confidencial, de 2 de Agosto de 1968, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE. Os investimentos da Itália na Nigéria atingiam os 200 milhões de libras esterlinas no final dos anos 60, sendo também importantes os interesses italianos na Sociedade de Petróleos da Nigéria. Eram também italianas as firmas que construíam a barragem do Niger e apetrechavam o porto de Lagos (*ibidem*).

⁸⁴⁷ *Ibidem*.

⁸⁴⁸ ASD/MAE, telegrammi, vol. 80, Portogallo (1969), telegrama n.º 15, de 12 de Maio de 1969, o MAE ao Embaixador de Itália em Roma.

França, de Israel, da Rodésia, da África do Sul, da Costa do Marfim, da Zâmbia, do Camarões e do Benin, que apoiava a República do Biafra, tendo esta uma representação diplomática na capital portuguesa. Em simultâneo, a Farnesina contactava a Embaixada da Nigéria, pretendendo assim estabelecer contactos directos com as autoridades das duas partes em luta⁸⁴⁹. Em Lagos, o Embaixador italiano conseguia que as autoridades nigerianas se comprometessem em reduzir o mais possível a actividade bélica na zona onde estavam os prisioneiros a fim de salvaguardá-los dos perigos que decorreriam da exasperação dos ânimos dos militares de ambas as partes⁸⁵⁰. Entretanto, chegava a Roma um representante do Biafra para negociar a libertação dos técnicos⁸⁵¹ enquanto o Presidente da ENI partia para África a fim de encontrar-se com os sequestrados⁸⁵².

Em Lisboa, o Governo de Caetano mostrava-se totalmente disponível para colaborar no resgate dos italianos, nomeadamente através da utilização da ilha de São Tomé como ponto de partida e chegada para todas as comunicações aéreas com o Biafra⁸⁵³. O próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, acompanhava o assunto pessoalmente, num espírito de absoluta solidariedade, tendo intervindo pessoalmente junto dos representantes do Biafra residentes em Lisboa⁸⁵⁴. Com uma linguagem energética, recordava-lhes quanto Portugal tinha feito e fazia para que as organizações internacionais pudessem socorrer o Biafra e ameaçava modificar a posição seguida até ali se os biafrenses se subtraíssem aos deveres humanitários⁸⁵⁵. Quanto às informações pedidas por Roma, o Ministro conseguia saber que tinham sido enviadas patrulhas em busca de um grupo de brancos que tinha sido perdido na frente de batalha⁸⁵⁶.

No início do Junho de 1969, confirmava-se que 10 dos técnicos desaparecidos tinham sido assassinados e que os restantes tinham sido condenados à morte por um tribunal militar biafrense sob a acusação de favorecerem o regime de Lagos. A notícia causava a maior indignação em Itália, com a imprensa a dar grande relevo ao assunto, fazendo comentários extremamente violentos, criticando inclusive a imprudência da ENI em manter os seus

⁸⁴⁹ Fondazione Nenni, Archivio Storico, fundo Pietro Nenni, série Governo, b. 120, fasc. 2419, apontamento do MAE para o Ministro dos Estrangeiros, com data de 16 de Maio de 1969, sobre os italianos feitos prisioneiros no Biafra.

⁸⁵⁰ *Ibidem*.

⁸⁵¹ ASD/MAE, telegrammi, vol. 80, Portogallo (1969), telegrama n.º 19, urgentíssimo, de 19 de Maio de 1969, o Embaixador de Itália em Roma ao MAE.

⁸⁵² *Ibidem*, telegrama n.º 20 de 19 de Maio de 1969, o Embaixador de Itália em Roma ao MAE.

⁸⁵³ *Ibidem*, telegrama n.º 15 de 12 de Maio de 1969, o Embaixador de Itália em Roma ao MAE.

⁸⁵⁴ ASD/MAE, telegrammi, vol. 80, Portogallo (1969), telegrama n.º 22, urgentíssimo, de 22 de Maio de 1969, o Embaixador de Itália em Roma ao MAE.

⁸⁵⁵ *Ibidem*.

⁸⁵⁶ *Ibidem*.

trabalhadores numa zona perigosa, e pedindo uma acção enérgica⁸⁵⁷. A pressão sobre o Governo de Roma era tremenda. Desde o início protestava por todas as vias possíveis contra o que designava ser uma condenação absurda e iníqua, sublinhando, como fazia Nenni, ser inadmissível que se falasse dos técnicos italianos como mercenários ao serviço do Governo de Lagos⁸⁵⁸. Temendo que a Itália cedesse, o Embaixador da Nigéria em Roma ameaçava que se o Governo italiano reconhecesse a República do Biafra a missão diplomática seria encerrada, os 10 mil italianos que trabalhavam no seu país seriam expulsos no prazo de 24 horas e as instalações italianas nacionalizadas⁸⁵⁹. A Hall Themido, o Director-geral dos Negócios Políticos do *Ministero degli Esteri* confienciava que o Governo estava a perder a paciência e era certo que tinha meios para prejudicar os biafrenses⁸⁶⁰.

Neste contexto, a Farnesina enviava instruções urgentes ao Embaixador Cerulli-Irelli para que, em nome pessoal do Ministro Nenni, pedisse ao Governo português para que interviesse junto dos dirigentes do Biafra no sentido de evitar a execução dos italianos condenados à morte⁸⁶¹. Caldeira Coelho, Director dos Negócios Políticos do MNE, pessoalmente encarregado pelo Ministro Nogueira, assegurava que Portugal interviria com a máxima energia⁸⁶². De imediato, o representante biafrense foi chamado ao Palácio das Necessidades, onde, em termos claros, foi elucidado sobre os graves inconvenientes que adviriam para o Biafra se as suas autoridades não anunciassem pública e rapidamente a libertação dos italianos⁸⁶³. Insistia-se especialmente no impacto devastador que a execução da pena de morte teria sobre a imagem internacional do Biafra, tão penosamente construída, incluindo junto do Governo português, que tudo faria para salvar os italianos⁸⁶⁴. Logo nessa noite, a 2 de Junho, o Governo do Biafra cedia à pressão de Portugal, assim como da Costa do Marfim e do Gabão, que também tinham feito as suas pressões, e libertava os técnicos

⁸⁵⁷ AHD/MNE, PEA M584, telegrama n.º 132, confidencial, de 2 de Junho de 1969, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁵⁸ Fondazione Nenni, Archivio Storico, fundo Pietro Nenni, série Governo, b. 120, fasc. 2417, «Dichiarazione del Ministro degli Esteri on. Pietro Nenni alla Commissione Esteri della Camera dei Deputati», com data de 4 de Junho de 1969.

⁸⁵⁹ AHD/MNE, PEA M584, telegrama n.º 132, confidencial, de 2 de Junho de 1969, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁶⁰ *Ibidem*.

⁸⁶¹ AHD/MNE, PEA M596, telegrama n.º 84, urgente e confidencial, de 3 de Junho 1969, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

⁸⁶² ASD/MAE, telegrammi, vol. 80, Portogallo (1969), telegrama n.º 26, urgentíssimo, de 3 de Junho de 1969, o Embaixador de Itália em Roma ao MAE.

⁸⁶³ AHD/MNE, PEA M596, telegrama n.º 84, urgente e confidencial, de 3 de Junho 1969, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

⁸⁶⁴ *Ibidem*. No final destas diligências, o MNE enviava um telegrama ao Embaixador pedindo-lhe que informasse com urgência o Governo italiano de tudo quanto precede, valorizando de forma especial a rapidez com que as autoridades portuguesas acolheram e apoiaram a solicitação do Ministro Pietro Nenni (*ibidem*).

aprisionados⁸⁶⁵. A notícia era transmitida ao Embaixador da Itália em Lisboa nas primeiras horas do dia 3⁸⁶⁶.

Até aqui tudo bem. Pietro Nenni pedia a Cerulli-Irelli que apresentasse ao Governo português «sentimenti del più vivo apprezzamento» pela sua intervenção⁸⁶⁷. Igual agradecimento era feito ao Embaixador em Roma pelo Director-geral dos Negócios Políticos, ainda que com um atraso reprovado por Hall Themido⁸⁶⁸. A polémica surgiria depois, quando o Embaixador de Portugal em Haia informava o MNE que Nenni tinha recusado assinar o telegrama onde se solicitava a intervenção do Governo português junto do Biafra⁸⁶⁹. Como João Hall Themido conseguira saber posteriormente, a questão da libertação dos técnicos estava a ser utilizada no quadro da política interna italiana e só muito relutantemente Nenni solicitara a intervenção de Portugal:

«Perante um problema muito complexo, que suscitou neste país grande emoção, o Senhor Nenni acabou por concluir que estando em jogo a vida de italianos não poderia expor-se a críticas na imprensa e no Parlamento. Ninguém compreenderia que, por razões de ordem pessoal e partidária, se não tivesse dirigido a Portugal»⁸⁷⁰.

O PSI e o PDC, através dos respectivos órgãos de comunicação, o *Avanti* e o *Il Popolo*, competiam para atribuir todo o mérito da libertação dos técnicos a Nenni, no caso dos socialistas, e ao Governo, no caso dos democratas-cristãos. O Presidente da República, Giuseppe Saragat, do PSDI, fazia publicamente os mais calorosos elogios à acção do Ministro Nenni, acompanhando-o até ao aeroporto para receber os técnicos libertados «com a evidente preocupação de valorização pessoal e do partido socialista»⁸⁷¹. A essa luz devia também ser apreciada a crítica que o *Unità*, jornal do PCI, dirigia a Mario Pedini, o Subsecretário dos Estrangeiros que Nenni enviara ao Gabão e à Costa do Marfim para pedir a colaboração dos seus governos, por ter levado os técnicos a São Tomé em visita de agradecimento às autoridades portuguesas⁸⁷². Para o *Unità*, a visita fora uma homenagem ao colonialismo

⁸⁶⁵ ASD/MAE, telegrammi, vol. 80, Portogallo (1969), telegrama n.º 29, urgentíssimo, de 4 de Junho de 1969, o Embaixador de Itália em Roma ao MAE.

⁸⁶⁶ *Ibidem*.

⁸⁶⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 30, de 8 de Junho de 1969, o MAE ao Embaixador de Itália em Roma.

⁸⁶⁸ AHD/MNE, PEA M596, aerograma n.º A-34, confidencial, de 24 de Junho 1969, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁶⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 92 de 10 de Junho 1969, o Embaixador de Portugal em Haia ao MNE.

⁸⁷⁰ *Ibidem*, aerograma n.º A-29, confidencial, de 11 de Junho 1969, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁷¹ *Ibidem*.

⁸⁷² *Ibidem*.

português e um ultraje para toda a África, um ataque que, como sublinhava Hall Themido, destinava-se mais ao Governo italiano do que a Portugal⁸⁷³.

Constava também que tinha sido o próprio Nenni a enviar mensagens à Costa do Marfim e ao Gabão enquanto aos restantes países foram os diplomatas italianos a exprimir o reconhecimento da Itália⁸⁷⁴. Na Câmara dos Deputados, a 10 de Junho, Nenni explicava que a Costa do Marfim e do Gabão tinham tido um papel primordial porque qualquer intervenção, para ser útil, tinha de ser conduzida no âmbito africano, daí as palavras de agradecimento especial⁸⁷⁵. Para o Embaixador português, não havia dúvidas de que Portugal merecia um tratamento semelhante, mas como o Ministro dos Estrangeiros tinha de encontrar uma solução para as suas dificuldades pessoais, encontrava-a precisamente naquela distinção⁸⁷⁶.

No fim de tudo, segundo o Embaixador português, a convicção geral era que Portugal, com a sua intervenção decisiva, tinha salvado os técnicos da ENI⁸⁷⁷. De referir que a Embaixada teve um papel importante neste particular, agindo para que a actuação de Portugal fosse valorizada e para evitar que a real dimensão da mesma fosse eclipsada pela contenda da política interna, privando o Governo português dos merecidos benefícios locais derivados da sua pronta e acutilante actuação⁸⁷⁸. Hall Themido foi sempre acentuando a posição especial que Portugal tinha junto do Biafra, deixando cair ainda «uma palavra de incompreensão e surpresa» por não ter sido pedido o apoio de Lisboa⁸⁷⁹. Falara também com amigos influentes nos meios políticos e da imprensa e diversos jornalistas para que estes valorizassem devidamente a acção portuguesa e anulassem os esforços feitos para diminuir a importância do auxílio prestado⁸⁸⁰.

Na primavera de 1970, os ataques do PCI ao centro-esquerda acentuavam-se no *L'Unità*, utilizando para o efeito a nomeação do novo Embaixador em Lisboa, Girolamo Messeri, a participação da Itália na barragem de Cabora Bassa, em Moçambique, e a venda de armas italianas a Portugal. A ideia base era que a Itália estreitava a colaboração com Portugal e seguia uma política de duplicidade em África, não hesitando em financiar o colonialismo português⁸⁸¹. Nos finais de Junho de 1970, Roberto Gaja, Secretário-geral da Farnesina, que

⁸⁷³ *Ibidem*.

⁸⁷⁴ *Ibidem*.

⁸⁷⁵ *Ibidem*.

⁸⁷⁶ *Ibidem*.

⁸⁷⁷ *Ibidem*, aerograma n.º A-34, confidencial, de 24 de Junho 1969, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁷⁸ *Ibidem*, aerograma n.º A-29, confidencial, de 11 de Junho 1969, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁷⁹ *Ibidem*.

⁸⁸⁰ *Ibidem*.

⁸⁸¹ AHD/MNE, PAA M297, telegrama n.º 82 de 18 de Março 1970, Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

sempre tivera «uma atitude correcta» em relação aos problemas portugueses⁸⁸², informava João Hall Themido de que o Governo italiano tinha decidido enviar o Embaixador Girolamo Messeri para Lisboa. Acentuava a grande importância da escolha por ser um amigo pessoal de Aldo Moro, que liderava naquela altura o *Ministero degli Affari Esteri*, e um elemento activo e válido quer na Farnesina, quer na vida política italiana⁸⁸³. A ideia salientada frequentemente a Hall Themido era que Lisboa teria finalmente um Embaixador com peso em Itália, cuja função principal seria estreitar as relações luso-italianas⁸⁸⁴. O próprio Messeri chegara a confidenciar-lhe que a escolha do novo posto tinha sido inteiramente sua (Portugal era um país tradicionalista e, por isso, do seu agrado), deixando Moro surpreendido com a modéstia do lugar pretendido, pois poderia satisfazer até a aspiração mais ambiciosa, como o lugar de Representante Permanente junto do Conselho do Atlântico⁸⁸⁵. Nos seus contactos com a Embaixada, Messeri causou sempre boa impressão e, ainda que houvesse quem o considerasse como um oportunista, todos reconheciam os seus méritos e a capacidade de dedicação às suas causas⁸⁸⁶. Como «homem ambicioso que era, seguro de si e com o gosto pela política», seria, sem dúvida, um embaixador «dinâmico», atributo que Hall Themido considerava essencial⁸⁸⁷.

De facto, à altura da nomeação de Messeri para Lisboa, as relações entre a Itália e Portugal deterioravam-se. Os motivos? A realização, em Roma, da Conferência de solidariedade para com os povos das colónias portuguesas, agendada para Junho de 1970, os contactos estabelecidos entre os dirigentes da Democracia-cristã e os líderes rebeldes das províncias portuguesas, a colaboração cedida pelo hospital de Reggio Emilia, zona controlada pelo PCI, à FRELIMO e o recuo do Governo italiano na decisão de financiar a empresa

⁸⁸² AHD/MNE, PEA M629, ofício n.º 29, confidencial, de 20 de Janeiro de 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁸³ AHD/MNE, PEA M642, telegrama n.º 170, confidencial, de 24 de Junho 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE. Messeri iniciara a sua carreira diplomática durante o fascismo. Em 1954, ao assumir pela primeira vez a Presidência do Conselho, Amintore Fanfani escolhia-o para conselheiro diplomático. Quatro anos depois, Messeri iniciava-se na política, ainda ao lado de Fanfani, como senador; tornava-se depois Subsecretário do Comércio Externo. Em 1966, os serviços secretos das forças armadas italianas, ou SIFAR (*Servizi Informazioni Forze Armate*), denunciavam ao Ministro da Defesa que Messeri visitava frequentemente o Pentágono com a finalidade de selar acordos informais de fornecimentos militares. Esta actividade foi extremamente mal recebida nos meios políticos italianos porque o diplomata pretendia obter a pasta da Defesa, acabando por levar ao fim da sua carreira política e ao corte de relações com Fanfani. Messeri aproximava-se então de Aldo Moro e obtinha o cargo em Lisboa (*L'Unità* 1975a; *Lotta Continua* 1975; *Panorama* 1975; Santini 1975, pp. 16-17).

⁸⁸⁴ AHD/MNE, PAA M297, aerograma n.º A-13 de 14 de Outubro de 1964, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁸⁵ AHD/MNE, PEA M642, aerograma n.º A-34, confidencial, de 8 de Julho 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁸⁶ *Ibidem*, telegrama n.º 170, confidencial, de 24 de Junho 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁸⁷ *Ibidem*.

Società Anonima Electricità, que pretendia integrar o consórcio que construiria a barragem de Cabora Bassa, em Moçambique⁸⁸⁸. No âmbito da NATO, a Itália opunha-se também à instalação de bases da Aliança no Ultramar, tal como Portugal propunha⁸⁸⁹. Nas explicações do Secretário-geral Roberto Gaja, por muito que o Governo quisesse auxiliar Lisboa, existiam limites que não podiam ser ultrapassados, decorrentes quer da necessidade de manter boas relações com os países africanos, quer da rivalidade partidária existente em Itália, com o PCI a deter uma grande influência junto dos movimentos de libertação da África devido à participação activa nas suas lutas, cedendo-lhes orientação ideológica e apoios logísticos e financeiros⁸⁹⁰. O Governo português fazia questão de deixar bem claro a Cerulli-Irelli que estava muito ressentido com as decisões com o Governo de Roma⁸⁹¹, especialmente porque elas revelavam que cedia não só às pressões das esquerdas, mas também às pressões dos líderes africanos, em particular de Kenneth Kaunda, Presidente da Zâmbia, país onde a Itália tinha importantes interesses económicos⁸⁹².

Hall Themido, extremamente preocupado, mantinha-se atento a esta «muito perigosa» campanha anti-portuguesa para evitar que ela arrastasse o Governo para uma tomada de posição pública contra Portugal⁸⁹³. Como alertava, não era por acaso que os movimentos de libertação afirmavam que a Itália era o país indicado para iniciar uma vasta acção na Europa⁸⁹⁴. Vários deputados da ala esquerda do PDC já tinham também participado numa missão parlamentar à Zâmbia, «um sinal evidente» de que se procurava movimentar o partido contra Portugal⁸⁹⁵. Para controlar a ameaça latente, o Embaixador contava especialmente com Giulio Andreotti, um «amigo de Portugal» e um dos elementos mais importantes da Democracia-cristã: fora ministro por mais de vinte anos, quase fora Presidente do Conselho no final de 1970 e, naquele momento (corria o mês de Abril de 1971), era Presidente do Grupo Parlamentar do PDC. Em concreto, Hall Themido solicitava-lhe que impedisse que os «inimigos de Portugal» arrastassem a Democracia-cristã para as suas manobras anti-portuguesas, até porque não poderia ser do interesse do partido envolver-se numa política de aproximação aos rebeldes quando o Governo de centro-esquerda, sem prejuízo do seu

⁸⁸⁸ Estes assuntos serão desenvolvidos nas pp. 253-256 e 265-269 deste estudo.

⁸⁸⁹ ASD/MAE, telegrammi, vol. 63, Portogallo (1970), telegrama n.º 59 de 30 de Outubro de 1970, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

⁸⁹⁰ AHD/MNE, PAA M297, telegrama n.º 337, confidencial, de 23 de Novembro 1970, o Embaixador de Itália em Roma ao MNE.

⁸⁹¹ *Ibidem*.

⁸⁹² *Ibidem*, aerograma n.º A-51, confidencial, de 1 de Outubro 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁹³ *Ibidem*.

⁸⁹⁴ *Ibidem*.

⁸⁹⁵ *Ibidem*.

professado anticolonialismo, adoptava uma «atitude responsável» na ONU⁸⁹⁶. Sugeria-lhe, por conseguinte, que constituísse um grupo de cinco deputados que o Governo português convidaria para visitar Angola e Moçambique com o objectivo de conhecerem ali a verdadeira realidade e poderem depois contrapô-la às falsidades divulgadas em Itália⁸⁹⁷. Andreotti, sempre muito compreensivo, evitava comprometer-se, justificando-se com a falta de liderança e de coesão interna na Democracia-cristã e com a delicadeza da conjuntura política italiana, desfavoráveis a iniciativas que visassem neutralizar a acção dos deputados que procuravam estreitar as relações com os africanistas⁸⁹⁸.

No final de Abril de 1971, Agostinho Neto encontrava-se em Roma. João Hall Themido, preocupado com as consequências da visita, chamava a atenção de Roberto Gaja, Secretário-geral da Farnesina, para o facto de a mesma poder ser aproveitada para criar dificuldades nas relações entre Portugal e a Itália⁸⁹⁹. Estava já agendada uma conferência de imprensa na livraria *Paesi Nuovi*, no seguimento da apresentação do livro *Africa, anno dieci*, uma colectânea de trabalhos de vários autores, entre os quais o Subsecretário dos Negócios Estrangeiros Mario Pedini⁹⁰⁰. Segundo informações obtidas pelo Embaixador, a iniciativa tinha como objectivo incrementar o interesse pela luta de «libertação» em Itália, incluindo a nível governamental, e levar os italianos a apoiar a expulsão de Portugal da NATO ou, pelo menos, a cessação dos auxílios militares da Aliança⁹⁰¹. Seria, por conseguinte, muito desagradável para o Governo português que Pedini, enquanto membro do Executivo, estivesse presente no evento ou se encontrasse com Agostinho Neto⁹⁰². Gaja assegurava que Pedini não assistiria à apresentação do livro nem à conferência de imprensa, porém, como não poderia dar as mesmas garantias quanto à atitude dos partidos políticos e dos seus dirigentes, daria uma palavra na Presidência da República e do Conselho de Ministros para que se fizessem recomendações naquele sentido ou para que comparecessem só a título pessoal⁹⁰³.

⁸⁹⁶ AHD/MNE, PAA M550, telegrama n. 61, confidencial, de 9 de Abril de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁹⁷ *Ibidem*.

⁸⁹⁸ AHD/MNE, PEA M671, aerograma n.º A-22, confidencial, de 7 de Abril de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE; AHD/MNE, PAA M550, telegrama n. 61, confidencial, de 9 de Abril de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁸⁹⁹ AHD/MNE, PAA M550, telegrama n.º 76, confidencial, de 28 de Abril de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁰⁰ *Ibidem*.

⁹⁰¹ *Ibidem*, telegrama n.º 78 de 30 de Abril de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁰² *Ibidem*, telegrama n.º 76, confidencial, de 28 de Abril de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁰³ *Ibidem*.

Esta iniciativa estava directamente ligada com a aproximação da realização da reunião da NATO em Lisboa, agendada para Junho de 1971⁹⁰⁴. A escolha de Lisboa levantava fortes condenações nos sectores políticos mais reaccionários dado não ser mais do que uma operação de prestígio para o Estado Novo e uma clara declaração de apoio por parte dos governos ocidentais. Luciano De Pascalis, deputado do PSI, questionava o Ministro Aldo Moro se pretendia honrar o compromisso assumido pelo Governo italiano com o Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, isto é, se inquiriria os Estados-membros da NATO para apurar se Portugal utilizava armas da Aliança nas guerras coloniais⁹⁰⁵. De Pascalis estava certo de que este seria o primeiro passo para limitar a acção de Portugal no âmbito da organização⁹⁰⁶. Aldo Moro, para além de ter dado mostras da «maior cortesia» em relação a Portugal, não levou à discussão do Conselho a utilização do armamento da NATO e a presença de Portugal na Aliança⁹⁰⁷. Para o Ministro dos Estrangeiros, ainda que a política italiana em África se baseasse no pleno reconhecimento da independência dos africanos e na rejeição do colonialismo e o regime existente em Portugal, tal como qualquer outra forma de ditadura, não fosse do agrado do Governo italiano nem da Democracia-cristã, era importante não perder de vista as realidades políticas⁹⁰⁸. Isto é, era necessário salvaguardar, com sentido estratégico, os interesses de todas as partes envolvidas: de Portugal, da Itália, do Ocidente e da África. Para o PCI, o silêncio da delegação italiana era mais um escândalo que vinha reforçar a colaboração entre Roma e Lisboa⁹⁰⁹.

Um dos fortes ataques a Portugal acontecia em Março de 1972, em plena campanha eleitoral, estando o Embaixador Messeri no centro da grande polémica que se criou em torno do seu apoio às políticas de Marcello Caetano, defendidas «de forma quase violenta» nos telegramas e ofícios enviados para o MAE⁹¹⁰. No dia 8, o *L'Unità* publicava na primeira página um artigo no qual, citando uma outra publicação comunista chamada *Giorni Vie Nuove*, que publicava na íntegra um aerograma de Girolamo Messeri para a Farnesina, acusava o Embaixador italiano de ser um sustentáculo do Governo de Lisboa e da sua

⁹⁰⁴ AHD/MNE, PAA M297, aerograma n.º A-7, confidencial, de 22 de Janeiro 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁰⁵ *Ibidem*, ofício n.º internazionale /11/LDF/ cp de 7 de Maio de 1971, Luciano De Pascalis ao Vice-Presidente do Conselho de Ministros.

⁹⁰⁶ *Ibidem*.

⁹⁰⁷ AHD/MNE, PEA M685, telegrama n.º 62 de 4 de Junho 1971, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

⁹⁰⁸ AHD/MNE, PAA M297, telegrama n.º 134 de 25 de Junho 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁰⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 124 de 10 de Junho 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹¹⁰ AHD/MNE, PEA M685, telegrama n.º 160, confidencial, de 21 de Julho 1971, Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

«vergonhosa tese racista»⁹¹¹. Na Câmara dos Deputados, os grupos parlamentares do PCI e do PSI interpelavam o Presidente Andreotti e o Ministro Aldo Moro para que explicassem porque é que o Embaixador Messeri, depois de ter usado de «brutal terminologia de tipo racista, colonialista e fascista», ainda não tinha sido exonerado⁹¹².

A 10 de Março, toda a imprensa da esquerda explorava este «escândalo», com os jornais conservadores a noticiarem também o assunto, sem tomar partido⁹¹³. Já escrevemos sobre o assunto (Matos 2010, pp. 179-180, 236-239), pelo que referiremos aqui apenas o necessário para continuarmos com a análise do impacto da política africana de Portugal na intriga eleitoral italiana. Tendo Armando Martins, o Embaixador que sucedia a Hall Themido, levado o caso à Farnesina, o Secretário-geral afiançava que a «fuga inexplicável» do aerograma de Messeri estava a ser investigada e que o Ministério não faria comentários públicos sobre o assunto para diminuir o risco da publicação de outros documentos⁹¹⁴. Dizia também que não existiam ainda factos que permitissem explicar se o ataque seria pessoal, destinado a afastar Messeri do mundo da política, ou se visava atacar o Chefe do Governo demissionário, Giulio Andreotti, um conservador refractário ao centro-esquerda, acusando-o de solidarizar-se com a política africana de Portugal⁹¹⁵. Recordemos que Andreotti presidia a um efémero Governo monocolor democrata-cristão.

Logo depois da publicação do aerograma de Messeri, começava a circular na imprensa italiana a informação de que a Democracia-cristã estaria a preparar com os dirigentes da FRELIMO, do MPLA e do PAIGC a instalação de delegações dos mesmos em Roma, a suas expensas⁹¹⁶. A Itália seria assim o quarto país europeu, depois da Holanda, da Suécia e da Jugoslávia, a aceitar uma representação dos movimentos africanos⁹¹⁷. Escandalizado e em choque, o Governo português reagia com uma campanha anti-italiana na Emissora Nacional, à qual Messeri respondia com uma carta pessoal de protesto enviada a Rui Patrício, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Nela, o Embaixador sublinhava efusivamente os esforços que fazia para enviar para Roma apenas as explicações «adequadas», isto é, aquelas que considerava passíveis de favorecerem os interesses portugueses junto das autoridades italianas e de minorarem os ataques a Portugal na Itália⁹¹⁸. Messeri declarava ainda que ouvira

⁹¹¹ AHD/MNE, PEA M728, telegrama n.º 69 de 9 de Março 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹¹² AHD/MNE, PAA M550, telegrama n.º 70 de 10 de Março de 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹¹³ *Ibidem.*

⁹¹⁴ *Ibidem.*

⁹¹⁵ *Ibidem.*

⁹¹⁶ *Ibidem.*, telegrama n.º 36 de 9 de Março de 1972, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

⁹¹⁷ AHD/MNE, PAA M550, Boletim da agência de notícias *Cable Press*, de 29 de Janeiro de 1972.

⁹¹⁸ *Ibidem.*, telegrama n.º 36 de 9 de Março de 1972, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

terminantemente de Arnaldo Forlani, Secretário-geral da Democracia-cristã, que o partido não atribuíra qualquer subsídio financeiro aos nacionalistas da África portuguesa⁹¹⁹.

Não agradando estas explicações ao Governo de Marcello Caetano, Armando Martins procurava mais esclarecimentos junto do Secretário-geral do MAE, dele escutando que, ao contrário do PCI e do PSI, não seria provável que a Democracia-cristã estivesse a subvencionar os chefes dos movimentos de libertação⁹²⁰. Por outro lado, o Governo italiano não poderia autorizar a instalação de uma representação de movimentos que pudessem ser considerados terroristas, o que, contudo, não inviabilizava que indivíduos destes grupos conseguissem entrar em Itália com passaportes que os habilitassem a circular sem vistos, como os emitidos pela República da Argélia, alugassem um apartamento e estabelecessem contactos com os partidos das esquerdas⁹²¹. Mais tarde, o Primeiro-secretário da Farnesina, Visconti di Modrone, assegurava a Lemos Godinho, Secretário da Embaixada de Portugal, que, não obstante ter havido contactos entre o MPLA e diversos partidos, nomeadamente o PDC, nenhum pedido fora apresentado oficialmente no sentido da abertura de escritórios subvencionados pela Democracia-cristã⁹²². Acrescentava depois, já em tom vago, que «há escritórios e escritórios e tudo depende da etiqueta». Lemos Godinho reagia: qualquer que fosse a «etiqueta», o Governo italiano deveria rejeitar o pedido e ter em consideração que a pretensão dos «grupos terroristas» criaria focos de pressões destabilizadoras ao nível da política interna italiana⁹²³.

As diligências dos diplomatas portugueses em Roma em torno da questão culminaram num telegrama enviado pelo Ministro Aldo Moro ao Embaixador Messeri, cujo conteúdo deveria ser comunicado ao Governo português. Moro limitava-se a vincular a diferença entre o Governo, que seguia uma linha oficial de acordo com as alianças assumidas pela República da Itália, e o Partido da Democracia-cristã, que seguia uma linha político-ideológica determinada a nível partidário⁹²⁴. Armando Martins ia mais uma vez à Farnesina em protesto, desta vez para observar que tal separação era ilógica, uma vez que o Governo, liderado por Giulio Andreotti, era constituído apenas pela Democracia-cristã, sem a participação de outros partidos⁹²⁵. Todavia, a grande questão era que, naquele momento agitado de campanha

⁹¹⁹ *Ibidem*.

⁹²⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 70 de 10 de Março de 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹²¹ *Ibidem*.

⁹²² *Ibidem*, apontamento intitulado «Diligência a propósito de boatos sobre a abertura de escritórios terroristas em Roma», com data de 6 de Março de 1972, elaborado pelo Secretário da Embaixada de Portugal em Roma, anexo ao ofício n.º 156 de 16 de Março de 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹²³ *Ibidem*.

⁹²⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 75 de 17 de Março de 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹²⁵ *Ibidem*.

eleitoral, nem o Governo, nem a Democracia-cristã poderiam tomar atitudes que a colocassem em desvantagem face aos restantes partidos⁹²⁶. Neste contexto, restava ao Embaixador, confrontado com o embaraço existente na Farnesina, dividida entre as reclamações de Portugal e a impossibilidade de intervir a seu favor, assinalar aos dirigentes italianos que Lisboa esperava que, em nome da amizade que unia os dois países, o Governo italiano e o partido que o compunha não tomassem atitudes que pudessem comprometer as relações existentes⁹²⁷.

Realizadas as eleições, a 26 de Junho de 1972, Giulio Andreotti formava o seu II Governo, novamente sem o PSI. Tratava-se de um governo tripartido, constituído pelo PDC, pelo PLI e pelo PSDI, com o apoio externo do PRI. Giuseppe Medici ficava com a pasta dos Estrangeiros, nomeação que era lida à luz da intenção de Andreotti em comandar de perto a política externa através de uma pessoa leal⁹²⁸. Como Andreotti explicava a Armando Martins, num jantar na casa de amigos comuns, não quisera os socialistas no Governo «por não lhe merecerem confiança e tomarem por vezes a atitude de diminuírem a autoridade do Estado»⁹²⁹. De referir que Moro recusou integrar o novo Governo para poder apresentar-se ao PSI como a sentinela vigilante para um regresso ao centro-esquerda, evitando que os socialistas cortassem relações com os democratas-cristãos e colocassem o partido em perigo⁹³⁰. Em Dezembro de 1972, a instabilidade reinstalava-se no panorama político italiano. A par das dificuldades políticas, a Itália experienciava uma situação económica difícil, com o aumento constante dos preços, estagnação da produtividade, greves e um elevado absentismo que representava uma perda de 40% das horas de trabalho⁹³¹. O desemprego atingia cerca de 750 mil italianos, sendo 300 mil diplomados ou licenciados, ao passo que as federações sindicais contestavam as políticas salariais e laborais do Governo⁹³². No sector patronal, os projectos desenvolvimentistas de Andreotti, assentes em planos quinquenais, eram considerados insuficientes e demasiado moderados quando comparados com a gravidade da situação⁹³³.

⁹²⁶ *Ibidem*.

⁹²⁷ *Ibidem*.

⁹²⁸ AHD/MNE, PEA M713, telegrama n.º 153 de 27 de Junho de 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹²⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 132, confidencial, de 1 de Junho de 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹³⁰ *Ibidem*, aerograma n.º A-3 de 22 de Junho de 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹³¹ *Ibidem*, telegrama n.º 138 de 9 de Junho de 1972, o Embaixador de Portugal ao MNE.

⁹³² *Ibidem*, ofício n.º 6 de Dezembro de 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹³³ *Ibidem*.

Neste contexto, a ala esquerda da Democracia-cristã, com Aldo Moro à cabeça, vinha a público defender a formação de uma coligação governamental de centro-esquerda, afirmações às quais não era alheio o receio de que o centrismo de Andreotti se radicalizasse à direita⁹³⁴. Os dirigentes da Farnesina alertavam frequentemente Armando Martins para a possibilidade de Portugal ver a sua situação piorar em Itália se o Governo fosse substituído por um novo centro-esquerda, pois os ataques seriam «mais frequentes e serrados»⁹³⁵. Efectivamente, no final de Maio, a inquietação e a instabilidade política cresciam exponencialmente, com as manobras para fazer cair o Presidente do Conselho a sucederem-se⁹³⁶. A 12 de Junho, Andreotti demitia-se, com o centralismo a dar lugar a um Governo de centro-esquerda, liderado por Mariano Rumor e constituído pelo PDC, pelo PSI, pelo PSDI e pelo PRI. Aldo Moro reentrava para o Ministério dos Negócios Estrangeiros⁹³⁷. Do Secretário-geral da Farnesina, Martins escutava que a política do Governo italiano em relação a Portugal permaneceria inalterada, pois Rumor era um elemento moderado e Moro, um académico em Direito, tinha «muita estima intelectual pelo Presidente do Conselho português», cuja «larga cultura jurídica e visão política» ficara a admirar com as conversas trocadas durante a reunião da NATO em Lisboa, em Junho de 1971⁹³⁸. Todavia, como sublinhava Armando Martins ao MNE, caso o Vaticano partisse para a condenação da política africana de Portugal, o Governo italiano não poderia deixar de dar um passo semelhante, quer porque era maioritariamente constituído pela Democracia-cristã, quer para não receber a classificação de reaccionário⁹³⁹.

Para compreendermos a dedução do Embaixador teremos que fazer algumas referências à política externa da Santa Sé. A proximidade política entre o Vaticano e o Partido da Democracia-cristã, de inspiração católica, foi uma constante desde o final da II Guerra Mundial, tendo sido fundamental para a aquisição da predominância dos democratas-cristãos (Giovagnoli 1991; Ciampani 1993, pp. 33-65; Battelli 1997, p. 118-169; Melloni 2000; Parisella 2000; Formigoni 2006). Em Outubro de 1958, João XXIII dava início a um pontificado que, embora curto (acabaria em 1963), foi sinónimo de uma profunda evolução no interior da Igreja Católica, quer ao nível dos temas doutrinares fundamentais, definidos no Concílio do Vaticano II (1962-1965), quer ao nível do posicionamento face aos problemas

⁹³⁴ *Ibidem*.

⁹³⁵ AHD/MNE, PEA (2) M741, telegrama n.º 52 de 1 de Fevereiro 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹³⁶ AHD/MNE, PEA 9A M748A, aerograma n.º A-7 de 23 de Maio de 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹³⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 212 de 21 de Julho de 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹³⁸ AHD/MNE, PEA (20) M759, telegrama n.º 211 de 21 de Julho 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹³⁹ *Ibidem*.

políticos internacionais, tal como precisados na encíclica *Pacem in Terris*, de 11 de Abril 1963. Doravante, o Vaticano concentrava as suas preocupações nos assuntos de valor ecuménico, como a paz mundial e o repúdio da guerra como instrumento de solução dos contrastes, substituindo, neste contexto, a política de completo fechamento seguida pelo antecessor, Pio XII, em relação à União Soviética com o intuito de alcançar um equilíbrio entre doutrinas opostas e secundar a política de distensão iniciada pelos EUA e pela URSS. A insistência no uso do diálogo diplomático enfatizada por João XXIII seria continuada pelo seu sucessor, Paulo VI (Nunes, 1963; Alberigo 2005; De Mattei 2012).

Esta sensibilidade política amadurecia também ao nível da projecção do Vaticano no Terceiro Mundo. Entre Julho e Agosto de 1962, o cardeal Giovanni Montini, arcebispo de Milão e futuro Paulo VI, realizava uma viagem pastoral à África, visitando a Rodésia, a África do Sul, a Nigéria e o Gana. Eleito Papa em Junho de 1963, demonstrava a sua sensibilidade aos assuntos africanos com a canonização, em Outubro de 1964, de 22 mártires do Uganda, país que visitaria em Agosto de 1969, tornando-se no primeiro papa a realizar uma visita oficial ao continente negro (Borruso 2010, p. 428). Nessa altura, exortava os africanos a serem os protagonistas do seu futuro:

«Voi africani siete ormai i missionari di voi stessi [...] una storia, che ancora dura e deve durare per lungo tempo, anche se voi africani ne prendete la direzione. [...] Missionari di voi stessi: cioè voi africani dovete proseguire la costruzione della Chiesa in questo continente» (*apud ibidem*).

Neste contexto, os altos responsáveis da Santa Sé, incluindo Paulo VI, pressionavam o regime de Lisboa para que desse início a profundas reformas na África portuguesa com actos e acções que eram sentidos como «como verdadeiras bofetadas» (Telo 2001, p. 81). Era o caso da audiência concedida por Paulo VI aos líderes do MPLA, Agostinho Neto, do PAIGC, Amílcar Cabral, e da FRELIMO, Marcelino dos Santos e Armando Guebuza, em Junho de 1970, no seguimento da realização, em Roma, da Conferência de solidariedade para com os povos das colónias portuguesas. Nesta ocasião, o Santo Padre assegurava que «la Chiesa è accanto a chi soffre e vuole la pace, la libertà e l'indipendenza dei popoli»⁹⁴⁰ (*apud Forti*

⁹⁴⁰ A reacção do Governo português contra o Vaticano foi vivíssima, indo ao ponto de considerar o corte de relações diplomáticas. A 7 de Julho, o Núncio Apostólico em Lisboa entregava ao MNE uma nota a explicar as razões subjacentes à audiência, não deixando de sublinhar que o Santo Padre não tinha feito qualquer declaração política ou pretendido interferir nos negócios internos de Portugal. As explicações foram aceites e Marcello Caetano emitia um comunicado onde considerava que o incidente tinha sido esclarecido (ASD/MAE, telegrammi, vol. 63, Portogallo (1970), telegrama n.º 35 de 3 de Julho de 1970, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE). Sobre as relações entre a Santa Sé e Portugal no referente à questão colonial *vide* Cruz 1996; Cruz 1999, pp. 163-189; Telo 2001, pp. 80-89; Barreto 2004; Reis 2006, pp. 239-323.

1990, p. 68). Em suma, neste contexto de abertura do Vaticano às questões da independência africana, a Itália, enquanto nação católica que acolhia a sede do Papado, não poderia senão aliar-se à grande força universal da paz (*ibidem*, p. 417).

No início de Outubro de 1973, as pressões sobre o Governo italiano centravam-se no reconhecimento do Governo da Guiné-Bissau, cuja independência tinha sido unilateralmente declarada pelo PAIGC, em Setembro. Carlo Fracanzani, deputado da Democracia-cristã, pertencente à ala esquerda, a par de outros deputados socialistas e comunistas, apelavam ao reconhecimento imediato do Governo de Bissau⁹⁴¹. A Farnesina respondia que estava a analisar a situação e a recolher a documentação possível para definir a posição a tomar⁹⁴². Do Director-geral-adjunto dos Negócios Políticos, Armando Martins escutava que esta declaração era o limite máximo até onde o Governo italiano poderia ir para contrariar as constantes pressões do PCI e do PSI sem comprometer os interesses de Portugal⁹⁴³. As teses anticolonialistas do Governo de Itália permaneciam inalteradas, tal como as suas convicções acerca da necessidade de uma descolonização progressiva. Contudo, no referente ao reconhecimento do governo do PAIGC, Roma considerava que não existiam ainda os elementos básicos que legitimavam a existência de um governo, isto é, um território, uma população e uma organização política com poder efectivo⁹⁴⁴. Insatisfeito com a indefinição da resposta, Martins questionava «se seria de admitir que o Governo italiano viesse um dia estender qualquer espécie de reconhecimento ao Governo fantoche da Guiné»⁹⁴⁵. A resposta foi directa: «Posso assegurar que dos amigos de Portugal não seremos os primeiros a fazê-lo»⁹⁴⁶. Por outras palavras, a Itália não poderia ficar isolada ou deixar-se ultrapassar se adoptasse uma «posição imóvel e embaraçosa» diante das correntes internacionais, caracterizadas por uma acentuada fluência e instabilidade⁹⁴⁷. E dava um exemplo:

«Um reconhecimento por parte da Holanda colocaria o actual Governo de esquerda [...] numa situação extremamente embaraçosa, pois a posição da Holanda tem incomparavelmente mais influência na opinião pública italiana do que a da Noruega por se tratar dum membro fundador do Mercado Comum»⁹⁴⁸.

⁹⁴¹ AHD/MNE, PEA (20) M759, telegrama n.º 298 de 4 de Outubro 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁴² *Ibidem*, telegrama n.º 313 de 12 de Outubro 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁴³ *Ibidem*.

⁹⁴⁴ *Ibidem*.

⁹⁴⁵ *Ibidem*.

⁹⁴⁶ *Ibidem*.

⁹⁴⁷ *Ibidem*.

⁹⁴⁸ *Ibidem*.

Armando Martins terminava a audiência fazendo o que considerava serem observações pertinentes, temperadas com um tom seriamente crítico:

«Apesar de repetidas afirmações que me têm sido feitas na Farnesina de que nada mudou na política italiana em relação a Portugal após o Governo de Rumor, depreendo perfeitamente detrás destas conversas com funcionários dirigentes – que não foram ainda substituídos e têm convicções conservadoras – certa fermentação de hostilidade originária nos socialistas e na extrema-esquerda da Democracia-cristã que procura [...] fazer valer novas linhas de atitude face a Portugal»⁹⁴⁹.

Neste panorama, o Embaixador estava convencido de que Aldo Moro, «com o seu equilíbrio, autoridade, bom senso e profundo conhecimento da política externa», era o grande aliado de Portugal que procurava refrear as atitudes hostis⁹⁵⁰. No final de Novembro de 1973, Martins tinha com o Ministro dos Estrangeiros uma longa conversa sobre as opiniões verificadas no interior da Democracia-cristã a propósito da política ultramarina portuguesa. Com extrema cautela, Martins mostrava-se apreensivo quanto à possibilidade de que declarações ou atitudes dos dirigentes mais jovens da ala esquerda pudessem criar embaraços nas relações entre Portugal e a Itália⁹⁵¹. Moro respondia que apenas eram válidas e importantes as posições oficialmente tomadas pelo Governo e este estava «empenhado em desenvolver as relações de tradicional amizade com Portugal»⁹⁵². Insistia, todavia, que a posição do mesmo face à política ultramarina portuguesa nunca poderia ser outra que a defesa da inevitabilidade da descolonização⁹⁵³.

Vejamos agora com maior pormenor como os movimentos de libertação da África portuguesa foram acolhidos em Itália.

4.4 – A actuação dos movimentos de libertação em Itália

No ponto precedente, afluímos ao de leve a liberdade de acção que os dirigentes dos movimentos de libertação da África portuguesa, especificamente do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO, tinham em Itália, país que visitavam regularmente, e o acolhimento extremamente favorável que recebiam nos sectores políticos de esquerda. Neste ponto explicaremos com

⁹⁴⁹ *Ibidem.*

⁹⁵⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 313 de 12 de Outubro 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁵¹ *Ibidem*, telegrama n.º 378 de 22 de Novembro 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁵² *Ibidem.*

⁹⁵³ *Ibidem.*

maior pormenor estas duas situações, as quais convertiam a Itália numa verdadeira plataforma para a independência das colónias africanas portuguesas. Tenhamos em conta que o âmbito da acção externa dos movimentos de libertação era bastante alargado, incluindo os países socialistas da África, a Europa ocidental (além da Itália, a Inglaterra, a França, a Suíça, a Alemanha, a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca, a Noruega, a Suécia e a Finlândia), a Europa de leste, a própria Rússia, os EUA e o Canadá.

A Itália, com efeito, tinha características muito apelativas para os nacionalistas da África no geral. Estava posicionada numa situação estratégica muito favorável ao estreitamento dos contactos pela sua proximidade do norte de África, sobretudo da Argélia, o grande centro de preparação e de apoio dos movimentos nacionalistas na África. Era também na península itálica que o Estado do Vaticano estava localizado, constituindo um apoio cada vez mais importante à medida que abraçava explicitamente o apoio dado aos movimentos de libertação, nomeadamente depois da encíclica *Pacem in Terris* (1963), da viagem de Paulo VI ao Uganda, o primeiro Papa a visitar oficialmente a África, e da audiência por ele concedida aos líderes do MPLA, do PAIGC e da FRELIMO em 1970. Outro factor importante a considerar era a existência de um Partido Comunista muito forte e activo do ponto de vista das relações externas com os movimentos nacionalistas do continente negro (Borruso 2009). De referir ainda como factor determinante uma intensa capacidade de mobilização dos italianos a nível social e partidário em prol da liberdade dos povos, do anticolonialismo e anti-imperialismo. Relativamente aos objectivos, os movimentos de libertação pretendiam encontrar na Itália apoios morais e políticos para a sua causa e, em última instância, o reconhecimento internacional de cada um dos movimentos como o legítimo representante dos povos de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Buscavam também apoios materiais e financeiros, desejando, para o efeito, divulgar ao máximo os respectivos projectos políticos junto da opinião pública para poder subvencionar quer a luta armada que conduziam contra Portugal, quer o melhoramento das condições de vida das populações das zonas libertadas.

Desde o início da guerra em Angola que o PCI mantinha contactos com Marcelino dos Santos, Secretário-geral da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), fundada em Casablanca, a 18 de Abril de 1961, com a função de coordenar a luta de libertação na África portuguesa para a obtenção da independência no menor espaço de tempo possível. Estes contactos permitiam aos comunistas italianos obter não só informações de primeira ordem sobre a estratégia seguida para lutar contra o regime português, mas também uma intervenção muito estreita nos acontecimentos. Num dos

encontros, ocorrido em Outubro de 1961, dos Santos confidenciava sob a máxima reserva que a Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia tinha entrado em contacto com o MPLA, antes do início da guerra em Angola, para convidá-lo a agir⁹⁵⁴. A razão? A abertura de uma nova frente de conflito em África, considerada essencial pelos rebeldes para obter a independência da Argélia com a vitória na guerra que conduziam contra a França desde 1954⁹⁵⁵. Como a resposta do MPLA foi negativa (tinham sofrido baixas no ataque lançado à prisão de Luanda), os argelinos dirigiram-se à UPA, liderada por Holden Roberto, e os combates tinham início pouco depois, em Março de 1961, com o apoio do Governo de Leopoldville, da Afrique Action e do *Moudjahid*, órgão da Frente de Libertação Nacional⁹⁵⁶.

Estas declarações vão de encontro às informações que recolhemos num relatório secreto, com data de Novembro de 1967, elaborado pelo Comité Italiano do Movimento Mundial da Paz: o eclodir das guerras coloniais decorria segundo os planos dos comunistas italianos, delineados segundo o pressuposto de que a chave para a queda do regime de Salazar estaria numa guerra colonial em África⁹⁵⁷. Não esqueçamos que o PCI tinha ligações muito próximas com a FLN, patrocinando a sua luta e ajudando-a a obter a vitória em Março de 1962. Nos anos seguintes, o partido continuava a acompanhar de perto a evolução da Argélia para o socialismo⁹⁵⁸. No início de 1964, Luigi Longo, um dos dirigentes máximos do PCI e sucessor de Palmiro Togliatti na Secretaria-geral do partido a partir de 22 de Agosto de 1964, visitava Argel. Nos discursos protocolares, Ben Bella, Presidente da República da Argélia, salientava os pontos altos das reformas até ali realizadas, como a nacionalização das terras e a reforma agrária e industrial, e anunciava que era hora de o seu país voltar-se «amplamente para África, para os movimentos de libertação africanos»⁹⁵⁹. Neste particular, Ben Bella acreditava que poderia contar com o PCI, um válido interlocutor do outro lado do Mediterrâneo, tanto mais que, criando-se uma solidariedade política cada vez mais profunda entre o PCI e a FLN, seria possível fazer progredir o movimento de emancipação dos povos

⁹⁵⁴ Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fundo Archivio Partito Comunista Italiano, série Estero, b. 483, fasc. 2691, relato do colóquio com Marcelino dos Santos, Secretário-geral da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), com data de 30 de Outubro de 1961.

⁹⁵⁵ *Ibidem*. A guerra da Argélia terminou em Março de 1962, com o Governo de Paris a reconhecer a independência do país.

⁹⁵⁶ *Ibidem*.

⁹⁵⁷ AHD/MNE, Casa dos Tratados NI A18 M22, relatório, reservado, n.º OZ:21/A de Novembro de 1967, elaborado pelo Comité Italiano do Movimento Mundial da Paz sobre a estadia em Portugal dos camaradas do PCI, documento anexado ao ofício n.º 518, secreto, de 29 de Outubro de 1968, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁵⁸ AHD/MNE, PEA M13, informação, secreta, n.º 98-SC/CI (2), de 8 de Fevereiro 1964, o Director da PIDE ao Chefe do Gabinete do MNE.

⁹⁵⁹ *Ibidem*.

africanos⁹⁶⁰. Recordemos que desde o início da rebelião contra as autoridades francesas, a FLN era considerada entre os nacionalistas africanos como o símbolo da luta dos povos coloniais pela sua independência, sendo na Argélia, uma vez independente, que os movimentos de libertação da África portuguesa encontraram um apoio sólido para prosseguir as suas lutas. Segundo informações do Embaixador de Itália em Argel, no início de 1965, chegavam àquela cidade várias dezenas de angolanos como bolseiros do Governo argelino para receber treino militar⁹⁶¹.

Na segunda metade dos anos 60, à medida que as guerras coloniais na África portuguesa progrediam, as necessidades dos movimentos de libertação aumentavam em termos de apoios externos, fosse políticos, em géneros ou financeiros. Um dos canais para obtê-los era, como sabemos, a Itália. Em 1967, Marcelino dos Santos, então Secretário-geral da FRELIMO, enviava ao PCI uma lista com as necessidades principais, indicadas por ordem de prioridade: ajuda financeira, medicamentos, papel (para fotocopiadora, para máquina de escrever e papel químico), uma fotocopiadora, vestuário e calçado, sabão, 10 máquinas de escrever de pequeno e grande formato, material escolar (cadernos, lápis, canetas, borrachas, mapas da África e do mundo, réguas) e, por fim, carne e peixe em conserva⁹⁶². Segundo informações recolhidas pelo Ministério da Defesa português, o MPLA tentava ainda obter estipêndios junto da ENI com os quais pretendia resolver a má situação financeira em que se encontrava⁹⁶³. A resposta negativa da empresa italiana, ainda segundo o Ministério da Defesa, estaria por detrás da decisão do MPLA em abrir uma nova frente na região diamantífera de Lunda, pois o controlo da mesma daria acesso directo às fortunas locais e permitiria obrigar as empresas ligadas à pesquisa de diamantes a conceder subsídios ao Movimento, o que resolveria o seu problema financeiro⁹⁶⁴.

Na recta final dos anos 60, assistia-se em Itália à fundação de diversos grupos cuja principal função consistia em ajudar os movimentos de libertação da África portuguesa. Vivia-se no rescaldo do «Maio francês», gerando-se uma conjuntura político-social favorável a uma maior mobilização em defesa do indivíduo e da individualidade, assim como da liberdade face aos limites impostos pelo capitalismo burguês, o qual colocava os lucros acima do bem comum e a guerra acima da paz, incluindo na África (Mammarella 1991, pp. 321-

⁹⁶⁰ *Ibidem.*

⁹⁶¹ AHD/MNE, PAA M297, apontamento de Luís Soares de Oliveira, com data de 4 de Fevereiro 1965, sobre a conversa tida com o Conselheiro da Embaixada de Itália em Lisboa.

⁹⁶² Fondazione Istuto Gramsci, fundo Archivio Partito Comunista Italiano, série Estero, b. 545, fasc. 2200, ofício n.º 30/FLM/67, não datado, a Secretaria dos Assuntos Externos da FRELIMO à Secção Internacional do PCI.

⁹⁶³ AHD/MNE, PAA M566, ofício n.º 105/PP/B, secreto, de 14 de Dezembro de 1967, o Secretário-geral da Defesa Nacional ao MNE.

⁹⁶⁴ *Ibidem.*

327). Entre os grupos criados, aparecem regularmente na documentação que consultámos a Associação para as Relações com os Movimentos Africanos de Libertação, fundada em Roma no final de 1968, muito próxima do PCI⁹⁶⁵, e, sobretudo, o Comité Nacional de Solidariedade com a luta dos povos das colónias portuguesas, fundado em Roma, em Novembro de 1970⁹⁶⁶. Noutras ocasiões, instituições semelhantes fundadas em países terceiros realizavam as suas actividades em Itália, como acontecia com a comissão constituída em Cartum, em Janeiro de 1969, para promover a organização de uma conferência sobre as colónias portuguesas em Roma⁹⁶⁷. Falaremos desta conferência um pouco mais à frente.

Era neste contexto que Marcelino dos Santos propunha ao comunista Luigi Pestalozza, no decorrer da sua visita a Moçambique, uma intensificação da colaboração entre a FRELIMO e o PCI⁹⁶⁸. Como escrevia Pestalozza, «ricercano il nostro appoggio per la stima e la fiducia che ci portano, perché sanno che cosa abbiamo fatto per il Vietnam, che cosa possiamo fare»⁹⁶⁹. Com o mesmo objectivo, dos Santos solicitava ainda informações sobre os grupos e organizações da esquerda italiana, especialmente ao nível da sua consistência organizativa e da sua capacidade propagandística, de acção e de intervenção⁹⁷⁰. Como explicava em seguida, a FRELIMO pretendia relançar a luta armada em Moçambique e, para este fim, contava com a ajuda da esquerda italiana para dar maior atenção às guerras coloniais nos seus órgãos de comunicação, pois só assim seria possível fomentar a solidariedade dos italianos em torno dos movimentos de libertação e da sua causa⁹⁷¹. Pestalozza, aceitando o pedido da FRELIMO, pedia que fosse enviado para Roma mais material de propaganda e de

⁹⁶⁵ *Ibidem*, informação n.º 1337-SC/CI(2), confidencial, de 16 de Dezembro de 1968, a PIDE ao MNE. O seu comité organizador era constituído por diversas personalidades, várias delas ligadas ao PCI: Ricardo Campanelli, Paolo Cirichi, Augusta Conchiglia, Brumo Crimi, Di Stefano Di Stefani, Marcello Flores, Joyce Lussu, Giorgio Migliardi, Ada Princigalli, Renzo Zazzano, Luigi Ricci e Viviana Save (*ibidem*).

⁹⁶⁶ O Comité era constituído pelos representantes dos três maiores sindicatos italianos (a *Confederazione Generale Italiana del Lavoro*, a *Unione Italiana del Lavoro* e a *Confederazione Italiana Sindacato Lavoratori*), da *Associazioni Cristiane Lavoratori Italiani*, do Movimento dos Trabalhadores Italianos, do Grupo de Esquerda Independente, do PSI, do PCI, do PSIUP, dos movimentos de juventude destes partidos e também do PDC e do PRI, sendo o seu principal objectivo recolher fundos e material para suprir as necessidades mais imediatas dos movimentos libertação (AHD/MNE, PAA M550, ofício n.º 703 de 18 de Novembro de 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE; AHD/MNE, PEA M620, telegrama n.º 323 de 10 de Novembro 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

⁹⁶⁷ Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fundo Archivio Partito Comunista Italiano, série Estero, b. 308, fasc. 1469, relato do encontro com Marcelino dos Santos, de passagem por Roma para o Congresso do Partido Comunista Romeno, com data de 6 de Agosto de 1969.

⁹⁶⁸ *Ibidem*, fasc. 1504, relatório sobre viagem de Luigi Pestalozza ao Sudão, Tanzânia, Congo, Brazzaville, Algéria, Líbia e sobre os contactos com os dirigentes da FRELIMO e do MPLA, com data de 28 de Outubro de 1969.

⁹⁶⁹ *Ibidem*. O PCI condenava abertamente os EUA pela guerra conduzida no Vietname, promovendo manifestações e eventos anti-americanos e instando assiduamente o Governo italiano a tomar uma posição abertamente crítica e condenatória em relação aos actos perpetrados por Washington.

⁹⁷⁰ *Ibidem*.

⁹⁷¹ *Ibidem*.

informação, incluindo fotografias e dados precisos sobre as acções militares, sobre os crimes dos colonialistas, sobre a utilização de armas estrangeiras, sobre os interesses imperialistas, etc.⁹⁷².

Em Dar-es-Salam, Luigi Pestallozza encontrou-se também com vários dirigentes do MPLA, como Daniel Chipenda, Agostinho Neto e Spartacus Monimambo⁹⁷³. No plano das relações com o PCI, os objectivos e as expectativas eram similares aos da FRELIMO: «Stesso atteggiamento, stessa volontà di legarsi alla nostra azione antimperialistica, stesse richieste [...] e così pieno accordo per una eventuale manifestazione in Italia»⁹⁷⁴. Como o MPLA pretendia generalizar a luta armada em Angola, era necessário desenvolver um grande esforço para chamar a atenção para a luta que conduziam e assim encontrar um vasto apoio a nível internacional⁹⁷⁵. Nesta perspectiva, a Itália, e os comunistas em particular, constituía uma aliada importantíssima a nível europeu⁹⁷⁶.

Os apoios e a colaboração pedidos pelos movimentos de libertação surgia em força com a realização da conferência sobre as colónias portuguesas, que falámos atrás, transformando-a, como desejava Marcelino dos Santos, numa grande manifestação de solidariedade pela luta contra o colonialismo português⁹⁷⁷. Indo ao encontro deste desejo, a conferência era apresentada e intitulada como se segue: *Conferenza di solidarietà con i popoli delle colonie portoghesi*. Para manter em aberto os canais de colaboração com os restantes partidos italianos, os movimentos de libertação pediam que a organização do evento não aparecesse muito ligada ao PCI, o que levou à formação do *Comitato di Iniziativa per la Conferenza di solidarietà con i popoli delle colonie portoghesi*, constituído por italianos provenientes de diversas forças políticas⁹⁷⁸. Agendada para os dias 27, 28 e 29 de Junho de 1970, no Palácio dos Congressos, no EUR, zona sul da cidade, a conferência seria organizada por um comité internacional composto pelos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, pelo sobredito *Comitato di Iniziativa* e pela comissão internacional fundada em

⁹⁷² *Ibidem.*

⁹⁷³ *Ibidem.*

⁹⁷⁴ *Ibidem.*

⁹⁷⁵ *Ibidem.*

⁹⁷⁶ *Ibidem.*

⁹⁷⁷ *Ibidem.*

⁹⁷⁸ Este Comité era constituído por individualidades do PSI, do PCI, do *Partito Socialista Italiano di Unità Proletaria*, do *Movimento del Socialisti Autonomi*, do *Gruppo della Sinistra Indipendente*, dos maiores sindicatos italianos, como a *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* e a *Unione Italiana del Lavoro*, e dos movimentos partidários de juventude, como a *Federazione Giovanile Comunista*, a *Federazione Giovanile Socialista*, o *Movimento Giovanile della Democrazia Cristiana*, *inter alia* (Fondazione di Studi Storici Filippo Turati, Archivio Storico, fundo PSI – Direzione Nazionale, série 11, subsérie 4, b. 49, fasc. 130, carta de 28 de Fevereiro de 1970, a Secretaria do Comité organizador da Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas ao PSI).

Cartum, que referimos atrás ⁹⁷⁹. Quanto aos objectivos: sensibilizar a opinião pública internacional para a luta pela independência e obter apoios políticos e materiais para a vitória final ⁹⁸⁰.

A fim de preparar o ambiente para a realização da conferência, o *Avanti*, o *L'Unità* e a *Azione Sociale*, órgão dos sindicatos católicos que seguia uma política sindical progressista e muito à esquerda, publicavam sucessivos artigos sobre a situação nas províncias ultramarinas dentro da tradicional linha «dos adversários de Portugal» ⁹⁸¹. Como escrevia o Embaixador João Hall Themido, Portugal estava a sofrer um ataque concertado e toda a actividade em prol dos movimentos de libertação, incluindo as visitas dos seus dirigentes a Roma, tinha como objectivo transformar a capital italiana «num dos centros de acção europeia de apoio à luta [...] movida em África» ⁹⁸². O Embaixador solicitou de imediato uma audiência com Roberto Gaja, Secretário-geral do MAE, para chamar a atenção do Governo italiano para a gravidade do que estava a acontecer ⁹⁸³. Gaja, que sempre demonstrara compreensão no referente aos assuntos portugueses, assegurava que o Governo italiano não autorizaria que estrangeiros fossem a Itália realizar uma conferência sobre os assuntos políticos de um «país amigo» ⁹⁸⁴. No entanto, nada impedia que o evento tomasse uma nova forma ⁹⁸⁵. Por exemplo, um grupo de italianos ou um partido político poderia mudar o nome ou as características da conferência e convidar estrangeiros para assistir ⁹⁸⁶. Neste caso, o máximo que o Governo poderia fazer seria não conceder vistos aos participantes, impedindo-os de entrar, pelo menos legalmente, em Itália ⁹⁸⁷. Encontrando mais tarde o Subsecretário dos Estrangeiros Mario Pedini, o Embaixador alertava-o para o precedente perigosíssimo que o Governo italiano abriria se permitisse que organizações estrangeiras convocassem uma conferência internacional para Roma, «como se a Itália fosse terra de ninguém», pois não poderia opor-se de futuro à utilização do seu território para as mais variadas conferências contra a Rússia, os Estados Unidos, a África do Sul, a Grécia, a Palestina e Israel, tudo tópicos «quentes» da conjuntura

⁹⁷⁹ *Ibidem*, informação sobre a conferência de solidariedade com os movimentos de libertação da África portuguesa, com data de Fevereiro de 1970.

⁹⁸⁰ *Ibidem*.

⁹⁸¹ AHD/MNE, PAA M575, telegrama n.º 44 de 9 de Fevereiro de 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁸² *Ibidem*.

⁹⁸³ *Ibidem*, telegrama n.º 49, confidencial, de 11 de Fevereiro de 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁸⁴ *Ibidem*.

⁹⁸⁵ *Ibidem*.

⁹⁸⁶ *Ibidem*.

⁹⁸⁷ *Ibidem*.

internacional⁹⁸⁸. Chamava ainda a atenção para o facto de que a verdadeira finalidade da conferência não era fazer um mero ataque a Portugal, mas sim criar condições em Itália e na Europa para o surgimento de um movimento de opinião ao abrigo do qual seria pedida a expulsão do país da NATO, com o inevitável enfraquecimento do Ocidente⁹⁸⁹. O PCI visaria, assim, atingir a Aliança Atlântica ao criar dificuldades nas relações entre os aliados⁹⁹⁰. Mais tarde, o Embaixador recebia a notícia de que a Presidência do Conselho não iria proibir a realização da conferência, embora não permitisse manifestações de rua ou que os delegados fizessem declarações fora da mesma; tentaria também negar vistos de entrada sempre que possível e procuraria actuar junto de alguns sectores da imprensa para que não dessem destaque ao evento⁹⁹¹. O ressentimento de Lisboa era evidente, não deixando de criticar o Governo de Roma por tê-la permitido⁹⁹².

Respondendo ao apelo lançado pela Conferência no sentido do incremento do apoio aos movimentos de libertação, logo em Julho de 1970, o Hospital Santa Maria de Reggio Emilia anunciava o estabelecimento de uma parceria – os italianos chamavam-lhe gemação (*gemellaggio*) – com o Hospital Central de Cabo Delgado, criado por aquela altura numa das províncias controladas pela FRELIMO⁹⁹³. Tenhamos em atenção um facto muito importante, a comuna de Reggio Emilia situava-se na Emilia Romagna, conhecida em Itália como a região «vermelha» uma vez que era politicamente controlada pelo PCI. A iniciativa tinha recebido, à

⁹⁸⁸ AHD/MNE, PEA M629, aerograma n.º A-13, confidencial, de 19 de Fevereiro de 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁸⁹ *Ibidem*.

⁹⁹⁰ *Ibidem*.

⁹⁹¹ AHD/MNE, PEA M642, aerograma n.º A-26, confidencial, de 13 de Maio 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁹² ASD/MAE, telegrammi, vol. 63, Portogallo (1970), telegrama n.º 35 de 3 de Julho de 1970, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE. Entre os participantes, contavam-se os representantes de vários movimentos que lutavam pela libertação das suas nações, como a Frente Nacional para a Libertação do Vietname do Sul, o *Neo Leo Haxsat* do Laos, a *Front Uni National Khmer* do Camboja, a Organização para a Libertação da Palestina, o *African National Congress* da África do Sul, o *Zimbabwe African Peoples' Union* ou a *South West Africa People's Organization* da Namíbia, assim como os movimentos anti-imperialistas da América Latina e dos EUA e os militantes da oposição antifascista da Espanha, da Grécia e de Portugal. Os países africanos enviaram numerosas delegações, frequentemente lideradas por ministros ou por altos dirigentes; outros chefes de Estado enviaram mensagens de apoio, como Gamal Nasser do Egipto, Kadafi da Líbia, Ould Daddah da Mauritânia, Macias da Guiné Equatorial e Ngouabi do Congo Brazzaville. Os países socialistas europeus enviaram também delegações, a par da República Democrática do Vietname, da Coreia e de Cuba. De toda a Europa ocidental vieram numerosas delegações dirigidas por altas personalidades anti-colonialistas e anti-imperialistas, representando partidos políticos, sindicatos, organizações religiosas e movimentos de juventude, feministas e estudantis (Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fundo Mario Luzzato, fasc. 373, lista dos participantes na conferência internacional de solidariedade com os povos das colónias portuguesas).

⁹⁹³ AHD/MNE, PAA M297, ofício n.º 34, urgente, de 19 de Janeiro 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

semelhança do que acontecera com a conferência, o apoio de várias entidades, tendo o hospital começado a enviar para Cabo Delgado medicamentos e material sanitário⁹⁹⁴.

O impacto que a geminação teve junto da Embaixada e do Governo português é evidente no adjectivo usado por Hall Themido para caracterizá-la: «incrível»⁹⁹⁵. O Embaixador solicitava com urgência uma reunião com o Director-geral dos Negócios Políticos, Roberto Ducci, para deixar bem claro qual era a situação real em Moçambique. Explicava-lhe então que ali não havia zonas «libertadas» e que a existência de um hospital da FRELIMO em Cabo Delgado era «pura fantasia»⁹⁹⁶. Frisava que talvez se pudesse compreender que uma iniciativa de tal natureza partisse de uma clínica privada, mas não de um hospital público, dependente das autoridades administrativas locais e do Governo central⁹⁹⁷. Ducci, que era bastante desfavorável à política ultramarina portuguesa, aceitou as afirmações de Hall Themido, excepto no que se referia à dependência do Hospital em relação ao Governo de Roma para descartar qualquer possibilidade de intervenção num assunto que envolvia directamente uma zona dominada pelos comunistas⁹⁹⁸. Restava a Hall Themido uma única alternativa: referir o envio dos medicamentos e do material sanitário, pagos com o erário público⁹⁹⁹. Como o diplomata previa, este era um motivo suficientemente forte para levar o Governo a intervir, com Ducci a ordenar que o caso fosse analisado com atenção pela Farnesina, pelo Ministério do Interior e pela Presidência do Conselho¹⁰⁰⁰.

Por carta, o Embaixador entrava ainda em contacto com o Director do Hospital de Santa Maria, Giuseppe Soncini, um dos militantes do PCI. O objectivo era repor a verdade a propósito da situação em Moçambique e evitar que a instituição continuasse a ser explorada na sua «boa fé» pela FRELIMO¹⁰⁰¹. Informava, assim, que não existiam zonas libertadas e que nenhum hospital tinha sido estabelecido em Cabo Delgado, factos que poderia comprovar se aceitasse o convite do Governo português para visitar a província ultramarina¹⁰⁰². Soncini não poderia deixar a missiva do diplomata sem uma resposta incisiva sobre o genuíno empenhamento da Itália em promover o fim do colonialismo português e a libertação do povo moçambicano através da geminação entre o Hospital de Santa Maria e de Cabo Delgado, um

⁹⁹⁴ *Ibidem.*

⁹⁹⁵ *Ibidem*, aerograma n.º A-6, confidencial, de 20 de Janeiro 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

⁹⁹⁶ *Ibidem.*

⁹⁹⁷ *Ibidem.*

⁹⁹⁸ *Ibidem.*

⁹⁹⁹ *Ibidem.*

¹⁰⁰⁰ *Ibidem.*

¹⁰⁰¹ *Ibidem.*

¹⁰⁰² *Ibidem.*

hospital particular que estava ao serviço dos combatentes da frente de libertação e da população libertada da província. Pela sua importância, citamos os trechos que consideramos mais significativos da carta do Director:

«Signor Ambasciatore,

rispondendo alla Sua lettera del [...] desidero tranquillizzarLa sul fatto che il Consiglio di Amministrazione dell'Arcispedale Santa Maria Nuova non è stato assolutamente ingannato, ma in piena consapevolezza ha deliberato (il 16 Luglio 1970) il gemellaggio con l'Hospital Central de Cabo Delgado del Mozambico allo scopo di promuovere e organizzare gli aiuti sanitari necessari ed assicurare la più ampia solidarietà alla lotta che il popolo del Mozambico conduce per la sua indipendenza e la liquidazione del colonialismo portoghese. Sappiamo perfettamente che l'Hospital Central de Cabo Delgado è un Ospedale di tipo particolare, mobile, al servizio dei combattenti del fronte di liberazione e della popolazione della provincia liberata.

La Sua disinformazione sulla lotta di liberazione del popolo del Mozambico ci è parsa evidentemente voluta. Non può essere sfuggita alla Sua attenzione la Conferenza internazionale di solidarietà con i popoli delle colonie portoghesi [...], alla quale hanno partecipato delegati e rappresentanti di 177 Organizzazioni ed associazioni di 64 Paesi. Alla Conferenza erano presenti [...] Marcelino Dos Santos, Amilcar Cabral e Agostino Neto, che furono ricevuti in udienza anche dal Papa Paolo VI. La stampa nazionale, frequentemente, si interessa dell'andamento della lotta armata dei popoli delle colonie portoghesi. [...]

Queste poche informazioni, mi pare bastino per farLe comprendere che, alla base del nostro gemellaggio, non vi è nessun errore, ma una scelta politica consapevole, chiara, di solidarietà con il movimento di liberazione del popolo del Mozambico, contro il Governo che Lei rappresenta che perpetua l'oppressione coloniale»¹⁰⁰³.

Hall Themido, perplexo com Soncini, voltava a escrever-lhe para rebater os pontos defendidos na primeira carta e fazer algumas críticas sérias. Uma delas relacionava-se com o sistema de saúde italiano e o comportamento do Hospital de Santa Maria. O Embaixador escrevia que, ao ler a imprensa italiana, percebia que havia muitos problemas a resolver no âmbito da assistência sanitária em Itália, daí não perceber a insistência do Director em enviar recursos para fora do país, que tanta falta certamente faziam¹⁰⁰⁴. Relativamente à Conferência de Solidariedade, o Embaixador sublinhava que tinha sido organizada pelo PCI com a colaboração de organizações comunistas e para-comunistas e não tinha suscitado o interesse

¹⁰⁰³ *Ibidem*, ofício n.º 1197 de 23 de Fevereiro 1971, o Director do Hospital de Santa Maria, Reggio Emilia, ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹⁰⁰⁴ *Ibidem*, ofício n.º 33 de 3 de Março de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao Director do Hospital de Santa Maria, Reggio Emilia.

da opinião pública italiana ou da imprensa¹⁰⁰⁵. Por fim, sobre a audiência concedida por Paulo VI, a Santa Sé tinha declarado que tal audiência tivera um carácter exclusivamente religioso, não devendo, por conseguinte, ser citada num contexto que não este¹⁰⁰⁶.

Para Hall Themido, a grande ofensiva lançada pela FRELIMO, pelo MPLA e pelo PAIGC em Itália dentro dos princípios da Conferência de Solidariedade tinha um duplo objectivo: conseguir o apoio da Câmara dos Deputados ou, pelo menos, do maior número de grupos de deputados, e obter toda a espécie de auxílios junto de entidades públicas e privadas¹⁰⁰⁷. Todas as iniciativas de apoio e as visitas dos dirigentes dos movimentos africanos a Roma eram promovidas pelo mesmo círculo de indivíduos que actuava sob orientação do PCI e em estreita ligação com a Embaixada da Zâmbia, sobretudo com Humbaraci, ex-cônsul zambiano na Itália, conhecido por ser um elemento comunista muito activo e director do centro de informações zambiano para a Europa ocidental¹⁰⁰⁸. Como escrevia o Embaixador, toda esta actividade devia preocupar Lisboa, pois estava a formar-se uma intensa campanha anti-portuguesa à qual os políticos eram sensíveis e que poderia arrastar o Governo italiano para uma tomada de posição pública contra Portugal¹⁰⁰⁹. Nestes termos, não era o caso do Hospital que preocupava o Embaixador em si mesmo; parecia-lhe muito mais perigosa a acção junto dos deputados, tal como estava a desenvolver-se¹⁰¹⁰.

No final de Abril de 1971, Agostinho Neto voltava a Roma, desta vez com um encontro/entrevista no *grill* do Hotel *Palace* na agenda. Estariam presentes deputados do PDC, do PSI e do PCI e o Vice-secretário-geral da Organização da Unidade Africana e os temas a discutir centravam-se nos auxílios humanitários aos movimentos de libertação e na utilização de armamento da NATO, por parte de Portugal, em África¹⁰¹¹. Hall Themido chamava, então, a atenção do Secretário-geral da Farnesina para a visita de Agostinho Neto, manifestando a sua preocupação perante eventuais tentativas dos inimigos de Portugal no sentido de criar dificuldades nas suas relações com a Itália¹⁰¹². De facto, Neto aproveitou a estadia para estabelecer contactos com os partidos políticos e sindicatos¹⁰¹³. Era, inclusive,

¹⁰⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁰⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁰⁷ AHD/MNE, PEA M671, aerograma n.º A-22, confidencial, de 7 de Abril de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁰⁹ *Ibidem*.

¹⁰¹⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹¹ AHD/MNE, PAA M550, telegrama n.º 72 de 26 de Abril de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰¹² *Ibidem*, telegrama n.º 76, confidencial, de 28 de Abril de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰¹³ *Ibidem*, telegrama n.º 81 de 4 de Maio de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

recebido pelo advogado Angelo Bernassola, elemento responsável pelo departamento dos assuntos externos da Democracia-cristã, de quem ouvia a reconfirmação da solidariedade dos democratas-cristãos para com os movimentos de libertação¹⁰¹⁴.

Numa entrevista publicada pelo *Avanti*, a 9 de Maio de 1971, Agostinho Neto mostrava-se pouco satisfeito, quer com os resultados da Conferência de Solidariedade quanto ao auxílio do Governo italiano e dos organismos oficiais, quer com os progressos feitos junto dos partidos políticos e da opinião pública¹⁰¹⁵. Dizia que, «por agora, a Itália não fez muito»¹⁰¹⁶. Um bom sinal seria, por conseguinte, que o Governo italiano comesse a exercer uma pressão mais enérgica no âmbito da NATO para impedir que Portugal utilizasse o material que recebia da organização nas guerras em África¹⁰¹⁷. Recordemos que o Conselho Atlântico estava prestes a reunir-se em Lisboa (3-4 de Junho de 1971), facto que suscitou veementes protestos por parte dos dirigentes dos movimentos de libertação. Amílcar Cabral, por exemplo, enviava um telegrama ao PSI para que este denunciasse e condenasse esta reunião como um apoio político concreto ao regime de Lisboa e uma demonstração explícita da colaboração dada pela NATO a Portugal, na sua guerra contra a África¹⁰¹⁸.

Em Julho de 1971, a questão da geminação entre o Hospital de Reggio Emilia e o de Cabo Delgado voltava a concentrar as atenções da Embaixada. Para assinalar o primeiro aniversário da geminação, o Hospital enviava uma delegação sanitária a Cabo Delgado para instalar uma sala operatória¹⁰¹⁹. Em Outubro, recebia, ao abrigo do programa de geminação, sete elementos da FRELIMO, feridos em combate¹⁰²⁰. Reunidos para discutir o assunto, o Embaixador de Portugal no Vaticano, Eduardo Brazão, e o Embaixador em Roma, Armando Martins, que entretanto substituíra João Hall Themido, decidiam que a melhor estratégia para lidar com situação e diminuir os problemas criados pelo Hospital seria introduzir ali um espião ao serviço do Governo português¹⁰²¹. Medida que deveria ser executada no maior segredo para evitar que chegasse à imprensa, caso contrário seria explorado até às dimensões

¹⁰¹⁴ *Ibidem*.

¹⁰¹⁵ *Ibidem*, telegrama n.º 86 de 11 de Maio de 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰¹⁶ *Ibidem*.

¹⁰¹⁷ *Ibidem*.

¹⁰¹⁸ Fondazione di Studi Storici Filippo Turati, fundo Partito Socialista Italiano – direzione nazionale, série 11, subsérie 4, b. 49, fasc. 128, telegrama n.º 521 de 22 de Maio de 1971, o Secretário-geral do PAIGC à Direcção do PSI.

¹⁰¹⁹ AHD/MNE, PAA M297, telegrama n.º 167 de 26 Julho 1971, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰²⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 261 de 8 de Novembro 1971, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰²¹ *Ibidem*, ofício n.º 26, secreto, de 29 de Janeiro 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

de um verdadeiro escândalo, o que de forma alguma conviria a Portugal, já muito criticado na imprensa dos sectores da esquerda¹⁰²².

Continuando ainda a falar de efemérides, pelo 11º aniversário do que a esquerda italiana designava por «Revolução Angolana», o *Movimento Liberazione e Sviluppo per il Terzo Mondo*, com sede em Milão, assinalava o acontecimento na noite de 4 de Fevereiro com uma sessão pública de cinema, seguida de um debate sobre o colonialismo português¹⁰²³. Cerca de 300 pessoas assistiram às actividades¹⁰²⁴. A película tinha sido realizada por Stefano Di Stefani, comunista, e contava com a participação de militantes do MPLA. Era a preto e branco, sonorizado e tinha a duração de 25 a 30 minutos, no decorrer dos quais era narrada a história de um jovem passando as diferentes fases de preparação (educativa, política e militar) dentro das fileiras do MPLA¹⁰²⁵. O cineasta usava a técnica «cine-vérité», isto é, cenas filmadas *in loco*, sem encenação nem preparação prévia, surpreendendo as pessoas e as situações no real fluir da vida¹⁰²⁶. Segundo o Cônsul-geral de Portugal em Milão, José Noronha Gamito, era intenção do realizador destacar o atraso e o baixo nível de vida das populações negras e o esforço despendido pelo MPLA para anular esses males e fazer progredir o povo angolano no plano mental, psicológico e material¹⁰²⁷. Esta intenção, reforçada depois pela palestra daquele que era apresentado como o representante do MPLA para a Itália, Manuel Jorge, deixavam no público a impressão que o movimento estava empenhado numa revolução cultural do tipo chinês¹⁰²⁸. Jorge insistia sobretudo em meia dúzia de ideias: um elevado analfabetismo (90%), carência de cuidados assistenciais (1 médico para cada 21 mil habitantes; 28 anos de esperança média de vida), predominância do sector primário (89% da população dedicava-se à agricultura), baixíssimos salários (na ordem dos 300 escudos por mês), elevada percentagem de trabalho forçado entre os nativos (cerca de 57%), colaboração e cumplicidade do capitalismo internacional com o colonialismo português

¹⁰²² *Ibidem*, ofício n.º PAA 434, muito secreto, de 7 de Fevereiro 1972, o Director-geral dos Negócios Políticos do MNE ao Director-geral de Segurança.

¹⁰²³ AHD/MNE, PAA M550, ofício n.º 72/DPA/24, confidencial, de 9 de Fevereiro de 1972, o Cônsul-geral de Portugal em Milão ao MNE. O Cônsul-geral de Portugal naquela cidade, José Noronha Gamito, definiu o *Movimento* como «uma organização predominantemente política que se acobertava sob pretextos culturais». Largamente subsidiada pelos partidos da esquerda, centrava a sua actividade no fomento de uma intensa propaganda entre as camadas jovens, em especial estudantes, e na publicação, sob a direcção de Umberto Melotti, da sua revista trimestral intitulada *Terzo Mondo (Rivista di studi, ricerche e documentazione sui paesi afro-asiatici e latino-americani)* (*ibidem*).

¹⁰²⁴ *Ibidem*.

¹⁰²⁵ *Ibidem*.

¹⁰²⁶ *Ibidem*.

¹⁰²⁷ *Ibidem*.

¹⁰²⁸ *Ibidem*.

e repressão sanguinária efectuada pelos portugueses em Angola¹⁰²⁹. Para o Cônsul-geral, a parte curiosa de todo o evento foi quando Manuel Jorge criticou «sem reboço» a política oficial do país que o hospedava, pois, com a sua «atitude renunciadora» («attegiamento rinunciatorio»), traíra a promessa de aludir à «libertação de Angola» na reunião da NATO em Lisboa¹⁰³⁰. O representante do MPLA criticava também os meios financeiros italianos, especificamente a *Banca Monte dei Paschi di Siena* e as grandes indústrias que cediam material utilizado pelas tropas portuguesas, como a FIAT (que fabricava os aviões G-91 usados por Portugal no Ultramar), a *Pirelli* (pneus), a *Franchi*, a *Breda* e a *Beretta*, todas fabricantes de armas¹⁰³¹.

Entre 6 e 9 de Abril de 1972, o *Movimento Liberazione e Sviluppo per il Terzo Mondo* promovia a realização de mais um convénio contra o colonialismo português, com o qual pretendia chamar a atenção da opinião pública italiana para a situação de «opressão e de exploração» que o regime de Lisboa mantinha em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau com o apoio do imperialismo internacional e dos governos racistas da África do Sul e da Rodésia¹⁰³². O MPLA, a FRELIMO e o PAIGC estiveram presentes, assim como várias organizações internacionais e italianas, como o Hospital de Reggio Emilia, a *Associazione per i rapporti con i movimenti africani di liberazione*, fundada em Roma, em 1965, por Joyce Lussu e Mario Albano, o *Angola Committee of Amsterdam*, o *Institut Africain de Gêneve*, o *Mouvement de Soutien aux Peuples d'Angola et des Autres Colonies Portugaises*, também de Genebra, o *Mouvement Anti-apartheid Suisse*¹⁰³³. Presentes ainda diversas personalidades italianas, como Franco Salvi, Mario Lucio Luzzatto, Livio Labor, Romano Ledda, *inter alia*, quase todos socialistas e comunistas¹⁰³⁴. O programa centrava-se em quatro temáticas: a) política colonial portuguesa e situação interna portuguesa, b) os movimentos de libertação, c) a posição dos países independentes em relação aos movimentos de libertação, d) o apoio da NATO e a responsabilidade da Itália¹⁰³⁵. No final, tomavam-se como resoluções finais as seguintes decisões: criar uma agência de informações em Roma, acreditar «oficialmente» na Itália os representantes dos movimentos de libertação, planear novas demonstrações públicas

¹⁰²⁹ *Ibidem.*

¹⁰³⁰ *Ibidem.*

¹⁰³¹ *Ibidem.*

¹⁰³² AHD/MNE, PEA M706, telegrama n.º 72 de 11 de Março 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE; *ibidem*, extractos da imprensa diária, reunidos pelo Serviço de Imprensa da Embaixada de Portugal em Roma.

¹⁰³³ *Ibidem*, extractos da imprensa diária, reunidos pelo Serviço de Imprensa da Embaixada de Portugal em Roma.

¹⁰³⁴ *Ibidem.*

¹⁰³⁵ *Ibidem.*

e acentuar as pressões junto do Governo italiano para que proibisse a venda de produtos estratégicos a Portugal e assumisse uma atitude condenatória de Portugal na ONU¹⁰³⁶.

Nos dias 24 e 25 de Março de 1973, decorria uma nova *Conferenza nazionale di solidarietà contro il colonialismo e l'imperialismo per la libertà e l'indipendenza del Mozambico, Angola e Guinea Bissau*, desta vez no teatro Municipal de Reggio Emilia. Era organizada por uma comissão constituída por indivíduos dos diversos quadrantes políticos e sindicais italianos, assim como intelectuais, todos imbuídos com os mais elevados sentimentos de paz e de democracia¹⁰³⁷. Segundo informações recolhidas junto dos organizadores, o PCI era o grande motor do evento, pois pretendia intensificar os ataques contra as ditaduras ocidentais remanescentes (Portugal, Espanha e Grécia), tendo começado por Portugal por ser, de entre estes países, o mais vulnerável devido à sua política africana e à ausência de relações com a Europa de Leste, ao contrário da Espanha e da Grécia, onde se verificava uma linha de moderação em relação às forças da esquerda¹⁰³⁸. O momento era também particularmente favorável à realização da conferência, dado que a ONU tinha reconhecido oficialmente os dirigentes dos movimentos de libertação como os representantes legítimos dos seus povos e tinha reafirmado quer o direito inalienável de Angola, Moçambique e da Guiné-Bissau à independência, quer a legitimidade da luta que conduziam contra Portugal para adquirir este direito. Atendendo a este contexto, os organizadores pretendiam transformar a conferência num «momento di incontro e di confronto, al fine di dare maggiore incisività ed estensione all'azione di appoggio alla lotta di questi popoli dell'Africa per la conquista della libertà e dell'indipendenza»¹⁰³⁹. Seguiria, assim, as seguintes linhas: condenação do colonialismo português, dos crimes, da repressão e da guerra pelos quais era responsável; apoio às iniciativas da ONU que visassem assegurar a plena independência dos povos das colónias portuguesas; condenação da opressão colonial, da exploração imperialista e de qualquer acção de apoio económico, militar e diplomático à política colonial de Lisboa por parte da Itália; reconhecimento, no espírito das decisões da ONU, da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA como legítimos representantes dos povos de

¹⁰³⁶ *Ibidem*.

¹⁰³⁷ Fondazione Istituto Gramsci, fundo Mario Luzzato, fasc. 386, apelo do comité organizador da Conferência Nacional de Solidariedade contra o colonialismo e o imperialismo e pela liberdade e independência de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, com data de 17 de Janeiro de 1973.

¹⁰³⁸ AHD/MNE, PEA (2) M741, telegrama n.º 73 de 27 de Março 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰³⁹ Fondazione Istituto Gramsci, fundo Mario Luzzato, fasc. 386, apelo do comité organizador da Conferência Nacional de Solidariedade contra o colonialismo e o imperialismo e pela liberdade e independência de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, com data de 17 de Janeiro de 1973.

Moçambique, da Guiné-Bissau e de Angola; desenvolvimento de uma acção de apoio político e material à sua luta e, por fim, a constituição de um Comité Nacional de Solidariedade¹⁰⁴⁰.

À conferência de Reggio Emilia, seguiam-se várias manifestações anti-portuguesas em Roma e em Milão patrocinadas pelo PSI, pelo PCI e pela esquerda da Democracia-cristã¹⁰⁴¹. Em Roma, entre os dias 24 e 31 de Maio de 1973, decorria ainda, com o patrocínio das embaixadas africanas na capital e da Organização da Unidade Africana, uma semana cultural dedicada à África, assim como uma conferência pan-europeia de estudantes, cujo programa incluiria um ponto sobre as colónias portuguesas¹⁰⁴². Em meados de Novembro de 1973, o *Comitato per il Mozambico Libero*, fundado em Bolonha, publicava em parceria com a cooperativa tipográfica STEB o primeiro número da edição italiana do *Mozambique revolution*, órgão da FRELIMO¹⁰⁴³. Com uma periodicidade trimestral, a revista teria um quadro editorial italiano sob a direcção de Giovanni Favilli e, a par da publicação de textos da autoria da FRELIMO em italiano, compreenderia uma parte dedicada ao movimento de solidariedade criado em Itália para apoiar as populações africanas em luta contra o colonialismo e às notícias sobre os movimentos de libertação da África portuguesa¹⁰⁴⁴.

Para além de protestar na Farnesina quando as manifestações de apoio à luta de libertação envolviam entidades oficiais ou atingiam proporções consideráveis, o Governo português explorou a necessidade da Itália em obter mercados para as suas exportações e fontes de matérias-primas a custos módicos para impedir que o Governo de Roma assumisse publicamente uma posição de apoio aos movimentos nacionalistas, logo, contra Portugal.

4.5 – O regime e os interesses italianos na África

Numa conjuntura política hostil como era a italiana, o Embaixador Eduardo Brazão afirmava, em 1961, que não esperava «qualquer nota optimista sobre o sentir da Itália em

¹⁰⁴⁰ *Ibidem.* O *Comitato Nazionale di solidarietà con i popoli dell'Angola, Guinea-Bissau e Mozambico*, presidido pelo Director do Hospital de Reggio Emilia, Giuseppe Soncini, teria a sua primeira reunião a 25 de Julho de 1973, em Roma, com o objectivo de preparar as iniciativas destinadas a apoiar os movimentos de libertação na sua luta pela independência (*ibidem*)

¹⁰⁴¹ AHD/MNE, PEA (2) M741, telegrama n.º 77 de 28 de Março 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰⁴² *Ibidem.*

¹⁰⁴³ Fondazione di Studi Storici Filippo Turati, fundo PSI – direzione nazionale, série 11, subsérie 4, b. 48, fasc. 116, carta de 30 de Outubro de 1973, o Presidente do Comitato per il Mozambico Libero ao PSI.

¹⁰⁴⁴ *Ibidem.*

geral no problema português»¹⁰⁴⁵. À Embaixada restava apenas criar uma estratégia consistente para conservar a ligação com um país ao qual Portugal estava ligado na defesa do Atlântico e na luta contra o comunismo¹⁰⁴⁶. A mais eficaz, segundo Brazão, consistia em estimular o interesse da Itália pelo desenvolvimento das províncias ultramarinas portuguesas, o que passava necessariamente por acolher as propostas de investimento feitas pelos italianos¹⁰⁴⁷. O contraste em relação aos conselhos dados pela Embaixada nos anos 50, no sentido de evitar ao máximo atrair o interesse da Itália para o Ultramar, era, pois, total¹⁰⁴⁸.

Em Dezembro de 1962, Remigio Grillo, Embaixador de Itália em Lisboa, discutia no MNE a possibilidade de desenvolver os investimentos italianos em Moçambique, solicitando, para o efeito, que as autoridades portuguesas determinassem concretamente os sectores em que tais investimentos poderiam ser feitos¹⁰⁴⁹. Só assim seria possível organizar uma missão económica de estudo mais direccionada, evitar as generalidades que diminuía a capacidade de sucesso e garantir o interesse das firmas italianas, pois estas não enviariam os seus delegados se não soubessem de antemão que existiam possibilidades de negócio¹⁰⁵⁰. O Embaixador, depois de garantir que daria todo o apoio à criação de um plano de colaboração económica e comercial, sublinhava em jeito de incentivo que a economia da Itália, em pleno «miracolo economico» (Mammarella 1991, pp. 177-284; Petri 1997), adquirira um tal grau de complexidade e de diversificação que todos os sectores estariam interessados¹⁰⁵¹. De referir ainda que o plano de investimentos incluiria quer os projectos de infra-estruturas estatais, quer indústrias privadas¹⁰⁵². A proposta suscitou o interesse dos ministérios do Ultramar e da Economia, porém, e ao contrário das recomendações de Eduardo Brazão, o MNE deixou propositadamente cair o assunto para dar a entender que desaprovava o modo dúbio como o Embaixador italiano tinha conduzido as conversações¹⁰⁵³. Para a Direcção-geral dos Negócios Económicos do Ministério, Grillo pretendia conduzir o assunto dentro dos puros interesses comerciais das empresas italianas, isto é, à colocação dos seus produtos manufacturados nos

¹⁰⁴⁵ AHD/MNE, PAA M326, ofício n.º 223, confidencial, de 16 de Junho de 1961, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁴⁸ Vide ponto 3.4 da primeira parte deste estudo, pp. 145-162.

¹⁰⁴⁹ AHD/MNE, EOI M197, apontamento do MNE intitulado «Conversa com o Embaixador de Itália, com data de 7 de Dezembro de 1952, redigido por Albano Nogueira.

¹⁰⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁰⁵¹ *Ibidem*.

¹⁰⁵² *Ibidem*.

¹⁰⁵³ AHD/MNE, EEA M128, ofício n.º EC347, urgente, de 20 de Dezembro 1962, o Director-geral dos Negócios Políticos do MNE ao Ministro do Ultramar; *ibidem*, ofício n.º 768 de 28 de Dezembro 1962, o Ministro da Economia ao Director-geral dos Negócios Políticos do MNE; *ibidem*, o Director-geral de Economia do Ministério do Ultramar ao Director-geral dos Negócios Políticos do MNE.

mercados sem propiciar o desenvolvimento económico de Angola e de Moçambique¹⁰⁵⁴. Desta forma, ao manterem-se as necessidades de investimentos sustentáveis, a proposta italiana não apresentava interesses de maior¹⁰⁵⁵. Tenhamos em conta que, nos anos 60, o Estado Novo continuava a política desenvolvimentista na senda do Plano de Fomento I (1953-1958) e II (1959-1964). Contudo, a partir de meados da década, registava-se o abrandamento da industrialização, lançando-se então o Plano Intercalar de Fomento (1965-1967), no âmbito do qual o Governo português atribuía maior importância à iniciativa privada e ao capital estrangeiro na dinamização dos sectores produtivos nacionais (Brito & Rollo 1996, pp. 465-480).

Em Abril de 1964, realizava-se o XIII Congresso Económico Ítalo-africano, em Milão. Vasco Gouveia assistiu como observador de Portugal, tendo no final elaborado um relatório sobre o evento, onde expunha e explicava os objectivos da Itália naquele campo. Escrevia que era evidente que os industriais e os comerciantes italianos tinham como principal objectivo exportar para escoar a elevada produção dos sectores da indústria, pouco importando neste ponto as suas posições ideológicas: «Exportar, seja para onde for, desde que possam alimentar uma razoável esperança de serem pagos, seja por quem for!»¹⁰⁵⁶. Este interesse incidia sobre o Ultramar, cujo coeficiente de solvabilidade era muito superior ao da generalidade dos novos países africanos¹⁰⁵⁷. Por outro lado, o prenúncio de uma crise económica e social em Itália, levava os empresários a procurar refúgios seguros para o seu capital, tal como Angola e Moçambique¹⁰⁵⁸. De facto, nos meados dos anos 60, a expansão produtiva do «milagre económico», que entre 1959 e 1962 atingia o ponto máximo, interrompia-se bruscamente, com o inevitável aumento do desemprego e uma consequente retracção do consumo, a aplicação de medidas fiscais de excepção e a contracção do crédito concedido ao sector produtivo. Em simultâneo, a presença dos socialistas nos governos de centro-esquerda, defendendo reformas laborais e salariais e a nacionalização das indústrias italianas estratégicas, causava grande preocupação entre os investidores e empreendedores, levando-os a procurar alternativas seguras no estrangeiro (Mammarella 1991, pp. 289-292).

Ora, se os italianos, nos contactos tidos no Ultramar e com o MNE, tinham revelado grande interesse em vender, em particular para Moçambique, e não estavam muito

¹⁰⁵⁴ *Ibidem*, ofício n.º EC88, confidencial, de 22 de Fevereiro 1964, o Director-geral dos Negócios Políticos do MNE ao Director-geral de Economia do Ministério do Ultramar.

¹⁰⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁵⁶ AHD/MNE, EEA M191, informação n.º 215/64 da Direcção-geral de Economia, intitulada «Relatório do Senhor Professor Doutor Vasco Gouveia sobre o XIII Convénio Económico Ítalo-africano».

¹⁰⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁵⁸ *Ibidem*.

interessados em investir no mesmo, Vasco Gouveia considerava conveniente que se fizesse uma campanha de esclarecimento em Itália, desde logo promovendo a participação de Portugal nas feiras internacionais que seriam organizadas no país, nomeadamente na Feira de Milão de 1965¹⁰⁵⁹. Os trabalhos de preparação deveriam ser realizados com uma objectividade perfeita e visando exclusivamente o fim a atingir, isto é, exhibir as mercadorias das províncias ultramarinas que interessassem especialmente ao mercado italiano e evidenciar as vastíssimas oportunidades que o II Plano de Fomento (1959-1964) oferecia aos produtos e aos capitais da Itália, especialmente porque dependia em grande parte de importações e fazia apelo aos investimentos privados¹⁰⁶⁰.

A campanha dava os seus frutos. Em Fevereiro de 1965, o Embaixador Abílio Pinto de Lemos reportava que, tanto nas conversas casuais, como nos pedidos de informação dirigidos à missão diplomática, era evidente o interesse crescente das empresas italianas em investir em Portugal mediante a instalação de unidades industriais na Metrópole e de explorações agrícolas e pecuárias no Ultramar¹⁰⁶¹. Tinham também interesse em aumentar as importações de produtos ultramarinos portugueses¹⁰⁶². Esta evolução explicava-se por diversos factores, entre os quais avultava, mais uma vez, o receio que a instabilidade da situação económica e política em Itália provocava no mundo dos negócios. Como escrevia Pinto de Lemos, «o temor do futuro leva o capital a procurar abrigo seguro, ou pelo menos a estudar as possibilidades de poder fazê-lo, se a situação tender a agravar-se»¹⁰⁶³. Importantes também eram o custo mais baixo da mão-de-obra em Portugal (os salários em Itália sofriam incrementos constantes no âmbito das pressões feitas pelos meios políticos da esquerda) e os reduzidos encargos sociais¹⁰⁶⁴. O Adido Comercial da Embaixada era procurado, por exemplo, pelos representantes da EDISON e do Banco Nacional do Trabalho para discutir a possibilidade de estenderem a sua actividade a Portugal¹⁰⁶⁵. O Banco Nacional do Trabalho estava ainda interessado na criação de um depósito alfandegário para os cafés angolanos em Itália, um projecto que a Embaixada assinalava como extremamente importante, pois o Brasil conseguira um «espectacular aumento» das vendas de café brasileiro no mercado italiano depois de ter sido criado um entreposto comercial no porto de Trieste¹⁰⁶⁶. Tendo em consideração todas as informações que lhe chegavam sobre os interesses comerciais e

¹⁰⁵⁹ *Ibidem.*

¹⁰⁶⁰ *Ibidem.*

¹⁰⁶¹ AHD/MNE, EEA M131, officio n.º 90 de 8 de Fevereiro 1965, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰⁶² *Ibidem.*

¹⁰⁶³ *Ibidem.*

¹⁰⁶⁴ *Ibidem.*

¹⁰⁶⁵ *Ibidem.*

¹⁰⁶⁶ *Ibidem.*

financeiros da Itália em Portugal, o Governo de Lisboa dava instruções ao Adido Comercial para intensificar localmente os contactos com o mundo dos negócios¹⁰⁶⁷. Para facilitar tal tarefa, enviava à Embaixada informações sobre as indústrias e os empreendimentos de interesse em Angola e em Moçambique¹⁰⁶⁸. A abertura era, portanto, total, em contraste com a posição assumida no passado.

Nenhum projecto serviu mais os propósitos do Governo português em anexar a Itália à sua visão da África como a construção da barragem de Cabora Bassa, no Zambeze, província de Tete, em Moçambique. Desde 1957 que o Estado português promovia estudos sobre as possibilidades da bacia do Zambeze e sobre a qualidade dos solos, em termos da sua capacidade produtiva a nível agro-pecuário, piscícola e florestal¹⁰⁶⁹. Segundo os projectos governamentais, a barragem de Cabora Bassa destinava-se a desenvolver toda a área adjacente ao distrito de Tete e a contribuir para o desenvolvimento económico dos países vizinhos, nomeadamente da África do Sul, do Malawi, da Rodésia e da Zâmbia, quer devido ao abaixamento do preço da energia eléctrica, quer devido ao sistema de irrigação alimentado pela represa. Ela seria, como propagandeava Lisboa, o motor do desenvolvimento de uma das zonas simultaneamente mais atrasadas e potencialmente mais ricas do continente africano¹⁰⁷⁰.

Lisboa explorava aqui o interesse italiano pela África e considerava a sua participação como uma prova do tão propagandeado empenhamento no desenvolvimento africano, abrindo portas a outras colaborações futuras. Em simultâneo, o Governo português pretendia reforçar os laços de amizade e de aliança entre Portugal e a Itália no contexto das pressões políticas feitas pelos sectores da esquerda para que o Governo de Roma deixasse de apoiar o aliado atlântico. Como o próprio regime reconhecia, as dimensões do empreendimento situá-lo-iam ao nível das grandes realizações mundiais e, ao «ser apresentado como mais uma prova tangível da capacidade realizadora dos portugueses», funcionaria como uma arma de política externa «extremamente útil»¹⁰⁷¹.

Em Junho de 1966, o Grupo de Trabalhos para o Zambeze iniciava conversações com os representantes das empresas interessadas em participar na construção da barragem. Tratava-se de reuniões de carácter preliminar, sem qualquer compromisso formal, destinadas a recolher informações sobre o equipamento que cada fabricante produzia, sobre os serviços oferecidos e

¹⁰⁶⁷ *Ibidem.*

¹⁰⁶⁸ *Ibidem*, ofício n.º 603 de 20 de Abril 1965, o Vice-Presidente da Comissão de Coordenação dos Serviços Provinciais de Planeamento e Integração Económica do Ministério do Ultramar ao Director-geral dos Negócios Económicos do MNE.

¹⁰⁶⁹ AHD/MNE, EEA M36, nota/resumo intitulada «Aproveitamento do Zambeze em Cabora-Bassa», com data de 20 de Janeiro de 1966.

¹⁰⁷⁰ *Ibidem.*

¹⁰⁷¹ *Ibidem.*

as instituições financeiras a eles ligadas¹⁰⁷². Entre elas, encontrava-se um conjunto de firmas italianas liderado pelo *Gruppo Industrie Elettromeccaniche per Impianti all'Estero* (GIE)¹⁰⁷³. A par dos italianos, estavam também interessados os norte-americanos da *General Electric* (GE), os britânicos da *Associated Electrical Industries International* (AEI), os suíços da *General Trade*, os franceses e os alemães da Siemens, da AEG e da ASEA¹⁰⁷⁴. O Governo português tinha também parceiros na África do Sul, nomeadamente a *Industrial Development Corporation of South Africa* e a *Electricity Supply Commission*¹⁰⁷⁵.

O interesse das firmas italianas era especialmente forte, o que se explicava pela diminuição da construção de grandes obras hidroeléctricas em Itália e pelas nacionalizações operadas no sector energético pelos Governos de centro-esquerda¹⁰⁷⁶. Neste panorama, as grandes empresas do sector, concorrentes no mercado interno, combinavam os seus recursos técnicos e humanos para, com o apoio do Governo de Itália, obter a concessão de grandes projectos no estrangeiro¹⁰⁷⁷. De referir que as firmas italianas estavam também interessadas na construção da barragem do Kafuè, um afluente do Zambeze, na Zâmbia, para satisfação do Presidente Kenneth Kaunda. Como declarava o *Financial Times* em Novembro de 1966, a Itália possuía um nível técnico e industrial de excelência, ao que acrescia a grande mais-valia de não alimentar ambições políticas em África¹⁰⁷⁸. Razões que tinham levado o Governo zambiano a entregar à ENI a construção do oleoduto entre a Tanzânia e a Zâmbia¹⁰⁷⁹.

¹⁰⁷² *Ibidem*, «Nota relativa à conversações com os grupos interessados no aproveitamento de Cabora-Bassa: GIE (italiano), GE (americano) e AEI (inglês)», confidencial, com data de 21 de Junho de 1966, elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Zambeze.

¹⁰⁷³ O *Gruppo Industrie Elettromeccaniche per Impianti all'Estero* tinha sido fundado em Outubro de 1953, sendo constituído pelas seguintes empresas: *Ansaldo San Giorgio*, *Compagnia Generale di Electricità*, *Ercole Marelli*, *Franco Tosi*, *Officine Elettromeccaniche Galileo*, *Magrini* e a *Costruzioni Meccaniche Riva*. Estes eram os principais accionistas do grupo. Os serviços de engenharia seriam fornecidos pela *Electroconsult*, ficando a *Impresit* com os trabalhos de construção da obra. As linhas de transmissão da energia produzida seriam montadas pela *Società Anonima Electricità*, pela *Società Argentina de Electrificación* e respectiva filial em Milão, a SADELMI, e pela *Costruzioni Meccaniche Finsider* (*ibidem*, informação, confidencial, de 17 de Junho de 1966, intitulada «Organizações ou grupos financeiros que fizeram entrega de declarações de interesse pelo aproveitamento de Cabora-Bassa», elaborada pelo Grupo de Trabalhos para o Zambeze).

¹⁰⁷⁴ *Ibidem* e «Nota relativa à conversações com os grupos interessados no aproveitamento de Cabora-Bassa: GIE (italiano), GE (americano) e AEI (inglês)», confidencial, com data de 21 de Junho de 1966, elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Zambeze.

¹⁰⁷⁵ *Ibidem*, nota/resumo intitulada «Aproveitamento do Zambeze em Cabora-Bassa», com data de 20 de Janeiro de 1966.

¹⁰⁷⁶ *Ibidem*, «Nota relativa à conversações com os grupos interessados no aproveitamento de Cabora-Bassa: GIE (italiano), GE (americano) e AEI (inglês)», confidencial, com data de 21 de Junho de 1966, elaborada pelo Grupo de Trabalho para o Zambeze.

¹⁰⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁷⁸ *Ibidem*, informação n.º 549/SC, secreta, de 25 de Novembro de 1966, relativa à posição dos consórcios interessados pelo aproveitamento de Cabora Bassa, elaborada pelo Grupo de Trabalhos para o Zambeze.

¹⁰⁷⁹ AHD/MNE, PEA M366, ofício n.º 465 de 30 de Setembro de 1968, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE. O oleoduto tinha 1700 km e coligava a Zâmbia com o porto de Dar-es-Salaam, no Índico, facilitando o seu aprovisionamento de petróleo depois de perdido algumas das suas vias tradicionais de ligação à

Perante a iminência da participação da Itália na construção da barragem do Kafuè, os Ministros do Ultramar e dos Estrangeiros sublinhavam que as empresas italianas deveriam ser vinculadas ao consórcio de Cabora Bassa, a ZAMCO, o mais rápido possível a fim de reduzir a probabilidade de um entendimento com a Zâmbia¹⁰⁸⁰. Especialmente depois de o Banco Mundial ter anunciado, em Abril de 1967, que não financiaria o projecto zambiano¹⁰⁸¹. Este facto deixava pressupor que os italianos não estariam tão interessados como Lusaca apregoava em levar adiante o projecto do Kafuè¹⁰⁸². É que para as autoridades portuguesas, se a barragem do Kafuè não fosse construída como uma pequena obra de irrigação, de produção de energia para uma zona restrita e de regularização do caudal fluvial, poderia tornar-se numa concorrente muito inconveniente para Cabora Bassa¹⁰⁸³. A questão que se colocava era então a seguinte: devido à presença crescente da Itália na Zâmbia, reduzir-se-ia a probabilidade de um entendimento ítalo-zambiano quanto ao Kafuè se os italianos fossem vinculados ao consórcio de Cabora Bassa?¹⁰⁸⁴. O Governo português pressupunha não ser muito provável, contudo, o interesse da Itália por aquela barragem é que poderia ser menor quanto maior o fosse o seu interesse em Cabora Bassa¹⁰⁸⁵.

A fim de garantir a participação italiana no projecto português, Lisboa propunha, a par da vinculação à ZAMCO, que fosse a Itália a construir as linhas de transmissão eléctrica de Cabora Bassa à Zâmbia, considerada de maior interesse do que a obra no Kafuè, visto ser no campo das linhas de transmissão que as empresas italianas ofereciam maior competência e experiência¹⁰⁸⁶. Esta proposta partia do princípio de que o Governo português conseguiria interessar o Governo da Zâmbia na energia produzida pela barragem moçambicana, melhorando assim o ónus económico da exploração do empreendimento¹⁰⁸⁷. Havia ainda uma outra grande vantagem para ligar os italianos ao consórcio do Zambeze: «A diversificação tão grande quanto possível do contingente de grupos, a ligação a casas fornecedoras de equipamentos de alta qualidade e a experiência da Itália em obras do género»¹⁰⁸⁸.

costa quando declarou a independência face à Rodésia. De referir ainda que em 1968 a AGIP inaugurava a primeira estação de serviço na Zâmbia, situada na zona da barragem no Kafuè (*Il Popolo* 1968).

¹⁰⁸⁰ AHD/MNE, EEA M47, informação do MNE, confidencial, de 25 de Abril de 1967, sobre os interesses italianos no consórcio de Cabora-Bassa.

¹⁰⁸¹ *Ibidem.*

¹⁰⁸² *Ibidem.*

¹⁰⁸³ *Ibidem.*

¹⁰⁸⁴ *Ibidem.*

¹⁰⁸⁵ *Ibidem.*

¹⁰⁸⁶ *Ibidem.*

¹⁰⁸⁷ *Ibidem.*

¹⁰⁸⁸ *Ibidem.*

Contudo, em Julho de 1967, a posição financeira do grupo italiano revelava-se precária, o que levava o MNE a concluir pela inviabilidade da participação italiana na escala inicialmente prevista¹⁰⁸⁹. Os italianos apresentavam então uma proposta de participação consorciados com a França. Este consórcio franco-italiano seria liderado pelo *Gruppo Industrie Elettromeccaniche per Impianti all'Estero*¹⁰⁹⁰ e pelo conjunto de empresas francesas da *Creusot – Jeumont – Schneider* e integrava a *Imprese Italiane all'Estero*, a *Società Anonima Elettificazione*, a *Sadelmi*, a *Finsider* e a *Electroconsult*¹⁰⁹¹. Estes planos seriam posteriormente invalidados após o Governo italiano ter decidido recuar na decisão que entretanto tomara de garantir o financiamento à *Società Anonima Elettificazione* (Sansa 1970). A Itália cedia à campanha interna e externa contra a barragem, centrada nas ideias de que o empreendimento reforçaria o sistema colonial português, retardando a independência de Moçambique, e que serviria sobretudo a África do Sul, um país racista, pois seria ele o principal comprador da energia produzida (*ibidem*). Para o Embaixador João Hall Themido, a posição assumida em Cabora Bassa devia-se essencialmente à ténue solidariedade atlântica da Itália, a qual abalroava inclusivamente os seus colossais interesses comerciais, económicos e financeiros no Ultramar¹⁰⁹².

As opções estratégicas da Itália eram utilizadas pelo Governo de Lisboa como elemento de pressão junto do homónimo italiano, nomeadamente quando pediu o apoio de Portugal para a candidatura da Itália ao Conselho de Segurança da ONU, em Agosto de 1970. O Embaixador Cerulli Irelli informava a Farnesina que, apesar de todas as insistências, não tinha conseguido obter informações sobre a posição de Lisboa¹⁰⁹³. Esta atitude, como sublinhava, contrastava com a habitual cortesia das autoridades portuguesas em fornecer sempre solícitamente as informações pedidas, o que, segundo o diplomata, poderia apenas ser

¹⁰⁸⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁹⁰ Do grupo GIE faziam parte as empresas *Marelli Galileo*, *Magrini*, *Tosi*, *Riva*, *San Giorgio* e *GGE*. O grupo francês era constituído (AHD/MNE, EEA M50, circular n.º 1 de 25 de Novembro de 1967, o MNE às representações diplomáticas de Portugal).

¹⁰⁹¹ *Ibidem*. A par do consórcio franco-italiano, havia ainda mais três. Um era constituído pela França e pelos EUA, chefiado pelas firmas *Morison-Knudsen* (americana) e *Compadec* (francesa) e dele fazendo parte a americana *General Electric*, a *Brown Boveri* e a *Vevey* (ambas suíças), a *Compagnie des Forges et Aciéries de la Loire* e a *Compagnie Electro-Mecanique* (francesas) e a *Mague* (portuguesa). O terceiro consórcio era constituído pela França e pela RFA, sendo liderado pela *Siemens* e pela *Compagnie Generale d'Electricité*; incluía a sul-africana *Anglo-american Corporation*, as francesas *Alathom* e *Neyrpic*, as alemãs a *Voith*, *AEG* e *B. Boveri* e, no sector da construção, a *Compagnie de Constructions Internationales* e a *ASEA*. O último consórcio era britânico, constituído pela *Associate Electrical Industries*, a *English Electric Co*, a *Boving C.*, a *British Insulated Callender's Construction Ltd*, a *Richard Costain* e, como consultores, a *Merzand McLellan* e *Sir Alexander Gibband Partners* (*ibidem*).

¹⁰⁹² AHD/MNE, PEA M642, aerograma n.º A-47, confidencial, de 2 de Setembro 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁰⁹³ ASD/MAE, telegrammi, vol. 63, Portogallo (1970), telegrama n.º 47 de 26 de Agosto de 1970, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

interpretado como uma reacção motivada pelos ressentimentos criados pela retirada da *Società Anonima Elettificazione* do projecto de Cabora Bassa¹⁰⁹⁴. Para o Governo português, o recuo da Itália era incompreensível, especialmente depois das declarações públicas do Governo alemão do socialista Willy Brandt a atestar a importância da barragem para as populações africanas e a confirmar a participação da RFA em tal obra de civilização¹⁰⁹⁵. Como afirmava Marcello Marcello numa entrevista ao *Corriere della Sera*, conduzida por Giorgio Sansa, «deploro che il governo italiano si sia dimostrato sensibile a certi argomenti», ignorando quanto de benéfico seria colocado à disposição de uma população, não necessariamente portuguesa de sangue (Sansa 1970). Para os italianos, o momento era de alinhar com os jovens países africanos para aceder aos seus mercados e obter a concessão de importantes empreendimentos. Como um mundo de oportunidades, assim se apresentava a África independente. Em estreita colaboração com as grandes empresas nacionais, era o Governo italiano que estabelecia os acordos com os diversos Estados que permitiriam a penetração em solo africano, em alguns casos concedendo importantes financiamentos, como teria acontecido com a *Società Anonima Elettificazione* em Cabora Bassa e como aconteceu com a FIAT para a abertura de uma linha de montagem de automóveis na Zâmbia, em 1972¹⁰⁹⁶. Nos primeiros anos da década de 70, eram também inaugurados a barragem de Kossou, na Costa do Marfim e, no Zaire, uma linha de montagem de tractores da FIAT e a barragem do Inger¹⁰⁹⁷.

Mas atenção, tudo isto não significava que as empresas italianas não actuavam no Ultramar. Actuavam e tinham interesse em criar ali negócios, frequentemente com o apoio do Governo de Roma. Havia sim, na perspectiva das autoridades da Itália, que gerir bem os interesses nacionais e aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas pelas colónias e pelos países independentes, sem excluí-las mutuamente. Como dizia Agostinho Neto, Portugal, economicamente atrasado, não poderia, sozinho, explorar as potencialidades económicas das suas colónias, sendo obrigado a recorrer a empresas estrangeiras, as quais, ao investirem, acediam à exploração e ao desfrute sistemático de todas as riquezas, especialmente em Angola e em Moçambique¹⁰⁹⁸. Segundo a revista portuguesa *Actualidade*

¹⁰⁹⁴ *Ibidem.*

¹⁰⁹⁵ *Ibidem.*

¹⁰⁹⁶ AHD/MNE, PEA M713, officio n.º 623 de 5 de Dezembro de 1972, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE. Segundo as estimativas, a procura de carros naquela região subiria cerca de 70%, o que representava não só grandes lucros, mas também uma óptima propaganda da técnica italiana (*ibidem*).

¹⁰⁹⁷ *Ibidem.*

¹⁰⁹⁸ IRSIFAR, fundo Memoria di Carta, subfundo Guido Crainz, b. 28, fasc. 22, relatório produzido pelo Movimento Liberazione e Sviluppo per il Terzo Mondo – Gruppo di Roma, intitulado «Sulle responsabilità italiane nelle colonie portoghesi», com data de Janeiro de 1973. Seguem-se algumas referências às empresas

Económica, no artigo «Angola na imprensa italiana», publicado na edição de 3 de Agosto de 1972, o Cônsul-geral de Itália em Luanda distribuía nos ambientes oficiais e nos sectores económicos italianos um boletim mensal sobre Angola. Nele avultavam informações sobre a evolução do comércio externo de Angola, as trocas comerciais entre Angola e Itália, as possibilidades comerciais e os produtos angolanos que interessariam aos importadores¹⁰⁹⁹. Por meados de 1973, o Embaixador Armando Martins escrevia que era frequentemente convidado pelos dirigentes dos serviços económicos e comerciais da Farnesina para discutir as possibilidades de investimento italiano no Ultramar¹¹⁰⁰. Todavia, neste caso, a desconfiança do diplomata era evidente, criticando que o objectivo das propostas, apresentadas «sob o aspecto amigável» de auxiliar Portugal a modificar os meios que lhe eram hostis, fosse apenas «fazer negócios e lucros»¹¹⁰¹.

Martins teve ocasião de confirmar as suas suspeitas no verão de 1973, depois de o Governo de Marcello Caetano ter adjudicado as obras portuárias de Sines à firma *Condotte d'Acqua*¹¹⁰². O projecto de Sines, que previa a construção de um porto de águas profundas ligado a uma grande plataforma de indústrias petroquímicas, era visto como um pólo central do desenvolvimento da economia nacional e a solução para o elevado desemprego da região do Alentejo, com o Estado a assumir um papel relevante enquanto criador e fornecedor de oportunidades (Campos 1996, pp. Corkill 2004, p. 228).

A concessão causou grande satisfação e apreço no Governo italiano, sem que nenhuma crítica se levantasse entre os dirigentes contra a política ultramarina, o regime ou a posição de

italianas, ou empresas portuguesas de capital italiano, que actuavam em Angola e em Moçambique, em 1973. Em Angola, operavam as seguintes sociedades de capital italiano: a Sociedade Exportadora de Tabacos de Angola (capital pertencente a *Beniamino Pelizza e Giancarlo Oziello*); a Sociedade comercial Luso-italiana Lda., cujo capital pertencia maioritariamente à Companhia Luso-italiana de Portugal; a Sociedade Angolana de Contadores e a Sociedade Angolana de Telecomunicações, que tinham como maior accionista a *Sergio Greggio*. Havia também empresas portuguesas que representavam exportadores italianos, como os Motores de Angola Lda., a Quinyas & Irmão, a Cristalia Lda., a Guedes & Almeida; a Socoina Lda., a Auto Avenida Lda., a Monteiro Gomes Lda. e a A. Vieira de Fonseca. Quanto às exportações italianas, destacava-se a FIAT (tractores e veículos industriais); a *Frich Europa*, de Bolonha (peixe congelado); a *Società Generale di Telefonia ed Elettronica*, de Milão; a *G. Mazzoni*, de Varese (maquinaria para o fabrico de sabão); a *Officine Meccaniche Garbario*, de Treviso (máquinas para a preparação de tabaco); a *Leone Taglia ferri & C.*, de Milão (fornos eléctricos e acessórios) e a *Società Costruzioni Elettromeccaniche Industriali* (fornos). Em Moçambique, a presença italiana tornava-se especialmente visível através da *Figli Giannazza di Legnano*, uma fábrica para a destilação de gorduras; da *Danieli & C. Officine Meccaniche di Buttrio*, fabricante de laminados; da *Oltremare Industria Prodotti Alimentari*; da *Montedil*, produtora de componentes electrónicos, e a *Officine Meccaniche Ceruti*, de Milão. Exportavam ainda para Moçambique as seguintes empresas: a *Seleni*, fabricante de radares e de acessórios e a *Meccaniche Moderne di Rino Pisoni*, uma fábrica de sabão (*ibidem*).

¹⁰⁹⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰⁰ AHD/MNE, PEA (20) M759, telegrama n.º 123 de 25 de Maio 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹⁰¹ *Ibidem*.

¹¹⁰² *Ibidem*, telegrama n.º 128 de 15 de Julho 1973, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

Portugal na NATO¹¹⁰³. Contudo, pouco depois, a imprensa italiana começava uma violenta campanha por conta dos massacres perpetrados pelas tropas portuguesas contra as populações moçambicanas de Mucumbura, Wiryamu e Chawola e o Governo italiano – uma coligação entre o PDC, o PSI, o PSDI e o PRI – lançava-se em declarações que inquietavam Lisboa e faziam temer, à semelhança do que acontecera com Cabora Bassa, um novo recuo. Para evitar esta situação, Armando Martins solicitava a colaboração do Presidente da *Condotte d'Acqua*, Professor Corbi, oferecida logo no início da campanha contra Portugal. Corbi tinha «excelentes relações» com os elementos do Governo italiano o que lhe dava um elevado grau de influência¹¹⁰⁴. Martins dizia-lhe estar apreensivo quanto ao facto de o Governo italiano pretender alterar a sua posição em relação à adjudicação das obras de Sines, lembrando, mais uma vez, que nela pesara sobretudo o desejo de ter um gesto político de boa vontade para com o Governo italiano¹¹⁰⁵. Avisava em seguida que Lisboa tomava aquela campanha como uma tentativa de humilhação nacional, algo intolerável para os portugueses, povo de um orgulhoso nacionalismo¹¹⁰⁶. Era, por isso, fundamental evitar que qualquer manifestação ou artigo de jornal aparecesse a criticar este gesto amigável da adjudicação de Sines¹¹⁰⁷.

Compreendendo o alcance das palavras do Embaixador, Corbi intervinha junto dos políticos influentes que lhe eram próximos para que travassem a corrente hostil contra Portugal¹¹⁰⁸. Em Setembro, oferecia um jantar em honra do Engenheiro Silva Martins, responsável pelas obras do porto, para o qual convidara o Embaixador Girolamo Messeri, para além de Armando Martins, e de altas individualidades italianas ligadas ao *Istituto per la Ricostruzione Industriale* e à Alfa Romeo¹¹⁰⁹. O objectivo? Brindar à cooperação ítalo-portuguesa e a que o empreendimento de Sines servisse como fonte de inspiração para mais obras do mesmo espírito¹¹¹⁰.

Sines, que pretendia ser o grande «catalisador do crescimento nacional e regional» tornou-se num grande «elefante branco» (Corkill 2004, p. 228). O seu anacronismo no contexto da conjuntura nacional e internacional era evidente: não só foi delineado na recta final do regime para promover um urgente salto qualitativo e quantitativo na economia

¹¹⁰³ *Ibidem.*

¹¹⁰⁴ AHD/MNE, PAA M1226, telegrama n.º 208 de 19 de Julho 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹⁰⁵ *Ibidem.*

¹¹⁰⁶ *Ibidem.*

¹¹⁰⁷ *Ibidem.*

¹¹⁰⁸ *Ibidem.*

¹¹⁰⁹ AHD/MNE, PEA (20) M759, telegrama n.º 290 de 22 de Setembro 1973, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹¹⁰ *Ibidem.*

portuguesa após a «industrialização mitigada» do salazarismo, como surgia numa altura em que a crise económica internacional de 1973, desencadeada pela subida do preço do petróleo, fazia baixar a procura pelos produtos petrolíferos e levou o mercado dos super-petroleiros para a recessão (*idem*). No final, nem o porto de Sines conseguiu estimular o desenvolvimento regional e diversificar a economia local, nem o Governo de Marcello Caetano conseguiu traçar uma evolução favorável ao regime, quer no Ultramar, quer na Metrópole.

4.6 – A acção da oposição ao Estado Novo em Itália

A contestação ao Estado Novo, em Itália, reuniu em estreita colaboração os sectores antifascistas italianos, recorrentemente o PSI, o PCI e a ala esquerda do PDC, e os movimentos oposicionistas portugueses, com as viagens entre Roma e Lisboa a ser uma prática frequente entre portugueses e italianos. A Itália era, recordemos, um dos países de destino ou de passagem para Praga e Moscovo dos exilados portugueses, estando apta a recebê-los e a patrociná-los na luta contra o regime, dado o ambiente político nacional, marcado pelo activismo dos PSI e do PCI e da abertura à esquerda da Democracia-cristã, como já explicámos. É importante deixar claro que este ponto foi redigido com informações recolhidas nos documentos consultados e não pretende ser uma reflexão aprofundada sobre a oposição ao Estado Novo, legal ou clandestina, exilada ou em Portugal¹¹¹¹. Nem poderia, porque afastar-nos-íamos do tema central da investigação e do prisma com que temos analisado os assuntos, isto é, as relações diplomáticas luso-italianas. Pretendemos, pois, completar um pouco mais o quadro geral em que decorriam as relações luso-italianas ao longo do centro-esquerda em Itália, dos difíceis anos das guerras coloniais em Portugal e do intensificar da oposição ao Estado Novo.

Seria no início dos anos 60 que a oposição ao regime começaria a manifestar-se com actos de grande impacto na opinião pública e nos meios partidários e governamentais internacionais para obter apoios para a luta de libertação que conduziam dentro das fronteiras nacionais. Em 1958, a candidatura do General Humberto Delgado, um homem do regime, às eleições presidenciais como candidato pela oposição unificada e o «terramoto» a que

¹¹¹¹ Para uma contextualização da acção da oposição comunista e não comunista em Portugal, esta polarizada em torno do Directório Democrato-social e da Resistência Republicana e Socialista, assim como da fundação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (1962) e da Associação Socialista Portuguesa (1964) e das relações existentes entre os diversos grupos oposicionistas até ao fim do Estado Novo *vide* Raby 1988, pp. 121-295; Rosas 1994, pp. 518-543; Raby 1995; Costa 1996a; Costa 1996b; Rosas 1996a, pp. 695-697; Rosas 1996b, pp. 991-992; Madeira 2004.

submetera a ordem introduzida pelo regime tinham já dado maior divulgação internacional à questão política portuguesa. No seguimento deste episódio, em 1959, foram vários os dissidentes da direita anti-salazarista que se exilaram no Brasil, como o próprio Delgado e Henrique Galvão. Estes exilados formaram, em conjunto com os elementos da direita anti-franquista, o Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), cujo objectivo seria organizar atentados terroristas em Espanha e em Portugal contra os regimes de Franco e de Salazar¹¹¹². Entre os atentados realizados contava-se o sequestro do paquete português transatlântico *Santa Maria*, a 22 de Janeiro de 1961, coordenado por Henrique Galvão (Raby 1995; Melo 1996, pp. 67-69). Ao sequestro do *Santa Maria* sucedia-se o início da guerra colonial em Angola, em Fevereiro/Março de 1961, com a política colonial do regime a ser condenada pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia-geral da ONU. Em Abril, o General Botelho Moniz tentava coordenar um golpe militar destinado a derrubar Salazar e a terminar com a política seguida em África. A 10 de Novembro do mesmo ano, em reacção ao estado marcial que Oliveira Salazar decretara no país no seguimento dos acontecimentos de Angola e ao acentuado controlo sobre a campanha eleitoral para as legislativas de 12 de Novembro¹¹¹³, Palma Inácio, um dos elementos da oposição exilada, sequestrava um avião da Transportadora Aérea Portuguesa (TAP) e lançava sobre as artérias principais de Lisboa panfletos contra o regime, assinados por Henrique Galvão (Vaz 2012). Semanas depois, na noite de 31 de Dezembro de 1961, um grupo de opositores dos diversos quadrantes políticos (militares, comunistas, socialistas, católicos progressistas, monárquicos) tentava conquistar o Quartel de Beja às forças do regime com o objectivo de quebrar a unidade formada em torno do Presidente do Conselho após a ocupação de Goa pela União Indiana, a 17 de Dezembro¹¹¹⁴ (Garrido 1982).

A evolução dos acontecimentos ao longo de 1961, o *anno horribilis* do regime, e, sobretudo, o assalto às casernas de Beja, entendido como um apelo lançado à comunidade internacional para que apoiasse aqueles que lutavam pela liberdade e pela democracia em Portugal, levariam à fundação, em Roma, a 12 de Janeiro de 1962, de uma organização

¹¹¹² Fondazione Istituto Gramsci, fundo Partito Comunista Italiano, série Esteri, b. 484, fasc. 445, apontamento, datado de 1961, redigido por A. De Sousa, relativo ao sequestro do *Santa Maria*.

¹¹¹³ As eleições decorriam em plena crise colonial, com o regime a considerá-las como uma prova, para uso interno e externo, da coesão dos portugueses no que se referia à defesa da integridade nacional. Como tal coesão não poderia aparecer abalada numa campanha eleitoral agressiva, alimentada pela situação em Angola, o Governo mantinha a censura e limitava a propaganda eleitoral a discussões sobre a idoneidade dos candidatos (ASD/MAE, telegrammi, vol. 54, Portogallo (1961), telegrama n.º 50, urgente, de 12 de Outubro de 1961, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE)

¹¹¹⁴ ASD/MAE, telegrammi, vol. 57, Portogallo (1962), telegrama n.º 2 de 2 de Janeiro de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

unitária antifascista chamada *Comitato italiano per l'amnistia e le libertà democratiche in Portogallo*. Como escrevia o órgão do PCI, o antifascismo italiano estava, unido, ao lado dos opositores a Salazar (*L'Unità* 1962a). O largo número de subscritores do acto constitutivo do *Comitato*, assim como a presença de elementos de todos os partidos antifascistas, de numerosíssimos jovens democratas-cristãos e de um largo grupo de parlamentares e de intelectuais no evento, testemunhava a amplitude do apoio à luta pela liberdade em Portugal, uma causa que era, dizia o documento fundacional, também europeia e humana e que, por conseguinte, deveria mobilizar todas as forças democráticas (*ibidem*). Coube a Pompeo De Angelis, um jovem dirigente da Juventude Democrata-cristã, resumir o significado e os objectivos dos acontecimentos em Portugal e de saudar, em nome do Comité, todos aqueles que combatiam o Estado Novo. De Angelis criticava vivamente a imprensa que interpretara o assalto de Beja ao jeito de Salazar, isto é, que os rebeldes eram todos comunistas. Uma leitura que tinha como objectivo específico reforçar as teses anticomunistas através da desacreditação da oposição e da apresentação de Salazar como o defensor da liberdade portuguesa, ameaçada pelo comunismo. De Angelis sublinhava então que existia em Portugal uma ampla unidade entre as forças do antifascismo, tendo o assalto a Beja sido concretizado por elementos de várias correntes políticas (*ibidem*). O democrata-cristão convidava ainda a Itália a considerar os perigos em que a democracia em geral incorria com a presença de Portugal na Aliança Atlântica (*ibidem*). Era neste contexto que os elementos do *Comitato* assumiam o compromisso de fazer todos os possíveis para que 1962 fosse o ano da libertação de Portugal, empenhando-se na mobilização da opinião pública e dos trabalhadores italianos para iniciativas de solidariedade, e denunciando as responsabilidades que o Ocidente tinha na continuação do regime de Salazar (*ibidem*).

Conforme o comunista Rodolfo Mechini dava conta numa nota informativa reservada, destinada à Secretaria do PCI, para os comunistas portugueses, a campanha pela amnistia e as liberdades democráticas que o Comité desenvolvia em Itália constituía «la più ampia presentazione in un paese europeo della situazione del Portogallo sotto la dittatura fascista di Salazar», o que era possível devido ao elevado grau de consciência antifascista e ao posicionamento anti-salazarista de boa parte da imprensa italiana¹¹¹⁵. Em Maio de 1962, entre as suas realizações contavam-se as seguintes: a) a publicação de um noticiário; b) a manutenção de uma espécie de assessoria de imprensa, cuja função consistia em informar os jornalistas sobre os episódios mais significativos da luta da oposição anti-salazarista; c) a

¹¹¹⁵ Fondazione Istituto Gramsci, fondo Partito Comunista Italiano, série Estero, b. 503, fasc. 61, nota, reservada, de 22 de Maio de 1962, sobre a campanha de solidariedade para com Portugal, redigida por Rodolfo Mechini.

preparação de publicações com carácter documentário e de larga difusão; d) a realização de viagens de prospecção a Portugal para estabelecer contactos com os militantes antifascistas e e) a promoção de reuniões para a discussão dos assuntos portugueses¹¹¹⁶. De referir que, no estabelecimento de contactos com a oposição estado-novista e as forças clandestinas em Portugal, o Embaixador da Itália em Lisboa, Remigio Danilo Grillo, tinha um papel de «sostanziale appoggio», permitindo que aqueles se fizessem em sua casa, no decorrer de festas privadas¹¹¹⁷. Segundo Rodolfo Mechini, estes eram momentos de grande tensão perante a possibilidade de serem descobertos¹¹¹⁸. De referir ainda que os jornalistas italianos iam a Portugal levando sempre consigo uma lista com os nomes dos elementos da oposição portuguesa a contactar, a qual era sobejamente conhecida em toda a Embaixada¹¹¹⁹.

Graças também aos contactos favoráveis do PCI com os representantes da Junta de Acção Patriótica, fundada pelo PCP em 1959, vários antifascistas italianos, como Arrigo Repetto, Joyce Lussu e o jornalista democrata-cristão Angelo Sferazza, estiveram presentes nas manifestações de 1 de Maio em Lisboa e de 8 de Maio em Coimbra, duas «durissime prove di forza fra l'opposizione e Salazar» que levaram à detenção de 1800 estudantes¹¹²⁰. Segundo o comunista Rodolfo Mechini, que referimos atrás, a presença dos italianos reforçou a confiança dos manifestantes¹¹²¹. Regressados a Roma, Sferazza, Lussu e Repetto contaram as suas experiências e descreveram a situação política e social existente em Portugal numa conferência de imprensa organizada pelo *Comitato italiano per l'amnistia e le libertà democratiche* na Livraria Einaudi, na capital italiana, a 17 de Maio¹¹²².

Nesta altura, o Embaixador Eduardo Brazão remetia ao MNE «as muitas mensagens e telegramas de protesto» pela posição do Governo na questão académica que a Embaixada recebia desde o início de Maio¹¹²³. Para o embaixador, o que se passava era o seguinte:

¹¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹¹⁷ *Ibidem*.

¹¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹¹⁹ ASD/MAE, telegrammi, vol. 57, Portogallo (1957), telegrama n.º 60 de 17 de Outubro de 1962, o MAE ao Embaixador de Itália em Roma.

¹¹²⁰ Fondazione Istituto Gramsci, fondo Partito Comunista Italiano, série Estero, b. 503, fasc. 61, nota reservada, de 22 de Maio de 1962, sobre a campanha de solidariedade para com Portugal, redigida por Rodolfo Mechini.

¹¹²¹ *Ibidem*.

¹¹²² *Ibidem*. De referir que a Livraria Einaudi pertencia a Giulio Einaudi, filho do falecido Presidente da República Italiana, Luigi Einaudi. Pretendia tornar a sua editora num laboratório de discussão da actualidade e dos grandes temas da cultura, da História e das ideias a fim de despertar as consciências. De referir ainda que Giorgio Einaudi mantinha relações de grande proximidade com o PCI, publicando as obras de alguns dos seus membros mais destacados, como Italo Calvino (AHD/MNE, PEA M532, ofício n.º 210 de 23 de Maio de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹¹²³ *Ibidem*. Sobre a crise académica de 1962 e a actuação do Governo, *vide* Marques, Santos & Ferro 1996; Costa 2012.

«Não pode haver qualquer dúvida que todos os organismos e personalidades que nos escrevem receberam para isso ordem expressa do seu partido comunista e também se vê claramente – caso ainda fosse necessário – que o movimento estudantil em Portugal tem uma base orientadora cujas instruções vêm de Moscovo e talvez mesmo, como pensa o Embaixador de Espanha [...] através de Roma»¹¹²⁴.

Registava-se uma nítida evolução nas manifestações públicas organizadas: se tinham sido normalmente dirigidas contra a Espanha, com Portugal só a ser referido acidentalmente, a 23 de Maio era organizado expressamente contra Portugal um comício dos universitários italianos – «está claro socialistas e comunistas», escrevia Brazão –, organizado pela *Unione Nazionale Universitaria Rappresentativa Italiana* (UNURI)¹¹²⁵. A manifestação – anti-portuguesa, para o diplomata, e de solidariedade para os organizadores – decorria no Teatro dei Satiri, contando com a participação das juventudes partidárias da Democracia-cristã, do PSI, do PCI, do PSDI, do PRI e do PLI, dos representantes dos *Movimenti Giovanili Antifascisti* e do *Comitato Italiano per l'Amnistia e le libertà democratiche in Portogallo*¹¹²⁶. Os seus objectivos reduziam-se substancialmente a dois: lançar um vivo apelo aos estudantes italianos para apoiarem os colegas portugueses e redigir um protesto veemente contra a actuação do Governo de Lisboa, a ser entregue ao Embaixador de Portugal em Roma¹¹²⁷.

Ao corrente desta situação, as autoridades policiais italianas avisavam Brazão que os estudantes planeavam concentrar-se em frente da Embaixada. A segurança era imediatamente reforçada com a colocação de vinte polícias à paisana nas imediações do edifício, prontos a actuar contra qualquer acto de violência ou desordem¹¹²⁸. No final, a manifestação que se projectava «ficou apenas no aparato policiesco da rua¹¹²⁹. Nada acontecera, mas no dia seguinte, os representantes da UNURI iam à Embaixada entregar a mensagem de protesto preparada na reunião, onde se reprovava a violência utilizada pelo Governo português contra os estudantes e os opositores ao regime e onde se exigia a supressão das medidas arbitrárias de repressão, a libertação imediata dos colegas detidos e a amnistia para todos os prisioneiros políticos e exilados portugueses¹¹³⁰.

¹¹²⁴ *Ibidem*.

¹¹²⁵ *Ibidem*.

¹¹²⁶ Fondazione Istituto Gramsci, fundo Partito Comunista Italiano, série Estero, b. 503, fasc. 61, nota reservada, de 22 de Maio de 1962, sobre a campanha de solidariedade para com Portugal, redigida por Rodolfo Mechini.

¹¹²⁷ *Ibidem*.

¹¹²⁸ AHD/MNE, PEA M532, ofício n.º 210 de 23 de Maio de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹²⁹ *Ibidem*, ofício n.º 238 de 5 de Junho de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹³⁰ *Ibidem*, ofício n.º 457/611/mtc de [23 de Maio de 1962], a Presidência da UNURI, os dirigentes dos *Movimenti Giovanili Antifascisti* e o *Comitato Italiano per l'Amnistia e le libertà democratiche in Portogallo* ao Embaixador de Portugal em Roma. Reproduzimos o documento em Matos 2010, pp. 235-236.

Pouco depois, ainda em Maio de 1962, em pleno rescaldo da crise académica, as embaixadas em Lisboa e em Roma, o MNE, a Farnesina e a PIDE eram envolvidos na polémica da expulsão de Portugal de dois jornalistas italianos, Luigi Boffa, do *Unità*, e Ricardo Minuti, do *Paese Sera*, largamente explorada do ponto de vista jornalístico e político em Itália. Ambos tinham chegado livremente a Portugal, ou seja, chegavam sem visto de entrada, dado tal formalidade estar abolida entre os dois países. A detenção acontecia a 28 de Maio, quando circulavam nas proximidades da Assembleia Nacional na companhia da escultora Noémia O'Neil, esposa do escritor Alexandre O'Neil¹¹³¹. Os três foram levados para o edifício da Direcção da PIDE, mas só Minuti e Boffa foram libertados, às duas da manhã do dia 29 de Maio¹¹³². As queixas dos dois jornalistas quanto à forma como foram tratados eram muitas: quando pediram que a Embaixada italiana fosse informada sobre o sucedido, a resposta foi negativa; os interrogatórios a que foram submetidos, para além de longos, foram feitos sem a presença de intérpretes, não falando eles a língua portuguesa; foram confiscados vários documentos pessoais, nomeadamente os apontamentos de Boffa com os nomes dos portugueses que pretendia contactar, e o rolo da máquina fotográfica que traziam consigo; foram fotografados de perfil e cederam as suas impressões digitais como se fossem criminosos (*sic*) e, por fim, foram obrigados a deixar Portugal nas primeiras horas manhã do dia 29 de Maio¹¹³³. Libertados de madrugada, Boffa e Minuti dirigiram-se à Embaixada, onde expuseram o assunto, seguindo depois para o aeroporto, sem que pudessem partir naquela altura por falta de lugares no voo previsto. O passaporte era-lhes imediatamente retirado pelas autoridades portuguesas até ao momento em que partiram, às 20 horas do mesmo dia¹¹³⁴.

No protesto oficial entregue ao MNE, o Embaixador Remigio Grillo reprovava com veemência o comportamento das autoridades portuguesas, sobretudo, a ordem de expulsão sem ter sido dada aos visados qualquer explicação¹¹³⁵. Neste sentido, solicitava que fosse confirmada a informação que obtivera junto do Secretariado Nacional de Informação de que a PIDE expulsara os jornalistas porque constavam de uma lista de cidadãos italianos considerados *persona non grata* pelas suas ligações partidárias ou orientações ideológicas¹¹³⁶. Caso fosse verdadeira, a Embaixada consideraria tal facto como uma violação dos acordos

¹¹³¹ AHD/MNE, PEA M31, memorando de 31 de Maio de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MNE.

¹¹³² *Ibidem*.

¹¹³³ *Ibidem*.

¹¹³⁴ *Ibidem*. Para uma contextualização da actuação da PIDE *vide* Pimentel 2011.

¹¹³⁵ AHD/MNE, PEA M31, memorando de 31 de Maio de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MNE.

¹¹³⁶ *Ibidem*.

italo-portugueses em vigor¹¹³⁷. Por fim, o Embaixador questionava se as autoridades portuguesas estariam dispostas a revogar a penalidade da expulsão¹¹³⁸.

Regressados a Roma, Boffa e Minuti tentaram que o Embaixador Eduardo Brazão os recebesse. O diplomata recusou-se terminantemente ou não fossem eles «dois jornalistas italianos do partido comunista»¹¹³⁹. Também em Roma, ambos continuavam sem receber qualquer esclarecimento das autoridades portuguesas sobre o que se passara em Lisboa¹¹⁴⁰. Restava-lhes deixar uma carta ao Embaixador, onde renovaram enérgica e indignadamente o protesto contra o «inqualificabile trattamento» de que tinham sido alvo em Portugal por parte da PIDE e exigiam a Brazão, enquanto representante máximo de Portugal em Itália, «la più ampia soddisfazione»¹¹⁴¹. Solicitavam ainda que intervisse para que Noémia O'Neil, que continuava nos cárceres da PIDE, fosse libertada, pois «la sua sola colpa è di aver dato prova di gentilezza nei nostri confronti, accettando di accompagnarci per la città di Lisbona, che noi non conoscevamo»¹¹⁴². Para incentivar o Embaixador neste sentido, Boffa e Minuti iam ao ponto de invocar as relações de amizade existentes entre Portugal e a Itália¹¹⁴³.

Nem o Embaixador Remigio conseguia obter esclarecimentos das autoridades portuguesas, o que o levava a insistir novamente junto do MNE, sublinhando que a questão da expulsão tinha sido levada ao Parlamento e que o Governo italiano tinha sido interrogado sobre o assunto¹¹⁴⁴. Temos em conta que, nesta altura, já os dois jornalistas tinham narrado o sucedido em Lisboa em vários artigos publicados no *Unità* e no *Paese Sera*, os quais só tinham acentuado a hostilidade existente nos sectores antifascistas italianos contra o regime de Oliveira Salazar¹¹⁴⁵. Deste modo, como escrevia o Embaixador italiano no

¹¹³⁷ *Ibidem*.

¹¹³⁸ *Ibidem*.

¹¹³⁹ *Ibidem*, ofício n.º 239 de 5 de Junho 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹⁴⁰ *Ibidem*, carta de 1 de Junho de 1962, Giuseppe Boffa e Riccardo Minuti ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹¹⁴¹ *Ibidem*.

¹¹⁴² *Ibidem*.

¹¹⁴³ *Ibidem*.

¹¹⁴⁴ *Ibidem*, carta de 6 de Junho de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao Director-geral dos Negócios Políticos do MNE.

¹¹⁴⁵ A 30 de Maio, Boffa publicava no *L'Unità* o artigo «Provocazione fascista: arrestato a Lisbona l'inviato dell'Unità», com destaque de primeira página. No dia seguinte, no mesmo jornal, publicava o artigo «Sette ore prigioniero di Salazar», sucedendo-se um outro, publicado a 1 de Junho, intitulado «Salazar ha paura». Riccardo Minuti publicava no *Il Paese Sera* os seguintes artigos: «Una notte nelle mani degli aguzzini di Salazar» (31 de Maio), «La polizia segreta di Salazar reclutata fra teppisti e lenoni» (1/2 de Junho) e «Portogallo: Medio Evo nell'era atómica» (4/5 de Junho) (*ibidem*, ofício n.º 249 de 6 de Junho 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

memorando enviado ao MNE, «creio seja útil para todos que na resposta que o Governo deverá dar se possa basear também na versão portuguesa dos factos»¹¹⁴⁶.

Tal como na primeira vez, o MNE pedia explicações ao Ministro do Interior. A resposta, obtida junto dos dirigentes da PIDE, chegava cerca de uma semana depois: Boffa e Minuti foram compelidos a sair do país porque tinham vindo a Portugal estabelecer contactos com elementos do PCP, partido que era ilegal e, por conseguinte, todos os seus elementos e relações estavam «sujeitos às penalidades que a lei confere»¹¹⁴⁷. A provar as suas ligações aos comunistas portugueses estava a documentação de que eram portadores e que tinha sido confiscada¹¹⁴⁸. Relativamente à reserva posta pela Embaixada da Itália ao comportamento adoptado, as autoridades policiais não podiam senão estranhá-la, «pois usou-se da maior correcção para com os referenciados; nem houve longos interrogatórios, como se diz, nem foram despojados, somente se lhes apreendeu um documento e o filme da máquina fotográfica de que eram portadores»¹¹⁴⁹. Quanto à expulsão, esclarecia-se que a PIDE procedia de forma idêntica para com todos os cidadãos italianos, ou de outra nacionalidade, que estivessem nas condições de Boffa e Minuti¹¹⁵⁰. Não havia, por conseguinte, motivos que levassem à sua revogação¹¹⁵¹. As explicações da PIDE concluía colocando em causa a integridade dos jornalistas e as políticas seguidas pelo próprio Governo de Roma:

«A estranheza da Embaixada só se pode basear em falsas informações prestadas pelos referenciados quando ali foram, ou em momentâneo esquecimento da Lei portuguesa sobre a matéria ora em causa. Em Itália, o partido é legal, o que lhe dá amplitude para certas situações tais como manifestações hostis perante consulados estrangeiros etc. Daí, talvez, uma certa confusão que levou aquela Embaixada à não concordância com o procedimento desta Polícia»¹¹⁵².

As informações reunidas pelo MNE eram depois enviadas ao Embaixador da Itália, sendo cuidadosamente articuladas para não criar hostilidades que prejudicassem Portugal e para justificarem com justiça a actuação da PIDE, especialmente quando o Governo de Roma

¹¹⁴⁶ *Ibidem*, carta de 6 de Junho de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao Director-geral dos Negócios Políticos do MNE.

¹¹⁴⁷ *Ibidem*, ofício n.º 2708-PI-14 /62 /4305, urgente, de 15 de Junho 1962, o Chefe de Gabinete do Ministro do Interior ao Director-geral dos Negócios Políticos do MNE.

¹¹⁴⁸ *Ibidem*.

¹¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹¹⁵¹ *Ibidem*.

¹¹⁵² *Ibidem*.

era interrogado no Parlamento sobre o assunto e as relações entre os dois países estavam seriamente melindradas pela guerra colonial na África portuguesa¹¹⁵³.

A 13 de Junho, uma nova detenção e expulsão de um italiano, desta vez da cidadã Joyce Lussu, que vinha recorrentemente a Lisboa para encontrar-se com elementos da oposição ao Estado Novo¹¹⁵⁴. Segundo Lussu, os motivos para a expulsão eram infundados e foi nesta base que o Embaixador italiano telefonou à PIDE para chamar a atenção para a importância da personalidade que detinham – era esposa de um Senador socialista, galardoado com a medalha de ouro da Grande Guerra¹¹⁵⁵ – e do erro cometido, que não tinha qualquer utilidade¹¹⁵⁶. Remigio Grillo apresentava também uma veemente nota de protesto ao MNE, onde sublinhava ter feito todos os possíveis para que, no interesse das relações luso-italianas, o erro fosse reparado¹¹⁵⁷. O Embaixador reportava que o embaraço nas Necessidades era evidente¹¹⁵⁸. Em Roma, o Embaixador Brazão explicava ao Director-geral dos Negócios Políticos da Farnesina que todos os ataques que se sucediam contra o Governo português «estavam a criar uma perigosa mas justificada suspeição da parte de Portugal face à acção italiana»¹¹⁵⁹. Não obstante, em consideração da categoria da personalidade, a penalidade seria revogada¹¹⁶⁰.

Em Novembro de 1962, o *Comitato per l'amnistia e le libertà politiche in Portogallo* de Roma, cumprindo os compromissos assumidos aquando da sua fundação, em Janeiro de 1962, fundava em Milão um comité semelhante, imbuído com a mesma filosofia e propósitos¹¹⁶¹. A 6 de Janeiro, o *Comitato* de Roma organizava uma nova reunião na Livraria Einaudi¹¹⁶². Escrevia o Encarregado de Negócios português que estas reuniões e a actividade crescente de organizações similares contra Portugal, nomeadamente através de sucessivos artigos jornalísticos sobre a dura repressão infligida aos opositores, eram acções preparatórias da I Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Amnistia aos Detidos e Exilados

¹¹⁵³ *Ibidem*, telegrama n.º 42 de 20 de Junho de 1962, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹¹⁵⁴ ASD/MAE, telegrammi, vol. 57, Portogallo (1962), telegrama n.º 44 de 20 de Junho de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

¹¹⁵⁵ AHD/MNE, PEA M31, telegrama n.º 51, confidencial, de 27 de Junho de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹⁵⁶ ASD/MAE, telegrammi, vol. 57, Portogallo (1962), telegrama n.º 45 de 20 de Junho de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

¹¹⁵⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 46 de 22 de Junho de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

¹¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹¹⁵⁹ AHD/MNE, PEA M31, telegrama n.º 51, confidencial, de 27 de Junho de 1962, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹⁶⁰ ASD/MAE, telegrammi, vol. 57, Portogallo (1962), telegrama n.º 51 de 21 de Agosto de 1962, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

¹¹⁶¹ Tal como em Roma, o Comité agrupava indivíduos de todas as correntes políticas e assumia como objectivo fundamental alertar a opinião pública para a situação em Portugal (*L'Unità* 1962b).

¹¹⁶² AHD/MNE, PEA M551, ofício n.º 608 de 6 de Janeiro de 1963, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

Portugueses, a decorrer em Paris entre os dias 15 e 16 de Janeiro de 1963¹¹⁶³. Efectivamente, os meios antifascistas italianos preparavam cuidadosamente a sua participação na Conferência de Paris, tendo criado, em Roma, um *Comitato Nazionale Unitario* para coordenar uma participação que se desejava extremamente violenta nas críticas ao regime português e respectiva política ultramarina¹¹⁶⁴. Como a Conferência coincidia com a reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa dos Estados-membros da NATO e, por conseguinte, com a presença dos correspondentes dos mais importantes jornais do mundo, a ocasião era propícia a criar uma atmosfera de escândalo político em torno do Governo português.

A partir de 1963, a Frente Patriótica de Libertação Nacional, organismo fundado em 1962 para agrupar numa frente comum e organizada contra o Estado Novo os exilados portugueses das diversas tendências políticas, pretendia estender a sua actividade no sul da Europa e para isso tentava alargar os contactos e os apoios que os seus elementos já tinham em Roma junto dos partidos das esquerdas¹¹⁶⁵. A 21 de Janeiro de 1964, os jornais comunistas e socialistas, como o *Unità*, o *Paese Sera* e o *Avanti*, publicavam extensas notícias sobre as actividades da FPLN, dando especial relevo a uma conferência secreta realizada a 1 de Janeiro de 1964 em Praga (conhecida por II Conferência das Forças Antifascistas Portuguesas), da qual resultara a decisão de iniciar de imediato uma ofensiva violenta e revolucionária contra o regime e a definição de uma linha unitária de acção. Tudo para que 1964 fosse definitivamente o ano da libertação¹¹⁶⁶. No final de Fevereiro, três expoentes da FPLN, Ruy Cabeçadas, Fernando Anton Piteira Santos e Pedro Soares, reuniam-se em Roma com alguns dirigentes do PCI, nomeadamente Arturo Colombi, Giancarlo e Giuliano Pajetta (*L'Unità* 1964). A grande expectativa que se colocava na contribuição que os meios antifascistas italianos poderiam eventualmente representar para o sucesso da sua causa levava mesmo os elementos da FPLN a pensar transferir a sua sede de Paris, onde fora fundada, para Roma. Contudo, a previsão de que a sua instalação na capital italiana faria enveredar a luta pelos métodos tradicionais e de propaganda, relegando a resistência armada para um futuro incerto, faria com que acabasse por ser instalada em Argel, na Argélia, onde Ben Bella, forte opositor

¹¹⁶³ *Ibidem*.

¹¹⁶⁴ Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fundo Partito Comunista Italiano, série Esteri, b. 503, fasc. 67, nota reservada, de 12 de Outubro de 1962, redigida por Giuliano Pajetta; AHD/MNE, PEA M551, ofício n.º 608 de 6 de Janeiro de 1963, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹⁶⁵ AHD/MNE, PEA M13, ofício n.º 403, confidencial, de 21 de Dezembro de 1963, o Cônsul de Portugal em Marselha ao MNE.

¹¹⁶⁶ *Ibidem*, ofício n.º 45 de 24 de Janeiro de 1964, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

dos regimes fascistas e colonialistas, cedia todas as facilidades e apoios para a prossecução da acção armada (Raby 1988, p. 250).

Quando Mário Soares, uma figura muito conhecida nos ambientes democráticos internacionais¹¹⁶⁷, foi detido em Dezembro de 1967, o assunto foi levado ao Parlamento italiano, com o Governo a ser interrogado pelos sectores da esquerda e da extrema-esquerda se a prisão tinha como causa os contactos que mantinha com personalidades do mundo socialista italiano¹¹⁶⁸. Recordemos que o folheto *O Portugal Socialista* era publicado em Roma pela Acção Socialista Portuguesa, cujo comité director era constituído por Eleutério Gervásio, Francisco Ramos da Costa, Manuel Alfredo Tito de Morais e Victor Blanc¹¹⁶⁹. A Farnesina pedia informações ao seu Embaixador em Lisboa. Segundo Giuseppe Vitaliano Confalonieri, a detenção tinha dois motivos. O primeiro era as indiscrições cometidas por Soares nos meios estrangeiros sobre o escândalo do *Ballet Rose*, que envolvia alguns expoentes governativos e da alta finança no negócio da exploração sexual de menores, e ao qual a imprensa internacional dera publicidade¹¹⁷⁰. O segundo, a responsabilização do Governo pelas perdas humanas provocados pelas inundações de Novembro de 1967 na região de Lisboa, dado que a maioria das vítimas levadas pelas enxurradas vivia em barracas construídas no leito das cheias¹¹⁷¹. O diplomata excluía, portanto, como causa os contactos de Soares com os socialistas europeus, até porque os contactos, para além de periódicos, eram há muito conhecidos pelas autoridades portuguesas¹¹⁷².

O passo seguinte da Farnesina seria enviar instruções a Confalonieri para que interviesse junto do Governo português a favor da libertação de Mário Soares¹¹⁷³. Deveria sublinhar que o Governo italiano agia por considerações humanitárias e em coerência com a linha seguida em situações idênticas na América Latina, em Moscovo e em Atenas¹¹⁷⁴. Cumprindo o anterior, o Embaixador dirigiu-se ao Palácio das Necessidades. Ouvia do Director-geral dos Negócios Políticos, num tom extremamente forte, que não poderia aceder ao pedido de Roma, pois a questão era da exclusiva competência interna das autoridades

¹¹⁶⁷ ASD/MNE, telegrammi, vol. 75, Portogallo (1968), telegrama n.º 1 de 2 de Janeiro de 1968, o MAE ao Embaixador de Itália em Lisboa.

¹¹⁶⁸ ASD/MAE, telegrammi, vol. 73, Portogallo (1967), telegrama n.º 28 de 19 de Dezembro de 1967, o MAE ao Embaixador de Itália em Lisboa.

¹¹⁶⁹ AHD/MNE, PEA M521, ofício n.º 144-CI (2), confidencial, de 12 de Janeiro 1968, o Director-geral dos Negócios Políticos do MNE ao Director-geral da PIDE.

¹¹⁷⁰ ASD/MAE, telegrammi, vol. 73, Portogallo (1967), telegrama n.º 65 de 20 de Dezembro de 1967, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

¹¹⁷¹ *Ibidem*.

¹¹⁷² *Ibidem*.

¹¹⁷³ ASD/MNE, telegrammi, vol. 75, Portogallo (1968), telegrama n.º 1 de 2 de Janeiro de 1968, o MAE ao Embaixador de Itália em Lisboa.

¹¹⁷⁴ *Ibidem*.

portuguesas¹¹⁷⁵. No entanto, aceitando as razões humanitárias invocadas, assegurava que seriam respeitados todos os direitos fundamentais pessoais e de defesa¹¹⁷⁶. O Director-geral sublinhava ainda que nenhum outro Governo tinha feito um passo idêntico ao italiano¹¹⁷⁷.

A 19 de Março de 1968, Mário Soares era deportado para a Ilha de São Tomé¹¹⁷⁸. A Internacional Socialista reagia solicitando a todos os partidos socialistas presentes nos governos europeus, como era o PSI, que interviesses junto do Ministro da Justiça português a favor do camarada Soares¹¹⁷⁹. Para os responsáveis pela Secção Internacional do PSI, Alberto Bamporad e Venerio Cattani, o partido deveria intervir em todas as sedes e a todos os níveis e era neste sentido que solicitavam a Pietro Nenni e a Francesco De Martino que preparassem uma intervenção junto do Ministro dos Estrangeiros italiano para que todos os passos fossem dados no quadro da *praxis* diplomática para defender Soares¹¹⁸⁰. Meses depois, Giuliano Vassali, Professor de Direito Processual na Universidade de Roma, uma figura de grande prestígio nos meios forenses da capital e um membro destacado do PSI, organizava, com a colaboração de advogados de vários países da Europa Ocidental, um movimento a favor de Mário Soares, chamado *Comitato Internazionale di Solidarietà per la Liberazione di Mario Soares*¹¹⁸¹. Segundo notícias publicadas no *Il Messaggero*, no *La Stampa*, no *Avanti* e no *L'Unità*, o Comité tinha como objectivo interceder pela libertação do líder socialista junto dos organismos internacionais e das entidades portuguesas¹¹⁸². A primeira iniciativa consistiu na realização de uma conferência de imprensa em Roma¹¹⁸³. Estava-se a 17 de Outubro de 1968. Nela, Vassali sublinhava o quanto era necessário intensificar a actividade de defesa, especialmente porque a situação política portuguesa, com a subida de Marcello Caetano à Presidência do Conselho, era propícia à obtenção da libertação¹¹⁸⁴. Pela mesma altura, Guido Calvi, advogado e membro do *Comitato*, partia para Lisboa a fim de participar solidariamente na reunião de protesto organizada pela Ordem dos Advogados¹¹⁸⁵. Segundo o *L'Unità*, num

¹¹⁷⁵ *Ibidem*, telegrama n.º 3 de 16 de Janeiro de 1968, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

¹¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹¹⁷⁸ Fondazione di Studi Storici Filippo Turati, Archivio Storico, fundo Partito Socialista Italiano – direzione nazionale, série 11, subsérie 4, b. 49, fasc. 128, carta de 22 de Março de 1968, a Secção Internacional do PSI a Francesco De Martino.

¹¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹¹⁸¹ AHD/MNE, PEA M524, telegrama n.º 132 de 10 de Outubro 1968, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹⁸² *Ibidem*.

¹¹⁸³ *Ibidem*, telegrama n.º 136 de 19 de Outubro 1968, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹⁸⁴ *Ibidem*.

¹¹⁸⁵ *Ibidem*, ofício n.º 501, urgente, de 22 de Outubro 1968, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

artigo publicado a 22 de Outubro, Calvi teria sido seguido desde o aeroporto pela PIDE e retido por mais de três horas numa sala antes de ser autorizado a participar no dito evento¹¹⁸⁶.

Bem informado sobre o que se passava em Roma e para minorizar a hostilidade que a prisão de Soares suscitara em Roma, em meados de Outubro de 1968, o MNE dava instruções a João Hall Themido para que remetesse uma comunicação a todos os jornais, com excepção dos comunistas, onde esclareceria que, nos termos legais em que tinha sido aplicada a pena, a mesma expiraria a 13 de Dezembro de 1968, data a partir da qual o advogado deixava de estar sujeito a quaisquer limitações¹¹⁸⁷. Logo em Janeiro de 1969, Soares reunia-se em Roma com elementos do PSI, dos quais esperava obter apoios financeiros para a ASP¹¹⁸⁸. A resposta, muito vaga, não era a que queria ouvir: poderiam talvez ser concedidos alguns subsídios de viagem para os seus correligionários¹¹⁸⁹. Soares avançava então para contactos com elementos do PCI, do Partido Socialista de Unidade Proletária (PSIUP) e do Comité Italiano para a Paz, uma das organizações pacifistas italianas próxima dos meios comunistas¹¹⁹⁰. Segundo informações chegadas a Hall Themido de fonte fidedigna, este passo não foi bem recebido dentro do PSI, como que vindo confirmar a leitura que os seus elementos faziam de Soares: inteligente, mas um demagogo¹¹⁹¹. A desconfiança verificava-se entre os mais altos dirigentes, como Pietro Nenni, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros, que o considerava como um homem «ambicioso e perigoso», «capaz de tudo para atingir os seus objectivos políticos»¹¹⁹². Não surpreende, portanto, que não tivesse atendido ao seu pedido para recebê-lo¹¹⁹³.

Em Itália, a substituição de Oliveira Salazar por Marcello Caetano foi acompanhada com interesse pela imprensa italiana¹¹⁹⁴. No geral, segundo Hall Themido, fê-lo de uma forma «correcta e objectiva»¹¹⁹⁵. Considerava-se, como era o caso do *Corriere della Sera*, que seriam tomadas medidas para atenuar a censura e a repressão da polícia política, ao passo que seriam desviados para a educação e a assistência parte das verbas gastas com a organização

¹¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹¹⁸⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 146 de 15 de Outubro 1968, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹¹⁸⁸ AHD/MNE, PEA M18 confidencial, ofício n.º PEA-17, muito secreto, de 28 de Janeiro de 1969, o Director-geral dos Negócios Políticos do MNE ao Chefe de Gabinete do Ministro do Interior.

¹¹⁸⁹ *Ibidem*.

¹¹⁹⁰ *Ibidem*.

¹¹⁹¹ *Ibidem*.

¹¹⁹² *Ibidem*.

¹¹⁹³ *Ibidem*. Para uma contextualização da actividade prosseguida no estrangeiro por Mário Soares, bem como das suas deslocações a Roma, veja-se as obras escritas pelo próprio sobre os anos do exílio, nomeadamente, Soares 1974 e Soares 1975.

¹¹⁹⁴ AHD/MNE, PEA M524, telegrama n.º 134 de 11 de Outubro 1968, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹¹⁹⁵ *Ibidem*.

policial e aplicados maiores impostos sobre os grandes capitais, tudo isto contextualizado por um largo plano de desenvolvimento económico articulado em torno de uma maior simbiose entre a agricultura e a indústria¹¹⁹⁶. O jornal chegava mesmo a admitir que Portugal caminharia para um sistema de tipo gaullista autoritário, o qual não excluía a liberdade de opinião e de crítica¹¹⁹⁷. Ao contrário, a imprensa da extrema-esquerda via nas declarações de Caetano apenas uma «total intransigência»¹¹⁹⁸.

Perante as expectativas com que se olhava o novo Presidente do Conselho Português, a ASP e a FPLN faziam circular as suas próprias comunicações onde alertavam para a necessidade de não abrandar a luta ou diminuir os apoios internacionais à causa portuguesa. Como os socialistas escreviam, não se devia dar crédito aos sinais falaciosos de uma recente liberalização, pois «le Gouvernement de Marcello Caetano [...] se voit contraint, certes, de donner des gages d'un certain libéralisme, mais il le fait avec une prudence beaucoup trop excessive»¹¹⁹⁹. O que pretendia, apresentando uma melhoria das aparências, era nada mudar no essencial: não terminaria com a guerra colonial, ruínosa e sem sentido, nem substituiria o sistema corporativo que estava a levar a economia nacional à destruição total¹²⁰⁰.

O regime impunha, de facto, limites à sua liberalização e as desconfianças dos meios políticos internacionais subiram quando decidiu expulsar a delegação da Internacional Socialista que se tinha deslocado a Portugal com o objectivo de fiscalizar a democraticidade das eleições legislativas de Outubro de 1969 e estabelecer contactos com os meios da oposição. Entre os seus elementos, contavam-se vários socialistas italianos, como Luciano De Pascalis, responsável pela Secção Internacional do PSI¹²⁰¹. O regime não se ficava por aqui: decidia também actuar coercitivamente sobre a delegação liderada pelo deputado Giovanni Mosca que o PSI enviava a Portugal com o mesmo objectivo de fiscalização. Um dos seus membros, o jornalista italiano Arrigo Ripetto, que era também Presidente do *Comitato per le libertà democratiche e l'amnistia in Portogallo*, era impedido de entrar em Portugal¹²⁰². Regressado à Itália, Mosca levou o assunto ao Parlamento para exigir ao Ministro dos

¹¹⁹⁶ *Ibidem.*

¹¹⁹⁷ *Ibidem.*

¹¹⁹⁸ *Ibidem.*

¹¹⁹⁹ Fondazione di Studi Storici Filippo Turati, Archivio Storico, fundo Partito Socialista Italiano – direzione nazionale, série 11, subsérie 4, b. 49, fasc. 128, circular da ASP, sem data, assinada pelo Delegado do Comité Executivo para as Relações Internacionais, Francisco Ramos da Costa, destinada as camaradas socialistas europeus.

¹²⁰⁰ *Ibidem.*

¹²⁰¹ *Ibidem*, apontamento, com data de 24 de Outubro de 1969, sobre a intervenção na Câmara de Deputados a propósito da expulsão de Arrigo Ripetto, redigida por Giovanni Mosca. A par dos italianos, a delegação era constituída por socialistas da Suécia, da Inglaterra e da Irlanda, sendo chefiada pelo Secretário da Internacional Socialista, Hans Janitscheck

¹²⁰² *Ibidem.*

Estrangeiros que as autoridades italianas intervissem junto do Governo de Marcello Caetano no sentido de obter as reparações devidas perante a agressividade dos actos a que tinham sido sujeitos, até porque a Itália mantinha relações diplomáticas com Portugal e com ele fazia parte da Aliança Atlântica¹²⁰³. A Embaixada italiana interviria junto do MNE, contudo, como Ripetto já tinha sido anteriormente expulso, o que lhe dera entrada directa para a lista elaborada pela PIDE onde constavam os italianos não desejados dentro das fronteiras nacionais, as medidas punitivas não seriam revogadas¹²⁰⁴.

Entretanto, em Portugal, o regime voltava a prender os seus opositores. Era o caso de Jaime Gama e de Francisco Zenha, em Fevereiro de 1970. Gama tinha integrado as listas da oposição nas eleições de Outubro e Zenha, segundo um comunicado da DGS de 24 de Fevereiro, referente às agitações estudantis de 19 e 21 contra a guerra colonial, destacara-se como figura principal no colóquio sobre política colonial que se pretendia realizar na cidade universitária de Lisboa, apesar de expressamente proibido pela polícia¹²⁰⁵. Zenha era assim detido por ter promovido actos de desobediência à autoridade e a participação numa acção colectiva destinada a excitar a opinião pública no sentido de promover uma separação de parte do território português¹²⁰⁶. Estas detenções causaram grande turbacão nos círculos democráticos italianos, especialmente socialistas¹²⁰⁷. O Vice-presidente do Conselho de Ministros, Francesco De Martino, que era também o Secretário-geral do PSI, enviava um telegrama de protesto a Marcello Caetano onde afirmava secamente que os democratas italianos viam afirmar-se em Portugal um clima de perseguição política contrária aos ideais da democracia e aos direitos do Homem sancionados pelas Nações Unidas¹²⁰⁸. Esperava, por conseguinte, que Gama e Zenha fossem libertados imediatamente¹²⁰⁹. Também a Farnesina instruíu o Embaixador Cerulli Irelli para que intervisse junto das autoridades portuguesas para sublinhar que o Governo italiano desejava vivamente, não obstante o puro respeito pelos assuntos internos portugueses, que as medidas adoptadas fossem reconsideradas¹²¹⁰. Irelli deveria sublinhar que o pedido era feito tendo em conta o espírito de amizade e a aliança que

¹²⁰³ *Ibidem.*

¹²⁰⁴ *Ibidem.*

¹²⁰⁵ ASD/MAE, telegrammi, vol. 63, Portogallo (1970), telegrama n.º 9 de 28 de Fevereiro de 1970, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

¹²⁰⁶ *Ibidem.*

¹²⁰⁷ ASD/MAE, telegrammi, vol. 64, Portogallo (1970), telegrama n.º 3 de 27 de Fevereiro de 1970, o MAE ao Embaixador de Itália em Lisboa.

¹²⁰⁸ Centro di Studi Storici Filippo Turati, Archivio Storico, fondo Partito Socialista Italiano – direzione nazionale, série 11, subsérie 4, b. 49, fasc. 128, telegrama não numerado e sem data, o Vice-presidente do Conselho de Ministros da República Italiana ao Presidente do Conselho da República Portuguesa.

¹²⁰⁹ *Ibidem.*

¹²¹⁰ ASD/MAE, telegrammi, vol. 64, Portogallo (1970), telegrama n.º 7 de 12 de Abril de 1970, o MAE ao Embaixador de Itália em Lisboa.

ligavam os dois países¹²¹¹. O Embaixador foi recebido pelo Director-geral-adjunto dos Negócios Políticos, Lopes Coelho, de quem escutava palavras dadas com uma fria cortesia que sublinhavam que os detidos para os quais se pedia a libertação eram acusados de actividades subversivas e deviam, nestes termos, ser julgados pela magistratura¹²¹².

Como dizia Pedro Soares, da direcção da FPLN, em entrevista ao *L'Unità*, em Fevereiro de 1970, Caetano era igual a Salazar. A fachada mudava, mas a substância do regime permanecia inalterada (*L'Unità* 1970). Caetano continuava a guerra colonial e os monopólios estrangeiros a sua expansão, à custa das condições de vida dos trabalhadores. Por outro lado, se o Presidente do Conselho queria dinamizar a política interna, intenção assumida com as «grandi giornate democratiche» de Outubro de 1969, insistia no «monopolio della vita politica» através do sistema do partido único e continuava a aplicar a repressão (*apud ibidem*). Sintomático era a dissolução da PIDE, cujos elementos e estruturas continuavam a existir sob um nome DGS. Desta forma, as forças democráticas encontravam-se numa situação política que lhes exigia não só uma grande capacidade de acção, mas também o reforço quer da sua unidade, quer das suas ligações com as massas populares, fundamentais para o sucesso da luta pela democracia. Daí que se verificasse uma nova onda de manifestações e de greves dos trabalhadores e dos universitários. Citando Pedro Soares, «i giovani delle fabbriche e delle università, gli inellettuali, le donne si uniscono nel movimento delle forze politiche antifasciste che continuano la lotta e vogliono andare avanti fino alla instaurazione di un regime di democrazia e libertà in Portogallo» (*apud ibidem*).

Esta evolução da situação política portuguesa tinha os seus efeitos em Itália. Em Turim, no decurso de uma manifestação do 1º de Maio de 1970, o Consulado português era apedrejado¹²¹³. Se até ali, as manifestações deste tipo eram dirigidas «quase exclusivamente» contra os EUA e a Grécia¹²¹⁴, a campanha para as eleições regionais, combinada com a aproximação da realização da Conferência de Solidariedade para com os povos das colónias portuguesas, marcada para Junho, levavam o Embaixador Hall Themido a antecipar um período de fortes ataques contra Portugal¹²¹⁵. Os meios comunistas estavam «cada vez mais empenhados em perturbar a ordem em Itália»¹²¹⁶, sucedendo-se as greves com «a mera finalidade política» de servir os seus interesses no referente ao enfraquecimento do governo

¹²¹¹ *Ibidem*.

¹²¹² ASD/MAE, telegrammi, vol. 63, Portogallo (1970), telegrama n.º 18 de 24 de Abril de 1970, o Embaixador de Itália em Lisboa ao MAE.

¹²¹³ AHD/MNE, PEA M642, ofício n.º 70/DPE/559 de 4 de Maio de 1970, o Cônsul-geral de Portugal em Milão ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹²¹⁴ *Ibidem*, ofício n.º 278 de 13 de Maio de 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²¹⁵ *Ibidem*.

¹²¹⁶ *Ibidem*.

de coligação de centro-esquerda¹²¹⁷. Por exemplo, depois de terem atacado o Camboja, os EUA tornavam-se num alvo fácil para o PCI, o qual utilizava as suas acções e a complacência do Governo de Roma face às mesmas para justificar as manifestações de rua anti-americanas e contra os países chamados imperialistas¹²¹⁸. A situação na Grécia era explorada segundo a mesma filosofia: comunistas, socialistas e sindicatos surgiam unidos contra o regime dos coronéis, tendo um deputado do PSI sugerido ao Governo que propusesse ao Conselho da NATO a fixação de um prazo para Atenas restabelecer a democracia, caso contrário o país seria expulso da Aliança Atlântica¹²¹⁹.

Em meados de 1971, a ASP pretendia intensificar a actividade quer em Portugal, quer no estrangeiro¹²²⁰. Neste contexto, tinha adquirido a direcção do diário lisboeta chamado *República*, um jornal de grandes tradições antifascistas que contava com mais de 60 anos¹²²¹. O objectivo seria transformar este jornal no verdadeiro motor da sua luta e, para isso, era necessário dar-lhe uma organização moderna e eficiente¹²²². Com este objectivo, Tito de Morais solicitava ao socialista Paolo Vittorelli a possibilidade de criar um estágio para dois jornalistas portugueses no *Lavoro Nuovo*, um jornal de Génova com características similares ao *República*. Como escrevia Morais, «in fatto, *República* è un giornale d'informazione diretto dai socialisti, come *Lavoro*, e non un giornale di partito, come *Avanti*»¹²²³. Por esta razão, solicitava a Vittorelli que recebesse os dois camaradas jornalistas durante um mês e lhes explicasse como a redacção do *Lavoro* estava organizada, como os redactores trabalhavam, como era feita a recolha das notícias, a paginação, etc. «Insomma tutto il lavoro interno del giornale», concluía¹²²⁴.

Um ano depois, o PCP estava interessado em instalar um representante permanente em Roma, o qual teria como função principal manter estreitíssimas as ligações com o PCI¹²²⁵. Para além de mantê-lo informado sobre as actividades do PCP, contribuiria para a realização dos eventos realizados em Itália em prol da amnistia aos presos políticos portugueses e do restabelecimento das liberdades democráticas em Portugal e produziria material de

¹²¹⁷ AHD/MNE, PEA M629, aerograma n.º A-27 de 15 de Maio de 1970, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²¹⁸ *Ibidem*.

¹²¹⁹ *Ibidem*.

¹²²⁰ Centro di Studi Storici Filippo Turati/Archivio Storico, fundo Partito Socialista Italiano – direzione nazionale, série 11, subsérie 4, b. 49, fasc. 128, carta de 31 de Maio de 1971, Tito de Morais a Paolo Vittorelli.

¹²²¹ *Ibidem*.

¹²²² *Ibidem*.

¹²²³ *Ibidem*.

¹²²⁴ *Ibidem*.

¹²²⁵ Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fundo Partito Comunista Italiano, série Esteri, b. 54, fasc. 325, nota com data de 1 de Setembro de 1972, a Secção Internacional do PCI à Secretaria do PCI.

propaganda a distribuir pelos italianos¹²²⁶. Seria Pedro Soares, um velho militante comunista, membro do Comité Central e por diversas vezes encarcerado e condenado pelo regime, o camarada escolhido¹²²⁷. Todas as despesas originadas por esta representação ao nível salarial e de alojamento ficaram a cargo do PCI¹²²⁸. De referir ainda que a instalação de Soares em Roma preocupava os socialistas portugueses, com Tito de Moraes a sugerir o reforço da solidariedade do PSI a fim de evitar que os comunistas ganhassem posições em Portugal em virtude do reforço do apoio recebido do PCI¹²²⁹. Está aqui evidente a competição que existia entre a ASP/PS e o PCP e que marcaria o período revolucionário no seguimento do golpe militar que derrubou o Estado Novo, a 25 de Abril de 1974.

O período do centro-esquerda em Itália representou, de facto, uma fase delicada nas relações entre Portugal e a Itália. O estreitamento da cooperação entre os dois países, desejada por Lisboa e por Roma, era dificultada pelas orientações ideológicas dos respectivos regimes políticos, com o colonialismo e o anti-democratismo do Estado Novo a chocar com o anticolonialismo e o democratismo dos sectores governamentais e partidários ligados à área governativa. Não obstante, o Governo italiano procurava honrar os laços de solidariedade devida a Portugal, um país ao lado do qual integrava a Aliança Atlântica e com quem compartilhava os princípios sobre os quais assentava a defesa do Ocidente perante o expansionismo soviético. Se Salazar desejava prolongar esta filosofia à África, incluindo as colónias na área NATO para garantir que ficariam fora da influência de Moscovo, a Itália considerava que o caminho a seguir seria conceder gradualmente a independência, convencendo os movimentos de libertação de que Lisboa era uma aliada e não o inimigo que os lançava numa guerra feita com apoios externos obtidos junto dos «verdadeiros amigos» soviéticos. Neste sentido, o Governo de Roma procurava, dentro dos limites demarcados pela solidariedade atlântica, apoiar os movimentos de libertação e os países recém-independentes para mantê-los na esfera do Ocidente, uma estratégia que envolvia os partidos políticos, dado o âmbito de acção mais liberto do que o do Governo em si, limitado pelos compromissos internacionais assumidos. Os seus pedidos de apoio tinham, assim, acolhimento em Itália, onde paulatinamente construía uma larga rede de solidariedade. O mesmo se passava com a oposição estado-novista. Os seus elementos contavam com o apoio dos partidos antifascistas italianos para derrubar o Estado Novo e instaurar uma nova dinâmica nas relações externas de

¹²²⁶ *Ibidem*, fasc. 326, nota reservada, com data de 30 de Outubro de 1972, intitulada «Incontro con il compagno Blanco, membro della Direzione del PCP (30-10-72)».

¹²²⁷ *Ibidem*.

¹²²⁸ *Ibidem*.

¹²²⁹ Fondazioni di Studi Storici Filippo Turati, Archivio Storico, fundo Partito Socialista Italiano – direzione nazionale, série 11, aubsérie 4, b. 49, fasc. 131, carta de 6 de Março de 1973, Tito de Moraes a Mário Zagari.

Portugal, não só com a Itália, mas com o mundo. O regime reagiu na medida das suas possibilidades, articulando uma argumentação que considerava sólida em torno do direito inalienável de Portugal sobre as suas províncias ultramarinas, as quais eram parte integrante da Nação e não meras colónias. Em simultâneo, procurava ligar os países ocidentais às obras de desenvolvimento que lançava no Ultramar e na Metrópole a fim de garantir o apoio político dos mesmos. Todavia, o Estado Novo estava em plena desarticulação, caindo sem resistência, em Abril de 1974. A partir de então, com Portugal a adoptar um regime democrático e anticolonialista, as relações entre Roma e Lisboa encetam um período de maior identificação em termos de objectivos e de princípios, permitindo o estreitamento da colaboração bilateral e multilateral, com a Itália a auxiliar Lisboa na negociação da concessão da independência às províncias ultramarinas e da adesão à Comunidade Económica Europeia.

SEGUNDA PARTE

NOVOS RUMOS COM A DEMOCRACIA DE ABRIL

As relações luso-italianas adquiriram um colorido expressivo no contexto da democracia de Abril, não só porque propiciaram uma maior aproximação entre Portugal e a Itália, mas também porque a transição de um regime autoritário para um Estado democrático, numa conjuntura internacional marcada pelas chamadas crises mediterrânicas, pela *détente* e pelo eurocomunismo, acentuava a importância estratégica de Portugal do ponto de vista da segurança europeia e da demarcação ideológica de uma Europa não comunista. Nesta equação, o Governo de Roma e a própria comunidade internacional pretendiam que a Itália conservasse a sua posição de sólido baluarte do Ocidente no Mediterrâneo, o que pressupunha manter o PCI afastado da área governativa, não obstante os seus crescentes ganhos eleitorais e a sua adaptabilidade democrática, enunciada pela fórmula do «compromisso histórico». Se esta situação criou linhas de entendimento específicas entre Portugal e a Itália, quer ao nível das forças partidárias, quer ao nível governamental, criou também alguma tensão e desconfiança, especialmente quando os italianos recorriam à evolução da política interna portuguesa para fins políticos e partidários.

Temos três pontos neste capítulo. O primeiro constitui uma reflexão sobre o período pré-constitucional português, compreendido entre a Revolução do 25 de Abril e a aprovação da Constituição da III República Portuguesa, em Abril de 1976, e sobre as coevas crises governativas italianas que levaram, em 1976, a uma colaboração parlamentar com o PCI. Explicaremos também porque a convulsão política que se verificou em Portugal e na Itália, em ambos os casos marcada pela pujança do comunismo, teve repercussões ao nível da inserção internacional dos dois países, com os EUA e os Estados líderes da Europa a tentarem limitar ao máximo a emulação da constituição de governos com comunistas na área euro-mediterrânica. É que a formação de um governo comunista ou com comunistas num Estado-membro da NATO ia contra os princípios fundacionais da Organização e requeria medidas drásticas para proteger a eficácia da estratégia de defesa e de segurança na Europa e no Mediterrâneo. Apesar de não nos centrarmos especificamente nas relações diplomáticas luso-italianas, as considerações feitas neste ponto serão úteis como enquadramento para os assuntos abordados nos dois pontos seguintes, já directamente relacionados com a temática central da investigação.

Assim sendo, no ponto 1.2, veremos quais foram as áreas de cooperação entre os Estados português e italiano e quais as vantagens estratégicas que cada qual encontrava no

parceiro. Do ponto de vista diplomático, o processo de democratização em Portugal permitiu o melhoramento significativo das relações entre Lisboa e Roma. A demonstração de solidariedade e de apoio por parte da Itália ao novo regime processava-se por um conjunto diverso de situações que ia desde a organização de visitas de personalidades italianas a Portugal e de personalidades portuguesas à Itália para discutir fórmulas de cooperação económico-financeira e política, à intercessão da Itália junto do Terceiro Mundo e da CEE em prol dos interesses portugueses. O Governo de Roma pretendia, acima de tudo, a concretização em pleno da democratização do novo regime português. Ainda no ponto 1.2, falaremos um pouco sobre a colaboração entre os partidos portugueses e italianos, sobretudo entre o PS, o PCP, o PSI e o PCI e os movimentos extraparlamentares, no sentido de levar adiante a transição democrática através da cedência de apoios políticos, logísticos, formativos, técnicos e financeiros.

No ponto 1.3, explicaremos como a evolução da conjuntura portuguesa foi utilizada em Itália como instrumento de ataque com fins políticos internos. A situação revolucionária que se vivia em Portugal e a importância que, deste ponto de vista, a fase embrionária de uma sociedade de tipo socialista representava para os partidos da esquerda italiana, nomeadamente para o PCI e o PSI, eram utilizadas para tecer críticas ao Partido da Democracia-cristã e ao representante diplomático da Itália em Lisboa, membro deste partido, a ponto de envolverem a preparação da visita oficial de Moro numa larga polémica. Analisaremos também o debate público que decorreu em Itália em torno da viabilidade político-económica do compromisso histórico e de como, no contexto deste debate, a tentativa de golpe de Estado de 11 de Março de 1975 e a consequente ilegalização do Partido da Democracia-cristã português foram utilizados pela Democracia-cristã italiana para destabilizar o PCI, reunido no seu XIV Congresso, muito significativamente designado por «congresso do compromisso histórico».

1.1 – Portugal em convulsão, a Itália em crise.

Neste ponto, a reflexão sobre a transição política em Portugal (ponto 1.1.1), sempre que possível, terá como ângulo de abordagem a leitura que sobre ela era feita em Itália e a forma como envolveu a Embaixada portuguesa em Roma. Semelhantemente, a análise da instável conjuntura italiana (ponto 1.1.2) privilegiará os documentos redigidos pelo Embaixador de Portugal em Roma. Seguir-se-á uma reflexão sobre as repercussões internacionais da política interna de Portugal e da Itália (ponto 1.1.3), explicando-se o que aconteceria se qualquer um

dos dois países, enquanto Estado-membro da NATO, instituísse um Governo comunista e alterasse a escala de equilíbrio bipolar até ali mantido e negociado.

1.1.1. *Um processo revolucionário em Portugal*

As guerras em África acordaram os portugueses para a contestação séria ao regime e a oposição militar ao Estado Novo não só levaria à queda do Governo de Marcello Caetano, a 25 de Abril de 1974, como abria também um processo convulso de democratização de Portugal. Os generais Francisco da Costa Gomes e António de Spínola, respectivamente Chefe e Vice-chefe do Estado-maior-general das Forças Armadas, foram duas das altas patentes a posicionarem-se publicamente contra o Governo de Marcello Caetano e a alertarem para as consequências negativas da continuação das guerras coloniais, para as quais defendiam uma solução política. No entanto, salienta Medeiros Ferreira (1994, p. 21), «se alguns generais expressaram primeiro do que os capitães a impossibilidade de continuar a guerra [...], serão os capitães [atraídos pelas posições de Costa Gomes e de Spínola] a organizar a conspiração contra o regime que impedia a procura de soluções alternativas».

A organização do golpe de Estado – que foi acobertada por Costa Gomes e por António de Spínola, mas sem o envolvimento directo dos dois generais – envolveu cerca de trezentos oficiais intermédios e demorou menos de um ano a concretizar-se. Neste processo, o Movimento dos Capitães, constituído na reunião de Évora, a 9 de Setembro de 1973, transmutou-se, na reunião de Cascais de 5 de Março de 1974, no Movimento das Forças Armadas (MFA). E se, no final do Verão de 1973, os Capitães conduziam uma contestação marcadamente corporativa contra os decretos-lei n.º 353 de 13 de Julho e n.º 409 de 20 de Agosto, criados pelo Governo para solucionar a falta de oficiais no Exército¹²³⁰, no final do Inverno de 1974, os seus princípios de acção ganhavam uma forte conotação política e social ao concluírem que só o derrube do Governo de Marcello Caetano poderia levar à solução política da guerra e à superação da crise económica e social em que esta mergulhara o país

¹²³⁰ Através destes dois decretos, o Ministro da Defesa, Sá Viana Rebelo, pretendia simplificar e acelerar a passagem dos oficiais do quadro complementar (ou miliciano) ao quadro permanente. Bastava, para isso, que aqueles tivessem sido aprovados no curso intensivo para oficiais, de dois semestres, leccionado na Academia Militar. Na prática, os diplomas alteravam as escalas de antiguidade e prejudicavam os cadetes, pois estes necessitavam de quatro anos para serem promovidos a alferes. Cerca de trezentos jovens oficiais assinariam a carta de protesto que enviaram aos presidentes da República e do Conselho. O facto de esta contestação visar apenas assuntos da profissão concedeu uma origem marcadamente corporativista ao Movimento dos Capitães (Ferreira 1994, pp. 21-22).

(Cervelló 1993, pp. 125-170; Rezola 2007, pp. 25-43; Barbosa 2011, pp. 139-178; Tornada 2011, pp. 179-206).

Em Fevereiro de 1974, Spínola tornava-se na voz mais audível na defesa de uma solução política ao publicar pela *Arcádia*, com a devida autorização do Chefe do Estado-maior-general das Forças Armadas, nem mais nem menos do que o General Francisco da Costa Gomes, o polémico livro *Portugal e o futuro*. Nele defendia a conversão das colónias em Estados parcialmente soberanos e a sua integração numa federação de língua portuguesa sob a égide de Portugal. Esta seria, segundo ele, a solução para o problema colonial, aconselhando ainda o Governo a liberalizar o regime e a integrar Portugal na Comunidade Económica Europeia. Medidas que, à luz dos dogmas imperialistas, eram classificadas como desviadas da ortodoxia estado-novista (Barbosa 2009, pp. 139-147, 153-155).

Os conspiradores receberam o livro como «uma espécie de sinal verde» para o pronunciamento (Rosas 2006, p. 17). E assim, a 5 de Março de 1974, na reunião de Cascais, ocorria a politização do MFA com a aprovação do manifesto programático intitulado «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação». Significava isto que a guerra colonial passava a ser vista como um meio para alcançar um fim muito preciso (a trégua ou a retirada de África como ponto de partida para a recuperação económica do país) e não como um fim em si mesmo, como pretendia o regime (Ferreira 1994, p. 23). A 14 de Março, Spínola e Costa Gomes, perdida a confiança política por terem faltado à cerimónia de apoio à política ultramarina convocada pelo regime, eram demissionados pelo Governo. Dois dias depois, no Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha, os elementos spinolistas do MFA tentavam fazer um golpe militar, o qual, débil e mal coordenado, foi neutralizado pelo regime sem dificuldade (Tornada 2009). Uma semana depois, a Comissão Coordenadora do MFA agendava um golpe de Estado «a sério» para entre os dias 20 e 27 de Abril, obtendo para isso a colaboração das principais unidades do Exército e a promessa de não intervenção por parte da Armada e da Força Aérea. Entregue o comando das operações ao Major Otelio Saraiva de Carvalho, na madrugada de 25 de Abril de 1974, os militares estavam na rua. A resistência do regime foi praticamente nula e, às 19:30 daquele dia, o Governo, através de Marcello Caetano, rendia-se incondicionalmente ao General António de Spínola. Na noite de 25 para 26 de Abril, os líderes do MFA, constituíam a Junta de Salvação Nacional (JSN), organismo que, sob a presidência de Spínola, assumia temporariamente todos os poderes governamentais (Cervelló 1993, pp. 171-185; Ferreira 1994, pp. 24-33; Rezola 2007, pp. 43-62).

Em treze anos, os portugueses atingiam o ponto máximo da saturação geral, acolhendo efusivamente o golpe de Estado. A maioria não via já lógica na submissão e na dedicação

patriótica exigidas pelo regime quando a realidade em que viviam quotidianamente era marcada pela repressão, por salários míseros, por baixos índices de qualidade de vida, pelo desemprego e por uma inflação galopante (Cervelló 1993, pp. 36-58). Por outro lado, a modernização técnica e intelectual da sociedade era bloqueada por uma cultura político-económica e financeira de arcaísmos alimentados pelo idealismo colonial. Neste panorama, a grande burguesia liberal, já lesada por uma economia assente no esforço bélico e num modelo de industrialização altamente regulado, burocrático e cada vez menos subvencionado, entrava também em dissensão com o Governo e pedia alternativas (Santos 1985, pp. 7-17). Deste modo, se não promoveu a queda do regime, também não a impediu. Basta, por exemplo, recordar que a Arcádia, a editora do livro de Spínola, pertencia à Companhia da União Fabril (CUF) (Ledda 1974, p. 16). E não esqueçamos também que o General surgia como o porta-voz dos desígnios do burguês liberal ao propor uma solução política para o problema colonial como promessa de um reordenamento económico capaz de romper com o isolamento internacional e atribuir a Portugal o papel de ligação entre a Europa e uma «Confederação Lusitana» de língua portuguesa, conjecturada enquanto comunidade económica constituída por Portugal, Angola, Guiné, Moçambique e Brasil¹²³¹.

O facto de a JSN ter sido ser presidida por Spínola contribuía para reforçar a ideia de que o golpe de Estado estava directamente ligado ao General e que, por essa razão, as linhas de moderação revolucionária, tal como apresentadas no *Portugal e o futuro*, estariam de algum modo garantidas (cf. Barbosa 2009, pp. 113-155). Para o MFA, contudo, a presença do General foi, e citando Victor Alves, um dos obreiros da revolução, um «sapo» engolido em nome da credibilização do golpe de Estado, quer interna (manter a unidade das Forças Armadas), quer externa (contornar eventuais problemas com a NATO) (*apud* Lopes & Melo 2007). Mas expliquemos a expressão «engolir um sapo». Como conta Victor Alves, desde o início, Spínola tinha uma opinião muito própria sobre as fórmulas e os objectivos contidos no Programa do MFA:

«[Spínola] sugeriu inúmeras emendas ao Programa, sugestões, perguntas... «Se isto resultar o que é que se faz ao Governo do Marcello Caetano? E ao Presidente da República?». Cortou também uma série de palavras, que ele entendia terem ressonâncias de discurso do PCP. Por exemplo, a palavra «democrático» desagradava-lhe, a mesma coisa com a designação de «regime fascista» (*apud ibidem*).

¹²³¹ IRSIFAR, fundo Memoria di Carta, subfundo Franco Lipparini – Stefania Raspini, b. 83, fasc. 65, dossier *Portogallo*, publicado pela *Avanguardia Operaia*, sem data, p. 4.

Na noite do 25 de Abril, Spínola voltava a criticar o Programa do MFA com o objectivo final de anulá-lo. O General tinha, dizia Alves, «um programa próprio» e os problemas começaram logo ali, convidando-se Spínola a sair se não o aceitava, até porque os tanques já estavam na rua. Spínola retorquia: «Não, não, eu aceito o Programa, por isso é que estou a discuti-lo» (*apud ibidem*).

Ao chegarem as primeiras notícias, ainda difusas, sobre os acontecimentos portugueses, a primeira ideia que os italianos puderam formar era a de que um golpe de Estado militar tinha derrubado o mais velho e o mais enraizado fascismo (*sic*) da Europa. A designação política de fascismo aplicada ao regime evidenciava ainda mais o grande feito que acabara de ocorrer¹²³². Na imprensa, na televisão e nas rádios da Itália, a sublevação militar e os acontecimentos subsequentes à vitória do MFA tiveram grande repercussão e o tom de abordagem era geralmente de simpatia, sobressaindo as fotografias do General Spínola, do seu *Portugal e o futuro* e das ruas de Lisboa patrulhadas por carros blindados. Na noite de 3 de Maio, a emissão televisiva de um programa de meia hora dedicado a Portugal mudava seriamente a imagem do país em Itália, tal como relata o Embaixador de Portugal em Roma, Armando Martins:

«Pela primeira vez desde há vários anos Portugal é ali apresentado com simpatia sob o aspecto dum país moderno, aspirando ao progresso em plena liberdade. Ao contrário dos anteriores programas, sempre hostis, exclusivamente com imagens de pobreza e acusações contra a autoridade opressiva, desta vez aspectos de Lisboa, praças, ruas do centro e dos bairros modernos cheios de vida eram mostrados sob um comentário elogioso dos aspectos da capital e do povo português»¹²³³.

De súbito, contava o diplomata, «uma onda de simpatia envolve Portugal, declarada tanto por meios de informação, como por meios oficiais e particulares», sendo ela acompanhada por comentários de «caloroso interesse» e de louvores ao civismo e à maturidade mostrada pelo povo português¹²³⁴. Elogios que surgiam assertivamente depois das comemorações do 1º Maio, com todos os comentadores a realçar a «dignidade, cavalheiresca firmeza e rapidez do golpe militar, bem como a seriedade e a ordem com que a democracia se vem estabelecendo»¹²³⁵. O exemplo português tornava-se num caso paradigmático de

¹²³² O uso da terminologia fascista e totalitária para caracterizar o salazarismo e o marcelismo era típico das esquerdas. Já nos meios governamentais e conservadores, o termo utilizado para designar o regime português era o de ditadura.

¹²³³ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 121 de 4 de Maio de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²³⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 126 de 9 de Maio de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²³⁵ *Ibidem*.

esperança e progressão, facto visível em pequenos gestos executados pela população de Roma, como é relatado pelo Embaixador Armando Martins:

«Ontem, domingo, na parada militar que todos os anos se realiza em frente ao *Forum Romanum*, à passagem dos *bersaglieri* – o corpo de tropas mais populares na Itália –, as mulheres lançaram sobre os soldados cravos vermelhos. O pavimento ficou juncado de cravos vermelhos. Enquanto eu observava emocionado, um Embaixador a meu lado comentou: as italianas copiam o exemplo das mulheres portuguesas ao exprimirem a sua simpatia pelos soldados da Revolução»¹²³⁶.

Em Maio, Romano Ledda, jornalista do *Rinascita*, semanário do PCI, visitava Portugal e testemunhava o gáudio dos portugueses com a aquisição da liberdade e a experimentação das suas prerrogativas:

«Là si assapora nel frenetico acquisto dei giornali non più censurati, nelle libere discussioni al caffè *Monumental* dove fino a ieri si incontravano gli agenti della PIDE, nell'andare a vedere, come ad una festa, la *Corazzata Potemkin. Il grande dittatore* e persino i film erotici di bassa lega che, proibiti dal tetro bigottismo di Salazar, sono stati immessi a valanga nel mercato da astuti distributori» (Ledda 1974, p. 13).

Mas, nas ruas, Ledda não encontrou só o culto da liberdade: também lá estavam a inquietação, uma série de interrogações e uma certa tensão que, se não era ainda febril, poderia sê-lo (*ibidem*). Percebia-se que começava uma fase delicada e complexa para decidir o carácter, as formas e os conteúdos da democracia portuguesa. De facto, com o 25 de Abril, Portugal tornou-se num grande espaço de experimentação político-ideológica onde as diferentes interpretações dadas aos conceitos de democracia e de democratização criaram conflitos e tensões, contrastando-se as formas democráticas liberais ocidentais com os prometidos benefícios socioeconómicos das democracias populares comunistas (Bruneau 1982, p. 890).

O objectivo fundamental do MFA, tal como constava do seu Programa, era a formação de um novo poder político que governasse a sociedade portuguesa até à proclamação da nova Constituição. A JSN, na altura da sua formação, na noite de 25 para 26 de Abril, comprometeu-se em escolher de entre os seus membros o novo Presidente da República Portuguesa, a quem competiria nomear um Governo Provisório civil, responsável pela preparação das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Seria esta Assembleia a

¹²³⁶ AHD/MNE, PEA M17/1974, aerograma n.º 6 de 5 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

elaborar a nova Constituição da República Portuguesa, vigorando até a sua aprovação a Constituição de 1933, devidamente desprovida dos artigos que contradissem os princípios do MFA e a nova ordem política e social. Sublinhe-se que não era objectivo dos militares provocar uma ruptura na organização e no funcionamento do Estado. Em termos jurídicos, quer na ordem interna, quer no plano das relações internacionais, o Estado continuava a existir como até então. A ruptura aplicava-se ao sistema político, o que implicava, para além de uma Constituição nova, a renovação das organizações e da classe de governantes. Assim sendo, a queda do poder estado-novista traduziu-se, para além da destituição do Presidente da República e do Chefe do Governo, na destituição dos diversos governadores nomeados para a Metrópole e para o Ultramar e na extinção da Acção Nacional Popular, da DGS, da Legião Portuguesa e das organizações políticas da juventude. Eram ainda abolidos a censura e o exame prévio, ainda que fosse criada uma comissão para o controlo dos meios de comunicação. Refira-se ainda que o saneamento dos antigos dirigentes, feito através de substituições para suprimir convulsões internas, tinha como objectivo fundamental resolver a questão colonial e operar a democratização do sistema político nacional (Leal 1982).

Estes propósitos levavam os militares a colaborar com os partidos políticos para o estabelecimento de um regime democrático pluripartidário. De facto, as Forças Armadas compreenderam que só aqueles poderiam actuar como concertadores dos diversos interesses em tensão e criar os dispositivos necessários à coesão da sociedade portuguesa e à consolidação de um regime de democracia política, o que acabaria por transformá-los nos instrumentos principais da evolução democrática (Ferreira 1994, p. 239-260).

A 15 de Maio, a JSN deixava de ser o único órgão de soberania: António de Spínola era investido no cargo de Presidente da República e o I Governo Provisório, que contava com a participação de elementos independentes, do PS, do PCP e do PPD, era apresentado. Adelino da Palma Carlos, um liberal, era nomeado Primeiro-ministro. Como nota José Medeiros Ferreira (1994, p. 47), alcançar esta formação governativa foi complexo e pouco tranquilo, dado ter sido necessário resolver o problema da (não) participação do PCP. O PS era favorável à sua participação, argumentando que era uma forma de garantir o pluripartidarismo do regime nascente e evitar que o PCP se transformasse numa força hostil quando a coesão era fundamental para fazer progredir a democratização do país. Spínola também pretendia a participação dos comunistas, mas por razões diferentes: tendo falhado na tentativa de obter a colaboração dos principais elementos da oposição democrática enquanto individualidades, pretendia introduzir a maior complexidade possível no Executivo para assegurar que nenhuma das forças partidárias ali presentes obteria algum tipo de preponderância. No entender do

General, os ideais democráticos e de liberdade corriam o grave risco de ser criminosamente utilizados por forças que visavam a destruição e a anarquia (Ferreira 1994, p. 47; Rezola 2007, pp. 62-80).

A 13 de Junho, o General Spínola convocava a reunião da Manutenção Militar¹²³⁷, célebre por ter sido o primeiro confronto sério entre o General e a Comissão Coordenadora do MFA e do qual resultou a afirmação deste como agente político determinante no processo revolucionário (Rezola 2007, pp. 80-84). Doravante, coexistiam dois grandes pólos de forças: um spinolista, que prepararia a contra-revolução do 28 de Setembro de 1974, e outro revolucionário, que preconizou a subsequente viragem à esquerda da evolução política nacional (Cervelló 1993, pp. 193-209). A 21 de Junho, numa altura em que proliferavam as manifestações de rua e o país era atingido por uma onda de greves, o Primeiro-ministro Palma Carlos, em entrevista ao *Diário de Notícias*, sublinhava que todos aqueles que apoiavam Spínola na defesa da ordem e do dever cívico deviam agir conjuntamente, fazendo ouvir a voz daquela que era a «maioria silenciosa» do povo português. A 8 de Julho, os militares constituíam o Comando Operacional do Continente (COPCON), organismo que, sob o comando-adjunto de Otelo Saraiva de Carvalho, acabaria por transformar-se no instrumento político-militar de ligação entre o MFA e as ideologias radicais que propunham «uma linha de poder popular cada vez mais vanguardista» (Ferreira 1994, p. 48). Perante estes factos e devido às insuperáveis divergências entre o Primeiro-ministro e o MFA em torno de matérias económicas e do processo de descolonização, o I Governo Provisório caía, a 9 de Julho.

A 18 de Julho, era apresentado o II Governo Provisório, liderado pelo Coronel Vasco Gonçalves e constituído por elementos do PS, do PPD, do PCP e da Comissão Coordenadora do MFA. O novo Ministério acentuava de forma irreversível a incompatibilidade reaccionária entre Vasco Gonçalves, figura muito próxima do PCP, e o Presidente Spínola. Este, entre Junho e Setembro, foi ficando cada vez mais isolado face ao Governo e à JSN, ao mesmo tempo que a proximidade entre os militares do MFA e o PCP saía fortalecida. De facto, na divergência profunda existente entre Spínola e o MFA, se os militares tinham no PCP um forte aliado no campo dos partidos, os comunistas encontravam nos militares o apoio necessário para adquirir uma influência real e geral no país (Ferreira 1994, pp. 48-51; Rezola 2007, pp. 87-96). Nos círculos políticos e jornalísticos italianos, conjecturava-se que Spínola contra-atacaria com a criação de um partido conservador, o qual permitiria criar uma grande coligação que dissipasse o choque entre o centro e as esquerdas que as crises governamentais

¹²³⁷ A reunião destinava-se a discutir a questão africana, a organização do poder político e as relações entre Spínola e o MFA.

vinham alimentando¹²³⁸. Seria, em poucas palavras, o instrumento criador de um «gaullismo lusitano» e o elemento aglutinador da massa reaccionária spinolista – a eufemística «maioria silenciosa» –, visivelmente apreensiva com a radicalização à esquerda do processo revolucionário, com a descolonização e com a degradação da autoridade política e social tal como ficava patente nas sucessivas greves e nas ocupações e expropriações da propriedade privada (Torchia 1974).

Entretanto, o Governo de Vasco Gonçalves não conseguia promover a unidade entre as diversas forças políticas ou controlar a agitação social. No final do Verão, o conflito entre, de um lado, os elementos spinolistas e a respectiva «maioria silenciosa» e, do outro, o MFA, o Governo, o PS e o PCP atingia níveis explosivos. Na noite de 18 para 19 de Setembro, as ruas de Lisboa recebiam os primeiros cartazes alusivos à realização, a 28 de Setembro, de uma manifestação de apoio da «maioria silenciosa» ao Presidente da República na sua missão de salvar Portugal da anarquia e do caos (*sic*). Logo nessa madrugada, os cartazes eram rasgados pelas brigadas do PCP e do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral. A partir de 26 de Setembro, os acontecimentos agudizam-se e a Comissão Coordenadora da Manifestação decide testar a sua capacidade mobilizadora. Para isso organizou dois eventos de apoio ao Presidente Spínola, um Concurso Internacional Hípico e a corrida de touros anual da Liga dos Combatentes, onde o General foi aclamado e os elementos centrais das Forças Armadas e do Governo ignorados. No dia seguinte, Spínola convocava a JSN e Vasco Gonçalves para uma reunião para forçá-lo a demitir-se do cargo de Primeiro-ministro e obter o apoio da Junta para declarar o estado de sítio em resposta às barricadas entretanto montadas pelo PCP, pelos sindicatos e pelos movimentos democráticos em torno da capital e nas principais estradas do país para impedir a chegada dos manifestantes a Lisboa. Não obstante o grande alarme provocado pelos incidentes e violências entre aquelas facções, o MFA e o Conselho de Estado não aceitaram proclamar o estado de sítio e a 28 de Setembro o MFA impedia a realização da manifestação. Seguidamente, Spínola, alegando não ter condições políticas ou a confiança necessária para desempenhar o cargo presidencial, demitia-se, sendo substituído por Costa Gomes (Pereira 1977; Spínola 1978; Rezola 2007, pp. 101-110; Sá 2009, pp. 196-206).

O 28 de Setembro foi considerado pelo MFA e por todas as forças de esquerda e do centro como uma reacção da direita conotada com o fascismo para deter o carácter revolucionário do processo de democratização e inverter o caminho trilhado desde o 25 de

¹²³⁸ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 230 de 12 de Julho de 1974, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

Abril. Como veremos no ponto 1.3.1, este acontecimento teve repercussões na diplomacia ítalo-portuguesa e ao nível da política interna italiana, pois foi utilizado para enfraquecer politicamente a Democracia-cristã. A imprensa comunista voltava a publicar um relatório do Embaixador de Itália em Lisboa, Girolamo Messeri, onde fazia uma avaliação crítica da evolução dos acontecimentos portugueses.

Quer permanecessem em Portugal ou optassem pelo exílio (em Espanha, no Brasil ou nos EUA), os apoiantes do General Spínola e do regime deposto (dignitários, elementos da DGS e da Legião Portuguesa ou meros seguidores ideológicos) defendiam uma invasão ou qualquer outra forma de intervenção baseada na força para deter o processo revolucionário em Portugal. O Governo, o MFA e as forças de esquerda estavam ao corrente desta possibilidade, o que desencadeava a perscrutação vigilante das facções contrárias e a preparação de um eventual contra-ataque. Assim se explica as grandes quantidades de armas e os diversos núcleos conspirativos, muitos deles radicais de direita e de esquerda, que se descobriram na altura. A tensão era de tal forma elevada que a instabilidade reaccionária acabou por envolver directamente a Embaixada de Portugal em Roma num caso de segurança nacional.

Na manhã de 27 de Setembro, um indivíduo falando espanhol com acento sul-americano dirigiu-se à Chancelaria para vender uma informação relacionada com a entrada de importantes quantidades de armas pela fronteira terrestre portuguesa durante a madrugada do dia 2 de Outubro¹²³⁹. O indivíduo afirmava que as armas destinavam-se à preparação do movimento das direitas e que poderia indicar a hora, o lugar e os nomes das pessoas implicadas, embora estivesse convencido de que seriam nomes de código¹²⁴⁰. As suas informações indicavam que a compra do armamento, ocorrida a 23 de Agosto, teria sido feita, através de Argel, à empresa *Vella Process Engine Bearings Ltd.*, em Vaduz, Liechtenstein, e teria atingido o valor de 96 mil dólares, o triplo do seu valor real. Segundo o informador, era provável que as autoridades espanholas tivessem tido conhecimento da passagem deste carregamento pelo seu território, estando cerca de seis agentes da ex-DGS no Hotel Central de Badajoz para acompanhar a passagem da fronteira¹²⁴¹. Como não existia um Adido Militar na Embaixada em Roma, o informador advertia que só entregaria os detalhes da operação a alguém especializado que viesse de Lisboa para esse fim. Leonardo Mathias, Primeiro-secretário da Embaixada, sugeria-lhe o contrário: iria ele a Lisboa, a expensas do Governo

¹²³⁹ AHD/MNE, Casa dos Tratados, N1 A18 M22, telegrama n.º 301, confidencial, de 30 de Setembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁴⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 298 de 27 de Setembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁴¹ *Ibidem*, telegrama n.º 301, confidencial, de 30 de Setembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

português. O informador recusava, o que aumentava as suspeitas do Embaixador e do Primeiro-secretário ¹²⁴². Não obstante, todos estes pormenores foram cautelosamente transmitidos ao MNE, não só porque o assunto era grave, mas também porque o momento aconselhava prudência e um alerta máximo, principalmente quando todos os jornais em Itália noticiavam a introdução de armas em Portugal¹²⁴³.

Recebidas estas informações, o MNE solicitava telefonicamente um parecer sobre o assunto ao Gabinete do Chefe do Estado-maior das Forças Armadas¹²⁴⁴. Entretanto, em Roma, o indivíduo voltava a contactar a Embaixada e informava que alguém da sua organização iria a Lisboa desde que pudesse transmitir os detalhes da operação ao Ministro dos Estrangeiros, na altura Mário Soares, tão-só por telefone, sem qualquer contacto pessoal¹²⁴⁵. A resposta de Lisboa chegava, entretanto, num telegrama secretíssimo e urgentíssimo: o Embaixador podia fazer seguir para Portugal o indivíduo em causa, pagando-lhe as despesas da viagem e da estadia; chegado à capital portuguesa, deveria contactar telefonicamente a Secretaria de Estado do MNE e pedir para falar com Lopes da Costa¹²⁴⁶. As informações acabariam por ser deixadas pelo informador na Embaixada, num microfilme, e a sua revelação (feita em Roma, segundo o conselho daquele, para evitar possíveis danos infligidos pelos detectores magnéticos dos aeroportos¹²⁴⁷) acabaria por confirmar o que o Embaixador e os seus colaboradores mais próximos suspeitavam:

«Revelado filme mostrou nunca ter servido. Não nos surpreendeu, pois, como afirmi [...], o indivíduo pela sua extrema reserva e recusa total fornecer mínimo elemento identificação, não nos inspirou nenhuma confiança»¹²⁴⁸.

Duas semanas depois, um outro indivíduo, um português que dizia chamar-se Manuel Rodrigues, contactava a Embaixada para ceder «informações de extrema importância para o Primeiro-ministro de Portugal», pedindo, por esta razão, que fossem enviadas por meio da mala diplomática ou, preferencialmente, por correio diplomático especial. Porque se dizia

¹²⁴² *Ibidem*, telegrama n.º 298 de 27 de Setembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁴³ *Ibidem*, telegrama n.º 313, secretíssimo, de 7 de Outubro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁴⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 298 de 27 de Setembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁴⁵ *Ibidem*, telegramas n.º 299, confidencial, de 28 de Setembro de 1974, e n.º 302, confidencial e urgente, de 1 de Outubro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁴⁶ *Ibidem*, telegrama n.º 209, urgentíssimo e secretíssimo, de 30 de Setembro de 1974, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹²⁴⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 301, confidencial, de 30 de Setembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁴⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 313, secretíssimo, de 7 de Outubro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

português e telefonara directamente para a residência do Embaixador, «dizendo que tinha um assunto muito importante e que desejava pessoalmente falar», Martins marcou-lhe uma hora na chancelaria. Das poucas informações obtidas em conversa, conseguiu saber que era comunista, que vinha directamente de Moscovo, que tinha vivido por longo tempo na América Latina e participara em vários movimentos revolucionários. Dera ainda a entender que tinha «muito boas relações» com o Primeiro-ministro português, Vasco Gonçalves. Relativamente aos documentos que tinha para entregar, estes só o seriam depois de a Embaixada receber um telefonema de Lisboa, devidamente identificado com o nome de código Ludovico¹²⁴⁹. As suspeitas de Martins acerca deste Manuel Rodrigues foram iminentes:

«Pela conversa deixou-nos a impressão de que se tratava dum mistificador, embora a sua conversa acerca da situação política em Portugal e dos movimentos políticos em vários países (disse-se comunista) mostrasse que se tratava de pessoa inteligente e a par dos assuntos políticos»¹²⁵⁰.

As suspeitas confirmavam-se pouco depois, dado que o indivíduo «não apareceu mais na Embaixada»¹²⁵¹.

O 28 de Setembro coincidiu com o 64º aniversário da implantação da República em Portugal, vulgo 5 de Outubro. Numa altura em que a Revolução acabara de atravessar um dos seus períodos mais conturbados, levando à substituição do Presidente da República e à nomeação de um novo Governo, as celebrações da efeméride destinavam-se a fomentar a unidade nacional dentro e fora das fronteiras do país¹²⁵². O que era realmente necessário: o III Governo Provisório, novamente sob a liderança de Vasco Gonçalves, tinha tomado posse a 1 de Outubro de 1974. Nele estavam representados os mais importantes sectores partidários

¹²⁴⁹ *Ibidem*, ofício n.º 551 de 22 de Outubro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁵⁰ *Ibidem*.

¹²⁵¹ *Ibidem*.

¹²⁵² O MNE dava instruções aos embaixadores de Portugal nas principais capitais ocidentais para que pusessem em evidência o significado daquela data. O teor deste significado está bem patente nas duas circulares que o Consulado de Portugal em Estugarda distribuiu à colectividade portuguesa local. Ambas são um exemplo clássico da cuidada escolha vocabular que assiste a produção da característica retórica populista e de mobilização presente nos documentos de instauração do dever patriótico. Numa breve síntese, estabelecia-se um paralelismo entre o significado revolucionário do 5 de Outubro e o do 25 de Abril e reforçava-se a ideia de que, findos os 48 anos de «forçada paralisia política», as inevitáveis dificuldades exigiam a colaboração e a solidariedade entre todos os portugueses. Só assim o «caminho da justiça» poderia continuar a ser trilhado tal como apresentado no Programa do MFA. Era, contudo, vã ilusão e «grave erro pensar que os privilegiados do anterior regime cruzarão os braços e aceitarão alegremente o caminho democrático», como os acontecimentos de Setembro vinham demonstrar (AHD/MNE, PEA M780, circular do Consulado de Portugal em Estugarda de 1 de Outubro de 1974 e informação do Consulado de Estugarda intitulada «Dever de unidade», de 4 de Outubro de 1974).

(centro, socialistas e comunistas), todos concordantes na prioridade de consolidar as liberdades democráticas, proceder à descolonização e fomentar o progresso da economia.

Em conversa com o Senador italiano Ugo Pecchioli, líder da missão do PCI que o PCP convidara a visitar Portugal em meados de Novembro de 1974, Álvaro Cunhal confidenciava que considerava que a situação portuguesa era mais segura e positiva naquele momento do que antes do 28 de Setembro, embora acalentasse reservas quanto ao futuro. Como dizia, e conforme citado no relatório de Pecchioli e Angelo Oliva, um dos elementos da delegação, o processo que se iniciara com o 25 de Abril era «un processo irregolare, che può riservare molte sorprese»¹²⁵³. E explicava: os objectivos básicos enunciados pelo MFA ainda não tinham sido concretizados, incluindo a consolidação do Estado democrático. Se, nas Forças Armadas, a corrente predominante pretendia seguir nesta direcção, existiam vastas forças que refreavam o processo de democratização e procuravam direccioná-lo para uma orientação conservadora e de direita. A influência destas alas era comprovada, por exemplo, pela branda depuração política (os chefes da Guarda Nacional Republicana e os corpos militarizados ainda não tinham sido substituídos) e pela pesada burocracia, que procurava impedir a reestruturação institucional, facto especialmente visível entre os altos magistrados e juizes¹²⁵⁴.

A mesma lógica obstrutiva actuava ao nível do desenvolvimento de uma economia independente, pois o poder económico era ainda monopolizado pelas velhas oligarquias e as sociedades multinacionais, as quais, esperançosas num regresso ao passado, resistiam à mudança imposta pela Revolução e poderiam fazer refluir o processo revolucionário através de acções de sabotagem¹²⁵⁵. Daí a política anti-monopolista do MFA e o empenhamento do PCP em mobilizar o movimento operário e as massas populares para a participação na construção de uma economia socialista¹²⁵⁶. Daí também a dinâmica que os comunistas portugueses pretendiam incutir na aplicação de reformas extraordinárias, como a expropriação dos latifúndios, a intervenção estatal nos sectores chave da economia e a nacionalização da banca e dos seguros. Reformas que deveriam ser graduais e garantir a adesão popular através de largas alianças entre as classes intermédias e os grupos capitalistas nacionais¹²⁵⁷.

Cunhal considerava também perigosa a divisão das Forças Armadas, facto demasiado delicado quando o MFA não era um movimento homogéneo, nele coexistindo componentes

¹²⁵³ Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fondo Partito Comunista Italiano, série Esteri, b. 84, fasc. 861, «Nota sulla visita in portogallo della delegazione del PCI (Pecchioli, Gabuggiani, Oliva, D'Alessio, Polito) dal 16 al 19 novembre 1974».

¹²⁵⁴ *Ibidem.*

¹²⁵⁵ *Ibidem.*

¹²⁵⁶ *Ibidem.*

¹²⁵⁷ *Ibidem.*

moderadas e extremistas. Se os sectores moderados vinham conseguindo que o Poder fosse exercido por um Governo também moderado, os extremistas agiam no sentido de transformar o MFA num «instrumento da ditadura do proletariado» e concretizar reformas mais radicais. Esta situação alimentava uma grave incógnita, pois se o MFA fizera o golpe de Estado de Abril como um movimento compacto, existia o perigo de uma fractura perante os conflitos internos e os divergentes pontos de vista sobre os problemas económicos e sobre as medidas para controlar a crise¹²⁵⁸. Neste contexto, a possível evolução dos acontecimentos para uma situação de guerra civil não era descartada pelo PCP, vendo a Aliança Povo/MFA como o único motor genuíno da transição política nacional, privilegiando-a em relação às alianças com as outras forças partidárias¹²⁵⁹.

Para o PS e o PPD, a Aliança Povo/MFA era uma falácia, uma teoria plena de dialécticas de justiça social que era apresentada de uma forma simples, a contrastar com a turbacão da conjuntura, para canalizar os espíritos errantes em termos político-ideológicos. Na dicotomia MFA/Povo, o primeiro tinha a legitimidade política dada pela Revolução para agir em nome e em prol do segundo; em contrapartida, o Povo colaborava com o MFA, apresentando-se o PCP como o único representante legítimo do Povo na sua vertente de classe operária organizada. Segundo Mário Soares, esta teoria, retirada pelos comunistas portugueses da vulgata marxista soviética, teria como objectivo máximo conduzir Portugal a um regime de partido único, logo, a uma ditadura (Soares 2001, pp. 67-68).

Os focos de tensão entre os sectores políticos iam crescendo à medida que o PCP ganhava influência dentro do Governo. No início de 1975, a agudeza das divergências em torno da questão sindical polarizou os socialistas e os comunistas em campos opostos. O PCP, a par do Conselho Superior do MFA e da Intersindical, pretendiam institucionalizar a unicidade sindical, à qual os moderados e o PS contrapunham a unidade sindical. A polémica partia da consideração de que esta unicidade, para os seus críticos, derivaria da estrutura corporativa sindical fascista, formalmente unitária, dando origem a uma só central de trabalhadores. Nesta perspectiva, o PS, denunciando a arbitrariedade subjacente à sua lógica fundacional e funcional, a qual lesaria a liberdade dos trabalhadores, posicionava-se pela criação de uma unidade sindical pluralista ou heterogénea. O princípio da unicidade sindical seria aprovado por maioria pelo Governo de Vasco Gonçalves, a 21 de Janeiro de 1975 (Rezola 2007, pp. 120-123; Sá 2009, pp. 250-254).

¹²⁵⁸ *Ibidem.*

¹²⁵⁹ *Ibidem.*

Ao mesmo tempo que decorria a discussão em torno da questão da unicidade sindical, o General António de Spínola ressurgia no processo político português, dando origem a um conjunto de movimentações militares que culminaram na intentona do 11 de Março de 1975 (Cervelló 1993, pp. 210-226; Rezola 2007, pp. 126-135; Sá 2009, pp. 254-255, 260-284). Desde Janeiro que o ambiente era pululado por inúmeros rumores de golpes de Estado e todos estes actos conspirativos dificultam o conhecimento do que se passou ao certo quanto à procedência original da sublevação de Março¹²⁶⁰. Na versão oficial da altura, Spínola e os seus sequazes tentaram atacar a base militar de Tancos para desencadear um golpe de Estado de direita, de imediato neutralizado pelo MFA. Instalava-se então uma nova relação de forças, com a esquerda revolucionária a fortalecer-se e a adquirir o controlo do processo político, acentuando o pendor marcadamente marxista da Revolução e abrindo caminho à nacionalização da banca, dos seguros e das indústrias fundamentais, à reforma agrária e ao nascimento do Conselho da Revolução, herdeiro da JSN e do Conselho de Estado, então extintos. Portugal rumava claramente em direcção à constituição de um Estado socialista, registando-se ainda uma onda de assaltos às sedes dos partidos da direita e da Confederação da Indústria Portuguesa (Ferreira 1994, pp. 105-137, 206-210; Rezola 2007, pp. 135-142).

Segundo Mário Soares, depois do 11 de Março, o PCP apostava na radicalização do processo político em Portugal para tentar tomar o Poder através da criação da figura do Processo Revolucionário em Curso (PREC). Soares revela ainda que Álvaro Cunhal pressionou os dirigentes do PS para que colaborassem no processo, ameaçando que, caso não aceitassem, seriam eliminados. Recusado o ultimato, os socialistas lançavam-se no combate pela preponderância política e esforçavam-se para apresentar o PS como o único partido que, pela sua orientação democrática e pluralista, poderia constituir uma alternativa política forte ao PCP. Esta estratégia levava-os a permanecer no III Governo provisório e a aceitar o convite do PCP para participar na manifestação de exaltação do 11 de Março enquanto vitória da esquerda sobre a direita e como um passo em frente na concretização do socialismo (*latu sensu*) em Portugal (Soares 2001, p. 68-70).

Conforme previsto na altura da formação da JSN, as eleições para a Assembleia Constituinte foram realizadas a 25 de Abril de 1975 (Ferreira 1975, pp. 200-213; Rezola 2007, pp. 159-162). Tratava-se, na definição do Governo português, de «um acto de maior

¹²⁶⁰ O 11 de Março de 1975 continua ainda envolto em incertezas quanto à proveniência da tentativa do golpe de Estado. Teria o PCP criado um estratagema para levar os spinolistas a reagir e assim afastá-los sob a acusação de disjuntores do processo revolucionário para avançarem mais rapidamente com a Revolução? Ou teria Spínola agido por iniciativa própria, sem ser induzido pelos comunistas? Ou teria sido preparada pelos dois lados, com as provocações mútuas a precipitarem os acontecimentos? *Vide* Sá 2009, pp. 274-285.

significado e importância no processo de democratização», demonstrando como Portugal «estava empenhado no prosseguimento do programa do MFA»¹²⁶¹. Eram também as primeiras eleições a decorrer livremente em 50 anos. Os resultados eram claros quanto à vitória das forças políticas que pendiam para a construção de um sistema demoliberal ocidental (Bruneau 1982, p. 891). O PS obteve 38% dos votos, seguindo-se o PPD, social-democrata, com 26,4%; só depois vinha o PCP, com 12,5%. Soares classificaria de «formidável» o resultado obtido pelo PS, atribuindo-o ao intenso esforço posto na campanha eleitoral, no decorrer da qual os socialistas conseguiram explicar «muito claramente» o que o partido pretendia (Soares 2001, p. 73).

Para Gianni Finocchiaro, observador do *Partito Socialista Italiano* em Portugal, as eleições de 25 de Abril tinham criado uma nova legitimidade política, independente das forças militares, detentoras até então do poder real, e das relações de força estabelecidas em torno das manifestações de praça, como vinha acontecendo desde o golpe de Estado do ano precedente. Neste contexto, considerava que era necessário definir com urgência a natureza das relações a estabelecer entre o MFA e os partidos políticos, dado que a hipótese de uma tutela militar sobre os partidos políticos, como a que aquele pretendia instaurar com o Pacto MFA/Partidos¹²⁶², arriscava a destruir a glória conquistada pelas Forças Armadas com o derrube do Estado Novo e reduzir Portugal a um país com características terceiro-mundistas, onde a vida política decorria de «revolução libertadora» em «revolução libertadora»¹²⁶³. Era tempo de os militares regressarem às casernas, até porque, com a maioria relativa obtida pelo PS nas eleições, Portugal abria-se à Europa, naquela altura predominantemente governada por Governos socialistas ou de participação socialista. E esta abertura surgia como o primeiro

¹²⁶¹ AHD/MNE, PEA M8/1975, telegrama n.º C-6 de 26 de Fevereiro de 1975, o MNE a todas as missões diplomáticas de Portugal no estrangeiro.

¹²⁶² O I Pacto MFA/Partidos foi assinado, a 13 de Abril de 1975, pelo Presidente da República e os representantes do PS, do PPD, do PCP, do CDS, do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral e da Frente Socialista Popular. Funcionou como uma «plataforma de acordo constitucional», determinando que a Assembleia do MFA coexistiria paralelamente à Assembleia Parlamentar e o Presidente da República seria designado por um colégio eleitoral constituído por estas duas câmaras. Com este documento, os militares pretendiam assegurar que a futura Constituição não anularia as políticas revolucionárias e ao mesmo tempo garantir que o MFA integraria a futura estrutura constitucional, mantendo a sua Assembleia e o Conselho da Revolução como órgãos de soberania durante o período de transição (de 3 a 5 anos) que levaria à revisão final da Constituição. Devido à controvérsia criada, este Pacto seria substituído pelo II Pacto MFA/Partidos, assinado a 26 de Fevereiro de 1976, pouco antes da aprovação da Constituição, a 2 de Abril de 1976. Foi assinado pelos signatários do I Pacto, com excepção da Frente Socialista Popular, e com ele reduzia-se o papel político dos militares em prol dos partidos e da sociedade civil, retirando-se o estatuto de órgão de soberania à Assembleia do MFA e introduzindo-se a eleição directa do Presidente da República (Ferreira 1994, pp. 208-209 e 217-219).

¹²⁶³ Fondazione di Studi Storici Filippo Turati, Archivio Sorico, fundo Partito Socialista Italiano, série 11, subsérie 4, b. 49, fasc. 128, apontamento do PSI, não datado, redigido por Gianni Finocchiaro.

passo indispensável para que a democracia portuguesa se fortalecesse e conseguisse libertar Portugal do subdesenvolvimento económico e social¹²⁶⁴.

Como os militares não voltaram às casernas e os conflitos partidários continuaram a agudizar-se, Portugal seguia para o «Verão quente de 1975», culminando este na tentativa de um golpe de Estado comunista, a 25 de Novembro de 1975, contra o que designava de forças reaccionárias e contra-revolucionárias, entre as quais incluía o PS e todos os sectores partidários e militares moderados (Cervelló 1993, pp. 227-260; Rezola 2007, pp. 222-270; Sá 2009, pp. 447-480).

Controlada a situação, o impulso revolucionário de carácter socialista da revolução ficava controlado, operando-se um progressivo deslize para a direita com a procura do balanceamento da evolução da situação política nacional, já de si facilitado pelo afastamento de figuras notáveis da esquerda, como Otelo Saraiva de Carvalho, pela influência de políticos conservadores, como Francisco de Sá Carneiro e Diogo Freitas do Amaral, e pela redução dos poderes do Conselho de Revolução. Aprovada a Constituição pelo Parlamento, a 2 de Abril de 1976, a 25 do mesmo mês decorriam as primeiras eleições para a Assembleia da República, com os resultados a evidenciarem o fortalecimento contínuo das forças moderadas. O PS obtinha a vitória eleitoral, elegendo 107 deputados eleitos. O Partido Popular Democrático (PPD, futuro Partido Social-democrata) e o Centro Democrático e Social (CDS), dois partidos com influência crescente no panorama político nacional, conseguiam eleger, respectivamente, 73 e 42 deputados. O PCP saía das eleições como o grande derrotado, obtendo 40 deputados (Ferreira 1994, pp. 220-221; Rezola 2007, pp. 271-334).

A 27 de Junho de 1976, o General Ramalho Eanes era eleito Presidente da República, assumindo-se perante os portugueses como um defensor intransigente da Constituição, à qual a via socializante da sociedade portuguesa devia obedecer. Não por acaso, em Itália, Eanes chegou a ser designado como o «Presidente da ordem»¹²⁶⁵. A 23 de Julho, o I Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, tomava posse, começando para Portugal a fase da normalização democrática e da inserção plena a nível internacional (Rezola 2007, pp. 354-373). Como explicaremos mais à frente (capítulo III), a perspectiva da inclusão no «clubes europeu» foi um dos garantes da normalização democrática de Portugal, com a Itália a dar um contributo importante para a adesão do país à CEE. Ou não procurassem também os italianos

¹²⁶⁴ *Ibidem*.

¹²⁶⁵ A afirmação era feita pelo órgão da Confederação da Industria, o *Il Sole 24 Ore* (AHD/MNE, PEA M 8/1976, telegrama n.º 274 de 30 de Junho de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

a credibilização externa, de certa forma perdida perante a possibilidade da concretização de um «compromisso histórico» com o comunismo.

1.1.2. Rumo a um «compromisso histórico» em Itália?

A História fez do 25 de Abril uma data comemorativa tanto em Itália (onde o era desde o final da II Guerra Mundial), como em Portugal (a partir de 1974). Neste ano, enquanto o Movimento das Forças Armadas concretizava o golpe de Estado militar que punha fim a pouco mais de quarenta anos de ditadura em Portugal, os italianos celebravam o 29º aniversário da vitória dos ideais da Resistência sobre o fascismo. Ideais que para muitos feneciam num contexto de continuada crise económica, política e institucional que o centro-esquerda, iniciado em 1963, ao invés de resolver, agravava.

Foi na tarde do dia 10 de Junho, quando na Embaixada portuguesa em Roma se comemorava o Dia de Portugal, que o Governo de Mariano Rumor – um quadripartido, constituído pelo PDC, pelo PSI, pelo PSDI e pelo PRI – entrava inesperadamente em crise, determinada pelo desentendimento entre os democratas-cristãos e os socialistas. Segundo informações recolhidas pelo Embaixador Armando Martins junto dos deputados esquerdistas e centristas, o Primeiro-ministro Rumor perdera a «serenidade» diante das divergências com o PSI quanto aos problemas graves que atingiam a economia italiana. O último fio da corda a romper seria o problema do acesso ao crédito: os democratas-cristãos queriam restringi-lo para travar a inflação, os socialistas não, por considerarem que seriam as pequenas empresas a sofrer com falências e o desemprego¹²⁶⁶. Rumor avançou com a ruptura, apoiado pelo PSDI e pelo PRI, «substancialmente solidários»¹²⁶⁷. A instabilidade político-social tornou-se de tal forma aguda durante as negociações para a formação do novo ministério que alguns observadores políticos não excluía a intervenção directa das forças armadas no caso de o Poder e a economia serem deixados à deriva¹²⁶⁸. Armando Martins considerava que a Itália

¹²⁶⁶ AHD/MNE, PEA M17/1974, telegrama n.º 196 de 11 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE. A economia italiana, de si estruturalmente débil, foi muito afectada pelo choque petrolífero de 1973. Em meados de 1974, a inflação anual atingia valores na ordem dos 20% e a balança de pagamentos apresentava um saldo deficitário grave e em contínuo agravamento. Perante a gravidade da situação, o Governador do Banco de Itália, Guido Carli, vinha a público fazer severas críticas, rematadas com a admoestação de que o problema «já não é o da qualidade de vida na fábrica, mas da continuidade da vida na fábrica» (*ibidem*, aerograma n.º 7 de 19 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹²⁶⁷ *Ibidem*.

¹²⁶⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 196 de 11 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

vivia a pior crise desde a II Guerra Mundial¹²⁶⁹. Se o PDC insistia na formação de um Governo monocolor democrata-cristão, externamente apoiado pelos republicanos, sociais-democratas e, eventualmente, liberais e socialistas, a esquerda apelava à constituição de uma coligação governativa entre o PDC, o PSI e o PCI ou, por outras palavras, à concretização do «compromisso histórico», fórmula que o comunista Enrico Berlinguer apresentara em Setembro de 1973. A definição doutrinária de Berlinguer, que ascendera à liderança do PCI em 1972, anunciava um elevado grau de independência face a Moscovo. No contexto político que descrevemos no ponto 4.1, o Secretário-geral, numa série de três artigos publicados no *Renascita*, semanário do PCI, a partir do final de Setembro de 1973, incitava o PDC a um compromisso histórico, isto é, a uma aliança governamental e política nova entre comunistas e democratas-cristãos, as duas forças partidárias que representavam, segundo ele, a maioria do povo italiano, fosse laico ou católico. Em termos ideológicos, até porque o PSI não era excluído, a aliança significaria um novo desvio à esquerda do Governo, o qual adoptara desde 1969 uma propensão direitista e autoritária em resposta aos movimentos estudantis e operários. Em termos políticos, seria o regresso do PCI ao Governo desde 1947, com um programa que visava recolocar, segundo Berlinguer, a nação no caminho do desenvolvimento económico, do renascimento social e do progresso democrático (Craveri 2006, pp. 130-133; Colarizi 2007, pp. 116-120; Mammarella & Cacace 2010, pp. 229-230).

As difíceis negociações concluir-se-iam «sem vencedores e sem vencidos», dando origem a um Governo formado pelo PDC, pelo PSI e pelo PSDI novamente liderado por Mariano Rumor. O PRI apoiava-o externamente. Se a crise política era ultrapassada, a instabilidade económico-social continuava, pois o acordo fiscal e financeiro alcançado entre aqueles partidos trazia «gravames e sacrifícios» para os trabalhadores¹²⁷⁰. As medidas de austeridade ali definidas eram de tal forma severas que lhes valiam a designação de «rajada fiscal», com os meios de comunicação social a considerarem inaceitável que se lançassem novos impostos sem haver garantias reais de estabilidade governativa¹²⁷¹. Os mais críticos sublinhavam o contra-senso inerente ao aumento das taxas dos serviços públicos quando estes, por toda a parte, se mostravam ineficientes: um serviço postal que não funcionava e queimava toneladas de correspondência por falta de distribuidores; um descoordenado sistema ferroviário; greves na aviação e nos telefones, etc.¹²⁷². É bastante revelador da desarticulação

¹²⁶⁹ *Ibidem*.

¹²⁷⁰ *Ibidem*, aerograma n.º 8 de 29 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁷¹ *Ibidem*.

¹²⁷² *Ibidem*. Só para ter uma ideia, no Verão de 1974, havia 12 mil toneladas de correspondência para entregar, o que originava grandes prejuízos: a *Pirelli* perdia importantes encomendas, a FIAT pensava em montar os seus

que reinava na Itália o facto de os mais duros denunciadores da crise provirem, não da massa social, mas de entre os grandes administradores e empresários, como Guido Carli, Governador do Banco de Itália, Giuseppe Petrilli, Presidente do *Istituto per la Ricostruzione Industriale*, e Gianni Agnelli, Presidente da FIAT, a maior organização industrial privada¹²⁷³. Agnelli, por exemplo, considerava que a crise, para além de económica e conjuntural, era também (e sobretudo) civil e institucional, uma verdadeira síntese de «carências antigas e recentes». Lamentava, por isso, que a Itália, tipicamente um país de crise, cultivasse a ilusão de que era possível viver sobre «duas lógicas contraditórias»: a da eficiência, que se aplicava no mundo das empresas privadas, e a da irresponsabilidade, aplicada no sector público, onde se gastava sem se ter para gastar. Nesta situação, as consequências imediatas eram o progressivo empobrecimento nacional, a dependência crescente do consumo dos créditos fornecidos pelo estrangeiro e o desemprego, que ameaçava cerca de 100 mil pequenas e médias empresas¹²⁷⁴.

Devido às relações tensas entre o PDC e o PSI, o Governo de Rumor funcionava com sérias dificuldades. As divergências poderiam ser ultrapassadas se os democratas-cristãos se inclinasse para a esquerda, aproximando-se dos socialistas, não fosse Amintore Fanfani a tentar controlar os sectores esquerdistas do partido, que queriam uma renovação interna¹²⁷⁵. Paralelamente ao jogo de forças dentro da Democracia-cristã, desenhava-se a inclinação dos socialistas para desaprovar ou contestar a política governativa. Apesar de fazerem parte do Governo, optavam por dar maior importância às alianças com os sindicatos, os quais, plenamente desagrados com as medidas de austeridade, conduziam uma contestação de tal forma intensa e coordenada em torno de uma série de greves gerais que foi apelidada de «guerrilha sindical»¹²⁷⁶. E assim, em Agosto, a crise política regressava preponderante, com Francesco Martino, Secretário-geral do PSI, a exigir que o PDC esclarecesse de forma clara a posição que pretendia assumir no âmbito do Governo de centro-esquerda. Para o Embaixador Martins, tratava-se de uma manobra táctica, cujo objectivo ulterior seria embarcar com o PCI na «nave do poder»¹²⁷⁷. A questão estava em saber até onde os socialistas pretendiam levar a experiência:

próprios serviços de telecópia e a *Food and Agriculture Organization* (FAO), com sede em Roma, considerava sair da Itália porque não conseguia dispor de um sistema de comunicações eficaz. Com sarcasmo, o jornal *Il Mondo* comentava que a Itália era, para além do Tibete, o único país do mundo onde era impossível comunicar pelos serviços postais (*ibidem*, aerograma n.º 13 de 7 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹²⁷³ *Ibidem*, aerograma n.º 8 de 29 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁷⁴ *Ibidem* e aerograma n.º 7 de 19 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁷⁵ *Ibidem*, aerograma n.º 10 de 10 de Julho de 1974, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁷⁶ *Ibidem*.

¹²⁷⁷ *Ibidem*, aerograma n.º 13 de 7 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

«Incluí-lo [o PCI], formando uma frente popular? Ou apenas governar com o apoio externo do PCI? E, do lado da DC, ainda é lícito perguntar-nos até que ponto este partido está em condições de impedir que a sua ala esquerda marche mais ou menos abertamente na mesma direcção do Partido Comunista?»¹²⁷⁸.

Havia quem vaticinasse que se Rumor caísse, o centro-esquerda cairia com ele¹²⁷⁹. Na última semana de Setembro, à medida que se acumulavam os discursos e as declarações dos políticos das esquerdas a proclamar uma «abertura» ao PCI, a Itália caminhava para um «Outono quente»¹²⁸⁰. Pietro Nenni, histórico do PSI, numa entrevista ao *Il Mondo*, reiterava que, em plena crise das instituições, a base social do consenso devia ser alargada com a inclusão dos comunistas na área governativa, apoiando externamente o Governo¹²⁸¹. Francesco De Martino via nesta nova fórmula de cooperação o caminho para a reconstrução de uma «democracia avançada»¹²⁸². Entre os restantes partidos, a oposição à tese de entendimento com o PCI era quase geral e nem todos os socialistas concordavam com ela. Luigi Mariotti, por exemplo, Presidente do Grupo Socialista da Câmara dos Deputados, considerava-a uma «experiência perigosa», dado que o sistema político italiano não tinha a maturação democrática suficiente para ir além de um «um confronto sério e responsável» com o PCI¹²⁸³. No PSDI, o Secretário-geral Flavio Orlandi declarava que aquela tese não era «seriamente proponível», pois levava a Democracia-cristã ao suicídio e a um «gravíssimo atentado à democracia»¹²⁸⁴. O PDC opunha-se firmemente à maior esquerdização da área do Governo, com o Secretário-geral Amintore Fanfani a excluir qualquer abertura aos comunistas¹²⁸⁵. Num editorial do *Il Popolo*, explicava que a alteração das relações entre a Democracia-cristã e o PCI poderia mudar a fisionomia e a linha de actuação daquele partido, como acontecera em 1962, quando se colocou o dilema das relações entre os democratas-cristãos e os socialistas, mas tal não significava necessariamente a obtenção de vantagens compensadoras¹²⁸⁶. Alertava ainda para o facto de a viragem à esquerda poder provocar

¹²⁷⁸ *Ibidem*.

¹²⁷⁹ *Ibidem*.

¹²⁸⁰ *Ibidem*.

¹²⁸¹ *Ibidem*, aerograma n.º 14 de 27 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁸² *Ibidem*, aerograma n.º 15 de 25 de Setembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁸³ *Ibidem*.

¹²⁸⁴ *Ibidem*, aerograma n.º 14 de 27 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁸⁵ *Ibidem*.

¹²⁸⁶ *Ibidem*.

mutações na posição internacional da Itália, com prejuízo para o equilíbrio europeu, mediterrânico e mundial¹²⁸⁷.

Entre o eleitorado, a situação era diferente, com a forte presença comunista a combinar com a sensibilidade dos italianos face aos «progressos das correntes políticas de raiz socialista na Europa», como era o caso da França e de Portugal, e com a incapacidade do Governo para enfrentar eficazmente a grave crise económica¹²⁸⁸.

A 3 de Outubro de 1974, o Governo de Mariano Rumor caía, afectando gravemente a credibilidade externa da Itália quando procurava sanar o difícil estado da sua economia através de empréstimos internacionais¹²⁸⁹. Num clima de grande dissensão, reiniciavam-se as negociações para a formação de um novo ministério. O PDC insistia na constituição de um Governo de centro-esquerda contraposto aos comunistas e o PSI pretendia que estes constituíssem a força de apoio exterior à maioria governamental¹²⁹⁰. Devido à sua influência pessoal junto dos socialistas e à sua conhecida flexibilidade política, seria Aldo Moro a conseguir o consenso que permitia constituir a nova composição ministerial na base de uma aliança entre a Democracia-cristã e o Partido Republicano¹²⁹¹. Esta era a solução que oferecia maior garantia de estabilidade, com os republicanos a retirar ao Governo a aparência de um monopólio democrata-cristão e a possibilitar a obtenção do apoio externo dos socialistas e dos sociais-democratas¹²⁹². Moro conseguia também fazer ali representar as principais correntes da Democracia-cristã, conciliando as suas pretensões¹²⁹³.

No discurso de apresentação do novo Governo, em Dezembro, Moro deixava bem claro que não seria Presidente de um Conselho a «prazo ou de transição» e criticava o PCI por insistir na concretização do «compromisso histórico». Considerava, contudo, que as «fortes raízes populares» deste partido justificavam uma posição aberta e construtiva ao que «pensa, diz e faz o PCI sobre questões cruciais»¹²⁹⁴. Relativamente aos problemas da crise económica, aos quais Aldo Moro dedicara 38 das 71 páginas do seu discurso, se, por um lado, aludia aos apoios à exportação e a um programa de investimento nos sectores prioritários da energia, da agricultura e da construção civil privada, por outro, introduzia o racionamento do gasóleo para

¹²⁸⁷ *Ibidem*.

¹²⁸⁸ *Ibidem*, aerograma n.º 15 de 25 de Setembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁸⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 306 de 4 de Outubro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁹⁰ *Ibidem*, aerograma n.º 17 de 9 de Outubro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁹¹ *Ibidem*, telegrama n.º 340 de 30 de Outubro de 1974, o Segundo-secretário da Embaixada de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁹² *Ibidem*, telegrama n.º 374 de 20 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁹³ *Ibidem*, telegrama n.º 380 de 25 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁹⁴ *Ibidem*, ofício n.º 646 de 3 de Dezembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

aquecimento, a redução de consumos não essenciais e considerava a possibilidade de limitar a alguns dias por semana a venda de determinados géneros, como a carne¹²⁹⁵.

As reacções ao discurso foram, não obstante, favoráveis, sendo geralmente considerado como «corajoso, positivo e realista» e também flexível o suficiente para harmonizar as divergências entre o centro e a esquerda. Mesmo os socialistas reconheciam que respondia a grande parte das necessidades mais urgentes da Itália, embora não estivessem plenamente satisfeitos com ele¹²⁹⁶. O PCI, embora vaticinando que o Governo vigoraria a termo, sem que tivesse condições para afrontar os problemas conjunturais e estruturais da Itália, comprometia-se a fazer uma oposição aberta e leal para evitar reabrir a crise política¹²⁹⁷.

Na primeira semana de Março de 1975, no Congresso do PRI, Ugo La Malfa, Secretário-geral do partido, lançou uma proposta que «levantou burburinho no mundo político italiano»: uma aliança entre o PDC e o PCI¹²⁹⁸. Segundo La Malfa, ela era essencial ao desbloqueamento do funcionamento político interno. Nos sectores partidários, as reacções foram diversas, inclusive no interior dos partidos, como acontecia com a Democracia-cristã. Se as fileiras da esquerda acolheram a sugestão de La Malfa, Fanfani, enquanto Secretário-geral, recusava fazer acordos com o PCI, pois se o fizesse estaria a propiciar a autodestruição do partido, cujos ideais e acções o obrigavam a contrapor-se ao comunismo¹²⁹⁹. Mario Tanassi, do PSDI, declarava que os sociais-democratas não aceitariam uma aliança entre a Democracia-cristã e um partido que, «pela sua inspiração, pela estrutura, pela sua colocação internacional», não era democrático¹³⁰⁰. Segundo ele, o PCI continuava a ser um «partido totalitário»¹³⁰¹. Flavio Orlandi, Secretário-geral do PSDI, acrescentava que a declaração de La Malfa era motivo suficiente para levar as forças democráticas a reforçar a luta «contra qualquer entendimento que permitisse ao PCI ganhar um papel no Governo e contra o afrouxar dos laços que ligam o nosso país à Aliança Atlântica»¹³⁰². Já o PCI, pela voz do Secretário-geral Berlinguer, acolhia a declaração nestes termos:

«A linha do compromisso histórico (equivalente a entendimento ou aliança PDC-PCI) tem o sentido de uma revigorante afirmação do PCI como partido, o qual, portador dos interesses e ideais das

¹²⁹⁵ *Ibidem*.

¹²⁹⁶ *Ibidem*, telegrama n.º 397 de 3 de Dezembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁹⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 403 de 9 de Dezembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁹⁸ AHD/MNE, PEA M22/1975, aerograma n.º 8 de 16 de Março de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹²⁹⁹ *Ibidem*.

¹³⁰⁰ *Ibidem*.

¹³⁰¹ *Ibidem*.

¹³⁰² *Ibidem*.

classes trabalhadoras italianas, é o mais dedicado à causa da salvação, da autonomia e do renascimento da Itália no quadro de um renovado e por isso acrescido papel de todo o ocidente europeu»¹³⁰³.

Berlinguer explicava que a cooperação entre países de regimes diversos, ao nível da Europa, era essencial para fazer do Velho Continente uma comunidade democrática, nem anti-soviética ou antiamericana, mas factor de paz e de esperança, capaz de contribuir autonomamente para a superação da lógica dos blocos geoestratégicos e para a resolução de uma crise económica generalizada que poderia desaguar num conflito armado, isto é, numa catástrofe para a humanidade¹³⁰⁴.

Este inconclusivo debate sobre a viabilidade do compromisso histórico acabaria por transformar as eleições regionais de 15 de Junho de 1975 numa prova de aferição da vitalidade e da popularidade das forças partidárias. Durante a campanha eleitoral, os partidos lançaram-se num «debate renhido para ganhar votos», uma espécie de confronto que decorria em torno de temas da política geral e não local, «como se se tratasse, não de votar para renovar os conselhos regionais e de província, mas para a renovação das câmaras»¹³⁰⁵. O mote do PDC era entusiasta: uma Democracia-cristã forte, crises superadas. Os seus dirigentes acusavam o PSI de querer enfraquecê-la para expandir-se à sua custa; aos comunistas reiteravam que não aceitariam o compromisso histórico. O PSI, concordando que as circunstâncias internas e a situação internacional tinham tornado o compromisso irrealizável naquela conjuntura, atacava o poder hegemónico da Democracia-cristã e clamava por uma colaboração PDC-PSI na base da paridade. O PCI insistia no compromisso histórico e, tal como o PSI, apelava ao redimensionamento da Democracia-cristã. O PSDI antevia a formação de um novo centro-esquerda, mas desconfiava do PSI, e o PRI reagia à polémica com um convite à reflexão¹³⁰⁶.

Os resultados obtidos pelo PCI nestas eleições alteraram irreversivelmente o jogo de equilíbrios políticos nos anos que se seguiram, sendo na altura consideradas como a mais importante viragem na história política do país desde há trinta anos. Os comunistas obtiveram um aumento de 6% dos votos e ganhavam a maioria em Milão e em Roma, o que era muito significativo quando o PDC perdia 2,5% dos seus e o PSI subia apenas 1,6%, o que lhe retirava parte da influência que vinha reclamando¹³⁰⁷. Acontecia, como muito designaram

¹³⁰³ *Ibidem*.

¹³⁰⁴ *Ibidem*.

¹³⁰⁵ *Ibidem*, aerograma n.º 14 de 6 de Junho de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁰⁶ *Ibidem*.

¹³⁰⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 239 de 18 de Junho de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

então, a «revolução das urnas»¹³⁰⁸. A consternação reinava nas hostes da Democracia-cristã, com a ala esquerda a atribuir o insucesso a Amintore Fanfani, responsabilizando-o pela estratégia eleitoral que, visando ganhar votos às direitas (onde, de facto, os ganhou), negligenciou uma actuação táctica em relação aos sectores da esquerda, para quem acabaria por perder uma parte significativa dos eleitores¹³⁰⁹. Citando Armando Martins, «acontecia uma nítida deslocação do eixo político do país», restando «apenas saber como os comunistas iam aproveitar a sua vitória e se a Democracia-cristã era capaz de renovar-se e fazer frente à crise do Estado, à incerteza e à desordem política que têm minado a administração»¹³¹⁰. Como veremos no ponto 1.3.3, no âmbito da campanha eleitoral, os democratas-cristãos ainda exploraram a ilegalização do Partido Democrata-cristão português pelo Conselho da Revolução, muito próximo do PCP, para atacar o PCI, acusando-o de antidemocrático.

Em finais de Junho, a crise já pairava novamente sobre o Governo. Em conversa com o Embaixador Martins, os secretários-gerais do PSI e do PCI afiançavam que não seriam os seus partidos a abrir a crise ou a retirar a confiança a Moro, remetendo para mais tarde a questão do respectivo peso partidário no panorama político e governamental¹³¹¹. Ao convite dos democratas-cristãos para que formassem uma ponte entre o PDC e o PCI, os socialistas respondiam com um «redondo não». Numa altura em que parecia cada vez mais concretizável uma maioria de esquerda – facto histórico que transformaria a sociedade democrática italiana numa sociedade democrática socialista –, o PSI apenas consideraria constituir um Governo com uma Democracia-cristã profundamente renovada e não contraposta ao comunismo¹³¹².

No final de Julho, depois de longas lutas internas no interior da Democracia-cristã, Fanfani resignava, sendo substituído por Benigno Zaccagnini. A queda do secretário-geral tornava Aldo Moro na personalidade mais importante do quadro político italiano e tudo indicava que começaria uma nova Era na política italiana¹³¹³. Como um deputado democrata-cristão confienciava a Armando Martins, não estava excluída a possibilidade de os comunistas participarem num provável Governo de recomposição, no Outono¹³¹⁴.

O PCI mantinha uma atitude de grande reserva e se, nesta altura, Berlinguer continuava a declarar-se contrário à abertura de uma nova crise, o seu discurso mudava substancialmente no início de Janeiro de 1976. Em Génova, clamava pela inclusão do PCI no Governo em

¹³⁰⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 263 de 30 de Junho de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁰⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 239 de 18 de Junho de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³¹⁰ *Ibidem*.

¹³¹¹ *Ibidem*, telegrama n.º 263 de 30 de Junho de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³¹² *Ibidem*.

¹³¹³ *Ibidem*, aerograma n.º 19 de 29 de Julho de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³¹⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 301 de 25 de Julho de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

nome do renovamento da Itália. Nunca até ali os comunistas o tinham feito com tal clareza e determinação¹³¹⁵. Uma viragem política desta natureza era igualmente defendida pela ala progressista do PSI, com o Secretário-geral Francesco De Martino a admitir, num artigo muito crítico publicado no *Avanti*, a possibilidade de retirar o apoio ao Governo de Moro, cada vez mais isolado e desacreditado, porque a Democracia-cristã não demonstrava ter compreendido a mensagem inerente aos resultados das eleições regionais de Junho de 1975¹³¹⁶.

Perante o engrossar dos ataques socialistas, a coligação PDC-PRI caía a 8 de Janeiro de 1976. Se o PSI defendia um novo Governo constituído em regime de equidade entre o PDC e o PSI, o qual não excluiria o apoio externo do PCI, os comunistas condenavam os socialistas por terem aberto uma crise política numa conjuntura económica grave¹³¹⁷. A 14 de Fevereiro de 1976, Moro conseguia formar um Governo democrata-cristão, muito fragilizado pela falta de apoio e pela mais grave crise económica e social vivida pela Itália desde 1945: inflação de 14%, desemprego, evasão de capitais para o estrangeiro, enorme *deficit* da balança de pagamentos (um bilião de dólares por mês), etc.¹³¹⁸.

O XL Congresso do PSI (Roma, 3-7 de Março de 1976) vinha pôr precisamente em risco a subsistência do Governo Moro. Na comunicação aos congressistas, De Martino afirmava que o PSI surgia como a força intermediária entre a Democracia-cristã, considerada fraca, e o PCI, forte demais¹³¹⁹. Dizia também que não aceitava o compromisso histórico, entendido como aliança preferencial entre o PCI e o PDC (sem o PSI), dado que o PCI não conquistara ainda a completa autonomia de Moscovo e a teoria da «unidade na diversidade» não era aceitável porque «punha no mesmo plano o comunismo democrático e o autoritário e solidarizava-se com o comunismo russo»¹³²⁰. O objectivo do PSI era a «alternativa de esquerda», a contraposição ao poder democrata-cristão de uma força política resultante da aliança entre os socialistas e os comunistas para a conquista do Governo¹³²¹.

Uma semana mais tarde, decorria o XIII Congresso da Democracia-cristã (Roma, 18-23 de Março de 1976). O ambiente caracterizou-se, nas palavras do Primeiro-secretário da Embaixada, «pelo calor dos discursos, pela vivacidade das discussões e pela maneira

¹³¹⁵ AHD/MNE, PEA M32/1976, telegrama n.º 2 de 5 de Janeiro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³¹⁶ *Ibidem*.

¹³¹⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 6 de 8 de Janeiro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³¹⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 54, urgente, de 11 de Fevereiro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³¹⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 106 de 11 de Março de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³²⁰ *Ibidem*.

¹³²¹ *Ibidem*, informação de serviço sobre o LX congresso do PSI, elaborada pelo Primeiro-secretário da Embaixada de Portugal em Roma, com data de 10 de Março de 1976.

apaixonada – e por vezes violenta – como os participantes e assistentes manifestaram as suas reacções, favoráveis ou desfavoráveis, às ideias e à personalidade dos oradores»¹³²². No centro do debate (o que explicava todas aquelas emoções), estava o balanço dos resultados eleitorais obtido pela Democracia-cristã desde 1973, data do último congresso partidário, e a definição da actuação futura em vista das eleições legislativas de 1977¹³²³. A renovação do partido foi unanimemente defendida, aceitando-se a revisão dos métodos de actuação e a procura de soluções «não meramente de expediente» para os problemas económicos e sociais. Quanto ao problema das relações com os restantes partidos, foi geral a recusa do compromisso histórico e a defesa da manutenção das ligações com os antigos aliados nos governos de centro-esquerda, sendo estas revistas sobretudo no que respeitava ao PSI, para garantir uma maior igualdade relacional¹³²⁴. A grande divisão entre os participantes no Congresso estava ao nível das duas grandes facções: uma liderada pelo Secretário-geral Zaccagnini, apoiado pelo Presidente do Conselho Moro e por amplos sectores do partido, não somente da esquerda, a outra por Fanfani, apoiado pela direita e pelo centro da Democracia-cristã¹³²⁵. A linha de Zaccagnini acabaria por triunfar, o que significava que o partido aceitava estabelecer um diálogo «construtivo» com o PCI¹³²⁶. Assim como oferecia também aos socialistas a oportunidade de formar com os democratas-cristãos uma nova coligação governativa, não rigidamente fechada à esquerda, o que deixava os comunistas numa nova posição¹³²⁷.

No final de Abril de 1976, o Governo Moro caía e as eleições legislativas eram antecipadas em um ano, para 20 de Junho de 1976. Idos às urnas, os italianos atribuíram novamente a vitória ao PDC, embora a sua margem se reduzisse. O PCI aumentava exponencialmente os votos obtidos, passando de 17 para 38 deputados no Parlamento. O PSI perdia votos e via diminuir o número dos seus deputados. A perda de votos foi também infligida aos pequenos partidos intermédios, aliados tradicionais da Democracia-cristã, o que restringia exponencialmente a sua capacidade de manobra. Como Martins escrevia, os vencedores foram o PDC, «em cuja integridade moral os votantes não confiam», e o PCI, «em

¹³²² *Ibidem*, aerograma n.º 4 de 31 de Março de 1976, o Primeiro-secretário da Embaixada de Portugal em Roma ao MNE.

¹³²³ *Ibidem*. Os democratas-cristãos tinham sido pesadamente derrotados no referendo sobre o divórcio, em Maio de 1974, e nas eleições regionais de Junho de 1975, o que criava a dúvida dentro do partido sobre a sua capacidade de atracção sobre o eleitorado.

¹³²⁴ *Ibidem*.

¹³²⁵ *Ibidem*.

¹³²⁶ *Ibidem*.

¹³²⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 133 de 30 de Março de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

que muitos não depositam inteira confiança»¹³²⁸. Como resultado, a ingovernabilidade do país acentuava-se. A Democracia-cristã não reunia os apoios necessários para formar um Governo de centro-esquerda e, como continuava a repelir o compromisso histórico, colocava automaticamente o PSI numa posição forte como «fiel da balança», não obstante os maus resultados eleitorais. Em termos práticos, isto significava que a Democracia-cristã só conseguiria formar um novo Governo se conseguisse envolver os socialistas numa aliança política mais aberta aos comunistas¹³²⁹. O impasse foi superado com a eleição de um comunista, Pietro Ingrao, para a Presidência da Câmara dos Deputados, solução que permitia envolver directamente o PCI na resolução dos graves problemas da Itália, tanto mais que o partido conseguira aumentara o número de deputados, para além de deter sete vice-presidências na Câmara dos Deputados e no Senado e de presidirem, no Senado, às comissões dos Trabalhos Públicos, Finanças e Orçamento do Senado, três sectores chave na economia italiana. Em termos práticos, o conjunto destes cargos colocava os comunistas numa posição chave, susceptível de condicionar todas as iniciativas governamentais em matéria económica e financeira, «tornando-se árbitros e senhores da vida e da morte do novo Governo»¹³³⁰.

Seria Giulio Andreotti, personalidade que obteve o consenso das esquerdas, a conduzir as conversações com os chefes dos partidos políticos para a formação do Governo, formado apenas pelo PDC, ao qual presidiria. Os socialistas abriam uma nova querela com os democratas-cristãos, obrigando-os a declarar a que partidos pediriam apoio para obter o voto de confiança nas câmaras, com De Martino a criticar a Democracia-cristã por não querer pedir ao PCI que se abstivesse¹³³¹. Neste jogo, os comunistas punham um preço na sua abstenção: quer Andreotti, quer o PDC deviam pedi-la explicitamente. Como dizia Berlinguer, ninguém tinha a abstenção do PCI na algibeira e, se nenhum pedido fosse feito neste sentido, os comunistas decidiriam no último momento a sua posição entre a abstenção e a oposição¹³³².

Ora, sem a abstenção do PCI e do PSI, a Democracia-cristã não conseguiria formar Governo. Mesmo assim, Andreotti decidia apresentar o Governo às câmaras sem uma maioria pré-constituída. Como pretendia salvaguardar a sua autonomia política, optava por não apelar aos partidos, nem em particular ao PCI, para que se abstivessem, esperando apenas que a necessidade de preencher o vazio político e o prolongamento da crise governativa «levasse

¹³²⁸ *Ibidem*.

¹³²⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 256 de 22 de Junho de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³³⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 317 de 30 de Julho de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³³¹ *Ibidem*, telegrama n.º 311 de 27 de Julho de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³³² *Ibidem*.

cada um à consciência das suas responsabilidades»¹³³³. Contudo, como o Embaixador Armando Martins conseguiria saber mais tarde, Andreotti tinha conversado informalmente com os líderes comunistas no sentido da abstenção¹³³⁴, concretizando uma espécie de compromisso mínimo que permitiria que o seu Governo fosse aprovado no Parlamento com a abstenção do PCI, assim como do PSDI, do PRI, do PLI e do PSI¹³³⁵. Andreotti presidiria assim ao seu III Governo, na altura designado de «solidariedade nacional», em exercício até Janeiro de 1978.

Com este voto de «não desconfiança», como era chamado, o PCI avançava em direcção à sua plena participação na direcção política do país e ganhava uma posição decisiva no quadro político italiano pela primeira vez desde a II Guerra Mundial¹³³⁶. Em paralelo, o partido defendia as suas posições políticas com uma doutrina mais clara e actualizada com o conceito de eurocomunismo, cujos princípios aproximavam os comunistas e os socialistas nos objectivos a concretizar a nível social e político. Como Berlinguer sublinhava na Conferência dos Partidos Comunistas Europeus (Berlim-este, 1 de Junho de 1976), o eurocomunismo estava a ser adoptado não só em largos círculos da sociedade europeia, mas também entre os partidos comunistas da Espanha, da França e da Inglaterra, o que significava «quão profunda e extensa era a aspiração a que, nos países da Europa ocidental, se afirmem e avancem soluções de tipo novo na transformação da sociedade no sentido socialista»¹³³⁷. Aparecia, por conseguinte, como uma força nova no panorama do comunismo internacional, contrastando com as velhas concepções dogmáticas e autoritárias dominadas pela URSS¹³³⁸. Deste modo, Berlinguer, e citamos o Embaixador, «ao mesmo tempo que definia um novo conceito de comunismo – inspirado num conceito de liberdade que vai contra o que tem sido a veia base da sua teoria, a ditadura do proletariado, expungindo-o de toda a rigidez e dureza tradicional – corta a maior parte das barreiras e arestas que davam ao socialismo, sobretudo ao socialismo marxista, os caracteres individualizantes que daquele o separavam»¹³³⁹. O comunismo (teórico) de Berlinguer possuía, em suma, «as características de ductilidade, tolerância,

¹³³³ *Ibidem*.

¹³³⁴ A informação foi transmitida confidencialmente pelo Ministro do Comércio Externo, Rinaldo Ossola, ao Embaixador Martins durante um almoço privado (*ibidem*, telegrama n.º 317 de 30 de Julho de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹³³⁵ *Ibidem*, telegrama n.º 336 de 12 de Agosto de 1976, o Primeiro-secretário de Portugal em Roma ao MNE.

¹³³⁶ A influência do PCI procedia ainda da sua participação na administração de 39 dos 94 municípios capitais de província, incluindo todas as grandes cidades (Turim, Milão, Génova, Florença, Roma, Veneza e Nápoles), de 47 das 94 províncias e de 6 das 20 juntas regionais (*ibidem*, telegrama n.º 336 de 12 de Agosto de 1976, o Primeiro-secretário de Portugal em Roma ao MNE).

¹³³⁷ *Ibidem*, aerograma n.º 12 de 28 de Julho de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³³⁸ *Ibidem*.

¹³³⁹ *Ibidem*.

humanismo e idealismo» presentes no socialismo, através das quais este conquistara a «preferência dos homens amantes da liberdade» e que viam na organização social socialista «mais uma obra harmónica de justiça social do que a rígida ditadura de uma classe»¹³⁴⁰. Eis como Berlinguer definia os objectivos do PCI dentro do eurocomunismo:

«Lutamos por uma sociedade socialista que tenha na sua base a afirmação do valor das liberdades pessoais e colectivas e das suas garantias; dos princípios de carácter laico, não ideológico do Estado e da sua articulação democrática; da pluralidade de partidos e da possibilidade de alternar-se das maiorias do Governo; da autonomia dos sindicatos, das liberdades religiosas, da liberdade de expressão, da cultura, da arte e das ciências. No campo económico trata-se de assegurar um alto desenvolvimento produtivo através de uma programação democrática que se apoie sobre a existência e sobre a função positiva de várias formas de iniciativa e de gestão, quer públicas, quer privadas, todas voltadas à satisfação das grandes necessidades dos homens e da colectividade nacional»¹³⁴¹.

Neste panorama, em Setembro de 1976, Aldo Moro, na altura Presidente do Conselho Nacional do PDC, aparecia a defender, num discurso feito na Feira do Levante, em Bari, um «sério e construtivo» diálogo com o PCI, sublinhando ser necessário uma «valorização mais realística» do papel deste partido¹³⁴². No dia da abertura da reunião do Conselho Nacional da Democracia-cristã, que decorreu entre 10 e 12 de Dezembro de 1976, num artigo publicado no *Il Giorno*, Moro defendia que a Era do centro-esquerda tinha terminado com os resultados obtidos pelo PCI nas eleições de Junho de 1976¹³⁴³. Neste contexto, o Governo de Andreotti, embora frágil, constituía «o mais avançado equilíbrio político realizável» e a experiência governativa possível, capaz de preparar a nova fase da evolução política italiana¹³⁴⁴. Neste sentido, às correntes da Democracia-cristã que desejavam um embate com o PCI, Moro respondia que a aproximação entre as duas forças políticas, ao invés de rupturas drásticas, comportaria a confrontação positiva de ideias, não deixando, no entanto, de aconselhar os comunistas a serem frugais nas suas expectativas¹³⁴⁵.

À reunião do Conselho Nacional da Democracia-cristã seguia-se a do Comité Central do PCI (13-14 de Dezembro de 1976), destinada a fixar em linhas claras a ideologia, a estratégia

¹³⁴⁰ *Ibidem*

¹³⁴¹ *Ibidem*

¹³⁴² *Ibidem*, aerograma n.º 24 de 24 de Setembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁴³ *Ibidem*, ofício n.º 492 de 21 de Dezembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁴⁴ *Ibidem*.

¹³⁴⁵ *Ibidem*.

e as táticas políticas do partido¹³⁴⁶. Na sua intervenção, Enrico Berlinguer considerava que existia um «vazio de linha política na Democracia-cristã»:

«A DC recusa o compromisso histórico? Proponha qualquer outra coisa. O que não pode continuar é esta ausência de opções que faz estagnar a situação política, com risco evidente de que neste vazio cresçam humores, tendências, manobras de direita, em qualquer caso aventureiras. Eis porque é legítimo esperar da DC decisões que sirvam para reforçar o quadro político democrático e que desloquem para a frente a discussão»¹³⁴⁷.

Com esta crítica, Berlinguer não punha em causa o Governo de Andreotti, ainda que o considerasse «inadequado», pois considerava que ninguém ganharia com uma crise governativa e que o importante era «trabalhar em todos os campos da vida política e social» para resolver a situação económica e terminar com os sacrifícios impostos aos trabalhadores pelas políticas de austeridade¹³⁴⁸. No final da reunião do Comité Central, o PCI assumia-se como um partido «cuja aptidão para governar superaria o seu carácter de luta», eliminando-se o adjectivo revolucionário do vocabulário propagandístico, e, embora não repudiando a sua natureza operária, abria-se a todas as classes sociais¹³⁴⁹.

Em Janeiro de 1977, perante as renitências da Democracia-cristã em permitir a entrada formal dos comunistas no Governo com a formação de um Governo de emergência nacional e para superar o impasse que se formara em torno da questão, o PCI optava por flexibilizar as suas exigências e aceitar participar na definição de um programa de transição, com a duração de três ou quatro anos, não ainda comunista ou socialista, que libertasse os italianos das «injustiças, distorções e absurdos que caracterizam o actual fundamento da sociedade»¹³⁵⁰.

Se Andreotti reconhecia publicamente a «boa-fé» do PCI, a sua independência da URSS, a sua aceitação do Pacto do Atlântico e a crença de que os seus chefes eram sinceros quanto à construção de um partido diferente, em privado, admitia não confiar nas bases partidárias, formadas na «crença da revolução»¹³⁵¹. E se o entendimento com o PCI valia a Andreotti severas críticas por parte dos meios conservadores democratas-cristãos, acusando-o de ter passado da direita para a esquerda e de estar a destruir os princípios fundamentais da

¹³⁴⁶ *Ibidem*, ofício n.º 496 de 22 de Dezembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁴⁷ *Ibidem*.

¹³⁴⁸ *Ibidem*.

¹³⁴⁹ *Ibidem*.

¹³⁵⁰ AHD/MNE, PEA M8A/1977, telegrama n.º 29 de 21 de Janeiro de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁵¹ AHD/MNE, PEA M18/1977, telegrama n.º 50 de 2 de Fevereiro de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

DC (anticomunismo e democracia), no entender do Embaixador português, o Presidente do Conselho tinha em mente uma estratégia mais visionária do que a dos seus correligionários, pois, «político astuto e genial oportunista, procurou evitar a luta com comunistas, que levaria ao caos social, e aproveita o apoio destes por sem eles ser impossível governar»¹³⁵².

Em Dezembro de 1977, acusando a Democracia-cristã de impedir a concretização de fórmulas de Governo que permitissem a reformulação profunda do Estado, Berlinguer e os dirigentes mais representativos do PCI iniciavam uma campanha para a criação de um «Governo de emergência» a breve termo¹³⁵³. Andreotti recusava-se terminantemente a presidir a um Governo com comunistas e o seu ministério caía em Janeiro de 1978¹³⁵⁴. Seria, porém, ele a formar o novo Governo, sem alterações significativas e com o PCI a permanecer fora da maioria parlamentar¹³⁵⁵. No dia em que o Parlamento discutia o voto de confiança, a 16 de Março de 1978, Aldo Moro era raptado pelas *Brigate Rosse*, crime que foi interpretado em Itália como «um clamoroso ataque às instituições» numa «tentativa de substituição do regime democrático por um reino do terror»¹³⁵⁶. Assassinado a 9 de Maio, o seu desaparecimento teve profundas implicações no abandono da fórmula do «compromisso histórico». Progressivamente, o PDC e o PCI reposicionaram-se nas tradicionais posições de combate, com cada qual a considerar que tinham sido feitas cedências excessivas¹³⁵⁷. Em 1979, depois de novas crises governamentais, os italianos iam novamente para eleições legislativas antecipadas. Pela primeira vez desde 1948, o PCI registava uma quebra nos votos obtidos, tornando impossível a sua entrada no Governo ou a continuação da linha de governos apoiados por ampla maioria com o PCI.

Vejamos agora como a comunidade internacional acompanhou o evoluir da situação política interna em Portugal e na Itália e quais as implicações que a formação de um Governo comunista num ou em ambos os países teria ao nível do funcionamento das alianças e do sistema de segurança europeia e ocidental.

¹³⁵² *Ibidem*.

¹³⁵³ *Ibidem*, aerograma n.º 55 de 7 de Dezembro de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁵⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 577 de 22 de Dezembro de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁵⁵ *Ibidem*, telegrama n.º 74 de 27 de Fevereiro de 1978, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁵⁶ *Ibidem*, telegrama n.º 112 de 17 de Março de 1978, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁵⁷ AHD/MNE, PEA M30/1979, aerograma n.º 6 de 17 de Janeiro de 1979, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

1.1.3. *Implicações internacionais*

Em Abril de 1974, a notícia de que havia um golpe de Estado militar em Portugal apanhou a comunidade internacional de surpresa. Não que a queda do Estado Novo fosse tida por inconcebível, pois as crises internas e externas que dinamitavam endogenamente o regime eram conhecidas dos meios políticos e da opinião pública informada. Porém, à luz das sucessivas subversões neutralizadas até ao golpe de 25 de Abril e porque se sabia que as fileiras do Exército estavam impregnadas de informadores e de espias da DGS, não se previa que o regime pudesse cair a curto prazo. Outro ponto importante que contribuía para esta opinião era que Lisboa estava, nas vésperas do 25 de Abril, cheia de rumores, os quais, além de mobilizarem a atenção da polícia política, acabavam por criar um ambiente de cepticismo¹³⁵⁸. E se a DGS conhecia a existência de um movimento no interior das Forças Armadas, subestimava a sua amplitude real e eficiência táctica devido à presumida neutralização do núcleo reaccionário após a sublevação das Caldas, cinco semanas antes do golpe de Estado (Ferreira 1994, p. 31). Esta era, aliás, também a ideia formulada pelos serviços secretos e de informação estrangeiros que actuavam em Portugal, incluindo os norte-americanos (Sá 2010, pp. 121-129). Há ainda outra razão que explica a surpresa da comunidade internacional. Numa entrevista conduzida pelos jornalistas António Melo e Ana Sá Lopes, em Abril de 2004, Victor Alves, um dos intervenientes directos em todo o processo que conduziu ao 25 de Abril, falava da relutância do MFA em estabelecer contactos com as embaixadas acreditadas em Lisboa. Segundo ele, havia a «decisão de princípio» de não contactá-las para evitar que as ligações fossem detectadas. A mesma linha de pensamento aplicava-se aos contactos indirectos através dos elementos dos partidos políticos, vigiados pela DGS (Lopes & Melo 2007).

Concretizado o golpe de Estado, a comunidade internacional aguardava o processo de transição democrática com expectativa. Reconheceu-se a JSN, cumprimentaram-se os novos actores políticos e fizeram-se votos para que a evolução dos acontecimentos fosse favorável aos interesses do Ocidente. Não houve, portanto, problemas de maior para normalizar as relações políticas (Ferreira 1994, p. 39). Curtas eram, porém, as referências à política externa no Programa do MFA. Para além da invocação do respeito pela independência e pela igualdade entre os Estados e pela não ingerência nos assuntos internos e da defesa da paz,

¹³⁵⁸ Uma das informações que corria em Lisboa nas semanas que antecederam o golpe de Estado, e que absorvia as atenções da PIDE/DGS, era que as forças políticas clandestinas preparavam uma grande mobilização para o 1º de Maio (IRSIFAR, fundo Memoria di Carta, subfundo Franco Lipparini – Stefania Raspini, b. 83, fasc. 65, dossier *Portogallo*, publicado pela *Avanguardia Operaia*, p. 7).

aludia-se apenas ao objectivo geral de alargar e diversificar as relações internacionais com base nos princípios da amizade e da cooperação (Teles 2001, p. 32). Com efeito, a diplomacia e as relações internacionais não eram as áreas de especialização dos militares ou dos sectores políticos activos no imediato pós 25 de Abril, cujos objectivos principais e prementes direccionavam-se para a reorganização política, para o cessar-fogo em África e para a superação dos limites externos colocados às autoridades portuguesas pela questão colonial.

Não obstante, o novo Governo procurou reforçar a rede externa de ligações e de interacções a nível económico, financeiro e político, alargando-a a um núcleo maior de agentes estrangeiros (Estados e instituições). A nível multilateral, escolhida a via da descolonização, Portugal sanava a conflituosidade criada entre o Estado Novo e a ONU devido ao colonialismo daquele. Ao mesmo tempo, aproximava-se da CEE e dos seus Estados-membros, com estes a colaborarem na formação de uma democracia pluralista no país. No referente às relações com a NATO, a questão da não participação portuguesa não era colocada internamente, nem mesmo pelo PCP, sendo reafirmada a fidelidade de Portugal. A nível bilateral, verificava-se o estabelecimento gradual de relações políticas com a maior parte dos Estados, incluindo com os países do bloco soviético e do Terceiro Mundo. Contudo, a acção de diversas forças ideológicas activas acabaria por dificultar a construção de uma política externa global e coerente devido às diversas opções existentes, por vezes de sentido oposto, e aos diversos objectivos que os múltiplos intervenientes procuravam realizar durante o processo revolucionário. Obtinham-se, assim, diplomacias paralelas, criando uma acentuada indefinição, com a orientação global a tender para um «neutralismo vagamente terceiro-mundista», com consequências ao nível das relações de Portugal com a NATO, e para o desenvolvimento de relações privilegiadas com os Estados saídos da descolonização portuguesa (Teixeira 1995, p. 816; Teles 2001, p. 31; Ferreira 2006, p. 143).

No decorrer do Verão de 1974, o Ocidente, ou seja, os países com representação ao nível da NATO e da CEE, era confrontado com a possibilidade da alteração do equilíbrio bipolar a partir do sul da Europa, com o processo a desencadear-se na base da emulação da Revolução Portuguesa. Esta hipótese partia da análise de uma circunstância muito específica que começou a manifestar-se no rescaldo do golpe de Estado: a supremacia do PCP em termos de organização e de capacidade de mobilização face aos restantes partidos permitia-lhe ocupar de forma rápida posições de poder no interior do Estado, nos sindicatos e nas Forças Armadas (Bruneau 1982, p. 890). Esta era uma evolução contrária ao que os governos ocidentais pretendiam, pois esperavam que a instauração da democracia decorresse sem

anarquia e com os comunistas longe do Poder, especialmente quando a França e a Itália se mostravam cada vez mais predispostas para compromissos com o comunismo.

De facto, a partir de 1972-1973, no seguimento da criação do regime social-comunista no Chile, liderado por Salvador Allende, e do aprofundamento da distensão entre os dois blocos da guerra fria (a *détente*), a fórmula da frente popular ameaçava tornar-se no protótipo político prevalente na Europa do sul, situação que mobilizava os sectores tradicionalmente anticomunistas para tentar revertê-la e/ou impedir a sua evolução (Eisfeld 1983, p. 122). Este fenómeno, que a partir de 1976 ganhava o nome de eurocomunismo, foi impulsionado pelas soluções de compromisso com os principais partidos sugeridas pelos comunistas da França¹³⁵⁹ e, como vimos no ponto anterior, da Itália, com o objectivo de criar uma via de intervenção política e social menos ortodoxa do que a proclamada pelo PCUS e que, por isso mesmo, permitisse a adaptação do comunismo às realidades locais e o alargamento da sua base eleitoral, dissociando-o da repressão soviética e do atraso económico (Pipes 2003, p. 106). Porém, para os governos ocidentais, a situação real ia bem mais além do que estes pressupostos enunciavam. Como explicava Henry Kissinger, responsável pela diplomacia estado-unidense:

«A questão chave não era o grau de independência dos partidos comunistas europeus relativamente a Moscovo, mas a sua ideologia e organização comunistas. Nem a sua dinâmica interna nem os seus programas eleitorais [...] me pareciam compatíveis com a democracia ou com os propósitos estabelecidos da Aliança Atlântica. Nenhum partido comunista europeu – nem mesmo o italiano – apoiava a Aliança Atlântica [...]. O sistema de consultas fechadas entre aliados, baseado em objectivos partilhados e filosofias compatíveis, sairia enfraquecido, se é que não se desmoronaria. A troca de informações altamente classificadas e o planeamento militar integrado ficariam em risco. Muitos destes factores enfraqueceriam também o movimento de integração europeia» (*apud* Oliveira 2009).

Internacionalmente, Portugal era um Estado-membro da NATO com uma posição estratégica na Europa e no Atlântico. Se se transformasse num caos sem concerto, devido aos muitos projectos político-sociais contraditórios em competição, ou numa nova Cuba ou Chile, onde se concretizaram revoluções comunistas, as dificuldades daí decorrentes seriam imediatamente sentidas ao nível da Aliança Atlântica e dos seus interesses no sul da Europa e na instável zona do Mediterrâneo. Nesta situação, e perante o continuar da guerra fria, a crescente actividade do comunismo na área euro-mediterrânica constituía um sério problema

¹³⁵⁹ Em 1972, Georges Marchais, Secretário-geral do Partido Comunista Francês, fazia uma aliança com o Partido Socialista de François Mitterrand em vista das eleições legislativas de 1973. Em 1974, apoiava a campanha socialista para a eleição de Mitterrand como Presidente da República.

para o Ocidente. Basta lembrar que havia a possibilidade de a Aliança perder bases estratégicas nos países onde havia o risco de uma eventual investidura de governos comunistas, para não falar do acesso por parte dos mesmos aos documentos secretos da NATO. Portugal, pela convulsão pró-comunista interna que vivia, e a Itália, onde a instabilidade política poderia desaguar numa coligação governamental entre os democratas-cristãos e o PCI, constituíam, portanto, verdadeiros detonadores de uma grave crise de incompatibilidade ideológica dentro da grande massa do Ocidente (Oliveira 2009).

Segundo Mário Soares (2001, p. 67), quando Álvaro Cunhal regressou a Portugal, a 30 de Abril de 1974, o seu objectivo não era propriamente instaurar uma democracia popular. Todavia, vendo que a influência do PCP progredia rapidamente, pensou em passar directamente à revolução comunista – segundo Soares, Cunhal tinha a ambição de «vir a ser o Lenine do final do século no outro extremo da Europa» (*ibidem*) – e para este desígnio recebia uma ajuda financeira ininterrupta não só da URSS / PCUS, cujas relações eram mais estreitas com o PCP do que com o PCI, mas também dos vários partidos comunistas europeus (Sá 2009, pp. 156-162).

Paralelamente, conhecendo estes fluxos financeiros, a comunidade ocidental e os partidos políticos não comunistas apoiavam os sectores políticos moderados para criar uma oposição sólida ao PCP. Logo no início de Junho de 1974, a Internacional Socialista anunciava o empenho do socialismo europeu em levar a conjuntura portuguesa para um desfecho constitucional e democrático. Mas, para o efeito, era fundamental fortalecer o PS, o qual poderia contar com a solidariedade e a iniciativa política dos partidos socialistas nos Governos europeus para o colocar na dianteira da condução do processo de transição democrática, sobrepondo-se ao PCP. Francesco De Martino, Secretário-geral do PSI, reforçava esta ideia, valorizando o compromisso europeísta dos socialistas italianos e a sua determinação em apoiar o desenvolvimento democrático em Portugal¹³⁶⁰. De referir que os socialistas portugueses tinham aliados especialmente fortes na Alemanha Ocidental, onde, não por acaso, o seu partido fora fundado em 1973, com o apoio da Fundação Friedrich Ebert. Mantinham também relações de proximidade com o partido social-democrata alemão, o *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (SPD), e respectivo líder Willy Brandt, a quem tinham a agradecer, feito o golpe de Estado de Abril, uma grande transferência de recursos (fundos, peritos, pessoal, material e imprensa) (Bruneau 1982, p. 892). Nos últimos meses de 1974, toda esta força solidária socialista e social-democrata materializou-se na visita de

¹³⁶⁰ O apoio dos partidos italianos às forças partidárias portuguesas será analisado no ponto 1.2.2, pp. 356-364.

diversas personalidades a Lisboa, desde Brandt a Olaf Palme e François Mitterrand com evidentes propósitos eleitoralistas e propagandísticos em vista das eleições de Abril de 1975 (Sá 2009, pp. 162-170).

Refira-se que os EUA não simpatizavam, ou confiavam, nos dirigentes políticos portugueses, o que fazia circular na praça pública diversas informações que só poderiam piorar a situação. Por exemplo, em fins de Junho, a televisão e a imprensa italianas noticiavam com destaque as conversas entre António de Spínola e Richard Nixon sobre as bases dos Açores. Alguns jornais comentavam que, dada a importância do aeródromo das Lajes para as ligações dos EUA com o Médio Oriente, Portugal subira o «preço» das suas prerrogativas estratégicas nacionais perante os interesses geoestratégicos de Washington¹³⁶¹. Em Agosto, todos os jornais italianos mencionavam a oferta de dólares a Portugal pelos países árabes para que Lisboa não permitisse a utilização da base das Lajes aos norte-americanos¹³⁶². Havia, de facto, diversas informações e contra-informações, e o Governo português manobrava para manter as relações com Washington em níveis altamente vantajosos em termos de colaboração política e financeira, reiterando os intentos democráticos e atlantistas do novo Portugal. No início do Outono de 1974, com a viragem à esquerda do processo revolucionário depois de neutralizado o núcleo spinolista, que os norte-americanos apoiavam para fortalecer as forças conservadoras e dividir o MFA, a actividade subterrânea dos EUA e da *Central Intelligence Agency* (CIA) em Portugal começou a intensificar-se com o objectivo de travar o comunismo. Para o efeito, promoviam diversas acções para sabotar a revolução: financiamentos destinados a promoverem a cisão sindical, discursos alarmistas sobre a situação portuguesa e adiamentos/chantagem em torno das concessões de ajudas económicas, das quais Portugal necessitava urgentemente¹³⁶³.

Na primeira semana de Outubro, o Presidente da República, Costa Gomes, acompanhado pelo Ministro dos Estrangeiros, Mário Soares, deslocava-se aos EUA para participar na Assembleia-geral da ONU e para conversações com o Presidente Henry Ford (Sá 2009, pp. 222-227). Nessa ocasião, os dirigentes portugueses reiteravam que as Forças Armadas não pretendiam criar um movimento de frente popular, à semelhança do que acontecera no Chile com o Governo de Allende, e asseguravam que a fidelidade à NATO não era posta em questão, ainda que, segundo a edição de 12 de Outubro do jornal italiano *Il*

¹³⁶¹ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 204 de 20 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁶² *Ibidem*, telegrama n.º 269 de 23 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁶³ Fondazione Istituto Gramsci, fondo Partito Comunista Italiano, série esteri, b. 84, fasc. 861, «Nota sulla visita in portogallo della delegazione del PCI (Pecchioli, Gabuggiani, Oliva, D'Alessio, Polito) dal 16 al 19 novembre 1974».

Messaggero, fossem solicitadas contrapartidas pelas bases nos Açores¹³⁶⁴. A 31 de Outubro de 1974, o jornal *Il Globo* publicava na primeira página uma correspondência da enviada especial a Bruxelas, Barbara Spinelli, com o título «Os Estados Unidos não confiam no Governo português». O artigo enquadrava a notícia do adiamento da reunião do Comité Nuclear da NATO, a qual tinha sido agendada para os dias 7 e 8 de Novembro, em Roma (Sá 2009, pp. 230-234). Para a articulista, o pretexto oficial para o adiamento não teria sido a crise política em Itália, conforme fora anunciado, mas o facto de os EUA não pretenderem que Portugal, dada a presença do PCP no Governo, tomasse conhecimento dos assuntos militares secretos que seriam debatidos¹³⁶⁵.

Importa agora atentar no contexto internacional que marcou a década de 70: a distensão (ou *détente*). Tanto os EUA como a URSS estavam verdadeiramente empenhados em abrandar o ritmo da competição pela supremacia planetária e em cooperar para o degelo bipolar (Garthoff 1994; Sá 2009, pp. 57-93; Wenger, Mastny & Nuenlist 2008). Por esta razão, os acontecimentos portugueses surgiam como possíveis destabilizadores do delicado equilíbrio entre os dois blocos da guerra fria. E se os socialistas e sociais-democratas europeus estavam decididos a tomar medidas drásticas contra o avançar do comunismo, os EUA conjecturavam ser possível transigir com um transitório governo de comunistas em Lisboa enquanto «vacina europeia contra o comunismo». Na espirituosa tese de Henry Kissinger, o caso português constituiria, pela sua negatividade e represálias a sofrer, um exemplo para os restantes países europeus, muito especialmente para a Itália (Sá 2009, pp. 308-314).

Em Janeiro de 1975, Mário Soares, ainda Ministro dos Estrangeiros, dirigia-se a Moscovo para explicar a Andrei Gromyko, homólogo soviético, que o favorecimento do PCP pela URSS não só pesaria de forma negativa nas relações desta com o Ocidente, como levaria à suspensão dos trabalhos da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, no âmbito da qual se preparava a distensão¹³⁶⁶ (Soares 2001, p. 68). Gromyko assegurava – a Soares e à comunidade ocidental – que Moscovo, enquanto centro da União Soviética, tinha uma só política: a política de Estado, a qual não era confundida com a política do PCUS. Em linguagem diplomática, isto significava que o Estado soviético não apoiaria algo que pudesse pôr em causa os seus interesses nacionais, sendo o processo de distensão um deles. Em

¹³⁶⁴ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 320 de 12 de Outubro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE; AHD/MNE, PEA M17/1974, telegrama n.º 317 de 11 de Outubro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁶⁵ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 341 de 31 de Outubro de 1974, o Primeiro-secretário da Embaixada de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁶⁶ A Conferência de Segurança e Cooperação Europeia reuniu, em Helsínquia, entre 1973 e 1975, os representantes dos EUA, da URSS, dos Estados europeus e do Canadá para discutirem a questão da segurança e defesa europeias, tornando-se num dos pontos de maior convergência entre os dois blocos da guerra fria.

linguagem objectiva, o sentido era outro: caso o PCP conseguisse alcançar o Poder, a URSS reconheceria a situação, no entanto, se aquele não conseguisse manter-se na liderança do processo revolucionário, distanciar-se-ia e deixá-lo-ia cair (*ibidem*). Segundo Mário Soares, Álvaro Cunhal sabia das regras impostas por Moscovo. Não obstante, depois do segundo golpe de direita de Spínola (11 de Março de 1975), como confiasse na solidez da aliança entre o PCP e o MFA e considerasse que as condições lhe eram «singularmente propícias», optou por acentuar a radicalização da revolução (*ibidem*).

É muito interessante o artigo que o jornalista Bernardo Valli publicou na edição de 17 de Março de 1975 do *Corriere della Sera*. Intitulava-se «Si sta preparando il nuovo Governo» e nele relatava o primeiro grande comício organizado depois do falhado golpe spinolista de Março e do imediato desvio radical de Cunhal. À chuva, a multidão gritava: «Uma só solução: fuzilar a reacção» (*apud* Valli 1975). Cunhal replicava: «Nada de penas capitais. Somos por uma via democrática não violenta; a contra-revolução é que usava a força» (*apud ibidem*). Contava o jornalista que era um diálogo que acontecia entre ele e cerca de 3000 pessoas, talvez mais, concentradas no Estádio 1º de Maio, ao qual não faltava a representação cénica: Cunhal, sabendo que seria escutado na rádio e pela imprensa internacional, pedira que as imagens da reunião fossem difundidas em toda a Europa, valorizando o facto de ser o único líder comunista e ministro num Governo de coalizão nacional num país ocidental que pertencia à Aliança Atlântica. Um facto que era importante ter em conta, porquanto, depois das breves experiências governativas dos comunistas do francês Maurice Thorez e do italiano Palmiro Togliatti no imediato pós-guerra, quando a NATO ainda não tinha sido fundada, tal nunca mais acontecera. Cunhal sabia, portanto, que estava a ser seguido com meticolosa atenção em todas as grandes capitais e, propositadamente, desiludia todos os que esperavam uma linguagem dura, ou pelo menos acesa (*ibidem*). Também não falou da nacionalização da banca e das seguradoras e daquelas que ocorreriam nos sectores do comércio externo e ignorava a questão da reforma agrária e da expropriação dos latifúndios. Insistia tão-só na necessidade de consolidar os avanços dados desde o 25 de Abril de 1974 (não tanto no prosseguimento da marcha revolucionária) e na instalação da ordem pública (*ibidem*).

Em termos de política externa, o IV Governo Provisório, formado na sequência do 11 de Março, pautava-se pela equidistância face aos dois blocos da Guerra Fria, com algumas individualidades mais salientes a deslocarem-se frequentemente aos países socialistas da

Europa e do Terceiro Mundo com o objectivo de normalizar as relações com estes países¹³⁶⁷. Todo este conjunto de procedimentos levou os governos ocidentais a questionar se Portugal manteria os compromissos internacionais anteriormente assumidos dentro da linha atlantista. Embora o PCP não pusesse em causa a pertença de Portugal à NATO, diversos partidos da esquerda marxista e não marxista e do centro-esquerda debatiam qual deveria ser a relação do país com a Organização. Se os meios marxistas questionavam o sentido da participação numa instituição militar de defesa perante o comunismo, entre os partidos da esquerda não marxista e do centro-esquerda o neutralismo superava os sentimentos atlantistas¹³⁶⁸. Neste contexto, confrontados com as admoestações dos governos ocidentais quanto ao risco que representavam as ligações com o leste europeu e os países não-alinhados, os dirigentes portugueses agiam suavemente. Numa conferência dada à imprensa internacional, na véspera do primeiro aniversário da Revolução de Abril e das eleições para a Assembleia Constituinte, Melo Antunes, Ministro dos Estrangeiros, dizia o seguinte:

«Penso que não há uma contradição profunda entre o que pensamos vir a ser a nossa política externa num futuro próximo e as nossas obrigações em relação à NATO e ao Pacto Atlântico. Efectivamente, desenvolvemos a ideia de que devemos seguir uma linha que progressivamente nos aproxime dos países neutralistas e dos não-alinhados. Pensamos que devemos ser tão independentes quanto possível em relação aos grandes blocos, às grandes potências, e devemos aproximar-nos dos pequenos países que como nós desejam desenvolver uma linha de independência política. Sabemos perfeitamente os limites do desenvolvimento de uma tal ideia visto ocuparmos um espaço geopolítico determinado, visto estarmos inseridos numa região do mundo que é dominado por certas influências e ainda porque nós herdámos obrigações no domínio político e no domínio militar que não podemos rejeitar de uma só vez, mas pensamos que é perfeitamente conciliável esta linha principal de desenvolvimento da nossa política externa com a nossa inserção na NATO neste momento, porque a NATO é um bloco que em si mesmo tem uma dinâmica especial, quer dizer, que há transformações previsíveis nas relações entre os países da NATO e os países do Pacto de Varsóvia [...]. Pensamos pois que a nossa posição na NATO não é posta em causa neste momento e que ela não nos impede de desenvolver todos os esforços para encontrar com outros países que seguem uma linha parecida com a nossa, mecanismos concretos e

¹³⁶⁷ AHD/MNE, PEA M8/1975, informação de serviço do MNE intitulada «Actividade do MNE após 25 de Abril e perspectivas de actuação em 1975 até à investidura de um Governo constitucional», com data de 7 de Abril de 1975.

¹³⁶⁸ Dois exemplos: Sá Carneiro, do PPD, e Mário Soares, do PS. O primeiro defendia a progressiva diminuição da contribuição nacional para a NATO e o encerramento faseado das bases militares estrangeiras existentes no território português ao serviço da Aliança. O segundo, em conversa com o Embaixador do Reino Unido em Lisboa, comentava que, «enquanto socialista», considerava que a manutenção da NATO e do Pacto de Varsóvia era prejudicial ao aprofundamento da *détente* (Oliveira 2009).

eficazes de segurança na Europa, contribuindo eficazmente para um desanuviamento real entre os países de leste e do oeste e para desenvolver a nossa linha de autêntica independência nacional»¹³⁶⁹.

A 30 de Maio de 1975, decorria a Cimeira da NATO em Bruxelas, convocada pelos EUA em vista da preparação da nova sessão da Conferência de Helsínquia, marcada para Agosto. Seria um dos pontos altos na série de contactos e de pressões realizados pelos principais líderes ocidentais junto de algumas das figuras mais centrais da Revolução Portuguesa, reunidas no Governo de Vasco Gonçalves. No decorrer das sessões de trabalho, a questão da participação de uma «ditadura de esquerda» na Aliança foi debatida abertamente, com vários representantes a enfatizarem a inalienável trilogia defesa/détente/democracia. No entanto, nas conversas à margem da cimeira, tanto os alemães da RFA como os britânicos insistiam com os norte-americanos para que não considerassem Portugal como um «caso perdido», mas sim em evolução, devendo ceder-se toda a colaboração possível aos sectores moderados e suspender-se os debates sobre o afastamento do país da NATO, extemporâneos e contraproducentes. Recorde-se que Henry Kissinger defendia a expulsão de Portugal da Organização, insistindo que o país era governado por um regime de esquerda, cujas tendências neutralistas eram mais fortes do que a própria lealdade ao Pacto Atlântico, com grave dano dos seus propósitos defensivos (Sá 2009, pp. 326-345).

O «Verão quente» de 1975 ficaria marcado por variadíssimas acções concertadas entre os europeus ocidentais, com o Conselho de Ministros da CEE, reunido nos dias 16 e 17 de Julho, a reiterar que a ajuda económica a conceder a Portugal, solicitada pelo próprio Governo de Lisboa, estaria condicionada aos avanços categóricos no sentido da democratização¹³⁷⁰. Em Agosto, no contexto da Conferência de Helsínquia, Harold Wilson, Primeiro-ministro britânico, e Helmut Schmidt, Chanceler da RFA, pressionavam o Presidente Costa Gomes para que não deixasse avançar as «peculiaridades da governação gonçalvista em Portugal» e ponderasse seriamente sobre o progressivo afastamento face às democracias ocidentais. Neste contexto, a composição do VI Governo Provisório e a divulgação do Documento dos Nove¹³⁷¹ constituíam sinais promissores, porém a escalada da violência promovida pelo PCP e pela

¹³⁶⁹ AHD/MNE, PEA M8/1975, «Conferência de imprensa concedida aos órgãos de informação estrangeiros pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Major Melo Antunes, em 24 de Abril de 1975».

¹³⁷⁰ As relações de Portugal com as Comunidades Europeias no pós-25 de Abril são abordadas no capítulo III da segunda parte. Os auxílios financeiros cedidos pela CEE e a perspectiva da adesão de Portugal ao Mercado Comum foram um dos dinamizadores da estabilização da democracia no país.

¹³⁷¹ O Documento dos Nove foi um manifesto publicado em Agosto de 1975 pelos militares favoráveis ao estabelecimento de um regime político pluralista. Entre os seus signatários contavam-se Vasco Lourenço, Ernesto Melo Antunes, Victor Alves, Ramalho Eanes, Salgueiro Maia, *inter alia*. Recusando os modelos de sociedade socialista de tipo euro-oriental e social-democrata euro-ocidental, propunha-se ali um socialismo democrático, inseparável das liberdades, direitos e garantias fundamentais (Ferreira 1994, p. 216).

extrema-esquerda e as divisões crescentes entre as Forças Armadas ao longo do «Verão quente» de 1975 mantinham Portugal no limbo perante os aliados ocidentais. Só quando os elementos pró-ocidentais e os militares agrupados em torno do General Ramalho Eanes conseguiram impor-se às forças revolucionárias e começaram gradualmente a restaurar a disciplina nos quartéis, depois de controlada a tentativa de golpe de Estado de 25 de Novembro de 1975, a política portuguesa entrava numa fase de normalização democrática com todo o apoio dos EUA e dos Estados-membros da CEE (*ibidem*, pp. 481-504).

Porque a situação interna italiana apresentava similitudes com a portuguesa, as manobras dos países ocidentais em Portugal eram seguidas com atenção em Itália, sobretudo no referente aos EUA, porque também ela estava na mira de semelhantes dinâmicas profiláticas. No Verão de 1974, a Europa e a América do Norte reagiram com críticas especialmente duras à possibilidade de o PCI ser aceite numa coligação governamental, acusando os italianos de fraca capacidade de governação e ameaçando condicionar a cedência do auxílio financeiro que estava em negociação (como vimos no ponto anterior, a Itália estava a atravessar uma gravíssima crise económica) à tomada de medidas eficazes por parte do Governo de Roma para evitar a ambiguidade política e a pusilanimidade perante os problemas graves¹³⁷². O Embaixador Armando Martins aludia com assombro à declaração do Chanceler Helmut Schmidt, o qual, em privado, teria advertido contra a «italianização» da Alemanha Federal, isto é, contra «a instabilidade do Poder, a erosão económica e a inabilidade de um povo se governar»¹³⁷³. Mas as declarações de pouca fé nos italianos não vinham só da RFA. O jornal francês *Le Figaro* falava numa «falência total» e os juízos dos ingleses e americanos eram impiedosamente pessimistas, havendo periódicos que metaforizaram com a orquestra do *Titanic*, que tocava durante o naufrágio, e quem aplicasse à situação versos trágicos de Dante¹³⁷⁴. O *New York Times*, num artigo intitulado «A Itália abre ao desespero», afirmava que a «economia estava à beira da bancarrota», que o sistema da lei e da ordem se desfazia e que, contava o Embaixador, «a curiosa forma de administrar o Estado com um não Governo, ou antes, na realidade, sem Governo, chegou a um beco sem saída»¹³⁷⁵.

No final de Agosto, em plena crise de Chipre, a questão da participação da Itália na Aliança Atlântica era discutida no Parlamento por iniciativa do PSI e do PCI. Ambos declaravam que não aceitavam que as bases militares que a NATO tinha na Grécia, perdidas

¹³⁷² AHD/MNE, PEA M17/1974, aerograma n.º 8 de 29 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁷³ *Ibidem*.

¹³⁷⁴ *Ibidem*.

¹³⁷⁵ *Ibidem*.

quando Atenas retirou as suas forças do comando militar da Aliança, em 1974, em reacção à invasão de Chipre pela Turquia, fossem transferidas para a Itália. Propunham, por conseguinte, a revisão dos compromissos italianos relativos à Organização, defendendo que a Itália não deveria assumir novos deveres ou riscos militares. Esta era a primeira vez em doze anos de governos do centro-esquerda que o papel da Itália na NATO era posto em causa e o problema adquiria seriedade porque a ala esquerda da Democracia-cristã era a favor da revisão do Pacto do Atlântico¹³⁷⁶. Em reacção a estas posições, a Farnesina publicava uma nota onde declarava que a Itália não poderia ficar indiferente às consequências que a saída da Grécia poderia representar para a segurança e a estrutura da NATO, declarações que eram feitas de forma vaga para não criar novos problemas internos, quer no país, quer na Aliança¹³⁷⁷.

Aquando da visita oficial do Presidente da República Italiana e do Ministro dos Estrangeiros aos EUA, em Setembro de 1974, o Governo de Washington, muito especialmente Henry Kissinger, fizeram grandes pressões sobre Giovanni Leone e Aldo Moro a propósito da «questão comunista» em Itália. O Secretário de Estado exprimia-se em termos duros e peremptórios, provocando uma crise nervosa a Moro, por quem, aparentemente, não sentia apreço algum. Dizia, por exemplo, que a única prova do empenhamento do Ministro dos Estrangeiros em sustentar os comunistas era a complexidade bizantina da sua sintaxe, porque, sendo a influência do PCI de tal maneira forte, decidira-se a utilizá-la para diminuir o poder dos socialistas. E assim, para Kissinger, o verdadeiro objectivo de Moro seria quebrar os compromissos da Itália em relação à NATO, através de sinuosos percursos políticos (Mammarella & Cacace 2010, p. 230). Nestes termos, com o claro objectivo de delatá-lo, atribuía-lhe uma falsa inclinação filo-russa e anti-atlantista. Já para o Ministro italiano, Kissinger era a expressão do puro hegemonismo estado-unidense (Di Capua 1986, pp. 7-18).

Nos finais de Novembro de 1974, resolvida a crise política que levou Aldo Moro à Presidência do Conselho e Mariano Rumor ao Ministério dos Estrangeiros, o novo Governo, constituído por democratas-cristãos e republicanos, organizava a política externa em torno dos sólidos laços com os países europeus, da Aliança Atlântica, da amizade e da solidariedade com os EUA e do processo de distensão bipolar. Moro sabia que a Itália não poderia executar uma diplomacia anárquica, desligada do contexto atlântico e indiferente às necessidades estratégicas das grandes alianças internacionais. O que não significava que a concebesse em função dos interesses norte-americanos, do bloco militar atlântico ou que tivesse inclinações

¹³⁷⁶ *Ibidem*, aerograma n.º 14 de 27 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁷⁷ *Ibidem*.

filo-russas e terceiro-mundistas, como era acusado em Washington. O que defendia era a libertação de subordinações externas, permitindo a feitura de escolhas regionais e nacionais no âmbito da orientação política de um país livre e democrático, sem prejuízo dos pactos subscritos dentro da área ocidental ou das relações entre os blocos (*ibidem*, pp. 8-13).

As relações da Itália com os países da URSS e com Moscovo demonstravam claramente quanto Roma não pretendia permanecer rigidamente limitada a uma das esferas relacionais. O Governo italiano olhava com particular visão estratégica para os mercados da Europa do Leste, exportadores de matérias-primas (gás, petróleo, carvão) e importadores de tecnologia, que a Itália tinha facilidade em exportar¹³⁷⁸. Pretendia ainda obter um papel de relevo na política de distensão ao promover dinâmicas relacionais mais próximas em torno da discussão directa dos interesses comuns¹³⁷⁹. Para a Itália alcançar estes objectivos, a Farnesina promovia diversas visitas oficiais, com Aldo Moro, na qualidade de Ministro dos Estrangeiros, a deslocar-se à Hungria, à Bulgária, à Polónia e à Roménia para trocar pontos de vista sobre os progressos feitos para a segurança europeia, para discutir as perspectivas de desenvolvimento das relações económicas entre o Mercado Comum e o COMECON e incrementar as relações entre a Itália e aqueles países, nomeadamente através de acordos sobre o desenvolvimento da cooperação económica, industrial e científica¹³⁸⁰. No final de Julho de 1974, em Moscovo, era com Brejnev que Moro discutia a segurança e a defesa europeias, acentuando que a distensão do ambiente político internacional era necessária e que aquela não dependia apenas do entendimento entre as duas maiores potências, mas ainda da colaboração das médias e das pequenas nações. Moro conseguia ainda fortalecer os interesses industriais italianos na URSS com a assinatura de um acordo decenal de cooperação económica e científica, considerado por Gromyko, Ministro dos Estrangeiros soviético, como uma relevante contribuição da Itália para o desenvolvimento tecnológico da União Soviética¹³⁸¹.

De facto, a Itália, malgrado carências e dificuldades, era um dos dez maiores países ocidentais a nível económico e industrial e, como criara, através dos seus emigrantes, uma presença qualificada no estrangeiro, dispunha de uma base de apoio mundialmente dispersa para acções especificamente políticas (*L'Europeo* 1976). Facto que era optimizado pelo núcleo de «óptimos funcionários» que havia na Farnesina. No entanto, a sua actividade era frequentemente frustrada por um aparelho estatal inapto para elaborar iniciativas dinâmicas e coesas (*ibidem*). Daí que fossem muitas as críticas direccionadas contra o Governo,

¹³⁷⁸ *Ibidem*, aerograma n.º 11 de 31 de Julho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁷⁹ *Ibidem*, ofício n.º 317 de 2 de Julho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁸⁰ *Ibidem*.

¹³⁸¹ *Ibidem*, aerograma n.º 11 de 31 de Julho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

especialmente pelos grandes sectores industriais e financeiros italianos, acusando-o de incompetência na gestão da política externa e de não saber adaptar-se à mutação da forma de fazer diplomacia e das respectivas técnicas e à despolarização das áreas de intervenção, procedentes da evolução da conjuntura internacional. Nem era capaz de criar mecanismos para lançar uma diplomacia económica nacional eficaz, que começava naquela altura a desenvolver-se entre as grandes empresas e os países emergentes e do Terceiro Mundo (*ibidem*).

Efectivamente, as sucessivas crises governativas agiam como grandes condicionantes da formulação de uma política externa continuamente coerente e assertiva, interferindo negativamente na qualidade das relações internacionais italianas. Em Novembro de 1975, apesar dos largos esforços desenvolvidos junto de Washington, de Otava e das principais capitais europeias, o Governo italiano não conseguiu ser admitido no Vértice de Rambouillet, isto é, no *forum* das seis maiores potências industriais mundiais, reunidas para discutir a recuperação económica a nível mundial¹³⁸². Em conversa com o Secretário-geral do MAE, Armando Martins ficou a saber que a exclusão deveu-se, no geral, à falta de confiança no Governo de Roma, tido por muito frágil, com a RFA a considerar que não estaria em condições de tomar compromissos estáveis. A exclusão da Itália anulou por completo a estratégia dos italianos em transformar a inclusão neste «círculo exclusivo» num grande sinal de apoio moral e político ao Executivo¹³⁸³.

Uma nova condenação pública do Governo de Roma surgia em Dezembro de 1975, no contexto do Conselho da NATO, dominado pelo processo de distensão. Numa conferência de imprensa, Henry Kissinger demonstrava mais uma vez que reprovava o compromisso histórico: «Se fosse io a formare il Governo in Italia, il che non è probabile, non mi orienterei verso il compromesso storico» (*apud* Guatelli 1975). Tal declaração não se prestava a equívocos e pretendia advertir para as consequências, caso os comunistas alcançassem o Poder. Mariano Rumor comentava a declaração muito diplomaticamente, ainda que visivelmente desagradado: «È un'opinione rispettabile» (*apud ibidem*). Numa reunião à margem da cimeira, Rumor e Kissinger discutiram a situação italiana. Relutante em aceitá-lo perante os jornalistas, quando interpelado se para os EUA a Itália não representava um problema internacional, Rumor remetia-se ao silêncio, até porque, como Kissinger admitia, um país com comunistas no Governo dificilmente poderia permanecer atlântico (*ibidem*).

¹³⁸² *Ibidem*, ofício n.º 561 de 19 de Novembro de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁸³ *Ibidem*.

As eleições legislativas italianas de Junho de 1976, realizadas numa altura em que os comunistas tinham grandes probabilidades de entrarem na constituição de um Governo de esquerda, levantaram uma onda de histeria no Ocidente e entre os «estrategas do atlantismo»¹³⁸⁴. O *New York Times*, para quem o «caso italiano» era o tema do dia na América, afirmava que «estas eleições suscitam um sentido de grande ansiedade nos países aliados da Itália no seio da NATO e na Comunidade Europeia»¹³⁸⁵. E, com efeito, na reunião do Conselho da NATO em Oslo, os representantes britânicos alertavam que, em tal situação, seria difícil à CEE ajudar a Itália a resolver os seus problemas económicos; quanto a Kissinger, reafirmava que a participação do PCI no Governo teria efeitos negativos na opinião pública americana e era ainda mais dramático ao afirmar que um Governo italiano com participação comunista teria consequências deletérias sobre toda a estrutura atlântica e sobre os laços entre a América e a Europa, pelo que a sua concretização tinha de ser evitada¹³⁸⁶. Apesar de reconhecer que os partidos comunistas aparentavam orientar-se num sentido mais democrático e de maior autonomia face à Rússia, o Secretário de Estado não abandonava a convicção de que a existência de um Governo com participação comunista na Europa Ocidental acabaria inevitavelmente por reduzir o nível de cooperação militar e política atlântica devido à gradual inclinação daquele para posições neutralistas e ao perigoso aumento de pressões externas sobre a Europa. Neste panorama, a entrada de comunistas no governo italiano seria o início de uma reacção em cadeia ao nível dos países politicamente instáveis, alastrando-se à Espanha, à França, a Portugal e à Grécia e levando à desagregação atlântica¹³⁸⁷.

Em meados de Julho, quando os resultados obtidos nas eleições legislativas levaram o PCI para uma posição central no sistema político e legislativo italiano, obtendo a presidência da Câmara dos Deputados e de diversas comissões chave no sistema governativo, o Chanceler federal Helmut Schmidt ia aos EUA tecer considerações que suscitaram reacções de indignação em Itália perante o que se considerava ser uma ingerência nos assuntos internos do país. Schmidt afirmava que a RFA, a França e a Inglaterra não concederiam qualquer apoio económico adicional ao país se os comunistas participassem no Governo. Em entrevista à televisão norte-americana, o Chanceler afirmava ainda que «só dificilmente podia imaginar que houvesse muitos governos ocidentais que estivessem dispostos a conceder auxílio e

¹³⁸⁴ AHD/MNE, PEA M32/1976, ofício n.º 205 de 4 de Junho de 1976, o Embaixador de Portugal em Praga ao MNE.

¹³⁸⁵ *Ibidem*, aerograma n.º 11 de 5 de Maio de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁸⁶ *Ibidem*.

¹³⁸⁷ *Ibidem*.

crédito a um Governo italiano em que participassem comunistas»¹³⁸⁸. A polémica gerada levava o Ministro dos Estrangeiros da RFA, Hans-Dietrich Genscher, a apelar a que, no interesse das relações germano-italianas, fosse posto rapidamente fim às especulações em volta do significado das declarações do Chanceler Schmidt, pois, rematava, era «tarefa comum da Comunidade Europeia ajudar os democratas da Itália a resolver os problemas económicos do seu país, a qual deveria ser solucionada dentro do espírito de amizade e respeito»¹³⁸⁹.

Na primeira semana de Dezembro, corria ainda 1976, o Senador Edward Kennedy cumpria uma visita de três dias a Roma. Não era uma visita oficial – era hóspede pessoal do Presidente da FIAT, Gianni Agnelli –, mas foi recebido pelo Presidente da República, pelo Primeiro-ministro e pelo Ministro dos Estrangeiros e teve reuniões com os secretários-gerais do PDC e do PSI e com o responsável pela Secção das Relações Internacionais do PCI, Sergio Segre¹³⁹⁰. Em certa imprensa, a visita de Kennedy era apresentada como a primeira sondagem política feita na Itália pela futura Administração James Carter, em funções a partir de 20 de Janeiro de 1977¹³⁹¹. Segundo o *Repubblica*, Kennedy dissera directamente a Bettino Craxi, Secretário-geral do PSI, que considerava o seu partido como o único capaz de garantir uma solução positiva para a actual crise italiana, o que confirmava a importância das relações entre o PSI e o Partido Democrático norte-americano¹³⁹². A imprensa referia ainda fontes próximas de Kennedy, segundo as quais o Senador teria afirmado que partilhava a «esperança de Kissinger», tal como a Administração Carter «certamente faria», de que o «dilema italiano» pudesse ser resolvido «não com o compromisso histórico, mas com o regresso puro e simples do PSI ao Governo»¹³⁹³.

Giulio Andreotti, Presidente do Conselho, Renildo Ossola, Ministro do Comércio Externo, e Arnaldo Forlani, Ministro dos Negócios Estrangeiros, foram os grandes responsáveis pelo dinamismo que a política externa italiana registou a partir de 1977, em grande contraste com a «certa passividade» e «indefinição» que tinham marcado a acção internacional da Itália nos anos anteriores. Todos eles estavam «profundamente convencidos da importância das relações internacionais na melhoria da situação económica italiana»¹³⁹⁴.

¹³⁸⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 186 de 19 de Julho de 1976, o Embaixador de Portugal em Bona ao MNE.

¹³⁸⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 190 de 22 de Julho de 1976, o Embaixador de Portugal em Bona ao MNE.

¹³⁹⁰ AHD/MNE, PEA M31/1976, ofício n.º 467 de 7 de Dezembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹³⁹¹ *Ibidem*.

¹³⁹² *Ibidem*.

¹³⁹³ *Ibidem*.

¹³⁹⁴ AHD/MNE, PEA M18/1977, aerograma n.º 35 de 30 de Agosto de 1977, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

Este pragmatismo e dinamismo verificavam-se no aprofundamento das relações europeias e atlânticas, no empenhamento em articular a questão da segurança europeia com a da área mediterrânica e na combatividade com que reforçava as relações económicas. No contexto da diplomacia europeia, a Itália dava especial importância ao fortalecimento das relações com os três países do sul da Europa que se preparavam para aderir à CEE (Portugal, Espanha e Grécia) em vista da criação de um pólo meridional na Comunidade¹³⁹⁵. Num artigo publicado no *Il Tempo*, a 9 de Janeiro de 1979, Forlani sublinhava a coerência existente entre as opções de política interna e os compromissos internacionais assumidos pelo Governo de Roma, quer no âmbito da Aliança Atlântica, quer nas Comunidades Europeias, pelo que os italianos jamais poderiam ser criticados por não cumprirem o seu dever ou criarem o caos:

«Não vejo como possamos ser criticados pelo acto de se haver conseguido, sobre questões tão importantes e decisivas para o futuro do país, uma convergência de opiniões, de modo diferente do que aconteceu no passado. Objecta-se que essa convergência teria sido feita à custa da nossa linha tradicional e em vantagem de posições comunistas inalteradas. Não creio que isso seja verdade e penso que, ao contrário, se verificou uma atitude mais reflectida da parte dos comunistas relativamente às opções feitas pela Itália, em concordância com as exigências do país de autonomia, segurança e desenvolvimento.

Não nego que no estrangeiro, entre os países que nos são mais próximos por laços de aliança, a formação da actual maioria de apoio ao Governo haja suscitado perplexidade e temores, mas, entretanto, intervieram juízos de valor mais equilibrados e tenho motivos para pensar que a uma consideração mais serena dos factos não foi também estranha a coerência da nossa política externa»¹³⁹⁶.

E a comprovar os aspectos positivos da diplomacia italiana, continuava Forlani, estavam os progressos assinaláveis em diversos níveis: a intensificação da rede das relações e dos laços de cooperação externos; o contributo sistemático com ideias e elaboração técnica nas questões de desarmamento nas reuniões de Nova Iorque, Genebra e Viena; o diálogo atento com todos os países do Mediterrâneo em busca de soluções construtivas para os problemas específicos de uma área «tão nevrálgica e ligada directamente aos interesses» italianos; o alargamento das relações de cooperação económica e comercial com muitos países em desenvolvimento e com os países do leste; a contribuição, «muitas vezes essencial», no

¹³⁹⁵ *Ibidem*. As visitas de Andreotti a Atenas, de Forlani a Lisboa e de Ossola a Madrid inseriam-se neste desígnio, o qual, de resto, se enquadrava na política mediterrânica da Itália. O assunto será desenvolvido no capítulo III, entre as pp. 486-489.

¹³⁹⁶ AHD/MNE, PEA M30/1979, ofício n.º 30 de 16 de Janeiro de 1979, Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

âmbito da CEE, para a definição de linhas políticas comuns e o aumento exponencial das exportações italianas, com o consequente reequilíbrio da balança comercial¹³⁹⁷.

Vejamos agora como as relações luso-italianas se enquadram no panorama interno e internacional que traçámos ao longo deste ponto 1.1.

1.2 – Dinâmicas relacionais entre portugueses e italianos

A reflexão centra-se agora (ponto 1.2.1) nas relações mantidas entre os governos de Roma e de Lisboa, compreendendo ela também os eixos directivos de base que articularam a diplomacia luso-italiana e a política externa dos dois países. Faremos, assim um levantamento das áreas estratégicas, dos objectivos e interesses, quer do ponto de vista unilateral quer bilateral. Na segunda parte, ponto 1.2.2, reflectiremos sobre a colaboração cedida pelas instituições partidárias e afins, aos diversos sectores político-sociais portugueses. Trata-se de uma vertente particular das relações externas, dado que os governos dos dois países foram, em momentos precisos, constituídos ou apoiados por diversas forças partidárias, empenhadas, tal como as autoridades oficiais, em fomentar o processo de democratização português.

1.2.1. *A diplomacia oficial*

Imediatamente após o golpe de Estado de 25 de Abril, o MNE dava instruções ao Embaixador de Portugal em Roma, Armando Martins, para que informasse as autoridades italianas da constituição da Junta de Salvação Nacional, devendo enfatizar o carácter não ditatorial e democrático do regime nascente¹³⁹⁸. Sublinhava-se ainda que as missões diplomáticas e consulares portuguesas continuavam a funcionar normalmente e os respectivos chefes e pessoal colaboravam «com o melhor espírito de disciplina» na execução das instruções da JSN, expedidas através do MNE, cujo funcionamento decorria «com a melhor regularidade e dentro do mesmo espírito»¹³⁹⁹. Como a política externa e a diplomacia eram áreas que os militares não dominavam, estes optaram por manter os especialistas do regime de posto menos comprometidos politicamente. Eram eles que tinham os conhecimentos

¹³⁹⁷ *Ibidem*.

¹³⁹⁸ AHD/MNE, PEA M780, circular C-SII-34 de 3 de Maio de 1974, o MNE a todas as representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro.

¹³⁹⁹ *Ibidem*.

necessários para conduzir o «novo modelo de inserção internacional do país de acordo com o processo de democratização» (Teixeira 2004, p. 143).

Para informar devidamente as autoridades italianas sobre a situação política portuguesa e ouvir a posição do Governo de Roma sobre a mesma, Martins pediu uma audiência na Farnesina. Devido a uma avaria no telex da Embaixada, as reacções italianas chegavam a Lisboa com atraso e só a 29 de Abril de 1974 Martins conseguiu oferecer ao General Spínola a sua «modesta colaboração» para o sucesso da ingente tarefa que a JSN iniciava (*apud* Carvalho & Xavier 2008, p. 16). Segundo o Embaixador, o Governo italiano estava a considerar com os parceiros da CEE uma atitude a tomar quanto ao reconhecimento da JSN, com o Ministro dos Estrangeiros, Aldo Moro, a assegurar que assim que uma decisão fosse tomada ele seria imediatamente informado¹⁴⁰⁰. A 30 de Abril, num telegrama urgente e confidencialíssimo, Armando Martins actualizava o ponto de situação:

«Acabo de saber pela Farnesina que o Ministro Moro, ontem, à sua chegada de Viena, aprovou a atitude de reconhecer a JSN. De acordo com a prática seguida pelo Governo italiano de reconhecer Estados e não Governos, este reconhecimento ficaria implícito no simples acusado de recepção da minha nota verbal e do acusado de recepção pelo Embaixador Messeri da nota verbal que esse Ministério lhe entregou. Porém, esta atitude só nos será oficialmente comunicada, e transmitidas instruções ao Embaixador Messeri, depois de o Ministro Moro obter a anuência do Presidente da República e do Primeiro-ministro. Até lá foi-me informada amigavelmente, sob mais estrita confidência, pelo que rogo a V. Ex.^a assim seja aí considerada até minha próxima comunicação»¹⁴⁰¹.

Ainda nesse dia, Martins informava Lisboa de que a Farnesina apresentava o seu acto de reconhecimento nos moldes acima especificados, tendo enviado instruções no mesmo sentido ao Embaixador Girolamo Messeri. O Director-geral dos Negócios Políticos, Embaixador Roberto Ducci, em nome do Governo italiano, fazia ainda votos para a «feliz evolução da situação política em Portugal», em tudo equivalendo ao ambiente de «maior cooperação e boa vontade» que Martins dizia encontrar no Ministero degli Affari Esteri¹⁴⁰². Como assegurava Ducci, em Itália, o novo regime gozava de um «ambiente de calorosa simpatia» e tinha todo o apoio moral do Governo, o qual estava disposto, nas «mais amistosas intenções», a ajudar «desinteressadamente» Portugal nos «árduos problemas» que enfrentava, nomeadamente no sentido de servir de elo de ligação nas negociações entre Lisboa e os movimentos de

¹⁴⁰⁰ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 111 de 29 de Abril de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴⁰¹ *Ibidem*, telegrama n.º 113, urgente e confidencialíssimo, de 30 de Abril de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴⁰² *Ibidem*, telegrama n.º 115 de 30 de Abril de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

libertação da África portuguesa no âmbito da descolonização¹⁴⁰³. Também Giovanni Leone, Presidente da República Italiana, enviava sentimentos de «maior cordialidade» ao Presidente António de Spínola, augurando-lhe os «maiores êxitos na nova situação política de Portugal»¹⁴⁰⁴. A todas estas declarações, Armando Martins respondia com a expectativa de que naquele momento, quando Portugal e a Itália se encontravam mais próximos politicamente, as relações de amizade entre os dois países passassem a ser cada vez mais estreitas¹⁴⁰⁵.

Foi neste contexto cordial que a Embaixada em Roma preparou cuidadosamente as comemorações do 10 de Junho, dia de Portugal, pois sabia-se que teriam impacto junto dos italianos, desejosos de obter sinais da clara orientação progressista e positivista do processo português de transição política. O próprio MNE enviava instruções neste sentido, sublinhando que a efeméride deveria ser comemorada condignamente quer para enfatizar a importância da revolução enquanto grande obra de uma sociedade política e economicamente justa, quer para dar aos estrangeiros e às colectividades portuguesas emigradas o «exemplo de identificação com os princípios de renovação democrática definidos pelo MFA e pelo Governo Provisório»¹⁴⁰⁶. Para tanto, ainda segundo o MNE, importava respeitar um conjunto de preceitos que cobriam todas as vertentes do acto comemorativo, desde os convidados ao discurso teórico com que deveria ser emoldurado. Citamos a circular:

«1) O dia deverá ser consagrado às Forças Armadas, a cujo patriotismo e bravura se deve o heróico movimento de salvação nacional do 25 de Abril que libertou o país do fascismo e do colonialismo, restabelecendo a democracia em Portugal; 2) Para todas as recepções deverão ser convidados portugueses que se identifiquem com o Programa das Forças Armadas e o actual Governo Provisório. O Ministério procurará mobilizar para os postos mais importantes onde haja trabalhadores e emigrantes portugueses intelectuais, artistas e cientistas democratas capazes de falar sobre o movimento do 25 de Abril e explicar os seus objectivos essenciais; 3) Não deverão sob qualquer pretexto ser convidadas personalidades ou pessoas ligadas ao passado ou que tenham tido contactos políticos notórios com o regime fascista; 4) Sugere-se que sejam convidadas personalidades de destaque intelectual e político e progressistas dos países respectivos»¹⁴⁰⁷.

¹⁴⁰³ AHD/MNE, PEA M27/1974, telegrama n.º 156 de 22 de Maio de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE. A questão da descolonização é analisada no capítulo II da segunda parte, pp. 387-448.

¹⁴⁰⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 184 de 6 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁰⁶ AHD/MNE, PEA M35/1974, telegrama n.º C-28 de 21 de Maio de 1974, o Ministro dos Negócios Estrangeiros a todas as embaixadas e consulados de carreira.

¹⁴⁰⁷ *Ibidem*

A meio da preparação da efeméride, Armando Martins recebia um telegrama urgentíssimo do MNE, no qual o Secretário-geral alertava para a probabilidade de elementos extremistas (diluídos entre a colónia portuguesa ou com contactos aí estabelecidos com a extrema-direita) causarem distúrbios ou tentarem invadir a Embaixada ou os postos consulares por ocasião da festa nacional com o claro objectivo de criar dificuldades ao regime nascente. Por esta razão, o MNE aconselhava a que a recepção oficial não fosse realizada na sede diplomática¹⁴⁰⁸. Quando o Embaixador em Roma recebeu o telegrama, os convites já tinham sido distribuídos por cerca de 1500 pessoas (o número total de convidados atingia os 2 milhares) e não via com agrado a alteração proposta. Nem sequer concordava com ela, pois a mudança de lugar só viria causar confusões, tanto mais que não seria possível avisar atempadamente todos os convidados por causa da descoordenação dos serviços postais italianos¹⁴⁰⁹. Quanto às acções de subversão, Martins salientava que não tinham sido convidados elementos da extrema-direita, nomeadamente os neofascistas do Movimento Social Italiano, cujos dirigentes sempre tinham procurado aproximar-se da Embaixada durante o Estado Novo, não obstante a linha de distanciamento seguida pelos diplomatas¹⁴¹⁰. Se o Embaixador não receava que a comunidade portuguesa em Itália causasse perturbações, não descartava porém a hipótese de que grupos provocatórios pudessem entrar em Itália vindos de França, da Alemanha ou do norte de África ou que alguns fanáticos neofascistas tentassem perturbar a celebração¹⁴¹¹. Fosse como fosse, Martins preferiria alterar a data da celebração da festa nacional em vez do local da sua celebração não só pela ligação genésica do 10 de Junho ao Estado Novo, mas também pela receptividade altamente positiva com que a iniciativa seria acolhida nos meios democráticos italianos. Escrevia ele:

«Pessoalmente, estou convencido que o 25 de Abril, se daí nascer como esperamos uma nova Era em Portugal, seria mais próprio do que a data do falecimento do nosso maior poeta, demais escolhida por ditadura de Salazar, suponho como pretexto para evitar a celebração republicana do 5 de Outubro. Em Itália, a comunicação do adiamento, dando a entender que um novo dia nacional viria a ser fixado em relação aos grandes acontecimentos de Abril, cairia muito bem em todos os meios liberais»¹⁴¹².

¹⁴⁰⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 114, urgentíssimo, de 31 de Maio de 1974, o MNE aos embaixadores de Portugal em Paris, Bona, Haia, Bruxelas e Roma.

¹⁴⁰⁹ *Vide* ponto 1.1.2, p. 312.

¹⁴¹⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 175, urgentíssimo, de 2 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴¹¹ *Ibidem*.

¹⁴¹² *Ibidem*.

Montado um dispositivo policial e de segurança, a data e o local da comemoração do Dia Nacional foram mantidos¹⁴¹³. O evento decorreu num ambiente de «maior simpatia por Portugal», estando presentes elementos dos partidos representados no Governo, de figuras do PCI, alguns dos vultos mais notáveis da Câmara dos Deputados e do Senado, chefes das grandes confederações sindicais, altos funcionários do MAE, chefes dos estados-maiores do Exército e oficiais das várias armas, embaixadores da Europa ocidental, de todos os países de leste (incluindo da Rússia) e dos países asiáticos e africanos (destes, alguns ausentes enviaram cartas exprimindo calorosa simpatia). Marcaram também presença várias personalidades do mundo financeiro e dos negócios, intelectuais (escritores, artistas, professores, jornalistas), a nata da sociedade romana, para além de um grande número de indivíduos da colectividade portuguesa. Contudo, não estiveram presentes os membros do Governo, «por este ter aberto crise poucas horas antes», embora enviassem telegramas, cartas e flores para redimir a ausência¹⁴¹⁴. O balanço final foi, portanto, altamente positivo, como relata o Embaixador:

«Sem dúvida, a festa nacional realizou a abertura política no grau desejado e resultou na grande mostra de simpatia dos italianos democráticos pelos novos caminhos de Portugal»¹⁴¹⁵.

Em suma, o ambiente em volta da Embaixada de Portugal em Roma modificava-se radicalmente: da frieza do período marcelista passava-se a uma «espontânea boa vontade e simpatia que antes não encontrávamos em todos os sectores»¹⁴¹⁶. A aceitação da nova situação política portuguesa em Itália, combinada com a necessidade lusitana de obter o maior número possível de apoios externos, resultou na preparação de missões ao mais alto nível para alargar e desenvolver as relações entre os dois países do sul da Europa. Lisboa considerava a Itália como um parceiro estratégico a estimar, não obstante as suas contradições sistémicas internas:

«A política da Itália, as suas bases jurídicas, as suas estruturas económicas, as organizações e acção dos partidos políticos merecem uma observação cuidadosa e aguda. Com uma sociedade onde o Partido Comunista conta com um em cada quatro eleitores, a Itália conta príncipes às centenas, vivendo alguns deles numa grandeza feudal. Sobre uma organização económica com pólos de desenvolvimento tocando o mais moderno progresso técnico, simultaneamente, a Itália mantém resíduos caracteristicamente medievais. É um país em grande parte socializado com 70% das indústrias

¹⁴¹³ *Ibidem*, telegrama n.º 186 de 7 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴¹⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 195 de 11 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴¹⁵ *Ibidem*.

¹⁴¹⁶ AHD/MNE, PEA M27/1974, telegrama n.º 156 de 22 de Maio de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

pertencentes ao Estado e, a par disto, mantém aspectos do capitalismo mais atrasado, reaccionários e ineficiente. Sobre esta complexa estrutura económica e social foi capaz de realizar nos anos 50 o que se chamou o *milagre económico italiano*.

Nestas condições, a Itália pode oferecer a Portugal o mais útil exemplo do progresso social e económico, se soubermos aproveitar da lição do imenso progresso dos seus sectores avançados e dos erros cometidos nos campos onde o atraso, a imobilidade e a falta de visão, têm impedido a transformação num país inteiramente moderno»¹⁴¹⁷.

Facto tanto mais importante quando o Governo de Roma propunha, por iniciativa própria, realizar conversações preparatórias para a instituição de acordos bilaterais de cooperação económica, industrial e cultural. No campo multilateral, oferecia também a sua colaboração para promover um eventual pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias¹⁴¹⁸. A Itália, enquanto país mediterrânico, sentia ainda «particular afinidade com Portugal e com uma política de estreita ligação com os países africanos e árabes»¹⁴¹⁹. De facto, ao nível da política externa, Roma tentava aproximar-se dos países mediterrânicos e interessá-los na formação de um bloco comum no âmbito do qual a Itália, devido às boas relações com os países árabes e ao seu estatuto de Estado-membro da NATO e da CEE, deteria uma posição hegemónica¹⁴²⁰.

O afastamento político do General António de Spínola após o 28 de Setembro de 1974, ao permitir acentuar a concretização do socialismo em Portugal, colocava aos dirigentes portugueses problemas complexos, como era o caso, no contexto das várias orientações doutrinárias em confronto, do tipo de socialismo a construir e de quais métodos a utilizar para edificá-lo. Seria, por exemplo, através das nacionalizações? Da unicidade ou da unidade sindical? O MFA continuaria a ser um agente interventivo? A economia portuguesa, extremamente débil, suportaria as reformas que pretendiam fazer em nome das massas?¹⁴²¹ Foi neste contexto que o Major Victor Alves, Ministro sem pasta do III Governo Provisório, comunicava ao MNE que desejava fazer uma viagem de informação sobre a situação portuguesa à França, à RFA e à Itália¹⁴²². Os mecanismos diplomáticos foram accionados: as

¹⁴¹⁷ AHD/MNE, PEA M780, informação de serviço do MNE de 3 de Novembro de 1974, redigida por Medeiros Alves.

¹⁴¹⁸ *Ibidem*. As relações luso-italianas no âmbito do processo de adesão de Portugal à CEE são analisadas no capítulo III da segunda parte, pp. 449-508.

¹⁴¹⁹ AHD/MNE, PEA M22/1975, apontamento do MNE «Evolução política italiana», redigido por Lopes Aleixo, [Outubro-Novembro de 1975].

¹⁴²⁰ *Ibidem*.

¹⁴²¹ IRSIFAR, fundo Memoria di Carta, subfundo Franco Lipparini – Stefania Raspini, b. 83, fasc. 65, dossier *Portogallo*, publicado pela *Avanguardia Operaia*, pp. 9-10.

¹⁴²² AHD/MNE, PEA M780, apontamento do MNE, confidencial, de 17 de Outubro de 1974, elaborado por Paulo Castilho.

embaixadas portuguesas nas capitais daqueles países receberam instruções para levar o assunto às autoridades locais apropriadas¹⁴²³.

Em Lisboa, o MNE entrava em contacto com a Embaixada da Itália para organizar a visita a Roma, a ocorrer na segunda semana de Novembro. O MNE dava também instruções ao Embaixador Armando Martins para que acompanhasse os preparativos, especialmente a organização de uma conferência de imprensa e a contratação de um intérprete de confiança¹⁴²⁴. Devia também assegurar junto das autoridades italianas que a agenda política de Victor Alves responderia aos objectivos principais da missão, sendo eles: passar em revista as relações entre os dois países, ventilar a possibilidade da cooperação bilateral no âmbito das Comunidades Europeias e explorar o desenvolvimento da cooperação económica e financeira¹⁴²⁵. Vieira de Almeida, que acompanhava Victor Alves, solicitava ainda à Embaixada que organizasse, como parte da agenda oficial da missão, encontros separados com os representantes dos bancos e com os directores das empresas ligadas à economia portuguesa, salientando que desejaria estabelecer contactos para promover projectos concretos de investimento em Portugal¹⁴²⁶.

No decorrer dos preparativos, a Farnesina alertava o Embaixador de que a crise do Governo poderia prejudicar os objectivos da deslocação de Alves a Roma¹⁴²⁷. De facto, encontrando-se os sectores políticos e económicos absorvidos por uma crise profunda, não era possível prever exactamente com quem certos contactos oficiais seriam realizados. Nestes termos, Martins pedia ao MNE que esclarecesse se o Ministro estaria na disposição de prosseguir com os planos na data apontada (11-12 de Novembro), mesmo se o novo Governo não estivesse constituído. A resposta era afirmativa e o Embaixador italiano em Lisboa, Girolamo Messeri, partia para Roma a fim de acompanhar pessoalmente a preparação final das sucessivas reuniões e os contactos entre a missão portuguesa e os seus grupos de interesse em Itália¹⁴²⁸. No final, o programa oficial correspondia ao desejado pelos portugueses. A missão chegaria a Roma no início da noite de Domingo, 10 de Novembro, sendo recebida pelo Ministro da Defesa e antigo Primeiro-ministro Giulio Andreotti, pelo Ministro da Justiça, Mario Zagari, pelo Chefe do Protocolo da Farnesina, Embaixador Contucci, por militares e

¹⁴²³ *Ibidem*.

¹⁴²⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 224 de 25 de Outubro de 1974, o MNE ao Embaixador de Portugal em Itália.

¹⁴²⁵ *Ibidem*, telegrama n.º 225 de 25 de Outubro de 1974, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹⁴²⁶ *Ibidem*, telegrama n.º 230, urgente, de 30 de Outubro de 1974, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹⁴²⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 334 de 28 de Outubro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE. Estava-se no meio da crise política que levaria Aldo Moro à Presidência do Conselho.

¹⁴²⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 339 de 30 de Outubro de 1974, o Primeiro-secretário da Embaixada de Portugal em Roma ao MNE.

vários altos funcionários. Seguiu-se um jantar íntimo, oferecido por Martins na Embaixada¹⁴²⁹.

Na segunda-feira, dia 11, Alves almoçaria com o Ministro da Defesa Andreotti, visitaria o Ministro do Orçamento, Antonio Giolitti, encontrar-se-ia com o Primeiro-ministro Mariano Rumor e participaria no jantar por ele oferecido no *Palazzo Madama*¹⁴³⁰. Na terça-feira, começaria o dia com visitas e entrevistas a diversos jornais. Para além da entrevista dada no dia anterior ao *Corriere della Sera*, Alves seria entrevistado pelo *Il Globo* e pela televisão italiana, o que permitiu explicar as linhas mestras que presidiam à orientação do Governo Provisório e realçar os resultados obtidos quanto à descolonização, à democratização e à revitalização das estruturas económicas e sociais de Portugal¹⁴³¹. Ainda nesse dia, almoçaria com o Presidente da *Condotta d'Acqua*, Prof. Loris Corbi, daria uma conferência de imprensa na Embaixada a mais de cinquenta jornalistas e aqui receberia o Governo e o Corpo Diplomático. Realizaram-se ainda duas reuniões com banqueiros, investidores e firmas importadoras de produtos portugueses¹⁴³². Armando Martins considerava que a visita teve «pleno êxito», salientando o sinal de apreço por Portugal que o Presidente Giovanni Leone demonstrara ao ter concedido a audiência pedida pela Embaixada e o «valioso apoio» encontrado junto da Farnesina e das entidades italianas contactadas, não obstante a delicada conjuntura política interna¹⁴³³.

As relações diplomáticas luso-italianas estreitar-se-iam a partir de meados de 1975, depois de aligeirada a polémica alimentada pela ilegalização do Partido Democrata-cristão português pelo Conselho da Revolução, muito próximo do PCP¹⁴³⁴. A partir daquela altura, as visitas oficiais entre os dois países foram constantes e destinavam-se a discutir o crescimento da colaboração luso-italiana a nível económico, cultural, financeiro, comercial e político e no âmbito das instituições internacionais, CEE incluída. Discutiam-se também os problemas de política internacional, os acontecimentos nacionais e as opções geoestratégias luso-italianas neste duplo contexto.

Em Julho de 1975, o Ministro dos Estrangeiros Melo Antunes estava em Roma para conversações que tinham a ver com a concessão de auxílio financeiro por parte da CEE,

¹⁴²⁹ *Ibidem.*

¹⁴³⁰ *Ibidem.*

¹⁴³¹ *Ibidem*, telegrama n.º 361 de 13 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴³² *Ibidem.*

¹⁴³³ *Ibidem.*

¹⁴³⁴ Como explicaremos mais à frente (ponto 1.3.3, pp. 376-382), a Democracia-cristã italiana reagiu tumultuosamente à ilegalização do partido homónimo português e chegou a utilizá-la na sua campanha contra o PCI: invocando a génese ideológica comum de todos os partidos comunistas, acusava o PCI de querer anular o regime livre e democrático existente em Itália, tal como o PCP fazia em Portugal.

destinado a equilibrar a difícil situação económica e financeira de Portugal, em constante agravamento desde o início do processo revolucionário e de descolonização. Um facto a reter é que a visita aconteceu precisamente no início do 2º semestre de 1975, durante o qual a Itália exercia a Presidência do Conselho de Ministros das Comunidades Europeias. A iniciativa partiu de Melo Antunes, desejando encontrar-se com o homónimo italiano, Mariano Rumor, na sequência das diligências que tinha vindo a fazer junto dos ministros dos Estados-membros, desejando que ela ocorresse antes da reunião a nível ministerial entre Portugal e a CEE, marcada para 22 de Julho¹⁴³⁵. A visita a Roma foi brevíssima (apenas 24 horas) e acontecia nos dias 18 e 19 de Julho. Era a primeira vez que um Ministro dos Estrangeiros da República Portuguesa visitava Roma desde o fascismo e Melo Antunes fazia-o, segundo as palavras do próprio, com grande prazer e satisfação, tal era a utilidade das conversações e a respectiva importância bilateral e multicultural no quadro das relações entre Portugal e as Comunidades Europeias¹⁴³⁶. E assim, com Mariano Rumor discutiu não só o estreitamento das relações entre os dois países a nível político, económico e cultural, mas também o empenhamento da Itália em ajudar Portugal a obter a ajuda financeira pedida a Bruxelas e que estava ainda a ser discutida entre os parceiros comunitários¹⁴³⁷. Segundo Rumor, estes pretendiam condicionar a possibilidade da concessão daquela ajuda financeira (480 milhões de dólares em 1975 e 1 bilião e 300 milhões de dólares no espaço de três anos) à certeza de que Portugal instauraria uma democracia pluralista (*Avanti!* 1975c). No final, o chefe da política externa portuguesa dizia-se muito satisfeito com os objectivos alcançados e com o acolhimento muito amigável de Rumor (*ibidem*).

No decorrer da reunião, Rumor e Melo Antunes acordaram que o Ministro italiano retribuiria a visita. Na sua agenda política, a visita oficial a Lisboa chegou a estar marcada para Março de 1976, todavia, coincidindo esta data com o fim de um novo período de crise política em Itália e com a aproximação do congresso da Democracia-cristã, o Ministro adiava a viagem, segundo o próprio, com grande pena porque muito a desejava fazer. Propunha, por conseguinte, que fosse remarcada para os princípios de Abril¹⁴³⁸. Rumor acabaria por não visitar Portugal, dado que, no contexto de uma nova crise política, o Governo cairia e ele seria substituído por Arnaldo Forlani, nos finais de Julho de 1976.

¹⁴³⁵ AHD/MNE, telegramas expedidos para a Embaixada em Roma, ano 1975, telegrama n.º 171, urgente, de 27 de Junho de 1975, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹⁴³⁶ ANTT, fundo Ernesto Melo Antunes, caixa 75, pasta 14, discurso proferido por Melo Antunes em Roma, no decorrer da visita oficial a Itália, em 18 de Julho de 1975.

¹⁴³⁷ A intervenção da CEE no fortalecimento da democratização do sistema político português será desenvolvida no capítulo III da segunda parte, pp. 450-462.

¹⁴³⁸ AHD/MNE, PEA M22/1976, telegramas n.º 357 de 23 de Dezembro de 1975 e n.º 87 de 27 de Fevereiro de 1976, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

Em Outubro de 1975, era o Presidente da República Portuguesa, General Francisco Costa Gomes, que visitava Roma, nos dias 22 e 23. Cerca de um ano depois, o convite de Giovanni Leone, o homónimo italiano, era finalmente aceite¹⁴³⁹. Para contextualizar a visita em relação à situação política interna portuguesa, a deslocação de Costa Gomes à capital italiana coincidia com o rescaldo do «Verão quente» de 1975, isto é, com o período mais conturbado do processo de democratização português e que levaria ao último ponto de viragem no período pré-constitucional: a tentativa de um golpe de Estado da esquerda radical a 25 de Novembro do mesmo ano. Da comitiva do Presidente faziam parte, para além do Ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes, o General de Brigada Pesarat Correia e o Capitão Sousa e Castro, membros do Conselho da Revolução. A visita foi cuidadosamente preparada, com o Embaixador de Portugal em Roma a enviar detalhados apontamentos sobre a política externa da Itália, a sua situação política e económica e o estado das relações diplomáticas luso-italianas, identificando ainda as áreas propícias ao estreitamento da cooperação bilateral através da identificação dos pontos de convergência na política externa.

Dizia Armando Martins que havia um conjunto de coordenadas fundamentais que aproximavam as políticas externas de Portugal e da Itália e que poderiam impulsionar a aproximação através da compreensão resultante de pontos de vista e dificuldades semelhantes. Uma delas seria a «qualidade europeia» que ambos os países utilizavam para falar aos países do Terceiro Mundo «em nome de uma civilização prestigiosa, espiritualmente fecunda e tecnicamente avançada»¹⁴⁴⁰. Neste contexto, Lisboa e Roma poderiam articular acções conjuntas de resposta ao interesse daqueles países, os quais pretendiam encontrar na Europa não só fontes de progresso económico e técnico, mas também «modalidades de cultura e de experiência» que os EUA não poderiam oferecer¹⁴⁴¹. Importante ainda era o estágio de subdesenvolvimento do sul de Itália, criando sérios condicionalismos económicos, porquanto poderia fomentar a «compreensão da nossa própria política e facilitaria a exposição dos pontos de vista portugueses», assim como uma identidade de interesses ao nível das políticas

¹⁴³⁹ Quando Portugal estava absorvido pelos acontecimentos das últimas semanas de Setembro de 1974, Giovanni Leone convidava com «vivíssimo prazer» o Presidente português, na altura o General António de Spínola, para ser seu hóspede em Itália, dando-lhe assim uma oportunidade para demonstrar pessoalmente a «calorosa simpatia» pela democracia portuguesa e pelo seu mais alto representante. Demitido Spínola, e já em meados de Novembro de 1974, o conselheiro diplomático da Presidência da República Italiana, em conversa com o Embaixador Armando Martins, lembrava que o convite ao Presidente da República Portuguesa continuava de pé (AHD/MNE, PEA M27/1974, telegramas n.º 290 de 21 de Setembro de 1974 e n.º 368 de 15 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹⁴⁴⁰ AHD/MNE, PEA M22/1975, telegrama n.º 432 de 18 de Outubro de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴⁴¹ *Ibidem*.

de emigração, as quais colocavam problemas semelhantes a ambos os países¹⁴⁴². Segundo o Embaixador, este quadro base permitia individualizar pontos muito precisos e aptos a discussões diplomáticas e à conseqüente criação de amplos canais de convergência ao nível da confrontação de ideias sobre a conjuntura política e económica geral (interna e externa), da coordenação da política mediterrânica e africana dos dois países, da promoção da adesão de Portugal à CEE e do estreitamento das relações bilaterais por meio do aumento do comércio, dos contactos culturais, dos investimentos italianos e da importação da experiência técnica¹⁴⁴³.

A visita de Costa Gomes a Roma começava com um encontro entre os presidentes das duas repúblicas no Quirinal, a meio da tarde do primeiro dia, estando presentes os chefes das respectivas políticas externas, Melo Antunes e Mariano Rumor. Seguia-se uma reunião com Aldo Moro, Presidente do Conselho, estando igualmente presentes os Ministros dos Estrangeiros. Paralelamente, a delegação portuguesa reunia-se à parte com o pessoal técnico italiano para discutir questões comerciais e um acordo cultural, enquanto os membros do Conselho da Revolução visitavam as altas autoridades militares. O primeiro dia da visita terminava com um banquete oferecido por Giovanni Leone em honra do Presidente português e, como ditava o protocolo, os chefes de Estado trocaram discursos. Costa Gomes declarava-se satisfeito com o facto de a CEE ter decidido abandonar a sua atitude de expectativa em relação ao processo de democratização português, substituindo-a por uma atitude de confiança e de apoio, fundamental para Portugal concretizar os planos de desenvolvimento interno e de integração internacional. Neste sentido, reafirmava a intenção de Portugal em cooperar lealmente enquanto membro da NATO e em contribuir para o equilíbrio e a segurança da Europa¹⁴⁴⁴. Já Giovanni Leone salientava a grande importância política da visita, não só porque testemunhava os laços sólidos que existiam entre o Portugal democrático e o povo italiano no âmbito de uma mais marcada solidariedade entre os povos livres do Ocidente, mas também porque coincidia com uma «prometedora cooperação entre Portugal e a CEE»¹⁴⁴⁵. Assegurava ainda que a Itália comprazia-se com o facto de o Governo português defender a participação na Aliança Atlântica e assim reafirmar os laços estreitos que uniam Portugal à Europa ocidental, a sua vocação original. Leone falava ainda na «generosidade» da decisão

¹⁴⁴² *Ibidem*.

¹⁴⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴⁴ AHD/MNE, PEA M4/1975, «Le Président Costa Gomes a Roma. Conversations avec les dirigeants italiens et audience du Pape VI», *Portugal. Bulletin d'information publié par l'Ambassade de Portugal à Athènes*, numéro spécial, novembre 1975.

¹⁴⁴⁵ ANTT, fundo Ernesto Melo Antunes, caixa 22, pasta 6, discurso do Presidente da República Italiana no brinde ao Presidente da República Portuguesa.

política da descolonização¹⁴⁴⁶, na esperança de estabilização da democracia pluralista em Portugal e nos apoios e esforços dados pela Itália nesse sentido, pois desejava contribuir para a solução dos problemas económicos portugueses no âmbito da Europa e do Mercado Comum. Para explicar o interesse italiano nas questões portuguesas, Leone estabelecia um paralelismo entre o processo de democratização em Portugal e na Itália:

«Como o Senhor Presidente bem sabe, desde o 25 de Abril, a Itália seguia muito de perto, às vezes com a trepidação ditada por uma antiga e sincera amizade, os difíceis passos do povo português pelo caminho da inserção na grande família das nações livres e democráticas. Vós estais andando por um caminho parecido com o que também nós temos andado há mais de trinta anos. Nós, depois de nos libertarmos com grandes sacrifícios, muitas perdas e ruínas e com a maravilhosa epopeia que foi a Resistência, entre muitas dificuldades realizámos um regime de democracia pluralista, de liberdade, e profundamente social. A mesma coisa acontece em Portugal, e fazendo esta feliz constatação, juntamos a atenção da nossa profunda compreensão e o propósito da mais ampla colaboração. Animada pelo desejo de ajudar Portugal a superar as suas contingentes dificuldades, a Itália, também no desempenho da presidência de turno da Comunidade Europeia, interessou-se activamente com os seus *partners* para que fossem particularmente consideradas as necessidades de progresso económico e social da amiga nação lusitana no quadro político da estabilização democráticas»¹⁴⁴⁷.

Um sector muito central nas relações entre Portugal e a Itália era o comércio, incluindo as transacções financeiras e de cariz industrial, sobre ele recaindo as perspectivas prometedoras ao nível de uma colaboração solidária que não deixava de ser pragmática. A balança comercial era, nesta altura, desfavorável a Portugal, ao contrário do que acontecia nos anos 40 e 50, sendo o saldo «francamente negativo» e excessivamente alto, quer em absoluto, quer em relação aos restantes parceiros comerciais. Malgrado estas disparidades, entre 1974 e 1975, a Itália era o sétimo cliente mundial de Portugal, subindo para sexto lugar em 1976. No contexto do Mercado Europeu Comum, ocupava o quarto lugar entre os países destinatários das exportações portuguesas. As exportações da Itália para Portugal representavam, nos anos de 1974, 1975 e 1976, respectivamente, 3,2%, 3,3% e 3,5% do total das exportações italianas.

¹⁴⁴⁶ O processo de descolonização será discutido no capítulo seguinte a partir da p. 387. No decorrer da visita, os responsáveis políticos italianos demonstraram-se vivamente satisfeitos com os resultados obtidos por Portugal e pelas suas antigas colónias no processo de descolonização, patentes na independência da Guiné-Bissau, de Moçambique, de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe e nos avanços feitos em relação ao iminente acesso de Angola à independência. Esta situação fortalecia, por conseguinte, o desígnio de Lisboa e de Roma em actuarem como fomentadoras da aproximação entre a Europa e o Terceiro Mundo (AHD/MNE, PEA M4/1975, «Le Président Costa Gomes a Roma. Conversations avec les dirigeants italiens et audience du Pape VI», *Portugal. Bulletin d'information publié par l'Ambassade de Portugal à Athènes*, numéro spécial, Novembre 1975).

¹⁴⁴⁷ ANTT, fundo Ernesto Melo Antunes, caixa 22, pasta 6, discurso do Presidente da República Italiana no brinde ao Presidente da República Portuguesa.

Enquanto fornecedor de Portugal, a Itália ocupava, desde 1974, o sexto lugar no quadro e o quarto lugar ao nível do MEC, com as mercadorias italianas importadas a representarem em 1974, 1975 e 1976, respectivamente, 5,3%, 5% e 4,6% do total das importações realizadas¹⁴⁴⁸.

Em termos industriais, a cooperação luso-italiana em Portugal remontava a 1973, quando o Governo português adjudicou as obras de construção da primeira fase do porto de Sines à empresa *Società Italiana per Condotte d'Acqua*, empresa do importante grupo paraestatal italiano *Istituto per la Ricostruzione Industriale*, a qual operava desde então no país¹⁴⁴⁹. Com a normalização da situação política em Portugal, já no período constitucional, a cooperação industrial entre os dois países cresceu exponencialmente e, em 1976, ocorria um largo conjunto de negociações. A FIAT encomendava aos estaleiros navais de Viana do Castelo vários navios *roll-on/rol-off* para o transporte de autocarros (o valor do contracto situava-se nos de 21 milhões de dólares). A Companhia Nacional Petroquímica pretendia adquirir equipamentos e serviços a empresas detidas pela ENI, com as autoridades portuguesas a solicitarem oficialmente àquele grupo que apresentasse junto das entidades oficiais italianas a questão do eventual financiamento dos fornecimentos em que a Companhia Nacional Petroquímica estava interessada¹⁴⁵⁰. A *Società per la Ricerca Mineraria e la Valorizzazione delle Risorse del Sottosuolo*, empresa pertencente ao grupo paraestatal *Ente Gestione Attività Minerarie*, fazia as primeiras prospecções para entrar no sector da exploração de minérios em Portugal¹⁴⁵¹. No final de 1976, a Sociedade *Coming* (Companhia de Engenharia Industrial), que fazia parte do grupo ENI e tinha negócios com algumas empresas portuguesas, como a Pro-Fabril e a Lusotecna, propunha ao Governo português a criação conjunta de um novo organismo ou sociedade de participação maioritária do Estado destinada a gerir o programa açucareiro português¹⁴⁵². Com um objectivo semelhante, houve também contactos entre a Secretaria de Estado dos Investimentos Públicos e a empresa italiana *Società di Gestioni e Partecipazioni industriali* para estudar a possibilidade de criar

¹⁴⁴⁸ AHD/MNE, PEA M16/1978, informação de serviço «Relações económicas luso-italianas», [Setembro de 1977]. Os principais produtos importados da Itália listavam-se no seguinte: arroz, frigoríficos domésticos, automóveis ligeiros, máquinas de lavar para lavandarias e tinturarias, óleo combustível, tractores, máquinas e aparelhos mecânicos, ferro e aços laminados, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas, borracha natural, sintética ou artificial e obras de borrachas, instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia e cinematografia, de medida, de verificação e precisão. Para a Itália, Portugal exportava: pasta para papel, cortiça e produtos de cortiça, preparados de carne, ferro fundido, ferro macio e aço, produtos diversos das indústrias químicas, vinagres, açúcar, bordados da Madeira, gasóleo, vinho do Porto, papel *kraft* e conservas de peixe (*ibidem*).

¹⁴⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁵⁰ Nos últimos meses de 1977, a ENI, empresa estatal, concedia um «vultuoso empréstimo» à Companhia Nacional Petroquímica, de 35 milhões de dólares, para aplicar em Sines. As condições, segundo o MNE, eram «relativamente favoráveis» (um período de vigência de nove anos e meio e juro de 8%) (*ibidem*).

¹⁴⁵¹ *Ibidem*.

¹⁴⁵² *Ibidem*.

em Portugal uma organização semelhante à italiana, adaptada às condições nacionais¹⁴⁵³. De referir ainda que a empresa italiana *Snia Viscosa* mantinha contactos com a Embaixada de Portugal em Roma e com as autoridades portuguesas para instalar uma fábrica de celulose no Alentejo¹⁴⁵⁴.

Neste contexto, é interessante verificar que onde se registaram alguns atritos foi no sector da aviação civil, nomeadamente no que dizia respeito à exploração da linha aérea Milão/Lisboa/Milão pela TAP. O foco de divergência foi provocado pelo facto de o Governo da Venezuela ter permitido à TAP beneficiar de um regime privilegiado relativamente às restantes companhias estrangeiras que voavam para Caracas, entre as quais se incluía a *Alitalia*¹⁴⁵⁵. Nesta altura, vigorava ainda o Acordo sobre Transportes aéreos entre Portugal e a Itália, assinado em 1950. Era nos termos deste Acordo, que Portugal propunha à Itália que se estabelecesse um novo quadro de rotas aéreas. Entre 24 e 26 de Maio de 1977, as autoridades aeronáuticas de ambas as partes reuniam-se em Roma para discutir o assunto. Em retaliação do episódio de Caracas, os italianos avançavam para uma posição de intransigência ao aceitarem conceder à TAP apenas um ponto operativo em Itália (a escolha recaiu sobre Milão, mais central no contexto europeu) como contrapartida do ponto que em Portugal interessava à *Alitalia* (Lisboa). Ficava, contudo, em aberto a possibilidade de, a breve prazo, decorrerem novas negociações, com Portugal a tentar obter previamente, a nível político, uma atitude favorável das autoridades italianas para que a TAP pudesse operar em Roma¹⁴⁵⁶.

Relativamente aos acordos e tratados estabelecidos entre Portugal e a Itália e que regulamentavam estas actividades, parte deles eram herdados do Estado Novo¹⁴⁵⁷, outros eram celebrados pelo novo regime democrático¹⁴⁵⁸. De todos eles, é importante salientar o Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre Portugal e a Itália, assinado em Lisboa, a 24 de Março de 1977. Trata-se de um documento de certa forma especial porque sela formalmente o compromisso dos Governos de Lisboa e de Roma em reforçar os laços históricos, culturais e

¹⁴⁵³ *Ibidem*.

¹⁴⁵⁴ Em meados de 1976, o Gabinete do Secretário de Estado da Indústria Pesada recusava esta proposta, dado não considerar «oportuno retomar-se actualmente, e provavelmente nos próximos cinco anos, a hipótese de instalação desta unidade» devido às dificuldades de abastecimento de matéria-prima. O assunto acabaria por ficar encerrado, devido à repercussão que a integração de Portugal na CEE pudesse ter em relação à independência do Executivo no que tocava a decisões de tal natureza (*ibidem*).

Ibidem.

¹⁴⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁵⁷ Era o caso, para além do Acordo sobre Transportes aéreos entre Portugal e a Itália (1950), dos diplomas em vigor no sector do comércio, como o «Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e a Itália» (assinado em Lisboa, em 1934), o «Acordo Comercial entre o Governo português e o Governo italiano» (Lisboa, 1957) e o «Acordo comercial entre o Governo português e o Governo italiano» (Roma, 1961).

¹⁴⁵⁸ Alguns dos acordos negociados pretendiam evitar a dupla tributação entre ambos os países, promover a cooperação económica, tecnológica e industrial e facilitar a circulação rodoviária (*ibidem*).

de amizade existentes entre os dois países como reforço das relações políticas, económicas e comerciais.

1.2.2. *A solidariedade partidária*

Os partidos políticos sobressaíam também como agentes produtores de relações externas e laços de amizade. Para as matérias que temos vindo a tratar interessa-nos sobretudo os grandes parceiros que o PCP e PS tinham em Itália – respectivamente, o PCI e o PSI –, tendo estabelecido com eles uma rede de solidariedade quando eram ainda forças clandestinas. Com o golpe de Estado de Abril de 1974 e o regresso dos principais expoentes políticos a Portugal, estas relações externas de nível partidário intensificaram-se em torno de estratégias políticas concretas e de apoios alargados (financeiros, propagandísticos, logísticos, formação e aconselhamento) e chegaram a adquirir uma componente importante dentro do aparelho propagandístico de cada partido e da concorrência interpartidária. Tudo era feito em nome da promoção e da protecção da democratização do regime nascente.

A colaboração oferecida pelo PSI e pelo PCI era feita de forma praticamente incondicional, embora a ela subjacesse uma leitura ideológica internacionalista. Por exemplo, na missiva de felicitações enviada ao PCP pela sua participação no I Governo Provisório, o Comité Central do PCI salientava como os sucessos das forças democráticas portuguesas contribuíam para a construção de uma Europa democrática e antifascista, na qual, sem fascismos, se prosseguiria na estrada da paz, da segurança, da cooperação e do progresso¹⁴⁵⁹. Mais tarde, em meados de Novembro de 1974, o senador Ugo Pecchioli, membro da Direcção e da Secção Política do PCI e em Portugal a convite do PCP, reiterava no discurso proferido no Coliseu do Porto que o golpe de Estado que derrubara o fascismo (*sic*) era um «avvenimento di grande portata storica» e uma «grande significativa vittoria per le forze democratiche del mondo intero»¹⁴⁶⁰. E explicava:

«Nella caduta di un regime di sangue e di oppressione si è operata la rottura di un altro anello nella catena che ostacola il cammino dei popoli verso la indipendenza, la libertà e la pace. È stata, questa vostra vittoria, un duro colpo per l'imperialismo, che ha sempre avuto nei regimi autoritari e fascisti il suo più

¹⁴⁵⁹ Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fondo Partito Comunista Italiano, série esteri, b. 78, fasc.784, carta-telegrama de Maio de 1974, o Comité Central do PCI ao Comité Central do PCP.

¹⁴⁶⁰ *Ibidem*, fundo Ugo Pecchioli, série 2, sub-subsérie 1, fasc. 53, subfasc. 1, «Discurso di [Ugo Pecchioli] a Oporto», 17 de Novembro de 1974.

valido supporto, per imporre lo sfruttamento dei popoli e ogni sorta di avventure. Questa vittoria ci dà la conferma che quando si crea e si rafforza un vasto schieramento di forze nazionali e democratiche, le tirannidi e l'imperialismo che le protegge possono essere battuti»¹⁴⁶¹.

Também para os socialistas italianos, que, em 1978, adoptavam o cravo vermelho como emblema do partido, em homenagem à Revolução Portuguesa, o Mundo precisava da aniquilação do autoritarismo histórico europeu e das suas propriedades internacionalistas. Bettino Craxi explicava-o no Congresso do *Partido Socialista Obrero Español*, a 14 de Outubro de 1974. Caído o Estado Novo, em Abril de 1974, e a Ditadura dos Coronéis na Grécia, em Julho do mesmo ano, a futura falência do Estado franquista arrasaria o projecto que as direitas radicais delineavam para a constituição de um eixo de regimes autoritários no sul da Europa¹⁴⁶².

Nas relações entre o PCP e o PCI há a salientar os contínuos contactos directos, não só para acompanhar a evolução política e social em Portugal, mas também para ceder todo o tipo de colaboração útil que assegurasse a democratização. A 29 de Maio, na sede do PCI em Roma, Pedro Soares, membro do Comité Central do PCP e o representante dos comunistas portugueses na capital italiana desde 1972, era fraterna e calorosamente recebido por Paolo Bufalini e Carlo Galluzzi, ambos da direcção do PCI, por Rodolfo Mechini, do Comité Central, e por Angelo Oliva, da Secção Internacional (*L'Unità* 1974a). Os camaradas italianos acediam, então, ao pedido de Soares para que ajudassem a resolver a falta de papel que limitava a publicação do jornal comunista português, o *Avante!*. Em simultâneo, os comunistas de Milão subvencionavam a compra de uma *linotype* destinada ao PCP¹⁴⁶³.

As trocas de emissários continuaram e, em meados de Setembro de 1974, José Magro, da Comissão Política do PCP, era um dos participantes de honra nas manifestações da festa nacional do *L'Unità*, em Bolonha (*L'Unità* 1974b), aproveitando para deslocar-se a Roma e reunir-se com Emanuele Macaluso, membro da Direcção e da Secção Política do PCI, Linda Fibbi, do Comité Central, e Angelo Oliva, da Secção Internacional. Em ambiente de fraternidade e cordialidade, trocaram-se informações e opiniões sobre a situação política em Portugal e em Itália e sobre os problemas europeus e internacionais de recíproco interesse (*ibidem*). Em Outubro, era a vez do camarada Jorge Pires, membro da Direcção do PCP, encontrar-se em Roma com alguns iminentes comunistas italianos: Ugo Pecchioli, Angelo

¹⁴⁶¹ *Ibidem*.

¹⁴⁶² Fondazione Bettino Craxi, Archivio Storico, fundo Bettino Craxi, secção 1, série 9, subsérie 1, fasc. 2, discurso apresentado por Bettino Craxi ao Congresso do PSOE, a 14 de Outubro de 1974.

¹⁴⁶³ Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fundo Partito Comunista Italiano, série esteri, b. 78, fasc. 786, carta de 26 de Maio de 1974, Romano Ledda a Mauro Galleni.

Oliva, Mauro Tognoni e Mauro Galleni (os dois últimos eram colaboradores próximos do Comité Central). O objectivo da reunião era similar ao das anteriores (*L'Unità* 1974c). No final do mês, as reuniões alcançavam o nível ministerial pelo lado português. Mário Ruivo, Secretário de Estado das Pescas do III Governo Provisório, encontrou-se num «clima di cordiale amicizia» com o Senador Ugo Pecchioli, dando continuidade à série de colóquios que mantivera com exponentes políticos italianos (*L'Unità* 1974d). Pela mesma altura, José Vitoriano e Jorge Pires, membros da Comissão Executiva do PCP, eram recebidos por Ugo Pecchioli e Mauro Galleni, estabelecendo-se uma ampla troca de opiniões e informações sobre a situação política na Itália e em Portugal, com destaque para os resultados do Congresso Extraordinário do PCP, decorrido em Lisboa, a 20 de Outubro de 1974 (*L'Unità* 1974e).

Entre 16 e 19 de Novembro de 1974, a missão do PCI chefiada por Ugo Pecchioli estava em Portugal para fortalecer as fraternas ligações entre o PCP e o PCI e a amizade entre os povos português e italiano através de diversos contactos com as massas trabalhadoras e as forças democráticas. A comitiva era composta, para além de Pecchioli, por Elio Gabbuggiani, Angelo Oliva e Aldo D'Alessio. Segundo o relatório elaborado por Pecchioli e Oliva, foram quatro dias muito intensos. Houve duas conferências de imprensa (em Lisboa e no Porto), colóquios com uma delegação do PCP, com Álvaro Cunhal, com o MFA, com o Governo e com dois membros da Direcção do PS, um encontro com intelectuais e uma manifestação pública com cerca de 50 mil pessoas. Para os italianos, não havia dúvida de que o PCP «ha fatto uno sforzo notevole per dare alla visita il carattere più ufficiale possibile», com largo impacto na imprensa nacional. Tudo isto fazia parte do «terreno di *concorrenza* con il PSP, il quale in pochi mesi ha invitato Brandt, Palme, Mitterand, Edward Kennedy e altri ancora»¹⁴⁶⁴.

De facto, se o PCP era a força partidária que, em 1974-1975, tinha maior capacidade de mobilização nos centros industriais e entre o operariado agrícola em Portugal, a sua influência era escassa nos meios dominados pela pequena propriedade agrícola, como acontecia nas regiões mais recônditas do centro e do norte português, profundamente tradicionais e permeáveis apenas às forças conservadoras e católicas (Ferreira 1994, pp. 253-260; Lisi 2007). Neste contexto, a colaboração e a visibilidade dos laços mantidos com o PCI, grande partido europeu, integravam a estratégia de dinamização da sua capacidade de mobilização política, a qual visava induzir e manipular um processo político no sentido da vitória do

¹⁴⁶⁴ *Ibidem*, b. 84, fasc. 861, «Nota sulla visita in portogallo della delegazione del PCI (Pecchioli, Gabbuggiani, Oliva, D'Alessio, Polito) dal 16 al 19 novembre 1974».

comunismo (Lisi 2007, p. 182). O próprio PCI debatia internamente quais as iniciativas que deveria executar junto do PCP para estreitar a cooperação estratégica entre os dois partidos e auxiliar Portugal no âmbito do processo de transição política e da crise económica. Como dizia Ugo Pecchioli aos portugueses, no Coliseu do Porto, «sentiamo una profonda solidarietà con tutti coloro che lottano per la pace, il progresso, il socialismo», dando «il più alto contributo al rafforzamento della lotta comune e dell'unità del movimento operaio e comunista internazionale»¹⁴⁶⁵. Eis algumas das iniciativas previstas: impulsionar a actividade das associações de apoio à revolução portuguesa, fomentar a circulação de delegações entre as instituições locais e regionais dos partidos, organizar viagens prémio a Portugal (a atribuir pelo *L'Unità*), publicar as traduções das obras mais emblemáticas dos dirigentes comunistas dos dois países e criar fluxos turísticos (através da *Italturist*), culturais, cooperativistas (através da *Lega Cooperativa*) e económicos entre os dois povos¹⁴⁶⁶.

Os contactos entre os socialistas portugueses e italianos começaram a estabelecer-se com maior intensidade logo em Maio de 1974, após a visita de Mário Soares a Roma, no decorrer da qual foi recebido por Pietro Nenni, histórico do PSI, por Mario Tanassi, Secretário-geral do PSDI, e pelo deputado socialista Cesare Bensì, que era também Subsecretário do MAE. A deslocação a Roma inseria-se no périplo às capitais europeias que Soares, por ordem do General António de Spínola, fazia nos primeiros dias de Maio para explicar claramente quais eram os objectivos políticos do MFA e obter o apoio dos principais dirigentes dos Estados-membros da CEE. Tratava-se, em suma, de convencê-los de que as Forças Armadas não permitiriam que o caos se instalasse em Portugal e que o cessar-fogo na África portuguesa aconteceria brevemente (*Diário de Notícias* 1974, p. 2).

Segundo Soares (2001, p. 64), os contactos que conseguira estabelecer nesta ocasião foram «muito frutuosa». Há exemplos que permitem elucidar esta asserção. Nas discussões que decorriam em Roma entre os dirigentes do PSI, havia quem salientasse a possibilidade de um trabalho conjunto na área do turismo, sector sempre muito estratégico em Portugal. O objectivo do PSI consistia em fazer deslocar para Portugal parte do considerável número de italianos que escolhiam a Espanha como destino de férias. Segundo as explicações de Pietro Lezzi, responsável pela secção internacional do Partido, «la cosa avrebbe un evidente valore politico e tornerebbe economicamente utile ai compagni portoghesi nel loro sforzo di

¹⁴⁶⁵ *Ibidem*, fundo Ugo Pecchioli, série 2, subsérie 4, sub-subsérie 1, fasc. 53, susfasc. 1, «Discorso di [Ugo Pecchioli] a Oporto», com data de 17 de Novembro de 1974.

¹⁴⁶⁶ *Ibidem*, fundo Partito Comunista Italiano, série esteri, b. 84, fasc. 875, «Iniziativa di scambi tra il PCI e il PCP per il 1974-1975».

stabilizzazione della svolta democratica del 25 aprile»¹⁴⁶⁷. Em finais de Novembro de 1974, Fernando Bravo, da Secção de Propaganda do PS, solicitava a colaboração dos amigos camaradas do PSI para a preparação da campanha para as eleições para a Assembleia Constituinte, nomeadamente através da cedência de material propagandístico, de ideias e sugestões. Escrevia Fernando Bravo:

«Friends and Comrades,

As you no doubt know, we are on the brink of an election campaign which is going to require a tremendous effort from all of us here, and we in the Propaganda Committee are very much aware of the importance of our contribution to the total effort. This is why we are addressing this appeal to you for assistance which could well be vital to us.

We should be extremely grateful if you would send us as soon as possible examples of every kind of publicity you produce, posters, newspapers and magazines, questionnaire and public opinion poll forms, and all types of pamphlet. Any material of this kind could be of tremendous use to us. We should also like to receive copies records produced, i.e. anthems or party songs, films, if there are any, slides, stickers, postcards, key rings, t-shirts, and any other items of clothing showing party motifs, etc.. Absolutely everything in this line would be extremely useful in providing us with ideas for our own campaign¹⁴⁶⁸.

O pedido era atendido. A 30 de Novembro, Giuseppe Manfrin, do *Ufficio Stampa e Propaganda* do PSI, enviava para Lisboa várias amostras de material propagandístico utilizadas pelos socialistas nas últimas eleições políticas italianas (em 1972) para servirem de inspiração¹⁴⁶⁹. Manfrin fazia acompanhar a remessa com uma admoestação paternalista: por muito substancial que fosse o material de propaganda à disposição de um partido, a sua significância estratégica ficava reduzida a pouco se «non si ha chiaro l'utilizzo e l'articolazione organizzativa di una campagna propagandistica elettorale»¹⁴⁷⁰. Era, por isso, fundamental ter presente «la capacità di mobilitazione di attivisti, la propaganda settoriale, l'utilizzo del tempo designato dalla televisione, la propagnada nei cinematografi, sui quotidiani, sulle riviste a grande tiratura, sulle riviste femminili, l'itinerari dei cinemobili,

¹⁴⁶⁷ Fondazione di Studi Storici Filippo Turati, Archivio Storico, fundo PSI – direzione nazionale, serie 11, subsérie 4, fasc. 135, carta n. ° 3879/FL/pv de 11 de Outubro de 1974, Gianni Usvaldi à Secção Internacional do PSI.

¹⁴⁶⁸ *Ibidem*, fasc. 133, carta de 22 de Novembro de 1974, o PS à Secção de Propaganda do PSI.

¹⁴⁶⁹ Tratava-se de manifestos, autocolantes, cassetes de música, discos, revistas, panfletos, álbuns com desenhos satíricos, películas cinematográficas, entre outros mais (*ibidem*, carta de 30 de Novembro de 1974, a Secção de Imprensa e Propaganda do PSI à Secção de Propaganda do PS).

¹⁴⁷⁰ *Ibidem*.

manifestazioni di massa e un piano di comizi, l'utilizzo di esperti di grafica e delle attività promozionale propagandistiche, ecc.»¹⁴⁷¹.

Diziam os comunistas italianos que o PS era um partido heterogéneo que fazia «molte politiche»¹⁴⁷². De facto, para ele convergiam indivíduos e grupos de diversas proveniências, circunstância que resultava na indefinição da sua tendência política. Daí que o PCP criticasse os socialistas por se colocarem em «bicos de pés» nas grandes crises políticas, tombando para a direita quando a relação de forças estava a deslocar-se para ela. Segundo Ugo Pecchioli e Angelo Oliva, só Tito de Morais, que vivera durante 10 anos em Itália e conhecia a complexidade do sistema partidário do país, seria capaz de «coagulare le forze in un partito che riproduca di massima le caratteristiche di quello italiano»¹⁴⁷³.

Quem controlaria a amálgama ideológica instalada dentro do PS seria Mário Soares, a partir do primeiro congresso realizado na legalidade (Lisboa, 13-15 de Dezembro de 1974), convocado para definir a linha política do partido, discutir o respectivo programa e estatutos e eleger os órgãos estatutários (Soares 2001, p. 71). O PSI foi fraternamente convidado a participar no Congresso¹⁴⁷⁴, com Mário Soares a sublinhar a Pietro Nenni que este seria «un moment historique dans la vie de notre parti qui jouera un rôle de premier plan dans l'évolution de la société portugais e democratique»¹⁴⁷⁵.

O PCI foi também convidado e este gesto instalou a discórdia entre o PCI e o PCP. Recebido o convite do PS, o PCI pedia um parecer ao PCP. Os comunistas portugueses respondiam que consideravam a presença dos camaradas italianos no Congresso inoportuna porque, como o PS não aceitava a unicidade sindical, qualquer demonstração de apoio poderia reforçar os componentes negativos (ou seja, os sectores moderados) da revolução¹⁴⁷⁶. Sergio Segre, da Secção Internacional, não considerava possível não aceitar o convite: não só o PCI mantinha relações com os socialistas portugueses desde o tempo da clandestinidade, mas também porque Soares era o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal¹⁴⁷⁷. Tinha

¹⁴⁷¹ *Ibidem*.

¹⁴⁷² Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fondo Partito Comunista Italiano, série esteri, b. 84, fasc. 861, «Nota sulla visita in Portogallo della delegazione del PCI (Pecchioli, Gabuggiani, Oliva, D'Alessio, Polito) dal 16 al 19 novembre 1974».

¹⁴⁷³ *Ibidem*, fasc. 874, «Forze politiche in Portogallo».

¹⁴⁷⁴ Os socialistas italianos aceitaram o convite e fizeram-se representar por Michele Achilli, Bettino Craxi, Giacomo Mancini, Claudio Signorile, Paolo Vittorelli, Franco Concas, Pietri Lezzi e Enrica Lucarelli (Fondazione Istituto Gramsci, fondo Partito Comunista Italiano, série esteri, b. 202, fasc. 1338, carta de 10 de Janeiro de 1975, Mario Venanzi à Secção Internacional do PCI).

¹⁴⁷⁵ Fondazione Nenni, Archivio Storico, série carteggio, sezione C, carta de 18 de Novembro de 1974, Mário Soares a Pietro Nenni.

¹⁴⁷⁶ Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fondo Partito Comunista Italiano, série esteri, b. 84, fasc. 858, nota, urgente, de 5 de Dezembro de 1974, a Secção Internacional à Secretaria-geral do PCI

¹⁴⁷⁷ *Ibidem*.

também em consideração o facto de o convite surgir quinze dias depois de a Internacional Socialista ter declarado pela primeira vez que os partidos eram livres para estabelecer, à escala nacional e internacional, relações com os partidos comunistas¹⁴⁷⁸

O PCP acabaria por superar a sua contrariedade e aceitar o facto de que os comunistas europeus não poderiam manter-se à margem de um acontecimento importante no contexto da revolução portuguesa. O PCI fez-se representar por Mario Venanzi, Vice-presidente do Senado da República Italiana, estando também presentes o Partido Comunista Espanhol, representado por Santiago Alvarez e Santiago Carrillo, e o *Partido Obrero Socialista Español*¹⁴⁷⁹. Dos países socialistas soviéticos, apenas a Roménia se fez representar, tendo os restantes enviado telegramas, tal como o Partido Comunista Francês¹⁴⁸⁰.

A deslocação a Portugal permitiu a Venanzi constatar *in loco* o funcionamento do PS. Segundo ele, o Congresso revelava «una forte immaturità politica caratterizzata dalla tendenza di ideologizzare astrattamente». E continuava: «da tutti gli interventi che ho seguito con attenzione, [...] non è apparsa la realtà politica, economica e sociale del paese; le grandi differenze esistenti fra città e campagna, tra città e città, tra le stesse varie zone agricole ed i reali rapporti sociali e politici tra le varie rappresentanze politiche»¹⁴⁸¹. Eram inconsistências como esta que transformavam a situação política portuguesa num «processo estremamente originale ed irregolare di sviluppo», do qual ainda poderiam resultar muitas surpresas¹⁴⁸².

Em 1975, as relações entre o PCP e o PCI entraram numa espiral recessiva devido ao acentuar do radicalismo dos comunistas portugueses, em contraste com a estratégia da moderação adoptada pelos camaradas italianos. Se estes pretendiam chegar ao Governo pela via do compromisso histórico com a Democracia-cristã, o PCP seguia a via revolucionária e autoritária, chegando a ilegalizar vários partidos políticos depois da tentativa de golpe de Estado de 11 de Março de 1975. Entre aqueles partidos encontrava-se o Partido Democrata-cristão português, facto que, como veremos mais à frente, levou o PDC italiano a acusar o PCI de conivência na criação de um regime antidemocrático em Portugal e de pretender querer fazer o mesmo na Itália. As relações entre o PCP e o PCI foram restabelecidas paulatinamente. Não foi um processo fácil, pois se os acontecimentos portugueses deixavam de ser utilizados em Itália como instrumento de ataque político, o eurocomunismo do PCI

¹⁴⁷⁸ *Ibidem*

¹⁴⁷⁹ *Ibidem*, b. 202, fasc. 1338, carta de 10 de Janeiro de 1975, Mario Venanzi, Vice-presidente do Senado, a Angelo Oliva, da Secção Internacional do PCI.

¹⁴⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁴⁸¹ *Ibidem*, fasc. 1340, Relatório sobre o Congresso do PS, Lisboa, 13-15 de Dezembro de 1974, com data de 8 de Janeiro de 1975 e redigida por Mario Venanzi, representante do PCI.

¹⁴⁸² *Ibidem*.

contrastava com o estalinismo do PCP, fazendo com que existisse uma atmosfera crítica sobre as relações de colaboração que iam sendo estabelecidas.

Entre 22 e 28 de Setembro de 1975, decorria a Semana de Mobilização Internacional por Portugal, um evento organizado pela esquerda revolucionária portuguesa e que pretendia reunir os organismos extraparlamentares europeus numa pública manifestação de apoio à Revolução Portuguesa. Em Itália, a iniciativa foi amplamente divulgada pelos grupos da *Lotta Continua*, do *Il Manifesto* e da *Avanguardia Operaia*¹⁴⁸³. A organização da participação italiana esteve a cargo da Associação para a Amizade Revolucionária Itália-Portugal (ARPI), organismo que servia de elo de ligação entre os grupos extraparlamentares italianos, acima referidos, e os portugueses, como o Movimento Revolucionário Popular, de tendência maoísta, e o Movimento de Esquerda Socialista, próximo dos militares (Ro 1975).

A Associação para a Amizade Revolucionária Itália-Portugal tinha sido fundada em resposta à primeira manifestação de apoio à Revolução de Abril promovida em Roma pela *Lotta Continua*, a 19 de Abril de 1975¹⁴⁸⁴. Tinha a sua sede no n.º 41 da Rua do Prior, em Lisboa, antigo palacete da família Espírito Santo, poderoso clã do mundo da banca e o grande colaborador financeiro do Estado Novo. Fora para aí transferida depois de o edifício ter sido ocupado em Junho, em pleno «Verão quente», por um grupo de militantes da *Lotta Continua*, e adaptado às suas novas funções com a ajuda dos militares¹⁴⁸⁵. Para os fundadores da Associação, que professavam o comunismo revolucionário, «falar da Itália e Portugal não é um simples acaso», dado que «estes dois países são aqueles em que [...] a crise da dominação burguesa e dos regimes que a sustentavam, ou a sustentam, é mais evidente»¹⁴⁸⁶. Neste sentido, tinha como objectivo apoiar os trabalhadores, os militares e todas as forças revolucionárias na luta contra o capitalismo europeu, a social-democracia e o imperialismo burguês até ao triunfo final do socialismo e da democracia proletária¹⁴⁸⁷.

Em Agosto de 1975, a Associação publicava o primeiro número do seu jornal, intitulado *Poder a quem trabalha, já*. Este pequeno boletim, dirigido por Maria Ângela Vidal, almejava dirigir-se «a todas as forças democráticas e antifascistas em toda a Europa para uma mobilização coordenada»¹⁴⁸⁸. De referir ainda que, na sua sede, a Associação desejava instalar uma «casa de amizade revolucionária, ponto de referência para todos os camaradas de todos

¹⁴⁸³ AHD/MNE, PEA M4/1975, apontamento «Noticiário relativo a Portugal de 11 a 17 de Setembro», com data de 17 de Setembro, elaborado pelo Conselheiro de Imprensa da Embaixada de Portugal em Roma.

¹⁴⁸⁴ IRSIFAR, fundo memória di carta, sub-fundo Vittorio Massimo, fasc. 99, *Poder a quem trabalha, já*, jornal da Associação de Amizade Revolucionária Portugal – Itália, n.º1, Agosto de 1975, pp. 1 e 3.

¹⁴⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸⁸ *Ibidem*.

os países» e um centro de documentação sobre o processo revolucionário português e sobre a luta de classes na Europa¹⁴⁸⁹.

As relações entre os grupos extraparlamentares atingiam o momento de maior cumplicidade durante o «Verão quente» de 1975. Depois da ocupação do palacete Espírito Santo e das centenas de militantes da *Lotta Continua*, do *Il Manifesto*, da *Avanguardia Operaia* e de outras juventudes comunistas e socialistas que vieram a Portugal para participar nos acontecimentos, a 13 de Agosto, a Associação reunia no Palácio dos Desportos de Lisboa cerca de 10 mil extraparlamentares de toda a Europa numa manifestação à qual o COPCON e as Forças Armadas davam provimento oficial (Ro 1975). Malgrado a solidariedade subjacente a estes contactos, a confraternização que propiciavam deixava a descoberto os limites da colaboração possível. Para os italianos, a conjuntura portuguesa não permitiria desenvolver nenhum tipo de estratégia comum, como contava a jornalista Rossana Rossanda, do *Il Manifesto*: «A Lisbona ho avuto decine di incontri e di colloqui, ma il dialogo non è stato sempre facile. Accordi ufficiali non ne abbiamo mai sottoscritti» (*apud ibidem*). Nestas condições, se a *Avanguardia Operaia* optava por gerir as suas ligações com prudência, a *Lotta Continua* decidia distanciar-se, como explicava um dos responsáveis da sua Secção Internacional, cujas teses eram comuns às do *Il Manifesto* e às da *Avanguardia*:

«Primo perché abbiamo sempre rifiutato la teoria del partito fratello, secondo perché i compagni portoghesi non hanno ancora individuato quella che secondo noi è l'unica strategia politica possibile in questo momento: nei confronti di Cunhal, una vera autonomia critica; nei confronti dei militari, la capacità di distinguere ciò che ha reali rapporti con le masse popolari dalle manovre personali di questo o quel generale» (*apud ibidem*).

Tudo o que temos exposto até este momento permite-nos agora compreender de forma contextualizada porque as políticas internas de Portugal e da Itália, articulada com os conflitos partidários, acabaram por penetrar nos canais da diplomacia ítalo-portuguesa.

1.3 – Os conflitos partidários e as relações luso-italianas

No contexto da crise política e económica italiana da segunda metade dos anos 70, cujos traços gerais expusemos no ponto 1.1.2 deste capítulo, os sectores partidários encontravam na

¹⁴⁸⁹ *Ibidem*.

prosseção do processo de democratização em Portugal, tal como definido no ponto 1.1.1, recursos convenientemente aptos a servir os seus objectivos propagandísticos internos e a estratégia de ataque ao Governo, há 30 anos liderado pela Democracia-cristã. Analisaremos quatro situações concretas: a polémica que se instalou no contexto da preparação da viagem do Ministro dos Estrangeiros Aldo Moro a Portugal, no Verão de 1974; os ataques lançados ao Embaixador de Itália em Lisboa, Girolamo Messeri, pelo PSI e pelo PCI, acusado de ser um crítico do novo regime, dada a sua proximidade aos meios marcelistas e spinolistas, e um obstrutor às boas relações com o Portugal democrático; a manobra eleitoral conduzida por Amintore Fanfani, líder do PDC, que pretendia utilizar a tentativa de golpe de Estado do 11 de Março de 1975 e a procedente esquerdização radical da revolução, manifesta na ilegalização do Partido Democrata-cristão português, para destabilizar o PCI, acusando-o de querer trazer o anti-democratismo para a Itália, à semelhança do que o PCP fazia em Portugal; e, por fim, o objectivo de Fanfani, no Outono de 1976, em envolver o PS nas suas intrigas políticas, procurando levar Mário Soares a pressionar o PSI para que inviabilizasse a concretização do compromisso histórico, aliança que levaria os comunistas do poder legislativo para o executivo. Todos estes episódios envolveram directamente as instituições diplomáticas de ambos os países.

1.3.1. *A visita de Moro a Lisboa*

A 19 de Junho de 1974, no decorrer da sessão ministerial do Conselho do Atlântico em Otava, Mário Soares, Ministro dos Estrangeiros, convidava o homónimo italiano, Aldo Moro, a visitar oficialmente Portugal¹⁴⁹⁰. O convite foi «muito bem aceite», considerando-se que a visita marcaria o início da tão desejada nova fase nas relações luso-italianas¹⁴⁹¹. Uma semana depois, a Farnesina discutia com o Embaixador Armando Martins as condições em que a mesma decorreria, ficando agendada para Setembro¹⁴⁹². Em Agosto, no regresso de um périplo pela América Latina, o Subsecretário dos Negócios Estrangeiros Cesare Bensi, um diplomata socialista, fazia escala em Lisboa e encontrava-se, no dia 12, com Mário Soares para preparar a visita e discutir a realização de alguns acordos de cooperação económica,

¹⁴⁹⁰ AHD/MNE, PEA M27/1974, telegrama n.º 146 de 27 de Junho de 1974, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹⁴⁹¹ AHD/MNE, PEA M780, informação de serviço do MNE de 3 de Novembro de 1974, redigida por Medeiros Alves.

¹⁴⁹² AHD/MNE, PEA M27/1974, telegrama n.º 213 de 27 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

industrial e cultural entre Portugal e a Itália¹⁴⁹³. No regresso a Roma, Cesare Bensi afirmava a Martins que trazia as «melhores impressões» da viagem a Lisboa, assegurando que as conversações no Palácio das Necessidades tinham produzido resultados positivos¹⁴⁹⁴.

Era então que estalava a polémica. Nos últimos dias de Agosto, o Subsecretário era acusado de parcialidade na execução das funções diplomáticas durante a estadia em Lisboa. Francesco Damato, na edição de 27 de Agosto do *Il Giornale*, matutino conservador de Milão, publicava o artigo «Difficoltà nella preparazione del viaggio di Moro a Lisbona», onde afirmava que Cesare Bensi teria feito na capital portuguesa comentários pouco favoráveis ao Ministro dos Estrangeiros da Itália, para grande espanto dos governantes portugueses (Damato 1974). O Subsecretário teria sublinhado, por exemplo, que Moro era um ministro «con il quale è inutile trattare, anzi si perde tempo», já que não era o carismático líder político de há dez anos atrás, mas uma figura fortemente enfraquecida na Democracia-cristã e em Itália (*apud* Gatta 1974).

Bensi, escrevia o jornalista Francesco Damato, fizera-se intérprete da lógica combativa do PSI, partido ao qual pertencia e integrava, a par do PDC e do PSDI, o frágil Governo de coligação liderado por Mariano Rumor (Damato 1974). À luz desta interpretação, as declarações do Subsecretário de Estado constituíam, portanto, uma clara interferência dos jogos de partido no trabalho diplomático.

A notícia do *Il Giornale* provocou largo descontentamento na Farnesina e a Embaixada de Portugal em Roma foi contactada pelo gabinete de Bensi para saber se o sobredito artigo tinha tido eco nos jornais de Lisboa. Em simultâneo, o MAE informava o Embaixador de que não seria dada «qualquer resposta à notícia do referido quotidiano», o qual vinha criar dificuldades numa altura particularmente delicada para a diplomacia italiana¹⁴⁹⁵. Recordemos que o Governo de Roma estava absorvido com as divergências que explodiam no interior da Aliança Atlântica e no âmbito da crise de Chipre e com as respectivas implicações europeias, atlânticas e mediterrânicas. No caso específico da Itália, a polémica desenvolvia-se em torno da transferência para a península e suas ilhas de todas ou de algumas das bases militares da NATO existentes na Grécia, depois de esta ter saído da organização militar¹⁴⁹⁶.

O artigo de Francesco Damato gerou também uma onda de reacção na imprensa italiana. Bruno Gatta, jornalista do diário católico *Avvenire*, próximo dos círculos da Democracia-

¹⁴⁹³ *Ibidem*, telegramas n.º 246, urgente e confidencial, de 2 de Agosto de 1974, e n.º 259, urgente, de 9 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴⁹⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 265 de 20 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴⁹⁵ *Ibidem*, ofício n.º 461 de 9 de Setembro de 1974, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁴⁹⁶ Veja-se as pp. 335-336 deste trabalho.

cristã, publicava o artigo «Due destini contrapposti», onde sublinhava que se a Farnesina não desmentia as afirmações do *Il Giornale* elas poderiam ser consideradas verdadeiras. E o jornalista citava Moro, quando afirmava ser muito difícil fazer política externa num clima de grave crise política e económica nacional, e recordava a estratégia diplomática do Ministro, centrada na instrumentalização do seu prestígio pessoal e na assunção da sua imagem de «pellegrino di pacificazione e di mediazione, ora qua ora là» (Gatta 1974). E assim, como Aldo Moro tinha decidido ir a Lisboa para relançar os laços de boa colaboração atlântica com Portugal, sobretudo depois de a democracia ter regressado ao país, as declarações de Bensi, enquanto colaborador que tinha sido enviado numa missão preliminar exploratória, surgiam como um golpe baixo que deveria ser punido com a demissão do funcionário (*ibidem*). Nunca até então tinha acontecido que um subsecretário ameaçasse comprometer, «con le sue chiacchiere da comare», a missão do seu ministro (*ibidem*). Para o jornalista, em tudo isto, talvez o mais preocupante fosse a «curiosa» mentalidade que se difundira no interior do Governo de coligação, no qual cada ministro e subsecretário «si sente in diritto e in dovere di fare il comodo suo, con lettere aperte, dichiarazioni, indiscrezioni e interviste, cercando di mettere in difficoltà il collega di partito diverso o di corrente di partito diversa» (*ibidem*).

Já o *Avanti*, jornal do PSI, respondia ao *Il Giornale* com um artigo intitulado «Lisbona e la CEE», onde salientava que a expectativa criada em Lisboa pela visita de Moro crescera graças ao trabalho de Bensi, dado que este excedera a mera cortesia das relações formais para focar objectivos e estratégias concretas, método que «i portoghesi hanno particolarmente apprezzato» (*Avanti* 1974). Segundo o jornal, a deslocação do Subsecretário servira, efectivamente, para preparar a visita de Moro não só do ponto de vista da aquisição de elementos de avaliação para enquadrar a nova realidade portuguesa, mas também como discussão primária de propostas de acordos e de hipóteses de colaboração, incluindo no âmbito da CEE e do eventual ingresso de Portugal neste organismo comunitário (*ibidem*).

Também o *Il Tempo*, de Milão, comentava a notícia do *Il Giornale* com o artigo «La vecchia diplomazia non soffre Moro». A sua importância principal está na tentativa feita para explicar os motivos que estariam na origem da polémica: as divergências entre a Democracia-cristã e o PSI em relação a Moro e a hostilidade votada ao Embaixador de Itália em Lisboa, Girolamo Messeri, um democrata-cristão muito controverso e ao qual a esquerda pretendia criar embaraços que levassem ao seu afastamento¹⁴⁹⁷. O grande objectivo seria, segundo o *Il Tempo*, criar dificuldades à acção diplomática de Aldo Moro, a qual se vinha desenvolvendo

¹⁴⁹⁷ AHD/MNE, PEA M27/1974, ofício n.º 503 de 27 de Setembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

sobre um equilíbrio realista, fiel às alianças europeia e atlântica e simultaneamente aberta à evolução das relações entre os blocos e às alterações produzidas no sentido da instauração da democracia em países até ali dominados por regimes ditatoriais, como era o caso de Portugal (*Il Tempo* 1974b).

Resta dizer que o agravamento da crise política italiana comprometeu definitivamente a visita oficial de Aldo Moro a Portugal. No Outono de 1974, o V Governo de Mariano Rumor evoluía para uma situação demissionária, com Moro a tornar-se na figura central da formação da nova coligação governamental, o que justificou a suspensão da iniciativa.

1.3.2. *O caso Messeri*

O Embaixador de Itália em Lisboa, Girolamo Messeri, era uma personagem muito controversa nos meios políticos e diplomáticos italianos. A simpatia pelo regime de Marcello Caetano e a sua orientação política conservadora tinham levado Aldo Moro, Ministro dos Estrangeiros, a aceitar o seu pedido e colocá-lo em Lisboa, em 1971, com a missão de diminuir ao mínimo os focos de atrito nas relações diplomáticas entre Portugal e Itália, suscitados pelas guerras coloniais. Em 1974, foi apanhado de surpresa pelo golpe de Estado de 25 de Abril. São muito escassas as informações relativas à sua posição quanto à queda do Governo de Marcello Caetano. Aquelas de que dispomos remontam aos finais de Maio de 1974, quando Portugal já detinha um Governo Provisório e o General António de Spínola tinha sido nomeado Presidente da República. Segundo um telegrama confidencial, enviado pelo Embaixador de Portugal em Montevidéu a Armando Martins, Embaixador português em Roma, onde parafraseava as declarações do colega italiano, Messeri era «120%» favorável ao Chefe de Estado e à nova política portuguesa¹⁴⁹⁸. Isto é, apoiava-a plenamente. A identificação entre os pontos de vista dos sectores que Messeri e Spínola representavam era evidente, pois ambos pendiam para uma leitura conservadora dos acontecimentos, ditada por aquele que era o valor moral mor: a Ordem.

Foi na sessão do 1º de Agosto da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Deputados que a situação portuguesa foi pela primeira vez utilizada, desde a queda da ditadura, com o objectivo de atacar o Governo da Democracia-cristã. Nessa reunião, Aldo Moro apresentava o relatório sobre os desenvolvimentos da situação internacional e a

¹⁴⁹⁸ AHD/MNE, PEA M27/1974, telegrama n.º 33 de 28 de Maio de 1974, o Embaixador de Portugal em Montevidéu ao MNE.

Comissão preparava-se para discutir não só o papel da diplomacia italiana no contexto mundial, mas também, e neste contexto, avaliar a substituição do Embaixador italiano em Lisboa por outra pessoa não comprometida com o Estado Novo¹⁴⁹⁹. Michele Achili, Vice-presidente do Grupo Socialista da Câmara dos Deputados, fazia a seguinte intervenção, citada pelo Embaixador Martins num telegrama enviado para Lisboa:

«Manifestações de solidariedade todos os dias se desenrolam nas cidades portuguesas quanto ao Chefe de Estado e de Governo e *slogans* anticolonialistas e anti-racistas pela liberdade dos países ex-coloniais são demonstração da maturidade política da opinião pública portuguesa. Isto mostra como o papel do novo Governo desmente quantos haviam duvidado da real vontade democrática do MFA e da determinação do novo Primeiro-ministro Vasco Gonçalves. É necessário pois que o nosso país se renda conta da nova realidade e tire naturais consequências no plano diplomático, fazendo com que a nossa representação em Lisboa esteja à altura da situação. A próxima visita do nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros deve ser preparada por um Embaixador que seja capaz de instaurar com o novo Governo português um clima de efectiva colaboração»¹⁵⁰⁰.

O Subsecretário dos Negócios Estrangeiros, Mario Pedini, democrata-cristão, retorquia ao anterior com a certeza de que a visita de Moro a Lisboa seria um sucesso e que as posições passadas do Embaixador não intervinham negativamente na preparação de um evento com o qual o Governo de Roma desejava, cita Martins, «sublinhar a simpatia com que Itália saudou o fim da ditadura fascista»¹⁵⁰¹.

O grande ataque montado na imprensa contra Girolamo Messeri e o Governo democrata-cristão acontecia a 14 de Novembro de 1974, no dia seguinte à partida do Ministro Victor Alves de Roma e em pleno contexto das negociações de Aldo Moro para terminar com a crise política italiana e formar uma nova coligação governamental¹⁵⁰². O momento foi cuidadosamente escolhido, por um lado, para não perturbar a visita do Ministro português e, por outro lado, para tirar o maior proveito da visibilidade que os acontecimentos portugueses, muito especialmente desde o 28 de Setembro, obtiveram em Itália com as diversas explicações e declarações cedidas por Alves à imprensa e à televisão nacional sobre a conjuntura político-social em Portugal e as reformas socialistas que vinham sendo feitas em nome do povo. No momento em que viviam a pior crise económica desde o final da II Guerra

¹⁴⁹⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 244 de 2 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁰⁰ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 247 de 2 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁰¹ AHD/MNE, PEA M27/1974, telegrama n.º 244 de 2 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁰² Sobre a visita da missão liderada pelo Ministro Victor Alves a Roma *vide* o ponto 1.2.1, pp. 348-349. Sobre a crise política italiana e a formação do Governo de coligação liderado por Aldo Moro *vide* ponto 1.1.2, pp. 313-315.

Mundial, os italianos estavam largamente ao corrente do paradigma revolucionário português, logo, reactivos a uma inflamada e polémica campanha.

Tudo começou com a divulgação pública do que se dizia ser o relatório enviado pelo Embaixador Messeri ao MAE, no qual traçava o quadro da situação política portuguesa que levava ao 28 de Setembro e à demissão do Presidente da República Portuguesa, General António de Spínola. A reprodução do documento diplomático, que era secreto, aparecia nas páginas do n.º 47 do *Il Mondo*, jornal com larga influência entre os intelectuais de esquerda e bastante ligado ao Partido Republicano Italiano¹⁵⁰³.

Vejamos os comentários do Embaixador Messeri. Segundo ele, a renúncia de Spínola surgia inesperadamente num momento em que a violência e a anarquia irrompiam em Portugal e minavam a estabilidade. Era, simultaneamente, o epílogo lacerante da tensão entre as duas facções do MFA, cujos contrastes tinham assumido conotações preocupantes ao nível da descolonização e da resolução da crise económica nacional, e o prólogo dramático do novo curso dos acontecimentos, os quais seriam perniciosos para o futuro do povo lusitano. Para o diplomata, era inconcebível que a demagogia do MFA tivesse um ímpeto tal que destruísse os fundamentos da liberdade em Portugal, como tinha acontecido quando impedira a manifestação de apoio a Spínola, marcada para 28 de Setembro, e quando os agitadores de toda a espécie, guiados por um projecto de subversão coerentemente ditado e seguido, se apoderavam dos centros vitais do país e dos meios de informação, denegando a propriedade dos jornais, expulsando as redacções, ocupando todas as estações de rádio e de televisão e acusando de conluio com o regime deposto (sem provas) todos aqueles que ousassem clamar pelos princípios elementares da ordem. Num exagero de percepção da liberdade, quase todos os estabelecimentos industriais tinham sido ocupados e os grupos tumultuosos de operários exigiam aos directores das empresas – sequestrados nos edifícios das fábricas – todo um conjunto de reivindicações extravagantes e todo o tipo de privilégios essencialmente antieconómicos (*sic*), como a duplicação dos salários. As fábricas paravam com greves massivas, as transacções comerciais eram suspensas, contraía-se assustadoramente a liquidez dos institutos bancários. Em suma, era um espriar da ilegalidade que colocava a economia nacional num estádio de pré-agonia. Para o Embaixador, Portugal estava, numa palavra, perdido (*Il Mondo* 1974, p. 13).

Como vemos, a forma como Girolamo Messeri percebia a evolução dos acontecimentos portugueses não diferia substancialmente da dos EUA, dos restantes aliados atlânticos e dos

¹⁵⁰³ AHD/MNE, PEA M27/1974, ofício n.º 619 de 19 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE. Embora o periódico fosse datado de 21 de Novembro, a 14 de Novembro já estava nas bancas.

Estados-membros da CEE. A escalada comunista no quadro político europeu não era desejada por nenhum daqueles actores internacionais, procurando limitá-la de todas as formas possíveis, como, aliás, referimos no ponto 1.1.3.

O artigo do *Il Mondo* teve repercussão em vários jornais e o Senador comunista Ugo Pecchioli, a 15 de Novembro, questionava os responsáveis do MAE sobre a veracidade do documento publicado e quais as medidas que pretendiam tomar relativamente à representação diplomática italiana em Portugal¹⁵⁰⁴. No dia seguinte, Pecchioli estava em Portugal, liderando a missão do PCI que tinha sido convidada pelo PCP a visitar o país. A 19 de Novembro dava uma conferência de imprensa, no final da qual respondia às questões que os jornalistas portugueses, visivelmente interessados, colocavam sobre o «caso Messeri». Depois de acentuar que a Itália não estava bem representada em Portugal, Pecchioli respondia:

«Esse senhor é um democrata-cristão, foi senador pela Sicília e reentrou na diplomacia vindo directamente para Portugal. Esta sua acção não é novidade, pois ainda no tempo do fascismo em Portugal ele escrevia artigos em jornais, exaltando a guerra colonial. Ele é coerente com o seu passado» (*Diário Popular* 1974).

Conhecendo a polémica que decorria em Itália e perante os ecos que o caso tinha na imprensa nacional, o MNE apressava-se a comunicar ao Embaixador Martins a sua posição oficial para que a apresentasse formalmente ao Governo italiano. Citamos o telegrama:

«Consideramos de maior gravidade: 1º As considerações sobre a situação política que teriam sido feitas a esse MNE pelo Embaixador italiano em Lisboa. 2º Que tenha sido possível chegar ao conhecimento de um jornal o relatório do Embaixador. No quadro do que antecede deve V. Ex.ª procurar saber junto de esse MNE qual valor se pode atribuir ao relatório tal como publicado»¹⁵⁰⁵.

Martins cumpriu as instruções e comunicou o resultado ao MNE: a Farnesina informara que o texto publicado no *Il Mondo* baseava-se numa informação oficial do Embaixador italiano em Lisboa. O documento tinha sido ocultamente subtraído do processo interno com a clara intenção de prejudicar Messeri, tal como acontecera em Março de 1972, quando um outro relatório foi publicado pelo jornal *Giorni Vie Nuove* acompanhado com violentas

¹⁵⁰⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 366 de 15 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁰⁵ AHD/MNE, telegramas expedidos, M78/1974, telegrama n.º 249, urgente e secreto, de 16 de Novembro de 1974, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

críticas ao Embaixador ¹⁵⁰⁶. Segundo o que Armando Martins conseguiu apurar confidencialmente na Farnesina, a publicação do *Il Mondo* relacionava-se com os desentendimentos entre Messeri e o Subsecretário Cesare Bensi, quando este visitou Lisboa, em meados de Agosto, para preparar a visita de Aldo Moro a Portugal, e deveria ter sido organizada pelo núcleo socialista em funções no Ministério. Não era por acaso, asseguravam a Martins, que publicação tivesse sido feita no dia seguinte à partida do Ministro Victor Alves de Roma, precisamente para não prejudicar a sua missão e o Governo português ¹⁵⁰⁷. A opinião de Martins era muito clara sobre este assunto e partia da análise das lutas partidárias e da crise política italiana:

«Sem de qualquer modo querer atenuar a responsabilidade de Messeri, devo dizer que este, com as suas ligações de antigo político militante, desenvolveu grande actividade para o êxito da visita do nosso Ministro, embora a tivesse procurado limitar ao ambiente do seu partido (DC), o que contrariou conseguindo incluir no programa a visita ao Ministro da Justiça, que é socialista (o que Messeri tentou evitar) e convidando membros de outros partidos para a Embaixada» ¹⁵⁰⁸.

Em Lisboa, o Palácio das Necessidades reagia à confirmação da Farnesina e elencava um rol de problemas que esta situação criava:

«1º Os órgãos de informação continuam a fazer pressão junto da Secretaria de Estado no sentido de saber se já nos foi confirmada por parte dos italianos a veracidade do relatório. É-nos difícil continuar a dizer que aguardamos a informação dessa Embaixada mas obviamente desejaríamos que a confirmação fosse aí feita por essas autoridades.

2º O sucedido tornará a presença e a continuação do Embaixador Messeri em Lisboa susceptível de criar-lhe situações difíceis e delicadas.

V. Ex.^a levará quanto antecede ao conhecimento desse Ministério a nível que entenda conveniente tendo em conta o melindre da situação. Assegurará pela nossa parte o sincero desejo de que este caso não afecte as excelentes relações agora existentes entre os nossos países» ¹⁵⁰⁹.

Entretanto, a Farnesina comunicava ao MNE que o texto publicado na imprensa resumia-se a uma versão grosseiramente alterada e deturpada do documento de Messeri. Nestes termos, para o Secretário-geral do MAE, substituir o Embaixador num momento em

¹⁵⁰⁶ Sobre o assunto, *vide* ponto 4.3, pp. 239-240.

¹⁵⁰⁷ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 370, secreto e urgente, de 19 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁰⁹ AHD/MNE, telegramas expedidos, M78/1974, telegrama n.º 253, secreto, de 22 de Novembro de 1974, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

que era alvo de ataques na imprensa só causaria má impressão e mostraria que a diplomacia cedia a especulações e ao sensacionalismo da publicidade¹⁵¹⁰. Martins concordava e, em nome da amizade que Messeri tinha a Portugal e atendendo ao facto de que este mantinha relações estreitas com Aldo Moro, o qual, por sua vez, presidia a um Governo que tinha acabado de sair de um período de crise, sugeria ao MNE que procurasse evitar o «traumatismo» que se causaria no plano das relações entre os dois países se Lisboa declarasse Messeri como *persona non grata*. Feita a advertência de que nunca tivera simpatia pelo italiano, explicava que declará-lo como tal teria repercussões desagradáveis sobre o novo Governo, constituído pelo PDC e pelo PRI, não só porque Messeri era democrata-cristão, mas também porque o *Il Mondo* estava muito ligado ao PRI. Nestas circunstâncias, se o Governo português pretendesse realmente o seu afastamento, Martins preferiria insistir junto do Ministro dos Estrangeiros, Mariano Rumor, para que chamasse o seu Embaixador¹⁵¹¹. No final de Novembro, o diplomata português obtinha de Rumor e de Moro a autorização que permitia ao MNE publicar a comunicação enviada pela Farnesina, na qual informava que o relatório publicado nos jornais constituía uma versão deturpada do original¹⁵¹². Messeri era depois chamado a Roma e já não regressava a Lisboa¹⁵¹³. Em Maio de 1975, era colocado em Ancara, sendo substituído na Embaixada em Lisboa por Pierluigi Alverà¹⁵¹⁴. Quanto a Renato Ghiotto, Director do *Il Mondo*, depois de ter sido condenado a dois anos de prisão, sob a acusação de violação de segredo de Estado, era absolvido em Novembro de 1978¹⁵¹⁵.

O caso Messeri não acabava aqui. No mês anterior à sua nomeação para a Turquia, a imprensa italiana envolvia-o numa nova polémica, com os jornalistas a procurarem alargá-la a Amintore Fanfani, Secretário-geral do PDC, numa altura particularmente delicada da vida política italiana e, em especial, para a Democracia-cristã. Um facto que, diga-se, não terá sido alheio ao destacamento do diplomata para Ancara. Tudo começou pelas mãos dos comunistas. A 6 de Abril, o *Unità*, órgão do PCI, atacava duramente Messeri na primeira página e Fanfani resolveu distanciar-se do seu fidelíssimo. O motivo era simples: temia que os comunistas usassem o caso Messeri para atacar ferozmente a campanha dos democratas-cristãos contra o

¹⁵¹⁰ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 378, muito urgente e secreto, de 25 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵¹¹ *Ibidem*.

¹⁵¹² *Ibidem*, telegrama n.º 386, secreto, de 29 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵¹³ *Ibidem*, telegramas n.º 370, secreto e urgente, de 19 de Novembro de 1974, e n.º 386, secreto, de 29 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵¹⁴ AHD/MNE, PEA M22/1975, telegrama n.º 200 de 26 de Maio de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵¹⁵ AHD/MNE, PEA M8A/1978, telegramas n.º 479 de 2 de Novembro de 1978, e n.º 487 de 5 de Novembro de 1978, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE

PCI, servindo-se dos acontecimentos em Portugal. E assim, como escrevia o jornal *Panorama*, na edição de 17 de Abril de 1975, o ainda Embaixador de Itália em Lisboa tornou-se imprevisivelmente num problema para o seu protector político (*Panorama* 1975).

Quais foram os motivos que levaram o PCI a iniciar a polémica? Primeiro, teremos de recuar a meados de Novembro de 1974, quando a missão do PCI liderada por Ugo Pecchioli, um dos mais estreitos colaboradores de Enrico Berlinguer, visitou Portugal. Nessa ocasião, Messeri entrara em conflito aberto com os dirigentes comunistas depois de estes o terem criticado duramente durante uma conferência de imprensa quando comentavam o relatório que supostamente teria enviado para Roma sobre o 28 de Setembro. Entre as particularidades criticadas ao Embaixador contava-se o apoio dado a Salazar e a Marcello Caetano, às respectivas políticas e à guerra colonial. Pecchioli referia também que, num aerograma de 1972 à Farnesina, o Embaixador definia os governos dos novos estados africanos como criminosos e os movimentos de libertação de Angola e de Moçambique como um «sparuto gruppo di intellettuali agitati e di agenti prezzolati» (*apud ibidem*).

Aparentemente, o PCI conseguira também recolher um *dossier* comprometedor (a palavra utilizada na imprensa italiana era «impressionante») sobre Messeri, o qual poderia afectar a credibilidade política da Democracia-cristã pela envolvimento de um dos seus membros nos grandes escândalos de corrupção política que corriam na imprensa italiana. Para os comunistas, o temor de Fanfani era justificado, como Pecchioli comentava ao *Panorama* (1975): «Mi pare che, a questo punto, l'ambasciatore sia diventato un personaggio piuttosto scomodo per la segreteria DC». Messeri dizia-se difamado, ao que Pecchioli contrapunha:

«Le cose che abbiamo detto in Portogallo sono nulla rispetto a quelle che possiamo dire qui: a Lisbona temevamo di annoiare che ci ascoltava con questioni squisitamente italiane, qui si può vuotare il sacco, perchè siamo di fronte as argomenti cha interessano tutta l'opinione pubblica» (*apud ibidem*).

E, de facto, as informações postas a circular na imprensa eram realmente demolidoras numa altura em que os sectores partidários vinham sendo abalados por escândalos sucessivos, os quais, por sua vez, alimentavam o terrorismo reaccionário por parte das organizações da extrema-direita e da extrema-esquerda em nome da «purificação» do sistema político. Resumidamente, divulgava-se que Messeri entrara na carreira diplomática durante o fascismo e que começara a fazer nome quando, no início dos anos 50, entrou para o núcleo dos conselheiros diplomáticos de Fanfani. Nas Legislativas de 1958, apresentava-se como candidato do colégio eleitoral de Partinico-Monreale, obtendo a vitória à custa do apoio de

Frank Coppola, suspeito *boss* da máfia ítalo-americana, cujo dinheiro era usado para comprar votos. Em 1967, estava no centro de um escândalo que o indicava como intermediário do Pentágono no comércio ilegal de armas norte-americanas com a Itália. Desacreditado, estava a um passo de passar ao regime de disponibilidade se, em 1971, não lhe tivesse sido entregue a Embaixada de Itália em Lisboa, onde teria o desempenho que os comunistas tanto criticavam (*L'Unità* 1975a; *Lotta Continua* 1975; *Panorama* 1975; Santini 1975, pp. 16-17).

Para o Governo italiano, o caso Messeri continuava a apresentar-se como um foco de descredibilização, quer da sua política interna, quer da diplomacia luso-italiana. Perante as acusações do PCI, as relações entre o Governo e a Secretaria da Democracia-cristã pioravam, sabendo-se perfeitamente que os comunistas reagiam à retirada da delegação do PDC do seu XIV Congresso e que estavam determinados a aniquilar o autor da ideia, Fanfani, a quem Messeri era pessoalmente ligado¹⁵¹⁶. Segundo o *Corriere della Sera*, num artigo publicado a 9 de Abril de 1975, a estratégia do PCI era a seguinte: denunciando a actividade de Messeri, entendia que, na prática, responsabilizava Fanfani pela intervenção do Embaixador a favor da ditadura portuguesa. E assim, através do caso Messeri abria-se a polémica contra Fanfani na base das suas supostas interferências na política externa italiana. Se, continuava o mesmo jornal, Fanfani entendia fazer de Portugal um tema da campanha eleitoral, os comunistas contra-atacavam insistindo nas orientações do Secretário-geral da Democracia-cristã a favor do Estado Novo (*Corriere della Sera* 1975). Ainda segundo o *Corriere della Sera* (1975), por muito que desagradasse aos comunistas, Messeri não exercera a sua actividade levemente, não obstante houvesse muito a criticar no seu *curriculum*:

«È certamente da escludere che il diplomatico abbia mancato ai doveri di obiettività e di lealtà nell'esercizio delle proprie funzioni: è però noto il suo temperamento combattivo che già altre volte lo ha reso protagonista di vicende che hanno fatto rumore» (*ibidem*).

O jornal referia-se aos escândalos políticos em que o diplomata esteve envolvido, os quais não refutava. Porém, no referente aos acontecimentos portugueses, defendia que Messeri, com os seus relatórios, procurara levar o Governo italiano a tomar uma posição prudente a propósito do novo regime, uma vez que estava convicto ser necessário adoptar todas as medidas capazes de isolar e enfraquecer os governos portugueses constituídos por comunistas a fim de salvaguardar o sistema de segurança europeu e atlântico (*ibidem*). Como vimos no ponto 1.1.3, a nível internacional, havia sérias reservas quanto à predominância

¹⁵¹⁶ Este assunto será desenvolvido nas pp. 376-382.

comunista entre os militares no Poder em Lisboa. Daí que o Governo de Itália e a Democracia-cristã olhassem com desconfiança a obra dos novos políticos portugueses, colocando-se a questão, tal como acontecia nos restantes países, se conviria ou não intervir no país. O interesse da Itália seria agir com grande prudência, embora dando preeminência à necessidade de garantir que Portugal ligar-se-ia à Europa e permaneceria no sistema de alianças ocidentais.

1.3.3. O 11 de Março e o XIV Congresso do PCI

Na primeira metade de 1975, a agressividade político-ideológica registada em Portugal fazia manchetes pouco abonatórias da exemplaridade da revolução portuguesa. Rapidamente, a conjuntura portuguesa constituía uma «lição» para os italianos, fomentando o debate em torno da necessidade de actualizar alianças e posições partidárias com o objectivo de obter a vitória nas eleições administrativas, marcadas para Junho de 1975, e resolver a questão do compromisso histórico, quer concretizando-o, quer anulando definitivamente tal possibilidade.

A 29 de Janeiro de 1975, Egisto Corradi publicava o artigo «La lessione del Portogallo» no *Il Giornale*, dirigido por Indro Montanelli. O jornalista avaliava a evolução da situação política portuguesa num tom muito crítico, indicando-a como o exemplo do que os italianos deviam evitar criar em Itália. Segundo o jornalista, a violência utilizada pela extrema-esquerda para impedir a realização do I Congresso do Centro Democrático e Social (CDS), cujo início fora marcado para 25 de Janeiro de 1975, no Porto, demonstrava perfeitamente como a liberdade não estaria assim tão presente em Portugal¹⁵¹⁷. E se assim fosse, as eleições para a Assembleia Constituinte, marcadas para Abril de 1975, não decorreriam em plena liberdade e dificilmente o país poderia, sob a ameaça de uma ditadura, ingressar na via da democracia. Citando Corradi:

¹⁵¹⁷ O Centro Democrático e Social, de inspiração liberal e democrata-cristã, foi fundado a 19 de Julho de 1974 por Diogo Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa, *inter alia*. Nas suas fileiras ingressaram muitos elementos da direita fascista, ainda que se designasse como um partido moderado, ideologicamente de centro. O Partido organizou o seu I Congresso nos dias 25 e 26 de Janeiro de 1975, no Palácio de Cristal, Porto. Reunidos os congressistas, o Palácio era cercado por militantes de extrema-esquerda com o objectivo de impedir a continuação da reunião. O Congresso continuou, não obstante as ameaças às vidas dos participantes (Rezola 2007, pp. 147-148; Ferreira 1994, p. 251-253).

«La primavera di Lisbona sarà durata, appunto, non più di una primavera. La prima. La seconda primavera sarà totalitaria. Di sinistra, mas sempre totalitaria; e con la possibilità, non esclusa, di diventare di destra» (Corradi 1975).

Paolo Pinna, jornalista do *Il Popolo*, órgão do PDC, via em Portugal um claro retrocesso, fazendo suas as palavras de Peter Kirk, um deputado britânico que esteve presente no Congresso do CDS: «La democrazia in Portogallo è come una speranza all'inferno» (Pinna 1975). Ela constituía uma incógnita, com os retrocessos a sucederem aos progressos, encontrando-se naquele momento perante o risco de um desvio autoritário de esquerda. Desta forma, escrevia o jornalista, a agressão aos representantes do CDS «non è che la punta emergente di un iceberg massiccio, flottante nel levido mare del conformismo con cui la sinistra estrema tenta di sommergere e annettersi il nuovo Portogallo» (*ibidem*). O facto de o Governo ter deixado decorrer doze horas antes de restabelecer a ordem, e sem garantir a realização do Congresso, era mais uma prova do retrocesso autoritário encorajado pela ala revolucionária das Forças Armadas¹⁵¹⁸. Estes episódios foram notícia em praticamente todos os meios de comunicação italianos (imprensa, rádio e televisão). O *Il Popolo* dava-lhe grande destaque e as críticas eram severas, até porque a Democracia-cristã, proprietária do jornal, enviara os seus representantes ao Porto¹⁵¹⁹. Mais prudentes eram as notícias publicadas pelos comunistas do *Unità* e do *Paese Sera*, os quais deram relevo aos desmentidos do PCP quanto à sua ligação aos incidentes do Porto. Uma «extrema cautela» era visível no noticiário do *Avanti*, do PSI, que pouco aludia a Portugal «por motivos de política interna italiana», devido às suas relações com o PCI¹⁵²⁰. Facto que levava o *Il Popolo* a questionar sarcasticamente, como cita Armando Martins, se Mário Soares «caiu em desgraça por não querer ficar sob o domínio dos comunistas do Cunhal»¹⁵²¹.

Como vemos, a abordagem jornalística da situação portuguesa definia-se claramente em termos das posições ideológicas dos jornais: de um lado, todos aqueles não comunistas, independentemente da cor política (com excepção do *Avanti*, órgão do PSI, que manteve sempre grande reserva), do outro, os jornais comunistas, quer os do PCI, como o *Unità* ou o *Paese Sera*, quer os de orientação marxista-leninista, como o *Manifesto*, ou os maoístas da

¹⁵¹⁸ AHD/MNE, PEA M4/1975, ofício n.º 34 de 29 de Janeiro de 1975, o Embaixador de Portugal ao MNE.

¹⁵¹⁹ *Ibidem*.

¹⁵²⁰ *Ibidem*.

¹⁵²¹ *Ibidem*.

*Lotta Continua*¹⁵²². Por detrás desta atitude estavam motivos de política interna, surgindo polémicas constantes. Armando Martins explicou o que se passava:

«Quando os jornais da DC tomam posição fazem-no a pensar no seu próprio eleitorado, para mostrar o «perigo» da presença comunista num Governo (alusões, portanto, ao compromisso histórico repetidamente proposto pelo PCI) e quando o PSI mantém uma certa reserva, é necessário ter em conta o risco que lhe poderia advir frente ao seu próprio eleitorado, se tomasse uma posição próxima ao centro [...]. Quer dizer: o PSI não quer dar possibilidades ao PCI de o acusar de «desvio à direita»¹⁵²³.

Com a mesma lógica, embora em sentido contrário, a imprensa comunista insistia em realçar a tranquilidade da vida portuguesa, referindo que os dirigentes políticos distribuía declarações negando a existência de um clima de guerra civil, o que era reforçado quer pelo apelo do MFA ao entendimento entre os partidos para garantir as eleições, quer pela realização sem incidentes do I congresso do recém-formado Partido da Democracia-cristã, na Figueira da Foz¹⁵²⁴. Em suma, as análises jornalísticas do que acontecia em Portugal eram frequentemente feitas à luz do que se passava na Itália, por detrás das quais havia uma grande orquestração de cada corrente política em busca de argumentos para fortalecer as suas posições e concretizar os próprios interesses¹⁵²⁵. Por estas razões, o afastamento do Partido da Democracia-cristã português da corrida eleitoral para a Assembleia Constituinte e posterior ilegalização pelo Conselho da Revolução, muito próximo do PCP, como medidas punitivas pelo envolvimento dos seus dirigentes no golpe de Estado planeado pelos spinolistas e pelos sectores da direita, a 11 Março de 1975, teve larga repercussão em Itália¹⁵²⁶. Novamente, as posições dividiam-se nas duas leituras: a dos meios não comunistas ou socialistas, de «vincada oposição» à decisão das autoridades portuguesas, e a dos meios comunistas, «de apelo à calma» e explicando as dificuldades que a «jovem democracia portuguesa» enfrentava para evitar o regresso das forças reaccionárias¹⁵²⁷.

É neste contexto que deve inserir-se a decisão da Democracia-cristã italiana, liderada por Amintore Fanfani, em abandonar o posto de observador no XIV Congresso do PCI

¹⁵²² *Ibidem*, ofício n.º 60 de 5 de Fevereiro de 1975, o Embaixador de Portugal ao MNE.

¹⁵²³ *Ibidem*.

¹⁵²⁴ *Ibidem*.

¹⁵²⁵ *Ibidem*.

¹⁵²⁶ A suspensão do Partido da Democracia-cristã foi decidida pelo Conselho Superior de Revolução a 17 de Março, depois de ser reconhecida a sua implicação no golpe de Estado tentado a 11 do mesmo mês. Foram também suspensos dois partidos da extrema-esquerda, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado e a Aliança Operária Camponesa, acusados de incitamento à violência (Rezola 2007, pp. 148-149, 153).

¹⁵²⁷ AHD/MNE, PEA M4/1975, ofício n.º 169 de 25 de Março de 1975, o Embaixador de Portugal em Itália ao MNE.

(Roma, 18-23 de Março), conhecido em Itália como o congresso do «compromisso histórico» e aguardado, pela importância da questão em discussão, com grande expectativa (Gomes 2010; Gomes 2014, pp. 436-449). Invocando como pretexto a ilegalização da Democracia-cristã portuguesa e o facto de Enrico Berlinguer, Secretário-geral do PCI, não ter condenado o acto de ilegalização no discurso inaugural, os democratas-cristãos iniciavam uma violenta campanha contra o compromisso histórico, «agitando o espantinho do comunismo e da defesa da civilização ocidental»¹⁵²⁸. Faziam ainda publicar no *Il Popolo* um artigo com o título «Per imporre al paese una nuova dittatura – militari e comunisti in Portogallo mettino la DC fuori legge» e difundiam declarações que garantiam que a «alba radiosa del 25 aprile 1974 si sta trasformando nella notte del totalitarismo» (Padellaro 1975). O objectivo era, em suma, evidenciar como o verdadeiro carácter do comunismo, malgrado as variadas vias nacionais ao socialismo, permanecia totalitário para assim desmascarar a falácia (*sic*) do compromisso histórico que o PCI pretendia concretizar em Itália.

A polémica estalava. O PCI reagia e acusava os democratas-cristãos de pretenderem envolver Portugal numa pura manobra eleitoral (*ibidem*). O PDC respondia afirmando que abandonara o congresso porque o PCI não tinha condenado, fosse por opção ou por conveniência, as «gravíssimas» decisões de Lisboa. Nestes termos, pretendia que o seu gesto de protesto fosse suficiente para induzir os comunistas a um juízo mais preciso sobre os factos portugueses (*ibidem*). Os republicanos juntavam-se aos democratas-cristãos e convidavam o PCI a condenar o recuo da democracia em Portugal. Para o Presidente do PRI, Ugo La Malfa, o optimismo presente na análise de Berlinguer sobre a conjuntura portuguesa era irreal¹⁵²⁹. Para os socialistas a decisão do PDC fora precipitada e irracional (*Avanti* 1975a).

Pondo as polémicas internas à parte, era o socialista *Avanti* que publicava o artigo de opinião de Gaetano Arfe. Para o jornalista, a gravidade da ilegalização da Democracia-cristã deveria ser debatida no contexto da política interna e externa de Portugal, facto que parecia escapar aos políticos italianos. Ela era grave porque lançava «una ipoteca autoritaria sulla nascente democrazia portoghese» e deformava a sua «ancora fragile ossatura» ao criar condições para que a Assembleia Constitucional a eleger não respeitasse a realidade político-ideológica da nação e provocasse fracturas posteriores (Arfe 1975). Era igualmente grave do ponto de vista da colocação internacional. Na esfera dos militares existiam duas tendências: a spinolista, neutralizada, que preconizava a readaptação política da velha ordem e que gozava

¹⁵²⁸ *Ibidem*.

¹⁵²⁹ Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storici, fondo Enrico Berlinguer, série 7, b. 40, fasc. 25, «Replica e note sulle obiezioni circa l'atteggiamento del PCI di fronte al colpo di stato in Portogallo», notícia divulgada pela ANSA a 22 de Março de 1975.

de vasta solidariedade entre os partidos da direita; a outra, mais radical, inspirava-se nos regimes militares de esquerda do mundo árabe. Em ambos os casos, as escolhas de política internacional direccionavam-se com menor propensão para uma perspectiva europeia. Nesta confusa conjuntura, os socialistas portugueses eram aqueles que defendiam a Europa democrática como o ponto de referência de maior validade. E era sobre isto que o PSI desejava que se reflectisse em Itália e que os comunistas e os democratas-cristãos parassem de utilizar os acontecimentos portugueses com fins de agitações eleitoralistas (*ibidem*).

A mesma ideia era partilhada por Luigi Mariotti, Presidente do Grupo dos Deputados Socialistas. Num discurso pronunciado em Siena, afirmava que «i recenti avvenimenti portoghesi pretendono un esame atento e prudente perchè il valori in gioco per l'equilibrio internazionale e per la democrazia sono fondamentali e irrinunciabili» (*Avanti* 1975b). Era muito difícil aceitar sem provas sólidas que a exclusão da democracia-cristã da campanha eleitoral era necessária para defender a democracia, a liberdade e a revolução. Estes factos, conjugados com a hipótese da exclusão do PS da gestão da política externa portuguesa e as crescentes dificuldades que encontrava no país apenas aumentavam a já viva preocupação. Mais ainda quando os socialistas portugueses insistiam na formação de governos civis, nos quais partidos e sindicatos pudessem amplamente exprimir a vontade popular (*ibidem*).

Perante as diversas interpretações da sua posição, o PCI via-se obrigado a deixar claro que não apoiava a ilegalização da Democracia-cristã em Portugal. Na sessão de encerramento do XIV Congresso eram estas as palavras de Berlinguer:

«Per evitare equivoci, diciamo subito che non siamo d'accordo con decisioni in cui si confondono atti giusti e necessari nei confronti di persone responsabili di atti eversivi con altri atti che colpiscono partiti ai quali queste persone appartengono» (*apud* Dapas 1975).

Para além de auspiciar que em Portugal viesse a ser realizado um regime de plena democracia, Berlinguer reivindicava a autonomia de opinião do PCI, «un partito che nulla ha a che vedere con il Consiglio militare della rivoluzione o con il PCP», e sublinhava que os comunistas italianos «non possono rinunciare ad esprimere queste posizioni di principio che considerano inderogabili e che coinvolgono la necessità di assicurare il pieno esercizio a tutte le forze politiche di centro, di destra e di sinistra, e a tutti i cittadini, ad esclusione soltanto di coloro che siano colpevoli di atti di sovvertimento del regime democratico» (*apud ibidem*). A instrumentalização que a Democracia-cristã italiana decidira fazer dos acontecimentos em Portugal para invalidar o compromisso histórico era igualmente condenada por Berlinguer,

acusando Fanfani de seguir uma linha intolerante e facciosa, tanto mais quando não tinha criticado Salazar ou Caetano pelas suas medidas antidemocráticas. Nesta perspectiva, «col suo gesto inconsulto di ritirare la delegazione DC dal congresso, Fanfani ci aiuta a far comprendere a tutti la differenza abissale tra le due concezioni: una, improntata all'intolleranza proterva; l'altra, la nostra, che fa appello alla ragione» (*apud ibidem*).

A nível oficial, o Governo italiano apresentava o seu protesto às autoridades portuguesas¹⁵³⁰. Em Roma, o Embaixador português era recebido pelo secretário-geral do MAE, Roberto Gaja, tendo ambos discutido as repercussões que os acontecimentos portugueses vinham tendo em Itália, até porque havia políticos italianos com grande visibilidade que pressionavam o Governo para que assumisse uma posição firme neste assunto (*Diário de Notícias* 1975). Era o caso do Presidente do Município de Roma, um democrata-cristão, nas declarações públicas feitas no primeiro dia de Abril:

«À luz destes acontecimentos, creio não possa deixar de elevar-se do Conselho Comunal de Roma a voz firme e enérgica de condenação e um apelo a todas as forças políticas democráticas para que uma vasta pressão de opinião pública, como aconteceu em outros casos, se levante contra a orientação ditatorial do Governo português»¹⁵³¹.

Em simultâneo, por toda a cidade de Roma, apareciam cartazes com legendas símiles a esta: «Acabou a liberdade em Portugal. A Democracia-cristã foi posta fora da lei em Portugal»¹⁵³².

Nos primeiros dias de Abril, o interesse pela situação portuguesa diminuía consideravelmente entre a opinião pública. A maioria dos enviados especiais dos jornais regressava à Itália e, conseqüentemente, «o volume de noticiário reduziu-se»¹⁵³³. Nos meios políticos, contudo, a polémica continuava, com o Parlamento a agendar um debate, para entre os dias 8 e 11 de Abril, sobre a situação política portuguesa no quadro europeu¹⁵³⁴. A sessão acabaria por ser adiada para depois das eleições de 25 de Abril com o pretexto de que então haveria um quadro mais completo para a análise da conjuntura política em Portugal¹⁵³⁵.

¹⁵³⁰ O PDC português enviava sinceros agradecimentos ao homónimo italiano, não só pela viva solidariedade demonstrada, mas também pela intervenção do Governo italiano junto das autoridades portuguesas para que a ilegalização fosse cancelada (Padellaro 1975).

¹⁵³¹ AHD/MNE, PEA M4/1975, telegrama n.º 109 de 2 de Abril de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵³² *Ibidem*.

¹⁵³³ *Ibidem*, ofício n.º 180 de 2 de Abril de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵³⁴ *Ibidem*, telegrama n.º 109 de 2 de Abril de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵³⁵ *Ibidem*, telegrama n.º 128 de 9 de Abril de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

Como a polémica em Itália resultasse, na opinião das autoridades portuguesas, da incompreensão ou parcialidade com que os acontecimentos portugueses eram acompanhados, na primeira semana de Abril, a Embaixada de Portugal em Roma recebia ordens para emitir um comunicado oficial de esclarecimento sobre o 11 de Março e as medidas seguidamente tomadas¹⁵³⁶. Segundo o texto então divulgado, os movimentos reaccionários afectos aos sectores económicos privados e políticos perturbavam a ordem pública e atentavam contra a nova ordem democrática ao sabotar os objectivos económico-sociais e políticos da Revolução, tal como definido no Programa do MFA. A sua eliminação era, por isso, imperativa. E assim, a tão controversa nacionalização da banca e das companhias de seguros apenas pretendia terminar com a influência negativa que ambos os sectores, pela massa de capitais que controlavam, detinham sobre a evolução económica do país¹⁵³⁷. Relativamente aos três partidos políticos impedidos de concorrer às eleições (o Partido democrata-cristão, o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado e a Aliança Operária Camponesa), a Embaixada esclarecia que todos eles desenvolviam actividades declaradamente antidemocráticas e ameaçavam perturbar o período da campanha eleitoral e a votação. No caso específico da Democracia-cristã, os seus dirigentes tinham-se envolvido na tentativa de golpe de estado, gesto que foi tomado pelas autoridades portuguesas como uma reprovação do programa de restauração da democracia pluralista do MFA¹⁵³⁸.

Nas eleições de Junho de 1975, o PCI, contra o qual se destinava o ataque dos democratas-cristãos italianos, aumentou em 6% os seus votos, o PSI obteve um «discreto avanço» de 1.6% e o PDC uma perda de 2.5%. Foi um duro golpe infligido à Democracia-cristã, com a ala esquerda a atribuir o insucesso sobretudo a Fanfani, responsável pela estratégia eleitoral e pela campanha demasiado centrada no PCI. Fracassava também a sua estratégia para explorar os acontecimentos da política portuguesa, os quais acabaram por reverter a favor do PCI, pois, na atitude sempre moderada face à evolução daqueles, a ponto de se ter dissociado de algumas atitudes do PCP, mostrou, segundo os observadores italianos, uma «face humana» que resultou em seu benefício¹⁵³⁹.

¹⁵³⁶ *Ibidem*, telegrama n.º 123 de 7 de Abril de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵³⁷ *Ibidem*.

¹⁵³⁸ *Ibidem*.

¹⁵³⁹ AHD/MNE, PEA M22/1975, telegrama n.º 239 de 18 de Junho de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

1.3.4. O PS e o «compromisso histórico»

A tentativa de Amintore Fanfani em utilizar os acontecimentos portugueses com fins políticos internos não se esgotou no episódio do abandono do XIV Congresso do PCI. Em meados de Novembro de 1976, o histórico democrata-cristão entrava em contacto com o Embaixador de Portugal em Roma, através de um amigo comum, para expressar «o desejo de ser convidado a visitar Portugal»¹⁵⁴⁰. Armando Martins recordava à Secretaria-geral do MNE que o Presidente do Senado (as eleições de Junho de 1975 levaram ao seu afastamento do cargo de Secretário-geral do PDC) era não só um dos políticos italianos mais influentes e prestigiados, mas também um amigo de Portugal, «falando até um pouco de português»¹⁵⁴¹. E a este «amigo de Portugal», o Embaixador respondia que transmitiria a sua vontade às autoridades portuguesas «com o maior gosto», ressalvando, todavia, que ainda estava por realizar a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália a Lisboa, cuja realização era sistematicamente adiada devido às crises internas do Governo italiano. Martins salientava também a Fanfani que a visita do Presidente do Senado não poderia realizar-se sem idêntico convite ao Presidente da Câmara dos Deputados, o comunista Pietro Ingrao¹⁵⁴².

Dias depois, o diplomata português seria informado, novamente por um amigo comum, que Fanfani desejaria aproveitar a sua viagem ao México para fazer uma visita privada ao Primeiro-ministro Mário Soares, um dos políticos europeus eminentes de quem confessava a maior admiração, para uma simples e amigável troca de impressões sobre a política europeia e encontrar pontos comuns de actuação. Compreendendo as reservas levantadas pelo Governo português, Fanfani sugeria que a visita fosse feita com o maior sigilo¹⁵⁴³. Eis o comentário do Embaixador Martins, enviado ao MNE, a propósito dos verdadeiros objectivos do democrata-cristão:

«Creio que além deste genuíno desejo, a intenção de Fanfani é de tomar um pouco a coloratura de esquerda no momento em que a política italiana pende para a esquerda e a própria existência do Governo Andreotti depende do PCI e PSI. Fanfani, que veio jantar à Embaixada anteontem, [...] não me referiu o assunto, esperando que talvez eu lho tocasse, o que propositadamente não fiz»¹⁵⁴⁴.

¹⁵⁴⁰ AHD/MNE, PEA M22/1976, telegrama n.º 446, urgente e confidencial, de 18 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁴¹ *Ibidem.*

¹⁵⁴² *Ibidem.*

¹⁵⁴³ *Ibidem.*

¹⁵⁴⁴ *Ibidem.*

Depois de solicitadas instruções ao MNE, Fanfani partiria a 27 de Novembro para Portugal para encontrar-se não só com o Primeiro-ministro, mas também com o Presidente da República¹⁵⁴⁵. Como Mário Soares mantinha relações com o PSI, Martins temia que Fanfani as utilizasse em Itália para fazer cair o Governo de Giulio Andreotti, diminuir a influência dos comunistas e, assim, impedir a concretização do compromisso histórico:

«Não preciso prevenir V. Ex.^a contra os sérios inconvenientes que poderiam advir de qualquer promessa de intervenção do Dr. Mário Soares junto de Craxi no sentido de influenciar os desenvolvimentos da política italiana. Tem sido princípio cardinal da política do Governo português a não intervenção nos assuntos internos de outros países e por isso não nutro sobre isso quaisquer apreensões. Mas como o Presidente Fanfani me falou de apelar para o uso da influência do Dr. Mário Soares sobre Craxi, em condições que não me permitiram logo demovê-lo de sequer tocar em tal assunto, parece-me indispensável que eu avise no sentido da situação ser posta bem clara a Fanfani para que este não venha depois aqui falar em termos que pudessem deixar a impressão a Andreotti que aquele foi procurar apoio exterior contra o actual Governo italiano»¹⁵⁴⁶.

O projecto de fazer cair Andreotti e constituir um novo Governo baseado na aliança entre o PDC e o PSI ocupava continuamente as actividades de Fanfani. No entanto, se os socialistas consideravam o Governo como inadequado, com Bettino Craxi a criticar-lhe o «activismo nevrótico» e o «andamento convulsivo e contraditório», refutava as tentativas «demasiado simplistas» e «arrogantes» da Democracia-cristã para «recuperar» o PSI, pois este não queria ser «recuperado»¹⁵⁴⁷. Craxi deixava ainda bem claro que a fórmula de um Governo de emergência em que entrassem todas as forças da esquerda, logo o PCI, e em que o PSI tivesse uma «posição dominante» representava o máximo de compromisso possível entre os socialistas e um partido conservador¹⁵⁴⁸. Esta decisão ia completamente contra os projectos de Fanfani quanto à formação de uma aliança entre o PDC e o PSI. Em conversa com Martins, insistia que poderia modificar a posição de Craxi e daí a sua insistência em ir a Lisboa para «falar com Soares, pedir que este usasse da sua grande influência junto do Secretário-geral do PSI [...] no sentido de poder realizar-se a aliança referida»¹⁵⁴⁹. Se a aliança PDC/PSI se concretizasse e Andreotti caísse, Fanfani ou Craxi seria Primeiro-ministro, com tudo a

¹⁵⁴⁵ AHD/MNE, PEA M32/1976, telegrama n.º 453, muito urgente e confidencial, de 26 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁴⁶ *Ibidem*, telegrama n.º 456, urgentíssimo e confidencial, de 27 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁴⁷ *Ibidem*, telegrama n.º 447 de 19 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁴⁸ *Ibidem*, telegramas n.º 447 de 19 de Novembro de 1976 e n.º 456, urgentíssimo e confidencial, de 27 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁴⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 453, muito urgente e confidencial, de 26 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

depende da atitude dos socialistas. Como Martins pudera depreender das suas conversas com altos dignitários em Roma, a grande ambição de Fanfani seria substituir Giovanni Leone na Presidência da República, e era ele que tinha maiores probabilidades de fazê-lo, pelo que poderia deixar a chefia do Governo para os socialistas¹⁵⁵⁰.

Dado que a situação política italiana era muito confusa, «com o PDC a ser de todos os partidos o mais dividido e sem orientação, com polémicas internas e vários senhores da política desenvolvendo as suas manobras para fazerem cair o Governo monocolor do seu próprio partido», o Embaixador aconselhava a que se recebesse o Presidente do Senado «muito amigavelmente» dentro da prudência¹⁵⁵¹. Até porque, se Fanfani porventura pretendesse realizar ele próprio o compromisso histórico, num volte de face que muitos analistas políticos italianos admitiam, apesar das suas anteriores e repetidas prevenções contra negociações directas ou qualquer entendimento com o PCI, isso dizia «o suficiente sobre quanto é tido o seu carácter e constância política»¹⁵⁵². Era, ademais, de todo conveniente conservar a sua estima, «pois pode vir a ser amanhã Primeiro-ministro e até Presidente da República de um país amigo e cuja presença pesa na CEE e no Conselho da Europa e mesmo hoje é das figuras mais salientes na cena política italiana»¹⁵⁵³.

O golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 veio, pois, reforçar as relações entre Portugal e a Itália a nível governamental e também entre partidos e personalidades. Novos rumos se ofereciam a ambos os países com a adopção de um regime democrático e respectivos valores, consolidando Portugal para as instituições europeias e permitindo que alargasse exponencialmente o seu âmbito de acção diplomática. Como a Itália não pretendia deixar fluir esta dinâmica sem reforçar o seu papel de país amigo e aliado, oferecia os seus bons serviços para auxiliar Portugal a resolver os problemas herdados do regime deposto e a assegurar o sucesso do processo de transição democrática. Contudo, para garantir a sua capacidade de intervenção, tinha de gerir com perspicácia as suas crises internas e decidir se a via seria através de um compromisso histórico com o PCI. Enquanto tal não acontecia, as questões da política interna de Portugal e da Itália voltaram a imiscuir-se nas relações diplomáticas entre

¹⁵⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵⁵¹ *Ibidem*, telegrama n.º 456, urgentíssimo e confidencial, de 27 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁵² *Ibidem*. Já em 1974, o Embaixador descrevia Fanfani como era um «político experimentado, hábil, extremamente astuto, mas impaciente, emotivo e sem a serenidade dos que sabem esperar». «Homem de atitudes imprevisíveis», era capaz de «saltar da direita para a esquerda e vice-versa conforme as suas conveniências no jogo político» (AHD/MNE, PEA M17/1974, aerograma n.º 9 de 3 de Julho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹⁵⁵³ AHD/MNE, PEA M32/1976, telegrama n.º 456, urgentíssimo e confidencial, de 27 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

os dois países. Tanto mais que a instabilidade política que existia coevamente devido à centralidade do PCP e do PCI na evolução dos acontecimentos colocava Portugal e a Itália numa situação muito próxima do ponto de vista do descrédito e das pressões dos Estados-membros da NATO, os quais exigiam garantias de que a segurança e a defesa da Europa e do Mediterrâneo não ficariam comprometidas com a inclusão dos comunistas nos executivos. Se esta situação criava situações de desconforto aos Governos de Lisboa e de Roma, por outro lado evidenciava os fortes laços existentes entre as forças partidárias ideologicamente afins dos dois países para garantir o sucesso do processo de transição, fosse rumo a uma democracia ocidental, no caso dos moderados, fosse rumo a uma democracia popular e socialista, no caso dos meios revolucionários. No final, como remarcava acima Armando Martins, o importante seria gerir os percalços que iam surgindo e conservar a estima de todos os que poderiam ser fortes aliados de Portugal no futuro.

CAP. 2 – A ITÁLIA E A INDEPENDÊNCIA DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

A descolonização foi uma das componentes centrais da política externa dos Governos Provisórios do pós-25 de Abril de 1974, dando curso ao processo de independência das colónias portuguesas. A sua importância era tal, pela conexão estabelecida entre democratização e o fim do Império, que marcou a evolução do poder político até ao final de Setembro de 1974, altura em que uma das personalidades mais importantes neste contexto, o General António de Spínola, saía de cena. Importante para este desfecho foi a incompatibilidade que existia entre a sua política de descolonização – que assentava na continuidade das ligações jurídicas entre as Províncias Ultramarinas e Portugal num projecto federativo – e aquela do MFA e dos partidos políticos, centrada na eliminação de qualquer laivo de neocolonialismo através da concessão da independência. Se o 25 de Abril tinha sido feito para terminar com as guerras coloniais, para além do derrube do regime de Caetano, encontrar o consenso em torno da forma como a descolonização prosseguiria não seria, portanto, tão linear.

Do ponto de vista dos líderes dos movimentos de libertação o consenso era total: independência, caso contrário não deporiam as armas. A pressão exercida sobre Lisboa era complementada pela pressão da comunidade internacional, interessada em que Portugal prosseguisse o mais rápido possível com a descolonização. Não esqueçamos que se estava na guerra fria, com a URSS e a China, de um lado, e os EUA e o Ocidente, do outro, a marcarem passo para a conservação/alargamento das zonas de influência no continente africano.

A Itália teve um papel importante no contexto do processo de descolonização, colocando-se à disposição dos governantes portugueses para auxiliá-los a resolver este complexo problema, quer servindo de elo de ligação nas negociações entre Lisboa e os movimentos emancipalistas africanos da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique, quer esclarecendo sobre as reais intenções do novo Governo não só junto dos países da África, mas também da América Latina e do Médio Oriente. Vimos no capítulo IV como o Governo de Roma lançava críticas mais ou menos abertas ao colonialismo português e como os movimentos de libertação encontravam nos partidos políticos italianos solícitos defensores e colaboradores. Nesta perspectiva, se a política colonial de Lisboa dificultava o estreitamento das relações entre Portugal e a Itália, com o regresso da democracia ao país, o Governo de Roma pretendia tornar-se num parceiro chegado, oferecendo aos governantes portugueses a sua capacidade mediadora, advinda das boas relações com os países africanos e com os movimentos independentistas e da reputação de país defensor dos direitos humanos e da

liberdade dos povos, para resolver a questão da descolonização. Na Farnesina, o Embaixador Armando Martins era informado que tudo isto seria feito desinteressadamente e com as mais amistosas intenções. Contudo, e não obstante os lampejos de altruísmo adjacentes, a Itália tinha objectivos e interesses concretos a atingir com esta missão. Desde logo, desenvolver uma política de estreita ligação com os países africanos enquanto Estado-membro da NATO e da CEE e país exportador de técnica e de tecnologia, ganhando uma posição de influência em África. Pretendia também garantir o alargamento do seu mercado externo, vital para a superação da crise económica que atravessava nos anos 70, ao mesmo tempo que ratificava a sua importância enquanto nação coadjuvante na luta pelo direito à liberdade e fortalecia os laços de cooperação com os Estados independentes que surgiriam das Províncias Ultramarinas. Importante era ainda o interesse no estreitamento das relações com o Governo português através do apoio na condução das negociações com os líderes nacionalistas.

Dividimos este capítulo em quatro pontos. No primeiro, explicamos como e quando o objectivo dos generais portugueses passou a ser não perder a guerra (e não já ganhá-la) para poder negociar uma solução política. No ponto 2, o enfoque incidirá sobre as diversas fórmulas através das quais os responsáveis políticos e militares pensaram em realizar a descolonização, com a evolução dos acontecimentos a proporcionar as condições que levaram à independência das colónias. Feito este trabalho de contextualização, centramo-nos no papel e posições assumidos pela Itália. O ponto 3 incidirá, assim, sobre a solidariedade demonstrada ao Governo português até ao reconhecimento final da independência da República da Guiné-Bissau. No quarto ponto, colocaremos em evidência como a Itália teve um papel activo de mediação na negociação da independência de Moçambique. O último ponto incidirá sobre a questão do reconhecimento da República Popular de Angola, directamente relacionada com a convergência progressiva em relação ao MPLA. Uma última nota: a descolonização de São Tomé e Príncipe, de Cabo Verde, de Timor, de Macau e do Estado Português da Índia, por não ter tido grande impacto ao nível das relações luso-italianas, ao contrário da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, não será abordada neste estudo.

2.1 – Não perder a guerra para negociar uma solução política

Quando a guerra começou em Angola, em 1961, a descolonização europeia não tinha começado há muito e os Estados vizinhos das províncias ultramarinas portuguesas tinham

adquirido ou adquiriam a independência entre 1958 e 1968¹⁵⁵⁴. Norrie MacQueen (2004, p. 286) escreve que «o mundo ainda se encontrava «aculturado» em relação à ideia da presença imperial europeia em África». Por outro lado, em termos mais gerais, as alterações promovidas por este processo descolonizador eram muito expressivas do ponto de vista da intensidade com que descolonização da África se processava. Só entre 1955 e 1962, o mapa político passou a registar 36 novos Estados independentes, abrangendo cerca de 86% do território do continente e 93% da sua população (Guerra 1996, p. 13). No entanto, com o progredir dos anos, a política colonial portuguesa, ou a presença portuguesa na África, era cada vez menos tolerada e aceite pela comunidade internacional, sendo poucos aqueles que, nos anos 70, não previam que os territórios africanos adquirissem, mais dia, menos dia, a independência total (MacQueen 2004, p. 286).

Para o regime estado-novista, o Ultramar e a sua realidade política estavam fora de discussão. Portugal era, por pleno direito histórico, uma Nação una pluricontinental, por cuja progressão civilizacional o Governo de Lisboa velava. Nem as independências africanas, nem os acontecimentos no Estado da Índia, em meados dos anos 50, com a ocupação dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli e as movimentações dos *satyagrahas* em Goa, nem a invasão pela União Indiana, em Dezembro de 1961, nem as guerras coloniais em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique incutiriam alterações na ideologia imperial do Estado Novo. Nem tão pouco a censura e o aparelho de propaganda permitiam que a questão chegasse aos meios de comunicação e à generalidade da população em toda a sua amplitude, com o regime a explorar a contestação da soberania nacional como crimes de lesa-pátria. Só muito pontualmente surgiam vozes que sugeriam uma nova abordagem oficial à questão colonial, mas o assunto não era discutido como um projecto de reforma nas instâncias governamentais. Recordemos a polémica que houve entre o Governo português e o Governo italiano por causa da questão de Goa, quando o Subsecretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros aconselhava Portugal a enveredar por uma *Commonwealth* ao estilo britânico para garantir a

¹⁵⁵⁴ Até ao início da guerra em Angola, em Fevereiro de 1961, tinham obtido a independência os seguintes Estados: a Guiné-Conacri, em Outubro de 1958, o Senegal, em Abril de 1960, o Congo-Leopoldville, em Junho de 1960 e o Congo-Brazzaville, em Agosto de 1960. A Guiné-Conacri, o Senegal e o Congo-Brazzaville eram ex-colónias da França e vizinhos, os dois primeiros, da Guiné-Bissau; o Congo-Brazzaville fazia fronteira com Angola e obteve a independência da Bélgica. Em Fevereiro de 1961, a guerra começava em Angola, seguindo-se a Guiné-Bissau, em Janeiro de 1963. Em Abril de 1964, a Inglaterra cedia a independência à Tanzânia, vizinha de Moçambique. Em Setembro de 1964, a guerra deflagrava nesta colónia. No mês seguinte, a Zâmbia, que faz fronteira com Moçambique e Angola, obtinha a independência da Inglaterra, seguindo-se a Rodésia, em Novembro de 1965, o Malawi, em Julho de 1966, e a Suazilândia, em Setembro de 1968, todas elas ex-colónias britânicas e vizinhas de Moçambique (MacQueen 2004, p. 286).

futura permanência de ligações com os territórios que inexoravelmente deixariam de ser suas colónias¹⁵⁵⁵.

Em Dezembro de 1960, a Assembleia-geral da ONU aprovava a Resolução 1514, onde considerava que a «falta de preparação nos domínios político, económico, social ou do ensino» não poderia ser «tomada como pretexto para atrasar a concessão da independência» aos povos dos territórios não-autónomos (*apud* Guerra 1996, pp. 14-15). No entanto, e por razões relacionadas com o controlo censório em prol da mística imperial cultivada pelo regime, a questão colonial continuava a não ser publicamente considerada nas suas possibilidades evolutivas. Esta situação é visível no Programa para a Democratização da República, apresentado em Janeiro de 1961, pouco antes do início da guerra em Angola, pela oposição democrática, republicana, liberal e socialista reunida no Directório Democrático Social. Ali, embora se repudiasse todas as manifestações de imperialismo colonialista e se alertasse para a necessidade de aderir aos princípios da Carta das Nações Unidas e de assegurar a institucionalização da vida democrática sem discriminação racial ou política, não se tocava na questão da independência das colónias (Castaño 2012, p. 65). Contudo, os ataques dos nacionalistas angolanos à Casa de Reclusão Militar de Luanda, à Emissora Oficial de Angola e ao quartel da PSP, no início de Fevereiro de 1961, com os funerais das vítimas a desencadear violências sanguinárias em várias zonas daquela cidade, levaram o Directório a completar o Programa com uma observação final onde apelava «ao diálogo entre as populações» para reencontrar a paz (*apud ibidem*).

Ao passo que a oposição democrática defendia que o problema ultramarino deveria ser resolvido pela via política e pacífica, os mesmos acontecimentos suscitaram uma forte vaga de ultra-colonialismo em defesa das teses oficiais que sustentavam a manutenção do Ultramar na base dos fundamentos luso-tropicalistas que legitimavam a ligação secular a Portugal (Alexandre 2006, p. 51). É nesta linha que se situa a decisão do Governo de Salazar em andar rapidamente e em força para Angola, anunciada a 13 de Abril de 1961, na RTP, no seguimento da insurreição promovida pela UPA, liderada por Holden Roberto, no norte de Angola, durante a qual foram chacinados dezenas de europeus e destruídas inúmeras fazendas. Seriam estes acontecimentos a deixar claro às autoridades de Lisboa que o que estava em causa não era uma guerra de catanas, mas um movimento organizado e apoiado por potências externas que visava obter a independência do território. Havia, contudo, sectores chave para o sucesso desta missão que estavam em completo desacordo com uma acção

¹⁵⁵⁵ Vide pp. 174-175 deste estudo.

militar em Angola. Falamos de algumas das altas chefias militares que Portugal tinha na altura, como o Ministro da Defesa, General Botelho Moniz, e o Subsecretário de Estado do Exército, Coronel Francisco da Costa Gomes, contando estes com o apoio do antigo Presidente da República, Marechal Craveiro Lopes, afastado em 1958 por Salazar (Guerra 1996, pp. 15-16).

Nos primeiros dias de Abril de 1961, Botelho Moniz, na altura Ministro da Defesa, liderava, com a cumplicidade da quase totalidade dos comandantes militares e dos oficiais que se tinham posicionado contra o regime aquando da campanha eleitoral de Humberto Delgado, a tentativa de golpe palaciano que assinalou o descontentamento das altas fileiras das Forças Armadas contra a utilização da guerra como meio para manter os territórios ultramarinos sob administração portuguesa, fim considerado irrealista (Valença 1981). Invocando que o Presidente do Conselho não estaria em condições de responder convenientemente ao momento de gravidade que o país atravessava, propunha ao Presidente da República, Almirante Américo Tomás, que demitisse Oliveira Salazar «em termos que se identificavam com um pronunciamento militar» (Correia 1991, p. 44). O objectivo da revolta seria, assim, impedir a guerra através da substituição de Oliveira Salazar na chefia do Governo, entendida como um obstáculo à resolução do problema do Ultramar¹⁵⁵⁶. O grupo não explicitou, contudo, em que consistiria a via alternativa que preconizavam para a solução do problema ultramarino (*ibidem*), permanecendo a distinção de fundo entre aqueles que – para utilizar as palavras de Manuel José Homem de Mello, assessor de Craveiro Lopes em 1961 –, «queriam ficar de qualquer maneira em África e aqueles que entendiam que, para ficar, nós teríamos que evoluir» (*apud* Guerra 1996, p. 16). Consta que haveria entre os conspiradores a intenção de conceder a autodeterminação num prazo de 12 anos (*ibidem*, p. 17).

Para Pedro Pezarat Correia (1991, p. 44), um dos elementos de maior relevo no Movimento das Forças Armadas e um dos responsáveis directos pela descolonização de Angola, «a ingenuidade, a excessiva preocupação com a legalidade e a crença ilusória de que Américo Tomás pudesse alinhar contra Salazar permitiram que este se antecipasse [...] e afastasse, numa noite, toda a hierarquia comprometida com Botelho Moniz». Para isso, contou com o apoio de chefes militares iminentes, como António de Spínola e Kaúlza Oliveira de Arriaga, pondo este à disposição do Governo, enquanto Subsecretário de Estado

¹⁵⁵⁶ Como recorda o General Francisco da Costa Gomes, Botelho Moniz e os seus cúmplices tinham tido promessas de apoio dos EUA (através do Embaixador em Lisboa) e de sectores importantes da NATO pois «consideravam que a persistência do Doutor Salazar em conservar as colónias era contrária às finalidades da ONU e aos chamados «ventos da História» que sopravam na altura» (*apud* Guerra 1996, p. 15). Estava-se, pois, no tempo da Administração do Presidente John F. Kennedy, muito menos tolerante face à política colonialista de Portugal do que os seus antecessores.

da Aeronáutica, a capacidade operacional da Força Aérea e dos pára-quedistas (Guerra 1996, p. 17). O regime conseguia depois reaver a lealdade das Forças Armadas e motivá-las para obter um fim vitorioso pelas armas. Em simultâneo, aceitava os laivos de ligeiro reformismo provenientes do novo Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, nomeado para o cargo a 13 de Abril de 1961, num contexto de permanência de dúvidas «sobre as possibilidades e as vantagens entre ganhar a guerra ou fazer reformas» (*ibidem*, p. 18).

Adriano Moreira pretendia fazer corresponder a realidade com as leis, já que o desfasamento era muito profundo, e «caminhar para a autenticidade do sistema» (*apud ibidem*, p. 19). Tratava-se, nas suas próprias palavras, de uma política «puramente reformista», «sem nenhuma ambição revolucionária» e baseada no princípio de que a «África só tem um futuro razoável, aceitável, humano, se as populações europeias puderem ficar» (*apud ibidem*). Neste sentido, e combinando a situação no terreno com as pressões internacionais, o Governo de Lisboa implementava algumas mudanças de fundo com a abolição do *Estatuto do Indígena*, a promulgação de um código do trabalho rural ou a eliminação das culturas obrigatórias. Do ponto de vista político, Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros desde Abril de 1961, ponderava com o Presidente do Conselho a realização de um referendo para legitimar a permanência portuguesa no Ultramar (Alexandre 2006, pp. 55-56).

Nesta altura, havia três leituras (ou tendências) da situação ultramarina dentro do regime: a integracionista, constituída pelos ultras que pretendiam a manutenção de todos os territórios ultramarinos integrados num Estado unitário, posicionando-se na linha dura do republicanismo patriótico de finais de Oitocentos; a liderada por Marcello Caetano, que previa uma solução híbrida entre uma autonomia progressiva e um Estado central; e a federal, fortalecida pela ala liberal da União Nacional, nos finais dos anos 60.

Em 1962, Manuel José Homem de Mello, assessor do ex-Presidente da República Marechal Craveiro Lopes, publicava o livro *Portugal, o Ultramar e o futuro*. Foi a primeira tomada de posição pública pela via federal (Correia 1991, p. 45). A obra era prefaciada pelo antigo Presidente da República e tanto Craveiro Lopes como Homem de Mello defendiam que as soluções para o problema do Ultramar deveriam ser discutidas livremente, com grande seriedade, entre todas as correntes de opinião portuguesas (Guerra 1996, p. 26). Segundo o autor, por razões de autoprotecção e de autocensura, o livro não era uma «tentativa de solução» – os caminhos a seguir eram propositadamente deixados em aberto, sem se referir especificamente a necessidade de descolonizar –, mas um sinal de alarme que indicava «que a solução oficial é que não era solução» (*apud ibidem*). A tese era, no essencial, que o Governo

teria de perceber que Portugal não poderia ficar na África através da força militar, da qual não dispunha, mas apenas e tão-só através da «proverbial maneira dos portugueses saberem conviver com os povos tropicais», indo aqui de encontro ao idealismo propagandístico das teses oficiais (*apud ibidem*).

Também em 1962, Marcello Caetano defendia a solução autonomista num parecer para o Conselho Ultramarino, considerando ser esta a única forma de salvaguardar a posição portuguesa em África. Salazar não responderia a este parecer, o que levou Caetano a virar-se para a oposição e a entrar numa espécie de contestação ao regime, fazendo juízos bastante depreciativos sobre os responsáveis políticos à frente da política ultramarina (*ibidem*, pp. 19-20).

Entretanto, o regime persuadia-se de que poderia vencer a guerra e suspendia a política de reformas iniciadas pelo Ministro do Ultramar, com Adriano Moreira a ser dispensado do cargo no início de Dezembro de 1962. Citando-o, era claríssima a «mudança de atitude e de percepção dos que, até esse momento, apoiavam o reformismo», pois «quem ganha a guerra não faz reformas» (*apud ibidem*, p. 18). António de Oliveira Salazar também abandonava definitivamente a ideia do referendo. A estratégia de defesa voltava a centrar-se no controlo da situação militar no Ultramar, na neutralização dos Estados limítrofes que poderiam apoiar as guerrilhas (como a Tanzânia, a Zâmbia e os dois Congos) e na procura de formas de colaboração com aqueles que pudessem alterar a relação de forças no sistema internacional e favorecer a posição portuguesa (Alexandre 2006, p. 56). Desta forma, o regime inviabilizava que o processo de descolonização enveredasse atempadamente pela via pacífica, como era proposto pelos líderes moderados dos movimentos de libertação (como Mário de Andrade do MPLA, Amílcar Cabral do PAIGC, e Eduardo Mondlane da FRELIMO), e, ao eliminar a possibilidade de as elites locais se organizarem politicamente em forças capazes de promover a evolução da situação através do diálogo, levou à radicalização das posições nacionalistas e à realização da guerra para obter a independência (Guerra 1996, p. 22).

Se a guerra acabava por ser a via desejada pelo regime e pelos líderes dos movimentos, pela mútua resistência em aceder aos desejos de cada parte, com o avançar da década, renasciam as críticas quanto à insistência na busca de uma solução militar para o problema colonial. A partir de 1964, quando a guerra alastrara à Guiné-Bissau e a Moçambique, a oposição democrática assumia inequivocamente a irreversibilidade da descolonização e instava a que se aceitasse uma solução política baseada no princípio da autodeterminação. Estas ideias apareceriam depois no *Manifesto ao país*, subscrito por aqueles sectores no contexto das eleições legislativas de 7 de Novembro de 1965 (Silva 1997, p. 160). Em 1966, o

general Kaúlza de Arriaga publicava as *Lições de Estratégia*, onde, apesar de fiel seguidor da política ultramarina salazarista, não excluía a hipótese da autodeterminação das colónias, identificando como dever de solidariedade de Portugal chamar a si a preparação dos povos ultramarinos (Guerra 1996, p. 24).

Em 1968, Marcello Caetano substituíu Oliveira Salazar na Presidência do Conselho de Ministros. Muitos viram neste acontecimento o início da «primavera marcelista», materializada na abertura do regime e na adopção de soluções de carácter federalista ao nível da política colonial (Torgal 2013, pp. 43-117). As expectativas eram alimentadas pelas teses anti-integracionistas e pró-autonomia para a África que vinha defendendo desde que ocupara o cargo de Ministro das Colónias, em 1944-1945 (*ibidem*, pp. 93-102). Como homem do regime que sempre fora, «quer nas suas atitudes quer no seu pensamento», as suas críticas à política colonial respeitavam os limites da ortodoxia salazarista, sem que pretendesse instaurar rupturas radicais, mesmo enquanto Presidente do Conselho (MacQueen 2004, p. 267). E foi esta probidade para com o regime que o fez capitular perante a intransigência dos ultras, isto é, da ala direita militar, e permitiu, ao distanciar-se das ideias teóricas do passado, que as guerras continuassem por mais seis anos.

Marcello Caetano ainda tentou formalizar uma «pseudo-evolução» (Correia 1991, p. 46) com a revisão constitucional de 1971. Se ela consignava a autonomia das províncias ultramarinas no âmbito de um Estado unitário descentralizado, possuindo estatutos próprios como regiões autónomas, Lisboa conservava os poderes necessários para governar de forma centralista, contornando o previsto reforço da participação dos seus cidadãos na administração e na promoção do desenvolvimento das mesmas (Carvalho 2004, pp. 59-71). Esta situação tanto desagradava aos ultras do regime, por permitir antever a possibilidade de uma evolução gradual até à independência dos territórios ultramarinos, como à oposição, que pedia reformas administrativas que levassem ao aumento dos níveis de participação das populações locais na gestão administrativa e política, para além de não convencerem os movimentos de libertação, para os quais, perante o imobilismo real da situação, a independência era um objectivo a concretizar no mais curto espaço de tempo possível. Citando Pedro Pezarat Correia (1991, p. 46), «a ambiguidade das posições marcelistas veio a traduzir-se numa abordagem casuística das várias situações, subordinada mais a um pragmatismo ditado pelas condições de cada momento do que pela fidelidade a princípios imutáveis». Daí que Caetano, embora reconhecesse que a solução para a guerra colonial teria de ser política e não militar, protelasse a abertura de negociações para pôr fim à guerra. Segundo o seu *Depoimento*, obra autobiográfica publicada no exílio, no Rio de Janeiro, as altas chefias militares teriam exigido

ao Presidente da República uma garantia «solene» de que a defesa militar do Ultramar prosseguiria, sem qualquer recurso ao diálogo ou a negociações com os movimentos de libertação ou à institucionalização de uma solução de tipo federativo (Caetano 1974, pp. 11-16). Neste enquadramento, sugere Diogo Freitas do Amaral (1995, p. 96), a estratégia ultramarina de Caetano passava por desenvolver primeiramente a Metrópole, avançando-se em seguida para a autonomia progressiva do Ultramar, com o novo Presidente do Conselho a postular que num país mais próspero, culto e justo, consequência do desenvolvimento económico, social e educacional, a resolução do problema colonial seria menos difícil pois estaria melhor preparado para adaptar-se à nova situação de descentralização administrativa. Ao mesmo tempo, evitar-se-ia uma retirada brusca e a conseqüente entrada dos imperialismos estrangeiros. O certo é que, nos finais dos anos 60, o regime optou por não enveredar por uma fórmula intermédia entre o reconhecimento do direito à autodeterminação e a transferência directa do poder para os grupos independentistas. Caetano dispensava também o apoio diplomático cedido pela Grã-Bretanha (empenhada em resolver a questão da Rodésia) e pelo Brasil (país influente junto do bloco afro-asiático) para promover uma transição pós-imperial bem-sucedida e declinava as ofertas de mediação junto dos movimentos de libertação que chegavam dos líderes africanos moderados, como Kenneth Kaunda, Presidente da Zâmbia, ou Léopold Senghor, Presidente do Senegal (Oliveira 2004, p. 331).

Na Metrópole, na antecâmara das eleições legislativas de 1969, as primeiras depois do afastamento político de Salazar, vários sectores oposicionistas, como as Comissões Democráticas Eleitorais (CDE), de influência comunista, e as Comissões Eleitorais de Unidade Democrática (CEUD), de influência socialista, subscreviam um documento chamado *Plataforma Comum de São Pedro de Muel*, no qual exigiam que o problema do Ultramar fosse debatido à escala nacional dentro da possibilidade do reconhecimento do direito dos povos das províncias de além-mar à autodeterminação e da abertura de negociações com os movimentos de libertação. A partir de 1971, quando as clivagens se agudizam, inclusive dentro do regime, a oposição radicaliza o discurso e passa a defender abertamente a independência das colónias. Em Abril de 1973, o III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, muito crítico da revisão constitucional de 1971, incluía na sua deliberação final o fim das guerras em África como um dos objectivos imediatos a concretizar. Em Setembro do mesmo ano, as direcções do PCP e do PS emitiam um comunicado conjunto onde definiam o fim da guerra e a abertura de negociações com vista à independência de Angola, da Guiné-Bissau e de Moçambique como objectivos imediatos comuns (Correia 1991, pp. 50-51).

Foi na Guiné-Bissau que as tropas portuguesas viveram numa situação de derrota iminente, facto que se tornou num elemento chave no contexto da formação do MFA e da queda do regime. Em 1968, o General António de Spínola chegava à Guiné-Bissau como Governador da província e Comandante-chefe das forças militares locais. Depois de analisar o ponto de situação, de substituir alguns comandantes militares e chefes civis, apresentava um conceito revolucionário aos seus subordinados:

«Uma guerra subversiva nunca está ganha nem nunca se ganha militarmente. Só é possível ganhar politicamente. Portanto, eu não vou pedir que ganhem a guerra, porque vocês não têm capacidade para ganhar a guerra. Quem tem que ganhar a guerra sou eu. A vocês só vos peço que não me percam a guerra e que me dêem tempo para eu conseguir ganhar politicamente a guerra» (*apud* Guerra 1996, p. 39).

Quando, a partir do início dos anos 70, começou a surgir com maior evidência a possibilidade do PAIGC declarar unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, Léopold Senghor oferecia os seus serviços de mediação junto daquele movimento a Marcello Caetano. Senghor pretendia evitar que a proclamação da independência decorresse sob os auspícios protectores de Sékou Touré, o Presidente pró-soviético da Guiné-Conacri (Oliveira 2004, p. 320). Paralisada a diplomacia portuguesa pelas contradições internas do regime, Senghor procurava Spínola, encetando ambas conversações em Maio de 1972, centradas na descolonização faseada da Guiné. Caetano, convicto de que uma retirada da Guiné abriria um precedente sem retorno que levaria à derrocada do Ultramar português, vetou o prosseguimento destes contactos, pois, afirmara na altura, «os exércitos fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forçoso que vençam» (Caetano 1974, p. 191). Ou seja, era preferível sofrer uma derrota do que negociar com os «terroristas» (Guerra 1996, p. 37). As tropas mobilizadas no local, comandadas por Spínola, serviriam então de «bode expiatório de uma *débauche* portuguesa na Guiné» (Oliveira 2004, p. 320).

O General Spínola interpretou a actuação de Marcelo Caetano como resultante do seu receio face à reacção dos ultras caso aceitasse prosseguir com a via da negociação. Aos que defendiam a preservação do *status quo* do Ultramar como forma de evitar que o exemplo da Guiné alastrasse a Angola e a Moçambique, Spínola respondia que esse era precisamente o seu objectivo, precavendo reacções radicais por parte dos nacionalistas. O raciocínio de Caetano subjacente à sua recusa em negociar com o PAIGC por intermédio de Senghor acabou, assim, por encurtar a vigência do regime ao quebrar o elo essencial de confiança na relação entre o poder político e as Forças Armadas (Guerra 1996, pp. 37-39; Oliveira 2004, p.

320). Derrotada a sua estratégia para negociar a paz, Spínola intensificou o esforço de guerra, procurando reconquistar pela força as posições perdidas no sul da Guiné. Todavia, como o PAIGC tinha guerrilheiros treinados pela URSS e capazes de manobrar os mísseis de terra-ar cedidos por Moscovo, a partir de Março de 1973 conseguia anular a supremacia aérea das tropas portuguesas e a sua capacidade ofensiva. Esta inversão na superioridade militar contribuiria para a queda do regime em Lisboa, pois o que acontecia na Guiné confirmou a muitos oficiais que aquele era o momento para avançar com um golpe de Estado (Guerra 1996, p. 40).

Nas restantes colónias, o contacto dos soldados com as realidades locais transformou-se, para citar Vasco Gonçalves, na «escola da vida e na escola da guerra», consciencializando-os para o que Salgueiro Maia, um dos capitães de Abril, designou por «fraude» cuidadosamente alimentada pela propaganda¹⁵⁵⁷ (*apud ibidem*, p. 31). E era neste contexto que as Forças Armadas eram chamadas a estabelecer o equilíbrio conveniente ao regime, missão que era cada vez mais difícil à medida que os jovens oficiais liam os livros publicados sobre a guerra do Vietname, em especial os de Jean Larteguy, e estabeleciam um paralelismo entre o que acontecia na Indochina e no Ultramar. Foi assim que, a partir de certa altura, relembra Salgueiro Maia, deixaram «de ter dúvidas sobre qual seria o fim da história» (*apud ibidem*, p. 32).

E o caso da Guiné era claríssimo: perdida a supremacia aérea, o destino da colónia ficava escrito. Abatidos os primeiros aviões em Março de 1973, Spínola regressava a Lisboa, logo em Agosto. Pela mesma altura, Francisco da Costa Gomes, Chefe do Estado-maior General das Forças Armadas, visitava Bissau e fazia uma avaliação muito grave da situação: o Exército estava à beira da derrota e não havia «salvação possível» (*ibidem*, p. 41).

Os ultras do regime, receando que o projecto de um Estado unitário descentralizado, tal como apresentado na Constituição de 1971 para promover o desenvolvimento das províncias ultramarinas e a progressiva responsabilização política das mesmas, resultasse na adopção de soluções antipatrióticas, organizaram o Congresso dos Combatentes, do qual deveria sair a Ala Combatente, antagónica à Ala Liberal, que reunia a oposição legal ao regime. Considerando que o sobredito Congresso viria endurecer a situação interna e, por conseguinte, dificultar a resolução do problema ultramarino, os oficiais mobilizados na Guiné, acobertados

¹⁵⁵⁷ Salgueiro Maia chegou a Moçambique em 1967, constatando *in loco* que existia uma «quase escravatura», com «castigos corporais perfeitamente abjectos» e «os negros a serem obrigados a trabalhar à coronhadas de Mauzer», e «todo um mundo de arbitrariedade», com o «comportamento da generalidade dos colonos do interior» a pautar-se pelo racismo, pela exploração e pela negação de tudo aquilo que a propaganda dizia (*apud* Guerra 1996, pp. 31 e 32).

pelo Governador-geral, António de Spínola, divulgavam um documento, subscrito por cerca de 400 oficiais do Quadro Permanente, onde declaravam não reconhecer idoneidade aos organizadores. O sucesso na contestação ao congresso e o apoio de Spínola incentivariam os mesmos oficiais a outras reacções de contestação, nomeadamente contra os decretos n.º 353/73 de 13 de Julho e n.º 409/73 de 20 de Agosto, com os quais o Governo abria o Quadro Permanente aos milicianos¹⁵⁵⁸. A 25 de Agosto, reuniam-se em Bissau para discutir se seria possível resolver a questão corporativa sem resolver a questão da guerra e se seria possível resolver a questão da guerra sem resolver a questão do regime.

Se a contestação ao Congresso e aos decretos sobre as promoções foram duas das causas próximas do Movimento dos Capitães, outras havia mais remotas, relacionadas com a ineficácia das Forças Armadas em deter os ímpetus descolonizadores e a relação conturbada criada entre os militares e o poder político, como explica o General Ramalho Eanes:

«Quando o poder político deixou cair o Estado da Índia por incapacidade política, e depois fez dos militares bodes expiatórios, a partir daí estabeleceu-se uma ruptura entre a instituição militar e o poder político, que nunca mais foi colmatada¹⁵⁵⁹. E quando as coisas se começaram a complicar na Guiné, ouvia-se com muita frequência dizer, entre os militares, que se chegássemos a uma situação de colapso o poder político faria outra vez a mesma coisa: lavava as mãos, à Pôncio Pilatos, e crucificava os militares. Nessa altura, os militares tinham da guerra revolucionária uma ideia muito clara: é que a guerra revolucionária não se vence militarmente. E como o poder recusava sistematicamente toda a solução política é evidente que se aproximava uma situação de desastre. A indisposição dos militares em relação ao poder foi-se assim acentuando, ao mesmo tempo que se acentuou a separação entre os militares que faziam a guerra, e que já iam, como eu, na quinta comissão, e os militares de alta patente que continuavam em Lisboa e que entravam no teatro política que o regime estabelecia. Tudo isto criou condições para que uma parte da instituição militar não aceitasse determinadas medidas e reagisse» (*apud ibidem*, pp. 43-44).

No final de 1973, com a derrota militar na Guiné a perfilar-se no horizonte, alguns generais começaram também a conspirar contra o regime, procurando acompanhar o Movimento dos Capitães. Ao mesmo tempo, devido à questão colonial e ao que considerava ser os excessos da guerra, as relações entre Lisboa e o Vaticano deterioravam-se como nunca

¹⁵⁵⁸ Vide p. 295, nota 1230.

¹⁵⁵⁹ Em meados de Dezembro de 1961, Portugal perdia a sua parte da Índia em 36 horas, com a invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana. A derrota foi total e os militares sentiram-se complexados, principalmente porque o General Botelho Moniz tinha defendido em Abril uma solução política para o problema colonial.

até ali (a imprensa internacional divulgava, em meados de 1973, os massacres de Wiriyamu, ocorridos em Dezembro de 1972, em Moçambique), e o regime perdia o seu grande pilar¹⁵⁶⁰.

Contestado por diversos quadrantes, o problema da guerra no Ultramar condicionava a maioria dos actos governativos, o que promovia uma maior predisposição para soluções de mudança. Em Fevereiro de 1974, Spínola publicava o livro *Portugal e o futuro*, aqui apresentando uma visão evolutiva da política ultramarina ao proclamar que as guerras coloniais não poderiam ser resolvidas dentro de uma lógica militar global, mas apenas segundo uma abordagem política do problema. Com o livro, e numa situação de equilíbrio de forças, Spínola pretendia criar condições que não só permitissem ao Governo de Caetano resolver a questão através da diplomacia e na base de uma solução federativa, mas também que reforçassem a posição do Presidente do Conselho junto das forças mais conservadoras (*ibidem*, p. 51). Todavia, os esforços de Spínola, incluindo através de diligências junto do Presidente do Conselho, acabaram, nas palavras do próprio General, «por não ter consequência na procura de uma solução positiva» (*apud ibidem*). A 14 de Março de 1974, Spínola era exonerado do cargo de Vice-chefe do Estado-Maior-general das Forças Armadas por não ter comparecido, em gesto de protesto, a uma reunião de comandos militares com o Governo. Para o General, Caetano, em vez de aproveitar a oportunidade que se criara a seu favor, optava por fomentar o «sentimento de revolta nas Forças Armadas» (*apud ibidem*, p. 52). Estas tinham dado treze anos ao poder político de Lisboa para que criasse as condições para a feitura da paz, mas na recta final o regime contentava-se com a derrota militar e diplomática na Guiné-Bissau e em manter operações de anti-guerrilha em Angola e Moçambique, negando-se a abrir negociações com os movimentos de libertação. Para os militares não restava outra solução senão o golpe de Estado.

2.2 – A dissensão quanto ao rumo da descolonização

Feito o golpe de Estado, a resolução da questão ultramarina ganhou uma centralidade quase absoluta ao nível dos assuntos de Estado, interferindo na evolução dos acontecimentos do ponto de vista político e ideológico. Como descolonizar? Federando? Autonomizando? Cedendo a independência? E quando? Referendar-se-ia? As respostas não eram consensuais, diferenciando-se dois núcleos em permanente tensão até ao final de Setembro de 1974.

¹⁵⁶⁰ Sobre a posição do Vaticano quanto à política colonial *vide* ponto 4.3, pp. 243-245.

Embora ambos procurassem uma solução política para as guerras coloniais, as diferenças surgiam ao nível da estratégia para a alcançar. Um, reunido em torno do General Spínola, pretendia concretizar uma solução política assente na continuidade da influência política de Portugal. Para o efeito, transformar-se-ia o Ultramar numa federação, no âmbito da qual as Províncias Ultramarinas disporiam de uma maior autonomia jurídica e jurisdicional, sendo governadas pelas elites locais, devidamente preparadas. O outro núcleo, representado pelo MFA, pelo menos pela sua ala menos conservadora, assumia como inevitável a ruptura dos laços jurídicos entre Portugal e o Ultramar, restando apenas abrir negociações com os movimentos que fizeram a luta armada, enquanto representantes dos respectivos povos, em vista da concessão imediata e plena da independência (Moita 1985, p. 504).

Até à segunda metade de Julho de 1974, o General Spínola conseguiu impor uma abordagem moderada à questão colonial, isto é, conseguiu evitar que o Estado português reconhecesse oficialmente o direito dos povos do Ultramar à independência. Spínola detinha um grande prestígio pela sua postura crítica em relação ao regime caído e os militares do MFA reconheciam ser necessário obrar um consenso mínimo que permitisse o sucesso do golpe de Estado, flexibilizando as suas ideias descolonizadoras. Este consenso, tal como aparecia na versão final do Programa do MFA, centrava-se no reconhecimento de que o cessar-fogo, enquanto factor do interesse superior da nação, seria o objectivo imediato a concretizar, o que só seria possível através da descolonização. Eis porque, segundo o Programa, a nova política ultramarina orientar-se-ia segundo o reconhecimento de que a solução das guerras coloniais era política e não militar. Todavia, as discussões foram árduas entre Spínola e os oficiais do MFA, com aquele a conseguir suprimir da versão original a referência ao direito das colónias à autodeterminação e à independência (Ferreira 1994, p. 55).

A vaguidade dos princípios enunciados no Programa do MFA, para além de demonstrar quão difícil seria acertar posições, permitiria que vigorasse uma grande ambiguidade em relação ao processo descolonizador até ao final do mandato do I Governo Provisório. Recordemos que Spínola utilizou o poder institucional de que dispunha, enquanto Presidente da JSN, para interferir na sua formação, para o qual nomeou Álvaro Cunhal (do PCP) e Salgado Zenha (do PS), elementos que não constavam da lista de preferências da Assembleia Coordenadora do MFA (Guerra 1996, pp. 58-59). Para Spínola, falhada a «tentativa de cooptar os principais homens políticos da oposição democrática enquanto meras individualidades», a estratégia consistia em «introduzir uma maior complexidade no Executivo» (Ferreira 1994, p. 47), supondo que assim conseguiria reforçar a sua influência num quadro de grande dispersão de poderes e de perspectivas de actuação em relação ao

Ultramar. Foi também com este objectivo que entregou a liderança do I Governo Provisório a Adelino da Palma Carlos, cuja posição quanto à questão colonial era muito próxima às do General, nomeadamente ao nível das teses federalistas¹⁵⁶¹ (Correia 1991, pp. 59-60).

A influência do Presidente sobre o I Governo Provisório fez-se sentir também no respectivo Programa, elaborado a seu pedido. O ponto referente à descolonização foi redigido por José da Veiga Simão e articulava o projecto spinolista para o Ultramar com o Programa do MFA. O Governo Provisório, devido ao seu carácter transitório, não poderia proceder a grandes reformas de fundo, embora pudesse adoptar medidas pacificadoras. Desta forma, competia-lhe analisar as relações políticas, administrativas e económicas entre Portugal e o Ultramar de modo a promover entre as populações do Ultramar um debate livre e objectivo que permitisse decidir o seu futuro em relação aos laços a criar com Portugal. Tanto Veiga Simão como Spínola pretendiam descolonizar – citando o primeiro – «com tempo e sem traumas para as populações portuguesas que viviam no Ultramar» e tendo em conta um princípio muito claro: «Independência dos povos africanos, sim; independência com Portugal e não contra Portugal» (*apud* Guerra 1996, p. 74).

Vejamos com mais detalhe em que consistiam as teses federalistas de António de Spínola. Como explicava no livro *Portugal e o futuro* (1974), nem o Ultramar poderia ser pura e simplesmente abandonado, nem Portugal poderia visar a «construção de uma sociedade multirracial caracterizada apenas pelo convívio platónico das raças» (*apud* Silva 1997, p. 170). Assim sendo, a solução do problema ultramarino, ou a «tese equilibrada», residiria na criação «de uma vasta Comunidade Lusíada sobre a autonomia progressiva de todas as parcelas» (*apud ibidem*). O precedente implicava que se reconhecesse não só o direito dos povos ultramarinos à autodeterminação, mas este também como ponto de partida para uma posterior autonomia progressiva, proporcional ao desenvolvimento das instituições políticas locais. Para Spínola, a autodeterminação consistia na liberdade que os povos detinham para, através de instituições próprias, democraticamente constituídas, «afirmarem a sua expressão no contexto internacional, decidirem os fins comuns a alcançar e as acções a serem empreendidas para os atingir, e exercerem a soberania na ordem interna sem outras limitações nem delegações senão as que por eles próprios forem decididas» (*apud ibidem*, p. 171). Aplicando este princípio à Comunidade Lusíada, esta ganhava um carácter marcadamente

¹⁵⁶¹ Spínola revela no livro *Portugal sem Rumo* (1978) que tinha escolhido primeiramente João Pedro Miller Guerra, todavia, este, «ao impor como condição a entrega imediata do Ultramar, obviamente afastou qualquer hipótese do seu aproveitamento» (*apud* Correia 1991, p. 59).

federativo, onde os poderes estavam descentralizados e os governos locais individualizados dentro da sua «pluriformidade orgânica» (*apud ibidem*).

A 11 de Junho de 1974, na cerimónia de tomada de posse dos novos Governadores-gerais de Angola e de Moçambique, Spínola defendia que as populações deveriam ter o direito de definir através de um referendo os aspectos jurídicos sobre os quais assentariam as novas relações entre Portugal e as províncias do Ultramar. Neste sentido, se as autoridades portuguesas decidissem aceitar a independência imediata sem previamente efectuarem uma consulta popular, como pretendiam os movimentos de libertação, estariam a perpetrar «a mais gritante negação dos ideais democráticos universalmente aceites e nos quais se inspirou o Movimento das Forças Armadas» (*apud ibidem*, pp. 207-208). Para Spínola, não existia «autodeterminação sem democracia» e esta, por sua vez, não existia «quando as decisões políticas eram tomadas a coberto de pretensas e especiosas distorções da legitimidade representativa», pelo que não seria possível também dissociar autodeterminação de democracia e de independência política, uma vez que, «na sua essência, um povo independente é aquele que, democrática e autodeterminadamente, escolheu e votou leis por que deseja reger-se» (*apud ibidem*, p. 208). E sublinhava que ainda não existiam instituições democráticas em funcionamento nos territórios ultramarinos, «estando por isso as suas gentes ainda privadas de formas eficazes de expressão e participação» (*apud ibidem*). Obedecendo as negociações com os movimentos de libertação a todos estes princípios, o cessar-fogo corresponderia, do lado português, «ao reconhecimento do ideário daqueles movimentos e às formais garantias de início de um processo de descolonização a desenvolver por fases» (*apud ibidem*, p. 209).

No essencial, esta orientação não visava uma ruptura abrupta com a política ultramarina em vigor, mas a sua reforma segundo princípios muito específicos. Por exemplo, na sua ideia, a federação acabava por surgir como uma associação ou união de Estados federados que reconheciam voluntariamente a Portugal, enquanto Estado federal, um poder soberano, o qual, por sua vez, se comprometia a exercê-lo de forma equilibrada para acolher o exercício das competências governativas e jurídicas àqueles reservados. E aqui entrava o conceito de autodeterminação, dado que os povos ultramarinos poderiam escolher as suas próprias instituições legais e políticas e os respectivos representantes e governantes sem a interferência de Lisboa. Ora, ainda que este acto fosse realizado de forma independente, porque não seria controlado pelo governo federal, não implicava necessariamente a independência dos mesmos. Neste sentido, enfatizava-se – e indo de encontro ao enunciado no n.º 2 do artigo 1º e no artigo 55º da Carta das Nações Unidas, segundo os quais todos os povos têm direito a

disporem de si próprios – que os povos ultramarinos poderiam escolher livremente as suas instituições políticas e prosseguir livremente no sentido do seu desenvolvimento económico, social e cultural. E, tal como definia a «Declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais», aprovada pela Assembleia-geral da ONU, a 14 de Dezembro de 1960, as populações deveriam ser consultadas para definirem a opção através da qual pretendiam que a descolonização ocorresse (Pereira 1992, col. 39). Como, para Spínola, a independência seria uma opção a equacionar a longo prazo, a sua preocupação centrava-se em garantir os elementos da continuidade, isto é, em promover a aceitação da opção pela integração livre das províncias na comunidade que teorizava. A metrópole manteria sempre o controlo sobre as «alavancas da transição», assegurando quer o essencial dos interesses económicos, quer a hegemonia da transferência do poder político pelas suas ligações às novas classes dirigentes (Moita 1985, p. 504). A sua estratégia tinha, portanto, passos bem claros a seguir: obter o cessar-fogo, desarmar as guerrilhas e atraí-las para uma luta política legal com os outros partidos, entretanto artificialmente formados, e, finalmente, avançar com processos eleitorais ou referendários com vista a uma eventual solução federalista (*ibidem*).

Spínola não conseguia fazer aceitar o seu projecto de descolonização. Os movimentos de libertação não aceitavam a via do referendo e, perante a hesitação de Lisboa, os respectivos líderes, fazendo valer as alianças estratégicas que remontavam à Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), acordavam entre si que recusariam soluções parcelares enquanto o Governo português não reconhecesse o direito à independência de todos os territórios ultramarinos. Esta coesão reforçava a sua força negocial, conseguindo explorar as hesitações do Governo português quando este temia possíveis golpes de Estado em Portugal e declarações unilaterais de independência «branca» em Moçambique e em Angola (Silva 1997, p. 174). Segundo Mário Soares (2001, p. 73), Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 16 de Maio de 1974 e 26 de Março de 1975, havia ainda um outro factor que fortalecia a estratégia negocial dos movimentos de libertação e que tornava as negociações «bem difíceis» para o Governo de Lisboa: os interlocutores africanos estavam perfeitamente informados sobre o que se passava em Portugal. A confirmação do anterior seria dada por Joaquim Chiassano vinte e cinco anos depois de ter conduzido as negociações em nome da FRELIMO e quando já era Presidente de Moçambique:

«Lembra-se quando vocês nos diziam que queriam negociar um cessar-fogo como primeiro passo para chegar à paz e pretendiam que negociássemos de imediato o cessar-fogo? A verdade é que tínhamos contactos com militares portugueses, membros das Forças Armadas, elementos do MFA, que nos davam

informações detalhadas daquilo que se ia passar, daquilo que vocês nos iam propor e que, inclusivamente, nos aconselhavam a resistir sobre este ou aquele ponto concreto, porque vocês não tinham força política para nos imporem o que pretendiam» (*apud ibidem*, pp. 73-74).

De facto, as forças políticas portuguesas, incluindo as do I Governo Provisório, não estavam em larga sintonia com as teses spinolistas. E, mais importante, a Comissão Coordenadora do MFA, «verdadeiro centro do poder em Portugal, após o 25 de Abril» (Oliveira 1996, p. 81), não estava de pleno acordo com um projecto que patenteava profundos laivos de neocolonialismo e que protelava a hipótese do reconhecimento da independência para um futuro distante. Importante ainda a «dinâmica revolucionária interna» que integrou a descolonização no «processo histórico de liquidação» do regime deposto e de construção do novo Estado democrático (Silva 1997, p. 172). Neste contexto, a oposição da sociedade civil à continuação das guerras coloniais foi fundamental, pois alterou a correlação de forças no interior do MFA, levando a Comissão Coordenadora a perceber que não precisaria de obter a legitimação dos seus projectos reformistas através do beneplácito político dos generais da JSN. Neste sentido, as massas, ao pressionarem para a feitura da paz, o que, perante a intransigência dos movimentos de libertação, seria apenas possível com a concessão da independência, levaria a um acelerar da superação da solução federalista defendida por Spínola. Na equação, tinham ainda lugar os partidos políticos, empenhados em mobilizar politicamente a espontaneidade das pressões das massas no sentido da obtenção do cessar-fogo e da resolução da questão colonial, sem os quais Portugal não poderia transitar para uma situação de normalização democrática¹⁵⁶².

Se o MFA assumia a ruptura como inevitável, por motivações ideológicas ligadas à recusa de fórmulas neocoloniais e à salvaguarda da democracia na metrópole, fazia-o também com o realismo produzido pela percepção mais acurada da correlação de forças no terreno, tendo uma noção muito clara sobre o que os movimentos de libertação pretendiam. No primeiro caso, os militares consideravam que o prosseguimento da política colonialista

¹⁵⁶² O PS defendia o fim das guerras com um cessar-fogo imediato e a abertura de negociações com os movimentos de libertação das restantes colónias para a concessão da autodeterminação e da independência. O PCP situava-se na mesma linha, tal como o Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral. Todos eles tinham definido estas posições antes da queda do regime de Marcello Caetano. As formações da esquerda marxista-leninista (como o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) e a Liga Comunista Revolucionária) defendiam os mesmos princípios, embora adoptassem acções mais radicais contra a continuação da guerra (o MRPP, por exemplo, a 5 de Maio de 1974, impediu que um batalhão de tropas pára-quedistas partisse para o Ultramar). O CDS, a SEDES, o Movimento Popular Monárquico e o Partido Popular Democrático, futuro PSD, defendiam o reconhecimento do direito dos povos do Ultramar à autodeterminação, com todas as suas consequências. Já o Partido da Democracia-cristã, de influência reduzida na sociedade portuguesa, subscrevia a proposta federativa de Spínola (Correia 1991, pp. 58-59; Oliveira 1996, pp. 78-79).

através da solução federativa implicava a existência de um poder fortemente autoritário em Lisboa e com força bélica e policial suficiente para impô-la. Automaticamente, as liberdades democráticas ficariam restringidas, anulando todo o esforço democratizador iniciado com o 25 de Abril. A fim de evitá-lo, o MFA estabeleceu uma estreita ligação entre a descolonização e a democratização e, percebendo que o cessar-fogo só seria alcançável se o Governo português aceitasse transferir a soberania para os movimentos de libertação, defendia que a verdadeira aposta de Portugal em relação ao Ultramar residia na promoção de um relacionamento entre Estados independentes, devendo as autoridades portuguesas empenhar-se em salvaguardar os elementos fundacionais das futuras relações de amizade e de cooperação (Moita 1985, pp. 504-505).

Uma vez que tinham do seu lado a maioria da população e dos partidos políticos, para não falar da abertura imediata dos movimentos de libertação em aceitar o cessar-fogo quando reconhecido o direito à independência total e imediata, os militares viam alargar-se o alcance da sua capacidade reaccionária, superando o prévio compromisso sancionado no Programa do MFA. No Ultramar, os soldados recusavam «arriscar-se a morrer com o último tiro de uma guerra que fechara para balanço e tomaram posições de força para apressar a descolonização» (Guerra 1996, p. 61). Para Almeida Santos, que na altura era Ministro da Coordenação Interterritorial¹⁵⁶³, foi quando as tropas começaram a patentear sinais de radicalização e de indisciplina que a condução política do processo de descolonização entrou numa fase delicada, com os elementos da esquerda do MFA a fazerem exigências diversas, às quais juntaram pressões e ultimatoss. Citando-o:

«Criou-se uma situação que, no terreno, se traduziu em pressões e exigências de vária ordem, plenários, indisciplina e até ultimatoss. Isto não foi revelado durante muitos anos. Eu próprio silencieei, sobretudo isso, na medida em que era necessário salvaguardar o prestígio das instituições e a serenidade política que se impunha. Mas, a partir de certa altura, a verdade histórica tem de vir à tona. E, pelo menos em Moçambique e em Cabo Verde, houve ultimatoss... [...] Ultimatoss das Forças Armadas. Não vale a pena falar em nomes. [...] Mas ultimatoss deste género: «Ou vocês entregam aí o poder ou nós entregamo-lo aqui». [...] Eram, evidentemente, de um modo geral, elementos da esquerda do MFA, como é evidente, que eram os elementos mais activos, mais responsáveis e que estavam nos lugares de comando e de chefia» (*apud ibidem*, pp. 62-63).

¹⁵⁶³ O Ministro da Coordenação Interterritorial era responsável pela administração transitória dos territórios ultramarinos.

Alguns factos elucidativos das pressões exercidas neste contexto: a 1 de Junho de 1974, na Guiné-Bissau, uma assembleia de 800 militares do MFA aprovava uma moção onde exigia que o Governo reconhecesse, «imediatamente e sem equívocos», a República da Guiné-Bissau e o direito à autodeterminação e à independência de Cabo Verde; a 22 de Junho, em Moçambique, a organização local do MFA dava até ao final do mês para que a FRELIMO fosse reconhecida como o único interlocutor nas negociações com vista à independência¹⁵⁶⁴; a 18 de Setembro, em Angola, 500 oficiais do MFA, igualmente reunidos em Assembleia, exigiam que a descolonização fosse negociada de imediato com a UNITA, a FNLA e o MPLA (*ibidem*, p. 62).

A grande clivagem entre Spínola e o MFA jamais seria ultrapassada a partir da reunião da Manutenção Militar, convocada pelo próprio General para 13 de Junho. Seria o primeiro grande confronto entre ele e a Comissão Coordenadora, provocando uma significativa alteração da relação de forças, com o MFA a tornar-se num elemento político determinante. Daí em diante, Spínola não conseguiria convencer «nem as Forças Armadas nem o país de que o esforço militar desenvolvido durante a ditadura deveria ter consequência na política africana portuguesa» ou a tirar «do esforço militar prévio algumas consequências políticas para a descolonização, nomeadamente nos casos da Guiné e de Angola» (Ferreira 1994, p. 49).

O I Governo Provisório, liderado por Palma Carlos, também não conseguia impor-se numa situação interna complexa que tinha na questão colonial o problema mais urgente a resolver. Cairia a 9 de Julho de 1974, na sequência da rejeição da proposta do Primeiro-ministro para a revisão do Programa do MFA. A 5 de Julho, Palma Carlos entregava um documento ao Presidente da República onde defendia que o único caminho admissível para resolver a questão colonial seria estabelecer a paz e a autodeterminação política dos povos ultramarinos (Silva 1997, p. 234). Como as negociações com os movimentos de libertação teriam de prosseguir e as eleições para a Assembleia Constituinte realizadas, tal como previsto no Programa do MFA, Palma Carlos alertava para alguns aspectos que deveriam ser tidos em conta, nomeadamente, se a referida Assembleia Constitucional seria apenas uma representação da metrópole ou da metrópole e dos territórios ultramarinos (*ibidem*). Se a desvinculação dos mesmos ocorresse a que título estariam ali representados? Se o Governo português ainda não tinha acedido a conceder-lhes a independência, como poderia ser possível

¹⁵⁶⁴ Ultrapassado o prazo, a Força Aérea não reabasteceria as tropas estacionadas em Moçambique.

excluí-los? Neste contexto, Palma Carlos defendia ser necessário obter, em primeiro que tudo, o cessar-fogo:

«Não existissem as guerras e poderia ser ensaiado um esquema de autodeterminação semelhante ao praticado pela França aquando da aprovação da Constituição de 1958 [...]. A Constituição, feita com a participação dos representantes de todos os territórios portugueses – segundo o princípio do sufrágio universal (one man, one vote) e da correspondência entre o número de habitantes e o de deputados – seria submetida a referendo em cada um deles, entendendo-se que aqueles que a aprovassem continuariam ligados a Portugal e aquela que a rejeitassem adquiririam automaticamente a independência. As guerras vindas de há mais de dez anos e as próprias negociações com os movimentos emancipalistas tornam, contudo, evidentemente inviável este esquema» (*apud ibidem*).

Caído Palma Carlos, os militares ganhavam uma presença cada vez maior nos sectores do aparelho estatal e nas instâncias de Poder existentes no Ultramar, com a ala radical, que apoiava a independência das colónias, a obter um largo ascendente sobre a ala moderada.

A 18 de Julho de 1974, o II Governo Provisório entrava em funções, sendo liderado pelo Coronel Vasco Gonçalves. No discurso de tomada de posse, o novo Primeiro-ministro comprometia-se com «um processo justo de descolonização, sem ambiguidades, que não conduza ao neocolonialismo» (*apud Correia 1991, p. 66*). Uma semana depois, consagrava juridicamente a orientação que preconizava a independência imediata e incondicional das Províncias Ultramarinas com a aprovação da Lei n.º 7/74 de 26 de Julho. Foi com ela que o Estado português operou o enquadramento legal da descolonização, através da qual reconhecia o direito dos povos ultramarinos à independência e iniciava o processo de transferência da soberania para os poderes instituídos nas futuras ex-colónias (Silva 1997, pp. 172-173). Spínola sabia que o seu projecto a custo seria exequível. No discurso de tomada de posse do II Governo Provisório, e na linha dos discursos anteriores, o Presidente evitou referir-se à descolonização, preferindo centrar-se na defesa da concretização do Programa do MFA e criticar quem pensasse que a Revolução se fizera para que «o poder passasse de um extremo a outro à custa do Povo Português» (*apud ibidem, pp. 235-236*). Já no discurso relativo à promulgação da lei de 26 de Julho, proferido no dia seguinte, o Presidente defendia ser necessário «acelerar o início do processo formal de descolonização, embora sem prejuízo do seu natural processamento no plano prático das nossas responsabilidades de apoio técnico, económico, financeiro e cultural» (*apud ibidem, pp. 239-240*). Para concretizar esse objectivo, Spínola afirmava ter chegado a hora de reiterar «o reconhecimento do direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses à autodeterminação, incluindo o reconhecimento do seu

direito à independência» (*apud ibidem*, p. 240). Este foi, sem dúvida, um discurso importante na medida em que constituía «a mais acentuada evolução de Spínola em face do problema colonial, com a aceitação de uma situação *de facto* que então se vivia» (Correia 1991, p. 66).

A Guiné-Bissau seria o primeiro país africano de expressão portuguesa a tornar-se independente, com o Acordo de Argel, assinado entre Portugal e o PAIGC, a 26 de Agosto de 1974. Spínola também homologou o acordo de Lusaca, de 7 de Setembro de 1974, que iniciou o processo de acesso à independência de Moçambique (Ferreira 1994, p. 50). Nessa altura, Spínola ainda pretendia tomar sob a sua responsabilidade directa a descolonização de Angola, conduzindo pessoalmente as negociações com os movimentos de libertação locais. Contudo, a evolução dos acontecimentos até ao 28 de Setembro e a sua insistência em supervisionar a descolonização desta província levariam à sua demissão. Vejamos o que diz Spínola sobre os seus objectivos e aspirações:

«Assumi a Presidência da JSN e da República com a intenção de transmitir à nação os ideais democráticos que o Programa do I Governo Provisório traduziu fielmente. As contradições entre os defensores de uma linha democrática e os que pretendiam colocar Portugal na órbita comunista agravaram-se dia-a-dia. A aceleração do processo de descolonização favorecia a entrega dos territórios africanos ao mundo comunista. Assim se explicam os ultimatos, as traições, a cobardia de tantos que traíram a minha confiança por obediência a ideologias antagónicas do interesse nacional. E essa cegueira atingiu tal dimensão que não se importaram de sacrificar centenas de milhares de portugueses, expulsos das terras que eram suas e às quais deram o melhor do seu esforço e saber ao longo de algumas gerações.

Abandonei a Presidência da República amargurado porque senti não ser possível conjugar os ideais da democracia com a constituição da Comunidade Lusíada com que sonhara. Ao assistir às tragédias que enlutam Angola, Moçambique e Timor, sinto que, infelizmente, eu tinha razão» (*apud* Guerra 1996, p. 70).

Escreve o investigador Luís Moita (1985, p. 506) que «naqueles anos de 1974-1975, o reconhecimento da independência das colónias portuguesas aparecia como historicamente necessário, eticamente imperioso, obrigatório à luz do direito da comunidade internacional, militarmente aconselhável [e] conjunturalmente inadiável». E assim era porque a ansiedade da comunidade internacional era evidente a partir da indefinição demonstrada pelo I Governo Provisório, desdobrando-se em pressões mais ou menos directas ao nível da ONU e por parte dos países europeus, africanos e latino-americanos para que Portugal reconhecesse e aplicasse os princípios e as resoluções da Nações Unidas referentes à autodeterminação e independência dos povos coloniais (Silva 1997, p. 174). Houve também vários intérpretes

estrangeiros cujo papel foi mais decisivo do que o dos protagonistas portugueses e africanos, como confirma o então Ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos:

«Por detrás de cada movimento de libertação estava uma potência estrangeira, com os seus interesses próprios, no quadro multipolar dessa época. Por detrás do MPLA e do PAIGC estava a União Soviética; por detrás do Holden estavam os Estados Unidos; por detrás da UNITA estavam também os Estados Unidos e, de algum modo, a África do Sul. Portanto, naquele tabuleiro que eram as nossas ex-colónias, por último já não lutavam portugueses, já não comandavam portugueses. Quem comandava as operações era quem negociava e traficava interesses, eram grandes potências internacionais que se serviam daquele tabuleiro para lutarem entre si por hegemonias. Era um tabuleiro onde as forças internacionais jogavam o seu joguinho de xadrez, esquecidas de que estava a morrer gente e de que havia seres humanos a serem jogados naquele jogo. Em vez de pedras, eram pessoas.

Isso mesmo também teve certa influência no processo político metropolitano. Também aqui houve um movimento no sentido de criar uma psicose de guerra para a descolonização e, também aqui, houve quem puxasse para a órbita soviética, para a órbita americana. Houve de tudo um pouco nessa época» (*apud* Guerra 1996, p. 68).

Mário Soares recorda também que, no início, os interlocutores africanos encaravam os responsáveis políticos portugueses «com um misto de paternalismo e desdém», pois consideravam que Portugal não conseguiria consolidar a democracia e requerer a Bruxelas a adesão à CEE, colocando-se numa situação de grande debilidade. Citamos o antigo Ministro dos Estrangeiros:

«Por um lado, achavam, que, sem as colónias africanas, agora países independentes, Portugal tão pequenino não teria qualquer viabilidade. No fundo, sem o confessar, tinham interiorizado a tese favorita de Franco Nogueira, quando considerava que “Portugal, sem colónias, tornar-se-ia uma província de Espanha”. Por outro lado, encaravam a evolução da situação política em Portugal como um processo atrabiliário (sobre isso dispunham de informações concretas) e pensavam que os movimentos de libertação africanos viriam a ser, inevitavelmente, o modelo ideológico do MFA, ele próprio com tendência para se transformar em «movimento de libertação». E a verdade é que alguns elementos das nossas Forças Armadas também assim pensavam, pretendendo que o MFA se tornasse numa espécie de movimento de libertação, com tutela sobre os partidos políticos» (Soares 2001, pp. 74-75).

Todos estes factores determinaram a sequência, as formas e o calendário da descolonização, com o Governo português a concluir os acordos para a independência com todas as colónias africanas até 15 de Janeiro de 1975. A 26 de Agosto de 1974, o PAIGC e o Estado português assinavam, em Argel, o acordo que reconhecia a Guiné-Bissau como Estado

independente. A 7 de Setembro, em Lusaca, o acordo era assinado com a FRELIMO, com Moçambique a tornar-se num Estado independente a 25 de Junho de 1975. Seguiu-se, a 19 de Dezembro, o acordo para a independência de Cabo Verde, assinado pelo PAIGC e pelo Governo português, ficando a mesma agendada para 5 de Julho de 1975. Por fim, a 15 de Janeiro de 1975, a República Portuguesa, a FNLA, o MPLA e a UNITA subscreviam o acordo do Alvor, ficando a independência de Angola agendada para 11 de Novembro de 1975. Apenas no caso da Guiné-Bissau se procedeu ao reconhecimento de um Estado independente, com os restantes acordos a assentarem num padrão geral comum: marcação da data da independência e definição do quadro institucional para o período de transição até à transferência oficial da soberania.

2.3 – A Itália e o reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau

Devido à situação delicada que Portugal enfrentava na Guiné-Bissau, era ali onde, parafraseando Mário Soares, seria «necessário dar o primeiro sinal» (*apud* Guerra 1996, p. 134). A guerra estava militarmente perdida e a independência tinha sido declarada unilateralmente pelo PAIGC em Setembro de 1973, chegando a ser reconhecida por cerca de setenta países. A Itália não foi um deles, o que valeu ao Governo italiano a acusação de ser conivente com o regime colonialista de Lisboa¹⁵⁶⁵. Caída a ditadura e feitos votos para que este acontecimento pusesse fim às guerras coloniais e trouxesse a independência dos territórios ultramarinos, o Governo italiano, por solidariedade à jovem democracia e com a prudência necessária para não intervir num assunto considerado interno e muito delicado, apenas reconheceu o Estado guineense quando os governantes de Lisboa, depois de terem acordado os princípios da descolonização da Guiné-Bissau com os líderes do PAIGC, apelaram aos países aliados e amigos para que procedessem no mesmo sentido (Istituto Affari Internazionali 1975, p. 58).

Os primeiros passos para resolver a questão da Guiné-Bissau foram dados no início de Maio de 1974, quando o General António de Spínola, Presidente da JSN, enviou o Coronel Carlos Soares Fabião a Paris para se encontrar com o Presidente do Senegal, Leopold Senghor, e solicitar-lhe que interviesse junto do PAIGC a favor de Portugal para a obtenção de um acordo que pusesse fim à guerra naquela província ultramarina (Guerra 1996, pp. 85-

¹⁵⁶⁵ Vide ponto 4.3, pp. 245-246.

86). Fabião regressava com uma recomendação de Senghor: Portugal teria de reconhecer imediatamente a independência guineense, mesmo se à custa dos planos descolonizadores traçados por Spínola (*ibidem*, p. 86).

Recuemos um pouco nos acontecimentos. Quando rebentou o golpe de Estado em Lisboa, a reacção do PAIGC foi dupla: se, por um lado, endossou saudações ao povo português, por outro lado, asseverava que as declarações de Spínola ofereciam apenas a alternativa do prosseguimento da luta armada. Num comunicado datado de 6 de Maio, o Comité Executivo de Luta do PAIGC insistia no facto de que as negociações com o novo Governo português teriam necessariamente de culminar no reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à autodeterminação e à independência para os povos guineense e cabo-verdiano, exigência que alargava aos restantes territórios da África Portuguesa (Woollacott 1983, p. 1145; Guerra 1996, pp. 82-83). Ainda no mesmo comunicado, exigia a cessação de todas as operações militares e o reagrupamento das tropas portuguesas, designadas por forças de ocupação, nos respectivos postos de comando como condições prévias para o início das conversações (Woollacott 1983, p. 1145).

Acontecia então a intervenção de Senghor e, a 10 de Maio, o PAIGC propunha a abertura de negociações com as autoridades portuguesas, mesmo sem cessar-fogo, tendo em vista a independência da Guiné-Bissau (*ibidem*). A 16 de Maio, poucas horas depois de ter tomado posse como Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório, Mário Soares partia para Dakar, no Senegal, a bordo do avião do Presidente Senghor, para se encontrar com Aristides Pereira, um dos líderes do PAIGC. Tratava-se de uma reunião organizada com o apoio do Presidente senegalês e, segundo o jornal italiano *Il Globo* (1974), Soares e Aristides Pereira eram conhecidos desde o tempo do exílio do líder dos socialistas em Paris. Do encontro resultou a marcação de uma nova reunião para 25 de Maio, em Londres, entre os representantes das duas partes (Silva 1997, pp. 184-188). Esta era a primeira fresta a abrir-se para a paz após 10 anos de «crudeli guerre coloniali» (*Il Globo* 1974), com o Governo italiano a ver «com apreço e admiração» os resultados até ali alcançados¹⁵⁶⁶.

Praticamente em simultâneo, Franco Salvi, Vice-presidente do *Istituto per le relazioni tra l'Italia e i Paesi dell'Africa America Latina e Medio Oriente* e um dos mais próximos colaboradores do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália, Aldo Moro, oferecia ao Conselheiro de Imprensa da Embaixada os «bons serviços» do grupo da Democracia-cristã, liderado pelo próprio Moro, para criar uma «mediação indirecta» entre o Governo português,

¹⁵⁶⁶ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 157 de 22 de Maio de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

os movimentos independentistas e os países africanos¹⁵⁶⁷. Disponibilizava-se ainda para ir a Lisboa preparar as bases sobre as quais tal colaboração seria discutida¹⁵⁶⁸. A oferta seria reiterada nos dias seguintes, com o Embaixador Armando Martins a relembrar ao Ministério dos Estrangeiros que aguardava com expectativa as instruções de Lisboa quanto ao que deveria fazer, nomeadamente se deveria também tocar no assunto e com que orientação¹⁵⁶⁹. A resposta que chegava era clara: agradecer «evitando adiantar sugestões»¹⁵⁷⁰. As conversações de Londres eram, nesta altura, o principal enfoque do Governo português, querendo proteger ao máximo as vias negociais abertas pelos principais líderes africanos.

A delegação portuguesa a Londres era constituída por Mário Soares e Jorge Campinos, socialistas de forte reputação anticolonialista, Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, e Almeida Bruno, próximo do Presidente António de Spínola e representante das Forças Armadas. As negociações foram interrompidas no final do primeiro dia perante a insistência da parte portuguesa em prosseguir a descolonização segundo os princípios anunciados pela JSN e pelo I Governo Provisório: alcançar um cessar-fogo, separar a questão de Cabo Verde daquela da Guiné-Bissau e preparar a realização de um referendo. Soares e Campinos regressavam a Lisboa para discutir com Spínola quais os próximos passos a dar, pois sabia-se que, se Portugal aceitasse princípios anunciados pelo PAIGC no comunicado de 6 de Maio, a mesma cedência teria de verificar-se em relação aos movimentos de libertação de Angola e de Moçambique. Ceder perante o PAIGC constituiria, na perspectiva dos negociadores portugueses, um precedente perigoso, pois tanto em Angola como em Moçambique estavam em jogo interesses económicos vitais e o futuro de consideráveis comunidades de colonos. Neste sentido, e tendo em conta a opinião generalizada nos meios moderados de que Portugal não poderia reconhecer imediatamente a independência da Guiné porque o Governo em funções tinha tido origem num golpe militar e não estava legitimado por um mandato popular, Spínola optava por não ceder perante a inflexibilidade do PAIGC. Soares regressava a Londres e as conversações reiniciavam-se a 30 de Maio, sendo novamente interrompidas no final do dia seguinte, sem qualquer acordo. No comunicado comum final, ambas as delegações apresentavam as sessões de Londres como uma ampla troca de pontos de vista, doravante a discutir com as entidades que representavam na

¹⁵⁶⁷ AHD/MNE, PEA M 27/1974, telegrama n.º 140 de 16 de Maio de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁷⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 154 de 22 de Maio de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

esperança de alcançar o cessar-fogo e uma solução pacífica do conflito (Silva 1997, pp. 189-199; Castaño 2012, pp. 68-70).

A retórica diplomática seria imediatamente suplantada por Luís Cabral aos microfones da Rádio Libertação, emissora do PAIGC, a 28 de Maio. Dizia ele:

«Se as propostas do Governo português não respeitam as conquistas do nosso povo, tanto no terreno como no plano internacional, se o novo Governo português não compreendeu o momento histórico que vivemos para assumir perante o nosso povo e perante a História, as suas próprias responsabilidades, então, nesse caso, estamos prontos a continuar o nosso combate com mais determinação, com mais coragem, porque já fizemos muito e estamos certos de chegar ao fim vitoriosamente» (*apud* Oliveira 1996, pp. 83-84).

Entretanto, os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Organização de Unidade Africana aprovavam uma resolução onde exortavam os movimentos de libertação da África Portuguesa a negociar com pulso forte e a não aceitarem o cessar-fogo sem que Portugal reconhecesse previamente o direito à autodeterminação e à independência (Silva 1996, pp. 203-204). Ao contrário das previsões de Mário Soares, àquela Organização não bastaria que Lisboa manifestasse abertura para negociar os diversos cessar-fogos para que agisse no sentido de moderar as exigências dos movimentos de libertação (Castaño 2012, p. 71).

Feitos novos contactos entre o Ministro dos Estrangeiros português e o Presidente do Senegal, em Paris, as negociações foram retomadas a 13 de Junho, em Argel. Senghor relembra assiduamente aos políticos portugueses, insistentes na realização de um referendo, que seria fundamental reconhecer imediatamente a independência da Guiné-Bissau, pois só assim seria possível por fim à guerra no território. Se Spínola permanecia irredutível quanto à realização da consulta popular, considerando-a como a única forma de garantir uma autodeterminação autêntica (*ibidem*), o PAIGC não admitia a realização de um acto cujos organizadores tinha feito a guerra, para além de já ter dotado a Guiné com uma Assembleia Nacional eleita e declarado a independência (Silva 1997, pp. 113-155). O encontro de Argel serviria, assim, para o PAIGC reforçar a sua postura, com Mário Soares, depois de ter defendido a realização de uma consulta de qualquer tipo, a deixar claro que dali em diante apenas defenderia o reconhecimento imediato da independência da Guiné-Bissau (Castaño 2012, 71).

No final de Junho, o observador do PAIGC na ONU informava o Secretário-geral, Kurt Waldheim, de que a Guiné-Bissau pretendia apresentar o pedido de adesão às Nações Unidas para ver definitivamente reconhecida a sua legitimidade jurídica enquanto Estado

independente e assim demarcar-se do processo de descolonização de Angola e de Moçambique. Waldheim reagia cautelosamente, procrastinando a discussão do assunto ao mesmo tempo que actuava para reforçar a acção de Mário Soares no sentido de promover o reconhecimento imediato da independência. E foi com este objectivo que visitou Lisboa, no início de Agosto, predispondo-se inclusive a criar as condições necessárias para que fosse Portugal a levar a Guiné-Bissau para as Nações Unidas. Também os EUA, em meados de Julho, declaravam a Soares que tomariam todas as providências para que o pedido de adesão apresentado pelo PAIGC ficasse suspenso até que Portugal reconhecesse a independência da antiga colónia e pudesse apadrinhá-la no seu caminho em direcção à ONU (*ibidem*, pp. 72-73).

Entretanto, os impasses criados pelos encontros de Londres e de Argel eram cada vez menos tolerados pelos militares estacionados em Bissau, especialmente devido à colaboração informal iniciada com a nomeação do Coronel Carlos Fabião para representante local do Governo e Comandante-chefe das Forças Armadas. A 1 de Julho, a Assembleia do MFA na Guiné, reunindo cerca de mil participantes, aprovava uma moção onde, depois de repudiar uma solução local unilateral que não fosse aceite pelo Governo de Lisboa, exigia que este reconhecesse imediatamente e sem equívocos a independência. Neste sentido, exigia que Lisboa retomasse as negociações com o PAIGC para acordar os mecanismos conducentes à transferência da soberania (Woollacott 1983, pp. 1147-1150).

Os acontecimentos escapavam completamente ao controlo do muito preocupado Spínola que, a todo o custo, procurava manter a disciplina e a hierarquia militar e evitar que o MFA avançasse com o intento de sanear os postos de comando e assumir o «papel de vanguarda dinamizadora» no contexto do processo de democratização (*ibidem*, p. 1150). Se «para Spínola a revolução tinha terminado, para o MFA, mal começara» (*ibidem*), como ficara bem visível na reunião da Manutenção Militar. A 9 de Julho, o Governo de confiança do General, liderado por Palma Carlos, caía depois de o Conselho de Estado, pressionado pela Comissão Coordenadora do MFA, ter chumbado a proposta do Primeiro-ministro para a convocação de eleições para a presidência, por ele consideradas necessárias pois sem um presidente legitimamente eleito não seria possível resolver a questão ultramarina, tal era a confusão quanto à competência dos vários órgãos do Estado e diminuta a autoridade do Governo. Spínola sofria uma importante derrota, tendo de aceitar não só Vasco Gonçalves na liderança do II Governo Provisório, empossado a 18 de Julho, mas também as medidas descolonizadoras do novo ministério, com a promulgação da Lei 7/74 a 26 de Julho, diploma através do qual, o Estado português reconhecia o direito dos povos ultramarinos à

autodeterminação e à independência. Aprovada a sobredita lei pelo Conselho de Estado, a 22 de Julho, mas ainda sem ter sido promulgada pelo Presidente da República, o MNE enviava ao Embaixador de Portugal em Roma o telegrama secreto n.º C-46-159. Nele constava o seguinte:

«Como é já conhecimento dessa Missão, a política de descolonização seguida por Portugal orienta-se pelo respeito ao princípio de autodeterminação preconizado pelas Nações Unidas. Portugal aceita todas as consequências dessa autodeterminação incluindo a independência. Esta política foi definida por S. Ex.^a Presidente República no seu discurso aquando posse governadores-gerais Angola e Moçambique. Recentemente, o Conselho Estado aprovou a lei Constitucional que, completando e esclarecendo o pensamento que presidiu ao Movimento Forças Armadas, reconhece o direito dos povos à autodeterminação com todas as suas consequências, incluindo o direito à independência. Dadas as condições muito diferentes que se verificam nos três territórios ultramarinos portugueses, entende-se que a referida autodeterminação revestirá também em cada caso características diversas»¹⁵⁷¹.

No mesmo telegrama, o MNE sublinhava que a especificidade do caso da Guiné – a representatividade do PAIGC, a declaração unilateral de independência e o reconhecimento da mesma por grande número de Estados soberanos – permitia que se considerasse estarem preenchidos os requisitos para a autodeterminação, pelo que a independência do território seria brevemente anunciada¹⁵⁷². Logo em seguida, o Governo português tomaria a iniciativa de propor a entrada do novo Estado da Guiné-Bissau nas Nações Unidas¹⁵⁷³. A comunicação ministerial terminava com a seguinte recomendação:

«Embora sem dar publicidade por enquanto ao que acima se refere, poderá V. Ex.^a tê-lo em consideração nas conversas que porventura tiver quanto a este assunto»¹⁵⁷⁴.

Em Roma, a preocupação do Governo italiano centrava-se no facto de os países da CEE não terem ainda reconhecido a República da Guiné-Bissau. A 3 de Agosto, Armando Martins informava Lisboa que, na opinião da Farnesina, dado Portugal estar na iminência de reconhecer o Estado guineense, seria conveniente que os Nove o fizessem rapidamente, considerando politicamente prejudicial para o futuro que os Governos da Comunidade

¹⁵⁷¹ AHD/MNE, telegramas expedidos, M78/1974, telegrama n.º C-46-159, secreto, de 23 de Julho de 1974, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹⁵⁷² *Ibidem.*

¹⁵⁷³ *Ibidem.*

¹⁵⁷⁴ *Ibidem.*

Europeia fossem «os últimos dos últimos» a reconhecê-la¹⁵⁷⁵. Não obstante ser esta a opinião do Governo italiano, a Itália manter-se-ia «naturalmente fiel aos compromissos do Grupo dos Nove», aguardando o desenvolvimento dos contactos que a França, na qualidade de Presidente de turno da CEE, mantinha com Lisboa a esse respeito¹⁵⁷⁶. Neste sentido, o Adjunto do Director-geral dos Negócios Políticos do MAE chamava a atenção do Embaixador para as vantagens que adviriam para Portugal se se conhecesse as datas acordadas entre Lisboa e os representantes da Guiné-Bissau relativas à cerimónia formal de independência¹⁵⁷⁷. Ou seja, como Portugal pretendia reconhecer a Guiné antes dos países ocidentais que não a tinham reconhecido e os Estados-membros da CEE não pretendiam ser os últimos a fazê-lo, a concertação permitiria eliminar escalonamentos em função da maior ou menor «solidariedade», os quais poderiam comprometer as relações futuras entre os actores europeus e Portugal e entre aqueles e a África após terem apoiado Lisboa e não terem reconhecido o Estado da Guiné-Bissau sem Portugal o ter feito ou estar em vias de fazê-lo.

A 4 de Agosto, no final da visita de Kurt Waldheim a Lisboa e no dia seguinte à Embaixada em Roma ter transmitido as informações *supra* ao MNE, Portugal anunciava novos avanços no sentido da descolonização. No comunicado Portugal/ONU, além de se reafirmarem os princípios da Lei 7/74, o Governo português declarava-se «pronto a reconhecer a República da Guiné-Bissau como Estado independente» e «disposto a celebrar imediatamente acordos [...] para a transferência imediata da Administração», sendo ainda garantido o «completo apoio ao pedido de admissão da Guiné-Bissau como membro das Nações Unidas» (*apud* Castaño 2012, p. 74).

Simultaneamente, aguardava que o PAIGC se manifestasse a propósito da realização de uma nova reunião, desta vez para discutir as modalidades da transferência do Poder. Em Lisboa, temia-se que o tardar da resposta significasse que os guineenses estivessem a fazer um compasso de espera até que URSS assumisse a presidência rotativa do Conselho de Segurança da ONU. A ser assim, a discussão da adesão da Guiné poderia acontecer antes de Portugal ter reconhecido a independência. Precavendo-se contra qualquer circunstância, a 5 de Agosto, Soares informava os representantes diplomáticos dos países considerados amigos, ou seja, aqueles que ainda não tinham reconhecido o Estado guineense e entre os quais se contava a Itália, sobre as suas inquietações. Quanto ao reconhecimento da independência, reiterava que o Governo português gostaria de ter a oportunidade de reconhecer o novo Estado guineense

¹⁵⁷⁵ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 249 de 3 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷⁷ *Ibidem*.

em primeiro do que os países aliados. O Ministro dos Estrangeiros comunicaria ainda aos embaixadores dos EUA e da URSS que, caso não obtivesse uma resposta do PAIGC até ao dia 8 de Agosto, emitiria um comunicado oficial onde exporia a situação. Com estas diligências, Soares pretendia não só atrasar a discussão da admissão da Guiné na ONU e forçar a reabertura de negociações, mas também criar uma atitude mais favorável face à nova posição do Governo português (*ibidem*, pp. 74-75).

A 7 de Agosto, Lisboa recebia a resposta afirmativa do PAIGC e as negociações eram retomadas no dia seguinte, em Argel. Em Nova Iorque, o Embaixador dos EUA conseguia adiar a discussão do pedido de admissão da Guiné-Bissau para depois de conhecidos os resultados das negociações. A 9 de Agosto, as partes reunidas em Argel alcançavam um protocolo de acordo e, a 12 de Agosto, o Conselho de Segurança reunia-se (Silva 1997, pp. 259-270). Nesta reunião, Veiga Simão, Representante Permanente de Portugal na ONU, entregava ao Presidente do mesmo Conselho uma mensagem escrita de Mário Soares onde expressava, em concordância com as conclusões de Argel, a «vontade de Portugal em formalizar o acto de reconhecimento *de jure* da República da Guiné-Bissau, em data próxima»¹⁵⁷⁸. Bastava, para isso, concluir definitivamente os acordos sobre a transferência progressiva da administração entre o Governo português e o PAIGC¹⁵⁷⁹. Neste sentido, e como Lisboa tinha já solicitado aos países aliados para que procedessem ao reconhecimento imediato da República guineense e facilitassem a admissão da mesma nas Nações Unidas¹⁵⁸⁰, o Conselho de Segurança recomendava à Assembleia-geral que o pedido de admissão da Guiné-Bissau fosse votado favoravelmente.

No mesmo dia (12 de Agosto), a Itália e os restantes Estados-membros da CEE reconheciam o Estado da Guiné-Bissau, facto noticiado com relevo pela imprensa italiana¹⁵⁸¹. A Farnesina publicava também uma nota oficial, na qual o Governo de Roma reiterava o seu apoio categórico à independência dos povos sujeitos a regimes coloniais e congratulava Portugal e a Guiné pelo entendimento alcançado. Ainda segundo a mesma nota, o futuro deveria ser olhado num espírito de cooperação, com Roma a augurar o estabelecimento próximo de relações diplomáticas normais com o novo Estado¹⁵⁸².

¹⁵⁷⁸ AHD/MNE, telegramas expedidos, M78/1974, telegrama n.º C-54-174, secreto, de 11 de Agosto de 1974, o MNE ao Embaixador de Portugal em Roma.

¹⁵⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁵⁸¹ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 264, urgente e secreto, de 13 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁸² *Ibidem*.

A 26 de Agosto de 1974, Mário Soares e Pedro Pires assinavam, em Argel, o acordo que punha formalmente termo à administração portuguesa no território e no qual Portugal declarava que reconheceria *de jure* a nova República da Guiné a partir de 10 de Setembro do mesmo ano (Oliveira 1996, pp. 94-95, 123-125). Em 1976, o Governo de Roma nomeava para Embaixador italiano em Bissau o seu Embaixador na Guiné Conacri¹⁵⁸³. Uma actuação que confirmava o interesse da Itália em alargar as relações com a ex-colónia portuguesa e estender ali a sua influência, relações comerciais e investimentos¹⁵⁸⁴. Neste contexto, é também significativo que a Embaixada da República da Guiné para a Europa Ocidental tivesse instalado a sua sede em Roma¹⁵⁸⁵.

O processo de descolonização de Moçambique e de Angola foi mais complexo do que o da Guiné-Bissau. Em nenhuma das duas colónias tinha sido proclamada a independência, embora em ambas houvesse movimentos separatistas brancos que o equacionavam. Desta forma, a não proclamação unilateral da existência de um Estado angolano ou moçambicano independente permitia que se estabelecesse diferenciações na hora de negociar a descolonização angolana ou moçambicana, em nenhum dos casos ocorrendo uma imediata transferência de soberania para os poderes já instalados no território. O próprio Secretário-geral da ONU sublinhava a Mário Soares, quando este se deslocou a Nova Iorque, em Junho de 1974, que seria necessário estabelecer esta distinção (Castaño 2012, p. 74).

2.4 – Roma e a negociação da independência de Moçambique

Depois de sucessivos meses de desacertos, a 7 de Setembro de 1974, o Governo de Portugal e a FRELIMO assinavam o Acordo de Lusaca, com o qual o primeiro reconhecia o direito do povo de Moçambique à independência. A Itália teve um papel bastante activo na manutenção da rede de contactos necessária à prossecução do processo negocial, actuando quer junto dos Governos de Portugal, da Zâmbia e da Tanzânia, dois países africanos especialmente interessados na descolonização de Moçambique, quer das altas chefias da FRELIMO.

Superadas a incredulidade e a exaltação causadas pela notícia do golpe de Estado em Lisboa, a direcção da FRELIMO decidia que a única via a seguir em relação ao novo regime

¹⁵⁸³ AHD/MNE, PEA M34/1976, aerograma n.º 3 de 3 de Março de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁸⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁸⁵ *Ibidem*, telegrama n.º 147 de 8 de Abril de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

português, atendendo aos princípios anunciados pela JSN no referente ao Ultramar, seria continuar a fazer a guerra até que fosse reconhecido o direito de Moçambique à independência total¹⁵⁸⁶. A situação era difícil: à «tentação rodesiana» (como eram designados os actos separatistas perpetrados pelos colonos brancos) de Jorge Jardim¹⁵⁸⁷ juntavam-se os avanços feitos pela FRELIMO no norte da província e o perigo de uma eventual intervenção da África do Sul (Guerra 1996, p. 134).

Quando Mário Soares deu início às negociações com o PAIGC, em Dakar, a 16 de Maio de 1974, e anunciava, neste contexto, que Portugal estaria disposto a respeitar o princípio da autodeterminação e respectivas consequências e a abrir conversações com os nacionalistas de Angola e de Moçambique, os dirigentes da FRELIMO divulgavam publicamente a informação de que não havia ainda qualquer preparação para a abertura de negociações com Portugal. A verdade era, contudo, outra: segundo o jornal italiano *Il Globo*, Samora Machel tinha dado início a um ciclo de colóquios com vários Chefes de Estado africanos precisamente com aquela finalidade (*Il Globo* 1974).

A Zâmbia desempenhou um papel de primeiro plano no estabelecimento das primeiras negociações formais entre a FRELIMO e o Governo português, as quais decorreriam em Lusaca, entre 5 e 6 de Junho. A preparação deste encontro passou também por Roma. A 16 de Maio, Mark Chona, Conselheiro para os Assuntos Internacionais do Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, deslocava-se à capital italiana para, em nome deste, ser recebido pelo Embaixador Roberto Ducci, Director-geral dos Negócios Políticos do MAE, e por Mário Pedini, Subsecretário do MAE¹⁵⁸⁸. A visita tinha como objectivo informar o Governo italiano sobre os pontos de vista de Lusaca quanto ao futuro dos territórios portugueses, especialmente

¹⁵⁸⁶ Citamos Marcelino dos Santos, na altura Vice-presidente da FRELIMO: «Nós ouvimos a notícia e começámos a perguntar: mas isso é verdade, não é verdade, como é que aconteceu? E destruir o fascismo significava destruir o colonialismo? Foi ouvir, escutar, conhecer, e então tirar conclusões, mas não pensámos que tinha acabado a guerra. Pensámos que era um acto de natureza histórica para o povo português. Mas vimos que a JSN, liderada pelo General Spínola, não podia significar um movimento que assegurasse uma vontade clara de pôr fim à guerra colonial. Por isso, na mesma altura, fizemos um apelo ao nosso povo para prosseguir a luta armada até que o Governo português estivesse em condições de reconhecer o direito à independência nacional de Moçambique» (*apud* Guerra 1996, p. 85).

¹⁵⁸⁷ José Medeiros Ferreira (1994, p. 64) descreve Jardim como um caso «deveras aliciante em termos históricos», detendo meios (tinha um exército privado sob as suas ordens) e influência, nomeadamente sob as Forças Armadas locais, suficientes para interferir seriamente na política de Lisboa no referente à descolonização de Moçambique. Ainda de acordo com o mesmo autor, os governos da Zâmbia e da Tanzânia estavam de tal forma inseguros quanto ao rumo que Lisboa daria à descolonização moçambicana que ambos procuraram Jorge Jardim, no Verão de 1974, para aferirem a possibilidade de proclamar unilateralmente a independência da colónia. O objectivo seria organizar uma importante minoria branca moçambicana que surgisse como uma força válida no diálogo com a FRELIMO e assim vencesse o imobilismo do Governo português, levando-o a reconhecer explicitamente o direito de Moçambique à independência sem condições prévias (*ibidem*, pp. 64-66).

¹⁵⁸⁸ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 157 de 22 de Maio de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

de Moçambique, cuja situação era seguida com extrema atenção¹⁵⁸⁹. Como a Zâmbia garantia o acesso ao mar através desta colónia, o Governo de Lusaca pretendia que a descolonização produzisse a instalação de um regime moderado, ligado tanto quanto possível ao Ocidente e, particularmente, a Portugal¹⁵⁹⁰. Este ponto de vista era fundamentado com base na experiência nacional dos zambianos, pois tinham conservado os laços de cooperação e de amizade com a Grã-Bretanha, com quem desenvolviam relações de estreita colaboração num regime de privilégio tal que colocava Londres numa posição muito vantajosa em relação aos restantes parceiros¹⁵⁹¹. Nesta perspectiva, era fundamental para Lusaca que Portugal, ao descolonizar, procurasse conservar os seus laços comerciais e económicos não só com Moçambique, mas com todas as antigas colónias mediante uma política corajosa, sagaz e rápida¹⁵⁹². E, sublinhava o Conselheiro Mark Chona, as expectativas neste sentido eram boas não só porque a Zâmbia estava em condições de garantir a moderação da FRELIMO quanto à atribuição da nacionalidade moçambicana às minorias brancas, mas também porque a mesma pretendia conservar as relações com Portugal¹⁵⁹³. Nestas condições, o Presidente Kaunda desejava aconselhar o Governo de Lisboa de que conviria negociar com a FRELIMO com a maior discrição e sugerir que as negociações de Dakar e de Londres (que decorriam naquele momento com o PAIGC) fossem continuadas em Roma, onde ele poderia dar a sua colaboração¹⁵⁹⁴. Segundo o Director-geral do MAE, Kaunda pretendia desempenhar o papel de garante da FRELIMO, secundando a acção de Julius Nyerere, Presidente da Tanzânia, cuja posição tinha sido transmitida ao Governo de Lisboa por intermédio do Governo de Roma¹⁵⁹⁵.

Informado o Embaixador Armando Martins sobre os pontos principais da reunião com o Conselheiro Chona, o Director-geral do MAE ressalva-lhe que o Governo italiano estava longe de querer interferir nos assuntos internos portugueses e voltava a oferecer a colaboração da Farnesina para servir de mediadora nas negociações com os movimentos de libertação, neste caso específico com a FRELIMO, desde logo, na disponibilização de um local em Roma para as conversações sugeridas por Kaunda¹⁵⁹⁶. Lisboa aceitava o auxílio oferecido e solicitava à Farnesina que contactasse os Embaixadores da Tanzânia, do Zaire e da Somália acreditados na capital italiana para reforçar junto dos mesmos a seriedade dos propósitos de

¹⁵⁸⁹ *Ibidem.*

¹⁵⁹⁰ *Ibidem.*

¹⁵⁹¹ *Ibidem.*

¹⁵⁹² *Ibidem.*

¹⁵⁹³ *Ibidem.*

¹⁵⁹⁴ *Ibidem.*

¹⁵⁹⁵ *Ibidem.*

¹⁵⁹⁶ *Ibidem.*

Portugal¹⁵⁹⁷. A intervenção do Governo italiano acontecia no âmbito das conversações de Lusaca (5 e 6 de Junho de 1974) entre Lisboa e a FRELIMO, no decorrer das quais a delegação portuguesa manteve a posição defendida em Londres junto do PAIGC: «Obtenção de um cessar-fogo acompanhado de uma referência meramente genérica ao direito à autodeterminação» (Silva 1997, p. 202). A posição dos delegados da FRELIMO situava-se no lado completamente oposto. A seguinte declaração pertence a Samora Machel e comprova-o:

«A independência não se negocia. É um direito inalienável do povo moçambicano. Mas estamos prontos a discutir as modalidades da transferência da soberania para o povo moçambicano, de que a FRELIMO é o único legítimo representante» (*apud ibidem*)

As negociações de Lusaca acabariam por ser suspensas, informando-se no comunicado comum final que as duas delegações reconheciam que o estabelecimento do cessar-fogo estava condicionado ao «acordo prévio global relativo a princípios políticos fundamentais», com a delegação portuguesa a considerar necessário consultar o respectivo Governo depois de ter analisado os problemas em discussão (*ibidem*, pp. 202-203).

Entretanto, a Democracia-cristã, através de Luigi Granelli, Subsecretário de Estado dos Estrangeiros, e do deputado Franco Salvi, e o PSI, representado pelo Subsecretário dos Estrangeiros Cesare Bensí, insistiam com Jorge Rebelo, membro da FRELIMO, durante a sua visita a Roma, para que os líderes do movimento não cortassem os contactos com Portugal¹⁵⁹⁸. E o motivo era o seguinte: o PS estava no Governo e garantiria a realização de todos os esforços até à descolonização total¹⁵⁹⁹. O PSI chegava mesmo a oferecer-se para organizar uma reunião em Roma entre os dirigentes do PS e da FRELIMO para «convencer estes últimos das genuínas intenções dos socialistas portugueses»¹⁶⁰⁰. Segundo informações avançadas ao Embaixador português, teria sido a insistência italiana que desencadeara a iniciativa de Samora Machel junto do Embaixador de Itália em Dar-es-Salam (Tanzânia), como explicamos a seguir¹⁶⁰¹.

¹⁵⁹⁷ AHD/MNE, PEA M27/1974, telegramas n.º 178, confidencial, de 3 de Junho de 1974 e n.º 187 de 7 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁵⁹⁸ Recordemos que, no seguimento do encontro de Lusaca, a FRELIMO intensificara a luta armada em diversas frentes de combate.

¹⁵⁹⁹ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 211 de 26 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶⁰⁰ AHD/MNE, PEA M27/1974, telegrama n.º 212 de 27 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶⁰¹ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 211 de 26 de Junho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

A 26 de Junho, Armando Martins era chamado à Farnesina para, em nome do Ministro dos Estrangeiros Aldo Moro lhe ser comunicado que Marcelino dos Santos tinha promovido um encontro entre o Embaixador da Itália na Tanzânia e Samora Machel, no decorrer do qual este solicitava ao Governo italiano que interviesse junto do Governo português para que as negociações iniciadas em Lusaca fossem continuadas em Julho¹⁶⁰². Deixava ainda às autoridades portuguesas a iniciativa de antecipar, por intermédio do Governo italiano, as sugestões que considerasse pertinentes para resolver a questão moçambicana¹⁶⁰³. Para Machel havia, no entanto, duas condições prévias essenciais, por conduzirem automaticamente à exclusão de um referendo: o reconhecimento da independência de Moçambique e o reconhecimento efectivo da FRELIMO como o representante legítimo do povo de Moçambique¹⁶⁰⁴. Se estas fossem tidas em consideração, a FRELIMO prometia discutir todos os outros problemas e dar todas as garantias razoáveis aos interesses portugueses, sublinhando que não era encorajada por nenhum sentimento racista¹⁶⁰⁵. Machel dizia ainda estar disposto a aceitar as iniciativas que o Governo de Itália desejasse tomar para resolver a questão colonial em Moçambique¹⁶⁰⁶. Como Martins esclarecia, a «mediação amigável» que a Itália protagonizava estava muito ligada à visita do Conselheiro Chona, da qual falámos atrás, e era conduzida por Aldo Moro não por motivos de prestígio, mas por amizade a Portugal, de cujo Governo estava à disposição em tudo o que pudesse ser útil¹⁶⁰⁷.

A 10 de Julho, o Encarregado de Negócios português, Jorge de Lemos Godinho, era chamado à Farnesina para receber a mensagem que o Presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, tinha enviado ao Ministro dos Estrangeiros de Portugal através do Embaixador italiano em Dar-es-Salam¹⁶⁰⁸. Conforme Nyerere assegurava, a mensagem que enviava a Soares e o encontro de Samora Machel com o Embaixador da Itália naquela cidade, que dizia desconhecer, eram «duas iniciativas diversas e dotadas de autonomia»¹⁶⁰⁹. Na sua mensagem, Julius Nyerere referia-se aos encontros de Lusaca considerando que tinham decorrido numa atmosfera de grande cordialidade. Lamentava, no entanto, que os portugueses apenas tivessem proposto o imediato cessar-fogo, indo ao ponto de deplorar a acção que desenvolviam nas várias capitais para atribuir à FRELIMO uma posição de inflexibilidade. Nyerere indagava:

¹⁶⁰² *Ibidem.*

¹⁶⁰³ *Ibidem.*

¹⁶⁰⁴ *Ibidem.*

¹⁶⁰⁵ *Ibidem.*

¹⁶⁰⁶ *Ibidem.*

¹⁶⁰⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁰⁸ AHD/MNE, PEA M27/1974, telegrama n.º 227, confidencial e urgente, de 10 de Julho de 1974, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶⁰⁹ *Ibidem.*

como poderia ser possível acreditar nesta ideia se as negociações efectivas não tinham sequer começado? A FRELIMO não era inflexível, defendia o Presidente¹⁶¹⁰. E invocava o exemplo da Tanzânia para acentuar o tom crítico que dirigia a Soares, pois a sua melhor sorte fizera com que a guerra com a Inglaterra durasse sete anos, seguindo-se, em 1959, um período de transição durante o qual a Inglaterra, ainda com uma participação nos governos tanzanianos, mantinha a responsabilidade sobre as Forças Armadas e a política externa até à completa independência, em Dezembro de 1961¹⁶¹¹.

Ainda que Nyerere concordasse com Mário Soares quando este dizia ser necessário evitar que a independência moçambicana fosse associada ao caos, como acontecia no Congo, salientava que a FRELIMO não reclamava a independência imediata, pelo que a transferência de poderes não ocorreria precipitadamente, minorando substancialmente aquele risco¹⁶¹². E recordava os limites dentro dos quais a FRELIMO estava disposta a conduzir as negociações: o imediato acesso ao poder, a coexistência dos dois exércitos (português e moçambicano) durante o período de transição e a sistematização, durante este período, dos interesses legítimos relevantes de Portugal, os quais poderiam ser definidos previamente de comum acordo¹⁶¹³. Se Lisboa não aceitasse retomar as negociações segundo estes pontos e continuasse a fazer o jogo da procrastinação, apenas restaria à FRELIMO a alternativa violenta das acções de guerra¹⁶¹⁴.

A formação do II Governo Provisório, a 18 de Julho de 1974, marcava o início de um outro entendimento oficial sobre a questão ultramarina, o que, como já explicámos atrás, teve reflexos imediatos na clarificação e no avanço da descolonização. Para o novo Primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, a descolonização passaria a ser «um processo justo» (*apud* Ferreira 1994, p. 58). A 26 de Julho de 1974, as dificuldades na continuação do esforço de guerra em África, conjugadas com as pressões internacionais para que o Governo clarificasse a sua posição perante a descolonização e com a existência de sectores muito próximos do poder político favoráveis à independência das colónias levavam António de Spínola a reconhecer o direito dos povos africanos à independência com a promulgação da Lei 7/74.

No mesmo dia, o Conselheiro diplomático do Presidente da República Italiana convocava Jorge de Lemos Godinho, Encarregado de Negócios português, para informá-lo de que Kenneth Kaunda estava plenamente convencido da credibilidade de Mário Soares e que,

¹⁶¹⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 228, confidencial, de 10 de Julho de 1974, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶¹¹ *Ibidem*.

¹⁶¹² *Ibidem*.

¹⁶¹³ *Ibidem*.

¹⁶¹⁴ *Ibidem*.

juntamente com Julius Nyerere, tencionava apoiá-lo junto da FRELIMO. Neste sentido, e para evitar o recomeço de ásperos combates, aconselhava Soares a reencontrar-se com urgência com Samora Machel, ainda no decorrer de Julho, e a dar início às negociações para a concessão da independência¹⁶¹⁵. Quer Machel, Nyerere ou o próprio Kaunda julgavam inúteis as tentativas portuguesas para orientar o diálogo na base de uma solução federativa ou de um referendo. Ao contrário, se Lisboa estivesse disposta a avançar seriamente com as negociações para a independência, a FRELIMO mostraria, segundo Kaunda, uma flexibilidade tal que «surpreenderia» Portugal¹⁶¹⁶. Como era já do conhecimento de Lisboa, a FRELIMO não insistia pela concessão imediata da independência e, como tal, estava disposta a aceitar um período de transição razoável, com a duração de seis meses ou mesmo um ano¹⁶¹⁷. Transmitidas estas informações, o Conselheiro diplomático recordava Lemos Godinho de que as autoridades italianas estavam à disposição do Governo de Lisboa para transmitir ao Presidente Kaunda todos os comentários que o MNE considerasse oportuno sobre os factos reportados acima¹⁶¹⁸.

No início de Agosto, no seguimento da visita a Lisboa do Secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, a fim de estudar com o Governo português os problemas da descolonização, o MNE dava instruções ao Embaixador Armando Martins para que contactasse o Embaixador da Tanzânia e solicitasse a colaboração do seu Governo na prossecução dos contactos entre Lisboa e a FRELIMO¹⁶¹⁹. O Governo português pretendia resolver o problema da legitimidade do movimento de libertação, uma vez que, como não era aceite em todas as regiões, não poderia ser considerado como o representante legítimo do povo moçambicano. Lisboa continuava, assim, empenhada na obtenção de um cessar-fogo, seguido pela constituição de um governo de coligação com o movimento e a posterior realização de eleições para uma Assembleia Constituinte (Castaño 2012, p. 75). Martins entrava em contacto com o colega tanzaniano a 8 de Agosto, no mesmo dia em que o Governo português apresentava um pedido formal de cessar-fogo à FRELIMO. A resposta chegava no dia seguinte: o encontro poderia acontecer a meio da semana que se seguia, pois, para o Governo tanzaniano, «pronto a dar toda a cooperação e auxílio», seria difícil depois daquela data

¹⁶¹⁵ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 237, confidencial, de 24 de Julho de 1974, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶¹⁶ *Ibidem*.

¹⁶¹⁷ *Ibidem*.

¹⁶¹⁸ *Ibidem*, telegrama n.º 236, confidencial, de 24 de Julho de 1974, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶¹⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 256, urgente e secreto, de 8 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

porque vários dirigentes estariam fora de Dar-es-Salam¹⁶²⁰. E assim, a 15 de Agosto, Ernesto Melo Antunes, responsável pela descolonização de Moçambique e de Angola desde que entrara para o II Governo Provisório como Ministro sem pasta, Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, e, naturalmente, Mário Soares, Ministro dos Estrangeiros, partiam para Dar-es-Salam para um novo encontro com a FRELIMO, destinado, segundo Melo Antunes, a «desbravar o caminho que conduzisse a um acordo rápido» (*apud* Oliveira 1996, p. 95).

As conversações continuariam a 5 de Setembro, em Lusaca, com ambas as partes a assinarem o acordo para a descolonização a 7 de Setembro, no qual se previa que a independência completa de Moçambique seria solenemente proclamada a 25 de Junho de 1975¹⁶²¹ (Ferreira 1994, pp. 66-69; Oliveira 1996, pp. 95-96). A Itália congratulava-se com o acontecimento, enaltecendo o seu significado para a paz e a estabilidade da África Austral na nota publicada na imprensa, a 15 de Setembro de 1974:

«Alla Farnesina si considera che il Portogallo e il Fronte i Liberazione del Mozambico hanno dato prova di spirito costruttivo e realistico, fronteggiando responsabilmente le difficoltà insorte in Mozambico per opposizioni all'accordo di Lusaka. Analogo comune impegno avevano del resto mostrato riuscendo a pervenire ad una piena intesa sul trasferimento del potere, considerata da parte italiana significativa garanzia per il futuro del paese.

L'Italia è lieta di aver dato il suo apporto agli sviluppi dei negoziati, promuovendo contatti che tendevano a facilitare la comprensione degli obiettivi e dei punti di vista delle parti interessate. Ciò riflette d'altronde la piena adesione costantemente data dall'Italia agli obiettivi dell'autodeterminazione e dell'indipendenza dei popoli ancora soggetti a regime coloniale, come anche il suo riconoscimento del ruolo che può essere svolto per una pacifica decolonizzazione dalle politiche che esprimono le aspirazioni delle popolazioni» (*Il Tempo* 1974a).

No início de Novembro de 1974, Marcelino dos Santos era recebido pelo Subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Mário Pedini, e por ele informado de que o Governo italiano pretendia desenvolver as relações de amizade e de colaboração com Moçambique, particularmente no domínio da cooperação técnica através da ENI, da Montedison e do

¹⁶²⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 258, urgente e secreto, de 9 de Agosto de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶²¹ O acordo de Lusaca, para além de proclamar o cessar-fogo entre ambas as partes, estabelecia que a independência seria progressivamente transferida, entrando imediatamente em funcionamento um Governo de Transição (constituído por 9 representantes da FRELIMO e 3 portugueses, sendo presidido por Joaquim Chissano), o qual asseguraria a governação de Moçambique até à transferência completa da soberania (Ferreira 1994, pp. 67-68; Oliveira 1996, pp. 127-131).

IRI¹⁶²². Dos Santos retorquia que era do interesse da FRELIMO fomentar a colaboração italiana também «no âmbito das especiais relações de cooperação existentes entre Moçambique e Portugal»¹⁶²³. Neste contexto, será importante ter em consideração que, como o Vice-director-geral da Farnesina contara ao Conselheiro de Imprensa da Embaixada de Portugal, Marcelino dos Santos ter-se-ia referido em «termos elogiosos» ao espírito de entendimento reinante em Moçambique com as autoridades portuguesas¹⁶²⁴.

Proclamada a independência da República Popular de Moçambique por Samora Machel, a 25 de Junho de 1975, o Embaixador italiano na Tanzânia, Lorenzo Tozzoli, apresentava as suas credenciais às autoridades máximas moçambicanas, formalizando a abertura de relações diplomáticas entre o novo Estado e a Itália¹⁶²⁵ (Forti 1990, p. 69). Ao nível das relações bilaterais ítalo-moçambicanas, a Itália preparava um programa de assistência no campo agrícola – o programa de desenvolvimento da FRELIMO enfatizava o desenvolvimento da agricultura, a fim de distender exponencialmente os 6% da área cultivada – e o envio de um grupo de vinte médicos, munidos com os meios de assistência necessários e em grande falta em todo o país¹⁶²⁶. Seriam igualmente acordados projectos de cooperação destinados a colmatar a falta de quadros técnicos e prosseguir na obra de reconstrução e de desenvolvimento do país (*ibidem*).

Em Julho de 1976, o Ministro dos Transportes de Moçambique discutia com a *Alitalia* a possibilidade do estabelecimento de uma linha aérea Roma – Maputo, projecto no qual o Governo moçambicano mostrava grande interesse¹⁶²⁷. Porém, o mesmo era inoportuno para a empresa italiana devido aos encargos financeiros e à má situação económica em que se encontrava¹⁶²⁸. A solução proposta pelos italianos seria actuar através de empresas privadas e estatais em boas condições financeiras, e, tal como o Embaixador de Portugal em Maputo testemunhava, a Itália «tem sido, de entre os países ocidentais, um dos que têm tido aqui uma acção diplomática mais inteligente e dinâmica, explorando habilmente todas as oportunidades

¹⁶²² AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 350 de 8 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE; Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fundo Partito Comunista Italiano, série Estero, b. 84, fasc. 795, nota de 7 de Novembro de 1974, redigida por Nadia Spano.

¹⁶²³ AHD/MNE, PEA M27/1974, ofício n.º 617 de 19 de Novembro de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶²⁴ *Ibidem*.

¹⁶²⁵ A Itália tinha mantido em funcionamento as representações consulares que existiam durante o período colonial (AHD/MNE, PEA M34/1976, aerograma n.º 3 de 3 de Março de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹⁶²⁶ AHD/MNE, PEA M32/1976, telegrama n.º 285 de 8 de Julho de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶²⁷ AHD/MNE, PEA M34/1976, telegrama n.º 289 de 10 de Julho de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶²⁸ *Ibidem*.

[...] e servindo-se [...] frequentemente como «cunha» do PCI, aproveitando as ligações deste com a FRELIMO como instrumento de penetração económica e de projecção política e cultural»¹⁶²⁹.

Este facto, pela sua importância na articulação da estabilidade política e social em Moçambique justifica que se explane em traços largos em que consistia a acção do PCI. Primeiro, temos de ter presente que a FRELIMO era um partido, com raízes a leste da cortina de ferro, dispondo ainda de secções armadas treinadas por russos, cubanos e chineses. A sua dialéctica política era a típica dos partidos comunistas, com os dirigentes a assumirem publicamente que não admitiriam a formação de outros partidos. Já os jornais, como descrevia Livio Caputo, enviado especial do *Epoca*, um semanário político italiano, mais pareciam a *Pravda* do que o *Diário de Lisboa*: «Poche notizie e moltissima propaganda» (Caputo 1974, p. 96). O próprio Caputo experienciou o quão grande era a influência do PCI em Moçambique: quando pedira uma reunião com o director de um jornal local chamado *Noticias* e tendo respondido que nunca votara nos comunistas quando foi convidado a expressar os seus pensamentos e ideias sobre aquele partido, os contactos foram bruscamente truncados, deixando-o sem entrevista ou informações (*ibidem*).

Vimos já (capítulo IV, ponto 4.4) como os comunistas italianos apoiaram a FRELIMO durante a guerra colonial e mobilizaram as forças democráticas em Itália e na Europa para a causa da libertação de Moçambique, solidariedade que era veementemente agradecida (Borruso 2009, p. 164). Caída a ditadura portuguesa, a colaboração entre o PCI e a FRELIMO continuou e intensificou-se quando o Governo de Transição entrou em funcionamento, com Marcelino dos Santos, Vice-presidente da FRELIMO, em Novembro de 1974, a solicitar o auxílio dos comunistas italianos para conter e organizar as massas. Dos Santos pretendia evitar a difusão da criminalidade que caracterizava a transição para um regime de liberdade e neutralizar o envolvimento da África do Sul na promoção de acções desestabilizadoras, destinadas a neutralizar a credibilidade da FRELIMO e a impor um regime mais propenso aos próprios interesses e projectos geoestratégicos para a África Austral. Para evitar a desagregação social, a FRELIMO já tinha começado a instalar núcleos do partido em todo o território, a reorganizar o Exército e a descentralizar o Governo, mas a colaboração do PCI seria fundamental para prosseguir com o trabalho realizado (*ibidem*). Como Livio Caputo, o jornalista do *Epoca* que falámos atrás, pôde observar no decorrer da sua viagem a Moçambique, «un rigido inquadramento della popolazione secondo schemi marxisti

¹⁶²⁹ AHD/MNE, PEA M8A/1978, informação do MNE sobre a República Popular de Moçambique, sem data.

rappresenta dal resto l'unica possibilità per il FRELIMO di governare efficacemente» (Caputo 1974, p. 96). A raiz do problema estava precisamente no facto de o movimento não ser reconhecido como o representante legítimo dos moçambicanos pela totalidade dos mesmos. E isto porque fora, por muito tempo, intérprete de um pequeno grupo de intelectuais radicais que enveredou pela via da luta armada para construir a independência de Moçambique, sem que a sua abrangência popular fosse significativa ou dispusesse de sólidas e largas simpatias nos meios citadinos (*ibidem*). E concluía: «A portare il FRELIMO al potere è stata, più della sua forza intrinseca, la decisione del nuovo Governo di Lisbona di liquidare al più presto l'imbarazzante eredità imperiale» (*ibidem*).

Reconhecendo a importância da sua intervenção, o PCI não só anuiu ao pedido de Marcelino dos Santos, como prometia empenhar-se no estreitamento das relações entre a Itália e Moçambique, especialmente ao nível da cooperação económica. Propósito que o Comité Central do PCI reforçava numa comunicação enviada ao Comité Central da FRELIMO, a 25 de Junho de 1975, dia da independência de Moçambique:

«Oggi, mentre intraprendete il cammino certo non facile, ma sicuro, della costruzione di uno Stato libero, moderno e progredito, rinnoviamo a voi, militante del FRELIMO, a tutto il vostro popolo, nel ricordo di quanti caddero combattendo, il nostro impegno a dare impulso a nuove forme di solidarietà politica e materiale, a instaurare rapporti di fraterna collaborazione tra i nostri due popoli e paesi» (*apud* Borruso 2009, p. 166).

No início de Julho de 1975, Samora Machel escutava do dirigente comunista Renzo Trivelli que existiam naquele momento condições particularmente favoráveis ao estabelecimento de relações económicas e culturais entre a Itália e Moçambique, úteis não só para o desenvolvimento do país, mas também para o papel que a Itália poderia desenvolver naquela área da África, destinada a assumir um peso importante no contexto mundial (*ibidem*, pp. 164-165).

Não obstante todas estas declarações de comprometimento, a Itália entraria numa fase de expectativa e de avaliação das políticas a adoptar quanto à África Austral perante a instabilidade que crescia na zona com a guerra civil em Angola, a partir de 1975, e a eventual agudização, neste contexto, da hostilidade existente entre os países da região e a África do Sul em torno da questão do *apartheid* e da luta pela libertação dos negros oprimidos pelo regime branco de Pretória (*ibidem*, pp. 171-172). O Embaixador de Portugal em Roma referia, em Novembro de 1976, que as relações ítalo-moçambicanas tinham estagnado, nada havendo de

concreto no referente à nomeação dos representantes diplomáticos para a capital italiana, tendo os interesses de Moçambique ficado a cargo da Embaixada da Tanzânia¹⁶³⁰. Não obstante, o primeiro acordo bilateral de cooperação seria assinado a 7 de Agosto de 1977, abrindo-se caminho para o estreitamento da cooperação bilateral, com a Itália a tornar-se, segundo Dina Forti (1990, p. 70), no principal parceiro de Moçambique no campo da cooperação económica.

2.5 – Angola: a convergência final com o MPLA

A gestão da situação de Angola foi aquela que criou mais problemas a Portugal, à Itália e à comunidade internacional devido ao complexo e diversificado conjunto de situações ali existentes (Correia 1991, pp. 73-194; Coutinho 1994, pp. 54-58). Havia três movimentos de libertação – o MPLA, a FNLA e a UNITA –, com origens étnico-culturais, ideologias e programas políticos particulares, que lutavam entre si para distender a sua influência. Esta rivalidade impedia a criação de uma plataforma angolana comum que possibilitasse a abertura de negociações com o Governo português. Por outro lado, nem o MPLA, a FNLA ou a UNITA poderiam considerar-se como um interlocutor preferencial, pois nenhum destes movimentos detinha uma clara hegemonia militar sobre o território ou esgotava a representação política do povo angolano. Existia ainda uma comunidade portuguesa numerosa, a qual, apoiando-se na sua força e condições económicas, pretendia instalar um regime de minoria branca semelhante ao rodesiano, liderado por Ian Smith¹⁶³¹ (Correia 1991, pp. 106-110). Finalmente, havia interesses internacionais muito fortes a convergir para Angola, quer pelas suas riquezas, quer pela sua situação geoestratégica no Atlântico Sul. A colónia era, para citar António de Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, uma «presa cobiçada», permanentemente sob a ameaça latente de uma guerra, sem que os

¹⁶³⁰ AHD/MNE, PEA M34/1976, telegrama n.º 428 de 9 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶³¹ Angola era o que se designava por «colónia de povoamento», havendo ali mais portugueses do que em qualquer uma das restantes províncias ultramarinas (quase o dobro em relação a Moçambique), embora a população branca portuguesa constituísse apenas 5% da população angolana total (Coutinho 1994, p. 56). A minoria branca organizou-se contra o MFA de Angola em vários movimentos, através dos quais pretendia defender os seus interesses e património. A Frente de Resistência Angolana (FRA), liderada por Venceslau Pompílio da Cruz, foi aquele que deteve maior expressão, chegando a avançar para uma tentativa de golpe, ainda que rudimentar. Pompílio da Cruz pretendia criar um Partido Monárquico e transformar Angola numa federação de cinco reinos e tal facto não o impediu de concorrer à Presidência da República Portuguesa nas eleições de 27 de Julho de 1976. De referir também o Partido de Unidade de Angola, liderado por Fernando Falcão, e o Partido Cristão Democrata de Angola, com ligações ao homónimo português, fundados para defender as reivindicações dos colonos (Guerra 1996, p. 94; Oliveira 1996, p. 101).

portugueses se conseguissem impor e controlar de facto a situação¹⁶³² (*apud* Guerra 1996, p. 93). Desta forma, para ali convergiu com grande intensidade a tensão da guerra fria e a competitividade da bipolaridade, com cada um dos movimentos de libertação a encontrar apoio financeiro, político e militar junto das potências internacionais das quais se sentiam mais próximos ideologicamente. É significativo que na altura se dissesse que Angola seria um «novo Vietname».

Ao contrário de Moçambique, não temos informação de que a Itália tivesse chegado a actuar como mediadora nas negociações para a independência de Angola. Em 1975, estava, no entanto, ligada às acções de apoio à FNLA e à UNITA coordenadas pelos EUA em conjunto com o Zaire. O objectivo seria derrotar o MPLA, mas este, apoiado pela URSS e por Cuba, conseguiria proclamar a República Popular de Angola, ideologicamente próxima do bloco soviético. Iniciava-se então a problemática do seu reconhecimento, especialmente significativa em Itália por decorrer no contexto do debate em torno da aliança política entre a Democracia-cristã e os comunistas italianos (o compromisso histórico) e criar um dilema articulado entre, por um lado, o estreitamento das relações diplomáticas com o novo Estado e aceder às potencialidades económicas do seu território e, por outro, a perda de posições de colaboração junto dos países africanos que não reconheciam o regime do MPLA. Tenhamos em conta que a questão angolana esteve na origem de imensas dúvidas na África Austral, vendo-se no MPLA o facilitador da intervenção da URSS e de Cuba noutros territórios africanos, nomeadamente na Rodésia e na Namíbia¹⁶³³.

Em Abril de 1974, era em Angola que as tropas portuguesas tinham a situação militar mais estabilizada, embora a vitória estivesse longe. Para isso contribuíra a rivalidade entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, estrategicamente explorada pelos comandantes militares portugueses. Se, para os líderes nacionalistas angolanos, o facto de o golpe de Estado militar em Lisboa ter sido executado por capitães e majores, e não por generais, deixava antever que um dos seus objectivos seria terminar com a guerra colonial, a ambiguidade presente nas diversas declarações do Presidente António de Spínola quanto à integralidade do território português levava-os a intensificar as acções militares para pressionar as autoridades

¹⁶³² Citamos um pequeno trecho da entrevista de Almeida Santos dada ao jornalista da TSF, João Paulo Guerra, em meados dos anos 90: Angola «tem petróleo, tem diamantes, tem ferro, tem uma riqueza potencial espantosa. E quando há petróleo, há luta. Petróleo é um equivalente à palavra guerra. E como havia um equilíbrio instável, bipolar, entre as duas grandes potências, nós tínhamos a sensação de que não mandávamos nada, de que a nossa capacidade de interferir naquele conflito era quase nula» (*apud* Guerra 1996, p. 93).

¹⁶³³ AHD/MNE, PEA M2/1976, informação de serviço do MNE intitulada «Angola e a situação na África Austral», com data de 5 de Março de 1976, elaborada por Queirós de Barros.

portuguesas e levá-las a reconhecer o direito do povo angolano à independência¹⁶³⁴. As ofensivas decorreram até finais de Maio. Depois, Jonas Savimbi começou a aceitar os projectos spinolistas para uma descolonização lenta, com a UNITA e o Governo português a assinarem o cessar-fogo em meados de Junho de 1974¹⁶³⁵. Este acordo suscitou a reprovação do MPLA, da FNLA, dos movimentos das restantes colónias e da OUA, pois todos eles vinham pressionando Lisboa para que clarificasse as suas intenções quanto à aceitação da independência das províncias ultramarinas. A UNITA, por seu lado, pretendia explorar a sua predisposição pacifista para obter uma crescente influência política local e sobrepor-se aos movimentos rivais. Contudo, a 28 de Julho, Portugal conseguia que a FNLA e o MPLA formassem entre si uma frente comum para negociar o cessar-fogo (Correia 1991, pp. 96-103; Correia 1994, p. 50; Ferreira 1994, pp. 72-73; Guerra 1996, pp. 93-96).

Em Roma, nos finais de Julho, as chefias da Democracia-cristã informavam o Embaixador Armando Martins de que Holden Roberto, Presidente da FNLA, iria a Roma em visita particular – tinha sido convidado pelo Embaixador do Zaire – com o objectivo de estabelecer contactos com alguns dirigentes democratas-cristãos. Era neste contexto que um destes elementos sondava o Conselheiro de Imprensa da Embaixada de Portugal se estaria interessado em encontrar-se, a título particular, com o dirigente da FNLA¹⁶³⁶. Como Martins sublinhava, esta seria a primeira aproximação italiana em relação a Holden Roberto da qual a Embaixada portuguesa tinha tido conhecimento, embora os contactos entre a Democracia-cristã e o MPLA fossem regulares, ao ponto de justificarem a existência de um representante permanente em Roma, Manuel Jorge. Para o Embaixador, a iniciativa do PDC indiciava que os «italianos se previnem, tomando perante a futura evolução da situação em Angola novas posições que lhe garantam o favor de ambos os partidos»¹⁶³⁷.

Em Setembro de 1974, Spínola dava largos passos para garantir que controlaria a descolonização de Angola. No dia 15, encontrava-se com o Presidente da República do Zaire, Mobutu, na ilha do Sal, Cabo Verde, onde obteve deste último a garantia de que não interviria no processo de descolonização angolana e de que efectuaria diligências junto de Holden Roberto para um encontro (Spínola 1978, p. 322; Correia 1991, p. 87). Em seguida, Spínola recomendava ao Ministro da Coordenação Interterritorial, António de Almeida Santos, que

¹⁶³⁴ Tratava-se de uma acção concertada com os movimentos nacionalistas das restantes colónias portuguesas e executada com o apoio da Organização de Unidade Africana e da Comissão de Descolonização da ONU.

¹⁶³⁵ Não esqueçamos também que a UNITA tinha sido estabelecida em Angola com o patrocínio do General Costa Gomes, quando comandante militar em Angola. O objectivo estratégico seria impedir o avanço do MPLA no leste de Angola através de zonas tampão criadas pela UNITA (Guerra 1996, p. 96).

¹⁶³⁶ AHD/MNE, telegramas recebidos, M121/1974, telegrama n.º 238 de 29 de Julho de 1974, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶³⁷ *Ibidem*.

convocasse os representantes dos grupos políticos angolanos surgidos no pós-25 de Abril (estavam excluídos os três movimentos de libertação) para uma reunião em Lisboa. A agenda: discutir o encaminhamento da «descolonização de Angola para a formação de um novo Estado independente de expressão portuguesa, que constituísse com o Brasil e Portugal o triângulo básico da grande comunidade Luso-Afro-Brasileira»¹⁶³⁸ (Spínola 1978, p. 323).

Entretanto, no seguimento do encontro com Spínola, na ilha do Sal, em meados de Setembro, Mobutu intercedia junto de Holden Roberto para que abrisse uma via de diálogo com Portugal. A 26 de Setembro, uma delegação portuguesa liderada por Mário Soares deslocava-se à capital do Zaire, Kinshasa, para se reunir com Mobutu, Holden Roberto e Daniel Chipenda, representante do MPLA. Nos dias 11 e 12 de Outubro, já depois da demissão de Spínola, a delegação liderada pelo General Fontes Pereira de Melo reunia-se, novamente em Kinshasa, com Mobutu e com os principais dirigentes da FNLA, saindo deste encontro o acordo de cessação das hostilidades, a vigorar a partir de 15 de Outubro. Ficava assim formalmente estabelecido o cessar-fogo entre Portugal e cada um dos movimentos de libertação, abrindo-se caminho para a fase seguinte: a negociação dos termos da independência e da transferência da soberania. Para isso, faltava promover uma plataforma de entendimento entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, o que foi conseguido por Ernesto Melo Antunes, Ministro sem pasta do III Governo Provisório e responsável pela condução do processo de descolonização de Angola até ao final de 1974. A 10 de Janeiro de 1975, no Alvor, o MPLA, a UNITA e a FNLA iniciavam a cimeira destinada a discutir a formalização da independência de Angola, cujas condições ficariam devidamente enunciadas no Acordo do Alvor, subscrito no dia 15 de Janeiro¹⁶³⁹ (Correia 1991, pp. 100-101, 104-106, 124-131; Ferreira 1994, pp. 73-74; Oliveira 1996, pp. 102-104, 139-149).

Na exposição sobre a política externa italiana, apresentada à Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Deputados, a 23 de Janeiro de 1975, Mariano Rumor, o MNE italiano, referia-se ao processo de descolonização dos territórios portugueses sublinhando como os seus «felizes começos» representam um evento de relevo histórico pelo seu «profundo significado político» e pela eliminação de um «foco de desequilíbrio» no continente africano, fundamental para o desenvolvimento pacífico dos países que há muito

¹⁶³⁸ Devido aos acontecimentos relacionados com o 28 de Setembro e à consequente demissão de Spínola, a reunião não iria além da sessão de abertura (Correia 1991, p. 88).

¹⁶³⁹ Com o Acordo do Alvor, Portugal reconhecia a FNLA, a UNITA e o MPLA como os únicos e legítimos representantes do povo angolano. Estabelecia também que o poder seria exercido até à proclamação da independência, agendada para 11 de Novembro de 1975, por um Alto-comissário e um Governo de Transição, este último presidido e dirigido por um triunvirato constituído por um membro de cada movimento de libertação, então designado por Colégio Presidencial. Previa-se ainda a realização de eleições gerais para uma Assembleia Constituinte antes da data de independência.

lutavam pela independência¹⁶⁴⁰. Neste contexto, Rumor realçava o «frutuoso diálogo» que a Itália mantinha com os movimentos de libertação e como o Governo pretendia contribuir para o desenvolvimento dos Estados soberanos que nasciam da descolonização dos territórios portugueses através da institucionalização de vantajosos programas de cooperação¹⁶⁴¹.

Todavia, a instabilidade em que Angola mergulharia, especialmente a partir de meados de 1975, limitaria de sobremaneira os projectos de colaboração delineados pelo Governo de Roma. Para citar Pedro Pezarat Correia, uma das principais figuras portuguesas que conduziram a descolonização angolana, a situação atingiu «uma gravidade que excedeu mesmo as expectativas mais pessimistas» (Correia 1994, p. 50). Entre Janeiro e Maio, a competição política entre as três facções era muito elevada e plena de tensão. Cada movimento continuava a manter as suas forças armadas e, a partir de Fevereiro, a FNLA servia-se da superioridade militar que detinha para promover acções de intimidação, atacando sistematicamente as posições do MPLA em Luanda. A UNITA, que inicialmente procurava manter-se fora do conflito entre o MPLA e a FNLA a fim de beneficiar ao máximo da imagem de movimento não violento, acabaria por envolver-se ao lado de Holden Roberto, nos finais de Maio. No Verão de 1975, Angola estava em plena guerra civil e a internacionalização do conflito era irreversível. Tanto o MPLA como a FNLA procuravam apoios externos, com o confronto entre ambos a ser lido pela comunidade internacional dentro da lógica do posicionamento geoestratégico da guerra fria: o primeiro simbolizava a luta contra o imperialismo e o capitalismo, sendo apoiado por Cuba e pela URSS, e o segundo, a par da UNITA, ambos conotados com o anticomunismo e com a retracção da expansão soviética, recebiam o apoio do Zaire, da Zâmbia, da África do Sul e dos EUA (Correia 1991, pp. 133-142; Ferreira 1994, p. 75).

Tanto o Zaire como a Zâmbia partilhavam com Angola uma linha fronteiriça com milhares de quilómetros e as suas exportações dependiam do caminho-de-ferro de Benguela, dois motivos fortes para desejarem ver ali instalado um governo amigo e sem ligações à URSS, principalmente quando ambos viviam problemas políticos e económicos internos em resultado da elevada e incomportável dívida externa e da descida do preço do cobre, matéria-prima estruturante da capacidade financeira nacional (Maxwell 2006, pp. 226-227). A presença de militares zairenses entre os efectivos da FNLA era uma realidade inquestionável a partir de Março de 1975, participando nos ataques ao MPLA em Luanda e no norte. A partir

¹⁶⁴⁰ AHD/MNE, PEA M22/1975, aerograma n.º 3 de 29 de Janeiro de 1975, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶⁴¹ *Ibidem.*

de Julho, o regime de Mobutu reforçava a sua acção, pondo à disposição da FNLA, que se tinha tornado numa extensão das suas próprias forças armadas (*ibidem*, p. 227), vários batalhões de infantaria e unidades blindadas e de artilharia que pertenciam Exército nacional¹⁶⁴² (Correia 1991, pp. 153-154).

A África do Sul pretendia salvar o seu perímetro de segurança face à crescente influência militar e política do MPLA e, para isso, começou a enviar tropas para proteger as obras do plano do Cunene, a estação hidroeléctrica de Ruscaná e a estação de bombagem do Calueque. Seguiu-se o apoio logístico e militar à UNITA, ao mesmo tempo que tropas sul-africanas avançavam rapidamente até Luanda¹⁶⁴³. Daria ainda apoio directo à FNLA, colocando no Ambriz um pelotão de artilharia pesada, destinado a participar num pretenso ataque final a Luanda (*ibidem*, pp. 157-160).

Henry Kissinger, em Nova Iorque, na última semana de Setembro de 1975, tomava a primeira posição pública sobre o caso de Angola, acusando abertamente a União Soviética de interferir na política interna angolana ao apoiar o MPLA (nesta altura já os EUA apoiavam a FNLA, como veremos mais à frente)¹⁶⁴⁴. Washington via com apreensão a influência soviética num dos países mais ricos do Atlântico Sul e com os melhores portos na costa ocidental da África Meridional, em plena rota do Cabo, ainda que Moscovo, devido às desconfianças face aos líderes do MPLA e ao interesse em concluir com sucesso as negociações para a distensão bipolar, refreasse o seu apoio e discordasse da operação militar de intervenção que Cuba pretendia organizar (Gleijeses 2006, pp. 119-135; Guimaraes 2006, pp. 181-185).

Entre Outubro e Novembro de 1974, o MPLA recebia armamento da URSS ainda em quantidades pouco significativas, mas os EUA reagiam e, quando o Acordo do Alvor foi assinado, a 15 de Janeiro de 1975, a Comissão dos 40, pertencente ao Conselho Nacional de Segurança dos EUA, autorizou a concessão de uma verba de 300 mil dólares para a FNLA, cuja estratégia seria mais militar do que política, ao contrário do que preconizava a UNITA, movimento a quem foi declinado auxílio. Entre Março e Julho de 1975, as remessas enviadas

¹⁶⁴² O apoio do Zaire, nomeadamente em unidades de artilharia, foi muito importante na luta da FNLA contra o MPLA, permitindo-lhe contrabalançar os seus avanços (conquistara Luanda e o litoral angolano entre Cabinda e Moçâmedes e controlava toda a região sul, com a UNITA a ficar confinada na região leste à volta de Nova Lisboa). Refira-se ainda que Holden Roberto, líder da FNLA, era cunhado do Chefe de Estado zairense (AHD/MNE, PEA M2/1976, informação de serviço do MNE intitulada «Angola e a situação na África Austral», com data de 5 de Março de 1976, elaborada por Queirós de Barros).

¹⁶⁴³ *Ibidem*.

¹⁶⁴⁴ AHD/MNE, PEA M4/1975, «Resenha da imprensa italiana sobre Portugal de 25 de Setembro a 1 de Outubro de 1975», com data de 1 de Outubro de 1975, redigida pelo Conselheiro de Imprensa da Embaixada de Portugal em Roma.

pela URSS ao MPLA aumentavam. Em Julho de 1975, a CIA e o Presidente Gerald Ford aprovaram um fundo de 14 milhões de dólares para apoiar o MPLA e a UNITA contra o MPLA, começando também os carregamentos de armas da CIA a entrar em Angola (Correia 1991, pp. 150-153).

A posição oficial de Portugal em relação aos acontecimentos seria, tal como declarado pelo Conselho da Revolução, a 22 de Maio, de rigorosa neutralidade, enfatizando particularmente a necessidade em que as facções em contenda dessem cumprimento do estipulado no Acordo do Alvor. A intervenção externa na colónia era algo que as autoridades de Lisboa não desejavam, pois pretendiam procurar directamente com os contendentes uma concertação e assim salvaguardar quer a influência de Portugal enquanto elemento conciliador, quer os interesses agrícolas e mineiros portugueses na região e garantir ainda uma linha de relacionamento cordial com o partido que conseguisse impor-se (*ibidem*, pp. 142-146, 149-161). Contudo, o PREC impediria uma acção eficaz no sentido da harmonização entre os três movimentos de libertação, o que favoreceu a demarcação internacional da rede de apoios na base de conotações ideológicas. E quando a aproximação entre a FNLA e o Zaire se começou a intensificar, Lisboa ainda procurou promover o entendimento entre o MPLA e a UNITA, mas sem sucesso¹⁶⁴⁵ (*ibidem*, p. 145). Até porque uma aliança deste tipo não convinha aos EUA, pois prejudicaria as diligências que efectuavam em conjunto com Mobutu para promover a colaboração entre a UNITA e a FNLA e aumentar a influência norte-americana na região. Como escreve Pedro Pezarat Correia (1991, p. 146), «Portugal não contava com os seus aliados para pôr termo à guerra civil», sendo estes «que a alimentavam e contribuíam para acentuar a já debilitada posição portuguesa». E assim era porque «em Angola também se jogava no esmagamento da revolução portuguesa» quando entrou no seu período de esquerdização mais radical e revolucionário (*ibidem*).

O interesse dos EUA no esclarecimento da política do Governo de Lisboa para Angola era evidente, principalmente quando começaram a circular informações de que os portugueses estavam a favorecer o MPLA. A 19 de Setembro de 1975, o Embaixador norte-americano na capital portuguesa respondia às instruções de Henry Kissinger para que clarificasse junto do Governo local qual era exactamente a sua política: «Were they neutral or were they favoring

¹⁶⁴⁵ Se o MPLA mantinha a sua ofensiva para forçar a UNITA a capitular antes da transferência da soberania, marcada para 11 de Novembro, a UNITA procurava conquistar território suficiente para forçar o MPLA a negociar a sua entrada no futuro Governo (Burton & Keefer 2011, doc. 30, telegrama n.º 1430, secreto, de 25 de Setembro de 1975, o Cônsul dos EUA em Luanda ao Departamento de Estado dos Negócios Estrangeiros, p. 321).

MPLA»¹⁶⁴⁶. Costa Gomes, Presidente da República, assegurava que «their policy was one of neutrality, but MPLA enjoyed greater popular support than FNLA although latter had superior military capacity», para além do primeiro ter « a better spirit and more popular support»¹⁶⁴⁷. À interrogação se Portugal pretendia continuar a permitir a expansão do MPLA para entregar-lhe Angola depois da independência, a 11 de Novembro, Costa Gomes respondia que o Governo português, qualquer que fosse a evolução dos acontecimentos, continuaria a tentar trabalhar com os três grupos, sem favorecer nenhum deles, para uni-los. Portugal não entendia ser seu direito jurídico entregar o poder, em Novembro, apenas ao MPLA, pois não representava o povo angolano¹⁶⁴⁸.

Também o Cônsul dos EUA em Luanda tentava obter localmente informações sobre a situação político-militar, especialmente, sobre qual seria a atitude do Governo português perante uma hipotética declaração unilateral de independência por parte do MPLA. A 24 de Setembro, conversava sobre estes assuntos com o Alto-Comissário de Angola, General António da Silva Cardoso. Segundo ele, as autoridades portuguesas jamais admitiriam tal passo e, caso não se encontrasse uma solução para o problema da incompatibilidade política em Angola, atribuiriam a jurisdição do território às Nações Unidas. Em todo o caso, Cardoso não acreditava que o MPLA seguisse aquela via antes de 11 de Novembro, até porque tinha informação de que a União Soviética alertara para o facto de tal acção não ser politicamente expediente¹⁶⁴⁹.

Ademais, continuava o General, crescia o antagonismo entre as tropas portuguesas e o MPLA, pelo que não evitariam fazer-lhe a guerra. E assim era por um conjunto importante e profundamente articulado de razões. A comunidade branca acusava o MPLA e os seus «grupos populares» de estarem a destruir a economia de Angola, com os militares a compungirem-se com uma situação que afectava os elementos dos seus círculos familiares e de amizade. Neste particular, a sua posição diferia substancialmente dos militares em Portugal, pois conheciam a verdadeira situação no terreno. Por outro lado, também não seriam pró-FNLA ou pró-UNITA. Diga-se, em suma, que não simpatizavam em definitivo com o MPLA, especialmente depois da campanha por este lançada contra as tropas portuguesas nos meios de comunicação que controlava¹⁶⁵⁰.

¹⁶⁴⁶ *Ibidem*, doc. 129, telegrama n.º 5542, confidencial, de 19 de Setembro de 1975, o Embaixador de Portugal em Lisboa ao Departamento de Estado dos Negócios Estrangeiros, p. 317.

¹⁶⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁴⁸ *Ibidem*, p. 318.

¹⁶⁴⁹ *Ibidem*, doc. 30, telegrama n.º 1430, secreto, de 25 de Setembro de 1975, o Cônsul dos EUA em Luanda ao Departamento de Estado dos Negócios Estrangeiros, p. 319.

¹⁶⁵⁰ *Ibidem*.

Quanto às acusações de que o Governo português favorecia o MPLA face aos restantes movimentos estas eram, segundo o Almirante Cardoso, infundadas. Se, no seguimento do 25 de Abril de 1974, Lisboa apoiara o MPLA e a UNITA para fortalecê-los e contrabalançar a superioridade militar da FNLA, desde a instalação do Governo de Transição, a 31 de Janeiro de 1975, a política portuguesa tinha seguido uma neutralidade activa, isto é, nas palavras do Cônsul norte-americano: «treat all three movements alike and get involved with none of them except to see that they all had what they needed to function properly»¹⁶⁵¹. Neste sentido, continuava Cardoso, se algum movimento tinha sido favorecido, teria de ser a UNITA e, no entanto, «President Savimbi complains bitterly about imagined Government of Portugal favoritism toward MPLA»¹⁶⁵². E Cardoso reforçava a ideia: «The Government of Portugal is not helping the MPLA in any way, [...] even though the MPLA political ideas more closely approximate those of the Portuguese military than either of the other two liberation movements»¹⁶⁵³. Tal como não seriam fidedignas as informações divulgadas por Mobutu ou Holden Roberto quanto às ajudas concedidas por Portugal ao MPLA¹⁶⁵⁴.

A 10 de Outubro de 1975, o Ministro dos Estrangeiros Ernesto Melo Antunes encontrava-se com o Presidente Gerald Ford e com Henry Kissinger, em Washington, onde era considerado como um homem da esquerda razoável e um dos pontos de equilíbrio sólidos no panorama político português, mantendo Portugal no Ocidente ao reconstruir a sua democracia. Merecia, por este facto, e segundo Ford, o apoio dos EUA, quer para resolver o problema da evacuação dos refugiados em Angola, quer para sanar a economia portuguesa. Contudo, o auxílio estava condicionado ao comprometimento por parte de Portugal de que, quando deixasse Angola, não deixaria o equipamento militar para uso do MPLA. Melo Antunes reiterava que Lisboa seguia uma política neutral, pelo que o Governo não estava a ceder ajuda a nenhuma das facções em Angola e não tinha, por isso, motivos para ceder o seu armamento¹⁶⁵⁵.

Entretanto, a instabilidade militar em Angola agravava-se e em Outubro de 1975, a intervenção internacional deixava «de ser caracterizada apenas pela ajuda em armamento, conselheiros ou dinheiro, para tomar a forma de presença efectiva de tropas estrangeiras em território angolano» (Ferreira 1994, p. 76). No início do mês, chegavam a Angola os

¹⁶⁵¹ *Ibidem*, p. 320.

¹⁶⁵² *Ibidem*.

¹⁶⁵³ *Ibidem*.

¹⁶⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁵⁵ *Ibidem*, doc. 131, memorando, secreto, de 10 de Outubro de 1975, sobre as conversações entre o Presidente dos EUA, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o Embaixador de Portugal em Washington, pp. 323-325.

primeiros contingentes militares enviados por Cuba para apoiar o MPLA, ainda que só a 5 de Novembro, na reunião do Comité Central, Havana decidisse responder ao apelo que Agostinho Neto fizera no início de Agosto e enviar efectivos significativos¹⁶⁵⁶.

Com a aproximação da data da independência, os combates recrudesciam, sem que tal impedisse a sua proclamação a 11 de Novembro, muito embora o fosse de uma forma *sui generis* face ao estipulado nos Acordos do Alvor: como a luta entre os movimentos nacionalistas impedira a realização de eleições para a Assembleia Constituinte e, por conseguinte, a entrega do Poder nos termos estabelecidos no documento assinado pelas partes, o Governador-geral, Rosa Coutinho, transferia simbolicamente a soberania para o povo angolano. No mesmo dia, conforme estipulado no sobredito acordo, Portugal retirou-se. De imediato, o MPLA, que controlava a capital, Luanda, proclamava a República Popular de Angola, cuja presidência era atribuída a Agostinho Neto. A FNLA e a UNITA respondiam com a proclamação, em Nova Lisboa, centro da área étnica da UNITA, da República Democrática de Angola, presidida por Holden Roberto (Correia 1991, pp. 166-168, 170-172).

O Governo da FNLA/UNITA não conseguiria obter o reconhecimento internacional, ao contrário do regime do MPLA, reconhecido a 12 de Novembro de 1975 pela URSS, por Cuba, pela RDA, pela Polónia, por Moçambique, pelo Mali, pela Guiné-Bissau, por Cabo Verde, por São Tomé e Príncipe, pela Somália, pela Roménia e pelo Brasi¹⁶⁵⁷. Portugal reconheceria a República Popular de Angola a 22 de Fevereiro de 1976, «quando mais de 80 países já o tinham feito» (Correia 1994, p. 50, 173-176). A par de Portugal, tardaram a reconhecer o Governo de Luanda o Zaire, a Zâmbia, os EUA, os países da CEE, entre os quais a Itália, e a China, pois consideravam que sem o auxílio de Cuba e da URSS Agostinho Neto nunca poderia ter proclamado a República Popular de Angola, pelo que a vitória não pertenceria propriamente ao MPLA. Considerava-se, por conseguinte, que havia um enfeudamento deste em relação ao bloco comunista¹⁶⁵⁸.

O retardamento do reconhecimento de Portugal deveu-se à oposição de alguns partidos do Governo Provisório, de responsáveis políticos e dos retornados, para quem não seria possível reconhecer nenhum dos três movimentos porque não tinham cumprido os Acordos do

¹⁶⁵⁶ A operação tinha o nome de código *Carlota* e destinava-se a colocar em Angola, através de uma ponte aérea, com aviões fornecidos pela União Soviética, milhares cubanos em unidades armadas e equipadas. Quando chegaram, a 8 de Novembro, Luanda encontrava-se na iminência de um ataque a partir do norte e do sul (no dia 11 de Novembro, dia da independência, tinham chegado cerca de três mil cubanos), tendo sido imediatamente integradas nas operações de defesa da cidade (Correia 1991, pp. 160-161).

¹⁶⁵⁷ Burton & Keefer 2011, doc. 136, telegrama n.º 269496, confidencial, de 13 de Novembro de 1975, o Departamento de Estado em Washington a todos os postos diplomáticos dos EUA, p. 333.

¹⁶⁵⁸ AHD/MNE, PEA M2/1976, informação de serviço do MNE intitulada «Angola e a situação na África Austral», com data de 5 de Março de 1976, elaborada por Queirós de Barros.

Alvor e instituído um Governo efectivo que representasse os angolanos à altura da transição da soberania, o que levou as autoridades portuguesas a cederem a soberania ao povo de Angola. Perante a dissensão, a decisão foi deixada ao Presidente da República, General Francisco da Costa Gomes, e na sua decisão em reconhecer a República Popular de Angola pesaram os interesses portugueses na antiga colónia e o desejo de evitar a hostilidade do novo Governo angolano, cuja consolidação interna era irrevogável, em relação aos portugueses que ainda ali viviam ou ali pudessem voltar¹⁶⁵⁹.

O Governo de Luanda ressentiu-se do reconhecimento tardio de Portugal, criticando o facto de Lisboa ter-se limitado a seguir o resto do mundo em vez de ter tomado a iniciativa e contribuído para influenciar outros governos¹⁶⁶⁰. Com efeito, vários países europeus, parceiros de Portugal na NATO, como a Itália, a França, a Grã-Bretanha, a Holanda e a Dinamarca reconheciam o Governo do MPLA antes de Lisboa. O reconhecimento tardio acabaria por ter consequências ao nível das relações luso-angolanas, prejudicando a posição vantajosa que Portugal poderia ter em Angola, para benefício de outros países europeus, nomeadamente da Itália. Dois meses passados do reconhecimento português, o Governo do MPLA suspendia as relações diplomáticas com Portugal por considerar que Lisboa patenteava atitudes hostis, sendo as mesmas depois lentamente restabelecidas. E assim, de todos os países africanos de língua oficial portuguesa, foi com Angola que Portugal celebrou menos acordos, tendo o primeiro, um acordo de cooperação geral luso-angolano, sido assinado três anos depois da independência, em 1978. Apenas no final da década de 80, as relações entre Lisboa e Luanda alcançaram um relativo incremento, muito embora não desaparecesse uma certa ambiguidade alimentada pelas desconfianças geradas pela hesitação no reconhecimento do Governo de Luanda (Correia 1991, pp. 175-176).

Em Itália, a rivalidade entre os movimentos de libertação angolanos e a questão do reconhecimento da República Popular de Angola dividiram os principais partidos políticos e os sectores económicos italianos segundo as suas convicções ideológicas. A FNLA, mais próxima do Ocidente, tinha a simpatia do PDC, o partido da maioria relativa, da Farnesina e dos ambientes económicos, que viam naquele movimento uma importante porta de entrada para a economia angolana, não obstante as suas extensas ligações aos interesses económicos e políticos ocidentais, sobretudo norte-americanos. Já o MPLA obtinha largos apoios junto do PSI e do PCI, de algumas organizações de inspiração católica de esquerda e dos meios da extrema-esquerda (Istituto Affari Internazionali 1975, pp. 58-59). Esta circunstância,

¹⁶⁵⁹ *Ibidem.*

¹⁶⁶⁰ *Ibidem.*

ocorrendo num período de sucessivas crises governativas, marcadas pela corrida ao poder entre o PDC, o PSI e o PCI, produziu uma grande ambiguidade ao nível da gestão da política africana da Itália, diluindo-se o oficial e o não-oficial na intensa diplomacia promovida pelo PCI com o regime de Luanda (cf. Borruso 2009, pp. 161-163, 167-169).

A questão do reconhecimento do regime do MPLA ficou marcada, logo em Novembro, por um episódio de violência extrema. Falamos da morte de Piero Bruno, jovem militante de dezoito anos da *Lotta Continua*, movimento comunista revolucionário, no seguimento de uma manifestação de solidariedade para com o povo angolano e o novo Governo do MPLA, organizada pelos grupos extraparlamentares da esquerda¹⁶⁶¹. O incidente instalou uma acesa polémica em torno do carácter repressivo das autoridades italianas e das relações privilegiadas que Roma mantinha com os países africanos próximos do imperialismo ocidental.

Em Dezembro, era a vez do *Comitato per il Riconoscimento della Repubblica Popolare dell'Angola* apelar ao Governo italiano para que reconhecesse com urgência o Governo formado em Luanda pelo MPLA¹⁶⁶². Apelava também à mobilização da comunidade internacional para que apoiasse o povo angolano na busca da independência total, o que, noutras palavras, significava isolar as forças imperialistas que agrediam o seu único representante, o MPLA¹⁶⁶³. Com este objectivo, e tendo em conta que o PSI e o PCI já tinham levado a discussão do assunto ao Parlamento, o Comité convidava as diversas forças políticas, sindicais e sociais italianas a subscrever a seguinte moção:

«I partiti, i movimenti, le organizzazioni, i sindacati sottoscritti dichiarano solidarietà piena all MPLA, [...] unico ed autentico rappresentante del popolo angolano, impegnato in un lunga lotta contro il colonialismo, il neocolonialismo e l'imperialismo; condannano l'aggressione straniera guidata dai regime del Sud Africa e dello Zaire; denunciano le organizzazioni fantoccio – FNLA e UNITA – quali strumenti della politica imperialista in Africa; esprimono il proprio sostegno alla liberazione totale della Angola nella piena autonomia e indipendenza e nel rifiuto di ogni ingerenza da parte delle superpotenze; esigono il riconoscimento della Repubblica Popolare dell'Angola da parte del Governo italiano»¹⁶⁶⁴.

¹⁶⁶¹ Tudo aconteceu a 22 de Novembro de 1975, em Roma, com um grupo a destacar-se do cortejo principal com o objectivo de atacar o edifício da Embaixada do Zaire, na Via Muratori, não muito longe do Coliseu. O Zaire surgia neste contexto como um dos regimes que tinha tido uma participação activa no que os manifestantes consideravam ser o ataque imperialista a Angola, ao lado dos EUA e da África do Sul. As autoridades policiais já estavam de sobreaviso e perante a aproximação daqueles abrem fogo, tendo então sido atingido Piero Bruno. Prostrado na calçada, um dos elementos policiais defere-lhe o golpe final que o levaria à morte, no dia seguinte (*La Stampa* 1975; *L'Unità* 1975b).

¹⁶⁶² Fondazione di Studi Storici Filippo Turati, Archivio Storico, fundo PSI - Direzione nazionale, serie 11, subsérie 4, b. 33, fasc. 5, manifesto do Comitato per il riconoscimento della Repubblica Popolare dell'Angola, intitulado «Per il riconoscimento della Repubblica Popolare dell'Angola», com data de 3 de Dezembro de 1975.

¹⁶⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁶⁴ *Ibidem*.

No PSI, tentava-se acelerar o reconhecimento do Governo de Agostinho Neto com um convite ao MPLA para que participasse no XL Congresso do partido, a decorrer em Roma entre 3 e 7 de Março de 1976. Esta posição não era unânime, com o Secretário-geral socialista, Francesco De Martino, a propor que o convite fosse alargado à UNITA e à FNLA. Riccardo Lombardi, líder da corrente esquerdista do PSI, alertava-o para as consequências negativas de tal acto. Segundo ele, nada obrigava o PSI a vincular-se à política de neutralidade seguida pelo Governo português, pois os empenhos existentes ao nível de um Estado e de um Governo eram independentes das alianças e relações de um partido (o PSI), para quem o MPLA seria o único e legítimo representante do povo angolano (fora ele que o guiara na longa luta contra a colonização) e o único a actuar de forma efectivamente independente quando procurava ajudas militares externas¹⁶⁶⁵. Acrescia o facto de o seu Governo ter sido o único a obter o reconhecimento diplomático de importantes países africanos e a ser considerado como o único representante do povo angolano na linguagem diplomática dos governos não comprometidos, como era o caso da Inglaterra, cujos responsáveis políticos defendiam ser necessário reservar o máximo peso ao MPLA, mesmo na eventualidade de uma coalizão com a UNITA e a FNLA¹⁶⁶⁶.

A preferência geral pelo MPLA surgia sobretudo em reacção ao enfeudamento da FNLA e da UNITA aos governos da África do Sul e do Zaire, considerados em todo o mundo africano como os inimigos da libertação da África¹⁶⁶⁷. E era aqui que residia o problema para Lombardi: se o PSI convidasse para o seu Congresso, a par do MPLA, a FNLA e a UNITA, o primeiro não só não poderia acolher o convite dos socialistas italianos, como levaria os restantes movimentos de libertação e os governos que não reconheciam a FNLA e a UNITA a declinar o convite, justificando o seu acto com pesados motivos políticos. Em termos concretos, este procedimento significaria a ruptura com a FRELIMO, nada mais do que como «movimento africano più importante il quale da 10 anni intrattiene un rapporto privilegiato con il nostro Partito!» e se De Martino insistisse na sua ideia «rovineremmo così anni di difficile lavoro!»¹⁶⁶⁸. Perante tudo isto, Lombardi aconselhava vivamente o Secretário-geral a que reconsiderasse a sua proposta devido às «gravi conseguenze che avrebbe e per l'offuscamento che ne deriverebbe, in caso di soluzione sbagliata, alla immagine del Partito presso tutto ciò che conta di democratico e di socialista in Africa»¹⁶⁶⁹.

¹⁶⁶⁵ *Ibidem*, carta pessoal com data de 29 de Dezembro de 1975, Riccardo Lombardi a Francesco De Martino.

¹⁶⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁶⁹ *Ibidem*.

O último argumento utilizado por Lombardi para demover De Martino relacionava-se com a reorientação da política angolana dos EUA nos últimos dias de Dezembro de 1975. Em *post scriptum* Lombardi referia que os EUA tinham decidido suspender o fornecimento de ulteriores ajudas militares à UNITA e à FNLA devido à oposição do Congresso (veremos porquê mais à frente) e para evitar as consequências negativas que adviriam do facto de o Governo norte-americano ser considerado como cúmplice do regime racista da África do Sul, o inimigo número um da liberdade africana¹⁶⁷⁰. Recordemos que os Governos de ambos os países, a partir de Julho de 1975, colaboraram de forma concertada no ataque ao MPLA, com os norte-americanos a manterem os sul-africanos informados sobre o apoio que cediam à FNLA. Quando este facto extravasou para o domínio público, Washington foi firme a negá-la e abortou todas as estratégias de ataque conjuntas para evitar as consequências advindas de uma cooperação militar com um país internacionalmente isolado pelas suas políticas racistas (Gleijeses 2006, pp. 120-122; Guimarães 2006, pp. 186-188).

Este facto é importante para os assuntos das relações luso-italianas e entre a Itália e os movimentos de libertação pelo seguinte: em meados de Dezembro de 1975, os EUA e o Zaire, o seu principal aliado no centro e sul da África (Guimarães 2006, pp. 185-186), discutiam a participação da Itália como «testa de ferro» nas acções de apoio norte-americanas à FNLA e à UNITA. Nesta altura, corria já na imprensa que o Governo norte-americano cedia armas ao Zaire e sabia-se que o Congresso não estava à vontade com tal situação. A conversação decorria entre o Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, e o delegado do Zaire, Mandungu Bula Nyati, com este a reforçar a ideia de que a questão angolana constituía um problema de segurança para o seu país¹⁶⁷¹. Kissinger retorquia que o armamento solicitado pelo Presidente Mobutu seguiria para o Zaire com brevidade, no espaço de poucas semanas, e que a França enviaria também uma missão militar a Kinshasa. Para contornar a desaprovação do Congresso quanto à introdução de material bélico norte-americano em África, Kissinger e Bula Nyati acordavam uma estratégia que passava por introduzir no Zaire, através da França, da Alemanha e da Itália, o equipamento que os EUA possuíssem na Europa¹⁶⁷². A inclusão da Itália neste grupo partira da iniciativa do delegado zairense por um conjunto específico de situações que facilitaria a transferência do equipamento, nomeadamente, os estreitos contactos que Mobutu tinha em Roma (várias empresas italianas, entre elas o *Istituto per la*

¹⁶⁷⁰ *Ibidem*. Tal como os EUA, e pelas mesmas razões estratégicas, a República Popular da China decidira retirar na mesma altura as ajudas que fornecia à FLNA.

¹⁶⁷¹ Burton & Keefer 2011, doc. 149, memorando da conversação entre o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros dos EUA e o Comissário de Estado para os Negócios Estrangeiros do Zaire, em Paris, a 17 de Dezembro de 1975, p. 382.

¹⁶⁷² *Ibidem*, p. 380.

Ricostruzione Italiana, tinham trabalhos em curso no Zaire), as missões de cooperação técnico-militar da Força Aérea italiana que operavam no Zaire e as inúmeras bases norte-americanas e da NATO instaladas no território italiano (Castagnola 1977, p. 221). Deste modo, comentava Bula Nyati, «if they come to us with it, no one will see American equipment, and we can prove to Congress that there is no American involvement»¹⁶⁷³. Por outro lado, continuava, «nobody will protest if France and Italy come to Zaire with American armament»¹⁶⁷⁴.

Neutralizado este plano pela reprovação do Congresso (Guimarães 2006, pp. 188-191), os EUA retiravam de Angola, tal como a África do Sul, o que permitiu ao MPLA impor a supremacia militar e territorial com a ajuda soviético e cubana, eliminando a FNLA a norte, ao mesmo tempo que forçava os militares do Zaire à retirada e levava a UNITA à rendição, no sul, com a conquista de Huambo¹⁶⁷⁵. Seguidamente, Washington declarava-se disposto a colaborar com o MPLA se o Governo de Luanda anunciasse quais seriam as suas intenções no que respeitava à presença de forças estrangeiras no seu território¹⁶⁷⁶.

Até Fevereiro de 1976, o Governo italiano procurou gerir com cautela as suas reacções em relação ao MPLA, procurando equilibrar todos os interesses que estavam em causa: os seus, os dos portugueses, os dos angolanos e os do Ocidente. Por exemplo, quando, em Novembro de 1975, se fizeram as consultas preliminares na ONU para aferir quais seriam as reacções caso o MPLA decidisse apresentar o pedido de adesão da República Popular de Angola, a Itália abster-se-ia, a par dos EUA, da Inglaterra, da França, da Suécia, do Japão, da China e da Costa Rica. A URSS, a Bielorrússia, o Iraque, a Mauritânia e a Tanzânia votariam a favor, cinco votos contra os nove necessários para que o Conselho de Segurança recomendasse o pedido de adesão à Assembleia-geral¹⁶⁷⁷.

Na primeira semana de Fevereiro de 1976, quando a República Popular de Angola tinha sido reconhecida pela OUA e a CEE dava passos precisos no sentido do seu reconhecimento jurídico, uma delegação do MPLA deslocava-se a Roma com o objectivo de sensibilizar a opinião pública italiana para as razões que justificavam e legitimavam aquele acto¹⁶⁷⁸. O PCI, que recebeu os delegados angolanos, assegurava-lhes que seria diligente em advogar junto do Governo italiano o reconhecimento da República Popular de Angola. E a altura era propícia a

¹⁶⁷³ *Ibidem*, p. 382.

¹⁶⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁷⁵ AHD/MNE, PEA M2/1976, informação de serviço do MNE intitulada «Angola e a situação na África Austral», com data de 5 de Março de 1976, elaborada por Queirós de Barros.

¹⁶⁷⁶ *Ibidem*, ofício n.º 405 de 11 de Maio de 1976, o Embaixador de Portugal em Washington ao MNE.

¹⁶⁷⁷ Burton & Keefer 2011, doc. 136, telegrama n.º 269496 de 13 de Novembro de 1975, o Departamento de Estado a todos os postos diplomáticos, p. 335.

¹⁶⁷⁸ A iniciativa estender-se-ia também ao conjunto dos Estados-membros da CEE.

um desfecho favorável, pois a denúncia dos Acordos do Alvor por parte de Portugal era interpretada em Roma como um primeiro passo dado pelo Governo português no sentido do reconhecimento do regime do MPLA¹⁶⁷⁹. Neste contexto, os deputados do PCI inquiriam o Presidente do Conselho, Aldo Moro, e o Ministro dos Estrangeiros, Mariano Rumor, se o Governo italiano não considerava ser aquele o momento de proceder sem demora ao reconhecimento da República Popular Angola e se não tencionava solicitar à CEE uma análoga decisão por parte dos restantes países comunitários¹⁶⁸⁰.

O Governo italiano reconhecia a República Popular de Angola a 18 de Fevereiro de 1976, em resposta à decisão da França em reconhecer o regime do MPLA¹⁶⁸¹. Segundo o *Avanti*, os Estados-membros da CEE estavam desagradados com a tomada de decisão da França, considerada unilateral, pois inviabilizava a tomada de uma decisão unitária por parte dos ministros dos Estrangeiros da Comunidade Europeia, prevista para 23 ou 24 de Fevereiro, tal como tinha acontecido com a Guiné-Bissau e Moçambique. Este acto, inesperado perante o auxílio francês à FNLA e à UNITA, obrigou os restantes países europeus, entre os quais a Itália, a assumir uma posição precisa e no sentido do reconhecimento, não obstante as objecções quanto à presença de exércitos estrangeiros no território, capazes de sustentar uma guerra civil (*Avanti* 1976, p. 6).

A 4 de Junho, Roma e Luanda encetavam relações diplomáticas bilaterais, com a Itália a tornar-se no primeiro Estado-membro da CEE a ter um embaixador na capital angolana, esperando-se obter grandes benefícios com esta posição¹⁶⁸². A 27 de Setembro de 1976, o Primeiro-ministro de Angola, Lopo Nascimento, visitava Roma a convite da *Alitalia*, vindo acompanhado pelos ministros das Finanças e dos Transportes e por vários técnicos¹⁶⁸³. Embora a visita não tivesse carácter oficial, serviria para colocar as bases da futura colaboração económica e política, indo de encontro às aspirações que os angolanos formulavam junto das delegações dos partidos que visitavam Angola, nomeadamente do PCI. A comitiva angolana seria, assim, recebida pelas autoridades oficiais: pelo Presidente da República, Giovanni Leone, pelo Presidente do Conselho, Giulio Andreotti, pelo Ministro do Comércio Externo, Rinaldo Ossola, pelo Subsecretário dos Negócios Estrangeiros, Franco

¹⁶⁷⁹ AHD/MNE, PEA M32/1976, telegrama n.º 58 de 13 de Fevereiro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶⁸⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 59 de 13 de Fevereiro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶⁸¹ No comunicado enviado à imprensa, o Governo italiano regozijava-se pelo estabelecimento da paz e formulava auspícios para a retirada das tropas estrangeiras (*ibidem*, telegrama n.º 70 de 18 de Fevereiro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹⁶⁸² AHD/MNE, PEA M34/1976, telegrama n.º 385 de 6 de Outubro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶⁸³ O convite da *Alitalia* surgia no contexto da inauguração da linha aérea Roma/Luanda (*ibidem*).

Foschi (o Ministro estava na ONU), por vários funcionários do MAE e por dirigentes das maiores empresas nacionais¹⁶⁸⁴. Nascimento encontrou-se também com Enrico Berlinguer, Secretário-geral do PCI, para agradecer o apoio dado pelos comunistas ao MPLA durante a luta de independência e reiterar o desejo de Agostinho Neto, Presidente de Angola, em estreitar as boas relações e aproveitar as larguíssimas potencialidades para desenvolver a cooperação entre Angola e a Itália¹⁶⁸⁵.

Segundo informações recolhidas pelo Embaixador Armando Martins junto dos funcionários do MAE, do Ministro do Comércio Externo e do Presidente do *Istituto per la Ricostruzione Italiana*, Nascimento tinha tido uma grande preocupação em vincar que Angola, em termos de política externa, seguia o princípio do não-alinhamento e do estabelecimento de relações com todos os países, salientando quão especial eram as relações com Cuba por motivos de identidade ideológica e de gratidão pelo auxílio prestado ao MPLA (não fizera, neste contexto, referências especiais à URSS)¹⁶⁸⁶. Feitas estas advertências, pois seriam necessárias para obter a colaboração italiana, Nascimento avançava para as questões de política interna. Dizia que Angola enfrentava dois grandes problemas, para cuja solução os italianos poderiam contribuir: restabelecer a economia nacional e resolver a falta de quadros especializados para assegurar o regular funcionamento da estrutura industrial, dos circuitos comerciais e da administração pública. Para resolver o primeiro problema, o Governo angolano pretendia obter ajuda económica, técnica e financeira internacional; quanto aos profissionais qualificados, o objectivo seria suprimir a sua falta através da reintegração dos portugueses cujo pedido de regresso tivesse sido positivamente apreciado pelas autoridades angolanas e com a importação da mão-de-obra de países terceiros. Segundo Nascimento, a Itália seria, neste particular, um país privilegiado no campo da técnica¹⁶⁸⁷. Os angolanos tinham também pedido, no contexto das relações económicas ítalo-angolanas, créditos a longo prazo com juros baixos (3%), contudo, retorquiam os italianos, nas agudíssimas condições económicas em que a Itália se encontrava não seria possível conceder créditos abaixo das taxas internacionais, situadas nos 8 ou 9%¹⁶⁸⁸. Este facto fazia com que os acordos de cooperação entre ambas as partes privilegiassem a concretização de projectos de assistência

¹⁶⁸⁴ *Ibidem.*

¹⁶⁸⁵ *Ibidem.*

¹⁶⁸⁶ *Ibidem.*

¹⁶⁸⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁸⁸ *Ibidem.*

técnica e de obras públicas, tendo também sido discutido um programa de assistência agrícola e o envio de pessoal médico¹⁶⁸⁹.

Segundo o Embaixador Martins, os italianos estavam convencidos de que Angola daria preferência à Itália por ter sido o primeiro país europeu a estabelecer relações diplomáticas com Luanda – e ser, naquela altura, o único que se fazia representar na capital angolana por um Embaixador¹⁶⁹⁰ – e pelo apoio dado ao MPLA durante as lutas pela independência¹⁶⁹¹. Nascimento, por seu lado, teria falado no papel «sempre mais activo e determinante da Itália com os países africanos» e na intenção do Governo de Angola em estabelecer «relações preferenciais com a Itália no seio dos países europeus e ocidentais»¹⁶⁹². E para isso, a Itália começaria por fornecer o apoio técnico necessário para pôr a funcionar as fábricas encerradas com a saída dos portugueses, sobretudo siderurgias e fábricas de madeiras, calçado e peles. Efectuaria também prospecções geológicas, especialmente para a exploração de petróleo, e procederia à reestruturação da rede de estradas e dos sistemas de comunicações, incluindo o telegráfico e postal. As partes acordaram ainda que a FIAT cederia assistência técnica e equipamentos industriais, tal como outras empresas estatais, entre as quais o *Istituto per la Ricostruzione Italiana*, a ENI, a *Selenia* e a *Alitalia*. Tudo isto a par do comprometimento mútuo no incremento da colaboração económica e das trocas comerciais¹⁶⁹³.

Escreve o Embaixador português que Lopo Nascimento e os seus colaboradores causaram boa impressão em Itália, quer pela sua moderação no planeamento de um crescimento gradual, quer pelo grau da sua preparação, considerado superior ao das delegações de outros países africanos que visitaram Roma¹⁶⁹⁴. Martins sabia também que a disponibilidade demonstrada pelo Governo italiano visava um objectivo político muito concreto: com o auxílio técnico que prometia, pretendia reforçar a posição de Nascimento em relação a Agostinho Neto¹⁶⁹⁵. Todavia, no final de 1976, os projectos discutidos com o Primeiro-ministro de Angola ainda não tinham tido execução. A missão italiana, que deveria ter ido a Luanda a 24 de Outubro, ficara adiada *sine die* e o mesmo acontecera com a visita planeada do Subsecretário dos Transportes. O Governo italiano tinha dificuldades em encontrar técnicos, sobretudo *managers*, e operários especializados que quisessem ir trabalhar

¹⁶⁸⁹ *Ibidem* e telegrama n.º 285 de 8 de Julho de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶⁹⁰ O embaixador de Angola em Roma seria brevemente nomeado, tendo entretanto Venâncio da Silva Moura sido investido nas funções de Encarregado de negócios (*ibidem*, telegrama n.º 385 de 6 de Outubro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹⁶⁹¹ *Ibidem*.

¹⁶⁹² *Ibidem*.

¹⁶⁹³ *Ibidem*.

¹⁶⁹⁴ *Ibidem*.

¹⁶⁹⁵ *Ibidem*.

em Angola, devido à crescente instabilidade política e militar derivada do reacender da guerra civil. Ao mesmo tempo, as dificuldades económicas e financeiras da Itália não permitiam os grandes investimentos necessários às obras no campo da siderurgia e na indústria petroquímica, sendo impossível substituir, neste particular, os norte-americanos, tal como pretendido pelo Governo de Luanda¹⁶⁹⁶. Do ponto de vista político, os dirigentes do Partido da Democracia-cristã, partido líder do Governo, percebiam que Lopo Nascimento tinha menos poder dentro do MPLA do que supunham e constatavam que a situação em Angola era menos esperançosa do que o inicialmente previsto dada a continuação dos combates no norte e, no sul, devido ao facto de as forças de Savimbi não permitirem o funcionamento da linha férrea de Benguela. Acresciam ainda as lutas entre duas principais correntes do MPLA, devendo Lúcio Lara tomar o lugar de Primeiro-ministro e aumentar a influência de Nito Alves com a dilatação da influência soviética¹⁶⁹⁷. Medravam, assim, no meio da Democracia-Cristã, as tendências desfavoráveis aos compromissos com Angola, dada a aproximação do Governo de Andreotti ao PCI e até como reflexo da crescente oposição subterrânea ao Presidente do Conselho. Segundo o Embaixador, esta corrente tinha instrumentalizado a visita de Nascimento para fortalecer a sua posição, dando-lhe toda a publicidade e assentindo que fosse recebido por Leone e Andreotti para depois demonstrar que dela nenhuns frutos adviriam. Tenhamos agora em conta que esta ida a Roma tinha sido organizada pelo *Istituto per le Relazioni tral'Italia e i Paesi dell'Africa, America Latina e Medio Oriente* por sugestão e influência do PCI, actuando este, por sua vez, com a colaboração do PCP¹⁶⁹⁸. Tratou-se, pois, de uma iniciativa com largas implicações estratégicas do ponto de vista político, com os comunistas a pretenderem beneficiar de uma percentagem dos lucros que derivassem dos empreendimentos projectados para o desenvolvimento económico de Angola, destinada, por sua vez, a financiar a actividade interna e externa do partido e respectivas organizações¹⁶⁹⁹. A política italiana movia-se nos seus mais tortuosos meandros e ulteriores fins do combate partidário.

Com a independência das Províncias Ultramarinas, fechava-se, efectivamente, o ciclo imperial de Portugal. Depois de treze anos de guerras coloniais, a causa pela qual foram feitas – manter as ligações históricas e civilizacionais com os territórios integrados na Nação com os

¹⁶⁹⁶ AHD/MNE, PEA M32/1976, telegrama n.º 434 de 12 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE. Nascimento teria procurado fazer com que os italianos promovessem eles próprios tal substituição (*ibidem*).

¹⁶⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁹⁸ AHD/MNE, PEA M32/1976, telegrama n.º 434 de 12 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁶⁹⁹ *Ibidem*.

Descobrimentos – resultava na procura de uma solução política para a questão ultramarina. Superadas as indefinições dos governantes portugueses quanto ao rumo a tomar dentro da solução política (independência ou federação, imediata ou posterior), a independência era negociada com os movimentos de libertação. Para os países africanos vizinhos, interessados em manter a estabilidade nas suas fronteiras, era fundamental que a soberania fosse exercida por regimes sólidos ou, no caso de Angola e de Moçambique, moderados. Para este fim não hesitavam, como era o caso da Tanzânia ou da Zâmbia, em solicitar ao Governo de Roma que exercesse os seus bons ofícios de mediação na questão. Ofícios que o Governo italiano oferecera logo após a queda do Estado Novo e que foram importantes para o progresso do processo negocial. Também para a Itália era fundamental manter a África Austral estabilizada politicamente para assim poder criar ligações fortes com Moçambique e Angola, mercados com um potencial muito forte para os seus produtos e capitais. E a Itália tinha a seu favor uma tradição na promoção do desenvolvimento do continente africano e da liberdade dos povos oprimidos, o que a tornava num parceiro muito estratégico aos olhos dos novos dirigentes africanos. Neste jogo tático, definiram-se também posições estratégicas no âmbito da guerra civil de Angola, com Portugal e a Itália a reconhecerem tardiamente a legitimidade do Governo fundado pelo MPLA, apoiado pela URSS e por Cuba, por oposição ao da UNITA e da FNLA, apoiado pelos EUA e pelo Ocidente, procurando até ao último momento evitar que a região se tornasse num dos palcos da guerra fria.

A perspectiva da instalação de um regime democrático em Portugal, no seguimento do golpe militar de 25 de Abril de 1974, permitia que se equacionasse de forma muito optimista o estreitamento das relações entre Lisboa e as Comunidades Europeias. Contudo, a instabilidade política que se instalou durante o período pré-constitucional impediria qualquer acto formal neste sentido. Bruxelas e cada um dos Estados-membros pressionavam os principais responsáveis políticos do país para que normalizassem a situação política através do afastamento dos comunistas da área governativa e do estabelecimento de uma democracia pluralista. Alcançados estes objectivos, Portugal entrava numa nova fase democrática, a dos Governos Constitucionais, e passava a dispor das prerrogativas que permitiam perspectivar a sua plena adesão à CEE, considerada como o alicerce primordial para o relançamento da economia nacional, para a modernização do país e para o fortalecimento do seu jovem sistema democrático.

O processo de negociação da adesão não seria, contudo, fácil. Basta recordar que decorria no contexto do alargamento da CEE a sul, impulsionado pela queda dos regimes ditatoriais também na Grécia (em Julho de 1974) e na Espanha (entre Novembro e Dezembro de 1975). Esta situação, ao colocar em cima da mesa a negociação de problemas tão diversos como a revisão da política comunitária para o Mediterrâneo, a optimização do funcionamento dos mecanismos institucionais e financeiros numa comunidade a doze e a regulamentação dos sectores produtivos considerados sensíveis (a pesca, a olivicultura, a vinicultura e a indústria naval), exigia a toda as partes envolvidas (à Comunidade em si, a cada Estado-membro, e aos países peticionários), uma grande predisposição negocial.

É neste contexto que analisaremos a actuação da Itália, quer no referente à negociação da adesão de Portugal, quer no âmbito da preparação das Comunidades Europeias, a nível institucional e financeiro, para receber os novos países e aumentar a sua validade estratégica interna e externa. Para isso, dividimos este capítulo em quatro partes. Na primeira explicaremos como a instalação de um regime democrático em Portugal criou possibilidades reais para o acesso pleno à opção europeia, considerada como via preferencial para o reposicionamento externo do país e um aliado estratégico para promover o desenvolvimento económico nacional. Na segunda parte veremos como o alargamento ao sul foi tratado como uma problemática estratégia pragmática por Bruxelas, pelos Estados-membros e pelos países peticionários. A nossa intenção será explicar como o valor estratégico do alargamento

(desenvolvimento económico da zona sul, dilatação do MEC, reforço da influência da CEE no Mediterrâneo e, devido às ligações históricas de Portugal e da Espanha com as ex-colónias, na África e a América Latina) seguia a par com os problemas relacionados com a reforma institucional das Comunidades Europeias, posteriormente sancionada pelo Acto Único (1986). Na terceira parte analisaremos o papel desempenhado pela Itália ao nível das negociações entre Portugal e Bruxelas, com o Governo de Roma a ver o alargamento a sul como uma oportunidade para reforçar a influência da Europa meridional no âmbito comunitário. Na quarta e última parte explicamos como a complexidade dos alargamentos a sul e a produção de exportações com características concorrenciais estabeleceram entre Portugal e a Itália uma cooperação com competição e como a mesma foi gerida.

3.1 – A democracia e o acesso pleno à opção europeia

Com a independência das Províncias Ultramarinas, Portugal recuava ao núcleo genésico da portugalidade. Territorialmente reduzido, privado do eixo comercial entre a metrópole e as colónias, a braços com o regresso de um número elevadíssimo de portugueses e de soldados de além-mar (entre 500 e 600 mil pessoas), com uma economia em crescente derrocada e um sistema político instável, devido ao carácter revolucionário do processo de reconversão institucional, social e laboral, Portugal necessitava de encontrar pontos de sólidos apoios externos onde assentar a sua democratização e garantir, em todos os sectores das relações externas, a sua autonomia. Por outras palavras, era necessário «definir as novas orientações externas da democracia portuguesa» (Teixeira 2004, p. 149). Durante o período pré-constitucional, esta seria uma «luta silenciosa», interina às «lutas ruidosas» do processo de democratização e feita, por vezes, entre «diplomacias paralelas», com o objectivo de estabelecer os objectivos e as opções estratégicas da política externa portuguesa (*ibidem*). Nesta altura, a opção terceiro-mundista, que defendia a constituição de um eixo neutralista, não-alinhado com o bloco soviético ou o bloco ocidental, e o desenvolvimento de relações de proximidade com os países fundados nas antigas colónias tinha uma grande ascendência sobre os decisores políticos e militares afectos aos meios comunistas e esquerdistas (*ibidem*, pp. 148-149). A Europa, contudo, não estaria totalmente ausente do pensamento estratégico dos primeiros governos provisórios, uma vez que, como os seus responsáveis entendiam, a existência de um Governo democrático diluía qualquer obstáculo a uma cooperação mais estreita entre Portugal e os países da Comunidade Europeia, nomeadamente através da revisão

do Acordo de Julho de 1972, celebrado durante o consulado de Marcello Caetano no quadro das relações CEE/EFTA com a finalidade de regulamentar as trocas de produtos industriais entre Portugal e o MEC e criar progressivamente uma zona de comércio livre entre ambas as partes¹⁷⁰⁰ (Castilho 2000, pp. 157-174; Ferreira 2003, pp. 151-162; Silva 2005, pp. 397-403).

Logo a 3 de Maio de 1974, Mário Soares, na qualidade de representante da Junta de Salvação Nacional, era recebido pela Comissão executiva das Comunidades Europeias, presidida pelo francês François-Xavier Ortoli (1973-1977), tendo então assegurado que pretendia promover uma relação mais próxima entre Portugal e as Comunidades¹⁷⁰¹. A resposta de Bruxelas era muito clara: o futuro da relação entre as duas partes dependia da institucionalização de um Governo democraticamente eleito pelos portugueses¹⁷⁰².

Em meados de Junho, os Estados-membros da CEE examinavam «com atenção e simpatia» os esforços do Governo de Lisboa para resolver a questão da descolonização e decidiam aprovar uma declaração conjunta onde admitiam, em jeito de incentivo e como prova da sua boa vontade, a possibilidade de promover a aproximação de Portugal às Comunidades¹⁷⁰³. Era então que decorria a primeira reunião do Comité Misto Portugal – CEE, em Bruxelas, onde se discutiu a concessão de um auxílio financeiro a Portugal, destinado a inverter a situação de crise da economia nacional¹⁷⁰⁴, e como ambas as partes poderiam alargar as possibilidades de cooperação no âmbito do Acordo de 1972, tal como previsto na sua «cláusula evolutiva»¹⁷⁰⁵. Fora do leque de opções ficavam, naquela altura, as fórmulas de cariz institucional que apontassem no sentido da associação, da adesão ou de outra forma de acordo com uma maior componente política¹⁷⁰⁶. Bruxelas pretendia evitar a todo o custo não só o envolvimento nos procedimentos morosos que um novo acordo ou fórmula implicariam,

¹⁷⁰⁰ AHD/MNE, PEA M33/1974, telegrama n.º 36 de 20 de Junho de 1974, o Representante de Portugal junto da CEE ao MNE.

¹⁷⁰¹ *Ibidem*, telegrama n.º 34 de 17 de Maio de 1974, o Representante de Portugal junto da CEE ao MNE. A 2 de Maio de 1974, Mário Soares iniciava um périplo pelas capitais europeias ocidentais para explicar quais seriam os objectivos democráticos e descolonizadores do novo poder político português. Foi neste contexto que visitou Bruxelas, onde teve aquelas conversações.

¹⁷⁰² *Ibidem*.

¹⁷⁰³ *Ibidem*, telegrama n.º 35 de 14 de Junho de 1974, o Representante de Portugal junto da CEE ao MNE.

¹⁷⁰⁴ Atingida pela crise mundial de 1973 e pela revolução de Abril de 1974, a economia portuguesa entrou num ciclo de profunda recessão. Com a descolonização, uma parte importante das indústrias da metrópole perdia o seu mercado principal, quer para a colocação dos seus produtos, quer para a obtenção de matérias-primas. Por outro lado, as nacionalizações dos anos 1974-1975 e as medidas de gestão colectiva levaram à contracção dos investimentos e à retracção da produção, aumentando as necessidades de importação do país, com a inevitável escalada do *deficit* na balança externa de pagamentos (Commissione delle Comunità Europee 1978, p. 8). Para uma visão geral das transformações sofridas pela economia portuguesa nos anos finais do Estado Novo e após o 25 de Abril *vide* Murteira 1984.

¹⁷⁰⁵ AHD/MNE, PEA M33/1974, telegrama n.º 43 de 1 de Julho de 1974, o Representante de Portugal junto da CEE ao MNE.

¹⁷⁰⁶ *Ibidem*.

a começar nas negociações complicadas e a acabar nas ratificações parlamentares, mas também a adopção precoce de soluções de longo prazo. A sua preocupação essencial centrava-se no reforço dos laços existentes de forma que a CEE pudesse contribuir para o desenvolvimento económico de Portugal e para que este desempenhasse plenamente o seu papel numa Europa democrática¹⁷⁰⁷.

Com as divergências em torno da política de descolonização (federação, como pretendia António de Spínola, ou independência, como advogava o MFA), o I Governo Provisório caía a 9 de Julho, com a demissão do Primeiro-ministro Palma Carlos. Sucedia-lhe Vasco Gonçalves e a presença dos militares no Conselho de Estado aumentava. A 10 de Julho, a CEE divulgava a sua primeira reacção oficial aos acontecimentos procedentes do 25 de Abril. Tratava-se de uma declaração global, onde afirmava que seguia com atenção os passos dados em Portugal em direcção à democracia, augurando ainda que esta evolução conduzisse ao estreitamento das relações com a CEE (Castro 2002, pp. 128-129).

A 19 de Julho, o II Governo Provisório assumia funções. Mário Soares mantinha-se nos Negócios Estrangeiros, mas os militares ocupavam a chefia de mais ministérios, com Álvaro Cunhal a entrar como ministro sem pasta, o que suscitou os primeiros sobressaltos na Comunidade, levando-a a actuar com maior determinação. Três dias depois, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Nove reuniam-se em Bruxelas, tendo então incumbido o Comité de Coordenação Política de analisar a questão das relações entre Portugal e a CEE e apresentar propostas que permitissem afirmar, com acções e ajudas concretas, a vontade dos Estados-membros em apoiar o país. As propostas em causa deveriam ser apresentadas na reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros a realizar em Paris, nos dias 9 e 10 de Setembro de 1974, não obstante se reconhecesse ser difícil analisar a questão dos auxílios quando as autoridades portuguesas desconheciam as suas reais necessidades¹⁷⁰⁸. Nestas condições, os Nove consideravam que as acções concretas de ajuda deveriam ocorrer ao nível dos investimentos, da cobertura dos riscos políticos e do sector sindical, neste caso, dotando o país com as estruturas em falta, como, por exemplo, a criação de mecanismos de conciliação social. Admitiam ainda a possibilidade de assistir os portugueses nos seus contactos com países terceiros ou no interior das organizações internacionais¹⁷⁰⁹.

Na reunião de Paris, Van Elslande, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, via recusado o seu parecer onde defendia ser necessário actuar rapidamente para fortalecer o

¹⁷⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁰⁸ AHD/MNE, PEA M48/1975, informação do MNE sobre a reunião do Comité Davignon em Paris, entre 9 e 10 Setembro de 1974.

¹⁷⁰⁹ *Ibidem*.

processo de democratização iniciado em Portugal¹⁷¹⁰. Para António de Siqueira Freire, Representante de Portugal junto das Comunidades Europeias, os restantes Estados-membros, com excepção da Itália¹⁷¹¹, pareciam querer refugiar-se por detrás do facto de Portugal ainda não ter exposto o que pretendia ao abrigo da cláusula evolutiva do Acordo de 1972 e da delicada situação política na região mediterrânica¹⁷¹². Ao que tudo indicava, a Comunidade pretendia seguir o caminho da prudência até ver estabilizado o processo democrático no país, no entanto, e aqui estava o cerne da questão, o problema seria encontrar o ponto de equilíbrio entre a atitude de simpatia que a CEE pretendia demonstrar em relação ao país e a prudência¹⁷¹³. Havia, por conseguinte, limites estreitos dentro dos quais a Comunidade pretendia actuar, necessariamente a ter em conta pelas autoridades portuguesas nas negociações para a obtenção dos apoios económicos que pretendiam¹⁷¹⁴.

Na sequência dos acontecimentos do 28 de Setembro de 1974, o Presidente da República, António de Spínola, demitia-se e a sua substituição pelo General Francisco Costa Gomes levava à queda do Governo. Vasco Gonçalves continuava a exercer o cargo de Primeiro-ministro, desta vez à frente do III Governo Provisório, em funções a partir de 1 de Outubro. No mesmo dia, os EUA recuavam na cedência do apoio financeiro que tinham prometido antes da demissão de Spínola e da radicalização do processo revolucionário (Castro 2002, p. 129). Ficava claro para o novo Governo que teria de ser mais incisivo para obter a activação da cláusula evolutiva do Acordo de 1972 e, através dela, a dilatação do seu âmbito comercial à concessão de direitos sociais aos emigrantes portugueses nos países-membros da CEE e à cooperação tecnológica, industrial e financeira (Silva 2005, p. 409). No domínio comercial, pretendia-se ainda aligeirar os regimes de exportação de vinhos, de conservas de peixe e de concentrados de tomate e alterar certas disposições aplicáveis ao comércio de produtos industriais entre a Comunidade e Portugal, incluindo os das novas indústrias¹⁷¹⁵.

¹⁷¹⁰ AHD/MNE, PEA M33, ofício n.º 994/74 de 20 de Setembro de 1974, o Representante de Portugal junto das Comunidades Europeias ao Presidente da Comissão Interministerial de Cooperação Económica Externa.

¹⁷¹¹ Van Elslande foi apoiado pelo Ministro dos Estrangeiros da Itália, Aldo Moro, favorável à concessão de uma ajuda financeira imediata a Portugal como forma de favorecer a evolução positiva da política interna portuguesa (*ibidem*).

¹⁷¹² *Ibidem*.

¹⁷¹³ AHD/MNE, PEA M48/1975, informação do MNE sobre a reunião do Comité Davignon em Paris, entre 9 e 10 Setembro de 1974.

¹⁷¹⁴ AHD/MNE, PEA M33, ofício n.º 998/74, confidencial, de 20 de Setembro de 1974, o Representante de Portugal junto das Comunidades Europeias ao Presidente da Comissão Interministerial de Cooperação Económica Externa.

¹⁷¹⁵ AHD/MNE, EOI M849, telegrama n.º C-69 de 27 de Novembro de 1974, o MNE às Embaixadas em Londres, Paris, Bruxelas, Roma, Copenhaga, Dublin, Haia, Bona, Viena, Berna, Helsínquia, Oslo, Estocolmo, Washington, Madrid e às delegações de Portugal junto da NATO e da ONU.

Discutidas estas questões na reunião do Comité Misto CEE – Portugal, na última semana de Novembro de 1974, Bruxelas garantia que tudo faria para que as propostas portuguesas fossem examinadas o mais rapidamente possível, mostrando-se, em linha de princípio, favorável à abertura de negociações com Lisboa para a revisão do Acordo de 1972¹⁷¹⁶. Contudo, a instabilidade política que crescia em Portugal na viragem do ano levava os parceiros europeus a suspender a abertura negocial até ali demonstrada. O objectivo seria actuar como forma de pressão para que o PCP fosse afastado do Governo, ainda que, em Fevereiro de 1975, Christopher Soames, Vice-presidente da Comissão Europeia e responsável pelas relações externas das Comunidades, visitasse Lisboa para discutir as possibilidades de expansão do Acordo existente com a CEE¹⁷¹⁷.

A tentativa de golpe de Estado de 11 de Março de 1975 e o decorrente agravamento da instabilidade política e social, ao acentuarem a radicalização revolucionária da esquerda, acabariam por impor mais um retrocesso na aproximação entre Lisboa e Bruxelas. Se as reservas nos meios comunitários cresciam exponencialmente, havia, porém, a preocupação de evitar reacções precipitadas que conduzissem Portugal para a órbita da URSS¹⁷¹⁸. A 26 de Março, o Representante de Portugal junto da CEE, Siqueira Freire, encontrava-se com Christopher Soames, começando este por pedir informações sobre os desenvolvimentos políticos em Portugal e sobre a composição do Governo que acabara de formar-se (o IV Governo Provisório¹⁷¹⁹). Em seguida, informava Siqueira Freire que a situação portuguesa tinha sido examinada na reunião da Comissão, a 25 de Março, com os Estados-membros a manifestarem a sua «ansiedade» perante o desenrolar dos acontecimentos. E reiterava o que afirmara ao Primeiro-ministro português no decurso da sua visita a Lisboa: a firme vontade das Comunidades Europeias em aprofundarem as relações com Portugal e o profundo interesse das mesmas no estabelecimento de uma democracia pluralista no país, alcançada através de eleições livres¹⁷²⁰. Apesar de Soames insistir que a disponibilidade manifestada pela CEE para ajudar Portugal não deveria ser entendida como uma via aberta para a

¹⁷¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷¹⁷ AHD/MNE, PEA M48/1975, telegrama n.º 108 de 14 de Fevereiro de 1975, o Embaixador de Portugal em Londres ao MNE.

¹⁷¹⁸ *Ibidem*, telegrama não numerado de 21 de Março de 1975, a delegação de Portugal em Bruxelas ao MNE. Na mesma altura, ficava ainda claro o início da divergência entre a Europa e os EUA quanto à posição a adoptar face a Portugal, com os EUA a considerarem que Portugal era um caso já perdido, pelo que o Ocidente deveria deixá-lo cair nas suas contradições e dificuldades internas. Kissinger manteria esta visão até Agosto de 1975, altura em que avançava para uma intervenção mais directa do país (Sá 2009, pp. 295-504). Escrevemos sobre o assunto nas pp. 326-335 deste estudo.

¹⁷¹⁹ No IV Governo Provisório, Mário Soares passava a Ministro sem pasta e a liderança do MNE era atribuída a Ernesto Melo Antunes.

¹⁷²⁰ AHD/MNE, PEA M48/1975, aerograma n.º 3/75, confidencial, de 27 de Março de 1975, o Representante de Portugal junto das Comunidades Europeias à Comissão Interministerial de Cooperação Económica

intervenção nos assuntos internos portugueses, a pressão não só era evidente como seria reforçada na sequência da assinatura do Pacto MAF/Partidos, a 11 de Abril¹⁷²¹. Os partidos socialistas da CEE e o grupo socialista do Parlamento Europeu subscreviam, nesta altura, uma carta aberta ao Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, onde exortavam o MFA a distanciar-se do PCP, pois só assim Bruxelas estaria em condições de desbloquear o auxílio financeiro a Portugal (Castro 2002, p. 133).

A vitória do PS nas eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas a 25 de Abril de 1975, a par dos resultados expressivos obtidos pelos partidos do centro, augurando uma conjugação de esforços entre as forças políticas moderadas, aliviaria os olhares pesados sobre Portugal. Exerceram-se, desde logo, grandes pressões internas e externas sobre o PCP para o obrigar a recuar, ao mesmo tempo que se apoiavam as forças moderadas políticas e no interior do MFA, representadas, respectivamente, por Mário Soares e Melo Antunes. A 28 de Maio, a CEE desbloqueava a renegociação do Acordo de 1972, ainda que continuasse a manter cativas as ajudas financeiras que pretendia destinar a Portugal (*ibidem*).

O problema das relações entre as Comunidades e Portugal era novamente analisado pelo Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros na tarde de 15 de Julho, numa reunião preliminar restrita, e pelo Conselho Europeu ao nível dos Chefes de Estado e de Governo, nos dias 16 e 17¹⁷²². Sublinhava Siqueira Freire que o «afincado trabalho» que os peritos vinham realizando no *dossier* português «confirmava a determinação da Comunidade em ir por diante em termos concretos e nos mais curtos prazos com os assuntos portugueses, dando, como era óbvio, prioridade aos aspectos de substância e processo relacionados com a ajuda financeira urgente a conceder a Portugal»¹⁷²³. Tudo continuava, porém, dependente da evolução positiva da situação interna. Com receio de estar a subsidiar uma aliança entre os socialistas e os comunistas, a França vetava (logo, bloqueava, devido ao princípio da unanimidade que regia as decisões do Conselho Europeu) a concessão do empréstimo comunitário a Portugal¹⁷²⁴, fazendo com que a sua posição prevalecesse sobre a da Comissão das Comunidades Europeias e a da maioria dos Estados-membros, para os quais era do interesse europeu continuar a

¹⁷²¹ *Ibidem*.

¹⁷²² *Ibidem*, telex n.º 290, urgente e confidencial, de 16 de Julho de 1975, o Representante de Portugal junto da CEE ao MNE.

¹⁷²³ *Ibidem*.

¹⁷²⁴ A França estava mais interessada em seguir a evolução da situação política na Grécia, país que cerca de um ano depois apresentaria o seu pedido de adesão à CEE (Castro 2002, p. 133).

preparar os mecanismos previstos para a ajuda financeira excepcional e urgente a Portugal¹⁷²⁵.

O Conselho Europeu formulou o consenso alcançado nos seguintes termos:

«O Conselho Europeu reafirma que a Comunidade Europeia continua disposta a discutir o estreitamento da cooperação económica e financeira com Portugal. O Conselho reafirmou igualmente que a Comunidade Europeia – de acordo com a política europeia que tem seguido até hoje e com a sua tradição histórica – só pode dar apoio a uma democracia pluralista»¹⁷²⁶.

O passo seguinte, tal como deliberado pelos Nove, seria a realização da reunião ministerial Portugal – CEE, previamente marcada para 22 de Julho, em Bruxelas, para discutir o plano de ajuda e as contrapartidas exigidas a Lisboa¹⁷²⁷. Seria Ernesto Melo Antunes a conduzir as discussões pela parte portuguesa, fazendo-o com a preocupação de reforçar a ideia de que os portugueses estavam verdadeiramente empenhados na construção de uma sociedade democrática, cujos particularismos (ou originalidade) face aos modelos ocidentais resultava da concretização de um socialismo com carácter pluralista (Sterpellone 1975, p. 2).

No início de Agosto, os líderes ocidentais reuniam-se no âmbito da Conferência para a Segurança e a Cooperação Europeia para assinar o Acto Final de Helsínquia. A ocasião foi aproveitada por Helmut Schmidt, chanceler da RFA, e por Harold Wilson, Primeiro-ministro da Inglaterra, para exercer novas pressões, desta vez sobre o Presidente da República Portuguesa, Francisco da Costa Gomes. Segundo o General, os dois estadistas usaram de uma «enorme agressividade» para sublinhar claramente a sua mensagem: «Ou os senhores entram, enfim, num certo campo, ou os senhores perdem todas as facilidades prometidas, sob o ponto de vista económico e financeiro» (*apud* Castro 2002, p. 139). Havia, pois, que «ter ordem»,

¹⁷²⁵ AHD/MNE, PEA M48/1975, telex n.º 290, urgente e confidencial, de 16 de Julho de 1975, o Representante de Portugal junto da CEE ao MNE. É de realçar a intervenção do comissário europeu Altiero Spinelli, cujo parecer favorável à concessão de uma ajuda de emergência a Portugal teve grande repercussão dentro da Comissão Europeia. Europeísta convicto (em 1941, escrevera o *Manifesto di Ventotene*, considerado como um dos fundamentos teóricos do movimento federalista europeu), detinha um lato prestígio no âmbito das instituições comunitárias e junto dos líderes europeus. Em Dezembro de 1974, Spinelli deslocara-se a Lisboa para assistir ao Congresso do PS, tendo informado a Embaixada de Portugal em Roma de que gostaria de encontrar-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, na altura Mário Soares, com alguns dos expoentes das diversas forças políticas (citava Álvaro Cunhal, Victor Alves, Rui Vilar, Sá Carneiro e Freitas do Amaral) e com os directores do *Diário de Notícias* e do *Expresso*, para obter informações e esclarecimentos sobre a situação interna portuguesa. Estes, afirmava Spinelli, permitir-lhe-iam melhor advogar, no contexto da CEE, pela concessão dos auxílios financeiros que Portugal desejava obter e pelo estreitamento dos laços de proximidade do país com as Comunidades Europeias (AHD/MNE, PEA M33/1974, telegrama n.º 154, urgente, de 10 de Dezembro de 1974, a Embaixada de Portugal em Bruxelas ao MNE).

¹⁷²⁶ AHD/MNE, PEA M48/1975, telex n.º 295, urgente e confidencial, de 17 de Julho de 1975, o Representante de Portugal junto da CEE ao MNE.

¹⁷²⁷ Siqueira Freire, perante as dúvidas que existiam nos meios comunitários, questionava se não seria preferível («para não arriscarmo-nos a queimar agora, em condições menos favoráveis do que estava previsto, um cartuxo desta importância») insistir no adiamento da reunião (*ibidem*, telex n.º 290, urgente e confidencial, de 16 de Julho de 1975, o Representante de Portugal junto da CEE ao MNE).

nas palavras de Schmidt, «porque, sem ordem não há economia e sem economia não há Governo» e Portugal estava muito «desordenado» (*apud ibidem*). Ou seja, era necessário fortalecer as forças moderadas, entendendo-se que Costa Gomes teria o poder necessário para actuar neste sentido.

A 7 de Agosto, um grupo de nove oficiais do Conselho da Revolução, liderados por Melo Antunes, divulgava o Documento dos Nove, onde se afirmava a separação entre as esferas militar e política, ao contrário do que pretendia o PCP. Em termos práticos, abria-se uma cisão no MFA, bloqueando-o enquanto motor da revolução socialista (*ibidem*, p. 140). No dia seguinte, e em pleno «Verão Quente», o IV Governo Provisório caía, mantendo-se Vasco Gonçalves na liderança do V Governo, maioritariamente constituído por militares. Os países europeus voltavam a pressionar, sublinhando que Portugal só receberia apoio económico se Vasco Gonçalves saísse do Governo e a influência do PCP nos círculos do poder fosse drasticamente diminuída. Estas pressões, combinadas com a mobilização popular desencadeada pelos partidos anticomunistas contra o V Governo, levariam Costa Gomes a demitir o Executivo e a indigitar José Pinheiro de Azevedo para liderar o VI Governo Provisório. Estava-se a 25 de Agosto. A 7 de Outubro de 1975, no Conselho de Ministros do Luxemburgo, a questão do veto francês ficava definitivamente superada, com os parceiros europeus a aprovarem, na lógica de actuação defendida pela Itália, pela RFA e pela Inglaterra, a concessão de um auxílio excepcional de urgência no valor de 150 milhões de unidades de conta, especificamente destinado a robustecer as estruturas da democracia pluralista e a melhorar a situação económica portuguesa. Contudo, o processo para a sua aplicação só seria desbloqueado depois de normalizada a situação interna após a tentativa de golpe de Estado de 25 de Novembro de 1975.

Estando a CEE mais receptiva perante as expectativas de normalização e o VI Governo Provisório mais decidido a dar passos concretos para a aproximação ao MEC, as negociações entre ambas as partes eram formalizadas no Inverno de 1976 (Silva 2005, pp. 412-413). Entre 12 e 22 de Janeiro de 1976, estava em Lisboa uma delegação técnica do Banco Europeu de Investimento (BEI) para analisar os projectos apresentados a Bruxelas com vista à obtenção dos financiamentos acordados na reunião do Luxemburgo. *In loco*, a delegação apreciou 42 projectos, tendo contactado com as entidades por eles responsáveis e visitado os locais da sua implantação. O Governo português sinalizava ainda os projectos que considerava prioritários

para serem avaliados pelo Conselho Administrativo do BEI, ao que seguir-se-ia a negociação dos contractos de financiamento¹⁷²⁸.

No período constitucional, que se abre com a tomada de posse do I Governo Constitucional, a 23 Julho de 1976, e que ficou marcado pela consolidação da democracia, Portugal marca de forma unívoca e rigorosa o seu posicionamento externo enquanto país europeu. Nesta base, a política externa portuguesa ganhou uma maior clarificação e definição, com a integração de Portugal nas Comunidades Europeias a surgir como um objectivo estratégico para os sucessivos governos constitucionais. Sublinhe-se que a vertente atlantista de Portugal, que caracterizara largamente a política externa do Estado Novo, não era excluída, mas reforçada através do aprofundamento dos eixos de relacionamento com os EUA, com a América Latina (com grande destaque para o Brasil), com os países saídos da descolonização e com a NATO (Teixeira 1995, pp. 816-818).

No Programa do I Governo Constitucional, apresentado à Assembleia da República pelo Primeiro-ministro Mário Soares, a 3 de Agosto de 1976, a adesão de Portugal à CEE é expressamente referida como o caminho a percorrer¹⁷²⁹. A 20 de Setembro, em Bruxelas, as duas partes assinavam o Protocolo Adicional ao Acordo de 1972¹⁷³⁰ e o Acordo Intercalar¹⁷³¹, assim como um Protocolo Financeiro¹⁷³², acontecimento que era entendido como uma

¹⁷²⁸ AHD/MNE, PEA M2/1976, apontamento do MNE com data de 28 de Janeiro de 1976, elaborado por Fernando d'Oliveira Neves. No sector da energia, considerado dos sectores de mais fácil intervenção, devido ao alto nível dos projectos apresentados e à clareza da estratégia da política energética traçada, seria estudado o financiamento dos grupos 1 e 2 da central térmica de Setúbal e a sua ligação à rede nacional e europeia; numa segunda fase, seria considerado o projecto hidroeléctrico da Aguieira. No sector dos transportes, as atenções direccionavam-se para a ligação ferroviária do porto de Leixões e para a construção da ponte ferroviária do Douro, ligando Vila Nova de Gaia ao Porto. No sector da agricultura, considerar-se-ia o projecto de irrigação de Odivelas e de Sorraia. Na indústria, sector também considerado de fácil arranque devido ao bom nível dos projectos examinados, era escolhido o projecto CUF (*ibidem*).

¹⁷²⁹ AAVV 2001, doc. 27, Programa do I Governo Constitucional, apresentado à Assembleia da República a 3 de Agosto de 1976 (extracto relativo à CEE), p. 150.

¹⁷³⁰ O Protocolo Adicional contemplava as medidas comerciais, bem como a cooperação nos domínios da segurança social, industrial e da tecnologia. Estabelecia-se, por exemplo, que o desarmamento pautal da CEE seria feito um ano antes de Portugal e que a lista dos produtos industriais portugueses isentos de direitos aduaneiros na Comunidade seria alargada, assim como aquelas que contemplavam a redução das tarifas alfandegárias para alguns produtos agrícolas, para os vinhos do Porto, da Madeira e Moscatel de Setúbal. Estabelecia-se ainda a regra da não discriminação dos trabalhadores portugueses empregados na Comunidade e respectivos familiares no acesso aos direitos sociais locais. Quanto à cooperação industrial e tecnológica, o Protocolo limitava-se a fixar o princípio da colaboração em vista do desenvolvimento da economia portuguesa (AHD/MNE, PEA M2/1976, apontamento do MNE intitulado «Assinatura dos acordos entre Portugal e a CEE», com data de 1 de Outubro de 1976, redigido por Fernando d'Oliveira Neves).

¹⁷³¹ O Acordo Intercalar tinha por fim permitir a antecipação da entrada em vigor das disposições comerciais do Protocolo Adicional (*ibidem*).

¹⁷³² O Protocolo Financeiro previa que, durante um período de cinco anos, a iniciar em 1 de Janeiro de 1978, a Comunidade, através do BEI, concederia a Portugal créditos até num montante de 200 milhões de unidades de conta, dos quais 150 milhões seriam prioritariamente destinados aos projectos que contribuíssem para o aumento da produtividade das pequenas e médias empresas e da melhoria das infra-estruturas nos sectores da energia e da irrigação agrícola (*ibidem*).

«importante etapa no percurso da aproximação com a Europa Ocidental»¹⁷³³. Para o Governo português, chegara o momento de avançar com o pedido de adesão, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Medeiros Ferreira, anunciava no seu discurso ao Conselho Europeu, na altura da assinatura daqueles diplomas:

«Hoje, [Portugal] necessita de novos impulsos e de um destino que apenas nos parece poder ser atingido numa comunidade de interesses, ideias, preocupações e objectivos como é seguramente a Europa [...].

Diria mais: para além da adesão à Europa que o meu país pensa ter chegado o momento – apresentar o pedido para o qual nos impelem evidentes razões geopolíticas, onde encontraríamos nós o *élan* e as condições de participação orgânica indispensáveis à concretização dos objectivos nacionais e internacionais aos quais o meu país se deve unir, quer por ideal quer por necessidade, para se poder afirmar após os profundos abalos que o sacudiram?»¹⁷³⁴.

A 29 de Novembro de 1976, a Assembleia da República ratificava a decisão do I Governo Constitucional de solicitar a adesão de Portugal às Comunidades Europeias. O pedido formal seria apresentado a 28 de Março de 1977, em carta assinada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e dirigida ao Presidente do Conselho Europeu (Ferreira 2003, pp. 162-166; Ferreira 2006, pp. 146-148). Alguns dias antes, numa conferência de imprensa dada em Bruxelas, Mário Soares respondia às questões que os jornalistas colocavam sobre as relações entre Portugal e a CEE. Arturo Guatelli, correspondente do jornal milanês *Corriere della Sera*, contava o que se passou num artigo publicado a 15 de Março, tal era a pertinência das interrogações. Esta, por exemplo:

«Lei, signor Soares, è un socialista; la rivoluzione portghese e stata socialista e non certo borghese, ora il Portogallo bussa alla porta dell'Europa capitalista. Non si sente a disagio? Non le sembra di tradire lo spirito della rivoluzione dei garofani?» (Guatelli 1977).

O Primeiro-ministro respondia:

«No, francamente non mi sento a disagio. Non sono soltanto i socialisti portoghesi che vogliono l'integrazione europea. I socialisti italiani, quelli francesi, la socialdemocrazia tedesca e danese, i laboristi inglesi, tutti costoro, non guardo alle sfumature, vogliono l'Europa unita. Perché il socialismo portoghese

¹⁷³³ AAVV 2001, doc. 27, Programa do I Governo Constitucional, apresentado à Assembleia da República a 3 de Agosto de 1976 (extracto relativo à CEE), p. 150.

¹⁷³⁴ *Ibidem*, doc. 29, Discurso do MNE no Conselho das Comunidades Europeias, por ocasião da assinatura do Acordo Interino e dos Protocolos Adicional e Financeiro, a 20 de Setembro de 1976, p. 157.

non dovrebbe allinearsi? [...] L'Europa non è soltanto una scelta ma anche e soprattutto una vocazione del Portogallo» (*ibidem*).

E a questão era devolvida: não havia outras soluções possíveis para Portugal para além da Europa? Soares, prontamente, assegurava que não:

«No. Se la classe dirigente portoghese avesse fatto una scelta terzomondista il nostro paese sarebbe diventato una specie di Cuba alla periferia dell'Europa. La via della neutralità avrebbe invece fatto del Portogallo un paese di tipo sudamericano con economia assistita e instabilità politica, pronto a rivivere un'esperienza totalitaria. Al di là della vocazione, l'Europa è anche la scelta più saggia. E questa scelta è condivisa dalla stragrande maggioranza del popolo portoghese» (*ibidem*).

Completamente contrária era a posição do PCP e do seu Secretário-geral, Álvaro Cunhal. As suas reservas eram latíssimas quanto à adesão de Portugal à CEE, colocando em dúvida a capacidade do Governo de Soares para defender as conquistas fundamentais da Revolução de Abril, como a reforma agrária, a nacionalização dos sectores chave da economia e o controlo operário dos meios de produção. Tratava-se de uma contra-ofensiva que, segundo o PCP, ocorria quer através da aprovação de leis que tendiam a restituir as terras e as fazendas aos antigos proprietários e a limitar os direitos dos trabalhadores, quer através de medidas de política económica com as quais o Governo pretendia favorecer a «restauração capitalista»¹⁷³⁵. A pretensão de ingressar na CEE era um sinal evidente de que se caminhava nesta direcção, para grande satisfação do capitalismo ocidental, dado actuar por detrás dos mecanismos comunitários. Nesta perspectiva, os comunistas alertavam para os perigos que a crise económica representava para o regime democrático português, declarando-se contrários a todas as forças desestabilizadoras, fossem de direita ou de esquerda, e empenhados em realizar aquele que consideravam ser o seu objectivo principal: defender a estabilidade do país a nível económico, financeiro, político, militar e institucional¹⁷³⁶. Em suma, como constava de um relatório elaborado por Iginio Ariemma, líder da delegação do PCI que visitou Portugal entre 10 e 15 de Outubro de 1978, «la parola d'ordine è quella delle difese e del rispetto della Costituzione, la quale, com'è noto, contiene sia le libertà democratiche, sia le conquiste

¹⁷³⁵ Fondazione Istituto Gramsci, Archivio Storico, fondo Partito Comunista Italiano, série esteri, b. 365, fasc. 7810, relatório intitulado «Visita della delegazione del PCI in Portogallo (dal 10 al 15 ottobre), com data de 20 de Outubro de 1978, elaborado por Iginio Ariemma.

¹⁷³⁶ *Ibidem*.

fondamentali di trasformazione strutturale (reforma agraria, nazionalizzazioni, controllo operaio)»¹⁷³⁷.

Para sair da crise económica, o PCP defendia soluções internas e não externas, contrapondo à hipótese da entrada de Portugal na CEE a aplicação de uma política de austeridade centrada no relançamento do mercado interno e na reestruturação e reconversão das estruturas produtivas nacionais, inclusive com o recurso a medidas proteccionistas¹⁷³⁸. Neste particular, salientava que não defendia uma autarcia, o que seria uma «assurdità economica e politica»; mas também não poderia concordar com a inclusão na CEE, uma organização não democrática, dirigida pelos grandes monopólios que tinham interesse em fazer desaparecer a indústria nacional (por exemplo, a siderurgia ou os estaleiros). Ademais, a abertura de Portugal às forças imperialistas traduzir-se-ia numa operação política destinada a ajudar as forças que eram contra as conquistas de Abril e a favor da revisão da Constituição¹⁷³⁹. E se esta posição era, naquela altura, ainda minoritária, vinha ganhando terreno entre as forças políticas e sociais e as organizações patronais¹⁷⁴⁰.

Mário Soares comentava a posição do PCP de forma sarcástica: talvez Cunhal, estalinista puro, e o seu PCP, que não reconhecia a questão determinante da liberdade na transformação socialista de Portugal, preferissem a adesão ao COMECON (*Il Popolo* 1977a). Para Soares, a posição dos comunistas não era determinante, pois o seu partido tinha pouca expressão eleitoral (14 % dos votos), com 85% dos portugueses a votarem em partidos favoráveis à integração na CEE. E se alguém tinha posto em perigo as conquistas de Abril, esse tinha sido o PCP, com a tentativa de golpe de Estado em Novembro de 1975 (*ibidem*). Dizia Soares na conferência de imprensa aquando da sua visita a Roma, em 18 de Fevereiro de 1977:

«Noi non abbiamo alternativa alla CEE: il Portogallo è un paese che può riprendersi e ha la volontà politica di farlo. Ma se vuole entrare nella Europa è perché, restandone fuori, rischierebbe di diventare o una Cuba europea (cosa che il popolo lusitano ha mostrato a grande maggioranza di non volere) o di trovarsi completamente allineato con gli Stati Uniti, sul modulo del Portorico, cosa anche questa non desiderata» (*ibidem*).

¹⁷³⁷ *Ibidem*.

¹⁷³⁸ *Ibidem*.

¹⁷³⁹ *Ibidem*. Na segunda metade dos anos 70, a adaptação aos mecanismos comunitários constituía a razão maior daqueles que pretendiam a reforma do sistema político nacional e da Constituição, especialmente no referente à existência do Conselho da Revolução e às nacionalizações (Pinto & Teixeira 2005, p. 39).

¹⁷⁴⁰ *Ibidem*.

Relativamente às restantes forças políticas, com excepção da extrema-esquerda e dos meios esquerdistas, para quem a adesão à CEE constituía um atentado contra a soberania nacional e contra a independência económica do país, a opção europeia era vista «como a saída possível e desejável para que Portugal encontrasse o lugar que lhe cabia no concerto internacional e superasse a desorientação em que se encontrava» (Silva 2005, p. 417). Ela surgia, fosse aos governantes portugueses, fosse à maioria dos partidos políticos, com destaque para o PS, o PPD e o CDS, como um objectivo essencial a concretizar a curto/médio prazo para que se consolidasse a democracia no país e se procedesse à sua modernização (Barreto 1994, pp. 1054 e 1058; Ferreira 1994, pp. 148-149; Ribeiro 2004, pp. 400-405; Pinto & Teixeira 2005, p. 38; Cunha 2007, pp. 70-72). Resta dizer que com a inclusão da opção europeia no contexto da política externa portuguesa do pós-25 de Abril de 1974, Portugal acedia aos complexos canais de interconexão internacional proporcionados pelo estatuto de parceiro europeu.

3.2 – O alargamento a sul: uma problemática estratégia pragmática

Em meados dos anos 70, o ruir sistemático dos regimes ditatoriais em Portugal, na Grécia e na Espanha colocava a CEE perante a possibilidade do seu alargamento ao sul da Europa, questão que centrou as atenções dos Estados-membros e dos países aderentes até Junho de 1985, data da assinatura dos tratados de adesão de Portugal e da Espanha¹⁷⁴¹. Entre os parceiros europeus e os países candidatos, era unanimemente reconhecido que o alargamento a sul representaria um ponto de viragem histórica. Distendida, cada vez mais multicultural e heterogénea, a CEE precisava de fortalecer a sua identidade europeia e a sua capacidade de agremiação e de funcionamento supranacional enquanto instituição não só económica, mas também, e cada vez mais, política e cultural. A dúvida que se colocava era precisamente se seria possível realizar uma União Europeia alargando a Comunidade (*Il Popolo* 1977b, p. 7).

¹⁷⁴¹ A Grécia apresentou o pedido de adesão a 5 de Julho de 1976, seguindo-se Portugal, a 28 de Março de 1977, e a Espanha, a 27 de Julho do mesmo ano. As negociações entre a CEE e Atenas foram oficialmente abertas a 26 de Julho de 1976, assinando-se o Tratado de Adesão a 28 de Maio de 1978, posteriormente ratificado pelo Parlamento grego a 28 de Julho de 1979 e aprovado pelos Nove em 1980. A 1 de Janeiro de 1981, entrava em vigor. As negociações com Portugal e a Espanha foram abertas, respectivamente, a 17 de Outubro de 1978 e a 5 de Fevereiro de 1979; ambos os países assinariam o Tratado de Adesão a 12 de Junho de 1985 (Portugal a meio da manhã e a Espanha no final da tarde), entrando em vigor a partir de 1 de Janeiro de 1986.

A questão não era inédita, pois fora colocada pela primeira vez no final dos anos 60, quando se começou a falar na possibilidade da adesão da Inglaterra. No entanto, explica Jaime Gama, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros (1983-1985), quando Portugal entregou o pedido de adesão, a 28 de Março de 1977, a CEE «ainda não tinha feito uma reflexão sobre o processo de alargamento como um processo contínuo, o que criou dificuldades no decorrer das negociações, retardando a sua conclusão (Sousa 2005d, p. 8). Outro aspecto a ter em conta é que se o primeiro alargamento (à Inglaterra, à Dinamarca e à Irlanda, em 1973) fora feito a países com «traços e características semelhantes aos dos países fundadores» e com estruturas produtivas e níveis de desenvolvimento económico próximos aos da Comunidade, o alargamento ao sul da Europa (à Grécia, a Portugal e à Espanha) abrangia candidatos «mais pobres, com economias menos estáveis e industrialmente menos desenvolvidos» (Cunha 2007, p. 92).

Do ponto de vista conjuntural, a possibilidade do alargamento a sul acontecia num momento de redefinição do equilíbrio alcançado entre os dois blocos da guerra fria na Europa. A Revolução de Abril de 1974 transformara Portugal numa plataforma de interconexões directas com Moscovo e com Washington, enquanto o vácuo político transitoriamente aberto em África, com a descolonização portuguesa, alargava o espaço de intervenção junto dos nacionalismos terceiro-mundistas para controlar a instabilidade que criavam, em nome das independências nacionais, nas zonas que até ali tinham contribuído para manter o equilíbrio vigente. Em simultâneo, a China, cada vez mais determinada em perseguir políticas expansionistas, competia com os EUA e com a URSS nas zonas da Ásia onde aqueles dominavam tradicionalmente. Perante tal indefinição, era vital que o bloco ocidental estabilizasse os espaços geoestratégicos que lhe estavam afectos através do reforço da coesão interna¹⁷⁴². Neste enquadramento, o fortalecimento de uma união europeia ganhava uma importância fundamental. Com a morte de Mao Tsé-Tung, em Setembro de 1976, o anti-sovietismo – com o qual impregnara a China para legitimar uma política de unidade nacional assente no militarismo – aligeirava-se, abrindo caminho a uma aproximação sino-soviética. Em termos estratégicos, significava que a URSS poderia deslocar efectivos militares posicionados na fronteira leste russa para outras partes do mundo, Europa incluída¹⁷⁴³. Era igualmente importante a manutenção de zonas de influência europeia na África Austral, não só por ser uma região rica em matérias-primas, mas também devido às consequências que o

¹⁷⁴² AHD/MNE, PEA M2/1976, informação de serviço do MNE intitulada «Enquadramento do pedido de adesão de Portugal à Comunidades Europeias», com data de 4 de Fevereiro de 1977, elaborada por Alexandre Lencastre da Veiga e Fernando d'Oliveira Neves.

¹⁷⁴³ *Ibidem*.

aumento da influência soviética teria no resto do continente, ligado à CEE por importantes acordos¹⁷⁴⁴. O Mediterrâneo, com a questão do Médio Oriente em aberto e a instabilidade nos países árabes, representava igualmente um foco de pressão constante para o equilíbrio da Europa, especialmente quando se discutia o alargamento da CEE ao sul¹⁷⁴⁵. Perante tudo isto, os Estados-membros predispunham-se a reforçar a coesão entre si através do relançamento político, da ampliação das fronteiras das Comunidades Europeias e da criação de vínculos mais profundos com a Finlândia, a Suécia e a Áustria, países que, pela sua situação geográfica, estavam muito próximos da zona de influência soviética e viam dificultada a sua integração europeia¹⁷⁴⁶. Como escrevia o Primeiro-ministro belga, Leo Tindemans, no relatório sobre a União Europeia¹⁷⁴⁷, apresentado a 29 de Dezembro de 1975:

«A União Europeia implica que dêmos uma imagem de coesão ao mundo exterior. A nossa acção deverá passar a ser comum em todos os domínios essenciais das relações externas, quer se trate de política externa, de segurança, de relações económicas ou de cooperação. Pretende-se assim defender os nossos interesses, mas também pôr a nossa força colectiva ao serviço da justiça e do direito nos debates mundiais» (*apud* Sande 2008, p. 97).

Neste sentido, ainda segundo Tindemans, a tarefa dos Governos e das instituições europeias consistia «em definir um consenso político sobre os objectivos e as características da União», pondo em funcionamento, através de acções concretas em cada domínio, o processo dinâmico da sua construção em condições que dessem credibilidade ao projecto europeu e reforçassem «o aparelho institucional de forma a fazer face às tarefas futuras» (*apud ibidem*, p. 100). Transformando-se «progressivamente a natureza e a intensidade das relações entre os Estados», criava-se as condições para o alargamento da Comunidade aos Estados democráticos da Europa que pretendessem aderir ao projecto europeu (*apud ibidem*, p. 101). Nesta perspectiva, as novas adesões, ao invés de atrasar o desenvolvimento da União ou pô-la em perigo, deveriam ser vistas como um impulso muito positivo para a concertação

¹⁷⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁴⁶ *Ibidem*. Vide também Sá 2009, pp. 75-93.

¹⁷⁴⁷ Este relatório surgia na sequência da Cimeira de Paris (Dezembro de 1974), cujas conclusões finais determinavam que o Conselho Europeu, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia elaborariam relatórios sobre a criação da União Europeia, posteriormente analisados pelos Estados-membros em sede comunitária. O Conselho Europeu encarregou Tindemans de elaborar o relatório que lhe competia, tendo a Comissão e o Parlamento europeus apresentado os seus, respectivamente, a 27 de Junho e 10 de Julho de 1975. O documento foi analisado nos Conselhos do Luxemburgo (Abril de 1976) e de Bruxelas (Julho de 1976), tendo resultado na declaração do Conselho Europeu da Haia, em Novembro de 1976 (Sande 2008, p. 96).

solidária dos esforços e ao fortalecimento do papel da Europa no mundo, cujo peso relativo vinha decrescendo:

«A construção europeia é a única resposta global a este desafio, resultando espontaneamente da vontade dos nossos povos, consubstanciada na obra dos fundadores da Europa. Só ela vai à raiz do problema, porque implica simultaneamente o político e o económico, a nossa posição no mundo e as nossas estruturas internas. É a única que procura encontrar parte do controlo e do poder que nos escapa e colocar-nos, assim, em condições de construirmos nós próprios a sociedade em que queremos viver.

A Comunidade foi a primeira etapa desta empresa histórica. A União Europeia, que aumenta a nossa acção comum em sectores novos e faz surgir de uma forma mais clara o projecto de sociedade subjacente, é a etapa seguinte. É assim que deve ser entendida e realizada» (*apud ibidem*).

No final de Novembro de 1976, o Conselho Europeu subscrevia as conclusões do Primeiro-Ministro belga quanto à necessidade de reforçar a solidariedade entre os Estados-Membros através da criação de uma União Europeia (*ibidem*, p. 104). Em Abril de 1978, no Conselho Europeu de Copenhaga, os Nove decidiam que o primeiro passo para reforçar as instituições comunitárias seria através de uma acção concertada, destinada a promover a recuperação económica e a estabilização monetária da CEE. Neste particular, era posta em relevo a decisão de criar o Sistema Monetário Europeu (SME), isto é, uma zona monetária forte destinada a equilibrar o desenvolvimento económico¹⁷⁴⁸. O facto de ser contextualizado pelo relançamento da união económica e monetária, o alargamento à Grécia, a Portugal, à Espanha era, nas palavras de Lorenzo Natali, Comissário responsável pelas negociações com estes países, «un avvenimento destinato a funzionare come elemento di verifica e di stimolo per la Comunità»¹⁷⁴⁹.

De referir ainda que, subjacente ao reforço da unidade europeia e à criação de políticas económicas e monetárias, estava a clara intenção dos Estados-membros em definir a sua autonomia em relação aos EUA¹⁷⁵⁰. Nesta lógica, o alargamento ao sul inseria-se no processo

¹⁷⁴⁸ O SME era um mecanismo de controlo da flutuação das várias moedas europeias, cuja criação tinha sido decidida entre os parceiros europeus nos vértices de Brema (Julho de 1977) e de Bruxelas (4-5 de Dezembro de 1977).

¹⁷⁴⁹ Arquivo Histórico da União Europeia, fundo Lorenzo Natali, série Comissão Jenkins, fasc. LN-1, intervenção de Lorenzo Natali na *Festa dell'Amicizia*, Pescara, a 4 de Setembro de 1978, intitulada «La sfida dell'ampliamento della Comunità». Nesta análise, utilizaremos vários documentos produzidos por Lorenzo Natali, não só por ser italiano, conhecendo bem os problemas característicos da região sul-europeia, mas também por ter sido, enquanto comissário europeu (1976-1988), responsável pelo alargamento da CEE ao sul da Europa. Combateu convictamente as posições contrárias à adesão da Grécia, de Portugal e de Espanha quer nos países candidatos, quer no interior da Comunidade, contribuindo para levar a bom termo as negociações com aqueles países seguindo trazer-lhe três países do sul da Europa: Grécia, Portugal e Espanha (Gramaglia 2010).

¹⁷⁵⁰ AHD/MNE, PEA M8A/1978, aerograma n.º 14 de 12 de Abril de 1978, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

da construção da União Europeia enquanto via para o reforço do diálogo euro-mediterrânico, euro-africano e euro-latino-americano. Como diria Bettino Craxi, Secretário-geral do PSI e Presidente do Conselho de Itália, num discurso de Fevereiro de 1985, a União Europeia não era apenas um «ambicioso projecto político» ou uma obra de «engenharia institucional», quimérica perante os problemas concretos da realidade; era, sim, «una legittima aspirazione dei popoli e delle nazioni del nostro continente non meno che un grande progetto di mediazione: una mediazione di interessi, presenti e futuri, di aspettative e di bisogni, grandi e piccoli che siano»¹⁷⁵¹. Num outro discurso, em Abril de 1985, estando as negociações com Portugal e a Espanha praticamente fechadas, Craxi sublinhava o impulso renovado que a Europa recebia com entrada dos dois novos países para assumir o seu papel de protagonista no contexto político mundial:

«Spagna e Portogallo stanno ormai per varcare la soglia della Comunità [...]. Con l'ingresso dei due paesi iberici l'Europa riceverà un rinnovato impulso per quel ruolo di protagonista attivo sulla scena politica mondiale che la storia, e non solo la storia, le assegna. Spagna e Portogallo potranno fornire un grande contributo: essi sono paesi di antica tradizione e di grande vocazione democratica, legate e regioni di oltremare da vincoli di storia, dalla stessa lingua, da una comune cultura. [...] Si rafforzerà la dimensione mediterranea ma ciò deve essere inteso come un ingrandimento della presenza e della funzione dell'Europa nel mondo: un ingrandimento che finirà col giocare a tutti poichè a me sembra che gli obiettivi di una comunità di 320 milioni di persone, rappresentativa delle più antiche e fertili culture mondiali, che unisce popoli tra i più avanzati per civiltà, scienza e benessere, non possono essere che grandi obiettivi, di portata mondiale, che potremo perseguire con crescenti possibilità di successo quanto più sapremo dare compattezza, equilibrio ed unità alla grande area comunitaria»¹⁷⁵².

O alargamento ao sul da Europa, distendendo a mediterraneidade da CEE, permitiria ainda redimensionar as relações comunitárias com os restantes países da bacia do Mediterrâneo e fortalecer o papel da Comunidade nessa área, para onde direccionava parte do seu comércio externo e onde pretendia suplantar a influência dos EUA¹⁷⁵³. Os objectivos básicos desta aproximação eram, por um lado, favorecer o crescimento das exportações, essencialmente agrícolas, destes países para a área comunitária como forma indirecta de

¹⁷⁵¹ Fundação Craxi, Archivio Storico, fundo Bettino Craxi, secção II, série 2, subsérie 4, fasc. 19, subfasc. 5, intervenção de Bettino Craxi na reunião do Gabinete da Presidência do Grupo Socialista do Parlamento Europeu, a 20 de Fevereiro de 1985.

¹⁷⁵² *Ibidem*, subsérie 1, fasc. 17, «Discorso del Presidente del Consiglio dei Ministri della Repubblica italiana onorevole Bettino Craxi, Presidente in esercizio del Consiglio europeo, al Parlamento europeo», a 17 de Abril de 1985.

¹⁷⁵³ Arquivo Histórico da União Europeia, fundo Lorenzo Natali, série Comissão Jenkins, fasc. LN-2, discurso de Lorenzo Natali na *Università degli Studi di Urbino*, a 8 de Março de 1980, intitulado «L'ampliamento: nuova dimensione mediterranea della Comunità».

financiamento dos seus programas nacionais de desenvolvimento e, por outro, activar uma cooperação entre a Comunidade e os parceiros mediterrânicos que favorecesse *in loco* a criação de infra-estruturas agrícolas e industriais¹⁷⁵⁴. Era fundamental para a Comunidade Europeia manter localmente a sua influência e conservar a paz no Mediterrâneo não só para salvaguardar o acesso àquela que era uma zona de passagem das rotas de exportação de petróleo e de origem de várias fontes energéticas, mas também para reforçar a sua capacidade de atracção junto dos países da Ásia e da América Latina, com os quais pretendia aprofundar os acordos celebrados no âmbito da *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN) e do Pacto Andino¹⁷⁵⁵. A lógica de raciocínio era a seguinte: testemunhando o sucesso da colaboração entre a CEE e os países mediterrânicos, os países da Ásia e da América-Latina, igualmente subdesenvolvidos e em busca de relações fora do círculo da bipolaridade da guerra fria, veriam nas Comunidades Europeias um parceiro capaz de impulsionar o crescimento económico da região e de oferecer uma alternativa relacional sólida¹⁷⁵⁶.

Era também neste contexto que o alargamento a Portugal e à Espanha surgia em todo o seu esplendor estratégico: como uma ponte em direcção aos países da América Latina e da África, destinada a reforçar as relações comerciais e de cooperação com a CEE. Mário Soares aludiu às virtualidades destas novas conexões no discurso da cerimónia de assinatura do Tratado de Adesão de Portugal, a 12 de Junho de 1985:

«A vocação para o diálogo Norte-Sul que a Comunidade Europeia já possuía fica, agora, grandemente reforçada com a entrada de Portugal e de Espanha, países com uma História tecida no contacto com povos e civilizações de outros continentes, que tanto contribuíram para a difusão dos valores europeus no mundo e cujos idiomas são hoje falados por cerca de 400 milhões de seres humanos. Portugal, para quem os laços de fraternidade para com os países africanos de expressão portuguesa e com o Brasil revestem primordial importância, está certo de que, com a sua entrada na CEE, contribuirá para criar um novo dinamismo de cooperação da Europa comunitária com África e América Latina» (*apud* Sande 2008, p. 141).

¹⁷⁵⁴ Com a adesão da Grécia, da Espanha e de Portugal, a Comunidade passava a dispor de maiores quantidades de produtos agrícolas mediterrânicos, o que fazia decrescer os contingentes importados dos países da região mediterrânica. Esta nova situação exigia que se reformulassem os acordos existentes na base de soluções que, a longo prazo, permitissem evitar o empobrecimento económico provocado pela queda das exportações e o conseqüente alastramento da instabilidade política na área. A estratégia encontrada por Bruxelas centrou-se no incremento da cooperação a nível financeiro (não tanto comercial) para dinamizar os mercados internos locais e prepará-los para absorverem parte da produção até ali destinada à Europa (*ibidem*).

¹⁷⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁵⁶ *Ibidem*.

Como todas as partes envolvidas reconheciam, a par das vantagens da adesão existia um conjunto delicado de problemas que era preciso resolver e que derivava da debilidade económica dos novos países e da necessidade de reajustar a distribuição dos fundos comunitários e o funcionamento da PAC. Se Portugal, a Espanha e a Grécia necessitavam de uma intervenção financeira externa urgente, dirigindo o seu apelo a Bruxelas, as Comunidades, que tinham todo o interesse em que as economias daqueles países se comesçassem a desenvolver e a convergir para a média dos nove Estados-membros, não dispunha de capital suficiente e de recursos próprios suficientemente sólidos para gerar uma colaboração desafogada e com maiores margens de risco. Foi por esta razão que a CEE recebeu com apreensão a notícia de que Portugal pretendia apresentar formalmente o seu pedido de adesão, considerando-o prematuro face às grandes dificuldades económicas do país e aos avultados investimentos de que necessitava, aos quais os fundos comunitários não podiam responder¹⁷⁵⁷. Nas previsões de Bruxelas, Portugal estaria em condições de aderir integralmente no espaço de dez a vinte anos, decorrendo até lá uma fase transicional de actualização e de adaptação das estruturas económicas nacionais¹⁷⁵⁸. Para o Governo de Lisboa, dez anos era um período demasiado longo, inaceitável. Como os governantes portugueses sabiam que os Estados-membros da CEE queriam a todo custo salvaguardar o sul europeu da instabilidade política (caso contrário, a Europa, enfraquecida neste flanco, teria maiores dificuldades para encontrar condições favoráveis à superação dos seus problemas internos e externos), decidiam jogar com estas apreensões e apelar à valorização política da adesão de Portugal, enfatizando como ela permitiria sustentar com maior eficácia as pressões dos sectores comunistas e da esquerda revolucionária, cuja propaganda era articulada em torno da agudeza da crise económica nacional¹⁷⁵⁹. Uma ideia que também Anthony Crosland, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra¹⁷⁶⁰, defendia no Parlamento Europeu, a 12 de Janeiro de 1977:

«De longe mais importante é a nova força que o alargamento trará à democracia europeia. Ao apoiar as jovens democracias na fase mais crucial da sua evolução, protegê-las-emos contra os seus inimigos internos e externos [...]. Numa parte do Mundo pelo menos, o totalitarismo, da direita ou da

¹⁷⁵⁷ AHD/MNE, PEA M8/1976, telegrama n.º 738 de 8 de Novembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Londres ao MNE.

¹⁷⁵⁸ *Ibidem.*

¹⁷⁵⁹ *Ibidem.*

¹⁷⁶⁰ A Inglaterra e a RFA foram as principais apoiantes da candidatura portuguesa. *Vide* pp. 480-481 deste estudo.

esquerda, terá sofrido uma derrota decisiva. O alargamento é um investimento no futuro democrático da Europa. E a longo prazo os benefícios ultrapassarão de longe os custos»¹⁷⁶¹.

Quanto às complicações criadas pelo atraso de Portugal no contexto comunitário, os defensores da adesão portuguesa teorizavam que esta funcionaria como um catalisador interno, espécie de «chicotada psicológica», que exigiria aos portugueses uma resposta adequada aos desafios possantes que lhes colocava. Esta capacidade de reacção suscitaria nos agentes económicos a confiança necessária para investir no país e criar as condições necessárias à recuperação da economia e à estabilização da democracia¹⁷⁶².

Mário Soares pensava de forma semelhante, indo a Bruxelas, em Março de 1977, assegurar a sua confiança na capacidade de recuperação e de adaptação das estruturas produtivas portuguesas às comunitárias. Estas expectativas alicerçavam-se no empréstimo de 1,5 mil milhões de dólares que o Governo de Lisboa estava a negociar com um consórcio de vários países europeus e os EUA e no plano económico que apresentaria em Maio de 1977, destinado a implementar medidas enérgicas para resolver, até ao final dos anos 70, os problemas de *deficit* na balança de pagamentos. Ademais, garantia Soares, «rimaniamo un paese solvibile perché disponiamo ancora di importante riserve auree» (*apud Il Sole 24 Ore* 1977). Em suma, para o Primeiro-ministro, as dificuldades inerentes à adesão de Portugal representavam uma espécie de desafio histórico que a CEE devia acolher:

«È la prima volta, dalla fine della guerra, che tutta l'Europa occidentale è composta da regime democratici, o in via di diventarlo; bisogna sapere cogliere questa occasione e procedere ad una straordinaria autorità politica e morale nei confronti del mondo intero» (*apud Serangelis* 1977, p. 7).

A Europa deveria recuperar, para utilizar uma expressão usada por Leo Tindemans, no seu relatório sobre a União Europeia (1975), o «sentido de aventura» (*apud Sande* 2008, p. 96).

Se os pedidos de adesão que chegavam do sul da Europa colocavam uma série de problemas de difícil resolução, ao mesmo tempo, revelavam o reconhecimento da força de atracção que a CEE, através da sua potência económica e do elevado grau de democracia que o caracterizava, exercia fora das suas fronteiras (*Il Popolo* 1977b). Era, por isso, ponto assente

¹⁷⁶¹ AHD/MNE, PEA M2/1976, apontamento do MNE intitulado «Posição do Reino Unido perante o pedido português de adesão à Comunidades Europeias», com data de 10 de Fevereiro de 1977, elaborado por Fernando d'Oliveira Neves.

¹⁷⁶² *Ibidem*, informação de serviço do MNE intitulada «Enquadramento do pedido de adesão de Portugal à Comunidades Europeias», com data de 4 de Fevereiro de 1977, elaborada por Alexandre Lencastre da Veiga e Fernando d'Oliveira Neves.

para os Estados-membros que se o alargamento da Comunidade a sul era irrefutável, este implicava a reformulação do funcionamento das suas instituições e das suas políticas, a começar pela Política Agrícola Comum (PAC), para esbater a divisão entre a área nórdica, com maior potencial económico e maior estabilidade política, e a do sul, mais pobre e mais afectada por problemas sociais graves. Sem as reformas adequadas para equilibrar a diversidade dos índices de desenvolvimento e as situações sociopolíticas, multiplicar-se-iam as velocidades da Europa (*ibidem*).

Como bem frisava Lorenzo Natali, Vice-presidente da Comissão Europeia, o alargamento seria, a médio prazo, o problema «più decisivo» para a Comunidade (*apud* Proni 1977, p. 18). A sua discussão seria longa e complexa perante a diversidade de problemas políticos, económicos e institucionais que colocava: o perigo da diluição política e institucional da CEE (devido às dificuldades na adopção de decisões no âmbito do Conselho de Ministros com o sistema da unanimidade que estava em vigor); incertezas sobre a utilidade da liberalização das trocas comerciais para os novos países aderentes, com indústrias débeis; vastos problemas agrícolas no plano financeiro, da concorrência e dos excedentes de produtos mediterrânicos; a reconversão industrial dos sectores já saturados das Comunidades Europeias (calçado, têxteis e construção naval); a inadequação dos actuais fundos sociais e regionais para ajudar os velhos e os novos países «pobres»; dificuldades no acolhimento dos trabalhadores migrantes dos novos países aderentes e as sérias desvantagens para as regiões mediterrânicas da Itália, quer no sector agrícola, quer no industrial (*ibidem*).

A 20 de Abril de 1978, a Comissão das Comunidades Europeias apresentava o seu parecer sobre o pedido de adesão português, indicando também as linhas que seguiria no decorrer do processo negocial (Commissione delle Comunità Europee 1978). Em relação à versão original do documento, apresentada em meados de Abril, desaparecia a previsão de que Portugal e a Espanha ingressariam ao mesmo tempo que a Grécia, a 1 de Janeiro de 1981. Segundo Alberto Zorzi, jornalista do *Avanti*, este cancelamento revelava a existência de posições discordantes em relação ao assunto, não só a nível do Conselho de Ministros, mas também na Comissão (Zorzi 1978, p. 10). O que realmente era um problema, sem que aquele organismo assinalasse quais as medidas susceptíveis de colocar os três países em condições de integrar as estruturas comunitárias ou promover a inserção em sentido inverso, isto é, levando a Comunidade a corrigir as suas deficiências perante as exigências colocadas por uma CEE a doze. Pois, como sublinhava Zorzi, era do interesse dos três países candidatos entrar numa Comunidade forte e sã (*ibidem*). Era, por isso, necessário resolver a grave questão dos excedentes agrícolas e dos desequilíbrios existentes no interior da agricultura comunitária,

assim como a insuficiência dos mecanismos financeiros da Comunidade e os problemas de desenvolvimento de algumas regiões dos Estados-membros. Difícil também era a reestruturação industrial em curso, a qual tinha de ser coordenada com a formulação de políticas comerciais adequadas e com a concretização de estratégias para a criação de emprego, cuja taxa era decrescente tanto nos países membros como nos candidatos¹⁷⁶³. À luz destes problemas, o alargamento surgia como um verdadeiro catalisador de tensões, tornando urgente a adopção de medidas que disciplinassem a produção agrícola para assegurar uma maior competitividade¹⁷⁶⁴.

A PAC tinha um papel central neste contexto pelo misto de preocupação e de esperança que criava em torno da agricultura de cariz mediterrânico¹⁷⁶⁵. Esta, pelas condições geográficas, climatéricas e culturais a que estava sujeita, apresentava maiores debilidades do que a agricultura de cariz continental, típica do norte da Europa, mais homogénea, quer por condições naturais quer estruturais, e direccionada para a produção de bens de origem animal. Se a planura dominava no norte e a precipitação era abundante, permitindo amplas escolhas de culturas e a aplicação de métodos de gestão eficazes, a agricultura da maior parte da Itália, do sul da França, de toda a Grécia e da generalidade da área mediterrânica era dominada por uma paisagem variada que alternava, em poucos quilómetros, entre planícies e montanhas, dotadas com escassos recursos hídricos. Tamanha variedade, derivada da interpenetração de factores naturais, estruturais, sociais e produtivos, não cabia numa simples abordagem tecnocrática dos problemas locais, como acontecia com a PAC em vigor, assente na distribuição de subsídios proporcionais à capacidade de produção. Em termos práticos, esta regra fazia com que os países do norte, mais ricos, beneficiassem de mais recursos financeiros comunitários do que os países do sul¹⁷⁶⁶.

Era, por isso, com apreensão que, na viragem dos anos 70, os países europeus meridionais viam surgir uma corrente de pensamento que pretendia solucionar os problemas agrícolas com a eliminação da agricultura mediterrânica do território comunitário. A lógica de raciocínio era a seguinte: porquê financiar a região sul com subsídios e ajudas se esta poderia

¹⁷⁶³ Arquivo Histórico da União Europeia, fundo Lorenzo Natali, série Comissão Jenkins, fasc. LN-2, intervenção de Lorenzo Natali no encontro entre parlamentares dos Estados-membros da CEE e dos países candidatos no Parlamento Europeu, a 29 de Julho de 1980.

¹⁷⁶⁴ *Ibidem*. Foi neste contexto que foram instituídos os Programas Integrados do Mediterrâneo (1978), a reforma da viticultura e a introdução de directivas para a organização do mercado da carne ovina, das gorduras vegetais e dos hortofrutícolas.

¹⁷⁶⁵ *Ibidem*, série Comissão Thorn, fascículo LN-3, intervenção de Lorenzo Natali no *Colloquio Internazionale su «L'Agricoltura dell'Europa Mediterranea»*, em Verona, 6-7 de Março de 1981, intitulado «L'agricultura nell'Europa mediterranea».

¹⁷⁶⁶ *Ibidem*.

importar os produtos básicos da alimentação (grãos, leite, carne e açúcar) da Europa do norte e se a Comunidade poderia ser abastecida com produtos mediterrânicos pelos países do Mediterrâneo não comunitários em condições mais favoráveis¹⁷⁶⁷? Como Lourenço Natali explicava, esta forma de abordagem era irresponsável, não só porque marginalizava cerca de 4 milhões de agricultores, mais de 45% dos produtores agrícolas da Europa a dez, mas também porque a agricultura constituía, na zona mediterrânica, uma fonte de trabalho e de rendimento maior do que no resto da Europa. E se as boas condições do norte tornavam os agricultores da região mais eficientes e produtivos do que os do sul, isto não significava que fossem melhores ou que devessem receber maiores financiamentos¹⁷⁶⁸.

As diferentes posições em torno dos custos da PAC e do seu peso no orçamento comunitário sistematizavam-se em duas correntes: uma que defendia que a única forma viável para responder às exigências que se colocavam à CEE seria distender os limites orçamentais impostos pelos tratados de Roma; e uma outra que pretendia terminar com as despesas agrícolas pletóricas e ineficientes, as quais, ao absorver quase todos os recursos, não deixavam espaço a outras iniciativas¹⁷⁶⁹. O que acontecia, e o que Lorenzo Natali criticava veemente, era que a racionalização das despesas deveria começar pela reforma das excessivas onerações com as quais se protegiam os sectores agrícolas do leite e dos cereais da concorrência dos países terceiros¹⁷⁷⁰. As resistências neste particular eram especialmente fortes devido aos interesses largamente maioritários no contexto de uma Comunidade cuja composição se concentrava no centro e no norte da Europa¹⁷⁷¹. Os que defendiam estes interesses e queriam a todo o custo reduzir as despesas agrícolas direccionavam, portanto, os seus ataques para os sectores mais frágeis, onde as resistências seriam mais fáceis de superar. E assim, paradoxalmente, a cruzada contra os gastos «desperdiçados» dos fundos agrícolas acabava por transformar-se numa cruzada contra as despesas com os sectores agrícolas mediterrânicos, aqueles que eram os menos abrangidos pelos subsídios destinados aos excedentes e menos protegidos em relação à concorrência dos países externos¹⁷⁷².

Desta forma, se a racionalização da despesa não fosse reajustada, surgiriam desequilíbrios profundos e os fundos agrícolas tornar-se-iam incomportáveis, levando a que se gerassem pressões políticas para aplicar medidas que limitassem a livre circulação de

¹⁷⁶⁷ *Ibidem.*

¹⁷⁶⁸ *Ibidem.*

¹⁷⁶⁹ *Ibidem.*, fundo Lorenzo Natali, série Comissão Thorn, fasc. LN-5, intervenção de Lorenzo Natali no *Convegno Nazionale su «La politica mediterranea della CEE»*, em Lecce, 15-16 de Janeiro de 1983.

¹⁷⁷⁰ *Ibidem.*

¹⁷⁷¹ *Ibidem.*

¹⁷⁷² *Ibidem.*

produtos e que protegessem a preferência da CEE pelos produtos do norte. Neste cenário hipotético, a Grécia, a Itália, mais tarde Portugal e a Espanha, poderiam reclamar cada vez mais subvenções perante o contínuo desgaste das respectivas balanças comerciais com o aprovisionamento obrigatório no mercado comunitário quando se procurava reduzir ou eliminar as subvenções que os produtos mediterrânicos beneficiavam no âmbito da PAC¹⁷⁷³.

Relativamente ao regime a criar para certos produtos mediterrânicos, a questão do azeite sobressaía pelas «dimensões míticas» que assumia perante a perspectiva de uma Comunidade a doze, tornando-se no símbolo do desperdício dos fundos comunitários e no principal obstáculo à adesão de Portugal e da Espanha¹⁷⁷⁴. Na verdade, na Comunidade a dez, o azeite não era um produto excedentário – a sua produção cobria 96% das necessidades – e a sua produção era a actividade agrícola com os rendimentos mais baixos, para além de absorver uma pequena percentagem dos fundos comunitários¹⁷⁷⁵. E se, segundo as previsões da Comissão, no final do período transitório, a Comunidade dos Doze registaria um excedente produtivo anual de cerca de 200 mil toneladas, cifra muito considerável quando o mercado mundial do azeite era restrito, estes excedentes não resultariam do incremento da produção, mas da diminuição do consumo nos países ibéricos, tal como acontecera na Grécia, desencadeada pela liberalização do comércio de óleos e de gorduras vegetais concorrentes. A Comissão propunha, por isso, um conjunto de acções destinadas a controlar os riscos, salientando que a entrada de Portugal e da Espanha devia ser preparada e não dramatizada¹⁷⁷⁶.

Na reunião do Conselho Europeu de Estugarda, a 20 de Julho de 1983, os Dez subscreviam a «Declaração solene europeia», destinada a fomentar a construção da União Europeia, e chegavam a um acordo sobre a necessidade de resolver os problemas orçamentais e ultimar a reforma da PAC antes da adesão de Portugal e da Espanha. Decidia-se então que os Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças e da Agricultura, em conjunto com a Comissão, apresentariam, na reunião de Atenas agendada para 6 e 7 de Dezembro de 1983, propostas para o aumento dos recursos próprios e para o financiamento do relançamento comunitário (Canessa 1983, p. 8; Ciriello 1983). Para Romano Dapas, jornalista do *Il Messaggero*, a CEE tinha saído da parálise, com os líderes europeus a acordarem as modalidades de uma reforma que deveria renovar a vitalidade da cooperação e o

¹⁷⁷³ *Ibidem*.

¹⁷⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁷⁵ *Ibidem*. Segundo dados disponíveis, o custo do sector, em termos de fundos comunitários, elevava-se, em 1982, a cerca de 504 milhões de ECU. Considerando-se que envolvia 1,5 milhões de agricultores, era um valor modesto, sobretudo se comparado com o sector do leite (cerca de 4 mil milhões para 2,5 milhões de agricultores) ou dos cereais (mais de 2 mil milhões por 3,5 milhões de agricultores) (*ibidem*).

¹⁷⁷⁶ *Ibidem*.

desenvolvimento comunitário, com nove dos dez Estados-membros (a exceção ia para o Reino Unido, por causa da questão das contribuições britânicas para o orçamento europeu¹⁷⁷⁷) a manifestarem de forma inequívoca que eram favoráveis à revisão e ao aperfeiçoamento das principais políticas comunitárias (Dapas 1983, p. 15).

Contudo, nos vértices de Atenas, em Dezembro de 1983, e de Bruxelas, em Março de 1984, não se alcançaram os objectivos esperados em Estugarda. Desta forma, o Conselho Europeu de Fontainebleau (Junho de 1984) era por muitos considerado como decisivo para a prossecução do processo de unificação e de cooperação europeia (Migliardi 1984, p. 3). Aos jornalistas, três dias antes da reunião, Gaston Thorn, Presidente da Comissão Europeia, afirmava que se os Dez não alcançassem, em Fontainebleau, um acordo para resolver os dramáticos problemas financeiros da CEE (a partir de Setembro não haveria mais dinheiro em caixa) não só o alargamento à Espanha e a Portugal ficaria suspenso, mas também a Comunidade entraria numa espiral de diluição progressiva (*ibidem*).

O que não aconteceu. O Governo britânico, depois de resistir por diversos meses, predispôs-se a assumir um compromisso sobre o seu contributo para o orçamento da CEE. Na prática, esta posição permitiria tapar o buraco de 4000 biliões nas finanças comunitárias e implementar a medida que aumentava a colecta contributiva junto dos cidadãos europeus de 1% para 1,4% do IVA (posteriormente seria elevado até 1,6%), aumentando assim os recursos próprios da Comunidade. Cifras que, comentava o jornal *Il Tempo*, não entusiasmavam porque permitiam apenas fazer face aos custos administrativos normais e financiar o alargamento à Espanha e a Portugal (*Il Tempo* 1984, p. 23).

Fontainebleau foi ainda importante do ponto de vista da reforma institucional e política da CEE, tendo os Dez decidido a constituição de um comité responsável pela apresentação de propostas concretas para aperfeiçoar o funcionamento da Comunidade na base do projecto de tratado relativo ao estabelecimento de uma União Europeia, proposto ao Parlamento Europeu pelo deputado italiano Altiero Spinelli, a 14 de Setembro de 1983, e aprovado por esta instituição a 2 de Fevereiro de 1984.

A 1 de Janeiro de 1985, a Itália iniciava o semestre da sua presidência da CEE. Seriam seis meses complicados, com Bettino Craxi, Presidente do Conselho, e Giulio Andreotti, Ministro dos Negócios Estrangeiros, a assumirem como prioridades impreteríveis a conclusão das negociações para a entrada de Portugal e da Espanha e o aprofundamento das premissas

¹⁷⁷⁷ O Reino Unido considerava excessiva a sua contribuição para os recursos próprios da CEE, o que criou graves problemas ao impossibilitar a aprovação do orçamento comunitário. Era uma situação que se arrastava desde 1981 e só em 1988 seria possível adoptar um real acordo interinstitucional que estabelecesse alguma disciplina orçamental.

para a reforma institucional da Comunidade. Ambos os objectivos foram alcançados, como explicaremos nos pontos que se seguem.

3.3 – A Itália e a perspectiva do reforço da Europa do sul

A adesão dos países do sul da Europa significava duas coisas para a Itália: um problema concorrencial ao nível da agricultura, da indústria do calçado e automóvel, do turismo e da distribuição dos fundos comunitários e uma oportunidade para assumir um papel de liderança no núcleo de países sul-europeus em formação na Comunidade. Valorizando esta componente, a estratégia do Governo italiano consistia em aliar-se aos países candidatos, unindo os seus interesses no Mediterrânico e na CEE à necessidade de promover uma actuação conjunta no sentido de contrabalançar o domínio dos países do norte.

A Itália estava também interessada em que a Europa gerisse as crises do Mediterrâneo como parte da dimensão europeia, sem, contudo, anular as suas iniciativas bilaterais. E isto porque pretendia transformar o Mediterrâneo, região que valorizava como a sua área natural de intervenção, devido à sua situação geográfica, num espaço de diálogo e de negociação com os países não-alinhados locais, onde a vizinhança de culturas diferentes e o encontro de conflitos étnicos e políticos representavam os obstáculos a superar para alcançar um apreciável nível de desenvolvimento e de equilíbrio (Romeo 2000, p. 47). A Itália almejava, por isso, o estatuto de potência média e de principal mediadora entre os diversos interesses que confluíam para o Mediterrâneo e, para o efeito, apostava numa colaboração estratégica que alimentasse as expectativas externas e internas das partes envolvidas. As vias escolhidas para fazê-lo consistiam na concretização de políticas de assistência técnica e financeira ao desenvolvimento, procurando negociar com os países exportadores de petróleo, como a Líbia, acordos vantajosos que permitissem a troca de matérias-primas energéticas por tecnologia e mão-de-obra italianas. Uma situação especialmente vantajosa quando a Itália atravessava uma grave crise económica e financeira que a levava à procura de investimentos estrangeiros e de canais para aumentar as exportações nacionais (Santoro 1990, p. 61).

Não se estranha, por conseguinte, que Ernesto Melo Antunes, Ministro dos Negócios Estrangeiros português, fosse a Roma, em meados de Julho de 1975, na véspera da negociação de um auxílio económico com a CEE, evidenciar as potencialidades que se anteviam para a colaboração entre Portugal e a Itália no contexto da Europa e do Terceiro Mundo. Melo Antunes salientava que os dois países pertenciam ao mesmo espaço geopolítico,

cada um com um grau diferente de integração no espaço económico europeu e desejando aprofundar a unidade da Europa¹⁷⁷⁸. Para o Ministro português, a afirmação independente do Velho Continente passava pela conquista de novas relações e equilíbrios com as nações desfavorecidas do Terceiro Mundo¹⁷⁷⁹. Desta forma, o interesse que Portugal atribuía à Europa era pleno de perspectivas dinâmicas que se articulavam com a conquista de novas relações igualitárias e justas entre os centros industrializados, onde historicamente se realizava uma maior acumulação de capital, e os países periféricos em vias de desenvolvimento¹⁷⁸⁰. Só assim a Europa e o Terceiro Mundo conseguiriam garantir a sua independência face às superpotências tradicionais:

«Placés en des pôles différents de l'économie mondiale, ces deux espaces, l'Europe et le Tiers Monde pourront et devront réduire les différences qui les divisent, de manière à garantir leur indépendance face aux grandes puissances et blocs qui tendent à exercer leur hégémonie sur le monde. Il faut, donc, qu'on abandonne une vision étroitement utilitariste, en termes de profit des rapports économiques internationaux, pour aller vers une conception plus générale et compréhensive de ces rapports, qui réponde aux justes revendications des peuples du Tiers Monde»¹⁷⁸¹.

O período pré-constitucional português, onde esta orientação esteve muito demarcada, coincidiria, no entanto, com uma fase da política externa italiana caracterizada por uma actuação de «baixo perfil» a nível europeu (Gualdesi 1999, p. 372). As razões remontavam aos meados dos anos 60, quando o abrandamento do «milagre económico» despoletou uma forte oposição interna às reformas económicas e sociais do Governo, na altura formado por uma coligação de centro-esquerda. Esta situação, ao levar os governantes e os partidos a concentrarem-se nos problemas domésticos, retirou impulso à política europeia da Itália, situação agravada a partir de 1968, quando o país entrou numa grave crise política, social e económica. O seu papel internacional continuou a enfraquecer até finais dos anos 70, com a Itália a tornar-se, nos meados da década, perante a possibilidade de o PCI ingressar nas esferas governativas, numa «fonte de preocupações» para a maioria dos líderes ocidentais. Ela era, nesta altura, mais um «objecto das relações internacionais do que um actor independente» (Varsori 2005, p. 92).

¹⁷⁷⁸ ANTT, fundo Ernesto Melo Antunes, caixa 75, pasta 14, discurso proferido por Melo Antunes em Roma, no decorrer da visita oficial a Itália, em 18 de Julho de 1975.

¹⁷⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁷⁸¹ *Ibidem*.

Os governos sucediam-se, demasiado fracos para lidar com a crescente agitação social, a escalada da inflação, as crises económicas, a corrupção política e o terrorismo. Devido a estes problemas internos e às incertezas monetárias internacionais, a lira sofria desvalorizações contínuas, o que levava os parceiros europeus a identificarem a moeda italiana como o elo mais fraco entre as moedas da CEE e a Itália como um país de velocidade lenta, em grande divergência em relação à Alemanha, arquétipo dos países nucleares da Comunidade, caracterizados pela pujança económica. Era ainda vista como um país sem habilidade administrativa na gestão dos assuntos de Estado, sem percepção instintiva para defender os interesses nacionais e incapaz de superar as rivalidades internas para dar a disciplina da continuidade às acções de Governo e alimentar a ambição em adquirir um papel internacional relevante (Padoa-Schioppa 2001, p. 94).

Em suma, nos anos 60 e 70, a Itália distanciou-se da lógica de actuação que predominou durante as gerações de Alcide De Gasperi, Luigi Einaudi, Carlo Sforza, Giuseppe Saragat e Ugo La Malfa e que visava inserir estrategicamente o país no processo de construção da Europa comunitária para inverter a fragilidade política, económica e social em que caíra no final da II Guerra Mundial. Todos eles estavam profundamente convencidos de que só através da plena participação da Itália nos grandes projectos das nações democráticas e economicamente mais sólidas seria possível fortalecer o sistema político nacional, desenvolver a economia e reduzir os desvios históricos criados pelo fascismo¹⁷⁸² (Padoa-Schioppa 2001, p. 94). Foi neste contexto que os italianos mitificaram a Europa, isto é, que a transformaram num «mito nacional» (Mammarella & Cacace 2010, pp. 236-238) para, através dele, solidificarem uma «identidade de nação democrática» (Rosati, 2000, p. XII), destinada a fortalecer, dentro e fora de fronteiras, o seu prestígio e moral (Landuyt 2004, pp. 11-54).

A Itália tinha o seu peso no âmbito da construção das comunidades, advindo das suas dimensões e da sua importância geoestratégica. Era um peso limitado, bem certo, pela prevalência do eixo franco-alemão, mas suficiente para promover não só uma maior democratização das instituições comunitárias¹⁷⁸³, mas também a construção de instituições supranacionais fortes¹⁷⁸⁴, o aprofundamento da solidariedade e da coesão europeias (o Banco

¹⁷⁸² Recordemos que a Itália foi, nos anos 50, um dos Estados fundadores da CECA e da CEE, intervindo também para transformar a Comunidade Europeia de Defesa na Comunidade Política Europeia.

¹⁷⁸³ A eleição do Parlamento Europeu é um bom exemplo. Em 1977, por impulso do Primeiro-ministro Aldo Moro, contra a oposição da Inglaterra e da Dinamarca, o Conselho Europeu marcou em definitivo a data a partir da qual o Parlamento Europeu passava a ser eleito por sufrágio universal (1979). Decidiu-se, inclusive, que as eleições decorreriam caso a Inglaterra e a Dinamarca desertassem das urnas, como de facto aconteceu.

¹⁷⁸⁴ Neste particular, a Itália destacou-se pelo seu empenhamento em substituir, ao nível do Conselho Europeu, o princípio da unanimidade, considerado paralisante porque sujeitava os interesses colectivos aos nacionais, pelo princípio da votação por maioria. Em Junho de 1985, no Congresso Europeu de Milão, Bettino Craxi, Presidente

Europeu de Investimento foi uma exigência de Roma), a livre circulação de pessoas e o alargamento da CEE enquanto estratégia para nivelar os predomínios axiais (Missiroli 2000, pp. 89-90). Porém, paradoxalmente, a acção europeísta italiana era pontuada por constantes incongruências que abalavam a confiança dos parceiros europeus. A mais séria seria o conhecimento desadequado dos mecanismos comunitários e das oportunidades por eles oferecidos, o que fazia com que o Governo italiano actuasse na base da improvisação constante (Mammarella & Cacace 2010, pp. 237-238). Nesta perspectiva, o europeísmo da Itália desenvolvia uma natureza dual, resumida por Tommaso Padoa-Schioppa, economista do Banco Central Europeu, neste pequeno trecho do artigo que publicou, em 2000, na revista *Daedalus*:

«Perché l'Italia è allo stesso tempo il paese più favorevole all'Europa e quello che meno adempie agli obblighi che essa impone? Come conciliare il forte sostegno dell'Italia a un'Europa unita, il suo notevole contributo alla costruzione europea, il successo delle sue imprese esportatrici, con il suo permanente ritardo, con la necessità che essa sembra avere di essere guidata dall'Europa piuttosto che da una *leadership* interna?» (Padoa-Schioppa 2001, pp. 87-88).

À posição favorável dos governos italianos face às iniciativas europeias correspondia uma certa relutância em aplicá-las internamente, o que explicava os frequentes pedidos para obter longos regimes transitórios e a distensão dos prazos previstos para a actuação das políticas europeias¹⁷⁸⁵. Havia também uma grande procrastinação na transposição das directivas comunitárias para a lei nacional e os números demonstram-no claramente: entre 1953 e 1988, registaram-se 355 recursos no Tribunal de Justiça Europeu contra o Governo de Roma por não ter cumprido as suas obrigações, valores que eram o dobro em relação à França e o triplo em relação à Alemanha (*ibidem*, p. 110). Em termos práticos, este comportamento significava que parte essencial da legislação comunitária entrava em vigor em Itália com anos de atraso em relação à maior parte dos restantes Estados-membros, o que acabava por prejudicar a economia nacional. A tudo isto somava-se a coordenação deficiente entre os ministérios (e entre estes e outras instituições públicas, ao nível do segmento administrativo) e

do Conselho, e Giulio Andreotti, Ministro dos Negócios Estrangeiros, aplicaram pela primeira vez o princípio da maioria para decidir a convocação da conferência intergovernamental que, através da revisão do Tratado de Roma, produziria o Acto Único Europeu e estabeleceria as bases para a criação do Mercado Único (Padoa-Schioppa 2001, p. 106).

¹⁷⁸⁵ Alguns exemplos: como o PIB *per capita* era inferior aos dos restantes parceiros europeus, a Itália conseguiu anexar um protocolo ao Tratado de Roma através do qual obtinha o direito de adoptar medidas especiais contra terceiras economias em caso de necessidade. No decorrer do seu percurso comunitário, solicitava, e obtinha, a introdução do IVA dois anos mais tarde do que os parceiros, assim como uma margem maior *ad hoc* de flutuação de 6% para a lira no contexto do Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio (Missiroli 2000, p. 87).

a consequente ineficácia na aplicação da PAC e dos fundos comunitários a nível local e regional (Missiroli 2000, p. 89). A fama de parca fiabilidade do Governo de Roma era ainda agravada pelas frequentes crises governativas e pela consequente sucessão contínua de ministros italianos nos conselhos europeus, ao que acrescia alguns episódios pitorescos. Por exemplo, Franco Maria Malfatti, primeiro presidente italiano da Comissão, decidia demitir-se a meio do mandato, em 1972, para assumir uma posição ministerial de segundo plano em Roma (Padoa-Schioppa 2001, pp. 110-111).

Na segunda metade dos anos 70, os Estados-membros da CEE relançavam o ideal europeu com a criação do Sistema Monetário Europeu (1978) e a realização das primeiras eleições para o Parlamento Europeu (1979). Estas iniciativas, em conjunto com a perspectiva do alargamento das Comunidades Europeias ao sul da Europa, levaram o Governo italiano a acentuar o seu empenho nas acções europeístas. Para o efeito, foi fundamental o equilíbrio interno encontrado com a fórmula dos governos de solidariedade nacional, abertos à colaboração com o PCI¹⁷⁸⁶. Esta maior unidade interpartidária, com os assuntos comunitários a serem encarados como parte integrante da política interna e externa nacional e não como um instrumento de contra-propaganda governativa, permitiu que as autoridades italianas melhorassem a sua *performance* na defesa dos interesses nacionais europeus.

Logo após o golpe de Estado de Abril de 1974, o Governo de Roma, no quadro da sua diplomacia multilateral, defendia a abertura da CEE a Portugal e ao Embaixador de Portugal prometia todo o apoio nas relações de Lisboa com Bruxelas¹⁷⁸⁷. Os italianos pretendiam garantir a sobrevivência do regime democrático e assegurar o aprofundamento das relações entre ambas as partes até à adesão do país em condições que possibilitassem o reforço do peso do sul da Europa no contexto comunitário. Significava isto que a adesão portuguesa deveria acontecer se os interesses italianos nos sectores da agricultura mediterrânica e do turismo, onde Portugal era um potencial concorrente directo, assim como o acesso aos fundos comunitários, fossem devidamente salvaguardados. Roma era, por conseguinte, peremptória quanto à necessidade de se reexaminar as políticas agrícolas, sociais e regionais da CEE para

¹⁷⁸⁶ Como já abordámos esta questão no capítulo I da segunda parte, recordemos apenas que, na segunda metade dos anos 70, a maior aproximação do PCI ao executivo italiano era acompanhada pelo revisionismo doutrinário do partido no sentido do eurocomunismo e pela afirmação da sua autonomia face a Moscovo. Esta evolução permitia que o PCI se apresentasse como um membro da esquerda europeia ocidental e da ala esquerda dos partidos socialistas da Europa ocidental e não como membro do movimento comunista internacional. Neste contexto, como escreve AntonioVarsori (2005, p. 93), «a identidade europeia era um facto importante e o empenhamento na integração europeia tornou-se parte do quadro ideológico do PCI para uma Europa dos povos».

¹⁷⁸⁷ AHD/MNE, PEA M22/1975, apontamento do MNE «Evolução política italiana», redigido por Lopes Aleixo, [segunda metade de 1975].

controlar os problemas de concorrência criados pelo alargamento ao sul europeu¹⁷⁸⁸. Por esta razão, quando o I Governo Constitucional, liderado por Mário Soares, se preparava para apresentar formalmente o pedido de adesão, a Itália evitava manifestar-se abertamente, limitando-se a genéricas declarações de simpatia pela intenção de Portugal¹⁷⁸⁹.

Vários eram, aliás, os Estados-membros que punham reservas à entrada de Portugal a curto/médio prazo como Estado de pleno direito devido à sua grave situação económica e financeira. Somente a Inglaterra e a RFA apoiaram totalmente e desde o início a pretensão de Lisboa. A Inglaterra apoiava a pretensão portuguesa, não só por razões de estratégia ao nível das relações bilaterais entre Lisboa e Londres (Portugal sempre era o seu aliado mais antigo), mas também porque dava prevalência aos aspectos políticos e não às dificuldades económicas e institucionais que a adesão portuguesa acarretaria. Anthony Crosland, Ministro dos Estrangeiros britânico, chegara mesmo a afirmar, em Bruxelas, no decorrer da assinatura dos protocolos adicionais ao Acordo de 1972, a 20 de Setembro de 1976, que a Grã-Bretanha gostaria que Portugal apresentasse o pedido de adesão durante a presidência britânica do Conselho Europeu de Ministros, a decorrer entre Janeiro e Junho de 1977, como, de facto, viria a acontecer¹⁷⁹⁰. Relativamente à RFA, a adesão de Portugal tinha uma importância nacional e europeia, pois o fortalecimento definitivo da democracia no país contribuiria para demonstrar aos cidadãos da República Democrática da Alemanha que, uma vez reunificadas as duas Alemanha, teriam acesso aos mesmos direitos democráticos. Nesta perspectiva, se os comunistas acabassem por instalar-se no Poder, reforçando a lógica política das democracias populares do leste da Europa, os regimes aqui vigentes sairiam reforçados. Citando Francisco Castro (2002, p. 124), «no fundo, tratava-se de uma luta entre dois sistemas. A vitória de um seria a afirmação de uma dinâmica que deveria espalhar-se a todo o continente europeu».

Quanto aos restantes Estados-membros, a Dinamarca, depois das declarações contraditórias iniciais acabava por apoiar abertamente Portugal, vendo na sua adesão uma forma de reforçar a influência dos pequenos países atlânticos dentro da Comunidade¹⁷⁹¹. A Irlanda apoiava com reservas, devido os problemas que seriam criados ao nível dos processos decisórios, afirmando, no entanto, não ver outra saída para o problema levantado por

¹⁷⁸⁸ AHD/MNE, PEA M2/1976, apontamento do MNE intitulado «Reacções ao pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias», com data de 10 de Fevereiro de 1977, elaborado por Fernando d'Oliveira Neves

¹⁷⁸⁹ *Ibidem*, apontamento do MNE intitulado «Posições dos governos dos Estados-membros das Comunidades Europeias em relação ao pedido de adesão português», com data de 6 de Dezembro de 1976, elaborado por Fernando d'Oliveira Neves.

¹⁷⁹⁰ *Ibidem*, apontamento do MNE intitulado «Posição do Reino Unido perante o pedido português de adesão à Comunidades Europeias», com data de 10 de Fevereiro de 1977, elaborado por Fernando d'Oliveira Neves.

¹⁷⁹¹ *Ibidem*.

Portugal¹⁷⁹². A França foi dos países que criou mais dificuldades, defendendo a suspensão de qualquer decisão sobre o caso português na expectativa da evolução da conjuntura política espanhola. Mas, sublinhe-se, a França acolhia favoravelmente a integração europeia de Portugal, preferindo este termo, menos específico, para evitar o de adesão. Na prática, aquela fórmula designava uma europeização com lenta adesão, permitindo a salvaguarda dos interesses agrícolas da França¹⁷⁹³. Similarmente, a Bélgica, preocupada com o ónus que o alargamento acarretaria para as instituições comunitárias e considerando que a adesão não traria vantagens económicas para Portugal, devido ao seu subdesenvolvimento, sugeria o estatuto de pré-adesão, mais flexível e favorável a ambas as partes¹⁷⁹⁴. A Holanda, subscrevendo a posição da Bélgica, defendia que a integração do país deveria decorrer por fases, partindo-se da fórmula intermédia de pré-adesão até à adesão plena, uma vez reforçadas as instituições comunitárias e minorados os problemas económicos das partes envolvidas¹⁷⁹⁵. O Luxemburgo era o maior opositor à adesão portuguesa, embora estivesse disposto a discutir o assunto com as altas autoridades portuguesas¹⁷⁹⁶.

Nestas condições, Lisboa percebia que a abertura de negociações com as Comunidades Europeias dependia das boas relações mantidas com cada Estado-membro. E assim, para reforçar as conversações que vinham decorrendo, o Primeiro-ministro, Mário Soares, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Medeiros Ferreira, precediam a entrega do pedido formal de adesão (a 28 de Março de 1977) com um périplo pelas capitais europeias para convencer os líderes políticos da seriedade com que Portugal encarava as exigências que lhe eram colocadas para aderir às Comunidades (*Avanti* 1977). No caso da RFA e da Inglaterra, como apoiavam Portugal, Soares solicitava que intercedessem junto dos restantes parceiros a favor dos interesses portugueses¹⁷⁹⁷. Não esqueçamos que, nesta altura, o Governo tinha grande urgência em apresentar o pedido de adesão antes da Espanha, não só para sinalizar

¹⁷⁹² *Ibidem*.

¹⁷⁹³ *Ibidem* e telegramas n.º 1398 de 16 de Dezembro de 1976 e n.º 1417 de 20 de Dezembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Paris ao MNE.

¹⁷⁹⁴ *Ibidem*, apontamento do MNE intitulado «Posições dos governos dos Estados-membros das Comunidades Europeias em relação ao pedido de adesão português», com data de 6 de Dezembro de 1976, elaborado por Fernando d'Oliveira Neves.

¹⁷⁹⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁹⁷ Este périplo dividiu-se em duas fases: a primeira, de 14 a 18 de Fevereiro de 1977, compreendia Londres (14), Dublin (15), Copenhaga (16-17) e Roma (18); a segunda, que decorreria entre 6 e 11 de Março, incluía Paris (6-7), Bona (8), Haia (9), Luxemburgo (10) e Bruxelas (11). Começava em Londres porque o Reino Unido detinha a Presidência da CEE, e terminava em Bruxelas com uma reunião com os órgãos comunitários; a ordem das restantes capitais resultava dos aspectos práticos da organização do itinerário (AHD/MEN, PEA M2/1976, telegrama n.º 214 de 21 de Dezembro de 1976, o MNE ao Embaixador de Portugal em Bruxelas). Para uma análise aprofundada sobre os assuntos tratados em cada uma das capitais e o balanço geral feito pelo Governo português *vide* Castro 2010, pp. 97-150.

claramente que a opção europeia era uma prioridade absoluta para Lisboa, mas também para evitar que se anulassem as vantagens decorrentes do facto de Portugal, enquanto Estado-membro da EFTA e signatário de um acordo comercial com a CEE, possuir uma economia mais aberta à Europa do que o vizinho ibérico, permitindo agilizar o processo negocial português (Sousa 2005d, p. 8).

A 8 de Fevereiro de 1977, o Conselho Europeu dos Ministros dos Negócios Estrangeiros reunia-se em Bruxelas para encontrar uma posição comum que orientasse as conversações com os responsáveis políticos portugueses. Nivelando as suas posições, os Nove decidiram aceitar, em termos gerais, a pretensão portuguesa de formular oficialmente o pedido de adesão às Comunidades Europeias. Reconheciam também que, antes da abertura das negociações, deveriam procurar soluções satisfatórias para os problemas que se colocavam à integração plena de Portugal, a única fórmula desejada por Lisboa¹⁷⁹⁸.

Vejamos o que aconteceu durante a visita a Roma. Mário Soares tinha estado várias vezes na capital italiana, mas esta era a primeira que o fazia na qualidade de membro do Governo português. Inicialmente, a visita era apenas de trabalho mas, por iniciativa do Ministro dos Estrangeiros italiano, Arnaldo Forlani, o Governo de Roma convidava Soares e Medeiros Ferreira para uma visita oficial¹⁷⁹⁹. Facto importante dado que, para além das conversas sobre a candidatura de Portugal (como aconteceria numa simples viagem de trabalho), o carácter oficial da visita permitiria abordar as questões mais urgentes das relações bilaterais, como o desenvolvimento do comércio entre os dois países, o equilíbrio da balança de pagamentos, fortemente desfavorável a Portugal, o fomento de investimentos e de empreendimentos técnicos italianos em Portugal e a finalização do acordo cultural.

A delegação portuguesa seria recebida pelo Presidente do Conselho, Giulio Andreotti, e pelo Ministro dos Estrangeiros, Arnaldo Forlani, estando também presentes os ministros da Agricultura, Giovanni Marcora, do Comércio Externo, Rinaldo Ossola, e do Orçamento, Gaetano Stamatì, principal responsável pela aplicação da política governamental nos sectores económicos e financeiros. Seria ainda recebida pelo Presidente da República, Giovanni Leone, no Quirinal¹⁸⁰⁰. O programa oficial da visita terminava com um jantar

¹⁷⁹⁸ AHD/MNE, PEA M2/1976, Apontamento do MNE intitulado «Reacções ao pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias», com data de 10 de Fevereiro de 1977, elaborado por Fernando d'Oliveira Neves. O Conselho Europeu afastava a possibilidade da adopção de uma fórmula intermédia de pré-adesão ou de associação avançada depois de o Governo português as ter recusado com veemência (Castro 2010, pp. 31-96).

¹⁷⁹⁹ AHD/MNE, PEA M10/1977, telegrama n.º 497 de 23 de Dezembro de 1976, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE. Soares e Medeiros Ferreira eram acompanhados pelo Presidente da Comissão para as Negociações com a CEE, Vítor Manuel Ribeiro Constâncio, pelo Embaixador de Portugal junto da CEE, António Siqueira Freire, e pelo Vice-director-geral dos Negócios Económicos, Alexandre Lencastre da Veiga.

¹⁸⁰⁰ *Ibidem*, telegrama n.º 46 de 1 de Fevereiro de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

oferecido pelo Presidente do Conselho na *Villa Madama*, no decorrer do qual Mário Soares trocava o discurso protocolar com o anfitrião. Nessa altura, Giulio Andreotti expressava «a profunda simpatia e solidariedade» com que a Itália seguia a construção do novo Portugal, ao qual cedia, com «espírito de amizade», o apoio «sempre mais operante» do seu país para que concretizasse as suas «legítimas aspirações»¹⁸⁰¹. Citando-o:

«Hoje, os nossos dois países são membros da Aliança Atlântica, a qual, enquanto instrumento indispensável de segurança e de equilíbrio, consente-nos trabalhar efectivamente para o desanuviamento e a paz. Amanhã, estaremos unidos no seio da Comunidade Europeia, de modo a podermos, em conjunto, encontrar uma resposta adequada às ânsias e às perspectivas dos nossos povos»¹⁸⁰².

A Itália tinha, por isso, acolhido com viva satisfação a admissão de Portugal no Conselho da Europa, a 22 de Setembro de 1976, acontecimento que Andreotti considerava «de grande projecção política» por sancionar a inserção de Portugal entre as nações democráticas europeias¹⁸⁰³. Partilhava também a convicção do Governo de Mário Soares de que a vocação europeia de Portugal só poderia realizar-se completamente com a adesão às Comunidades Europeias e à sua família democrática¹⁸⁰⁴. Esta seria a conclusão natural de todo o processo político-social que o 25 de Abril de 1974 iniciara. Para este desfecho, a CEE só teria de resolver as graves dificuldades financeiras internas através de uma unidade europeia mais profunda:

«No que respeita à Itália, a dolorosa consciência da existência destes obstáculos e destes impedimentos mais ainda reforça a nossa convicção de que a unidade europeia constitui hoje, mais do que ontem, uma meta obrigatória»¹⁸⁰⁵.

Isto porque, sem a unidade europeia, «nenhum país dos que formam hoje a Comunidade, nem nenhum dos países que aspiram a nela se inserirem, poderá resolver de um modo estável, no interior de cada país, os grandes problemas económicos e sociais que serão chamados a enfrentar»¹⁸⁰⁶. Sem ela não existiria também «a possibilidade de, de uma forma digna, fazer soar no plano externo a voz da Europa e de se contribuir eficazmente para a

¹⁸⁰¹ *Ibidem*, telegrama n.º 96 de 18 de Fevereiro de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸⁰² *Ibidem*.

¹⁸⁰³ *Ibidem*.

¹⁸⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁸⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁰⁶ *Ibidem*.

criação de um equilíbrio internacional mais justo e mais duradouro»¹⁸⁰⁷. E concluía: «Estamos confiantes de que, com a nossa vontade comum e com o nosso comum empenho, estes problemas encontrarão as soluções convenientes»¹⁸⁰⁸.

Mário Soares secundava as afirmações de Andreotti, assegurando que se Portugal pretendia «desenvolver todos os seus esforços no sentido da preservação da paz e do entendimento entre os povos», só «colocando-se numa perspectiva europeia» estaria «em posição para prosseguir aqueles fins» e realizar «a sua política de abertura e solidariedade com todos os países do mundo»¹⁸⁰⁹. E se a conjuntura nacional era de sérias dificuldades, resultantes não só da descolonização e da alteração das «velhas e anacrónicas estruturas», mas também de uma pesada crise mundial, os dirigentes políticos portugueses optavam pela Europa, plenamente conscientes dos problemas que Portugal enfrentava e da sua capacidade para superá-los com o apoio de nações amigas, como era a Itália:

«A nossa consciência das dificuldades é tão forte como é a convicção de que as poderemos ultrapassar. Estamos certos de que numa perspectiva histórica, e é nessa óptica que se apresenta o futuro da Europa, os problemas circunstanciais encontrarão necessariamente soluções adequadas. Pela nossa parte, contamos essencialmente com o esforço do povo português mas também com o apoio e a cooperação dos países amigos. A forma aberta, cordial e compreensiva como decorreram as conversações que tivemos esta tarde com V. Ex.^a [Andreotti] e os seus colaboradores, encorajam-nos a prosseguir no caminho que escolhemos. É também esse o sentido que tiro das generosas palavras que V. Ex.^a acaba de pronunciar»¹⁸¹⁰.

Na conferência de imprensa final, dada no *Grand Hotel*, Soares definia os colóquios que tivera com Andreotti, com Forlani e com o Presidente da República da Itália como «positivos e encorajadores». Todos eles garantiam que o apoio do Governo de Roma à adesão de Lisboa era total e sem reservas, considerando-a de grande importância para o reforço das instituições democráticas no sul da Europa e para a estabilidade política no Mediterrâneo, região onde se alargava a frente dos povos livres (Pellegrini 1977a). Como dizia Andreotti, se o nível de subdesenvolvimento da economia portuguesa promoveria a acentuação dos ritmos de crescimento económico numa Comunidade heterogénea, a adesão de Portugal constituiria um investimento político para o futuro (Frescobaldi 1977). E, em jeito de crítica indirecta à França e ao Benelux pela posição contrária dos seus governos à adesão portuguesa,

¹⁸⁰⁷ *Ibidem.*

¹⁸⁰⁸ *Ibidem.*

¹⁸⁰⁹ *Ibidem*, telegrama n.º 97 de 18 de Fevereiro de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸¹⁰ *Ibidem.*

sublinhava que «la base dell'avvenire dell'Europa sta proprio in questa solidarietà tra democratici», «un cammino che non há alternative» (*apud Giornale d'Italia* 1977), pelo que a Comunidade devia poder acolher países economicamente débeis e evitar criar problemas para além dos existentes:

«Non ci nascondiamo le difficoltà del negoziato, ma queste difficoltà esistevano anche nel caso italiano, all'atto dell'adesione. In fondo, la CEE non sempre risolve i problemi e anzi spesso li crea; ma ciò non toglie che la loro soluzione possa risultare più facile, in un quadro comunitario» (*apud La Repubblica* 1977).

O apoio italiano, para além dos benefícios directos para Portugal, integrava também a grande estratégia para conseguir que, através do alargamento à Grécia, a Portugal e à Espanha, o centro de gravidade da Comunidade se deslocasse do norte em direcção ao sul europeu¹⁸¹¹. Como explicava o Ministro da Agricultura, Giovanni Marcora, que também participara nas conversações com a delegação portuguesa, se a adesão criava problemas à já problemática Comunidade, a identificação de interesses comuns entre Portugal e a Itália, incidentes sobre a melhoria das condições de vida da Europa do sul, ao invés de tornarem os dois países concorrentes entre si para a obtenção de melhores regalias junto da CEE, deveria desabrochar num espírito de próxima colaboração, de companheirismo. Naquele momento, dizia Marcora, a Itália procurava eliminar os focos potenciadores de atrito alimentados pelo funcionamento deficiente das políticas comunitárias, com destaque para a PAC:

«Esiste una comunanza di interessi, perché entrambi i paesi hanno una agricoltura mediterranea. L'Italia sta conducendo una battaglia in seno alla CEE per modificare la politica agricola comune, e per dare un più giusto peso ai prodotti mediterranei. Questa battaglia, la stiamo facendo anche per voi» (*apud La Repubblica* 1977).

Para Mário Soares, se Bruxelas preterisse a adesão de Portugal na base de análises técnicas sobre como funcionaria política e economicamente uma comunidade onde já era difícil obter o consenso nos actos decisórios e onde vigorava um movimento a duas velocidades, dividido entre o grupo das economias mais fortes e o das não tão fortes, a Europa estava prestes a tornar-se mais num «clube de ricos» do que numa «comunidade democrática»

¹⁸¹¹ *Ibidem*, telegrama n.º 130, confidencial, de 9 de Março de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

(Frescobaldi 1977, p. 5). Era, pois, neste contexto, que Soares solicitava que Andreotti manifestasse de forma clara que a Itália era a favor da adesão portuguesa:

«Conto sul vostro appoggio. So che se volete, potrete far pendere l'ago della bilancia a nostro favore, nel momento in cui chiederemo la piena adesione alla Comunità Europea» (*apud La Repubblica* 1977).

Em suma, se Soares encontrara o apoio que procurava, a Itália deixara claro que a adesão de Portugal teria de ser cuidadosamente preparada, especialmente no referente à reforma dos regulamentos da política agrícola sobre os produtos mediterrânicos. Defendia também ser necessário ler o problema através do alargamento simultâneo à Espanha, cujo pedido de adesão estava a ser preparado (Castro 2010, pp. 119-123). O que, como vimos atrás, deixava antever que a adesão portuguesa não seria tão rápida quanto o Governo de Lisboa pretendia.

Este quadro ficava claro na reunião com Roy Jenkins, Presidente da Comissão Europeia, em Bruxelas, no final do périplo europeu (*Il Messaggero* 1977). Jenkins remarcava que o problema da entrada de Portugal no MEC deveria ser discutido no quadro da situação global da Península Ibérica não só devido aos problemas técnicos similares que o ingresso dos dois países traria ao funcionamento das instituições comunitárias, mas também em termos da abordagem estratégica do problema das relações entre a Comunidade e os restantes países mediterrânicos (*Giornale di Sicilia* 1977; *Il Messaggero* 1977). Não obstante, Mário Soares estava optimista com os apoios recolhidos durante a missão diplomática às capitais dos Nove. A sua satisfação é evidente na resposta que deu a um dos jornalistas presentes na conferência de imprensa, em Bruxelas:

«Certo che sono soddisfatto. Da tutti i governi, nessuno escluso, ho avuto assicurazioni che la domanda del Portogallo sarà appoggiata. In più ho avuto contatti con le opposizioni, come i comunisti in Italia e i socialisti in Francia, e tutti si sono espressi in favore della richiesta portoghese. Anche il mondo sindacale è d'accordo. Non potevo chiedere nulla di più. Ora torno in Portogallo con le idee chiare. Il Governo avrà consultazioni a livello parlamentare, poi presenterà formalmente la domanda di adesione» (*apud Guatelli* 1977).

O apoio de Roma à entrada de Portugal na CEE e a ideia do reforço do sul da Europa eram reiterados poucos meses depois pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Arnaldo Forlani (*Il Popolo* 1977d). Entre 21 e 23 de Julho de 1977, visitava Portugal a convite do

homónimo português, José Medeiros Ferreira, reunindo-se ainda com Mário Soares e com o Presidente da República, General Ramalho Eanes¹⁸¹².

A notícia da ida de Forlani a Portugal era dada pelo *Il Popolo*, jornal do partido do Ministro, a Democracia-cristã, no início de Junho, e era apresentada como a última do ciclo de viagens organizada pelo Governo italiano aos países candidatos – Portugal, Espanha e Grécia – no âmbito da política para a Europa do sul¹⁸¹³. Poucos dias antes de partir para Lisboa, os jornalistas perguntavam a Forlani se o Governo pretendia conduzir a Itália à posição de país *leader* no Mediterrâneo. A resposta do Ministro foi a seguinte:

«Não, não temos estas ambições. Procuramos, sim, estreitas relações de solidariedade e colaboração com os países mediterrânicos e, naturalmente, relações deste tipo com países que desejam fazer parte da comunidade têm carácter particularmente empenhativo (*sic*). Penso, porém, que seria errado subvalorizar o papel que o nosso país pode desempenhar. A Itália está no centro do Mediterrâneo e é uma sociedade industrial com grandes contradições, mas também grande capacidade produtiva. Devemos ter uma visão aberta da colaboração, em particular com os povos vizinhos. Este é o sentido do nosso interesse, do nosso empenho activo quando estão em jogo problemas respeitantes ao melhor equilíbrio e às perspectivas de desenvolvimento da região mediterrânica. Demos o nosso contributo de melhor compreensão possível ao problema do alargamento da comunidade. Vemos neste facto um objectivo de primordial importância»¹⁸¹⁴.

Daí que, na audiência concedida ao Embaixador Tomás Andressen, a 14 de Julho, Forlani manifestasse «grande satisfação» com a sua visita a Portugal, pois, como sintetizava numa curta frase sobre os portugueses e os italianos, «temos as mesmas preocupações, temos as mesmas esperanças»¹⁸¹⁵.

Forlani era o primeiro Ministro dos Estrangeiros da Itália a visitar Portugal após o 25 de Abril (*Il Popolo* 1977c). Para Alberto Ninotti, jornalista do *Avanti*, a visita era tardia: «Essa avviene a tre anni e tre mesi dalla rivoluzione che liberò il Portogallo dal regime autoritario di Caetano» (Ninotti 1977a). Forlani, por sua vez, nos seus encontros com Mário Soares e Medeiros Ferreira, sublinhava que este «atraso» na visita não representava uma desconsideração para com Portugal ou que as relações diplomáticas fossem apenas tépidas.

¹⁸¹² Forlani seria acompanhado, entre outros, pelo Director-geral dos Negócios Políticos, Walter Gardini, pelo Chefe da Repartição da CEE da Direcção-geral dos Negócios Económicos, Pietro Calamia, e pelo Chefe da Repartição Europa da Direcção-geral dos Negócios Políticos, Vincenzo Manno (AHD/MNE, PEA M10/1977, telegrama n.º 339 de 14 de Julho de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹⁸¹³ *Ibidem*, telegrama n.º 328 de 7 de Junho de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸¹⁴ AHD/MNE, PEA M18/1977, telegrama n.º 345 de 18 de Julho de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸¹⁵ AHD/MNE, PEA M10/1977, telegrama n.º 353 de 22 de Julho de 1977, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

Ao contrário, tal derivava do facto de Portugal representar para a Itália menores problemas económicos em termos de concorrência nos sectores agrícola e industrial. Além disso, seria aquele o *timing* ideal, pois permitiria ao Ministro italiano fornecer indicações precisas sobre os fins da acção comum que, três dias antes, a França e a Itália decidiram efectuar no interior da CEE para a tutela da produção agrícola mediterrânica¹⁸¹⁶ (*ibidem*).

Do lado português, Medeiros Ferreira dizia confiar no apoio italiano, referindo que a visita de Forlani a Lisboa alegrava a «tutti coloro i quali ritengono che la creazione di un'Europa unita e democratica passa attraverso il rafforzamento dei legami di cooperazione fra i paesi che hanno comuni ideali di civiltà e derivano da eredità culturali affini» (*apud* Pinna 1977a). Considerava ainda que Portugal «tinha muito a aproveitar da experiência vivida e dos êxitos obtidos pela Itália» e valorizava o «extraordinário esforço de desenvolvimento que a levou a um alto nível de maturidade», sem que as dificuldades lhe retirassem o estatuto de «potência económica que completou o ciclo da industrialização e se serve da mais avançada tecnologia»¹⁸¹⁷. E esta era a via que Portugal queria seguir, articulando-a com a colaboração luso-italiana cada vez mais estreita nos sectores técnicos, científicos e artísticos e na elaboração das grandes linhas da política externa¹⁸¹⁸.

No decorrer das conversações, Forlani anunciava que a Itália contribuiria com 10 milhões de dólares para o empréstimo internacional que Lisboa estava a negociar com o FMI. E como os portugueses conheciam as dificuldades financeiras e económicas da Itália, nas palavras do Ministro, «hanno dimostrato di apprezzare in modo particolarissimo» a contribuição italiana, vendo nela um acto simbólico de solidariedade, de amizade e de empenhamento para com as necessidades de Portugal e isto, dizia, «li ha particolarmente toccati» (*apud* Pinna 1977c). A par da contribuição financeira, estava em vias de concretização uma colaboração bilateral através de um sistema conjunto para a gestão das empresas de participação estatal e para a concessão de créditos à exportação e às actividades dos sectores industrial e da agricultura. Para o Governo de Roma, era importante que as maiores indústrias têxteis, siderúrgicas e petrolíferas nacionais entrassem em Portugal numa altura em que atravessavam grandes dificuldades financeiras, resultantes da grave crise

¹⁸¹⁶ Esta intervenção conjunta tinha sido discutida nos encontros bilaterais entre as altas esferas da Itália e da França, tendo acordado na criação de um comité misto franco-italiano encarregue de analisar e de levar à discussão a questão da produção agrícola mediterrânica a fim de conter a extrapolação da produção da Europa central (carne, leite, manteiga) que tinha até ali penalizado a produção daqueles dois países (Ninotti 1977a).

¹⁸¹⁷ AHD/MNE, PEA M10/1977, «Tópicos para o discurso de S. Ex.^a o Ministro por ocasião da visita do Ministro dos Estrangeiros de Itália em 21 de Julho de 1977».

¹⁸¹⁸ *Ibidem*.

económica italiana, e quando Lisboa pretendia dinamizar estes mesmos sectores no país¹⁸¹⁹. Era também objectivo dos italianos estabelecer parcerias com as pequenas e médias empresas portuguesas do sector das madeiras, do calçado e do mármore¹⁸²⁰. De referir ainda que várias sociedades italianas estavam interessadas em trabalhos de construção diversos, em projectos de irrigação e na produção de tractores, cuja procura cresceria em resposta ao projecto de mecanização da agricultura que o Governo preparava no âmbito da reforma agrária¹⁸²¹. Interessada nos projectos para a construção de instalações petrolíferas estava a *Snam-Progetto* e a *Pignone* pretendia o negócio dos compressores, visando ainda entrar em Portugal a *Ansaldo Meccanica Nucleare*, a *Fin-Cantieri* e a *Finsinder*. Recordemos que a participação italiana em Portugal era, até ali, visível sobretudo através da *Condotte di Acqua*, que realizava obras em Sines, o maior porto petrolífero da Europa, da FIAT, da *Olivetti*, da *Montedison* e da *Carlo-Erba* (Ninotti 1977a; Pinna 1977a; Pinna 1977c).

A 6 de Junho de 1978, na reunião do Conselho Europeu dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, no Luxemburgo, os Nove decidiam que as negociações oficiais para a adesão de Portugal à CEE seriam iniciadas em Outubro daquele ano¹⁸²². Em Roma, na tarde de 23 de Junho, o Subsecretário dos Estrangeiros, Angelo Maria Sanza, o principal responsável pelos assuntos da CEE, reconfirmava ao Embaixador português «o aberto apoio italiano» à pretensão portuguesa. Dizia também que o Governo de Roma pretendia que os contactos entre os dois países fossem intensificados na perspectiva da adesão de Portugal¹⁸²³. Como tinha sublinhado Roy Jenkins, Presidente da Comissão Europeia, em Fevereiro de 1977, quando se deslocara a Roma¹⁸²⁴, o papel da Itália na CEE era «essenziale per l'equilibrio della

¹⁸¹⁹ AHD/MNE, PEA M8/1976, telegrama n.º 216 de 31 de Maio de 1976, o Encarregado de Negócios de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸²⁰ *Ibidem*.

¹⁸²¹ A estadia de Arnaldo Forlani em Lisboa coincidiu com a aprovação do projecto de reforma agrária pela Assembleia da República, apresentado pelo Governo minoritário de Mário Soares. Tratava-se de uma lei controversa, como se verificou na sessão de votação, e de cujo êxito dependia o futuro mais imediato da composição governativa. Na noite de 21 para 22 de Julho, o projecto-lei foi aprovado, com o PSD a juntar-se ao PS depois de longas negociações. Do ponto de vista da CEE, a imagem de Soares ficava valorizada, reforçando a indispensabilidade do seu papel para garantir a estabilidade interna de Portugal e a capacidade do país para superar os obstáculos económicos, políticos e sociais que existiam no decorrer do processo de adesão (Ferreira 1994, pp. 134-137).

¹⁸²² As negociações foram oficialmente abertas a 17 de Outubro de 1978, contudo, o seu início *de facto* seria só em Fevereiro de 1979 (Cunha 2012, pp. 104-113). Sobre a estrutura negocial portuguesa e comunitária *vide ibidem*, pp. 91-103.

¹⁸²³ AHD/MNE, PEA M16/1978, telegrama n.º 265 de 24 de Junho de 1978, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸²⁴ Roy Jenkins iniciara em Janeiro de 1977 as funções de Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, tendo-se deslocado a Roma no âmbito de um círculo de viagens pelos Estados-membros da CEE para recolher ideias e propostas para criar uma acção coesa destinada a reforçar a coesão económica comunitária e a revisão dos fundos sociais, regionais e agrícolas.

Comunità» e, devido à sua mediterraneidade, poderia tornar-se «centrale e fondamentale» no contexto da construção europeia à luz das novas adesões (*apud* Pellegrini 1977b).

Em 1978, a Itália garantia a custo a sua inserção no Sistema Monetário Europeu (SME), considerado como um grande passo na direcção de uma Europa cada vez mais coesa. Inicialmente existia a convicção de que o novo acordo monetário seria desenhado de forma a permitir a integração da Itália. Isto é, seria suficientemente flexível para contornar a crise económica que o país vivia e a fragilidade da lira. As dúvidas surgiram quando a França e a Alemanha começaram a advogar que a Itália não estaria em condições de aderir ao SME. Nesta altura, vários sectores italianos convenciam-se de que o país ficaria fora do «comboio europeu franco-alemão», com todas as consequências negativas resultantes da situação do isolamento em que automaticamente cairia¹⁸²⁵. Para obter a inclusão italiana, o Governo de Andreotti delineava uma estratégia de estabilização económica e financeira nacional que combinava um plano de desenvolvimento (o «plano Pandolfi») com um empréstimo concedido pelo FMI¹⁸²⁶. Em simultâneo, na arena europeia, exigia dos parceiros uma efectiva solidariedade financeira, não só em relação à Itália, mas também entre os membros da Comunidade. Neste sentido, insistia na revisão da PAC, no aumento da dotação financeira do BEI e na criação de um mecanismo capaz de assegurar a transferência dos recursos financeiros entre os vários países europeus de modo a criar um autêntico mercado financeiro comum¹⁸²⁷. A determinação com que o Governo de Andreotti conseguiu levar a Itália para o SME instituiria uma nova dinâmica relacional entre Roma e as Comunidades Europeias, sendo geralmente entendida como o elemento propulsor que fortaleceria, na década seguinte, o empenhamento dos italianos na construção da Europa (Varsori 2005, p. 94).

¹⁸²⁵ AHD/MNE, PEA M8A/1978, aerograma n.º 65 de 21 de Outubro de 1978, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸²⁶ O «plano Pandolfi» consistia num plano trienal de desenvolvimento (1978-1981), tendo sido apresentado pelo Ministro do Tesouro Filippo Maria Pandolfi com o título «Uma proposta para o desenvolvimento, uma escolha pela Europa» e como o caminho a seguir para a Itália sair da crise económica e entrar no caminho do crescimento estável e equilibrado. As grandes linhas do plano apontavam para a diminuição da inflação (no decurso do triénio, a taxa de inflação deveria decrescer dos 12% de 79 para os 9% em 1980 e 7,5% em 1981); para a contenção das despesas públicas e despesas correntes com as pensões, saúde e orçamentos do poder local; para a diminuição do ritmo do aumento do custo do trabalho, compensada com a criação de novos postos de trabalho (a estimativa era a criação de cerca de 600 mil novos postos de emprego nos três anos), destinados a absorver os cerca de 1,5 milhões de desempregados, na sua maioria jovens, e, finalmente, para a manutenção da taxa de desenvolvimento do PIB nos 4,5%. De referir ainda que estas políticas seriam apoiadas por um novo empréstimo do FMI, no valor de 1000 milhões dólares, destinado a cobrir o *deficit* nas despesas públicas (*ibidem*, aerograma n.º 36 de 28 de Junho de 1978, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE; *ibidem*, ofício n.º 445 de 3 de Outubro de 1978, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE; AHD/MNE, PEA M30/1979, aerograma n.º 8 de 17 de Janeiro de 1979, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE).

¹⁸²⁷ AHD/MNE, PEA M8A/1978, aerograma n.º 65 de 21 de Outubro de 1978, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE

Em Setembro do ano seguinte, Sandro Pertini, Presidente da República Italiana, ia à RFA defender a obstinação da Itália em assumir um papel de primeiro plano na construção da Europa política¹⁸²⁸. Em conversa com o Chanceler Helmut Schmidt, Pertini censurava que a RFA e a França tivessem relegado a Itália para uma posição secundária no âmbito da CEE, pois, como tinha o cuidado de frisar, a Itália era importante no contexto europeu e nas relações do Velho Continente com a África e o Médio Oriente. Desta forma, a subvalorização diplomática a que pareciam querer sujeitá-la era injusta e a imposição de directórios negociais franco-alemães, referindo-se ao caso particular das dificuldades criadas para a adesão italiana ao SME, era inaceitável¹⁸²⁹. Como sublinhava o Embaixador de Portugal em Roma, os dirigentes máximos italianos estavam empenhados em superar o complexo que, desde a unificação, em meados de Oitocentos, pesava sobre a Itália por nunca ter ocupado o lugar que considerava competir-lhe no contexto político da Europa¹⁸³⁰. Schmidt retorquia que o Governo de Bonn velaria pela construção de uma unidade europeia baseada na igualdade e era por essa razão que não poderia estar mais de acordo com a linha teórica defendida por Roma, segundo a qual a CEE necessitava de infra-estruturas sólidas e da revisão urgente da política económica comunitária, sem a qual não seria possível harmonizar as políticas de desenvolvimento dos Nove, quebrar os egoísmos nacionais e reduzir os desequilíbrios existentes entre o norte e o sul da Europa¹⁸³¹.

Nos anos centrais da década de 80, a Itália alcançava o estatuto de média potência regional, resultado de uma época profícua ao nível da política externa italiana. Com a entrada de François Mitterrand para a Presidência da República Francesa, em Maio de 1981, a França empenhava-se em estreitar as relações a «sorella latina» (Russo 1983, p.1). Mitterrand pretendia relançar o europeísmo da França e parte da sua estratégia consistia em reconhecer à Itália um papel diferente do da RFA e da Grã-Bretanha (*ibidem*). A linha do Presidente francês, ao contrário dos antecessores, reclamava a criação de alianças na base mais de afinidades culturais e de pensamento do que de meras leituras económicas e comerciais (*La Voce Repubblicana* 1983). Com este objectivo, os dois países passavam a realizar consultas bilaterais a nível de Governo, realizando, em Fevereiro de 1982, aquele que ficou conhecido como o primeiro «Conselho de Ministros conjunto ítalo-francês» (Russo 1983, p.1).

¹⁸²⁸ AHD/MNE, PEA M42/1979, aerograma n.º 70 de 28 de Setembro de 1979, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸²⁹ *Ibidem*.

¹⁸³⁰ *Ibidem*.

¹⁸³¹ *Ibidem*.

A entrada de Mitterrand para o Eliseu tinha outra componente importante: com ela assinalava-se o início de uma viragem socialista na Europa. Em 1982, Felipe Gonzalez, do *Partido Socialista Obrero Español*, obtinha a liderança do Governo de Espanha e, em 1983, Bettino Craxi tornava-se Presidente do Conselho da Itália (1983-1987) e Mário Soares começava a presidir a um governo do bloco central (1983-1985). Esta preponderância dos partidos socialistas levou a que se falasse na vigência de uma Era de euro-socialismo. Contudo, longe de incidir decisivamente sobre as dinâmicas de Bruxelas – os democratas-cristãos de Helmut Kohl ganhavam a presidência da Chancelaria da RFA (1982) e, na Inglaterra, os conservadores de Margaret Thatcher eram reconduzidos num segundo mandato (1983) – o euro-socialismo funcionou sobretudo como um *slogan* de uso político doméstico e para reforçar as relações entre os partidos socialistas europeus (Varsori 2007, pp. 185-186).

Com Bettino Craxi na Presidência do Conselho, a política interna italiana entrava numa fase de estabilidade, produzindo-se um novo «milagre económico» e sobressaindo uma classe política capaz de conduzir um processo nacional de modernização e de desenvolver, nos meios comunitários, uma acção determinante para promover a institucionalização de uma verdadeira União Europeia alargada ao sul. Como escrevia Renzo Cianfanelli, jornalista do *Corriere della Sera*, nos finais de 1983, «dalla Gran Bretagna, che storicamente in passato ha svolto spesso in Europa il compito di «ago della bilancia», il ruolo equilibratore fra gli interessi spesso contrastanti della Comunità europea sembra esserci trasferito in maniera inaspettata ma più efficace del previsto all'Italia» (Cianfanelli 1983). A Itália concretizava o seu objectivo de então: reafirmar perante a comunidade internacional a sua vocação europeia e, com ela, a sua determinação em fazer progredir a construção da Europa das comunidades.

3.4 – Cooperação, mas também competição

O facto de a Itália e de Portugal pertencerem à mesma zona geográfica era uma razão muito válida para que se procurasse uma colaboração concertada e solidária, visando objectivos globais no referente ao sul da Europa e face à Europa do norte. No entanto, ambos eram, simultaneamente, países com exportações e características concorrenciais. Nesta perspectiva, como poderia estabelecer-se entre eles uma relação de cooperação? Seria uma cooperação com competição? A resposta é sim. Ter-se-ia tornado num elemento impeditivo? Não de todo. Seria, portanto, uma cooperação com uma competição positiva.

Vimos no ponto anterior como a Itália começou por evitar manifestar-se abertamente em relação à possibilidade da adesão de Portugal à CEE. Alcançada uma posição comum entre os Governos dos Nove, no Conselho Europeu de Bruxelas, a 8 de Fevereiro de 1977, Giulio Andreotti anunciava a posição oficial da Itália durante a visita de Mário Soares a Roma: o apoio político sem reservas ao pedido de adesão português. Era, contudo, inamovível quanto à obrigatoriedade de resolver previamente os problemas ligados à PAC, à política industrial e à distribuição dos fundos comunitários para evitar a criação de desequilíbrios nas suas exportações e na subsidiação das suas regiões mais pobres, contando que, com a pressão que colocava, fossem analisados e resolvidos ao mesmo tempo que decorriam as negociações (*Il Popolo* 1977c; Pinna 1977a).

Para as autoridades portuguesas, ficava claro que o calendário da adesão dependeria da concertação entre os parceiros europeus para resolver os problemas da CEE. Em relação à Itália, percebia-se que, a qualquer momento, os italianos poderiam irromper em posições mais extremadas, como indicava o comportamento menos contido de alguns elementos do Governo de Andreotti, em especial do Ministro da Agricultura, Giovanni Marcora. Em Abril de 1977, pouco depois de Lisboa ter apresentado formalmente o pedido de adesão, Marcora dizia ser absolutamente contra o ingresso de Portugal, da Espanha e da Grécia se não se chegasse a um acordo para rever as regras agrícolas vigentes e proteger a agricultura italiana (*Avanti* 1977). Tratava-se de uma afirmação demasiado categórica que não oferecia grandes esperanças a Portugal caso os Nove não conseguissem avançar com as reformas comunitárias. A declaração de Marcora contrastava, por isso, com a linha oficial expressa durante a visita de Mário Soares e de Medeiros Ferreira a Roma, tendo sido muito criticada nos meios governamentais por levantar dúvidas prejudiciais sobre a coerência do Governo de Roma e se este não estaria a fazer o jogo do maquiavelismo (*ibidem*).

Nesta altura, Mario Zagari era o Vice-presidente do Parlamento Europeu e a sua reacção à declaração de Giovanni Marcora foi de reprovação total. Pese o facto de ser um socialista a criticar um democrata-cristão, onde não deixa de estar implícito um certo tom eleitoralista, Zagari sublinhava que a agricultura portuguesa – como o Ministro deveria conhecer, dizia ele –, não apresentava sectores de real concorrência para a italiana devido à insuficiência da sua produção, inclusive para consumo interno (*ibidem*). Nem o sector vitivinícola, que poderia representar mais «ameaças», apresentava riscos particulares devido à especificidade da produção – centrada no vinho do Porto e da Madeira –, pois estava destinada a um mercado particular, praticamente indiferente às tarifas alfandegárias comunitárias (*ibidem*).

No Conselho Europeu de Londres (29-30 de Junho de 1977), o Governo italiano apresentava um documento sobre a política global mediterrânica com propostas precisas para a revisão da PAC. Como explicava Arnaldo Forlani, a comum valorização política do alargamento para sul não deveria desvalorizar os problemas colocados por tal perspectiva, mas levar a que se examinassem com a mesma clara vontade política, para encontrar soluções adequadas no interesse dos actuais e dos futuros Estados-membros (*Il Popolo* 1977d). Para a Itália, reiterava Forlani em Londres, o problema da agricultura mediterrânica no contexto do alargamento tinha especial relevo não só para os italianos, mas também para os equilíbrios internos europeus, sendo necessário acordar, a nível comunitário, uma acção favorável às estruturas agrícolas e económicas da zona sul e rever as regulamentações para os seus produtos típicos. Só assim seria possível melhorar as condições de produção, de comercialização e de transformação dos mesmos (*ibidem*).

Para alcançar estes objectivos, a Itália procurou aliar-se aos parceiros que entendia serem também lesados pela PAC, como era o caso da França e da Inglaterra. Era o que acontecia, por exemplo, em Outubro de 1979, quando Franco Maria Malfatti, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, discutia com o homónimo francês, François Poncet, as implicações do alargamento. Embora ambos excluíssem a hipótese de uma frente comum para salvaguardar as respectivas agriculturas, concordaram que actuariam concertadamente para levar os parceiros europeus a estudar medidas que garantissem que o ingresso dos novos membros não penalizaria os seus interesses¹⁸³². Também em 1979, no Conselho Europeu de Dublin (29-30 de Novembro), a Itália procurou corrigir o que considerava ser as «distorções da Comunidade» com o apoio da Inglaterra, formando ambas uma espécie de «frente comum» contra a estrutura dos subsídios comunitários em vigor, dado entenderem que produziam um elevado *deficit* nas suas trocas comerciais com o MEC (em 1978, atingira, o valor de 830 biliões de liras para a Itália e de 1.000 biliões para a Inglaterra)¹⁸³³.

Aperfeiçoar os mecanismos comunitários não era, contudo, fácil devido aos interesses de cada Estado-membro, levando ciclicamente a CEE para uma «situação de incerteza absoluta», para utilizar a expressão com que Giovanni Marcora caracterizou o desfecho da reunião do Conselho de Ministros da Agricultura, em Dezembro de 1979¹⁸³⁴. Por esta altura, o processo de adesão da Grécia atingia o estádio final, enquanto com Portugal e Espanha os

¹⁸³² AHD/MNE, PEA M42/1979, aerograma n.º 80 de 15 de Outubro de 1979, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸³³ AHD/MNE, PEA M41/1979, aerograma n.º 105 de 14 de Novembro de 1979, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸³⁴ AHD/MNE, PEA M30/1979, aerograma n.º 87 de 28 de Dezembro de 1979, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

trabalhos prosseguiam. Este era, no seu conjunto, um trabalho minucioso de aprofundamento técnico-jurídico de todos os problemas, inultrapassável, ou não representasse a adesão, nas palavras do Vice-presidente Lorenzo Natali, «una scelta talmente importante, che non ci può permettere di sbagliarsi per mancanza di pazienza, che non si può affrontarla come una corsa di velocità»¹⁸³⁵. E a paciência era essencial quando as discussões incidiam sobre questões problemáticas, por vezes em torno de «problemi seri, a volte realmente gravi»¹⁸³⁶.

No primeiro semestre de 1980, a Itália assumia a presidência de turno da CEE, pretendendo centrar a sua acção na dinamização da revisão das políticas comunitárias ao nível do orçamento e da agricultura, uma vez que considerava, tal como constava no memorando enviado a Bruxelas, no Outono de 1979, que, «no seu conjunto, as actuais políticas comunitárias não dão um contributo positivo aos esforços nacionais para a redução das disparidades regionais das realizações económicas e níveis de vida dos países da CEE»¹⁸³⁷. Facto tanto mais agravado quando Roma considerava que as concessões comerciais feitas pela CEE a países terceiros, através dos acordos com os países mediterrânicos e os da Convenção de Lomé, tivessem sido feitos à custa da agricultura mediterrânica italiana¹⁸³⁸.

Em 1980, a lentidão instalava-se no processo negocial, chegando a ser bloqueado pelo Presidente francês, Giscard d'Estaing, por considerar que a capacidade concorrencial da Espanha representava sérios riscos para o sector agrícola da França. Não esqueçamos que os parceiros europeus tinham decidido negociar a adesão dos dois países ibéricos em simultâneo, pelo que os problemas existentes com um dos candidatos acabavam por afectar a agenda negocial do outro. Era então que Francisco Sá Carneiro, presidente do VI Governo Constitucional (1980-1981), assumia a adesão como a «prioridade das prioridades» (*apud* Ferreira 1994, p. 149), tendo conseguido que, a 3 de Dezembro de 1980, o Conselho de Ministros da CEE aprovasse um programa de auxílio financeiro de pré-adesão no total de 275 milhões de unidades de conta (Cunha 2012, pp. 113-121).

Em 1982, depois das declarações de boa vontade em levar as negociações a bom termo por ambas as partes, o processo negocial voltava a cair num impasse. A CEE, conta José Medeiros Ferreira (1994, p. 151), entrava num «retiro espiritual» para tentar resolver os problemas relacionados com a PAC ao nível dos produtos mediterrânicos. Existia ainda uma

¹⁸³⁵ Arquivo Histórico da UE, fundo Lorenzo Natali, série Comissão Jenkins, fascículo LN-2, intervenção de Lorenzo Natali no encontro entre parlamentares dos Estados-membros da CEE e dos países candidatos no Parlamento Europeu, a 29 de Julho de 1980.

¹⁸³⁶ *Ibidem*.

¹⁸³⁷ AHD/MNE, PEA M42/1979, aerograma n.º 80 de 15 de Outubro de 1979, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

¹⁸³⁸ *Ibidem*, aerogramas n.º 80 e n.º 82 de 15 de Outubro de 1979, o Embaixador de Portugal em Roma ao MNE.

grande indefinição do lado europeu quanto às reais vantagens do alargamento numa altura em que a preocupação com a segurança colectiva, resultante da movimentação comunista no sul da Europa nos anos 70, estava ultrapassada (Sousa 2005a; Sousa 2005c).

Era neste contexto que Gaston Thorn, Presidente da Comissão das Comunidades Europeias, cumprindo a determinação do Conselho Europeu de 28-29 de Junho, enviava uma carta, com data de 10 de Julho, aos chefes de Estado e de Governo dos Dez onde solicitava que se pronunciassem sobre o problema das implicações do alargamento para as políticas comunitárias e os diferentes Estados-membros. Para além das funcionalidades práticas que a iniciativa poderia reverter, o certo é que quando foi lançada pretendia-se criar um compasso de espera numa altura de grande vazio no processo negocial. Giovanni Spadolini, enquanto Presidente do Conselho de Itália¹⁸³⁹, respondia em nome do Governo italiano, numa carta com data de 23 de Setembro de 1982. Tenhamos em consideração que, poucos dias antes, Spadolini tinha visitado Portugal¹⁸⁴⁰. Na missiva, rebatia a posição assumida por Roma nos anos transactos:

«Le gouvernement italien a toujours considéré l'élargissement de la Communauté à l'Espagne et au Portugal comme le développement naturel et essentiel du processus historique qui doit conduire à l'achèvement de la construction européenne. L'élargissement revêt donc avant tout une importance politique primordiale et c'est dans cette perspective que depuis le retour de l'Espagne et du Portugal à la démocratie, les forces politiques italiennes ont préconisé d'un commun accord une rapide adhésion à la Communauté des deux nations ibériques»¹⁸⁴¹.

¹⁸³⁹ Giovanni Spadolini pertencia ao PRI e era o primeiro político não democrata-cristão a presidir ao Conselho desde a II Guerra Mundial.

¹⁸⁴⁰ Spadolini visitou Portugal nos dias 9 e 10 de Setembro, retribuindo a visita que o Primeiro-ministro António Pinto Balsemão fizera a Roma, em Fevereiro de 1982. Tratava-se da primeira visita de um Presidente do Conselho da República Italiana a Portugal, sinal de apoio à democracia portuguesa e à sua inclusão nas Comunidades Europeias. Um apoio que procedia de «precise motivazioni politiche, nello spirito dei Trattati di Roma, che sollecitano l'allargamento del progresso comunitario agli altri popoli dell'Europa, animati dallo stesso ideale, per la difesa della pace e della libertà» (Spadolini 1984, p. 153). Daí que, no discurso de agradecimento pronunciado no almoço oferecido pelo homónimo português, Spadolini sublinhasse que a sua visita e a de Pinto Balsemão decorriam num «momento storico e politico di particolare significato, nel quale e vincoli di amicizia e di colleganza fra i nostri due paesi, non meno di quelli che i nostri paesi, hanno nel contesto delle nazioni democratiche, devono trovare nuovo impulso nell'azione per la tutela dei valori e dei principi di libertà e di giustizia, che costituiscono comune patrimonio» (*ibidem*, pp. 149-150). E, neste sentido, não duvidava de que os antiquíssimos laços de cultura e de civilização que uniam a Itália e Portugal ajudariam ambos os países a desenvolver uma colaboração mais estreita no quadro europeu para construir conjuntamente uma Europa firmemente ancorada nos valores da democracia, da liberdade e do desenvolvimento (*ibidem*, pp. 150-154).

¹⁸⁴¹ Arquivo Histórico da União Europeia, fundo Emile Noël, série Élargissement, subsérie Élargissementssuccessifs (Grèce, Portugal, Espagne), sub-subsérie Suivre de l'élargissement 1982, fasc. EN-1741, carta com data de 25 de Setembro de 1982, o Presidente do Conselho de Itália ao Presidente da Comissão da CEE, a propósito da posição do Governo de Roma sobre o pedido de adesão de Portugal e de Espanha.

Neste propósito, Spadolini sublinhava ser necessário ter em conta não só as implicações resultantes da adesão de Espanha e de Portugal para os actuais países membros e para a política comunitária, mas também, numa perspectiva de equilíbrio, como a nova comunidade a doze poderia contribuir para a resolução dos problemas económicos dos dois países candidatos à adesão. Era este o caminho a seguir, quanto ao Presidente do Conselho italiano, para evitar que o alargamento acentuasse os problemas das regiões mediterrânicas da comunidade a dez e tivesse repercussões negativas sobre a nova comunidade a doze e sobre as relações com os restantes países mediterrâneos¹⁸⁴². Neste particular, um alargamento que não fosse paralelo à adopção de medidas para impedir uma concorrência «intolerável» entre as produções mediterrânicas criaria no interior da Comunidade uma situação «difficilement supportable»¹⁸⁴³. A Comunidade devia, portanto, dotar-se com novos recursos políticos e financeiros para reforçar as políticas actuais e concretizar, à escala comunitária, a reestruturação dos sectores industriais em crise e desenvolver o sector da tecnologia de ponta, devendo estender estas acções o mais rapidamente possível aos países candidatos. Só assim estariam criadas as condições propícias a um desenvolvimento harmonioso da nova comunidade a doze¹⁸⁴⁴.

Ainda que a posição do Governo italiano fosse, no geral, igual àquela que manifestou quando Portugal apresentou o pedido de adesão, verificava-se uma evolução no referente ao período estimado para a adesão portuguesa. Spadolini salientava que «si ce processus devait exiger des délais incompatibles avec l'objectifs d'une entrée rapide de l'Espagne et du Portugal dans la Communauté, il conviendrait de réfléchir [...] à une autre procédure d'organisation de la période de transition»¹⁸⁴⁵. Roma pretendia que a adesão de ambos os países ocorresse o mais rápido possível, de preferência em Janeiro de 1984, com a primeira fase do período transitório a abarcar os dois anos seguintes, no decorrer da qual deveria ocorrer um mínimo de progresso nos capítulos importantes da integração, concernentes, por exemplo, ao desarmamento tarifário e à aplicação de uma grande parte dos mecanismos da PAC. Ao mesmo tempo, requerer-se-ia aos dois países que aplicassem as regulamentações essenciais em matéria de produção, compensadas com as intervenções financeiras comunitárias da CEE. A passagem à segunda fase do período de transição seria, por conseguinte, subordinada à adopção efectiva das decisões necessárias que fizessem do alargamento uma operação bem-sucedida, não só do ponto de vista político, mas também

¹⁸⁴² *Ibidem.*

¹⁸⁴³ *Ibidem.*

¹⁸⁴⁴ *Ibidem.*

¹⁸⁴⁵ *Ibidem.*

económico, «et cela dans l'intérêt de l'ensemble de la Communauté et de chacun de ses douze membres»¹⁸⁴⁶.

Neste sentido, discutindo-se a adesão de Portugal e de Espanha no Conselho de Ministros da Agricultura dos Dez, em Bruxelas, em meados de Dezembro de 1982, a posição da Itália foi «assai dura». Dizia o Ministro italiano, Giuseppe Bartolomei, a propósito do ajustamento das normas referentes aos produtos mediterrânicos, que «la trattativa sulle modifiche ai regolamenti comunitari deve essere portata avanti globalmente. Non si può procedere separatamente per l'ortofrutta e, poi, per l'olio di oliva» (*apud Il Popolo* 1982). Já no Conselho Europeu de Atenas (4 e 6 de Dezembro de 1983), no qual se falhou o acordo fundamental sobre a dotação financeira em termos de recursos próprios da CEE e onde se recuperou a discussão da adesão de Portugal e da Espanha, a Itália defendia ser essencial adoptar uma decisão sobre a entrada dos países ibéricos. Tendo em conta o tempo necessário para a adesão ser ratificada pelos parlamentos nacionais, não deveria ser fixada para depois de 1 de Janeiro de 1986 e as negociações deveriam ficar concluídas até ao Verão de 1984¹⁸⁴⁷.

No entanto, quando Bettino Craxi, Primeiro-ministro italiano, visitou Portugal, em Maio de 1984, a CEE encontrava-se bloqueada com a questão da contribuição britânica para o orçamento comunitário, com Margaret Thatcher a imortalizar a posição da Inglaterra nas palavras de ordem «I want my money back» (*apud Varsori* 2007, p. 185). Na entrevista cedida ao *Diário de Notícias*, conduzida pela jornalista Manuela Paixão Redmont, Craxi referia-se ao significado político da sua deslocação a Lisboa, dizendo ser, em primeiro lugar, uma visita de amizade, «amicizia verso il popolo portoghese, il suo governo e verso chi lo presiede con equilibrio e consaggezza»¹⁸⁴⁸. Era ainda «una occasione utile ed importante per un approfondimento delle possibilità di sviluppo dei nostri rapporti, per un esame delle prospettive comunitarie anche in vista dell'ingresso del Portogallo»¹⁸⁴⁹.

Qualquer progresso neste sentido estava, contudo, dependente da resolução do problema dos recursos próprios da CEE, da contribuição britânica e da continuação da reforma institucional comunitária. O Congresso Europeu de Fontainebleau, em Junho de 1984, introduziria um ímpeto renovado, com a França e a RFA a imprimir a reviravolta necessária ao desbloqueamento da integração europeia e à entrada das negociações com os países ibéricos na fase final. Neste particular, os Dez decidiam que Portugal e a Espanha, não

¹⁸⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁴⁷ Fondazione Bettino Craxi, Archivio Storico, fondo Bettino Craxi, secção II, série 2, subsérie 3, subsérie 2, fasc. 1, subfasc. 2, memorando sobre a adesão de Espanha e Portugal, com data de Dezembro de 1983.

¹⁸⁴⁸ *Ibidem*, subsérie 4, fasc. 10, subfasc. 4, respostas manuscritas de Bettino Craxi à questões enviadas pela jornalista do *Diário de Notícias*, Manuela Paixão Redmont, com data de 3 de Maio de 1984.

¹⁸⁴⁹ *Ibidem*.

obstante as negociações com o primeiro estarem muito mais adiantadas, entrariam em simultâneo (Gozzano 1984, p. 1). Mas Craxi advertia que não se podia deixar que as negociações «afundassem» nos mares do Norte devido à dificuldade na obtenção de um acordo para o sector da pesca, crítica que dirigia à Dinamarca, à Inglaterra, à França, à Alemanha e à Irlanda pela intransigência nas condições que impunham à Espanha como protecção contra a concorrência que a ampla frota espanhola fazia nos seus mares. E, ao fazê-lo, bloqueavam as negociações com ambos os países, porque um só entraria aquando o outro.

Recordemos que, tanto no caso português, como no caso espanhol, o processo negocial seguiu a «abordagem por pacotes», isto é, eram negociados os maiores problemas de cada sector, passando as questões pendentes para a ronda negocial seguinte (Lopes 2007, p. 149). A pesca fora, desde o início, o sector espinhoso. Com a entrada de Portugal e da Espanha, a Comunidade ficava com o dobro dos pescadores existentes até então, o que só por si demonstrava quão grande era a importância da actividade pesqueira no conjunto da Península Ibérica. As negociações partiam, por conseguinte, de posições muito afastadas, cada parte tentando defender os seus interesses. Como explicava Giulio Andreotti à *Commissione Affari Esteri* e à *Giunta per gli Affari Europei* do Senado de Itália, as dimensões e as potencialidades da frota espanhola justificavam, para os países atlânticos do norte, que se impusesse à Espanha um regime restritivo quanto ao acesso às águas e aos recursos comunitários (elencando-se um sem número de espécies de peixes permitidas) e um período transitório com a duração de um quinquénio¹⁸⁵⁰. Algo que Madrid não poderia aceitar, caso contrário, golpearia um dos sectores vitais da sua economia. Nem a Itália poderia aceitar como válida a pretensão de que, depois do período transitório, as frotas mercantis pesqueiras não pudessem ter acesso aos portos do norte, como estava expressamente sancionado nos acordos comunitários¹⁸⁵¹. Ademais, como Andreotti afirmava sarcasticamente: «Quindici anni non saranno molti, ma solo rispetto all'eternità» (*apud* Moraldi 1984, p. 8). Insistia, por isso, que se não perdesse a visão do conjunto com a discussão de uma série de especificidades¹⁸⁵².

Em relação a Portugal, o problema da pesca colocou-se em termos muito diferentes, dado o peso dos interesses em jogo: nem os pescadores portugueses operavam nas águas comunitárias, nem os países da Comunidade pareciam interessados em pescar nas águas

¹⁸⁵⁰ Ministero degli Affari Esteri – Servizio Storico e Documentazione 1990, discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti, à *Commissione Affari Esteri* e à *Giunta per gli Affari Europei* do Senado, por ocasião da sessão conjunta, a 16 de Abril de 1985, sobre as questões comunitárias, p. 86.

¹⁸⁵¹ *Ibidem*, discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti, à *Camera dei Deputati*, a 5 de Dezembro de 1985, a propósito da ratificação do Tratado de Adesão da Espanha e de Portugal à CEE, p. 357.

¹⁸⁵² *Ibidem*, discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti, ao Senado da República, a 13 de Novembro de 1985, pela discussão do projecto-lei sobre a ratificação e a execução do tratado relativo à adesão de Espanha e de Portugal à CEE, p. 350.

portuguesas. O ponto mais controverso seria o regime a aplicar aos pescadores espanhóis na zona de pesca portuguesa, cujas águas, depois da adesão, passariam a ser também comunitárias¹⁸⁵³. Nas palavras de Ernâni Lopes¹⁸⁵⁴, o *dossier* das pescas fora, de longe, o mais difícil, um «verdadeiro inferno» que «correu bastante mal» (*apud* Sousa 2005a, p. 4). E a explicação é esta: «O raciocínio básico dos nossos interlocutores da Comissão era que Portugal tinha água e não tinha frota e a Espanha tinha frota e não tinha água, e que, por isso, estava o problema resolvido»¹⁸⁵⁵ (*apud ibidem*).

A negociação das garantias de assistência a estender aos emigrantes espanhóis e portugueses nos países da CEE, também atrasava a obtenção de um acordo, com o Luxemburgo a pressionar para que fossem introduzidos limites à liberdade de trabalhadores. Possibilidade que o Governo italiano recusava liminarmente porque chocava com uma das prerrogativas europeias que tanto se empenhava em defender para criar destinos abertos à emigração italiana dentro da Europa como parte da solução para diminuir as suas elevadíssimas taxas de desemprego¹⁸⁵⁶.

À parte estes problemas, havia ainda a reforma da política comum vitivinícola. Os Dez alinhavam-se em duas posições: uma que preconizava a imposição de quotas de produção por país para limitar rigidamente os excedentes e assim reorganizar o mercado (a França era a sua principal defensora); a outra, liderada pela Itália, pretendia substituir os reguladores com carácter repressivo de mercado por acções estruturais de carácter terapêutico. Para os italianos, os regulamentos existentes eram altamente falíveis quando 1/3 do produto acabava destilado e uma completa nebulosa cobria a totalidade dos *stocks*. A prová-lo estava o excedente de cerca de 10 milhões de hectolitros produzidos pela Itália, só em 1983, e a duplicação da produção pelos alemães e os luxemburgueses (Moraldi 1984, p. 8). O Ministro dos Estrangeiros, Andreotti, atacava ferozmente a Alemanha por ter aumentado dez vezes a produção de vinho «zuccherando a piacere» (*ibidem*), isto é, à custa da utilização de água e de açúcar. Insistia também que a limitação da produção vinícola não deveria ser feita à custa da

¹⁸⁵³ *Ibidem*, discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti, à *Commissione Affari Esteri* e à *Giunta per gli Affari Europei* do Senado, por ocasião da sessão conjunta, a 16 de Abril de 1985, sobre as questões comunitárias, p. 86.

¹⁸⁵⁴ Ernâni Lopes chefiou a missão de Portugal em Bruxelas entre Julho de 1979 e Junho de 1983; ocuparia, em seguida, o cargo de Ministro das Finanças do Governo do bloco central (PSD-PS), liderado por Mário Soares, a quem coube conduzir a fase final das negociações da adesão de Portugal à CEE (1983-1985).

¹⁸⁵⁵ Esta situação levou Ernâni Lopes a equacionar a sua demissão depois de declarar suspensas as negociações, uma vez que considerava estar em causa um problema de soberania e não a troca de «cachos de uvas por peças de automóveis» (*apud* Sousa 2005a, p. 4).

¹⁸⁵⁶ Arquivo Histórico da União Europeia, fundo Emile Noël, série Élargissement, subsérie Élargissements successifs (Grèce, Portugal, Espagne), sub-subsérie Suivre de l'élargissement 1982, fasc. EN-1741, carta com data de 25 de Setembro de 1982, o Presidente do Conselho de Itália ao Presidente da Comissão da CEE, a propósito da posição do Governo de Roma sobre o pedido de adesão de Portugal e de Espanha.

italiana, pretendendo que a Comunidade investisse em medidas estruturais de recuperação (através da redução dos latifúndios e da proibição de unidades produtivas) e que apostasse numa política de exportação. Enquanto a França e a Itália mediam forças sobre os excedentes na produção de vinho, o alargamento da CEE corria o risco de ficar bloqueado, pois os parceiros pretendiam subordinar o fecho das negociações a uma decisão comum sobre a viticultura¹⁸⁵⁷ (Malvestiti 1984, p. 18; Moraldi 1984, p. 8).

Para Arturo Guatelli, jornalista do *Corriere della Sera*, desde o início das negociações, em 1977, a CEE mostrava todas as suas misérias:

«La Germania che ha fatto mille storie per accettare che fosse esteso ai paesi candidati il principio della libera circolazione dei lavoratori, la Francia che ha innalzato barriere per proteggere gli agricoltori del Midi, la Gran Bretagna che ha impedito l'incremento della base finanziaria della CEE in termini tali da rendere possibile lo sviluppo dell'integrazione. E non è finita, visto che alcuni paesi – Irlanda, Danimarca, Francia, Germania e Gran Bretagna – vorrebbero ritardare di ben quindici anni l'accesso dei pescherecci spagnoli alle loro acque territoriali» (Guatelli 1984).

Na perspectiva do jornalista, tinham sido repetidos os erros cometidos durante as negociações com a Inglaterra e as suas consequências eram uma das debilidades da Comunidade: os britânicos, insatisfeitos com as condições da sua adesão, não se adaptavam às regras comunitárias e tentavam amiúde, por vezes com sucesso, modificá-las. Guatelli vaticinava que o mesmo aconteceria com Portugal e a Espanha, dado que os dois países aceitavam, na altura das negociações, inúmeras condições difíceis sabendo que, uma vez na CEE, teriam acesso a diversos mecanismos para modificar o seu estatuto (*ibidem*).

Em Outubro de 1984, Mário Soares decidia que era altura de distinguir o percurso negocial português do espanhol e, para isso, conseguia que a CEE aceitasse emitir uma declaração comum, mais política do que técnica, onde se definia o processo de adesão de Portugal como irreversível¹⁸⁵⁸ (Soares 2001, pp. 78-79). A declaração seria assinada em Dublin, a 24 de Outubro, nela se fazendo o balanço entre os acordos alcançados e aqueles a alcançar, com ambas as partes a declararem-se determinadas em encontrar soluções mutuamente satisfatórias para os problemas ainda em aberto e a reconhecerem que o alargamento reforçaria a unidade política da Europa, incrementaria a sua influência

¹⁸⁵⁷ A solução posteriormente encontrada jogava com as novas regras a aplicar na relação estabelecida entre qualidade e quantidade das destilações e sobre o desenvolvimento programado dos vinhedos (Sorgi 1985).

¹⁸⁵⁸ Segundo Nino Serangeli, jornalista do *Il Tempo*, este passo servia sobretudo a Mário Soares, porquanto pretendia utilizar durante a campanha para as eleições presidenciais a «corona di alloro di chi avrà ancorato il paese alla democrazia e all'economia della vecchia Europa» (Serangeli 1984).

internacional e asseguraria a Portugal o desenvolvimento económico e social a que aspirava. Estimava-se, por fim, que a Europa a doze fosse uma realidade a 1 de Janeiro de 1986 (Sande 2008, p. 125).

Em Dezembro de 1984, contudo, a Comunidade caía noutra impasse. Após o acordo alcançado sobre as questões industriais e institucionais, os nós mais delicados da negociação ficavam por desfazer: a agricultura e as pescas. No Conselho Europeu de Dublin, o Primeiro-ministro da Grécia, Andréas Papandréu, adoptou um comportamento de fúria contra o alargamento e, na 24ª sessão das negociações de Portugal com a CEE (a 22ª com a Espanha), declarava que Atenas só deixaria que as negociações prosseguissem se visse satisfeitas as condições que pretendia salvaguardar no âmbito do aperfeiçoamento do sistema dos Programas Integrados do Mediterrâneo¹⁸⁵⁹.

E assim se entrava no semestre italiano da presidência da CEE, entre Janeiro e Junho de 1985, com o Governo de Roma a decidir com determinação que era altura de assumir o papel de mediador forte para desbloquear os Estados-membros das suas posições irredutíveis e assim acelerar a conclusão das negociações, em termos equilibrados, com Portugal e a Espanha e levar o Parlamento Europeu a aprovar o orçamento comunitário¹⁸⁶⁰. Como Andreotti explicava ao Senado da República Italiana, o seu objectivo era fazer prevalecer as razões políticas para terminar uma negociação que durava há oito anos e superar a hipocrisia que se instalara¹⁸⁶¹. Dizia ele:

«Infatti, finchè si trattava di discussioni di carattere generale, di auspici, di brindisi rivolti ad un miglior funzionamento, all'allargamento, non c'era capo di Stato e di Governo che non andasse in Spagna o in Portogallo o ricevesse spagnoli e portoghesi, che non fingesse di meravigliarsi come mai il negoziato non fosse ancora terminato. [...]

¹⁸⁵⁹ Ministero degli Affari Esteri – Servizio Storico e Documentazione 1990, discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti, à *Commissione Affari Esteri* e à *Giunta per gli Affari Europei* do Senado, por ocasião da sessão conjunta, a 16 de Abril de 1985, sobre as questões comunitárias, p. 85. Os Programas Integrados do Mediterrâneo destinavam-se a proteger as zonas rurais mediterrânicas da França, da Itália e da Grécia face à adesão de Portugal e de Espanha à CEE, dada a concorrência existente ao nível da produção agrícola. Articulavam-se em torno de projectos para o desenvolvimento sócio-económico, financiados pelos fundos comunitários e por empréstimos do Banco Europeu de Investimento. A polémica surgia precisamente neste ponto: a Alemanha e a Inglaterra pretendiam reduzir o montante sugerido pela Comissão para estes fundos por considerarem que não seria com um «punhado de dinheiro fácil» que as estruturas económicas das zonas desfavorecidas poderiam ser reforçadas (*Gazzetta del Sud* 1984).

¹⁸⁶⁰ Desde há muito em rota de colisão com o Conselho Europeu pela falta de determinação deste em agilizar o processo da construção da União Europeia, o Parlamento Europeu decidia bloquear a aprovação do orçamento como manifestação da sua oposição à solução dada ao problema do *deficit* britânico, essencialmente financeira, tal como Londres pretendia (Badini 1985, p. 428).

¹⁸⁶¹ Ministero degli Affari Esteri – Servizio Storico e Documentazione 1990, discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti, ao Senado da República, a 13 de Novembro de 1985, pela discussão do projecto-lei sobre a ratificação e a execução do tratado relativo à adesão de Espanha e de Portugal à CEE, p. 350.

Se un merito abbiamo avuto come Presidenza è stato quello di creare le premesse perché il negoziato potesse concludersi: le premesse erano non solo quelle di obbligare a mettersi storno ad un tavolo a discutere in concreto ed in profondità i vari capitoli in cui consiste l'atto conclusivo dinanzi a voi per la ratifica, ma di avere contribuito a rimuovere alcune difficoltà»¹⁸⁶².

Caso não o tivesse conseguido, Andreotti não considerava que fosse possível conjecturar que «due paesi che hanno il loro legittimo orgoglio e che avevano fatto una lunga preparazione con notevoli sacrifici per muovere verso la Comunità rimanessero all'infinito nell'antecamera della Comunità stessa»; não acreditava também «che nessun Governo avrebbe potuto mantenere, senza venir messo in crisi, la domanda di adesione alla Comunità se non avesse finalmente avuto una risposta»¹⁸⁶³.

Bettino Craxi também tinha uma posição muito crítica. Em Fevereiro de 1985, na reunião do Gabinete da Presidência do Grupo Socialista do Parlamento Europeu, criticava com veemência aqueles que, por vezes com solenidade, diziam querer uma Europa unida, mas que, no momento em que se faziam os últimos esforços para fechar as negociações, levantavam dúvidas sobre como conciliar interesses sectoriais e secundários¹⁸⁶⁴.

Outro dos impasses criados, conta Antonio Badini, Conselheiro diplomático de Craxi, era que, à demanda da rápida aprovação do alargamento, os Estados-membros contrapunham, na prática, um comportamento evasivo, impedindo-a quando fugiam aos seus custos e procuravam transferir os ónus para os parceiros. Era o caso, por exemplo, da Grécia, que subordinava a conclusão das negociações à obtenção dos fundos que teria a haver no âmbito dos Programas Integrados do Mediterrâneo¹⁸⁶⁵, os quais, por sua vez, implicavam a disponibilidade de recursos acrescidos; num ciclo vicioso, a RFA, condicionava a possibilidade do aumento dos recursos à conclusão das negociações de adesão, que entretanto bloqueara com uma posição intransigente sobre as questões dos direitos de pesca (Badini 1985, pp. 427-428). Daí que Craxi recordasse aos seus parceiros europeus que o processo negocial não tinha sido decidido em função de meras conveniências mercantis, mas em

¹⁸⁶² *Ibidem*, pp. 350-351.

¹⁸⁶³ *Ibidem*, p. 351.

¹⁸⁶⁴ Fundação Craxi, fundo Bettino Craxi, secção II, série 2, subsérie 4, fasc. 19, subfasc. 5, intervenção de Bettino Craxi na reunião do Gabinete da Presidência do Grupo Socialista do Parlamento Europeu, a 20 de Fevereiro de 1985.

¹⁸⁶⁵ *Vide* nota 1858.

função dos objectivos políticos presentes numa maior solidariedade europeia e no fortalecimento das liberdades e da democracia¹⁸⁶⁶.

Quer o Presidente do Conselho, Bettino Craxi, quer o seu Ministro dos Estrangeiros, Giulio Andreotti, cedo perceberam a importância de executar de forma precisa e com decisão uma estratégia concertada de acção, baseada na formulação de alianças. A primeira foi feita com o Parlamento Europeu, que tinha o orçamento comunitário bloqueado devido ao conflito com o Conselho Europeu (*ibidem*, p. 428). A 20 de Dezembro de 1984, Pierre Pflimlin, presidente daquela assembleia, reunia-se com o Governo italiano em Roma para ser informado dos objectivos da Presidência italiana e expor as expectativas do Parlamento Europeu (*ibidem*). A Pflimlin, Craxi e Andreotti fizeram duas promessas: fechar até Março de 1985 a negociação do alargamento e concretizar, no decorrer do semestre italiano, as condições para a convocação de uma conferência intergovernativa destinada a rever as relações institucionais comunitárias (*ibidem*, p. 429). Poucos dias depois, Pflimlin escrevia a Craxi que «i colloqui di Roma hanno avviato un dialogo di rara qualità e intensità, che si permetterà di approfondire temi e questioni di interesse capitale per il futuro delle Comunità Europee» (*apud ibidem*, p. 428). Pflimlin diria ainda, numa entrevista ao *Corriere della Sera*, que a Itália era «un paese che ha sempre dimostrato attaccamento all'idea europea» (*apud* Guatelli 1984).

Feita a aliança com o Parlamento Europeu, Craxi e Andreotti voltavam-se para a Comissão das Comunidades, presidida por Jacques Delors desde Janeiro de 1985. Nesta altura, Delors era convidado a reunir-se com o Governo italiano em Roma para discutir o amplo reforço das orientações programáticas da Presidência do Conselho Europeu e da Comissão. Para o efeito, examinaram-se as posições de cada Estado-membro, individualizaram-se os pontos de dissensão e pensou-se em diversas opções para compor uma estratégia que fomentasse a inovação tecnológica, o mercado interno e a retoma económica (Badini 1985, p. 429). Ficava também decidido que a Itália, com a assistência da Comissão, conduziria as negociações com os países candidatos (Calamia 2007, p. 266).

Em seguida, em meados de Fevereiro, Bettino Craxi decidia deslocar-se a Lisboa e a Madrid para conhecer pessoalmente problemas residuais, sobretudo em relação à pesca, e para «portare una testimonianza dell'impegno politico della presidenza italiana della Comunità e per sottolineare la grande importanza che noi attribuiamo ad un sollecito completamento del

¹⁸⁶⁶ Fundação Craxi, fundo Bettino Craxi, secção II, série 2, subsérie 4, fasc. 19, subfasc. 5, intervenção de Bettino Craxi na reunião do Gabinete da Presidência do Grupo Socialista do Parlamento Europeu, a 20 de Fevereiro de 1985.

negoziato di adesione»¹⁸⁶⁷. Verificava então como o primeiro-ministro espanhol, Filipe Gonzalez, e o português, Mário Soares, estavam inquietos com o prolongamento das negociações e com a permanência das incertezas e das dificuldades¹⁸⁶⁸. E estas inquietações, na perspectiva do Presidente do Conselho, poderiam descredibilizar o projecto de alargamento, pelo que era essencial concluir rapidamente as negociações para que Portugal e a Espanha se tornassem membros da CEE a partir de 1 de Janeiro de 1986¹⁸⁶⁹.

Concluída a sua viagem à Península Ibérica, Craxi seguia para Londres, Paris e Bona para uma primeira verificação ao alto nível político com alguns dos países que colocavam maiores objecções (Badini 1985, p. 429). Em seguida, numa carta urgente e pessoal a todos os chefes de Governo, convidava-os a abandonar os cálculos mercantilistas e a olhar para uma perspectiva que valorizasse as indubitáveis vantagens de mercado que o alargamento traria. Recordava, para isso, que tinham sido políticas as razões de fundo que tinham levado a CEE a aceitar abrir as negociações de adesão (*ibidem*, p. 430).

Aproximando-se o Conselho Europeu de Bruxelas, em Março de 1985, Andreotti decidia anteceder-lo com duas maratonas negociais, a decorrer em separado com as delegações portuguesa, espanhola e dos dez Estados-membros. Era um trabalho de minúcia e de perseverança, como Andreotti explicava ao jornalista Marcello Sorgi, do *Il Messaggero*, numa entrevista dada no final da cerimónia da assinatura do tratado de adesão de Portugal, em Lisboa, a 12 de Junho de 1985:

«Per due settimane consecutive abbiamo fatto due sessioni di quattro giorni. Una mattina abbiamo cominciato una riunione alle 8 e abbiamo smesso a mezzogiorno del giorno dopo [...]. [Ma] non si deve perdere la pazienza in queste occasioni. Così, siamo andati avanti passo passo con le delegazioni dei dieci paesi già membri della Comunità. E ogni volta che si raggiungeva un'intesa anche su un piccolo punto bisognava subito passare nell'altra stanza per convincere le delegazioni dei due paesi aspiranti ad entrare» (Sorgi 1985).

E o sistema das maratonas, ou do conclave, como o baptizara o Ministro dos Estrangeiros de Itália, «è stato proprio mirato a non far uscire i ministri da quella sede, [...] ma anche tagliando le comunicazioni telefoniche e *telex*, in modo che ognuno, dato che non si tratta di problemi nuovi che non conosciamo, sia veramente portatore di una volontà globale e di una volontà politica, e non sia soltanto il *missus* di alcune istanze rispettabilissime ma di

¹⁸⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁸⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁸⁶⁹ *Ibidem*.

settore, che, se devono poi prevalere, finiscono con lo squilibrare un negoziato che non può che essere globale»¹⁸⁷⁰.

Andreotti lançava a ideia, aceite pelos parceiros, da solução conjunta igualitária para as questões irresolutas, segundo a qual os Estados-membros ficavam obrigados a aceitar o cálculo global das contribuições cedidas e recebidas e a medir as posições de cada um com o justo equilíbrio entre as onerações e os benefícios do alargamento (Badini 1985, p. 430). Recorrendo a reuniões relâmpago e deixando correr a ameaça de que Craxi adiaria *sine die* o Conselho Europeu, o Ministro dos Estrangeiros conseguia romper as últimas resistências da Dinamarca, da Grã-Bretanha e da França e definir o acordo que completava a negociação de adesão (*ibidem*).

Ernâni Lopes, Ministro das Finanças português e membro da delegação que concluiu as negociações, descreve o «extraordinário» método de trabalho de Andreotti:

«Na fase final das negociações, com as delegações portuguesa e espanhola, alternadamente, foram três dias e duas noites sem parar. Andreotti tinha um método extraordinário. Fingia que dormia e, ao fingir, creio que biologicamente descansava, numa breve sonolência. Mas, de cada vez que se chegava a alguma coisa com alguma importância, ele estava acordado. Sem uma falha. Era isto que lhe permitia estar acordado e a negociar com duas delegações durante três dias consecutivos» (Sousa 2005b).

Craxi, por sua vez, conseguia demover os paladinos da poupança, obtendo da Alemanha e da Inglaterra o pagamento de um preço mínimo para arquivar o *dossier* da intransigência grega sobre os Programas Integrados do Mediterrâneo. Andreás Papandréu, satisfeito com os biliões que a Grécia receberia, aos quais dava grande importância por questões de política interna, desbloqueava o processo de adesão (Badini 1985, p. 431). E aqui estava o cerne da questão, como Franco Venturini explicava no *Il Tempo*. Era certo que, entre um falhanço e outro, entre Atenas e Dublin, e depois de ter permitido que a «barca comunitaria affondasse prima nel latte e poi nel vino», a Europa dos dez conseguira resolver os problemas que a estagnavam (Venturini 1985). No entanto, que futuro se perspectivava para a CEE «fino a ieri rissosa, oggi soddisfatta, domani chiamata a dar prova di un «decisionismo» ben più impegnativo di quello pur lodevole esibito a Bruxelles?» (*ibidem*).

A 12 de Junho de 1985, as Comunidades Europeias viviam um dos seus dias históricos com a assinatura dos tratados de adesão por Portugal e por Espanha, o primeiro durante a

¹⁸⁷⁰ Ministero degli Affari Esteri – Servizio Storico e Documentazione 1990, discurso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Giulio Andreotti, ao Senado da República, a 13 de Novembro de 1985, pela discussão do projecto-lei sobre a ratificação e a execução do tratado relativo à adesão de Espanha e de Portugal à CEE, p. 352.

manhã, no claustro do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, o segundo no final da tarde, na Sala das Colunas do Palácio Real, em Madrid (Cunha 2012, pp. 174-178). O dia foi, como se pode imaginar, extremamente exigente para os protagonistas envolvidos nas duas cerimónias, sucedendo-se, a par dos eventos oficiais, vários encontros bilaterais informais entre os Estados-membros em vista do Conselho Europeu de Milão (28 e 29 de Junho de 1985), decisivo para o lançamento da União Europeia¹⁸⁷¹. A Itália foi representada por Giulio Andreotti, Ministro dos Estrangeiros, estando ainda presente Bettino Craxi na qualidade de presidente em exercício do Conselho Europeu, a quem coube o discurso de abertura¹⁸⁷². Nele, Craxi sublinhava o valor do papel internacional da CEE, as novas perspectivas para a Europa a Doze e a expectativa com que se aguardava o Conselho de Milão, com o qual a Itália concluiria a sua Presidência de turno e para o qual eram convidados a participar os Governos espanhol e português. Citemo-lo:

«Testimoniano un momento storico per il Portogallo e per l'Europa. Oggi si conclude un lungo e complesso negoziato e si apre una nuova fase destinata a rinvigorire gli antichissimi legami che uniscono il [...] paese all'Europa.

Ci riempie tutti di sincera soddisfazione l'aver conseguito una meta ambita: l'entrata nella Comunità di due Nazioni ricche di tradizioni, che condividono con noi gli stessi valori e l'identica vocazione democratica. Ma restiamo consapevoli che ora un nuovo e forse più complesso compito ci attende. Nasce un'Europa nuova. Un'Europa a Dodici. Da questo allargamento noi siamo fiduciosi che scaturiscano rinnovati stimoli ad impulsi ad una crescente integrazione. Dobbiamo insieme operare per ridurre quel divario fra ideale e reale che ha troppo spesso in passato frenato il progetto europeo; dobbiamo essere in grado di perseguire più ambizioni traguardi, accrescendo la coesione e non acuendo le disparità; dobbiamo percorrere con più dinamismo le vie dell'integrazione e dell'unificazione politica, facendo sentire tutti i paesi membri partecipi e protagonisti del medesimo disegno di sviluppo.

L'Europa deve apparire sempre più agli occhi dei nostri popoli come una costruzione operante che agisca con efficacia per il miglioramento delle loro condizioni di vita. Ma deve anche saper dimostrare di essere capace di concorrere al miglioramento della vita di altri popoli che guardano a noi con aspettativa e speranza, specialmente quelli poeossi dalla fame e dal sottosviluppo. Il Portogallo, che una antica e

¹⁸⁷¹ O Conselho Europeu de Milão, vencendo a oposição da Inglaterra, aprovou a realização de uma conferência intergovernamental, em Setembro de 1985, para discutir o tratado que instituiria a União Europeia e o Mercado Único, conhecido por Acto Único, assinado em Fevereiro de 1986 (Mammarella 2007).

¹⁸⁷² Estiveram também presentes na cerimónia de assinatura dos tratados de adesão os primeiros-ministros da Bélgica, da Dinamarca, da Espanha, de Portugal, da França, da Holanda e da Irlanda e os ministros dos estrangeiros da RFA, da Grécia, da Inglaterra, da Itália e do Luxemburgo e o Presidente da Comissão Europeia Jacques Delors, entre outras personalidades de relevo ligadas aos Estados-membros e à CEE.

splendida vocazione di nazione aperta sull'oceano, di paese proiettato oltre i suoi confini geografici potrà dare un contributo prezioso in questo senso»¹⁸⁷³.

No final da cerimónia da assinatura, Marcello Sorigi, jornalista do *Il Messaggero*, conseguiu fazer uma mini entrevista a Giulio Andreotti. Como introduzia Sorigi, a cerimónia do alargamento da CEE era o resultado mais significativo do semestre da presidência italiana, pondo fim a um período de negociações que durara sete anos. Questionava o jornalista ao Ministro: não havia o risco de, a algum ponto, se abandonar o processo de adesão ibérico? A resposta de Andreotti era peremptória:

«No. Si è andati avanti a ritmi diversi, più o meno rapidamente a seconda dell'importanza delle questioni che si dovevano sciogliere. [...] Ricordo bene quanto tutto cominciò, nel '77: io ero Presidente del Consiglio» (*apud Sorigi 1985*).

Portugal e a Espanha assumiam o lugar entre os parceiros europeus a 1 de Janeiro de 1986. Começava uma nova etapa com novas responsabilidades, especialmente difíceis para os dois novos Estados-membros, pois se a adesão, do ponto de vista político e institucional, seria efectiva de imediato, do ponto de vista económico havia um longo período de adaptação e de actualização, cuja conclusão estava prevista para meados dos anos 90. Não obstante, os desafios resultantes da gestão da adaptação e da inserção nos mecanismos das Comunidades Europeias, cujo nome mudaria para União Europeia, caminhavam a par com os benefícios inerentes ao estatuto de parceiros europeus, permitindo este reforçar ainda as relações luso-espanholas e valorizar Portugal e a Espanha enquanto parceiros estratégicos junto dos países africanos e latino-americanos de língua portuguesa e espanhola, favorecendo a criação de novas dinâmicas relacionais no âmbito de organizações multinacionais e pluricontinentais.

A Itália, por seu lado, com a adesão de Portugal, assumia de vez o seu tradicional europeísmo e o alargamento a sul como uma estratégia pragmática, a qual não excluía, porém, constantes exercícios de competição, a decorrer, por sua vez, dentro do princípio da cooperação entre os Estados-membros. Cedências mútuas, portanto, em vista do progresso e do desenvolvimento de uma Comunidade que progredia para uma União Europeia fortalecida em torno dos ideais democráticos, os mesmos que permitiram que Portugal, a Península Ibérica, iniciasse o seu processo de convergência em relação à Europa comunitária.

¹⁸⁷³ Fondazione Craxi, Archivio Storico, fondo Bettino Craxi, secção II, série 2, subsérie 4, fasc. 23, subfasc. 1, discurso de Bettino Craxi na cerimónia de assinatura do tratado de adesão de Portugal à CEE, com data de 12 de Junho de 1985.

CONCLUSÃO

As relações diplomáticas entre Portugal e a Itália entre 1943 e 1986 representam uma componente importante no âmbito da política externa dos dois países, muito embora não fossem os principais parceiros um do outro. Daí termos identificado como objectivo geral desta investigação analisá-las enquanto parte das estratégias desenvolvidas pelos Governos de Lisboa e de Roma para distender as suas influências regionais e demarcar uma lógica de aproximação mútua decorrente de objectivos particulares e/ou recíprocos, fossem eles políticos, económicos ou geoestratégicos. A literatura historiográfica sobre o assunto é ainda muito lacunar, razão pela qual pretendemos fazer uma análise que, articulando aspectos económicos, políticos e sociais, cobrisse ao máximo todo o período em análise.

Como conclusão deste trabalho, propomos uma reflexão de conjunto sobre os resultados obtidos e sobre o contributo que os mesmos trazem para o conhecimento não só das relações diplomáticas luso-italianas, mas também da política externa e interna de Portugal e da Itália. Dentro da mesma lógica, não deixaremos de individualizar aquelas que consideramos ser as limitações deste estudo, sendo elas devidamente contrabalançadas com sugestões para futuras pesquisas.

À partida desta investigação, estabelecemos seis objectivos específicos a cumprir: 1) verificar até que ponto as escolhas feitas pelos Governos português e italiano nos anos 40 e 50 ao nível da inclusão dos respectivos países no eixo euro-atlântico marcaram as relações bilaterais entre ambos; 2) perceber como os mecanismos de funcionamento do sistema partidário e político da Itália permitiram que as relações luso-italianas fossem utilizadas como arma de ataque no contexto da intriga eleitoral italiana; 3) articular as dificuldades criadas à diplomacia luso-italiana pelo colonialismo e anti-democratismo do Estado Novo e pelo anticolonialismo e pelo democratismo do Governo de Roma com os apoios dados pelos meios políticos italianos aos nacionalistas das colónias portuguesas e à oposição estado-novista; 4) aferir se a instauração da democracia em Portugal produziu alguma alteração qualitativa nas relações entre os dois países ou se a Itália contribuiu de alguma forma para o sucesso da transição democrática em Portugal; 5) observar, no seguimento do objectivo anterior, qual foi a actuação do Governo italiano enquanto instigador da negociação da independência das colónias entre Lisboa e os líderes do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO e, finalmente, 6) verificar até que ponto a actuação da Itália determinou, quer como oponente, quer como coadjuvante, a evolução do processo de adesão de Portugal às Comunidades Europeias.

Começando pelo primeiro objectivo, as escolhas feitas, nos anos 40 e 50, pelos Governos português e italiano foram, de facto, determinantes para a sua inclusão no eixo euro-atlântico. Este posicionamento está muito ligado aos acontecimentos que marcaram as escolhas estratégicas feitas durante o período de governo de Benito Mussolini (1922-1943).

Durante este período, a Itália procurava impor-se internacionalmente como um país influente e credível. O *Duce* fazia por isso, apresentando-se ao mundo como o fundador do fascismo, a terceira via entre o comunismo soviético e as democracias ocidentais. A sua obra reformadora em Itália, através da qual pretendia reformular os princípios políticos, culturais, sociais, económicos e ideológicos sobre os quais assentava uma Europa em completa crise de valores, era acompanhada com interesse e admiração por António de Oliveira Salazar, vendo nela uma fonte de inspiração para a construção do Estado Novo, muito embora estivesse longe de pretender criar emulações que levassem a enfeudamentos ou que não se adaptassem à sua personalidade, pensamento político e ao modo de ser português.

Quer para Salazar, quer para Mussolini, os regimes símiles que iam surgindo pela Europa (Mussolini foi o primeiro a obter o Poder, seguindo-se Salazar, Hitler e só depois Franco) constituíam uma prova inequívoca do reconhecimento da falência do sistema democrático e uma reacção forte contra o comunismo. Nesta equação, a Europa, o Mediterrâneo e a África tinham um lugar central na mundividência dos dois ditadores. Para Salazar, era fundamental haver regimes coesos e fortes que impusessem uma ordem sólida no interior das fronteiras com a perseguição aos comunistas e a todas as ideologias revolucionárias. Para Mussolini, a Europa era o palco no qual a Itália deveria receber dos seus pares o respeito absoluto, objectivo que ficou largamente comprometido com o fortalecimento da Alemanha nazi e dos seus planos expansionistas. Neste contexto, o Mediterrâneo tinha uma importância acrescida. Para Salazar era vital garantir que a zona continuasse a funcionar como o ponto de passagem das grandes rotas europeias, garantindo assim uma ligação eficaz entre a Europa e os territórios coloniais do Índico e do Extremo Oriente. Para Mussolini, o Mediterrâneo era um substrato do ideário fascista, sendo apresentado como o núcleo genésico de um renascido Império Romano, símbolo da força e da superioridade dos italianos enquanto fazedores de impérios, especialmente para contrabalançar o peso crescente que a Alemanha vinha obtendo com os seus programas de rearmamento e as suas intenções anexionistas, ficando elas claras a partir de 1938, com a anexação dos Sudetas. Dentro desta ideia de império, a Itália olhava também para a África, iniciando a sua fase bélica com a conquista da Abissínia e discutindo com a Alemanha planos para dividir entre si Angola e Moçambique.

Ambas as situações (o ataque à Abissínia e os planos para a ocupação das colónias portuguesas) criaram desde o início profundas desconfianças em Lisboa quanto às verdadeiras intenções da Itália em relação ao império português. Factos que, por sua vez, contribuíram para manter viva a desconfiança que Oliveira Salazar sentia em relação ao *Duce*, a quem não hesitava chamar oportunista. Não obstante, quando o comparava com o *Führer* da Alemanha e tinha em consideração as ideias germânicas a propósito da inclusão da Europa numa nova ordem dominada pelos nazis, via naquele a moderação necessária para considerá-lo como um contrapeso à megalomania alemã.

Neste contexto, a entrada da Itália na II Guerra Mundial ao lado da Alemanha, em Junho de 1940, foi muito mal recebida em Portugal. Se Mussolini procurava garantir a sua área de influência em torno do Mediterrâneo e na Europa com a aliança formada com Hitler, para Salazar e os seus colaboradores mais próximos, o *Duce* dera um passo em falso porque o Chanceler alemão jamais permitiria que tivesse a liberdade de acção ou a importância que desejava. Nestes termos, para o Presidente do Conselho, a entrada da Itália na guerra foi um grande erro, para o qual, aliás, não deixou de alertar durante as suas conversas com os diplomatas italianos. E, de facto, ao lado do Eixo, ao invés do alargamento do império e de uma posição enquanto nação líder na Europa, a Itália perdia a sua África oriental e ficou reduzida à categoria de país ocupado. Mussolini era afastado (25 de Julho de 1943) e os novos governantes procuravam resgatar a honra nacional com a negociação da paz separada com os Aliados, sendo o cessar-fogo assinado a 12 de Setembro de 1943. Ocupada, rendida, desmilitarizada e impedida de conduzir livremente uma política externa independente, a Itália pretendia a todo o custo inverter a situação de decadência em que caíra, agravada, a partir do cessar-fogo, com a invasão alemã e com o regresso de Mussolini, desta vez à frente da República Social Italiana.

O Governo Real decidia avançar então com uma campanha de intervenção a larga escala em torno da importância da Itália para o controlo do Mediterrâneo e para a vitória da democracia sobre o nazismo e o fascismo. Apelava, por isso, a Londres e a Washington para que a reconhecessem como co-beligerante. Ao Governo de Lisboa, solicitava que impedisse as acções dos apoiantes de Mussolini em Portugal e a continuidade dos negócios das firmas italianas com sede na Itália ocupada pelos nazis, cujos réditos integrariam o erário do Estado mussoliniano. Solicitava também que intercedesse junto dos governos da América Latina para que pressionassem os EUA no sentido da redução das sanções aplicadas à Itália. Por fim, solicitava que o Governo português enviase um representante diplomático para junto do Governo Real, prova irrefutável do reconhecimento da sua legitimidade e um convite a que

outros governos seguissem o exemplo. Portugal, interessado no fortalecimento da Itália, acedia ao solicitado, tanto mais que a queda de Mussolini e a situação em que este se colocara perante os Aliados faziam com que tomasse todas as cautelas para evitar uma identificação demasiado perigosa entre o fascismo italiano e o Estado Novo e que levasse também à sua queda. De referir que, nesta altura, já tinham começado as pressões dos EUA e da Inglaterra para que Portugal abandonasse a neutralidade que vinha seguindo geometricamente e que levavam Salazar a permitir a instalação de uma base militar aliada nos Açores e a decretar a suspensão da exportação do volfrâmio. Paulatinamente, o Presidente do Conselho abeirava-se daqueles que, com as vitórias no norte de África e o desembarque na Normandia, surgiam cada vez mais claramente como os vencedores sobre o Eixo.

Quando a vitória aliada ficou consumada, no início de Maio de 1945, a principal preocupação do Governo de Lisboa foi evitar que a mesma aparecesse conotada com a vitória da democracia sobre o fascismo e o nazismo. A lógica do discurso sobre a política externa altera-se substancialmente, com Oliveira Salazar a sublinhar a importante contribuição dada por Portugal para a vitória dos Aliados, aludindo quer à influência que tinha junto de Francisco Franco, a qual tinha permitido manter a Península Ibérica fora do conflito e, por conseguinte, facilitar aos anglo-americanos a entrada no norte de África e a obtenção da vitória final, quer à cedência da base militar e à suspensão das exportações de volfrâmio.

Em simultâneo, operava um conjunto de reformas institucionais para atenuar ao máximo os laivos fascizantes do regime e colori-lo com tonalidades democráticas. Uma das medidas mais emblemática seria a dissolução da Assembleia Nacional e a convocação de eleições «tão livres como na Inglaterra», em Novembro de 1945. Não obstante a pronta reacção da oposição, a sua campanha e intentos de afastar Salazar ou criar mecanismos para contrapor ao seu autoritarismo não tiveram resultados práticos de assinalar. Nem existia entre os seus elementos a concórdia suficiente que permitisse formar um grupo unido sob um mesmo programa político, nem os EUA ou a Inglaterra estavam interessados em fortalecer o movimento de oposição ao Estado Novo e forçar o afastamento de Oliveira Salazar. Com efeito, o anticomunismo professado pelo regime e pelo seu chefe tinha perfeita correspondência com o anticomunismo que progredia no Ocidente, alimentado pelos receios criados com a permanência da URSS nos territórios da Europa de leste que libertara do jugo nazi. A validade estratégica de Portugal, voltado ao Atlântico e no ponto de confluência para o Mediterrâneo, ficava evidenciada neste contexto, permitindo que se estabelecesse entre Lisboa, Washington e Londres um acordo tácito, posteriormente selado com a aceitação de

Portugal como Estado fundador da NATO, em 1949, como que reforçando a integração na OECE, igualmente como Estado fundador, no ano anterior.

Relativamente à Itália, o seu empenhamento em contribuir para a vitória dos Aliados sobre o Eixo desfraldou as expectativas dos governantes. Por muito que os italianos pretendessem demarcar-se do passado fascista e imputar as culpas pelas más alianças a Mussolini, a verdade é que as sanções foram duras. A perda das colónias afectou de sobremaneira a acção dos Governos do pós-guerra para resolver a grave crise social e económica que assoberbava o país. Excluídas como destino dos emigrantes, como mercados para as indústrias nacionais e como fonte de matérias-primas, as opções limitavam-se à realização de acordos de emigração com os países que iam restabelecendo as relações diplomáticas com a Itália. Tentando reverter a situação, a estratégia passou por condicionar a participação da Itália, um estratégico país mediterrânico, nos projectos defensivos do Ocidente, como era o caso da União Ocidental, à restituição das colónias.

A conjuntura política interna tinha, neste contexto, um peso forte. A aceitação que o Partido Comunista Italiano tinha entre a sociedade, devido à sua participação nas acções de Resistência e à sua rede organizativa, convertia-se numa influência preponderante e permitia-lhe integrar os primeiros governos da República Italiana, fundada em 1946. A formação de um governo com comunistas em Itália, numa altura em que já havia sinais de uma incompatibilidade instalada entre a URSS e os EUA/Ocidente levava o Governo de Washington a pressionar o Presidente do Conselho, Alcide De Gasperi, para formar um novo governo sem o PCI, caso contrário a Itália não teria acesso aos créditos norte-americanos.

Este facto, melhor dito, esta necessidade de manter os comunistas afastados da área do Poder para barrar a influência de Moscovo no Ocidente transformou as eleições legislativas de 1948 num acontecimento que determinaria a forma como o país pretendia inserir-se na comunidade internacional: se alinhado com o Ocidente, se seguindo a via do neutralismo, tal como defendido pelos comunistas italianos. A vitória obtida pelos partidos do centro permitiria que a Itália solidificasse a posição defendida pelos governos anteriores: alinhamento com o Ocidente. A partir de então, a Itália tinha o caminho aberto para aceder aos fundos do Plano Marshall e integrar, tal como Portugal, o núcleo dos Estados fundadores da OECE e da NATO.

Terão as escolhas feitas por Portugal e pela Itália ao nível da respectiva inclusão no eixo euro-atlântico tido eco nas relações bilaterais entre ambos? Sim, tiveram. Da inserção na Aliança Atlântica derivaria uma solidariedade sempre procurada por Portugal e à qual a Itália tentava responder. Este seria o elemento de maior confluência entre os dois países. Com

efeito, se a Itália via na OECCE uma base sólida sobre a qual edificar o seu europeísmo e propunha, por conseguinte, a formação de uma união política, ou mesmo federação, entre os Estados que a constituíam, sublinhando a importância da mesma como promotora da paz na Europa, para o Governo de Lisboa, os projectos federalistas ou unionistas de carácter político representavam uma ameaça aos fundamentos nacionalistas e antidemocráticos do Estado Novo, razão pela qual não poderia integrar aqueles que fossem além de uma simples cooperação económica. Nesta perspectiva, para os dirigentes portugueses, a defesa da Europa não passava pelas federações ou uniões europeias, mas pelo fortalecimento da Alemanha e pela sua inclusão em paridade na comunidade internacional, por políticas anticomunistas fortes a nível nacional e pelo reforço da presença europeia no Mediterrâneo, onde a Itália tinha um papel preponderante, e na África, onde se destacava a actuação de Portugal, duas zonas para as quais a União Soviética direccionava os seus planos estratégicos. Não seria, pois, com os países europeus enfraquecidos ou com o ostracismo a que a Espanha fora votada por ter colaborado com os regimes de Hitler e de Mussolini que o Ocidente poderia garantir a sua defesa, especialmente quando a Inglaterra perdera a sua hegemonia para os russos e para os EUA. Era, por conseguinte, necessário reforçar a componente atlântica e africana da Europa, sobressaindo, neste particular, a formação do sistema defensivo atlântico em torno da NATO.

Em 1948, para reforçar o bloco peninsular no contexto dos acordos regionais de cooperação que iam sendo concretizados na Europa (Benelux, União Ocidental, OECCE) e do projecto atlântico de defesa que estava em discussão, o Governo de Salazar renovava o Pacto Ibérico com o Governo de Francisco Franco. O objectivo seria vincar a importância estratégica da Península Ibérica não só enquanto parte do sul da Europa e às portas do Mediterrâneo, mas também devido às suas ligações históricas com a América Latina, desenvolvendo-se, no decorrer dos anos 50, os conceitos de *hispanidad* e de lusitanidade para reforçar as ligações existentes na perspectiva da formação de um bloco ibero-americano. Neste contexto sobressai a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta Luso-Brasileiro (1953), destinado a criar bases para a formação de uma Comunidade Luso-Brasileira. Como os responsáveis políticos dos dois países referiam na altura, tratava-se de reforçar o potencial existente entre duas nações que ocupavam as duas margens do Atlântico, colónias portuguesas incluídas. Para o Brasil, tratava-se também de marcar o fim do continentalismo da sua política externa, direccionando-a para outros espaços que não o continente americano, onde a influência dos EUA era evidente. Para Portugal, tratava-se de utilizar em proveito próprio as relações existentes entre Washington e o Rio de Janeiro para reforçar o regime e incluir, por

via indirecta, o Brasil no sistema de defesa da NATO, baseado no Atlântico norte, alargando-o ao Atlântico sul, como era o seu objectivo desde o início, a fim de garantir a protecção das Províncias Ultramarinas.

Para a Itália, que se envolvia na discussão da fundação da CECA, da CED e da CEE, o facto de Portugal se afastar cada vez mais da Europa não era muito favorável para os planos estratégicos que Roma poderia desenvolver para reforçar o eixo do sul face ao do norte e garantir uma maior influência italiana no âmbito europeu. A ideia, tal como definida pelo Ministro de Itália em Lisboa, Antonio Venturini, consistia em criar instituições europeias suficientemente fortes para funcionarem como um pólo de atracção fortíssimo e que não permitisse ao Estado Novo existir fora do mesmo, levando-o a integrá-lo. Seguidamente, não só o autoritarismo do regime se esbateria, como seria possível integrá-lo num bloco sul-europeu de pressão. O problema, ainda segundo o diplomata, é que as fragilidades patentes no projecto europeu e o desentendimento que reinava entre os seus membros não abonavam a boa imagem das comunidades em Lisboa. Facto tanto mais agravado quando à fragilidade da Europa correspondia uma União Soviética cada vez mais determinada em minar o Ocidente, incluindo a partir da África e da Ásia, área até onde se estiravam os impérios europeus em acelerada derrocada.

A questão colonial foi, de facto, uma das componentes que mais marcou as relações luso-italianas e isso é logo visível a partir nos anos 50. A Itália começou a estudar a possibilidade de enviar colonos para Angola em 1945, colónia que apresentava índices elevados de sucesso ao nível da agricultura. O projecto seria abandonado por falta de verbas italianas e de acolhimento por parte do Governo de Lisboa, a quem Roma pedira financiamento no âmbito dos planos de colonização desenvolvidos pelo regime no imediato pós-guerra para reforçar a presença portuguesa nas colónias e a ligação destas à Metrópole contra as ideias emancipalistas que surgiam nas mais altas esferas decisórias da Europa e dos EUA. Perdidas as colónias africanas, a Itália tinha uma necessidade premente de encontrar destino para os milhões de desempregados que existiam no país, apresentando as suas propostas ao Governo português como parte do sistema euro-africano que marcava os discursos oficiais a propósito das relações a estabelecer entre a Europa e a África e que pressupunha a criação de uma estreita simbiose entre os dois continentes, com o primeiro a assegurar o desenvolvimento civilizacional do segundo e a sua manutenção fora do bloco soviético, e o segundo a prover ao abastecimento do primeiro e ao seu fortalecimento enquanto barreira de contenção do comunismo. Não obstante a argumentação italiana neste sentido, a conselho dos diplomatas em Roma, o Governo português declinava as ofertas de

colaboração e procurava não dar ênfase às possibilidades existentes no Ultramar em Itália devido à desconfiança que se instalara a partir do momento em que o Governo italiano passou a ostentar posições declaradamente anticolonialistas e a advogar a independência de todos os povos subjugados por potências estrangeiras.

Um acontecimento que demonstra como o anticolonialismo italiano requeria um maior esforço de gestão do conjunto dos interesses da Itália é a questão de Goa, em meados dos anos 50. Roma aconselhava os governantes portugueses a preservar ao máximo os laços históricos e culturais com os territórios indianos mediante a adopção de uma posição aberta quanto à necessidade de negociar o seu futuro com a União Indiana. Lisboa, ao contrário, apresentava o problema como sendo uma questão de segurança do próprio Ocidente: se o conflito rebentasse na Índia numa altura em que crescia a instabilidade no Extremo Oriente com a guerra da Indochina, onde os ocidentais lutavam para destruir o comunismo e os seus avanços, o Mundo poderia ir para uma nova guerra mundial. Já para Roma, a situação não era tão grave como Lisboa descrevia e a necessidade de manter a União Indiana não alinhada com a União Soviética era mais importante do que a manutenção do pequeno Estado da Índia como território português. Deste modo, advogava, Lisboa e Nova Deli deviam superar o clima de guerra fria que se tinha instalado entre ambas. Esta posição permitia-lhe manter uma posição muito crítica quer em relação a Lisboa, por deixar cair todos os convites endossados pela União Indiana para a resolução pacífica da questão, quer em relação a Nova Deli, por ter avançado para acções de violência e invadido, em 1961, o Estado da Índia.

Nesta altura, a questão colonial era ainda manobrada com facilidade pelo Governo italiano, uma situação que ficava alterada com o início das guerras coloniais na África portuguesa, em 1961, e com a evolução da conjuntura política em Itália em direcção ao centro-esquerda. Eis porque o segundo objectivo se centrava na identificação das conexões existentes entre o funcionamento do sistema partidário e político da Itália e a utilização das relações luso-italianas como arma de ataque no contexto da intriga eleitoral italiana.

O centro-esquerda resultava de uma aliança governativa entre os partidos do centro (Partido da Democracia-cristã, Partido Socialista Democrático Italiano, o Partido Republicano Italiano e o Partido Liberal Italiano) e o Partido Socialista Italiano, pertencente ao eixo político da esquerda. O seu processo de formação foi longo e remontava ao início dos anos 50, quando a divisão interna da Democracia-cristã entre moderados, ala direita e ala esquerda se acentua em reacção à instabilidade social e à influência que o PCI e o PSI obtinham à custa da exigência de medidas reformistas que permitissem uma maior justiça social e a maior participação das massas na vida política nacional, obstruída pelos privilégios detidos pelas

elites. Nesta dinâmica, à Democracia-cristã, que liderara todos os governos desde o início da República, em 1946, eram atribuídos estes favorecimentos, a corrupção que grassava no país, as fragilidades da sua economia e a situação precária dos trabalhadores. O PSI e o PCI trilhavam juntos esta estratégia de ataque, no entanto, a partir do momento em que a ala esquerda democrata-cristã ganhou preponderância dentro do partido com a subida de Amintore Fanfani à Secretaria-geral (1954-1959), clamando por uma aliança com os socialistas para alargar a área democrática, e o PSDI começou a endereçar-lhes convites para que se desligassem dos comunistas, dependentes de Moscovo, o PSI começava a sua demarcação face ao PCI para se assumir como um partido democrático à ocidental e não à soviética, ao jeito das democracias populares do leste.

Projectando a evolução da situação política interna para o âmbito da política externa, uma aliança com os socialistas colocava problemas a todos os sectores que identificavam o alinhamento da Itália com o Ocidente como um facto incontornável da política externa italiana. Era o chamado atlantismo, defendido pela ala moderada e do centro do PDC e seguido pelos seus líderes até Fanfani. Este, encabeçando a ala esquerda, defendia uma nova aproximação ao atlantismo: a par da ligação ao Ocidente e à NATO deveria existir uma política contínua de aproximação aos países não-alinhados, ditos de Terceiro Mundo, e aos países do bloco soviético, incluindo a URSS. Correlacionando esta nova orientação com o neutralismo professado pelo PSI, que preconizava, no essencial, os mesmos fundamentos do que o neatlantismo, diferindo o maior grau de hostilidade dos socialistas à Aliança Atlântica, a hipótese da combinação dos partidos num mesmo governo gerava inquietações entre os líderes do Ocidente, muito embora Fanfani assegurasse que a Itália continuaria fiel à Aliança e os socialistas aligeirassem as suas críticas para facilitar a sua integração nos Executivos.

Em 1963, formava-se o primeiro Governo de centro-esquerda, estabelecido na base de um programa/compromisso de base socializante entre o PDC, que sempre liderou as coligações porque obtinha o maior número de votos nas legislativas, e o PSI, fundamental para que integrasse o Governo. No entanto, a concórdia no interior deste Governo e dos que se seguiram era praticamente inexistente. Se os democratas-cristãos retardavam as reformas sociais e laborais exigidas pelos socialistas, como o aumento dos salários, a reforma agrária e a protecção do direito à greve, estes pressionavam para que as mesmas fossem realizadas, não evitando provocar crises que levassem à queda do Governo e à formação de um novo, processo durante o qual condicionavam a sua participação ao cumprimento dos compromissos anteriormente assumidos. Esta exigência era importante para manter a sua influência junto dos sindicatos e dos trabalhadores e para acentuar uma demarcação em relação às políticas menos

populares do Governo. Assim sendo, ao mesmo tempo que demonstrava a sua independência face aos democratas-cristãos e uma liberdade de actuação dentro da coligação, fazia concorrência ao PCI e garantia que não perdia votos para o mesmo.

Nesta dinâmica de forças, o PCI via a participação dos socialistas como uma mais-valia, permitindo a sua inclusão futura na área governativa. O partido começava então uma suavização da sua linguagem revolucionária e apelava cada vez mais frequentemente a uma colaboração com os democratas-cristãos, um discurso que tinha também eco junto dos socialistas e da ala esquerda da Democracia-cristã. Em 1973, com Enrico Berlinguer na Secretaria-geral do PCI, surgia pela primeira vez a proposta directa de uma aliança governativa com a Democracia-cristã, designada por «compromisso histórico». Como o PSI temia que a aliança fosse realizada sem a sua participação, começava a desenvolver acções para garantir a sua influência junto da Democracia-cristã, aliando-se, em meados da recta final dos anos 60, ao PSDI para constituir um bloco socialista unificado. Em simultâneo, a competição entre as correntes internas da Democracia-cristã crescia, com as da direita e do centro a pretenderem travar a crescente abertura do partido à esquerda. Deste confronto resultou uma posição de certa moderação, patente na aceitação da colaboração com os comunistas fora da área governativa, ou seja a nível do Parlamento.

Como se estabelece a inclusão das relações luso-italianas nesta dinâmica de forças? Primeiro, tenhamos em consideração que a intriga era uma componente forte do sistema político e partidário italiano, criando-se, a par das sucessivas alianças dentro dos partidos e entre os partidos, situações (reais, forjadas ou extrapoladas) que visavam atacar e enfraquecer o partido rival ou mesmo o parceiro se impedisse o avanço de determinados projectos e intentos. Esta dinâmica, no caso das relações luso-italianas, era mais visível ao nível das acções do PSI e do PCI contra o Governo, precisamente pela conjuntura acima descrita de progressiva abertura às esquerdas. Professando estes partidos ideologias anti-capitalistas e anti-burguesas, os regimes ditatoriais e colonialistas eram considerados como uma extensão do poder destes sectores, com a sua opressão a incidir de forma intensa sobre os trabalhadores e sobre as forças políticas que não comungavam da cartilha do regime. O Estado Novo inseria-se nesta categoria. O facto de o Governo de Roma manter relações diplomáticas com ele, apoiando-o nas iniciativas internacionais destinadas a punir e a terminar com o colonialismo, nomeadamente no âmbito da NATO e da ONU, levavam os socialistas e os comunistas a considerá-lo como conivente com a opressão praticada pelo Estado Novo. Este facto contribuiria, assim, para evidenciar o grau de autoritarismo com que o Governo italiano pretendia conduzir os assuntos internos e para que lado caíam os seus verdadeiros interesses.

Ademais, o facto de o Executivo manter na NATO uma actuação de compreensão e de colaboração, denunciaria os intentos imperialistas da Aliança Atlântica, com os quais o Governo cooperava, permitindo a opressão e a escravização das populações do Ultramar e do povo português. Esta actuação reforçaria, na perspectiva do PCI e do PSI, o carácter agressivo da NATO e a necessidade de a Itália se desvincular da mesma e estreitar ligações com os povos da África e do Terceiro Mundo. Neste contexto, sobressaíam os apoios dados pelos sectores da esquerda, incluindo a ala esquerda da Democracia-cristã, aos nacionalistas das colónias portuguesas e à oposição estado-novista com o objectivo de acelerar a queda do Estado Novo.

Alterando o ponto de observação para a perspectiva do Governo liderado pelos democratas-cristãos, e entrando assim no terceiro objectivo da investigação (analisar se o anti-democratismo e o colonialismo do Estado Novo e o democratismo e o anticolonialismo do Governo italiano tiveram consequências ao nível das relações luso-italianas), verificamos que, de facto, aqueles princípios ideológicos contrastantes criavam dificuldades ao normal funcionamento das relações entre Portugal e a Itália, dado o ressentimento de Lisboa por Roma não ceder um apoio mais declarado. Um ressentimento que era pontuado pelo temor de que as autoridades avançassem para declarações oficiais de apoio aos movimentos de libertação. Tenhamos em atenção que não eram as diferenças ideológicas em si que alimentavam uma hostilidade aberta de Roma. Nem poderia ser porque quer a questão colonial, quer a questão da oposição clandestina eram consideradas e respeitadas como assuntos internos do Estado português, nos quais as autoridades italianas não pretendiam intervir. As diferenças ideológicas impediam, sim, uma maior colaboração, dado que nem o Governo italiano nem o português abdicavam dos seus princípios basilares. De salientar, contudo, que os italianos demonstravam maior flexibilidade, pois, se aconselhavam Lisboa a proceder à descolonização e pressionavam com a aprovação das resoluções das Nações Unidas que iam neste sentido e, no âmbito da NATO, discordavam que a Aliança tivesse competência para actuar na questão, como Portugal defendia, não assumiam atitudes drásticas de condenação na ONU, abstendo-se ou mesmo reprovando as resoluções que previam a aplicação de sanções a Portugal. Simultaneamente, manifestavam interesse em investir no país, incluindo as colónias. Nestes termos, podemos descrever a posição da Itália como marcada pelo anticolonialismo e pela solidariedade atlântica, dado que o direito das colónias à independência nunca foi posto em causa, nem a falta de solidariedade para com o aliado considerada, não obstante a condenação que as suas políticas desencadeavam. O que estava em causa era, numa palavra, a necessidade de manter o Ocidente unido e promover soluções

que permitissem uma descolonização progressiva para evitar que o caos se instalasse no continente africano. Um processo no qual Portugal deveria necessariamente ter um papel fundamental, pois só ele estaria em condições de garantir que se processaria dentro dos moldes desejados.

Um problema sobressaía neste contexto: como gerir o impacto negativo que este apoio tinha ao nível dos países africanos? A Itália teve sempre o cuidado de deixar bem claro que não apoiava as políticas do Governo de Lisboa e não tinha abandonado os seus princípios anticolonialistas, vincando especialmente a contribuição que, através do seu capital, técnicos e trabalhadores, dava ao desenvolvimento da África. O mesmo discurso servia para desarmar os deputados socialistas ou comunistas nos ataques endossados ao Governo, quer no Parlamento, quer na imprensa. Contribuía também para manter a imagem da Itália como país anticolonialista, e fazer perdurar a atmosfera de crítica ao Governo perante o colaboracionismo com Lisboa, o apoio dado aos movimentos de libertação pelas forças partidárias italianas, nomeadamente os socialistas, os comunistas e os democratas-cristãos. O objectivo seria denunciar as barbaridades cometidas pelo Governo português, apresentar ao Mundo a causa pela qual os nacionalistas combatiam, recolher apoios para o triunfo da luta pela libertação e criar um núcleo de pressão sobre o Governo italiano que o levasse a tomar medidas mais duras contra Portugal.

Neste contexto, sobressaía também a campanha que a oposição estado-novista conduzia em Itália contra o regime. Apoiada, tal como os movimentos de libertação, pelos sectores da esquerda, denunciavam as atitudes repressivas que se perpetuavam em Lisboa, alertando a opinião pública para as falsidades divulgadas pela propaganda oficial e a necessidade de os governos ocidentais deixarem de apoiar politicamente os governantes portugueses com vista à queda final do regime.

Se o colonialismo e o anti-democratismo do Estado Novo e o anticolonialismo e democratismo da Itália impediam uma maior aproximação entre a Itália e Portugal, seria de concluir que, com a queda do Estado Novo, a 25 de Abril de 1974, as relações entre os dois países entrassem numa nova fase. Até porque os partidos mais preponderantes no panorama político do período pré-constitucional eram constituídos por elementos daquela oposição que tinha estado em Roma em busca de apoios, como era o caso dos socialistas Mário Soares e Tito Morais e dos comunistas Pedro Soares e Álvaro Cunhal. Teria sido assim? Consideramos que sim. O entusiasmo das autoridades italianas é visível nos documentos e na expressividade das suas ofertas de ajuda para os mais variados problemas que a jovem democracia tivesse de resolver, entre os quais se incluía a descolonização e a preparação da entrada de Portugal na

CEE. Nestes termos, ao colocar-se na posição de coadjuvante, a Itália contribuiu para o sucesso da transição democrática em Portugal. Recordemos, por exemplo, as ajudas materiais, financeiras e de consultoria técnica cedidas pelo PSI e pelo PCI aos homólogos portugueses. A nível governamental, avançava-se para a renovação dos acordos comerciais herdados do Estado Novo e para a realização de um acordo cultural e de cooperação científica. Ao mesmo tempo, procedia-se ao lançamento conjunto de projectos industriais em Portugal.

Estas iniciativas eram de primeira importância quando tidas em conta a difícil situação económica de Portugal e da Itália e a desconfiança que ambos provocavam, em meados dos anos 70, na comunidade internacional devido à instável situação interna e à possibilidade de os comunistas entrarem nos respectivos governos. Basta recordar que esta situação diminuiria a eficácia do sistema defensivo da NATO, não só porque dar-lhes-ia acesso aos documentos secretos, mas também porque a permanência das bases norte-americanas e da Aliança em Portugal e na Itália, em pleno eixo mediterrânico, era colocada em risco.

Salientamos ainda que os assuntos internos portugueses continuaram a ser utilizados como arma de ataque no período conturbado que antecedeu a entrada do PCI na área parlamentar de apoio ao Governo, em 1976, matizada na formação de governos de solidariedade nacional como a realização possível do compromisso histórico enquanto aliança governativa entre o PCI e o PDC, tal como defendido pelos comunistas. A campanha de detracção mútua orquestrada por estes partidos em torno da radicalização de esquerda do processo revolucionário em Portugal é um exemplo dos limites que se colocavam à celebração de uma tal aliança governativa. Se os democratas-cristãos acusavam o PCI de pretender instalar em Itália um regime ditatorial de cariz estalinista, à semelhança do que o PCP estaria a fazer em Portugal, partido com o qual mantinha estreitas ligações, o PCI denunciava a incapacidade da Democracia-cristã em aderir a fórmulas mais avançadas de Governo, mantendo a Itália num imobilismo aniquilador das suas potencialidades internas e externas.

A descolonização da África é um campo onde sobressai o estreitamento das relações diplomáticas, com o Governo italiano a oferecer os seus serviços de mediação no decorrer das negociações entre Lisboa e os líderes do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO. A oferta começou por ser feita genericamente e teve a sua maior aplicabilidade na negociação da independência de Moçambique, valendo, neste campo, os laços criados pela FRELIMO nos anos precedentes e os contactos que a Zâmbia e a Tanzânia, países vizinhos, tinham em Roma. Com efeito, estes dois países pretendiam que fosse instalado em Moçambique um regime moderado, capaz de manter a região estável, daí terem solicitado ao Governo de Roma, devido à influência da Itália junto da FRELIMO e das suas ligações com os novos

governantes portugueses, que ajudasse a promover um entendimento de base entre as duas partes através da preparação de reuniões na capital italiana. O próprio Governo de Lisboa solicitava à Itália que contactasse com os países africanos para explicar quais eram os seus verdadeiros propósitos e assegurar que Portugal pretendia proceder à descolonização e ceder a independência às províncias ultramarinas. Neste contexto, é de salientar a relação de confiança que se estabeleceu entre o PCI e a FRELIMO, ideologicamente próximos, partido que teve grande influência na linha de moderação seguida e na construção do novo Estado moçambicano, nomeadamente ao proporcionar o substrato ideológico sobre o qual edificar um sentimento nacional.

O caso da Guiné-Bissau foi ligeiramente diferente. Roma oferecia a sua mediação depois de as negociações terem entrado num impasse com a resistência do Governo português ao reconhecimento imediato da independência da Guiné-Bissau, tal como exigido pelo PAIGC. Lisboa declinou a oferta do Governo italiano. A preocupação dos italianos com a situação que se criava na colónia era evidente e, quando se colocou o problema da adesão da Guiné-Bissau à ONU por iniciativa do PAIGC e não por Portugal, Roma alertava Lisboa para a importância da tomada de uma decisão rápida sobre o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau. Tanto mais que dela dependia também a posição a tomar pelos Nove Estados-membros da CEE, os quais não desejavam reconhecê-la nem antes, nem depois de Portugal. Especial ênfase era colocada pela Itália na situação extremamente desagradável em que os Nove ficariam se estes fossem os últimos a reconhecê-la, pois afectaria o futuro das relações com o novo Estado. Sublinhemos que era do interesse da Itália estabelecer relações diplomáticas com Bissau no mais curto espaço de tempo, dando assim início a uma colaboração económica e técnica, profícua para ambas as partes.

No contexto da descolonização e da participação italiana na mesma, Angola representou um caso particular. A Itália não participou nas mediações. A sua relação com o processo de descolonização angolano regista-se já durante a guerra civil, quando os EUA pretendiam ceder armamento à FNLA e à UPA, rivais do MPLA, apoiado pela URSS, através do Zaire, da Itália e da França a fim de evitar as críticas da comunidade internacional por estar a financiar um «novo Vietname». Mais tarde, quando o MPLA conseguiu estabelecer-se como força preponderante e conquistar o controlo total do Estado, a Itália, tal como Portugal, protelou até à última o reconhecimento do novo regime devido ao facto de ter beneficiado do apoio externo da URSS e de Cuba, o que representava uma séria ameaça ao equilíbrio de forças instalado na região. Uma vez reconhecido, Roma procurou reforçar as relações com

Angola e acompanhava de perto a evolução dos seus assuntos internos, optando por apoiar, dentro do MPLA, as facções mais moderadas para serem elas a ocupar o Poder.

A actuação da Itália foi mais intensa no processo de negociação da adesão de Portugal à CEE, visto como o último patamar do processo de transição democrática e a garantia de que a democracia estava a criar sólidas raízes no país. Era, por isso, o nosso último objectivo verificar até que ponto a actuação da Itália determinou, quer como oponente, quer como coadjuvante, a evolução das negociações. Ela foi, de facto, muito importante em ambos os casos. Logo nos primeiros dias do novo regime democrático, o Governo italiano oferecia aos governantes portugueses os seus bons ofícios para levar Portugal para a Europa, isto é, para promover a sua aproximação. Nesta altura, estava em causa a obtenção de ajudas financeiras do Banco de Investimento Europeu, necessárias para inverter o ciclo depressivo em que a economia entrara com a saída de capitais, a diminuição da produção das fábricas e dos campos (devido às greves e às ocupações de terras), o regresso dos soldados e dos colonos e a perda das colónias como fontes de produtos para a exportação e o abastecimento interno. Incapaz de produzir até para as necessidades domésticas, o país importava a maioria dos produtos alimentares, o que agravava ainda mais a balança comercial.

Quando, em 1977, o Governo português decidiu avançar com o pedido de adesão, a maioria dos Estados-membros não considerava que fosse a altura mais propícia para fazê-lo, precisamente pelo atraso da economia portuguesa, a qual exigia reformas profundas antes de integrar o sistema de mercado europeu e avultados fundos comunitários, aos quais a CEE não poderia prover. Havia ainda o problema da inaptidão das instituições comunitárias para funcionar com um número alargado de Estados-membros – estava também em cima da mesa a negociação da adesão da Espanha e da Grécia – sendo necessário reformá-las previamente. A Itália partilhava deste ponto de vista, porém, não colocou aqui nenhum obstáculo à apresentação do pedido por parte do Governo de Lisboa. Nos planos de Roma, a negociação portuguesa decorreria paralelamente à reforma das instituições comunitárias, sobretudo, dos mecanismos de funcionamento da PAC e de distribuição dos respectivos fundos. A posição da Itália definia-se, pois, nestes termos: nada teria a obstar à adesão de Portugal se a mesma ocorresse depois de concluída a reforma institucional comunitária. O mesmo era dizer, se os interesses italianos estivessem salvaguardados. Recordemos que tanto Portugal como a Itália possuíam uma agricultura de tipo mediterrânico, com problemas similares (subdesenvolvimento, grande absorção de mão-de-obra) e produtos idênticos (azeite, tomate, vinho, frutas, frutos secos, etc.), para além de precisarem de fundos europeus para incentivar o seu desenvolvimento, sobretudo o *Mezzogiorno*, no caso italiano.

Daí que, durante as negociações, e perante os impasses na reforma institucional, a Itália tivesse levantado vários problemas e actuado como oponente. Mas atenção, uma oposição que não se dirigia em si contra a entrada de Portugal – vista como essencial para o fortalecimento do eixo do sul face à preponderância dos países nórdicos –, mas contra as rivalidades existentes dentro da comunidade e que bloqueavam qualquer discussão objectiva e solidária sobre as necessidades particulares de cada Estado-membro, especialmente daqueles com economias mais frágeis, como a Itália. Ela fazia, portanto, uma pressão positiva, a qual acabaria por beneficiar Portugal, pois assim entraria numa comunidade mais forte e não em vias de derrocada com as suas disfuncionalidades.

Em 1985, quando o processo negocial ameaçava arrastar-se indefinidamente, a Itália adoptava uma posição de total apoio a Portugal e pressionava para que as negociações da adesão se concluíssem e as institucionais resultassem na convocação da Conferência de Milão, onde as bases do Acto Único, documento fundacional da União Europeia, ficavam estabelecidas. Ficava então claro que sem abertura da Comunidade ao sul e sem a conclusão das reformas não seria possível avançar na formação de uma verdadeira União Europeia e, por conseguinte, não seria possível reposicionar a Europa de forma competitiva no contexto do mercado internacional e de fazê-la funcionar como parceiro credível e estratégico junto dos países da América Latina, da África e da Ásia, essencial para diminuir a supremacia tecnológica e comercial dos EUA a nível mundial.

Atendendo a tudo o que escrevemos nas páginas desta tese, podemos caracterizar a diplomacia luso-italiana como uma diplomacia de progressiva aproximação. Se compararmos o estado das relações luso-italianas no início da República Italiana (1946) e em 1986, data a partir da qual Portugal integra a CEE como Estado-membro de pleno direito, os campos comuns de acção aproximam-se e as filosofias políticas tornam-se concordantes. Senão vejamos: no final dos anos 40, a Itália e Portugal concentravam-se no nivelamento das relações comerciais entre os dois países, com Roma a apresentar propostas para promover a colonização de Angola por italianos. Nesta altura, o estreitamento dos laços entre os dois países foi tornado possível por dois grandes acontecimentos: a fundação da OECE (1948) e da NATO (1949). Tanto a Itália como Portugal foram Estados fundadores e esta situação era amiúde referida nos círculos diplomáticos e políticos italianos como sendo uma sólida base para promover uma maior colaboração. Em 1955, ambos entram na ONU, tornando-se esta numa plataforma que propiciará muitas ocasiões para demarcar o quão estreitas (ou não) seriam as relações entre eles. Em 1956, as representações diplomáticas de cada qual são elevadas ao grau de Embaixada, o que por si indica uma progressão no volume e em

importância dos assuntos e interesses comuns e a assunção de uma predisposição para intensificar as relações existentes. Era esta a altura em que recrudescia exponencialmente em Itália o interesse pela África a nível económico e financeiro e que se acentuava o interesse no estreitamento das relações com a América Latina. Em ambos os casos, Portugal, pelas suas ligações históricas e políticas, surgia como um coadjutor forte neste processo de aproximação. Recordemos que Portugal e o Brasil tinham assinado, em Novembro de 1953, um Tratado de Amizade e de Consulta e que Lisboa e Madrid, perante a intensificação da construção das comunidades europeias, desenvolviam os seus projectos para a fundação de comunidades baseadas na solidariedade e apoio comum com a América Latina como alternativa ao bloco europeu. O período das guerras coloniais veio suspender esta convergência crescente, muito embora o estatuto de aliados atlânticos animasse tanto Portugal como a Itália a contornar dissídios de maior em nome da participação conjunta na defesa coordenada do Ocidente face à expansão do comunismo soviético. Uma maior predisposição pode também ser identificada durante o consulado de Marcello Caetano, sendo ela alimentada pela expectativa das alterações que o novo Presidente do Conselho traria ao regime no sentido de uma maior democraticidade e da escolha de uma opção política para as guerras coloniais, baseada na autonomização progressiva das províncias ultramarinas. Caído o Estado Novo, Portugal não só elege a inserção na Europa como um dos objectivos principais da sua política, como ingressa no clube das nações democráticas. Doravante, existe entre Portugal e a Itália um largo campo de acção, especialmente estratégico numa conjuntura em que se discutia o relançamento da Europa e do projecto comunitário, ficando aquele sancionado com a adesão de Portugal ao Conselho da Europa, em Setembro de 1976, à CEE e à EURATOM (1986) e com o acompanhamento das negociações finais do Acto Único Europeu (1986).

A propósito das contribuições desta investigação para o conhecimento da política externa portuguesa e italiana e da história diplomática dos dois países entre 1943 e 1986, começamos por sublinhar que a documentação diplomática consultada é, na sua grande parte, inédita, o que só por si evidencia quão pouco esta matéria está estudada. Esperamos, assim, que as informações, os pensamentos e as conclusões que apresentamos sejam úteis e dêem ideias para ulteriores projectos de investigação. A forma como os assuntos foram tratados oferece também um novo ângulo de visão sobre os acontecimentos políticos portugueses, sobre o Estado Novo enquanto regime, sobre as actividades externas dos movimentos de libertação africanos e da oposição estado-novista, sobre a simbiose que era possível criar em Itália entre as políticas internas portuguesa e italiana e as interferências que esta situação originava ao nível das relações diplomáticas.

No lado contrário, as limitações da investigação resultam em grande parte dos obstáculos que encontramos no acesso às fontes diplomáticas, sobretudo em Itália, pelas razões explicadas na introdução. Deste modo, não foi possível fazer uma reflexão tão inovadora e aprofundada quanto gostaríamos, uma vez que tivemos de utilizar fontes mais ou menos conhecidas. Esta falta é sobretudo visível para o período das guerras coloniais, da revolução de Abril, da descolonização e da adesão de Portugal à CEE. Julgamos que as limitações percebem-se melhor se elencarmos o que consideramos ser importante trabalhar em futuras investigações. Começamos por sugerir uma análise sistemática e pormenorizada das reflexões dos diplomatas italianos a propósito das bases teóricas e do funcionamento político do Estado Novo. Serão páginas e páginas de sugestivas considerações e perspectivas mas que não tinham lugar num trabalho de história diplomática. Importante também seria fazer uma análise sistemática das leituras dos diplomatas italianos a propósito do «europeísmo» do Estado Novo e das perspectivas tácticas e estratégicas delineadas pelos mesmos até à adesão de Portugal à CEE. Recordamos que os ofícios diplomáticos italianos, onde constam as considerações pessoais e oficiais, estavam apenas consultáveis até 1956. Outro exercício que poderia ter resultados importantes seria analisar as relações diplomáticas entre a Itália, Portugal e a Espanha a partir da perspectiva do interesse de Roma em estreitar as relações com a América Latina através da mediação de Lisboa e de Madrid. Identificar interesses comuns, perceber como a estratégia italiana foi concretizada, qual a receptividade dos espanhóis e portugueses, se a mediação destes teve um papel determinante ou não, se existiram projectos culturais a par dos políticos e económicos.

Já fora das relações diplomáticas e dentro das relações externas dos partidos políticos, seria útil fazer um estudo aprofundado sobre os laços de solidariedade criados pela oposição ao Estado Novo em Itália. Este trabalho implicava, claro está, desenvolver pesquisas nos arquivos dos partidos italianos, nomeadamente do PSI, do PCI e do PDC. O nosso destaque vai para esta última sugestão: estudar comparativamente os interesses e as relações da Itália na África com o acolhimento e o apoio dado aos movimentos de libertação. Estudar como os contactos começaram a ser feitos, quem eram os principais elos de ligação, qual era a actuação do PCI, do PSI, do PDC, qual o grau de influência de cada um destes, quais os gabinetes a que tinham acesso em Roma. Interessante seria também fazer um estudo comparado com os apoios encontrados nos restantes países da Europa, no bloco soviético e no Terceiro Mundo. Seria uma tarefa hercúlea, mas decerto com largos frutos se transformada num projecto colectivo e multinacional.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1. *Arquivos*

Arquivo Histórico-Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros – Lisboa

Archivio Storico Diplomatico/Ministero degli Affari Esteri – Roma

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa

Archivio Storico del Senato della Repubblica Italiana – Roma

Istituto Luigi Sturzo/Archivio storico – Roma

Fondazione Nenni/Archivio Storico – Roma

Fondazione Istituto Gramsci/Archivio Storico – Roma

Istituto Romano per la Storia d'Italia dal Fascismo alla Resistenza (IRSIFAR) – Roma

Fondazione Craxi/Archivio Storico – Milano

Fondazione di Studi Storici Filippo Turati/Archivio Storico – Firenze

Arquivo Histórico da União Europeia – Firenze

Biblioteca del Senato della Repubblica Italiana "Giovanni Spadolini"/Hemeroteca – Roma

1.2. *Artigos de jornais*

ARFE, Gaetano 1975, «Un problema europeo», *Avanti!*, 20 de Março.

Avanti! 1974, «Lisbona e la CEE», Roma, 29 de Agosto, p. 4.

Avanti! 1975a, «Commenti del PSI», 20 de Março.

Avanti! 1975b, «Mariotti sui fatti portoghesi», 22 de Março.

Avanti! 1975c, «L'incontro Rumor-Melo Antunes», 19 de Julho, p. 1.

Avanti! 1976, «Anche l'Italia riconosce la Repubblica Popolare d'Angola», 19 de Fevereiro, p. 6.

- Avanti!* 1977, «Favorire l'ingresso del Portogallo nella CEE», 30 de Abril, p. 2.
- CAPUTO, Livio 1974, «Revoluzionari con moderazioni», *Epoca – Settimanale politico di grande informazione*, 12 de Outubro, pp. 92-100.
- CIANFANELLI, Renzo 1983, «Fanfani a Londra», *Corriere della Sera*, 25 de Novembro.
- CORRADI, Egisto 1975, «La lesione del Portogallo», *Il Giornale*, Milano, 29 de Janeiro.
- Corriere della Sera* 1975, «Il caso Messeri. L'occidente e il Portogallo», 9 de Abril.
- DAPAS, Romano 1975, «Le conclusioni del Congresso del PCI. Dura polemica contro Fanfani», *Il Messaggero*, 24 de Março.
- DAPAS, Romano 1983, «La CEE esce dalla paralisi», *Il Messaggero*, 20 de Junho, p. 15.
- DAMATO, Francesco 1974, «Difficoltà nella preparazione del viaggio di Moro a Lisbona», *Il Giornale*, Milano, 27 de Agosto, p. 2.
- Diário de Notícias* 1974, «Mário Soares em Londres», 3 de Maio, p. 2.
- Diário de Notícias* 1975, «O PDC português não tem legitimidade para usar o título da democracia-cristã – afirma Gil Robles», 22 de Março.
- Diário Popular* 1974, «Em conferência de imprensa do PCI, comentada a actuação da representação diplomática italiana em Portugal», 20 de Novembro.
- FRESCOBALDI, Dino 1977, «Soares a Roma bussa alla porte dell'Europa», *Corriere della Sera*, 19 de Fevereiro, p. 5.
- GATTA, Bruno 1974, «Due destini contrapposti», *Avvenire*, 30 de Agosto, p. 2.
- Gazzetta del Sud* 1984, «Allargamento CEE, «schiarita» per Madrid e Lisbona», 18 de Dezembro, p. 18.
- Giornale d'Italia* 1977, «L'Italia appoggerà la richiesta portoghese di entrare nel MEC», 19 de Fevereiro, p. 18.
- Giornale di Sicilia* 1977, «Soares ha concluso la sua missione in Europa. Entro il mese il Portogallo busserà alla porta della CEE», 13 de Março, p. 17.
- GOZZANO, Francesco 1984, «Sulla questione inglese difficile avvio al vertice di Fontainebleau», *Avanti*, 26 de Junho, pp. 1 e 12.
- GUATELLI, Arturo 1975, «Conferenza stampa al Consiglio della NATO. Kissinger: se decidessi io non farei il compromesso storico», *Corriere della Sera*, 13 de Dezembro.
- GUATELLI, Arturo 1977, «Intervista di Soares a conclusione della visita ai Nove. La scelta europea di Lisbona», *Corriere della Sera*, 15 de Março, p. 5.

GUATELLI, Arturo 1984, «Pflimlin, un europeo a Palazzo Chigi per parlare dei guai della CEE», *Corriere della Sera*, 19 de Dezembro, p. 1.

Il Globo 1974, «Portogallo, successo diplomatico: Soares il 25 a Londra tratterà con la Guinea», 18 de Maio, Roma.

Il Messaggero 1957, «Il Mercato Comune favorirà l'unificazione politica europea», 1 de Abril.

Il Messaggero 1977, «A fine mese la richiesta di Lisbona per l'ingresso nella CEE», 12 de Março, p. 20.

Il Mondo 1974, «Parola di Messeri: Lisbona, che pena», n.º 47, 21 de Novembro, p. 13.

Il Popolo 1968, «Il presidente della Zambia in visita all'ENI», 20 de Settembre.

Il Popolo 1977a, «Un netto giudizio di Mario Soares: Cunhal resta stalinista», 19 de fevereiro, p. 4.

Il Popolo 1977b, «Si può realizzare l'Unione allargando la Comunità?», 15 de Março, p. 7.

Il Popolo 1977c, «Forlani a Lisbona a fine luglio», 7 de Julho, p. 11.

Il Popolo 1977d, «Forlani: politica globale per il Mediterraneo», 7 de Julho, p. 11.

Il Popolo 1982, «I Dieci sollecitano l'ampliamento della Comunità», 18 de Novembro, p. 16.

Il Sole 1950, «Può partecipare l'Italia alla valorizzazione dell'Impero Portoghese? – Dichiarazioni del senatore Emilio Salvi», 15 de Novembro.

Il Sole 24 Ore 1977, «Lisbona domanderà l'integrazione nella CEE», 13 de Março, p. 15.

Il Tempo 1974a, «Soddisfazione dell'Italia per l'indipendenza del Mozambico», 15 de Settembre.

Il Tempo 1974b, «La vecchia diplomazia non soffre Moro», Milano, 19 de Settembre, p. 19.

Il Tempo 1984, «I Dieci a Fontainebleau sperano nel compromesso per rilanciare la Comunità», 25 de Junho, p. 23.

L'Europeo 1976, «La politica della FIAT», 31 de Dezembro.

L'Unità 1960, «Drammatico messaggio di patrioti africani all'opinione pubblica mondiale. Arresti in massa, sevizie e lavoro forzato nell'Angola, colonia del fascista Salazar», 27 Julho.

L'Unità 1962a, «Costituito a Roma il Comitato per la libertà in Portogallo», 13 de Janeiro, p. 9.

L'Unità 1962b, «Costituito il comitato per le libertà in Portogallo», 28 de Novembro.

L'Unità 1970, «Caetano come Salazar. Intervista con il compagno Pedro Soares», 5 de Fevereiro, p. 3

L'Unità 1974a, «Caloroso incontro PCI-PC portoghese», 30 de Maio.

L'Unità 1974b, «Incontro al PCI con delegazione portoghese», 17 de Setembro.

L'Unità 1974c, «Incontro al PCI con un dirigente comunista portoghese», 3 de Outubro.

L'Unità 1974d, «Incontro al PCI del segretario di Stato portoghese», 27 de Outubro.

L'Unità 1974e, «Incontro al PCI di compagni del PC portoghese», 30 de Outubro.

L'Unità 1975a, «Il caso Messeri. La carriera e le gesta di un ambasciatore amico dei colonialisti», 6 de Abril.

L'Unità 1975b, «Morto il giovane colpito dai CC negli scontri di sabato a Roma», 24 de Novembro, pp. 1 e 5.

La Repubblica 1977, «Il Portogallo chiede una rapida associazione alla CEE. L'appoggio di Andreotti a Soares», 19 de Fevereiro, p. 14.

La Stampa 1975, «È morto ieri lo studente ferito davanti l'ambasciata dello Zaire», 24 de Novembro, p. 7.

La Voce Repubblicana 1983, «Luci e ombre fra Italia e Francia», 16 de Fevereiro, p. 2.

LOPES, Ana Sá & MELO, António 2007, «Otelo, Victor Alves e Vasco Lourenço – os três do 25 de Abril», *Le Monde Diplomatique* [em linha], disponível em: <http://pt.monedidiplo.com/spip.php?article12>.

LEDDA, Romano 1974, «Le vie della libertà», *Renascita*, n.º 22, 31 de Maio, pp. 13-16.

Lotta Continua 1975, «Fanfani ha un agente a Lisbona», 8 de Abril.

MALVESTITI, Mila 1984, «Sempre più vicine le posizioni comunitarie sull'ingresso di Spagna e Portogallo nella CEE», *Gazzetta del Sud*, 24 de Outubro, p. 18.

MIGLIARDI, Giorgio 1984, «Fontainebleau ultima spiaggia per il rilancio della Comunità», *L'Unità*, 25 de Junho, p. 3.

MORALDI, Aldo 1984, «CEE, slitterà ancora per il vino l'ingresso di Spagna e Portogallo», *Gazzetta del Mezzogiorno*, 24 de Outubro, p. 8.

NINOTTI, Alberto 1977a, «Oggi Forlani in visita ufficiale in Portogallo», *Avanti!*, 21 de Julho, p. 6.

PADELLARO, Antonio 1975, «I drammatici dispacci da Lisbona hanno indotto Fanfani alla decisione», *Corriere della Sera*, 20 de Março.

- Panorama* 1975, «Con Messeri tra i piedi», 17 de Abril.
- PELLEGRINI, Arturo 1977a, «La visita del premier Soares», *Il Popolo*, 19 de Fevereiro, p. 4.
- PELLEGRINI, Arturo 1977b, «In visita ufficiale a Roma, Jenkins definisce essenziale il ruolo dell'Italia nella CEE», *Il Popolo*, 22 de Fevereiro, pp. 1 e 2.
- PINNA, Paolo 1975, «L'involuzione del Portogallo», *Il Popolo*, 28 de Janeiro.
- PINNA, Paolo 1977a, «Forlani a Lisbona: discorso europeo», *Il Popolo*, 21 de Julho, pp. 1 e 2.
- PINNA, Paolo 1977c, «Tra Italia e Portogallo solida collaborazione». *Il Popolo*, 23 de Julho, pp. 1 e 7.
- PRONI, Renato 1977, «Chi bussa alla porta della CEE», *La Stampa*, 28 de Janeiro, p. 18.
- Ro, R. 1975, «I «gruppi» italiani prendono le distanze da quelli portoghesi», *Il Mondo*, 11 de Setembro.
- RUSSO, Giovanni 1983, «Oggi Fanfani a Parigi incontra Mitterrand», *Corriere della Sera*, 14 de Fevereiro, p. 1.
- SANSA, Giorgio 1970, «Nostra intervista col Presidente del Consiglio portoghese. Il sogno afro-europeo di Caetano», *Corriere della Sera*, 10 de Setembro.
- SANTINI, Aldo 1975, «Chi è il nostro ambasciatore a Lisbona», *L'Europeo*, 24 aprile, pp. 16-17.
- SERANGELI, Nino 1984, «La CEE «apre» al Portogallo. Accordo per l'olio di oliva», *Il Tempo*, 23 de Outubro, p. 23.
- SERANGELIS, Luciano 1977, «Soares: oscuro l'avvenire se la Comunità ci respinge», *Il Popolo*, 13 de Março, p. 7.
- SORGI, Marcello 1985, «Parla il ministro degli Esteri Giulio Andreotti», *Il Messaggero*, 13 de Junho, p. 3.
- SOUSA, Teresa de 2005a, «Quando já não tinha mais argumentos na negociação, tinha sempre uma tábua de salvação. Chamava-se doutor Álvaro Cunhal» [entrevista a Ernâni Lopes], *Público*, 12 de Junho, pp. 4-5.
- SOUSA, Teresa de 2005b, «Do outro lado da mesa, o incansável Andreotti» [entrevista a Ernâni Lopes], *Público*, 12 de Junho, p. 6.
- SOUSA, Teresa de 2005c, «O olhar do político e protagonista: Jaime Gama», *Público*, 12 de Junho, p. 8.
- STERPELLONE, Alfonso 1975, *Il Messaggero*, «Melo Antunes: noi siamo per un socialismo pluralistico e democrático», 20 de Julho, p. 2.

TORCHIA, Giorgio 1974, «L'enigma del Portogallo fra colpo di stato e democrazia. Forse un «gollismo lusitano» nei progetti del generale Spínola», *Il Tempo*, 8 de Maio, p.3.

VALLI, Bernardo 1975, «Si sta preparando il nuovo governo », *Corriere della Sera*, 17 de Março, p. 1 e 2.

VENTURINI, Franco 1985, «Europa domani», *Il Tempo*, 1 de Abril, p. 1.

ZORZI, Alberto Cà 1978, «CEE: prima Atene poi Lisboa e Madrid», *Avanti*, 21 de Abril , p. 10.

1.3. *Discursos, memórias e testemunhos pessoais*

BADINI, Antonio 1985, «La presidenza italiana della CEE», *Affari esteri, rivista trimestrale*, anno XVII, n.º 68, pp. 427-437.

CAETANO, Marcello 1974, *Depoimento*, Record, Rio de Janeiro.

CALAMIA, Pietro 2007, «Intervento» in *La politica estera italiana negli anni ottanta. Atti del convegno promosso dalla Fondazione si studi storici Filippo (gennaio 2002)*, a cura di Ennio Di Nolfo, Marsilio, Venezia, pp. 263-268.

CORREIA, Pedro Pezarat 1991, *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*, Editorial Inquérito, Lisboa.

COUTINHO, Rosa 1994, «A descolonização de Angola», *Vértice*, n.º 58, Janeiro-Feveireiro, pp. 54-58.

GUERRA, João Paulo 1996, *Descolonização portuguesa: o regresso das caravelas*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

MUSSOLINI, Benito 1936, «La proclamazione dell'Impero discorso», *Il Duce* [em linha], disponível em: <http://www.ilduce.net/proclimpero.htm>.

MUSSOLINI, Benito & GENTILE, Giovanni 2001, «Fascismo» in *Le totalitarisme: le XXe siècle en débat*, org. par Enzo Traverso, Éditions du Seuil, Paris.

PEREIRA, António Maria 1977, *A burla do 28 de Setembro*, 3ª edição, Bertrand, Amadora.

SALAZAR, António Oliveira 1939, *Discursos 1928-1934*, Vol. I, 3ª edição, Coimbra Editora Lda., Coimbra.

SALAZAR, António Oliveira 1951, *Discursos e notas políticas 1943-1950*, Vol. IV, Coimbra Editora Lda., Coimbra.

SALAZAR, António Oliveira 1959, *Discursos e notas políticas 1951-1958*, Vol. V, Coimbra Editora Lda., Coimbra.

SALAZAR, António Oliveira 1967, *Discursos e notas políticas 1959-1966*, Vol. VI, Coimbra Editora Lda., Coimbra.

SFORZA, Carlo [1952], *Cinque anni a Palazzo Chigi: la politica estera italiana dal 1947 al 1951*, Atlante, Roma.

SOARES, Mário 1974, *Portugal amordaçado: depoimento sobre os anos do fascismo*, Arcádia, Lisboa.

SOARES, Mário 1975, *Escritos do exílio*, Bertrand, Lisboa.

SOARES, Mário 2001, «Portugal e a opção europeia: um breve depoimento» in *Política externa e política de defesa do Portugal democrático*, II Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa, 15-20 de Novembro de 1999, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, pp. 63-84.

SPADOLINI, Giovanni 1984, *L'Italia nell'Occidente: la politica estera italiana dei governi a guida repubblicana (giugno 1981-novembre 1982)*, vol. I., Edizioni della Voce, Roma.

SPÍNOLA, António de 1978, *País sem rumo. Contributo para a história de uma revolução*, SCIRE, s.l.

1.4. Outras fontes impressas

AAVV 2001, *Adesão de Portugal às Comunidades Europeias. História e documentos*, Assembleia da República, Lisboa.

BURTON, Myra F. & KEEFER, Edward C. 2011, *Foreign Relations of the United States*, vol. XXVIII, *Southern Africa (1969-1976)*, United States Government Printing Office, Washington.

CASTAGNOLA, Alberto 1977, «Nuove e vecchie strategie in Africa Australe», *Altra Africa. Rivista quadrimestrale di studi, ricerche e documentazione sull'Africa*, n.º 4/5, Settembre, pp. 221-224.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA 1989, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1940-1941)*, vol. II, Presidência do Conselho de Ministros, Mem Martins.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA 1991, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1943-1944)*, vol. IV, Presidência do Conselho de Ministros, Mem Martins.

COMMISSIONE DELLE COMUNITÀ EUROPEE 1978, *Parere sulla domanda di adesione del Portogallo (trasmesso dalla Commissione al Consiglio il 19 maggio 1978)*, supplemento 5/78 del *Bollettino delle Comunità Europee*.

FERRO, António 1935, *Salazar. O homem e a sua obra*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa.

ISTITUTO AFFARI INTERNAZIONALI 1975, *L'Italia nella politica internazionale (1974-1975)*, anno 3, vol. III, Edizioni di Comunità, Milano.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSIONE PER LA PUBBLICAZIONE DEI DOCUMENTI DIPLOMATICI 1960, *I Documenti Diplomatici Italiani*, nona serie: 1939-1943, vol. IV (9 aprile – 10 giugno 1940), Libreria dello Stato, Roma.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSIONE PER LA PUBBLICAZIONE DEI DOCUMENTI DIPLOMATICI 1989, *I Documenti Diplomatici Italiani*, nona serie: 1939-1943, vol. IX (21 luglio 1942 – 6 febbraio 1943), Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato – Libreria dello Stato, Roma.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSIONE PER LA PUBBLICAZIONE DEI DOCUMENTI DIPLOMATICI 1990, *I Documenti Diplomatici Italiani*, nona serie: 1939-1943, vol. X (7 febbraio- 8 settembre 1943), Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato – Libreria dello Stato, Roma.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSIONE PER LA PUBBLICAZIONE DEI DOCUMENTI DIPLOMATICI 1992, *I Documenti Diplomatici Italiani*, decima serie: 1943-1948, vol. I (9 settembre 1943 – 11 dicembre 1944), Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato – Libreria dello Stato, Roma.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSIONE PER LA PUBBLICAZIONE DEI DOCUMENTI DIPLOMATICI 2000, *I Documenti Diplomatici Italiani*, decima serie: 1943-1948, vol. VII (15 settembre 1947 – 7 maggio 1948), Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato – Libreria dello Stato, Roma.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSIONE PER LA PUBBLICAZIONE DEI DOCUMENTI DIPLOMATICI 2005, *I Documenti Diplomatici Italiani*, undicesima serie: 1948-1953, vol. I (8 maggio – 31 dicembre 1948), Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato – Libreria dello Stato, Roma.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – COMMISSIONE PER LA PUBBLICAZIONE DEI DOCUMENTI DIPLOMATICI 2006, *I Documenti Diplomatici Italiani*, undicesima serie: 1948-1953, vol. II (1 gennaio – 30 giugno 1949), Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato – Libreria dello Stato, Roma.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI – SERVIZIO STORICO E DOCUMENTAZIONE 1990, *1985: Testi e documenti sulla politica estera dell'Italia*, Ufficio Studi, Roma.

SANDE, Paulo de Almeida (coord. de) 2008, *60 anos de Europa. Os grandes textos da construção europeia*, Parlamento Europa – Gabinete em Portugal, Lisboa.

2. Bibliografia

AAVV 1988, *O fascismo em Portugal. Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, A Regra do Jogo, Lisboa.

ALBERIGO, Giuseppe 2005, *Breve historia del Concilio Vaticano II (1959-1965): em busca de la renovacion del cristianismo*, Ediciones Sígueme, Salamanca.

ALEXANDRE, Valentim Manuel 1996, «Política colonial» in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas e de J. M. Brandão de Brito, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 754-757.

ALEXANDRE, Valentim Manuel 1999, *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Edições Afrontamento, Porto.

ALEXANDRE, Valentim Manuel 2006, «A descolonização portuguesa em perspectiva comparada» in *Portugal, os Estados Unidos e a África austral*, coord. Manuela Franco, Fundação Luso-Americana – Instituto Português das Relações Internacionais, Lisboa, pp. 31-59.

AMARAL, Diogo Freitas do 1995, *O antigo regime e a revolução*, Círculo de Leitores, Lisboa.

APPIAH, Kwame Anthony 1997, *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*, Contraponto, Rio de Janeiro.

ATTANASIO, Sandro 1974, *Gli italiani e la guerra di Spagna*, Mursia, Milano.

BAGNATO, Bruna 1998, «Le cas du Ministère des Affaires Étrangères italien après la Deuxième Guerre Mondiale» in *Europe des élites? Europe des peuples? La construction de l'espace européen 1945-1960*, sous la direction de Elisabeth du Réau, Presses de la Sorbonne Nouvelle, Paris, pp. 77-92.

BALTAZAR, Isabel 2004, «Os Estados Unidos da Europa: Uma nova Europa em tempo de (Segunda) Guerra», *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XIX, 2ª Série, pp. 319-349.

BARBOSA, Márcio 2009, *Marcello e Spínola: a missão do fim*, dissertação de mestrado policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BARBOSA, Márcio 2011, «Cabral, os spinolistas e a (dis)solução do marcelismo» in *Portugal 1974: Transição política em perspectiva histórica*, coord. de Rui Cunha Martins, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 139-178.

BARRETO, José 2004, «A Igreja e os católicos» in *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas & Pedro Aires de Oliveira, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 137-170.

- BARROSO, Luís Machado 2009, *Salazar e Ian Smith. O apoio de Portugal à Rodésia (1964-1968)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, Lisboa.
- BATTELLI, Giuseppe 1997, *Cattolici: chiesa, laicato e società in Italia (1796-1996)*, Società Editrice Internazionale, Torino.
- BERNARDO, João 2003, *Os labirintos do fascismo. Na encruzilhada da ordem e da revolta*, Edições Afrontamento, Porto.
- BORRUSO, Paolo 2009, *Il PCI e l’Africa indipendente. Apogeo e crisi di un’utopia socialista (1956-1989)*, prefazione di Anna Maria Gentili, Le Monnier, Firenze.
- BORRUSO, Paolo 2010, «L’Italia e l’Africa» in *Amintore Fanfani e la politica estera italiana. Atti del convegno di studi tenuto a Roma il 3 e 4 febbraio 2009*, a cura di Agostino Giovagnoli & Luciano Tosi, Marsilio, Venezia, pp. 414-431.
- BRITO, J. M. Brandão de & ROLLO, Maria Fernanda Rollo 1996, «Industrialização» in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 460-480.
- BRUNEAU, Thomas C. 1982, «As dimensões internacionais da Revolução Portuguesa: apoios e constrangimentos no estabelecimento da democracia», *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, pp. 885-896.
- CAMPOS, José Torres 1996, «Pólo de desenvolvimento de Sines» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 783-785.
- CARVALHO, Rita Almeida de 2004, «O marcelismo à luz da revisão constitucional de 1971» in *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas & Pedro Aires de Oliveira, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 27-89.
- CARVALHO, António & XAVIER, Helena (coord.) 2008, *Armando Martins Janeira. Peregrino*, Câmara Municipal de Cascais.
- CASTAÑO, David 2006, *Paternalismo e cumplicidade: As relações luso-britânicas de 1943 a 1949*, Associação dos Amigos do Arquivo Histórico Diplomático, Lisboa.
- CASTAÑO, David 2012, «Abrindo a caixa de Pandora. Mário Soares e o início da descolonização», *Relações Internacionais*, n.º 35, Setembro, pp. 65-79.
- CASTELO, Cláudia 1999, *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Edições Afrontamento, Porto.
- CASTILHO, José Manuel Tavares 2000, *A ideia de Europa no marcelismo (1968-1974)*, Assembleia da República – Edições Afrontamento, Lisboa – Porto.
- CASTRO, Francisco 2002, «A CEE e o PREC», *Penélope*, n.º 26, pp. 123-157.

CASTRO, Francisco Niny de 2010, *O pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Aspectos político-diplomáticos*, Principia, Cascais.

CERVELLÓ, Josep Sánchez 1993, *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Assírio e Alvim, Lisboa.

CHIANESE, Gloria 2003, «Regno del Sud» in *Dizionario del fascismo 2002-2003*, a cura di Victoria de Grazia e Sergio Luzzatto, vol. II, Giulio Einaudi Editore, Torino, pp. 485-488.

CIAMPANI, Andrea 1993, «Il contributo dei cattolici alla ricostruzione della «casa comune» italiana nel secondo dopoguerra» in *Verso una nuova identità nazionale. Il contributo dei cattolici*, a cura di Giampaolo Crepaldi, Edizioni Dehoniane, Roma, pp. 33-65.

CIUFFOLETTI, Zeffiro 1994, *Federalismo e regionalismo. Da Cattaneo alla Lega*, Editori Laterza, Roma – Bari.

COISSORÓ, Narana 1982, «O caso de Goa» in *A descolonização portuguesa - aproximação a um estudo*, vol. II, IDL, Lisboa, pp. 137-155.

COLARIZI, Simona 2007, *Storia politica della Repubblica: partiti, movimenti e istituzioni 1943-2006*, Laterza, Roma.

COLLOTTI, Enzo 1992, *Fascismo, fascismos*, Caminho, Lisboa.

CONCIATORE, Mauro 1990, «1943: La diplomazia italiana dopo l'8 settembre. I diplomatici italiani di fronte alle conseguenze dell'annuncio dell'armistizio», *Storia delle relazioni internazionali*, anno VI, n.º 2, pp. 199-233.

CORKILL, David 2004, «O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo» in *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas & Pedro Aires de Oliveira, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 113-232.

CORREIA, Pedro Pizarat 1994, «O processo de descolonização», *Vértice*, n.º 58, Janeiro-Fevereiro, pp. 48-53.

COSTA, Adelino Rodrigues da (coord.) 2011, *Estado Português da Índia: memória sobre os acontecimentos de Dezembro de 1961*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa.

COSTA, Alexandre Alves 2012, *100 Dias que abalaram o regime: a crise académica de 1962*, Tinta da China, Lisboa.

COSTA, Fernando 1996a, «Movimento de Unidade Democrática (MUD)» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 634-637.

COSTA, Fernando 1996b, «Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF)» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 637-639.

COVERDALE, John F. 1977, *I fascisti italiani alla Guerra di Spagna*, Laterza, Roma – Bari.

CRAVERI, Piero 2006, «Perché il PCI non poté mai diventare forza egemone del sistema italiano» in *I partiti politici nell'Italia repubblicana*, a cura di Gerardo Nicolosi, Rubbettino, Soveria Mannelli, pp. 117-133.

CRUZ, Manuel Braga da 1982, «O Integralismo Lusitano e o Estado Novo» in *O fascismo em Portugal. Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, A Regra do Jogo, Lisboa, pp. 105-139.

CRUZ, Manuel Braga da 1988, *O partido e o Estado no salazarismo*, Presença, Lisboa.

CRUZ, Manuel Braga da 1996, «Igreja Católica» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 434-438.

CRUZ, Manuel Braga da 1999, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, 2ª edição, Editorial Bizâncio, Lisboa.

CUNHA, Alice Monteiro Pita Brito da 2007, *À descoberta da Europa. A adesão de Portugal às comunidades europeias*, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, Lisboa.

CUNHA, Alice Monteiro Pita Brito da 2012, *O alargamento ibérico da Comunidade Económica Europeia. A experiência portuguesa*, tese de doutoramento policopiada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

DE BERNARDI, Alberto 2001, *Una dittatura moderna. Il fascismo come problema storico*, Bruno Mondadori Editori, Milano.

DE FELICE, Renzo 1978, *Explicar o fascismo*, Edições 70, Lisboa.

DE MATTEI, Roberto 2012, *O Concílio Vaticano II: uma história nunca escrita*, Caminhos Romanos, Porto.

DEI SCHIRÒ, Luís Bensaja 1997, *A experiência fascista em Itália e em Portugal*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.

DEL BOCA, Angelo 1985a, *Italiani in Africa Orientale: dall'Unità alla Marcia su Roma*, Laterza, Bari.

DEL BOCA, Angelo 1985b, *Italiani in Africa Orientale: La conquista dell'Impero*, Laterza, Bari.

DEL BOCA, Angelo 1992, *L'Africa nella coscienza degli italiani: miti, memorie, errori, sconfitte*, Laterza, Roma.

DELGADO, Iva 1980, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Edições Europa – América, Lisboa.

DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos & FARIA, Telmo (coord.) 1998, *Humberto Delgado: as eleições de 58*, Vega, Lisboa.

DI CAPUA, Giovanni [1986], «Una presenza originale» in *Italia nell'evoluzione dei rapporti internazionali: discorsi, interventi, dichiarazioni e articoli [di Aldo Moro] recuperati e interpretati da Giovanni Di Capua*, EBE – Moretto, Roma - Brescia.

DI NOLFO, Ennio 1996, *La repubblica delle speranze e degli ingani. L'Italia dalla caduta del fascismo al crollo della democrazia cristiana*, Ponte Alle Grazie, Firenze.

DOMENICO, Roy P. 2002, «Epurazione» in *Dizionario del fascismo*, a cura di Victoria de Grazia e Sergio Luzzatto, vol. I, Giulio Einaudi Editore, Torino, pp. 475-480.

DOMENICO, Roy P. 2003, «Verona, Processo di» in *Dizionario del fascismo*, a cura di Victoria de Grazia e Sergio Luzzatto, vol. II, Giulio Einaudi Editore, Torino, pp. 785-786.

DON NANJIRA, Daniel 2010, *African foreign policy and diplomacy from antiquity to the 21st century*, vol. II, Praeger Publishers, Santa Barbara.

EISFELD, Rainer 1983, «A Revolução dos Cravos e a política externa: o fracasso do pluralismo socialista em Portugal a seguir a 1974», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 11, Maio, pp. 95-129.

FATICA, F. 2007, «L'esistenza tutta apparente del cosiddetto "Regno del Sud"», *Historica nuova*, n.º 2, pp. 2-6.

FERNANDES, José Manuel 1996, «Índia, Estado da» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 457-460.

FERREIRA, José Medeiros 1994, *Portugal em transe (1974-1985)*, vol. VIII, *Historia de Portugal*, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Lisboa.

FERREIRA, José Medeiros 2003, «A estratégia para a adesão às instituições europeias» in *Portugal e a Construção Europeia*, org. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Moreira Barbosa de Melo e Manuel Carlos Lopes Porto, Almedina, Coimbra, pp. 137-166.

FERREIRA, José Medeiros 2006, *Cinco regimes na política internacional*, Editorial 4Presença, Lisboa.

FONSECA, Ana Mónica 2007, *A força das armas: o apoio da RFA ao Estado Novo (1958-1968)*, Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

FORMIGONI, Guido [1996], *La democrazia cristiana e l'alleanza occidentale: 1943-1953*, Il Mulino, Bologna.

FORMIGONI, Guido 2006, «La democrazia cristiana» in *I partiti politici nell'Italia repubblicana*, a cura di Gerardo Nicolosi, Rubbettino, Soveria Mannelli, pp. 55-89.

FORMIGONI, Guido 2010, «Fanfani, la DC e la ricerca di un nuovo discorso di politica estera (1954-1968) in *Amintore Fanfani e la politica estera italiana. Atti del convegno di studi tenuto a Roma il 3 e 4 febbraio 2009*, a cura di Agostino Giovagnoli & Luciano Tosi, Marsilio, Venezia, pp. 78-102.

FORTI, Dina 1990, «I rapporti dell'Italia con il Mozambico: dalla solidarietà alla cooperazione» in *Mozambico, un'esperienza di cooperazione*, a cura di Claudio M. Cesaretti, João de Azevedo e Arsenio Invernizzi, CLESAV, Milano, pp. 63-71.

GAGLIANI Daniella, 2003a, «Partito Fascista Repubblicano» in *Dizionario del fascismo*, a cura di Victoria de Grazia e Sergio Luzzatto, vol. II, Giulio Einaudi Editore, Torino, pp. 318-321.

GAGLIANI Daniella, 2003b, «Repubblica Sociale Italiana» in *Dizionario del fascismo*, a cura di Victoria de Grazia e Sergio Luzzatto, vol. II, Giulio Einaudi Editore, Torino, pp. 494-499.

GARRIDO, Manuel de Melo 1982, *O assalto ao quartel de Beja na primeira madrugada de 1962: a reportagem que faltava escrever*, Distri Cultural, Lisboa.

GARTHOFF, Raymond L. 1994, *Détente and confrontation. American-soviet relations from Nixon to Reagan*, The Brookings Institution, Washington.

GEISS, Imanuel 1974, *The pan-african movement: a history of pan-africanism in America, Europe and Africa*, Africana Publishing Company, New York.

GENTILE, Emilio 2001, *Les religions de la politique. Entre démocraties et totalitarismes*, Paris: Éditions du Seuil.

GENTILE, Emilio 2004, «L'homme nouveau du fascisme» in *L'homme nouveau dans l'Europe fasciste (1922-1945). Entre dictature et totalitarisme*, sous la direction de Pierre Milza e Marie-Anne Matard-Bonucci, Fayard, Paris, pp. 35- 63.

GIOVAGNOLI, Agostino 1991, *La cultura democristiana. Tra Chiesa cattolica e identità italiana (1918-1948)*, Laterza, Bari – Roma.

GIOVAGNOLI, Agostino & TOSI, Luciano (a cura di) 2010, *Amintore Fanfani e la politica estera italiana. Atti del convegno di studi tenuto a Roma il 3 e 4 febbraio 2009*, Marsilio, Venezia.

GLEIJESES 2006, «Conflicting versions: Cuba, the United States and Angola» in *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, coord. de Manuela Franco, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento – Instituto Português de Relações Internacionais, Lisboa, pp. 119-135.

GOMES, Marco 2010, «Quando a Revolução de Abril atropelou a Itália. A suspensão do Partido da Democracia Cristã e as repercussões no XIV Congresso do Partido Comunista Italiano», *Estudos do Século XX*, n.º 10, pp. 129-146.

GOMES, Marco 2014, *Para onde vai Portugal? / Dove vai l Portogallo? A Revolução de Abril na Imprensa Italiana (1974-1976)*, tese de doutoramento policopiada, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

GRAMAGLIA, Giampiero (a cura di) 2010, *Lorenzo Natali in Europa. Ricordi e testimonianze*, Istituto Affari Internazionali, Roma.

GUALDESI, M. Neri 1999, «L'Italia e il processo di integrazione europea» in *L'Italia e le Organizzazioni Internazionali. Diplomazia multilaterale nel Novecento*, a cura di Luciano Tosi, CEDAM, Padova, pp. 341-389.

GUIMARÃES, Fernando Andresen 2006, «Os Estados Unidos e a descolonização de Angola: as origens de uma política falhada» in *Regimes e império: as relações luso-americanas no século XX*, coord. Luís Nuno Rodrigues, Fundação Luso-Americana – Instituto Português de Relações Internacionais, Lisboa, pp. 163-194.

HARRISON, E.D.R. 2007, «On secret service for the Duce: Umberto Campini in Portuguese East Africa, 1941-1943», *English Historical Review*, vol. CXXII, n.º 499, pp. 1318-1349.

HERNANDEZ, Leila Leite 2005, *A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea*, Selo Negro, São Paulo.

IACONA, Marco 2009, *La politica coloniale del Regno d'Italia (1882 - 1922)*, Solfanelli, Chieti.

IVANI, Mario 2009, *Esportare il fascismo. Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)*, CLUEB, Bologna.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos 1996, *Franco e Salazar. As relações luso-espanholas durante a guerra-fria*, Assírio & Alvim, Lisboa.

JUSO, Raffaele 1998, *Il processo di Verona: una tragedia fascista*, Gangemi, Roma.

LANDUYT, Ariane 2004, «L'Italia e l'unificazione europea tra dibattito ideale e fasi di attuazione» in *Idee d'Europa e integrazione europea*, a cura di Ariane Landuyt, Società Editrice Il Mulino, Bologna, pp. 11-54.

LEAL, António da Silva 1982, «A organização do Estado depois da revolução de 1974», *Análise Social*, vol. XVIII, n.º 72-73-74, pp. 927-945.

LEMOS, Mário Matos 2009, *Candidatos da oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um dicionário*, coord. e prefácio de Luís Reis Torgal, Texto Editores, Lisboa.

LÉONARD, Yves 1998, *Salazarismo e fascismo*, Editorial Inquérito, Mem Martins.

LISI, Marco 2007, «O PCP e o processo de mobilização entre 1974 e 1976», *Análise Social*, vol. XLII, n.º 182, pp. 181-205.

LOFF, Manuel 2008, «O nosso século é fascista!». *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Campo das Letras, Lisboa.

- LOPES, Ernâni Rodrigues 2007, «Depoimento» in *Portugal e a integração europeia (1945-1986). A perspectiva dos actores*, org. de Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 139-171.
- LUCENA, Manuel de 1976, *A evolução do sistema corporativo português*, 2 Vols., Perspectivas & Realidades, Lisboa.
- LUCENA, Manuel de 1994, «Notas para uma teoria dos regimes fascistas», *Análise Social*, 4ª série, vol. XXIX, n.º 125-126, pp. 9-32.
- MACEDO, Jorge Borges de 1989, *O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Metodologia, prática, resultados*, ICALP, Lisboa.
- MACQUEEN, Norrie 2004, «As guerras coloniais» in *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas & Pedro Aires de Oliveira, Círculo de Leitores, Lisboa, pp.265-300.
- MADEIRA, João 2004, «As oposições de esquerda e a extrema-esquerda» in *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. Fernando Rosas & Pedro Aires de Oliveira, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 91-135.
- MAGALHÃES, José Calvet de 1996, *Portugal e as Nações Unidas: a questão colonial (1955-1974)*, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa.
- MAMMARELLA, Giuseppe 1991, *L'Italia contemporanea (1943-1998)*, Il Mulino, Bologna.
- MAMMARELLA, Giuseppe 2007, «Il Consiglio europeo di Milano del giugno 1985» in *La politica estera italiana negli anni ottanta*, a cura di Ennio di Nolfo, Marsilio, Venezia, pp. 189-210.
- MAMMARELLA, Giuseppe & CACACE, Paolo 2010, *La politica estera dell'Italia. Dallo Stato unitario ai giorni nostri*, Editori Laterza, Baria – Roma.
- MARCHIORI, Carlo 2002, «Il ritorno dell'Italia sulla scena internazionale», *Rivista di studi politici internazionali*, vol. LXIX, n.º 3, pp. 429-438.
- MARCOS, Daniel da Silva Costa 2007, *Salazar e De Gaulle: a França e a questão colonial portuguesa (1958-1968)*, Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.
- MARCOS, Daniel 2011, «Eisenhower, Portugal e o «ano da África» nas Nações Unidas», *Relações Internacionais*, n.º 30, pp. 5-20.
- MARQUES, António Henrique R. de Oliveira, SANTOS, J. G. Trindade & FERRO, João Pedro 1996, *A primavera que abalou o regime: a crise académica de 1962*, Editorial Presença, Lisboa.

MARTINS, Fernando 1998, «A política externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU. Uma doutrina histórico-jurídica (1955-1968)», *Penélope: fazer e desfazer a história*, n.º 18, pp. 189-206.

MARTINS, Fernando 2001, «Uma revolução tranquila? Da política externa da Guerra Civil de Espanha ao Pacto do Atlântico» in *Diplomacia & guerra: política externa e política de defesa em Portugal. Do final da monarquia ao marcelismo*, ed. Fernando Martins, Edições Colibri – CIDEHUS – Universidade de Évora, Lisboa, pp. 137-162.

MARTINS, Fernando & Faria, Pedro Leite 2006, «Um primeiro passo no bom caminho. Tratado de amizade e consulta entre Portugal e Brasil de 16 de Novembro de 1953» in *Tratados do Atlântico Sul. Portugal – Brasil 1825-2000*, ed. Zília Osório de Castro, Júlio Rodrigues da Silva & Cristina Montalvão Sarmiento, Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, pp.251-288.

MATOS, Vera de 2010, *Portugal e a Itália. Relações diplomáticas (1943-1974)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

MAXWELL, Kenneth 2006, «Os Estados Unidos e a descolonização portuguesa (1974-1976)» in *Regimes e império: as relações luso-americanas no século XX*, coord. de Luís Nuno Rodrigues, Fundação Luso-Americana – Instituto Português de Relações Internacionais, Lisboa, pp. 195-242.

MEDINA, João 1978, *Salazar e os fascistas. Salazarismo e nacional-sindicalismo. A história de um conflito 1932-1935*, Bertrand, Lisboa.

MEDINA, João 1982, «O congresso fascista em Montreux» in *O fascismo em Portugal. Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980*, A Regra do Jogo, Lisboa, pp. 187-193.

MELLONI, Alberto 2000, *L'altra Roma. Política e Santa Sede durante il Concilio Vaticano (1959-1965)*, Il Mulino, Bologna.

MELO, Daniel de 1996, «Assalto ao Santa Maria» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 67-69.

MILZA, Pierre 1973, *Le fascisme au XXe siècle*, Editions Richelieu, Paris.

MILZA, Pierre & BERSTEIN, Serge 1980, *Le fascisme italien: 1919-1945*, Seuil, Paris.

MISSIROLI, Antonio 2000, «Italy» in *The foreign policies of European Union member states*, edited by Ian Manners and Richard G. Whitman, Manchester University Press, Manchester, pp. 87-104.

MOITA, Luís 1985, «Elementos para um balanço da descolonização portuguesa», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 15/16/17, Maio, pp. 501-509.

MOREIRA, Adriano 2007, «A solidariedade atlântica» in *Mare Oceanus: Atlântico – espaço de diálogos*, coord. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, Almedina, Coimbra, pp. 13-30.

MORGAN, Philip 2007, *The fall of Mussolini: Italy, the Italians and the Second World War*, Oxford University Press, Oxford.

MORSELEY, Ray 2004, *Mussolini. The last 600 days of «il Duce»*, Taylor Trade Publishing, Lanham.

MURTEIRA, Mário 1984, «Estado, crise e regulação na Europa do sul (uma reflexão comparada sobre a experiência portuguesa)», *Análise Social*, vol. XX, n.º 80, pp. 29-39.

NOLTE, Ernst 1991, *Les mouvements fascistes. L'Europe de 1919 à 1945*, Calmann-Lévy, Paris.

NUNES, Adérito Sedas 1963, «*Pacem in Terris* no diálogo das ideologias», *Análise Social*, vol. I, n.º 4, Outubro, pp. 559-580.

NUNES, João Arsénio 1996, «Comunismo» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 173-181.

NUNES, João Paulo Avelãs 2010, *O Estado Novo e o volfrâmio*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

OLIVEIRA, César 1988, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, O Jornal, Lisboa.

OLIVEIRA, César 1996, *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa. A descolonização (1974-1976). Ensaio e documentos*, Edições Cosmos, Lisboa.

OLIVEIRA, Pedro Aires de 2001, «A política externa do marcelismo: a questão africana» in *Diplomacia e guerra. Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo. Actas do I ciclo de conferências*, coord. de Fernando Martins, Edições Colibri, Lisboa, pp. 233-265.

OLIVEIRA, Pedro Aires de 2004, «A política externa» in *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, coord. de Fernando Rosas & Pedro Aires de Oliveira, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 301-337.

OLIVEIRA, Pedro Aires de 2009, «O flanco sul sobre tensão: a NATO e a Revolução Portuguesa (1974-1975)», *Relações Internacionais* [em linha], n.º 21, Março, disponível em: http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992009000100004&lng=pt&nrm=iso.

OLIVEIRA, Pedro Aires de 2011, «Harold MacMillan, os «ventos de mudança» e a crise colonial portuguesa (1960-1961)», *Relações Internacionais*, n.º 30, pp. 21-38.

PADOA-SCHIOPPA, Tommaso 2001, *Europa, forza gentile. Cosa ci ha insegnato l'avventura europea*, Società Editrice Il Mulino, Bologna.

PARISELLA, Antonio 2000, *Cattolici e Democrazia cristiana nell'Italia repubblicana: analisi di un consenso politico*, Gangemi, Roma.

PAULO, Heloisa 2006, «O exílio português no Brasil: os «Budás» e a oposição antissalazarista», *Portuguese Studies Review*, vol. XIV, n.º 2, pp. 125-142.

PAULO, Heloisa 2008, «Imagens da liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Ibérica», *Estudos do Século XX*, n.º 8, pp. 87-103.

PAULO, Heloisa 2010, «O republicanismo e a oposição exilada: combates e crises», *Estudos do Século XX*, n.º 10, pp. 421-436.

PAVONE, Claudio 2003, «8 settembre 1943», in *Dizionario del fascismo*, a cura di Victoria de Grazia e Sergio Luzzatto, vol. II, Giulio Einaudi Editore, Torino, pp. 291-295.

PAYNE, Stanley G. 1995, *Historia del fascismo*, Planeta, Barcelona.

PEREIRA, A. Gonçalves 1992, «Autodeterminação» in *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, vol. III, Editorial Verbo, Lisboa, cols. 39-40.

PEREIRA, Pedro Cantinho 2006, *Portugal e o início da construção europeia (1947-1953)*, Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

PERFETTI, Francesco 2011, «Mediterraneo e Medio Oriente nella politica estera italiana», *La comunità internazionale*, vol. LXVI, fasc. 2, pp. 185-202.

PETRI, Rolf 1997, «Dalla ricostruzione al miracolo economico» in *Storia d'Italia*, a cura di G. Sabbatucci & V. Vidotto, vol. V, *La Repubblica 1943-1963*, Laterza, Roma–Bari, pp. 313-440.

PIPES, Richard 2003, *O comunismo*, Círculo de Leitores, Mem Martins.

PIMENTEL, Irene 1995, «A presença do fascismo italiano em Portugal 1926-1943», *História*, n.º4, ano XVII (nova série), Janeiro, pp.14-25.

PIMENTEL, Irene Flunser 2011, *A história da PIDE*, Círculo de Leitores – Temas & Debates, Lisboa.

PINTO, António Costa 1990, «O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas?», *Análise Social*, vol. XXV, 4ª-5ª série, n.º 108-109, pp. 695-713.

PINTO, António Costa & TEIXEIRA, Nuno Severiano 2005, «Portugal e a integração europeia (1945-1986)» in *A Europa do Sul e a construção da União Europeia: 1945-2000*, coord. António Costa Pinto & Nuno Severiano Teixeira, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 17-43.

RABY, David L. 1984, «O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da oposição (1942-1947)», *Análise Social*, vol. XX, n.º 84, pp. 687-700.

RABY, Dawn Linda 1988, *A resistência antifascista em Portugal 1941-1974*, Edições Salamandra, Lisboa.

RABY, D. L. 1995, «O DRIL (1959-1961). Experiência única na oposição ao Estado Novo», *Penélope*, n.º 16, pp. 63-86.

RANZATO, Gabriele 1995, *La guerra di Spagna*, Giunti Gruppo Editoriale, Firenze.

RAY, John 1999, *História narrativa da Segunda Guerra Mundial*, Edições 70, Lisboa.

REIS, Bruno Cardoso 2006, *Salazar e o Vaticano*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

RÉMOND, René 1994, *Introdução à história do nosso tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias*, Gradiva, Lisboa.

REYNOLDS, David 2006, *From World War to Cold War. Churchill, Roosevelt and the international history of the 1940s*, Oxford University Press, Oxford.

REZOLA, Maria Inácia 2007, *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*, Esfera dos Livros, Lisboa.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares 2000, «Il Portogallo in Europa (1945-1986)» in *I movimenti per l'unità europea (1970-1986)*, a cura di Ariane Landuyt, tomo I, Società Editrice Il Mulino, Bologna, pp. 363-385.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares 2004, «Il Portogallo e la nuova sfida dell'Europa» in *Idee d'Europa e integrazione europea*, a cura di Ariane Landuyt, Società Editrice Il Mulino, Bologna, pp. 395-414.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares 2012, «Salazar e la sua idea d'Europa: anticomunista e antidemocrática» in *Memoria d'Europa. Riflessioni su dittature, autoritarismo, bonapartismo e svolte democratiche*, a cura di Giuliana Laschi, Franco Angeli, Milano, pp. 37-52.

RODRIGUES, Luís Nuno 2001, «A «solidão» na política externa portuguesa no início da década de 60: o caso dos Estados Unidos» in *Diplomacia e guerra. Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo. Actas do I ciclo de conferências*, coord. de Fernando Martins, Edições Colibri, Lisboa, pp. 189-224.

RODRIGUES, Luís Nuno 2002, «Os Estados Unidos e a questão de Goa em 1961», *Ler História*, n.º 42, pp. 61-90.

RODRIGUES, Luís Nuno 2004, «A diplomacia portuguesa no início das guerras coloniais» in *Diplomatas e diplomacia. Retratos, cerimónias e práticas*, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 69-100.

RODRIGUES, Luís Nuno 2006a, «A administração Johnson e a questão colonial portuguesa: o “plano Anderson”» in *Regimes e império: as relações luso-americanas no século XX*, coord. Luís Nuno Rodrigues, Fundação Luso-Americana – Instituto Português de Relações Internacionais, Lisboa, pp. 89-112.

RODRIGUES, Luís Nuno 2006b, «Os Estados Unidos e a questão colonial portuguesa na ONU (1961-1963)» in *Portugal, os Estados Unidos e a África austral*, coord. Manuela

Franco, Fundação Luso-Americana – Instituto Português das Relações Internacionais, Lisboa, pp. 61-100.

ROLLO, Maria Fernanda 1994, *Portugal e o Plano Marshall*, Estampa, Lisboa.

ROLLO, Maria Fernanda 1996, «Plano Marshall» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 734-739.

ROMEO, Giuseppe [2000], *La politica estera italiana nell'era Andreotti, 1972-1992*, Rubbettino, Soveria Mannelli.

ROSAS, Fernando 1994, *História de Portugal*, Vol. VII, *O Estado Novo (1926-1974)*, dir. José Mattoso, Círculo de Leitores, Lisboa.

ROSAS, Fernando 1996a, «Oposição republicana» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 695-698.

ROSAS, Fernando 1996b, «Unidade antifascista» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 991-996.

ROSAS, Fernando (coord. de) 1998, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Edições Colibri, Lisboa.

ROSAS, Fernando 1999, «Goa ou o princípio do fim» in *Orlando Ribeiro: Goa em 1956, relatório ao Governo*, org. de Suzanne Daveau, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, pp. 11-24.

ROSAS, Fernando 2001, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise social*, vol. XXXV, n.º 157, pp. 1031-1054.

ROSAS, Fernando 2006 «A revolução portuguesa de 1974/75 e a institucionalização da democracia» in *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004). Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (30 de Setembro a 1 de Outubro de 2004)*, coord. de Manuel Loff e Conceição Meireles Pereira, Editora da Universidade do Porto, pp. 15-33.

ROSATI, Massimo 2000, *Il patriotismo italiano. Culture politiche e identità nazionale*, Editori Laterza, Roma- Bari.

SÁ, Tiago Moreira de 2009, *Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa (1974-1976)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros – Instituto Diplomático, Lisboa.

SALVADORINI, Vittorio Antonio 2000, *Italia e Portogallo dalla guerra d'Etiopia al 1943*, Editrice La Palma, Palermo – São Paulo.

SANTORO, Carlo Maria 1990, *L'Italia e il Mediterraneo. Questioni di politica estera*, 2ª edição, Franco Angeli, Milano.

SANTOS, Boaventura de Sousa 1985, «A crise e a reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14, Novembro, pp. 7-29.

SANTOS, Pedro Manuel 2009, «Portugal e a NATO. A política colonial do Estado Novo e os aliados (1961-1968)», *Relações Internacionais*, n.º 21, Março, pp. 45-60.

SERAPIGLIA, Daniele 2011, *La via portoghese al corporativismo*, Carocci, Roma.

SILVA, António E. Duarte 1995, «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)», *Análise Social*, vol. XXX, n.º 130, pp. 5-50.

SILVA, António Duarte 1996a, «Acto Colonial» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 20-22.

SILVA, António Duarte 1996b, «Estatuto dos indígenas» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 320-322.

SILVA, António E. Duarte 1997, *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa. Estudo de história, direito e política*, Edições Afrontamento, Porto.

SILVA, António Martins da 2003, «A construção europeia e a defesa das identidades nacionais: uma perspectiva normativa» in *Portugal e a Construção Europeia*, org. de Maria Manuela Tavares Ribeiro, António Moreira Barbosa de Melo e Manuel Carlos Lopes Porto, Almedina, Coimbra, pp. 69-99.

SILVA, António Martins da 2005, *Portugal e a Europa: distanciamento e reencontro. A ideia de Europa e a integração europeia: ecos, reacções e posicionamentos (1830-2005)*, Centro de História da Sociedade e da Cultura – Palimage Editores, Viseu.

SMITH, Philip A. 1998, *Bombing to surrender. The contribution of airpower to the collapse of Italy, 1943*, Air University Press, Alabama.

TEIXEIRA, Nuno Severiano 1995, «Portugal e NATO: 1949-1989», *Análise Social*, vol. XXX, n.º 133, pp. 803-818.

TEIXEIRA, Nuno Severiano 1966, «Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)/(NATO)» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, vol. II, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 703-706.

TEIXEIRA, Nuno Severiano 2004, «A europeização da política externa portuguesa» in *Diplomatas e diplomacia. Retratos, cerimónias e práticas*, coord. de Zília Osório de Castro, Livros Horizonte, Lisboa, pp. 143-153.

TELES, José Manuel Galvão 2001, «A revolução e a política externa» in *Política externa e política de defesa do Portugal democrático*, II Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa, 15-20 de Novembro de 1999, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, Lisboa, pp. 29-36.

TELO, António José 1990, *Propaganda e guerra secreta em Portugal (1939-1945)*, Perspectivas & Realidades, Lisboa.

TELO, António José 1991, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. I, Vega, Lisboa.

TELO, António José 1996a, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Edições Cosmos, Lisboa.

TELO, António José 1996b, «Política externa» in *Dicionário de história do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas & J. M. Brandão de Brito, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 769-776.

TELO, António José 2000, *A neutralidade portuguesa e o ouro nazi*, Quetzal Editores, Lisboa.

TELO, António José (org.) 2001, *António de Faria*, Edições Cosmos, Lisboa.

TORGAL, Luís Reis 2001, «Os católicos e a universidade no Estado Novo de Salazar: "situação" e "oposição"», *Revista de História das Ideias*, vol. XXII, pp. 425-450.

TORGAL, Luís Reis 2002, «*Muitas raças, uma nação* ou o mito de Portugal multirracial na Europa do Estado Novo», *Estudos do Século XX*, n.º 2, pp. 147-165.

TORGAL, Luís Reis 2009, *Estados novos, Estado Novo*, vol. I., Imprensa da Universidade de Coimbra.

TORGAL, Luís Reis 2013, *Marcello Caetano, marcelismo e «Estado Social». Uma interpretação*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

TORNADA, Joana de Matos 2009, *Nas vésperas da democracia em Portugal: o golpe das Caldas de Março de 1974*, Almedina, Coimbra.

TORNADA, Joana de Matos 2011, «Do fim e dos homens: o ponto de vista dos militares sobre os últimos meses do Estado Novo» in *Portugal 1974: Transição política em perspectiva histórica*, coord. de Rui Cunha Martins, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

TOSI, Luciano 2011, «Italy, the UNO and the international crises», *UNISCI Discussion Papers*, n.º 25, pp.77-124.

UNGARI, Andrea 2004, *In nome del re. I monarchici italiani dal 1943 al 1948*, Le Lettere, Firenze.

VALENÇA, Fernando 1981, *As forças armadas e as crises nacionais: a abrilada de 1961*, Europa-América, Mem Martins.

VARSORI, Antonio 2005, «A Itália e a integração europeia» in *A Europa do Sul e a construção da União Europeia: 1945-2000*, coord. António Costa Pinto & Nuno Severiano Teixeira, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 73-95.

VARSORI, Antonio 2007, «L'allargamento della CEE» in *La politica estera italiana negli anni ottanta*, a cura di Ennio di Nolfo, Marsilio, Venezia, pp. 173-188.

VAZ, Luís 2012, *Palma Inácio e o desvio do avião: 1961*, Âncora, Lisboa.

VICENTE, António Pedro 1996, «Portugal e a NATO face ao isolamento de Espanha» in *O fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*, coord. de António José Telo, Edições Cosmos, Lisboa, pp. 301-323.

VIGANÒ, Marino 1991, *Il Ministero degli Affari Esteri e le relazioni internazionali della Repubblica Sociale Italiana (1943-1945)*, Edizioni Universitarie Jaca, Milano.

WENGER, Andreas, MASTNY, Vojtech & NUENLIST, Christian (ed.) 2008, *Origins of the European security system. The Helsinki process revisited (1965-1975)*, Routledge, Abingdon.

WOOLLACOTT, John (1983), «A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal», *Análise Social*, vol. XIX, n.º 77-78-79, pp. 1131-1155.

